Manual do Candidato

História do Brasil

João Daniel Lima de Almeida

Fundação Alexandre de Gusmão

Manual do Candidato

História do Brasil

João Daniel Lima de Almeida

Brasília, 2013

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores

Esplanada dos Ministérios, Bloco H

Anexo II, Térreo, Sala 1

70170-900 Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847

Fax: (61) 2030-9125

Site: www.funag.gov.br

João Daniel Lima de Almeida graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense. É mestre em Relações Internacionais (PUC-Rio). Foi professor das graduações e pós-graduações em Relações Internacionais da PUC-Rio, da FGV e da Cândido Mendes. Nesta última foi coordenador da graduação de 2004 a 2008 e fundador do Curso de pós-graduação. Adicionalmente leciona História do Brasil e História da Política Externa Brasileira para candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, tendo contribuído para aprovar mais de 400 novos diplomatas desde 2004.

Apresentação

Embaixador Georges Lamazière
Diretor do Instituto Rio Branco

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) retoma, em importante iniciativa, a publicação da série de livros "Manual do Candidato", que comporta diversas obras dedicadas a matérias tradicionalmente exigidas no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. O primeiro "Manual do Candidato" ("Manual do Candidato: Português") foi publicado em 1995, e desde então tem acompanhado diversas gerações de candidatos na busca por uma das vagas oferecidas anualmente.

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, cumpre ressaltar, reflete de maneira inequívoca o perfil do profissional que o Itamaraty busca recrutar. Refiro-me, em particular, à síntese entre o conhecimento abrangente e multifacetado e a capacidade de demonstrar conhecimento específico ao lidar com temas particulares. E assim deve ser o profissional que se dedica à diplomacia. Basta lembrar que, em nosso Serviço Exterior, ao longo de uma carreira típica, o diplomata viverá em diversos países diferentes, exercendo em cada um deles funções distintas, o que exigirá do diplomata não apenas uma visão de conjunto e entendimento amplo da política externa e dos interesses nacionais, mas também a flexibilidade de compreender como esses interesses podem ser avançados da melhor maneira em um contexto regional específico.

Nesse sentido, podemos indicar outro elemento importante que se encontra sempre presente nas avaliações sobre o CACD: a diversidade. O Itamaraty tem preferência pela diversidade em seus quadros, e entende que esse enriquecimento é condição para uma expressão externa efetiva e que faça jus à amplitude de interesses dispersos pelo país. A Chancelaria brasileira é, em certo sentido, um microcosmo da sociedade, expressa na miríade de diferentes divisões encarregadas de temas específicos, os quais formam uma composição dos temas prioritários para a ação externa do Governo brasileiro. São temas que vão da Economia e Finanças à Cultura e Educação, passando ainda por assuntos políticos, jurídicos, sobre Energia, Direitos Humanos, ou ainda tarefas específicas como Protocolo e Assistência aos brasileiros no exterior, entre tantas outras. Essa diversidade de tarefas será tanto melhor cumprida quanto maior for a diversidade de quadros no Itamaraty, seja ela de natureza acadêmica, regional ou ainda étnico-racial. O CACD é, em razão disso, um concurso de caráter excepcional, dada a grande quantidade de provas de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, buscando com isso o profissional que demonstre o perfil aqui esboçado.

No entanto, o perfil multidisciplinar do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata pode representar um desafio para o candidato, que deverá desenvolver sua própria estratégia de preparação, baseado na sua experiência acadêmica. Em razão disso, o Instituto Rio Branco e a Funag empenham-se em disponibilizar algumas ferramentas que poderão auxiliar o candidato nesse processo. O IRBr disponibiliza, anualmente, seu “Guia de Estudos”, ao passo que a Funag publica a série “Manual do Candidato”. Cabe destacar, a esse propósito, que as

publicações se complementam e, juntas, permitem ao candidato iniciar sua preparação e delimitar os conteúdos mais importantes. O “Guia de Estudos” encontra-se disponível, sem custos, no sítio eletrônico do Instituto Rio Branco e é constituído de coletâneas das questões do concurso do ano anterior, com as melhores respostas selecionadas pelas respectivas Bancas.

Os livros da série “Manual do Candidato”, por sua vez, são compilações mais abrangentes do conteúdo de cada matéria, escritos por especialistas como Bertha Becker (Geografia), Paulo Visentini (História Mundial Contemporânea), Evanildo Bechara (Português), entre outros. São obras que permitem ao candidato a imersão na matéria estudada com o nível de profundidade e reflexão crítica que serão exigidos no curso do processo seletivo. Dessa forma, a adequada preparação do candidato, ainda que longe de se esgotar na leitura das publicações da Funag e do IRBr, deve idealmente passar por elas.

Sumário

---

4. O Segundo Reinado (1840-1889)

---

5. A Primeira República (1889-1930)

---

6. A Era Vargas (1930-1945)

Palavras introdutórias: o manual do manual

Alberto da Costa e Silva em seu magnífico artigo em *O Itamaraty na Cultura Brasileira* toma emprestado o quadro de Hans Holbein, "Os embaixadores", para avaliar, por meio das representações iconográficas da tela, as características do diplomata. O mapa, o alaúde, o sextante, o globo, o livro e a tapeçaria seriam metáforas indicativas da qualidade de homens capazes de decifrar todos os códigos nos mais diversos campos da inteligência humana. Eis o diplomata.

Para os atuais candidatos à carreira diplomática persiste a fixação no glamour intelectual da profissão. Ampla erudição e sofisticação cultural, ainda que úteis, não são mais, contudo, há longa data, precondições para que alguém se torne diplomata. Afinal, necessário é apenas passar no concurso público. Mesmo sendo o mais difícil do país, é, tão somente, um concurso público: avalia cidadãos e aprova servidores. Lembrar da simplicidade desta enunciação facilitará sua aprovação e tornará sua carreira posterior mais útil à sociedade.

Este manual tem o intuito de facilitar sua aproximação à imensa quantidade de informações necessárias ao sucesso de uma das etapas do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, que é a prova de história do Brasil. Sem sombra de dúvidas, nesta, mais que em todas as outras provas, ainda persiste a necessidade de alguma erudição

que mantém a mística em torno da carreira e da prova. Entretanto, não basta a erudição. Há candidatos famintos, que inoculados com o vírus da gula livresca leem tudo o que podem, anotam e ficham, resumem e digerem informações factuais, mas apresentam desempenho subótimo na prova quando ela se apresenta. Apesar de saberem muito, são incapazes de traduzir esse conhecimento em um texto articulado, com argumentos sustentáveis e apresentado de modo objetivo e coeso. Questões sem introdução ou conclusão. Questões jornalísticas. Questões narrativas e não dissertativas. Questões nas quais os fatos sucedem outros fatos em um estilo de "lista de supermercado" histórica, cujo texto poderia ser facilmente transformado em "bullets" itemizados. Textos prolixos que não levam em consideração o limite de linhas e são forçados a encerrar seus argumentos abruptamente quando elas acabam. São todos exemplos de provas fadadas ao fracasso, ou ao menos ao insucesso, em conquistar uma pontuação alta.

Por outro, há candidatos excelentes em estabelecer argumentos e em discutir temáticas. Para estes, o que é necessário é o domínio factual do conteúdo histórico cobrado, que lhe permita minimamente articular informações de diversos matizes – políticas, sociais, econômicas, culturais e artísticas, ou no plano internacional, sistêmicas, regionais, bilaterais ou multilaterais – para que forme um argumento ao mesmo tempo coerente, objetivo e embasado.

Identificar que tipo de candidato é você é uma prioridade. Permitirá que você concentre seus esforços em superar as dificuldades que você realmente possui e não as que acredita possuir. A maior parte dos candidatos acredita que "estudar, estudar, estudar, ler e fichar" é o único modo

de passar, quando parcela significativa deles vive problemas de ordem diversa da simples aquisição de conteúdo, e deveriam passar mais tempo treinando a redação de questões e aprendendo a organizar melhor o conteúdo de que já dispõem. Abandonar a ilusão de que é possível dar conta de todo o conteúdo histórico – não é! Não no tempo de uma vida humana – ajudará bastante no processo.

Este trabalho busca auxiliar ambos os tipos de candidatos. Sistematiza em capítulos, cronológicos, e em sessões dentro de cada capítulo – em geral temáticas (exceto nos capítulos III e VII, onde se optou pela cronologia), praticamente todo o conhecimento de História do Brasil necessário ao candidato iniciante no estudo para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Naturalmente, foram feitas muitas escolhas. O que aprofundar? O que deixar de fora? O que discutir historiograficamente e o que apresentar apenas factualmente?

A diretriz que guiou essas escolhas foi sempre a análise dos conteúdos exigidos e da forma pela qual esses conteúdos foram cobrados nas provas de História do Brasil do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Foram analisados os Testes de Pré-Seleção e, principalmente, as avaliações discursivas da Terceira Fase. Foram lidos e relidos alguns milhares de espelhos aos quais este autor teve acesso desde 2003. Avaliações bem-sucedidas e, também, a maior parte, que não tiveram sucesso. Essas últimas foram muito mais instrutivas sobre "*Como não se deve fazer uma questão de História do Brasil*".

Com base neste material, foi dada ênfase na história política, em especial na história da política externa

brasileira. Sem, naturalmente, negligenciar os demais temas, enfatizou-se ainda o papel dos partidos políticos, os debates parlamentares e a história institucional do Ministério das Relações Exteriores. Estes temas e fontes são muito privilegiados nos textos publicados pelos membros da banca.

Inicialmente composta por Amado Luiz Cervo e, brevemente, em 2008, por Eugênio Vargas Garcia, a banca tem sido composta, nos últimos anos, pelo trio de professores formados pela UnB e especialistas em História da Política Externa: José Flávio Sombra Saraiva, Antonio Carlos Lessa e Francisco Doratioto. Os novos integrantes imprimiram um tipo de avaliação que, naturalmente, foca os temas afeitos à história das relações internacionais do Brasil, tendo, em alguns anos (2011, por exemplo), sido a prova inteira constituída por questões de política externa. Em média, desde 2007, três das quatro questões anuais tratam de Política Externa – o que é compreensível, dada a natureza do exame, mas que acaba negligenciando temas importantes. A história cultural não é cobrada há anos – houve, em 2006, uma questão sobre o Modernismo e, em 2007, outra sobre o impacto cultural do êxodo rural e não mais desde então. Apesar disso, o presente trabalho procurou abranger cuidadosamente os principais temas da história artístico-cultural brasileira, tema que causa arrepios aos candidatos, justamente por quase nunca ser cobrado. A menos que a banca mude (ou leia estas linhas), o candidato mais pragmático pode, por exemplo, pular o capítulo cultural sobre o Regime Militar, que jamais foi objeto de avaliação.

Naturalmente, qualquer discussão sobre a relevância comparativa dos temas é imbuída de juízos de valor

ideológicos. A *teledramaturgia* brasileira tem a mesma idade da *Operação Pan-Americana*, e o *Rock Nacional* é apenas um pouco mais velho que o *Mercosul*. Se estas iniciativas do Itamaraty foram mais ou menos bem-sucedidas que *Roque Santeiro* ou a *Legião Urbana*, se tiveram mais ou menos impacto em nossa sociedade a ponto de serem ou não objeto de avaliação na prova de História do Brasil, caberá naturalmente aos membros da banca decidir. Até então suas decisões apontam em favor dos temas considerados “sérios”, e que, naturalmente, tiveram prioridade neste manual.

Outra tendência perceptível nos últimos anos tem sido o progressivo abandono de questões de longa duração. O multilateralismo na segunda metade do século XX, a África nos anos 60 e 70 e a política brasileira de segurança nas décadas após a Segunda Guerra Mundial têm dado lugar a um enfoque em questões bem específicas, como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, as arbitragens da virada do século XIX para o XX, a África durante a Política Externa Independente, o papel do Brasil na Conferência Pan-Americana de Washington. Acredito que o intuito tenha sido o de dificultar a prova, que conta em geral com candidatos cada vez mais preparados, mas que nem sempre dominam profundamente as especificidades da história da Política Externa brasileira. Por isso recomenda-se aos candidatos usar este manual como ponto de partida para o aprofundamento – e creio ser esta sua maior utilidade. Sintetiza-se, aqui, temas já cobrados e indica-se bibliografia suplementar à qual se deve recorrer. Naturalmente, é impossível cobrir todas as temáticas específicas de modo detalhado. Nem seria esse o objetivo.

Por ser introdutório, geral, sintético e panorâmico, ronda o texto o espectro da superficialidade, do qual nem sempre foi possível escapar, apesar de grandes esforços. As notas de pé de página são um exemplo desses esforços. Desnecessárias à compreensão geral do texto, têm quase sempre o caráter de uma informação adicional, anedótica, reflexiva, ou ainda bibliográfica. Há aqueles que terão seu raciocínio interrompido ao lê-las. Pulem-nas sem culpa. Há, no entanto, aqueles que encontrarão função mnemônica nos detalhamentos das notas, que poderão ser úteis ao cérebro na hora fatal do TPS (Teste de Pré-Seleção do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática), por exemplo.

Igualmente pela função mnemônica, o autor preferiu arredondar, quase sempre, todas as estatísticas. A única função de apresentar um percentual com duas casas decimais ou um número de exportação de US$ 207.343.722,17 é dotar de legitimidade matemática o texto. O número é imediatamente esquecido pelo leitor. Acredito que 49,7%, quando vira 50%, cumpre uma função pedagógica que é superior à necessidade de precisão, exceto quando isso traz consequências políticas (tal qual o percentual de votos que Getúlio Vargas teve em 1950, e que motivou o golpismo udenista por não ter alcançado 50%). Pela mesma razão, as tabelas foram evitadas, ainda que isso não tenha sido possível nas sessões econômicas.

Estas palavras introdutórias já devem ter sido suficientes para que o leitor tenha se dado conta do caráter pragmático deste autor. Em nome deste pragmatismo, faço um último apelo ao candidato, que quase certamente considera história sua disciplina favorita, ou ao menos uma das favoritas – não ia querer ser diplomata se assim não fosse. Para você, estudar história é um prazer, mais que um dever.

Dado o caráter subjetivo da prova – são desconhecidas notas máximas na prova de História do Brasil, e, raríssimas aquelas acima de 85% – convém lembrar-lhe que cada hora dedicada ao estudo de História é hora a menos dedicada ao estudo de Direito, Português, Economia ou Inglês, disciplinas mais cartesianas, com conteúdos finitos, nas quais o esforço pode ser mais transparentemente traduzido em pontos que levarão você ao passaporte vermelho. Um ponto em história vale o mesmo que um ponto em Direito, Inglês ou Economia, ainda que a satisfação advinda de horas de estudos seja desigual. São aprovados os candidatos mais disciplinados, mas também os mais pragmáticos, para o bem do nosso serviço exterior.

Gostaria de agradecer à Sabrina Primo e Priscilla Negreiros, que revisaram o texto de alguns capítulos. Roberta Lemos e Camila D’E Carli, que ajudaram a compilar o conteúdo do capitulo II e parte do Capítulo IV. Rita de Curtis, que fez o mesmo com a sessão das Sedições Coloniais. O excelente professor Daniel Araújo, que é coautor da sessão política do Regime Militar, tema sobre o qual é especialista. Roberta Luz, que organizou parte da bibliografia. Ricardo Victalino de Oliveira, insigne constitucionalista, deu palpites sobre a CF/88 e Larissa Lacombe, herdeira de uma dinastia de historiadores ilustres, que leu partes e disse ter gostado, me estimulando a prosseguir. Que todos os equívocos são meus, *ça va sans dire*.

Fora do plano do conteúdo, cabe enorme agradecimento ao incrível *staff* da Funag – Fernanda, Henrique, Dirceu, Pablo – que apoiaram essa iniciativa, mas principalmente, ao Embaixador Gilberto Vergne Saboia, que apostou no sucesso do trabalho. À incrível coordenadora-geral de

projetos Marta Cezar e à Eliane Miranda, do setor de publicações, que tiveram enorme paciência com os atrasos deste autor. À Ursula, ao Élson e à Diná, que ofereceram o melhor lugar do mundo para que eu redigisse a maior parte deste trabalho. E aos muitos, todos, alunos que tive ao longo dos últimos dez anos preparando candidatos para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática. Sem eles esse trabalho não existiria.

Não existiria também sem Maria, minha mãe, que me dividiu com este Manual durante as numerosas sessões de quimioterapia e o leito do hospital onde veio a falecer em agosto de 2012. Não existiria ainda sem Stefanie Tomé Schmitt, que insistiu muito para que eu colocasse por escrito o que falava durante as aulas. Ambas criaram – literal ou metaforicamente – parte relevante deste trabalho: “o autor”. A elas dedico este esforço.

1. O Período Colonial

1.1 O sentido da colonização

Para que serve uma Colônia? Mercantilismo e monopólio. Práticas e métodos do mercantilismo. O impacto da economia mercantil na Colônia. A cidade colonial como expressão do poder da metrópole.

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quer passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abismo deu,

Mas nele é que espelhou o céu.

Mar português (Fernando Pessoa)

Não é surpresa que colônias são estabelecidas em virtude do interesse das metrópoles. Em alguns casos, sua instalação se dá como simples válvula de escape demográfico a fim de evitar conflitos sociais (na Antiguidade, temos as colônias mediterrânicas gregas do período arcaico); em outros casos, como locais de desterro ou prisão (até o século passado, a ilha do Diabo, na Guiana Francesa, por exemplo). A Colônia portuguesa na América do Sul não foi exceção.

Existe um amplo debate sobre o sentido da colonização, mas não há dúvidas de que esse sentido era mercantil. O mercantilismo português engendrou a ocupação do território americano subordinando essa ocupação a seus interesses econômico-comerciais. Inicialmente de modo tímido, aos poucos a colonização assume feições cada vez mais intensas, com a presença da Coroa portuguesa fazendo-se sentir de forma tão significativa. Em suma, se um estudante mais afoito exigisse, sob ameaça de morte, um resumo da história da colonização em uma única frase, este professor diria que se tratou de uma crescente presença dos interesses mercantis do Estado português na América do Sul. No entanto, essa é uma simplificação radical. Nem todos os interesses do Estado português eram mercantis; ao menos, não exclusivamente mercantis.

As décadas iniciais do chamado período pré-colonial demonstram que o interesse mercantil de Portugal não estava na América, mas na Ásia, e a ocupação americana tinha objetivo estritamente geopolítico. Como diria Fernando Pessoa, o objetivo era o controle do “Mar português”, o mar

oceano, o Oceano Atlântico, cuja rota levaria às especiarias asiáticas; estas, sim, objeto de cobiça mercantil lusitana. Os objetivos religiosos também não podem ser negligenciados. Por que outra razão encontramos na Colônia, vivendo em meio aos nativos, em condições muito distintas das que tinham na metrópole, padres, sobretudo da Companhia de Jesus, a espalhar a palavra de Deus? Os métodos, o desfecho de sua empresa ou mesmo a manipulação política de seu serviço podem ser questionados hoje, mas a sinceridade religiosa era em geral genuína e não deve ser subsumida esquematicamente em modelos explicativos estruturais surgidos séculos depois, que reduzem as causalidades à dimensão econômica ou a qualquer outra.

Um segundo reducionismo óbvio que é o geográfico. A empresa mercantil da Coroa portuguesa tinha, dentre as capitanias, suas filhas preferidas. A Bahia, Pernambuco e, mais tarde, o Rio de Janeiro estavam sempre sob a atenção de Sua Majestade, o que não ocorria com o Maranhão ou com São Vicente. Por serem menos relevantes gozavam de maior autonomia. No caso paulista isso trouxe consequências expressivas: a aventura para o sertão. A autoridade da Coroa sobre a América colonial, crescente no tempo, foi desigual no espaço. O fracasso geral do ensaio das capitanias hereditárias é exemplar disso. Largadas à própria sorte, poucas vingaram.

Abandonadas, sujeitas ao ataque de índios, evidenciando escassez de braços e/ou de vontade, as capitanias manifestam o relativo anacronismo do modelo jurídico ao qual se vinculavam, o feudal. Doar terras de modo hereditário aos fidalgos do reino mantinha a tradição que vinha desde a Reconquista moura, passando pela tomada de Ceuta e pela aventura africana: premiar o serviço ao rei

com a doação de terras. Esse modelo se reproduziria de forma bastante adaptada à realidade colonial. O capitão donatário doava sesmarias, que eram ocupadas apenas em sua “testada” e alugadas ou arrendadas para novos colonos, reproduzindo uma relação de hierarquia muito verticalizada, marco até hoje da sociedade brasileira. Se, de um lado, isso lembra a herança feudal da Idade Média portuguesa, de outro, aos poucos seus marcos jurídicos, como a vassalagem, a segurança, o caráter militar, bem como a liturgia existente na Idade Média, não existem mais. Haveria na Colônia menos institucionalização jurídica da hierarquia, mas esta permanecia sendo traço essencial da sociedade colonial. Tal hierarquia é o fio condutor da organização da sociedade colonial, expressando-se na forma de monopólios.

O monopólio é a síntese do mercantilismo. Assumindo a lógica mercantil como definidora da empresa colonial, devemos nos perguntar o que define o mercantilismo. Não sendo uma teoria econômica como o liberalismo e sem se constituir em uma escola teórica, o mercantilismo não é abstrato. É empírico e, por isso mesmo, pouco homogêneo. Trata-se de um conjunto de práticas econômicas adotadas pelos modernos estados absolutistas europeus para sustentar os crescentes gastos com a burocracia e, sobretudo, com as Forças Armadas. Esses gastos eram inexistentes no modelo feudal, que terceirizava as funções estatais – justiça, coerção, segurança, cobrança de impostos –, exercidas privadamente, na Idade Média, por senhores feudais. Toda essa trajetória centralizadora não faz parte do escopo deste livro, mas foi sintetizada na formulação weberiana de que o Estado é o “monopólio legítimo dos meios de coerção” e discutida longamente por debatedores e estudiosos da formação dos estados nacionais, como Perry

Anderson, Charles Tilly, Hendrik Spruyt, Janice Thomson e outros. Assim sendo, o mercantilismo é o que viabiliza economicamente o Estado moderno absolutista. Poderíamos dizer que são duas faces da mesma moeda, metáfora que será ampliada em breve, quando voltarmos da Europa para a Colônia, se ainda houver paciência do leitor para com esta breve digressão. O mercantilismo é a expressão econômica dos monopólios assumidos pelo Estado ao final do período feudal, enquanto o absolutismo seria a expressão política desse monopólio, que – é bom que se diga – sempre foi mais uma pretensão que uma realidade (o Estado, não raro, será obrigado a terceirizar monopólios tanto na esfera política – corsários, mercenários – quanto na esfera econômica – companhias de comércio, capitanias hereditárias, zonas de contratação como o distrito diamantino).

Dessa forma, o monopólio, ou a pretensão a ele, vai tal qual um polvo, um monstro necessário, como na imagem hobbesiana, espalhando seus tentáculos políticos, econômicos, militares progressivamente. Quanto mais longe alcançavam, mais forte era considerado o Estado. Eram recorrentes as guerras mercantis com o objetivo de engrandecer o Estado e enriquecer o rei; com frequência, essas guerras eram mais caras que os lucros que advinham delas. A obsessão dos monarcas franceses com a conquista de Flandres nada mais era que a cobiça por seu “rico comércio”. A conquista portuguesa de Ceuta (1415), entreposto comercial muçulmano no norte da África, não fez senão desviar as rotas de comércio que até então afluíam para aquela metrópole antes da chegada dos cristãos. A concepção de que a guerra era um instrumento de acumulação de ouro e de recursos, tão comum ao espírito mercantil da época moderna, segue arraigada em nossos

dias e dita as regras nos jogos de tabuleiro ou eletrônicos dos dias de hoje, cuja pretensão é conquistar o mundo[1]. Nem todo mercantilismo é lucrativo. No entanto as tentativas e/ou pretensões de conquista, por caras que fossem, aumentava o prestígio do rei, fortalecendo-o. Dirá Charles Tilly, em capítulo clássico do livro *Coercion, Capital and European States*, no qual desenvolve a definição weberiana, que, se os estados fizeram a guerra tanto quanto as guerras fizeram os estados nacionais.

A expressão variável do monopólio mercantil se dá nas distintas estratégias de arrecadação – em muitos casos, desesperadas e crescentemente insolventes – que os reis modernos e seus ministros vão inventar ao longo dos séculos XIV ao XVIII. O famoso Colbert, ministro do rei francês buscou criativamente aumentar as rendas de seu soberano estimulando manufaturas de luxo que, por exclusivíssimas, contribuíram, junto com Versalhes e demais extravagâncias do monarca heliocêntrico, para a fama de capital do bom gosto, da moda e da sofisticação que a França evoca até os dias de hoje. Outros menos criativos – ou mais pragmáticos – recorriam à tributação pura e simples, como o cameralismo austríaco. Os ingleses e holandeses investiram na criação de companhias de comércio. Oliver Cromwell leva o monopólio a um novo patamar com os Atos de Navegação, que contribuiriam para a primazia naval britânica nos séculos seguintes. Os reis de Portugal e Espanha, sobretudo em virtude do pioneirismo na expansão marítima e legitimados que estavam pelo Tratado de Tordesilhas (1494) – o testamento de Adão, na colorida imagem do rei francês Francisco I –, priorizaram desde cedo o colonialismo como forma de acumular recursos. No caso espanhol, a prata justificava o esforço; no caso português, a esperança do ouro.

O monopólio, característica absoluta do mercantilismo, chega então à América portuguesa. Ilmar Mattos nos ensina que o monopólio está tão arraigado à mentalidade mercantil que ele é percebido até entre as colônias de um mesmo Império. Sugestões de que Portugal plantasse pimenta no litoral brasileiro foram ignoradas pela metrópole, pois feririam o exclusivo das colônias. O açúcar foi uma alternativa. Ante o preço exorbitante do frete, só faria sentido a produção de bens de alto valor agregado por volume, e isso explica a opção pelo açúcar, produto tão exclusivo na Europa que chegou a ser parte do dote de princesas portuguesas.

A civilização produzida pelo açúcar tem a realização de sua produção em um mercado muito distante, controlado e dirigido de um outro continente[2]. Reitera a afirmativa inicial de que as colônias servem aos propósitos – mercantis; monopolistas – da metrópole. Na obra de Roberto Simonsen, encontramos o esforço de síntese bastante famoso na construção de um modelo histórico que estruturasse a experiência mercantil portuguesa na América do Sul.

Em *História Econômica do Brasil* de 1937, Simonsen defende uma visão cíclica e evolucionista da economia colonial. Teríamos vivido sucessivos ciclos com a primazia de um único produto – o açúcar, o ouro, o café. Esta visão está presente de tal forma e durante tanto tempo nos livros didáticos que se tornou parte do “senso comum”, talvez por sua simplicidade quase didática, mas vem sendo, desde então longamente questionada. Entendimentos mais recentes complexificam o panorama colonial tanto em razão de pesquisas que desmontam empiricamente a posição do industrial paulista quanto por novos *insights* interpretativos ou abordagens metodológicas.

Um exemplo é a perspectiva de Ilmar Mattos. Este autor resgata as complexidades internas da sociedade colonial que foi aos poucos ganhando dinâmica própria, independente dos interesses metropolitanos. Isso se deu à medida que o colonizador português, com seu intuito de monopólio colonial, foi se transformando em colono “brasileiro”. Também este “colono” era titular de outros tipos de monopólios – da violência sobre os escravos, por exemplo – ao mesmo tempo que seguia submetido aos monopólios emanados da metrópole – monopólio comercial, monopólio da fé, entre outros. Estes monopólios emanavam dos centros de poder aqui criados para disseminar a autoridade do rei: as cidades coloniais.

Ao contrário da cidade medieval, expressão da liberdade contra a opressão feudal dos camponeses, servos dos nobres, a cidade colonial era expressão da autoridade metropolitana e centro administrativo e burocrático do poder português. Seu símbolo era o pelourinho, marco do exercício da violência. Na famosa expressão medieval “o ar da cidade liberta”. Bastava ao servo viver um ano e um dia para se tornar um homem livre. Muito diferente era a dinâmica da cidade colonial. A vida dos escravos, mas também a dos senhores, dos funcionários e dos homens livres, era objeto de constante vigilância social. As autoridades metropolitanas exerciam sobre eles controles social, religioso, comercial e legal. Não surpreende que, nos registros históricos, seja frequente a menção a brancos e mestiços em quilombos. O quilombo desterritorializado negava o espaço de poder e se constituía em espaço de liberdade.

A cidade, não raro nascida a partir de um forte e de uma igreja (expressão do monopólio político-militar e religioso),

era igualmente a forma do Império português se afirmar perante inimigos como os franceses e os espanhóis. As fundações do Rio de Janeiro (1565) e Belém (1616), originada do Forte do Presépio, serviram de elemento de defesa e dissuasão contra os franceses invasores na Guanabara e na Amazônia. A Colônia do Sacramento é originariamente apenas um forte português; e, mesmo na África, a presença portuguesa no Daomé era originariamente composta de fortes. O mais famoso foi São Jorge da Mina, em torno do qual surgiu toda uma cidade de portugueses, estrangeiros e brasileiros retornados, transformando Uidá em centro exportador de escravos, fundamental para o abastecimento das Minas Gerais no século XVIII.

1.2 A sociedade colonial

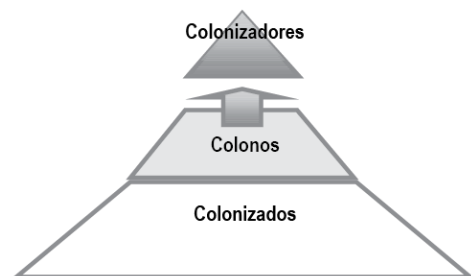
A moeda colonial de Ilmar Mattos. Esquema didático da sociedade colonial: uma pirâmide heterodoxa. Os colonizadores e a expressão de seu monopólio na Colônia. Os comerciantes e os grandes senhores: ascensão social e tensões. Os senhores: de engenho, de terras, de escravos. Os colonizados: escravos, mestiços e brancos pobres. O trabalho como estigma na sociedade colonial.

Ilmar Mattos cunhou uma boa metáfora para ilustrar a relação da metrópole com a Colônia: tratava-se de uma moeda. Não é um pacto, tampouco uma sucessão de ciclos. A moeda colonial tem dois lados: em um deles, há os interesses da metrópole; no outro, estão os interesses dos colonos. Um não existe sem o outro, e cada qual tem interesse no/necessidade do outro, embora nem sempre com o mesmo entusiasmo.

A interpretação de Mattos sobre o período colonial tem o propósito mais amplo de iluminar uma época mais recente. Trata-se apenas de um preâmbulo em sua obra cujo cerne da análise é posterior. Está este autor mais preocupado com a fase de “recunhagem” da moeda colonial, que se daria após a Independência. No chamado período do “regresso” (de 1837 em diante), uma facção conservadora foi capaz de articular-se de modo bem-sucedido para restauração, com modificações, o modelo de produção mercantil. Retomaram o monopólio da violência legitimada pelo Estado imperial que se desejava fortalecer. Mattos chamou essa época de “tempo saquarema”, título de seu livro homônimo, clássico da historiografia sobre o Império brasileiro.

Mesmo ciente do propósito ilmariano, tomo aqui emprestada sua síntese didática da formação da sociedade colonial sob a hegemonia da lógica mercantil monopolista. O monopólio estava presente em todas as relações sociais e, para fugir dele, o indivíduo, fosse branco ou negro, precisava escapar para um quilombo, já que até na morte estava sob o controle da igreja que decidia se ele podia ou não ser enterrado em campo santo. A imagem de uma pirâmide ilustra visualmente o entendimento do que era a sociedade colonial de acordo com “Tempo saquarema”.

O colonizador, que aos poucos vai se transmudando em colono, é, ao chegar, agente do Império português, trazendo para a Colônia o monopólio mercantil gravado nas leis e nos editos reais. O monopólio era a liga, o metal no qual era cunhada a “moeda colonial” e se expressava em diversos níveis. Era monopólio do colonizador o comércio, estabelecido para o interesse da metrópole e feito exclusivamente com a metrópole. Mais que um “pacto” a relação entre a metrópole e a colônia se traduzia na

intenção do estabelecimento jurídico de uma lógica exclusivista. O contrabando notório e constante, estimulado pela corrupção dos agentes da coroa, garantiram que raramente essa intenção fosse plenamente posta em prática.

Além do monopólio comercial, havia o monopólio religioso. Expressava-se de modo violento nas visitações do Santo Ofício à Colônia, que punia comportamentos desviantes da fé católica. O controle era espiritual e comportamental. Eram punidas tanto as práticas ditas judaizantes ou protestantes – preocupação grave após a expulsão dos holandeses – quanto nas práticas nefandas, sexualmente desviantes ou animistas dos escravos africanos e dos brancos que fossem denunciados. Havia o “tempo do perdão”, no qual aqueles que confessavam voluntariamente seus crimes sofriam penas menores. O confisco de bens e a pena de morte foram com frequência aplicados nos crimes contra a fé.

Como vimos, esses monopólios eram expressos a partir da cidade colonial, centro de difusão do poder metropolitano e quanto mais longe desses centros, mais difusa era a presença da autoridade metropolitana. O sertão era a expressão da liberdade. O sertão além do lugar dos quilombos era também para onde partiam os bandeirantes, tão ciosos de sua autonomia que chegam a aclamar um rei paulista em 1640. Essa vocação para o sertão explica o grau

de liberdade de que gozavam os bandeirantes paulistas que apenas remota e nominalmente estavam a serviço de Portugal e, não raro, desobedeciam as ordens de El-Rei. A desobediência mais frequente era no tocante à escravização dos índios.

Com o passar dos anos e com o crescimento da população branca na Colônia, começam a se diferenciar mais claramente os papéis dos colonizadores e dos colonos. O interesse dos primeiros está na metrópole. O colonizador é agente direto ou indireto dos interesses da metrópole. Comerciantes, funcionários da Coroa, padres e bispos – não existia separação entre Estado e Igreja; esta era um braço do Estado português – eram todos agentes do exclusivo metropolitano em suas expressões religiosas, políticas ou comerciais.

Tal distinção, entretanto, nunca foi tão rígida como a que ocorria na América espanhola entre *criollos* e *peninsulares*, os *chapetones*. Muitos agentes da Coroa e grandes comerciantes nascidos no Brasil, tendo estudado na Universidade de Coimbra ou se tornado cortesãos em Lisboa, adquiriram prestígio social muito mais difícil de conseguir para um *criollo* nascido no Peru ou em Buenos Aires.

Fiquemos com dois exemplos. Alexandre de Gusmão, secretário particular de D. João V, negociador do Tratado de Madri, e Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco, fundador do Seminário de Olinda, inquisidor do reino em Lisboa. O primeiro nasceu em Santos, litoral paulista; o segundo, em Campos, no norte do Rio de Janeiro. Não estava fechado aos brasileiros talentosos, afortunados ou com fortuna, o *cursus honorum* da burocracia portuguesa. Essa distinção com a América espanhola é explicada por Sérgio Buarque de

Holanda. O pai de Chico nos ensina que a escassez de gente em Portugal, sobretudo alfabetizada, obrigava a incorporação à burocracia portuguesa de talentos coloniais. Favorecia-se uma certa “democratização” no acesso às instituições do Estado. Na Colônia, entretanto, não eram infrequentes as tensões entre os colonos e os colonizadores, em torno do questionamento não dos pressupostos, mas da aplicação do exclusivo metropolitano.

Quem são os colonos? Os colonos eram os senhores da colônia. Tais senhores eram detentores do monopólio sobre os meios de produção: o engenho, a terra e o escravo.

A hierarquia medieval relegava ao comerciante, burguês, um lugar de pária na sociedade. Desconfiava-se daquele indivíduo que viajava, era livre e não tinha um senhor. Já o senhor de terras invariavelmente era um nobre, nunca um plebeu. A lógica se invertia na sociedade colonial criada pela empresa mercantil portuguesa na América. O comerciante, rico e poderoso, era agente da Coroa. Titular do monopólio comercial que controlava o mercado ao qual se subordinava o colono brasileiro. Não raro era também o comerciante credor dos senhores de Engenho. Os colonos dependiam dos comerciantes para o abastecimento dos escravos africanos. Dependiam deles igualmente para fazer escoar sua produção. Apesar desta dependência, não se muda da noite para o dia a mentalidade secular preconceituosa contra os comerciantes. Os senhores eram ciosos de sua pretensa “nobreza” e ressentiam-se da posição subordinada. Defendiam seu *status* dificultando como podiam a expressão política dos comerciantes nas cidades coloniais, o que gerou enfrentamentos conhecidos[3]. Esta relação tensa era amenizada pela relativa tolerância da coroa que se valia da concessão de títulos, cargos,

sinecuras e honrarias para os colonos. Dotava assim, a administração colonial de elementos brasileiros. Vendia cargos e prebendas. Arrendava o privilégio de cobrar impostos “o arrematador” que lhe adiantava os recursos.

Às vezes, porém, em vez de amenizar o conflito, essa estratégia favorecia o confronto, como no caso da Guerra dos Emboabas. Nessa ocasião, paulistas, estimulados indiretamente por cargos e títulos recebidos do rei de Portugal, julgaram que eram os donos das minas e atacaram grupos “estrangeiros” que igualmente haviam sido agraciados pela Coroa com cargos e começavam a rivalizar com os paulistas em termos de autoridade e de prestígio na zona das minas recém-descobertas. Discutiremos essas rebeliões, suas semelhanças e diferenças na última seção deste capítulo.

Quanto à questão da hierarquia, ela estava presente mesmo no nível intraestamental. Havia uma clara hierarquia entre os colonos, que dependia do tamanho da terra possuída, do número de escravos em sua(s) senzala(s) e/ou do número de foreiros em suas possessões. Esses “homens bons” que se queriam nobres se relacionavam entre si em um mundo em que a hierarquia era clara para todos e cada um sabia qual era o seu lugar. Entretanto, ao possuir um único escravo, o indivíduo se libertava da carga negativa estigmatizante do trabalho e se tornava um senhor, ainda que dos mais humildes. Dentre os fatores de produção, a mão de obra era o mais escasso. Na economia mercantil, ainda que existissem pequenos posseiros, com poucos ou nenhum escravo, o modelo de *plantation* era hegemônico, sendo necessário um grande número de escravos para a realização da produção.

A terra, em relação à mão de obra, era muito mais abundante. O modelo de doação de sesmarias na zona litorânea e as chamadas “datas auríferas” na zona mineradora. Impressiona o tamanho das sesmarias doadas, imensas, e, às vezes, mais de uma, para o mesmo beneficiário. Está aí a origem do sistema latifundiário que ainda hoje é hegemônico no Brasil. Era frequente a ocupação apenas parcial da terra para fins de produção, já que seria impossível para a maior parte dos sesmeiros ocupar completamente suas sesmarias sem fim. Resulta disso que a ocupação se restringia à chamada “testada” da sesmaria, deixando o sertão desocupado. Outra prática frequente era o aluguel da sesmaria aos foreiros que pagavam, geralmente em bens e produtos, o foro ao proprietário. Muitas eram as ordens religiosas que tiravam do foro o grosso de suas rendas.

Esse modelo perpetuava a hierarquização até entre os colonos; desde o simples posseiro, que mediante grilagem ocupava a terra até então desocupada, até o sesmeiro, passando pelo foreiro que alugava a terra. Daí se depreende que, em uma sociedade na qual a *plantation* era a norma, não adiantava muito ser dono de uma grande terra sem possuir escravos. O padre João Daniel, uma espécie de Antonil amazônico, relata a situação de famílias, outrora ricas e titulares de imensas propriedades, reduzidas à miséria em virtude da fuga de seus escravos indígenas.

Cabem ainda algumas palavras sobre os colonizados. São os homens obrigados ao trabalho. Fossem escravos ou libertos, brancos pobres ou mestiços, carregavam em seu cotidiano diário o estigma do pecado original, reforçado a cada dia em uma cultura escravocrata. Humilhados, subordinados a um senhor, aprendem a cada dia que sua

sobrevivência e subsistência residem apenas e exclusivamente no trabalho que exercem. Seu lugar na sociedade é muito pouco prestigioso. Tais indivíduos na base da pirâmide carregavam consigo uma esperança. Esperança perniciosa cujo eco ainda hoje se percebe em nossa sociedade. Seu principal sonho era o de liberdade. O dia em que livres, não mais precisariam trabalhar. Sonhavam ainda, após a alforria, com a compra de um escravo que trabalhasse por eles. O escravo como aposentadoria. Nos dias de hoje, tais imagens se transmudaram no sonho do enriquecimento rápido, da loteria, da aposentadoria precoce ou até de um emprego público no qual não seja necessário trabalhar. O trabalho segue sendo visto por muitos como um castigo.

Havia ainda, e quase sempre um consolo para os pobres coitados da colônia. Havia sempre alguém ainda mais abaixo na escala de degradação social.

Quase todos estão abaixo do senhor de engenho, “título a que muitos aspiram e que poucos podem possuir”, segundo Antonil, exceto o rei e seus representantes (bispos, governadores, inquisidores). O senhor de engenho subordina a “cana obrigada” de outros senhores que, sem engenho, não têm outra escolha senão recorrer a ele para beneficiar industrialmente sua cana, transmudando-a em pães de açúcar. O senhor de terras explorado pelo senhor de engenho que o extorque está acima, no entanto, do colono que só possui escravos, mas tem de alugá-los por não ter terras. Este, por sua vez, se sente feliz por não estar na desdita do idoso ou da idosa que só tem um escravo para chamar de seu, escravo que o sustenta com sua jornada de aluguel e que foi comprado com o esforço de uma vida de trabalho.

Bem pior era a vida dos que não possuíam escravos. Restava-lhes apenas a alegria de não ser escravo. Trabalhavam mas eram brancos. Ou libertos. Não tinham “donos”, apenas um senhor. Não eram açoitados. Se escravo, preferia ter a felicidade de viverem em cidades. Os escravos urbanos se consolavam com a oportunidade de terem alguma chance de montar pecúlio, trabalhar por jornal, ser “escravo de ganho”, inviável no ambiente rural da senzala. Melhor que a senzala era ao menos viver na Casa Grande, como domésticos. Comemoravam poder viver perto de seu senhor ou capataz. Eram dispensados de trabalhar no eito. Mas mesmo na senzala havia diferenciação. Os escravos ladinos tinham nascido no Brasil ou pelo menos falavam português. Com isso conseguiam privilégios, vantagens, impossíveis para os que não conseguiam se comunicar, diferentemente dos recém-chegados da África, chamados pretos boçais. Tinham a pior das fortunas na colônia portuguesa: não estavam acima de ninguém.

Não é de surpreender a tão propalada incapacidade do povo brasileiro para se indignar, de se rebelar contra as malversações, a indignidade dos poderosos de hoje, dos corruptos. Desde a Colônia, cada grupo social aprendia rapidamente que era melhor olhar para baixo em busca de consolo ou vingança do que para cima. Olhar para cima significava ameaçar alguém poderoso, ciumento e cioso de sua posição, que vigiava constantemente os que estavam abaixo. Puniam-se violentamente os que não soubessem o seu lugar. Acomodação era sobrevivência. O monopólio da violência era o monopólio do senhor contra o escravo rebelde, que sofria as mais variadas sevícias até que seu espírito, sua resistência, irremediavelmente alquebrada, não pudesse mais planejar fugas, vinganças ou rebeliões. O

tronco e o pelourinho eram os lugares do castigo público. Serviam de exemplo recorrente e pedagogicamente eficiente. Marcavam na alma o aprendizado da submissão. Era ensinamento que se generalizava um pouco mais a cada vergastada assistida. Contra um poder que lhe era muito superior, restava ao escravo – e resta, muitas vezes, ainda hoje ao povo – conformar-se. Se, como sabemos, democracia e cidadania são práticas cotidianamente aprendidas, não podemos ser acusados de maus alunos. A lição por muitos séculos repetida formou o aprendizado hierarquizante do submeter e da submissão.

1.3 Escravidão e trabalho compulsório na Colônia

Escravidão e trabalho compulsório. A complexidade social e as variantes do trabalho compulsório colonial. A transição da mão de obra nativa para a mão de obra africana. Casos singulares de organização da mão de obra. Eixos econômicos da expansão territorial.

O ubíquo historiador Ciro Flamarion Cardoso, em capítulo sobre o trabalho colonial, desmonta o excessivo esquematismo da dicotomia senhores/escravos. Tece uma análise na qual se acolhem as complexidades do imenso número de brancos pobres, mestiços e mulatos que não eram nem senhores nem escravos. Estes foram, segundo Cardoso, negligenciados pelos historiadores em virtude da obsessão plantacionista que esteve presente nas narrativas sobre a Colônia e o Império. Fora da *plantation*, não existia história.

Em termos sociais, colocar escravos africanos, indígenas, mestiços e mulatos no mesmo barco dos “colonizados” tal qual fizemos seção anterior é aceitar a afirmação musical de Caetano Veloso de que mestiços e mulatos eram “quase

pretos de tão pobres”. Cardoso nos resgata da esquematização e sugere o conceito de trabalho compulsório, no qual a escravidão está presente junto com outras formas de coerção análogas à escravidão e em concomitância com ela. Ele investiga as principais linhas estruturais que favoreceram e caracterizaram o trabalho compulsório no Brasil colonial.

O autor nos lembra que, em que pese a corrente migratória forçada do tráfico negreiro, não convém negligenciar o intenso fluxo de brancos que veio para o Centro-Sul, o que explicaria, segundo Cardoso, a melhor possibilidade de ascensão social dos negros libertos no Nordeste, onde a concorrência com brancos com posses era muito menor. Kehinde, a personagem africana que seria Luísa Mahin, mãe do abolicionista Luís Gama, no incrível romance de Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, torna-se uma *self-made woman* na Bahia do início do século XIX. Cardoso nos ensina que talvez ela fosse tão bem-sucedida se tivesse sido traficada para a parte meridional da Colônia.

Outro fator relevante foi a abundância de terras, guardadas as diferenças no tempo e no espaço. Até meados do século XIX, em um quadro em que o acesso a terra não era difícil, o único modo dos grandes senhores necessitados de trabalho intenso era o recurso à força. O trabalhador precisava ser obrigado a trabalhar, pois, se livre, cultivaria a própria terra ou as terras abandonadas e abundantes do sertão.

Na literatura de Ana Maria Gonçalves, a linha de vida de Kehinde ilustra detalhadamente a complexidade que historiadores como Cardoso resgatam nas linhas naturalmente mais áridas da historiografia. Havia, no Brasil, escravos que tinham escravos. Escravos que compravam a

liberdade de seus familiares, mas não conseguiam comprar a própria (eram escravos de ordens religiosas, ou valiosos demais, ou estavam hipotecados como garantia de dívidas de seus senhores). Escravos que formavam cooperativas, verdadeiros consórcios de liberdade, depositando seus ganhos nessas sociedades de complexa administração econômica, conquistando, aos poucos, a liberdade; quando livres, continuavam a contribuir para a liberdade dos demais. Existia o fenômeno generalizado da "brecha camponesa", que era quase um "direito" dos escravos em muitas regiões. Cultivavam sua própria "roça" aos domingos, o que era bom para o senhor que se eximia da responsabilidade da subsistência e melhorava a dieta dos seus escravos. Alguns acumularam pecúlio suficiente para se alforriarem.

A manumissão no Brasil, portanto, foi muito mais intensa e recorrente que em qualquer outra zona do escravismo moderno na América. Foi recorrente, por exemplo, nas Minas Gerais em virtude da maior urbanização e se intensificou com o declínio econômico das minas. Ante a perspectiva cada vez mais decrescente das rendas auríferas, os senhores preferiam libertar seus escravos a seguir sustentando-os. Resultou daí imenso contingente de libertos, ingênuos (filhos de cativos e ex-cativos que nasciam livres) e escravos de ganho ou urbanos que construíam "espaços de liberdade" nas cidades da Colônia e do Império, e provocavam o terror na população branca. Eles eram controlados e vigiados intensamente pela polícia, sendo proibidos de andar na rua à noite ou sem carta de alforria ou sem bilhete do senhor que evidenciasse estarem a seu serviço. Esse medo foi agravado após o levante haitiano da virada do século XVIII para o XIX. O haitianismo

teria, mais tarde, consequências políticas muito relevantes na história do Império.

Cabia ao Estado, portanto, a repressão no âmbito coletivo que garantia e legitimava a escravidão. Reprimir rebeliões, destruir quilombos e punir no pelourinho escravos urbanos castigados por seus senhores era uma função pública. Esse sistema contaria ainda com o tempo de racionalização ideológica racial. Uma série de leis racistas foi baixada pelas autoridades coloniais a fim de limitar o acesso de índios e de africanos a certas profissões e posições sociais. Isto nada mais era do que a atuação das elites que controlavam o Estado para forçar os libertos ao trabalho.

É claro que a maior parte dos escravos viveu a vida inteira na zona rural. Nas cidades, apesar da repressão e vigilância constante, as possibilidades de algum grau de liberdade sob a escravidão eram muito maiores que nas grandes fazendas. Também era maior a possibilidade de se conseguir alforria. É interessante notar que, mesmo nas zonas rurais da Colônia, a escravidão não aparece tão concentrada nas mãos de poucos grandes senhores, como se acreditava até pouco tempo. Havia muitos pequenos senhores – com cinco escravos ou menos – que dormiam na mesma casa que seus escravos. Produziam farinha de mandioca e outros gêneros alimentícios ou cana-de-açúcar na terra arrendada de algum grande senhor de engenho, a quem o pequeno senhor se subordinava.

O trabalho compulsório africano foi, aos poucos, substituindo o trabalho indígena. Considerada sua velocidade, esse processo foi muito desigual regionalmente. Se o tráfico negreiro ganha relevância impressionante ao longo do século XVII, em zonas de economia periférica como

o Maranhão ou São Paulo o processo demoraria muito mais. Sérgio Buarque de Holanda nos lembra que, no início do século XIX, na cidade de São Paulo ainda se ouvia com frequência a língua geral dos índios sendo usada na comunicação cotidiana.

A disseminação da escravidão africana acelerou-se com a descoberta de Minas Gerais. A razão dessa substituição é altamente controversa e constantemente debatida pela historiografia. Índios preguiçosos e inadaptados ao trabalho escravo de agricultura intensiva é a explicação que muitos de nós recebemos de nossas professoras primárias. A seu respeito só nos resta o riso. Se pudéssemos voltar ao tempo, perguntaríamos à “tia” da escolinha: “Quem se adapta ao trabalho escravo?”. Parece-me que a escravidão, inerentemente violenta, tem acelerados método de adaptação: o tronco e o chicote garantem a anuência dos mais recalcitrantes. Tal explicação é ainda veladamente racista. Faz parecer que o africano se adaptou plenamente à vida escrava. Para os defensores dessa opinião, só faltaria descobrir nos arquivos africanos que hauçás, benguelas, fons e eves, mandaram seus currículos para disputar vaga nas senzalas da América.

É bem verdade que, ao contrário do que existia no Peru ou na Mesomérica, no Brasil inexistiam sociedades autóctones de agricultura intensiva. O valor das coisas era o do uso, e não o valor mercantil presente nas sociedades europeias e naquelas do litoral africano que estimularam o tráfico. Nesse sentido, a resistência cultural do nativo sul-americano tendia a ser maior, mas essa explicação culturalista não parece ser capaz de fazer frente à chibata e ao pelourinho. O elemento demográfico parece ser mais determinante.

Os engenhos brasileiros funcionaram ao longo de décadas com mão de obra indígena e aos poucos o tráfico negreiro se tornou alternativa para o desaparecimento gradual dos índios e para a crescente dificuldade em obtê-los. É interessante esse ponto em que a procura diversifica o tipo de oferta. Isso desconstrói a visão tradicional monopolista do “pacto colonial”, já que o tráfico negreiro foi um tipo de comércio internacional em que se evidencia a significativa autonomia comercial da Colônia. Os traficantes de escravos estavam estabelecidos no Rio de Janeiro e em Salvador, e não em Lisboa. A libertação de Angola, que foi ocupada pelos holandeses no segundo quartel do século XVII, foi planejada e executada de modo bem-sucedido pelos traficantes fluminenses. Em certo sentido foi a primeira força expedicionária saída do Brasil. Sob o comando do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, a expedição retomou Angola, São Tomé e Príncipe dos holandeses e garantiu o restabelecimento do tráfico para o sul da colônia.

O desaparecimento progressivo dos índios – genocídio causado por escravização, epidemias, destruição de seu modo de vida e ecossistema –, concomitante à crescente necessidade de mão de obra por parte dos colonos, estimulou o tráfico africano, mas este sempre foi imensamente vantajoso para a metrópole, que o tributava, e também para os padres. A igreja justificava ideologicamente a manutenção da reserva de mão de obra indígena. Os índios, livres da escravização por parte dos colonos, eram monopolizados sobretudo pelos jesuítas. Isso explica a pressão constante dos jesuítas pela proibição da escravização dos índios. A coroa decretou a proibição sucessivas vezes, provocando até rebeliões, como maranhense, liderada pelos Beckman. As ordens

metropolitanas não seriam capazes, no entanto, mesmo em suas sucessivas ressurreições, de impedir que o preamento dos índios a partir de regiões como São Paulo e Maranhão.

A mão de obra era investimento mais que um custo fixo. Um investimento alto tornando o investidor muito cioso. Em um quadro avesso à incorporação das inovações tecnológicas e com enorme abundância de terras, a mão de obra era o principal fator de produção.

É bom lembrar que há casos singulares de organização do trabalho compulsório, como a Amazônia e o Rio Grande do Sul. Na Amazônia havia reprodução interna da mão de obra. Era suprida por bandeiras de apresamento denominadas "tropas de resgate", por sua pretensa função de "resgatar" índios condenados à morte em suas tribos. A base econômica desse modelo era o extrativismo, e não a mineração ou o *plantation*, como nas zonas coloniais centrais. Havia, além das missões que controlavam o grosso da mão de obra nativa, um amplo setor campesino independente de posseiros livres e etnicamente heterogêneos e um grande número de pequenas propriedades.

No sul do país por sua vez, a destruição das missões espanholas pelos paulistas, tornou o gado selvagem. Grupos nômades e mestiços caçavam este gado em uma região de escassa densidade demográfica. A exportação de couro serviu de embrião para a crescente valorização do gado, que ganhou novo impulso com a descoberta de ouro. Este empreendimento passou a demandar carne e também as mulas que serviriam para o transporte dos "tropeiros". No século XVIII as estâncias de criação e a organização da mão de obra se impuseram à vida nômade do século XVII. Nestes extremos geográficos, do norte e do sul a ocupação se

iniciou mais por ditames geopolíticos – o controle da fronteira e a expulsão de estrangeiros – do que por ditames econômico-mercantis. Em ambos os casos, a iniciativa da Coroa, ao criar Belém em 1616 e Sacramento em 1680, foi essencial.

Contudo, além da atividade da Coroa, a base econômica da expansão territorial foi muito diversa no tempo e no espaço. Ainda que iniciada no século XVII, dinamizou-se aceleradamente apenas no século XVIII, basicamente a partir de quatro eixos: 1) o bandeirantismo paulista (de apresamento para o Sul no século XVII e monçoeiro de abastecimento no século XVIII); 2) o extrativismo amazônico das drogas do sertão; 3) a mineração; e 4) a pecuária. A análise deste processo será objeto das próximas seções.

1.4 Histórias do sertão

Nomenclaturas. Expansão paulista: primazia política ou econômica? O papel do rio no movimento sertanista. Os ciclos didáticos.
O impacto da União Ibérica. O mito da ilha Brasil.
A lenda negra dos jesuítas.
O legado do movimento sertanista para a história.

Trata-se de senso comum, universalizado pelos livros didáticos e sem base empírica, a divisão corrente entre “entradas” e “bandeiras”. As primeiras seriam encomendadas pela Coroa; as segundas teriam motivação particular ou privada. Tal divisão não faz sentido por duas razões. Em primeiro lugar, é certo que o nome “bandeiras” é uma atribuição posterior. Não se relaciona a nenhum estandarte ou símbolo político da Coroa, mas a “bandos”, nome que era atribuído às incursões ao sertão junto com

“tropa”, “guerra” ou mesmo “arraial”, que passavam a ideia de “cidade em movimento”. Além disso, a expressão “bandeira” só teria se vulgarizado em meados do século XVIII, quando o fenômeno já se esgotara. Em segundo lugar, a maior parte dessas “entradas” ou “bandeiras” não tinha motivação política, mas econômica, ainda que haja algumas exceções, em geral comandadas por portugueses, como a bandeira de Raposo Tavares; mesmo nesses casos, é bem provável que predominasse o estímulo escravocrata.

O bandeirantismo mais típico era o de apresamento, e seu objetivo, era a captura de índios para o trabalho na lavoura. Inicialmente se aproveitando de conflitos entre as tribos para fazer escravos, os paulistas aos poucos alargaram o horizonte de suas razias rumo ao sertão, às vezes capturando centenas, milhares de índios de uma só vez. Iam cada vez mais longe de São Vicente e não poupavam os jesuítas que tinham estabelecido missões onde hoje é o Paraná e, mais tarde, no que hoje é o Rio Grande do Sul. Os inacianos fugiam para longe dos bandeirantes, mas não ficavam, com esse distanciamento, livres dos ataques, tendo até, por volta da quinta década do século XVII, conseguido autorização do papa e do rei da Espanha para se armarem em defesa.

Outra crença desmontada pela recente historiografia foi o papel do rio, sobretudo o Tietê, no processo de incursão ao sertão. Há razoável consenso sobre o bandeirantismo paulista, ter sido um fenômeno terrestre, ao menos até o advento das monções (início do século XVIII). O rio era guia, era rumo, mas seguia-se, por terra, o caminho às margens dos rios.

Uma visão didática estimulada pela ideia de ciclos divide o bandeirantismo em: bandeiras de apresamento; bandeiras

de prospecção (que partiam de São Paulo e acabavam por encontrar ouro em Minas Gerais, na última década do século XVII, e na Bahia, em Goiás e no Mato Grosso nos anos iniciais do século seguinte); o sertanismo de contrato (para a repressão armada de quilombos e de tribos hostis, da qual a guerra palmarina é a mais famosa expressão); e as monções. Em muitos casos, um se sobrepunha ao outro e me parece difícil acreditar que um bandeirante do final do século XVII, oprimido pelo didatismo contemporâneo, deixasse passar uma pepita de ouro por ser fiel à sua missão de “bandeira de apresamento”.

Teve a União Ibérica muita importância para o fenômeno do bandeirantismo paulista? Synesio Sampaio Goes Filho descarta essa hipótese. Segundo ele, os únicos pontos de contato frequentes entre portugueses e espanhóis eram as missões, justamente foco de conflito. De resto, ninguém sabia onde ficava o meridiano de Tordesilhas, e a fronteira entre os dois reinos, se é que assim poderia ser chamada, era livre e fluida. Nunca foi fiscalizada, nem antes, nem durante, nem depois da união das coroas. Servindo-se de um contrafatual, o autor de *Navegantes, bandeirantes, diplomatas* aventa, no entanto, que a escassez de mão de obra escrava, em decorrência da invasão holandesa do Nordeste e de Angola, pode ter estimulado o bandeirantismo escravista ao longo do segundo quartel do século XVII, o que evidenciaria algum impacto da União Ibérica, ainda que indireto, no bandeirantismo. Outra controvérsia seria o caráter despovoador do bandeirantismo “genocida” paulista, que Goés Filho considera exagerado. Lista ele dezenas de vilas e cidades que foram fundadas pelos paulistas, o que faria deles, no mínimo, simultânea e dialeticamente povoadores e despovoadores.

Ainda que a Coroa portuguesa tenha estimulado o “mito da ilha Brasil” – a crença de que as bacias setentrional amazônica e meridional do Prata se encontrariam em uma grande lagoa conformando geograficamente “o destino manifesto” português na América –, cada vez mais parece que o movimento bandeirante foi espontâneo e motivado por motivos econômicos locais, e não para viabilizar a ocupação do território. Mesmo em casos famosos como o de Raposo Tavares, não parece ter a Coroa portuguesa realmente organizado e provido a expedição, tampouco que seu fim tenha sido a ocupação do território. Documentos da época comprovam a finalidade apresadora.

A historiografia sobre os bandeirantes se inicia com o silêncio. Não há relatos contemporâneos, muito menos representações iconográficas dos bandeirantes. Suas representações clássicas só foram recriadas séculos depois, fruto da imaginação idealista da ascensão paulista do século XX, que buscou, no bandeirantismo, legitimação histórica. São os ancestrais valentes das famílias quatrocentonas enriquecidas pelo café. Vê-se isso nos monumentos e logradouros paulistas: Rodovia Fernão Dias, Raposo Tavares, Palácio dos Bandeirantes, Rodovia dos Bandeirantes ou “O monumento às bandeiras”, de Brecheret, inaugurado em 1954, no quarto centenário da cidade, pelo governador Lucas Garcez (1951-55), que bizarramente recebeu uma borduna do cacique Krumare, um botocudo.Esse tipo de idealização é muito posterior. Os primeiros escritos a mencionarem os bandeirantes são bastante negativos e produzidos, claro, pelos inacianos espanhóis. A chamada “lenda negra” enfatizava o aspecto violento, escravizante, genocida das bandeiras paulistas, que também faz parte do movimento. Por meio das pesquisas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(IHGB), são redescobertas e republicadas obras como as de Pedro Taques (1714-1777), que ainda no período colonial, mas já depois do apogeu do bandeirantismo, deixam extrair informações válidas sobre o movimento.

Na década de 1920, com a organização dos arquivos de São Paulo, a obra extraordinária e interessantíssima de Alcântara Machado permite ver o bandeirante como um indivíduo muito pobre, ignorante e truculento, cuja maior riqueza, além dos escravos indígenas, "os negros da terra", eram os tecidos e panos de vestidos femininos usados em dias de festa para ir à igreja. Não se movem para o interior, na epopeia sertanista, em busca de riquezas ou para alargar os domínios de El Rey, mas por necessidade ou – como sugere, em sua passagem mais poética, o extraordinário capítulo do embaixador Goes Filho sobre o bandeirantismo – por uma inexplicável, quase mística atração pelo sertão, que poderia vir da miscigenação com o sangue indígena e que, segundo o autor, ainda nos persegue musical e literariamente nas homenagens que nossos maiores fizeram aos *Sertões*, ao *Grande sertão* ou ao "Luar do sertão", e que ainda hoje lemos e ouvimos.

1.5 As águas da discórdia

O elemento fluvial no embate luso-espanhol na América.
Semelhanças e diferenças entre as ocupações meridional e setentrional.
A fundação de Belém e a de Sacramento.
As dificuldades no estabelecimento das duas colônias. As consequências das metrópoles no Prata.
Os agentes envolvidos.

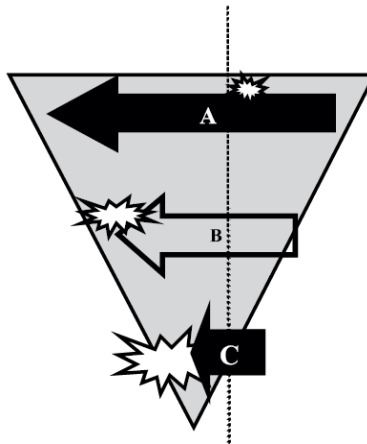
No estudo da expansão territorial, é inescapável evidenciar o papel que tiveram os grandes rios no Norte e

no Sul na ocupação portuguesa na América. As duas principais bacias hidrográficas, o Prata ao Sul e a amazônica ao Norte, tiveram para os brasileiros dos séculos XVII e XVIII importância análoga, mas creio que ainda maior do que a dos rios Mississippi-Missouri para franceses e anglo-americanos na América do Norte. Não há aí, é claro, muita novidade. Sabemos recorrentes e poderosos os impactos que os grandes corpos correntes de água doce tiveram na aventura humana, desde que o primeiro historiador decretou que “O Egito é uma dádiva do Nilo”.

No caso português, no entanto, por motivos distintos daqueles dos antigos egípcios, é possível parafrasear Heródoto e dizer que o Mato Grosso português é uma dádiva do Prata e que a região amazônica brasileira é uma dádiva do rio que a batiza. Esses rios serviam de curso, estrada molhada, via de entrada privilegiada para o sertão, a qual a Coroa portuguesa não se esquivou de buscar controlar, com mais sucesso ao Norte e menos ao Sul. Essa é talvez a principal diferença da presença portuguesa nos dois extremos do Brasil de hoje. A ocupação do Norte, com exceção das duas décadas turbulentas após a criação de Belém (1616), foi mais “mansa e pacífica”, na terminologia jurídica, do que a do entorno de Sacramento (1680), conflituosa em qualquer tempo desde então.

Diferencia-se também aí, politicamente, esses eixos de expansão Norte e Sul daquele implementado pelos bandeirantes paulistas rumo ao sertão, no centro do território português. A presença da Coroa, constante, vigilante e diuturna no Pará e no Prata, era fluida, escassa e constantemente desobedecida em São Vicente. A expansão bandeirante era muito mais privada que pública, ainda que seus efeitos tenham sido aproveitados pelo estadista

paulista quando houve oportunidade para tanto. Uma rústica tentativa de síntese visual didática está presente na imagem a seguir.

O triângulo representaria o Brasil pós-Madri (1750), e as setas a aventura sertanista na Amazônia (A), no bandeirantismo paulista (B) e no Prata (C), que permitiram a anulação da linha de Tordesilhas. Maior alcance ela tem de cima para baixo, acompanhando justamente a menor quantidade de resistência espanhola. Percebe-se ainda que as setas escuras representam significativa presença da Coroa portuguesa. Já na seta transparente, a presença dos interesses metropolitanos quando da organização dessas expedições era, perceptivelmente, muito mais limitada.

Belém foi fundada em 1616, pouco depois da saída dos franceses liderados por La Touche do Maranhão. A localização estratégica do Forte do Presépio, origem da cidade, garantiria a ocupação futura do rio e de seus afluentes, apesar da resistência de ingleses, franceses e holandeses afinal expulsos por volta de 1645. Apesar de mais poderosos que Portugal, as demais coroas europeias jamais deram grande prioridade para esta região[4]. Tendo sido descobertos por navegantes a serviço do rei da

Espanha (há controvérsia se foi Américo Vespúcio ou Vicente Pinzón), a bacia amazônica e seu delta foram abandonados por quase um século, sendo, ao contrário do que se deu com o Prata, ocupados afinal por portugueses.

A origem de Belém como forte em defesa da bacia amazônica após a ocupação francesa do Maranhão estabeleceu a proximidade entre as duas regiões cujo nome original era Estado do Maranhão. O nome mudaria para "Grão-Pará e Maranhão" em 1737, quando a capital deixou de ser São Luís e passou a ser Belém. O Estado existiu de 1622 a 1774, sendo extinto pelo Marquês de Pombal. A realidade jurídica, junto com a criação de cidades, era o meio institucional de a Coroa portuguesa dar corpo a seu projeto colonial de ocupação daquele território. Isso também se verificaria algumas décadas depois no Prata.

O rei de Portugal, muito provavelmente acreditando (erroneamente) estar a foz do Prata dentro do lado português delimitado por Tordesilhas, mandou, em 1678, Jorge Soares, governador no Rio de Janeiro, fundar povoação fortificada na margem oriental do rio. O mau tempo forçou o retorno antecipado da expedição a Santos com um navio a menos. Isso fez que a honra da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento coubesse a Manuel Lobo, que lá se estabeleceu em janeiro de 1680, com cerca de 400 pessoas, quase em frente a Buenos Aires. É inequívoca a primazia dos interesses da Coroa nessa empresa. Além da esperança de compartilhar os lucros do comércio de Buenos Aires, é possível que os portugueses acreditassem ainda que Sacramento seria apenas a ponta de lança para a conquista completa da região no futuro. O que não se põe em dúvida é a necessidade de garantir a ocupação de amplo território desocupado ao sul de São Paulo, que se constituía em

perigoso vazio demográfico aberto à conquista espanhola na parte meridional da América portuguesa. Não tardou para os espanhóis perceberem, atacarem e ocuparem, ainda em 1680, a Colônia. Seria devolvida aos portugueses no ano seguinte pelo Tratado Provisional de Lisboa, esperando um arbitramento papal sobre a questão, que nunca ocorreu.

Seriam mais três invasões ao longo do período colonial: além da primeira, já em 1680, os espanhóis conquistaram Sacramento em 1704, em 1762 e em 1776. Devolveram a Colônia nos dois primeiros casos: depois de ocupá-la por doze anos até a devolução do segundo Tratado de Utrecht (1715) e, logo, após cerca de um ano de ocupação pelo Tratado de Paris em 1763. Houve tentativas frustradas de invasão, resistidas de modo bem-sucedido pelos defensores portugueses em 1735, cujo cerco durou quase dois anos. O que podemos depreender diante de tanta discórdia em disputa dessa que hoje é considerada a capital histórica do Mercosul?

Em primeiro lugar, que se tratava de foco prioritário para as duas metrópoles. A Espanha tinha a intenção de controlar as duas margens do Prata, e Portugal não queria perder o acesso ao rio; Os espanhóis insistiam que Sacramento e seu entorno eram seus por direito[5]. Já Portugal ambicionava toda a margem oriental do Prata, ou seja, todo o Uruguai, e assim permaneceu considerando, exceto no período que se seguiu ao Tratado de Madri (1750-1761) quando Alexandre de Gusmão cedeu Sacramento aos Espanhóis.

Em segundo lugar, essa disputa estimulou a ocupação demográfica do entorno, então desabitado. Depois de frustrarem no início da terceira década do século XVII a

fortificação portuguesa do sítio próximo onde fica hoje a capital uruguaia, os espanhóis, valendo-se da boa visibilidade homenageada pelo nome que teria, fundam a cidade de Montevidéu em 1726, que serviu de núcleo para a ocupação do entorno uruguaio, insulando Sacramento, que aos poucos se tornava enclave luso em território majoritariamente ocupado por espanhóis. Alexandre de Gusmão, secretário pessoal do rei D. João V desde 1730, percebe isso e estimula o estabelecimento de núcleos colonizadores na Lagoa dos Patos, o chamado Continente de São Pedro, base originária do que hoje é o Estado do Rio Grande do Sul. A parte norte da lagoa seria ocupada nas décadas seguintes, a partir de Viamão, com a chegada dos casais açorianos que dariam origem a Porto Alegre.

Em terceiro lugar, cabe a pergunta: por que a Espanha sempre devolvia Sacramento depois de conquistá-la três vezes? É necessário nos voltarmos para a configuração de poder sistêmica na Europa. Lá encontraremos uma península Ibérica dividida em uma Espanha sob influência francesa desde 1712, com a coroação de um príncipe Bourbon, neto de Luís XIV, e Portugal sob forte influência inglesa, consolidada comercialmente após o Tratado de Methuen, de 1703. Nas guerras do século XVIII, não raro, a aliança liderada por Londres levou a melhor e Portugal se beneficiava disso, como no caso dos dois tratados de Utrecht – em 1713, conseguiu que os franceses aceitassem estabelecer a fronteira no Oiapoque; e, em 1715, conseguiu a devolução de Sacramento, ocupada desde 1704 – ou no caso do Tratado de Paris (1763), que encerrava favoravelmente para a Inglaterra e seus aliados (Portugal, Prússia) a Guerra dos Sete Anos. Novamente, voltava a Colônia do Sacramento à soberania portuguesa, demonstrando, em muitos casos, a primazia do elemento

sistêmico em detrimento das configurações de poder favoráveis à Espanha no Prata. Na maioria das vezes, um padrinho forte vale mais que dez mil soldados.

Por último, convém lembrar que a semelhança da presença firme da Coroa na bacia amazônica e na bacia platina, coadjuvante na expansão bandeirante, mesmo no caso das monções cuiabanas, esconde uma diferença de agência. Os agentes a serviço da Coroa no Prata estavam diretamente a serviço do rei de Portugal. Eram governadores, capitães, soldados, colonos enviados da metrópole para povoar o Continente de São Pedro. No caso amazônico, estavam a serviço da Coroa os padres, sobretudo jesuítas, mas igualmente outras ordens, que, a partir de 1657, fundaram a primeira de suas muitas reduções indígenas. Assim como os jesuítas espanhóis eram um braço da Coroa madrilena no Prata, não teria sido possível a Portugal estender sua soberania sobre quase toda a região setentrional sem o serviço dos homens de Deus.

A base econômica dessa ocupação era a extração das chamadas “drogas do sertão”: baunilha, salsaparrilha, castanhas, ervas variadas – especiarias americanas – que substituíam aquelas asiáticas não mais submetidas ao monopólio português, e que garantira tantos lucros nas décadas que se seguiram à viagem de Vasco da Gama. À semelhança do bandeirantismo meridional, o fator de produção mais importante era a mão de obra indígena, capturada por bandeiras fluviais que partiam de Belém e faziam do Amazonas e de seus subsidiários estrada de guerra, abastecendo com nativos os colonos do Norte. Não raro, a disputa acerba por mão de obra provocou conflitos entre leigos e padres, sendo os jesuítas expulsos pelo governo revolucionário dos Beckman, que tomou o poder no

Maranhão em 1684, anos depois de a Coroa proibir, sem muito sucesso, a escravização dos índios em 1680.

Se é verdade que interesses estatais e privados coexistiram nem sempre de modo harmônico na conquista portuguesa da Amazônia, também é verdade que o projeto, a concepção, as ordens, a organização e a mobilização dos recursos humanos e dos materiais necessários à empreitada tiveram, com frequência – e ao contrário do bandeirantismo –, sua origem em Lisboa. Isso evidencia que, como no Prata, a prioridade dada por Portugal à região amazônica foi o que garantiu sua soberania mesmo em disputa com nações mais poderosas.

1.6 O Tratado de Madri de 1750

As motivações do Tratado de Madri. Alexandre de Gusmão. O contexto internacional na época do tratado. As consequências do tratado para a Colônia. Urgências e definições. O legado de Madri.

Negociado ao final do reinado de D. João V, o mais rico dos reis portugueses, o Tratado de Madri é a culminância diplomática desse reinado. Apesar de ter tido parcos resultados em curto prazo, em longo prazo a obra de Alexandre de Gusmão é, com exceção de pouco mais que o Acre, a base para o que hoje é o território brasileiro.

Mas quais foram seus antecedentes?

Todos os tratados de fronteira colonial assinados pela Coroa portuguesa até 1750 eram tratados tópicos, isto é, circunscritos regionalmente. Ou se disputava Sacramento (como nos dois tratados de Lisboa, de 1681 e de 1700), ou o Cabo Norte (como em Utrecht, 1713). A novidade de

Alexandre de Gusmão era um tratado compreensivo que substituísse o caduco diploma das Tordesilhas e definisse para todo o sempre as fronteiras entre Portugal e Espanha na América, o que por si só já era empresa ambiciosa.

Algumas diretrizes nortearam a longa negociação entre as duas coroas. Em primeiro lugar, o princípio do *uti possidetis*, complementado pela ideia de fronteiras naturais. O *uti possidetis* é uma adaptação inteligente de Gusmão do direito romano para o direito internacional. No direito romano, tratava-se de simples fórmula cautelar para evitar a continuação de conflito por território em litígio antes da decisão final do pretor ou juiz romano. Ficava então o território, cautelarmente, com quem o estava ocupando. Sua natureza era temporária. A aplicação que Gusmão deu ao princípio – princípio, aliás, pouco aceito ou usado de modo generalizado no direito internacional, com exceção do Brasil – é bem mais ampla em escala temporal. Não se tratava mais de, “como está ocupando, seguirá ocupando”, como na tradução literal da expressão latina *uti possidetis, ita possideatis*, mas sim da livre tradução usada hoje no princípio do usucapião: “Quem possui de fato deve possuir de direito”. A tradução livre de Gusmão do latim não fez mal a Portugal.

Outro aspecto negociador pertinente foi a princípio das “fronteiras naturais”, que permaneceu sendo basilar nas negociações lindeiras até a República. O negociador não deveria negligenciar os acidentes geográficos visíveis, como rios, montanhas etc., que favorecessem a demarcação posterior à assinatura. Caberia até o sacrifício da região efetivamente ocupada para facilitar a demarcação em casos óbvios de acidentes geográficos que tornassem a fronteira evidente.

Claro está que esses preceitos não eram, à primeira vista, favoráveis à Espanha. Como se explica então o enorme sucesso de Gusmão? Teria a capacidade do negociador santista superado em talentos o negociador espanhol de modo tão formidável a ponto de este entregar aos portugueses quase tudo o que hoje é o Brasil? Que vantagens teve Portugal na negociação que redundou no Tratado de Madri?

Em primeiro lugar, o *timing*. Foi bem utilizado o panorama da balança de poder europeia e ibérica em meados do século XVIII. A disputa sistêmica que, no século anterior, se dava entre os Habsburgo austro-espanhóis hegemônicos e a França contra-hegemônica tinha cedido lugar a uma frágil estabilidade na qual a Inglaterra exercia a função de contrabalançar a crescente hegemonia da França pós-rei Sol. O rei espanhol era um Bourbon, sob influência de Paris (em 1761, seria assinado o Pacto de Família, que uniria formalmente os Bourbon de toda a Europa: França, Parma, Espanha e Nápoles), e Portugal estava há mais de um século vinculado politicamente à Coroa britânica. Com o tratado de Methuen ao vínculo político somou-se o econômico.

A Península Ibérica era um tabuleiro privilegiado, ainda que periférico, da balança de poder europeia, em que as grandes potências – Inglaterra e França – podiam testar seu poder. Já haviam feito isso, décadas antes, na Guerra de Sucessão espanhola, encerrada com o Tratado de Utrecht em 1713. Mal comparando, os ibéricos eram, para a disputa franco-britânica do século XVIII, o que a Alemanha foi para a Guerra Fria. Se, para Espanha, estar subordinada à França favorecia percepção geral de decadência do país (a Espanha tinha sido “a” grande potência dos séculos anteriores), para

Portugal, ao contrário, a vinculação à Inglaterra era a uma tábua de salvação de sua autonomia. Monarca de um país diminuto, de importância limitada na geopolítica continental, D. João V precisava dos ingleses, que eram a garantia de independência dos Bragança. Eram também, o que não é trivial, um escudo naval para a manutenção da soberania colonial.

Já não havia grandes disputas entre portugueses e ingleses na América (voltariam a existir com os brasileiros, na fronteira com a Guiana Inglesa no século XIX), e o apogeu da mineração havia tornado abastado D. João V. El Rey era tido por monarca mais rico do mundo dada a ostentação sem precedentes de seu reinado. No Brasil, "as" Minas Gerais eram o tesouro que valia a pena defender. A aliança com a Inglaterra, ainda que trouxesse ou talvez justamente por trazer prejuízos comerciais a Portugal, servia a esse fim.

A aliança com os britânicos contra a França na Guerra de Sucessão espanhola já demonstrara valer resultados internacionais favoráveis a Lisboa. Na negociação do primeiro Utrecht (1713), o rei francês havia acatado o Oiapoque como fronteira provisória das duas coroas na Amazônia. Tal desfecho certamente não se teria logrado se Álbion não estivesse ao lado de Portugal. É de se supor óbvio para os estadistas da época – e não apenas para Gusmão, que servira anos em Paris – que o crescendo de tensões entre Inglaterra e França redundaria em nova guerra sistêmica. Isso prenunciava os conflitos anglo-franceses, ocorridos na década de 1840 duas vezes: diretamente no subcontinente indiano e indiretamente na Guerra de Sucessão austríaca. A sombra dessa guerra, que

eclodiria definitivamente em 1756 – a Guerra dos Sete Anos – pairou sobre toda a negociação do Tratado de Madri.

Estava claro que haveria divisão na Península Ibérica, como de fato houve: Portugal, do lado inglês, e Espanha ao lado dos Bourbon franceses. Urgia, portanto, resolver, e logo, as indefinidas e fluidas fronteiras americanas, antes que pudessem ser envolvidas no conflito generalizado que se avizinhava. Isso era do interesse de ambos os países, e o famoso artigo 21 do tratado de Madri, que consolidaria juridicamente o isolamento colonial dos potenciais conflitos ibéricos, foi sugestão de José Carvajal y Lancaster, o negociador espanhol.

Não queria a Espanha um novo Utrecht. Naquela ocasião, foi Madri que pagou a conta do compromisso *post-bellum* anglo-francês de 1713. A França aceitara encerrar a guerra e manter o trono espanhol para os Bourbon, com a anuência britânica, mas ao preço da cessão de Gibraltar, além de significativos privilégios de carga para os ingleses em navios espanhóis. Ficava claro que o suborno inglês poderia novamente ser quitado em pesetas. A Gusmão não devia ser difícil supor igualmente que, em eventual derrota inglesa, o *pourboire* parisiense – que poderia evitar maiores perdas para Londres – poderia ser a Amazônia, celebrada em vinho do Porto. Ajuda a corroborar esse temor generalizado lembrarmos que as negociações foram entabuladas secretamente pelas partes ibéricas ao longo de quase quatro anos.

Não é demais recordar ainda que, além da urgência externa, o negociador espanhol tinha uma urgência interna. O bom negociador sabe que, para melhor resultado da negociação, o ideal é que as urgências estejam do outro lado, e nisso Portugal levava dupla vantagem.

No campo sistêmico, como vimos, a aliança bourbônica era de ordem dinástico-familiar, muito mais ideológica que o pragmático elo que unia Lisboa aos ingleses e que se manterá familiar para os brasileiros que estudam a transmigração. Tratava de trocar vantagens comerciais por proteção, o que se verifica novamente avançando-se poucos anos. Com o início da Guerra dos Sete Anos (1756-63), a Espanha entra imediatamente no lado francês, junto com a Áustria e a Suécia, contra a Prússia. Os portugueses só se envolvem na briga muito tempo depois.

No campo interno, no entanto, a pressão era ainda maior. A rainha da Espanha era portuguesa de nascimento e, conforme nos conta o embaixador Goes Filho, a historiografia hispano-americana a acusa com frequência de traidora. A influência da rainha sobre Fernando VI era imensa; quando ela morreu, em 1758, o rei parou de se vestir, de fazer a barba e de tomar banho, vagando imundo pelas madrugadas até sua própria morte um ano depois.

Em suma, Portugal era mais rico e próspero, e seu rei, apesar de soberano de um país pequeno, nadava em ouro e tinha o apoio da maior potência naval do mundo. Era necessário resolver rapidamente a questão das fronteiras americanas, antes que estourasse outra guerra generalizada entre as duas maiores potências. Na última vez em que isso ocorreu, o palco foi a Espanha, e o desfecho, péssimo para Madri, que cedera muito aos ingleses. Some-se a isso uma rainha portuguesa que era, nas circunstâncias, o avesso do que foi Carlota Joaquina (rainha espanhola de Portugal) meio século depois. A tarefa de Carvajal não era das mais simples.

Afora o contexto internacional, o argumento do *uti possidetis* acabou por ser aceito pelos espanhóis por três

motivos principais. O primeiro é que, no Pacífico, a Espanha alegava que sua ocupação se dava fora da zona definida como portuguesa por Tordesilhas (Filipinas), o que não era verdade. Para os espanhóis, Portugal devia abrir mão de qualquer pleito asiático que obrigasse a Espanha a devolver territórios. O segundo motivo é o Mapa das Cortes. Evidentemente favorável a Portugal, o mapa encomendado por Gusmão minimizava bastante o alcance da ocupação portuguesa além Tordesilhas. O mapa foi feito segundo o máximo de conhecimento cartográfico que se tinha na época, que, como sabemos, ignorava largamente o cálculo correto das longitudes. O embaixador Goes Filho defende Gusmão alegando que os espanhóis também falsificavam cartas para benefício próprio. O fato é que o Mapa das Cortes facilitou enormemente a negociação e foi aceito pelos dois países como base de negociação legítima. O terceiro motivo foi a concordância de Gusmão, pela primeira vez na história de Portugal, em aceitar como espanholas as duas margens do Prata, cedendo assim a Colônia do Santíssimo Sacramento, da qual trataremos em detalhes em breve. Receberia em troca os Sete Povos das Missões, zona de ocupação jesuítica havia décadas e que precisaria ser evacuada.

Para o candidato ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), fica claro que pesam muito pouco as vicissitudes locais da Colônia. A definição do Tratado de Madri obedece aos ditames da política interna das metrópoles e, mais ainda, ao contexto internacional no qual elas se inseriam. Muitas vezes, ignorava-se o que se passava na Colônia e também o equilíbrio de forças na América, o que, em muitos casos, como no de Madri, inviabilizaria a implementação posterior dos acordos e/ou sua demarcação. Isso será a regra para a definição de quase

todos os tratados de limites antes e depois de Madri. Perceberemos que ainda demoraria cerca de um século para que as considerações sistêmicas perdessem a primazia absoluta que tinham sobre a definição dos resultados que configuravam aquilo que viria a ser o Brasil.

Pouco mais de uma década depois de assinado, o Tratado de Madri não era mais defendido por ninguém e acusado por muitos, até pelo Marquês de Pombal, novo homem forte da monarquia portuguesa sob o reinado de José I. Morreram seus negociadores e os reis que o assinaram. A permuta de Sacramento pelos Sete Povos não se concluiu. Nenhum dos lados abandonou o que considerava ainda seu e, no caso dos Sete Povos, isso redundou em guerra sangrenta com os jesuítas armando os índios, como foi mostrado no filme *A missão* (1986), de Roland Joffé, com Robert De Niro e Jeremy Irons. Madri seria finalmente anulado em 1761 pelo Tratado de El Pardo, durante o período pombalino, já que Sebastião Carvalho e Melo jamais havia concordado com a cessão de Sacramento. Na região do Prata, o conflito se manteria até o século XIX.

Na parte setentrional e central, no entanto, o tratado se manteve. As fronteiras amazônicas permanecem praticamente idênticas ao que se havia decidido em 1750, mesmo por diplomas em geral mais favoráveis à Espanha no Sul, como o Tratado de Santo Ildefonso. Nos tratados de 1777 e 1801, as linhas traçadas por Gusmão parecem novamente ganhar força e sobrevida e só começam a tracejar intermitentes quando banhadas pelo Prata, zona naturalmente mais litigiosa, por ser mais povoada. A obra de Gusmão, incompleta ou borrada pelas guerras do Sul, manteve o esboço original quase intacto no Norte. Duarte da Ponte Ribeiro e Rio Branco terminariam a pintura.

1.7 O período minerador e a época pombalina

A "negociação da descoberta". Os anos iniciais das Minas Gerais. A Guerra dos Emboabas. A crescente presença da Coroa. As consequências do período minerador para a América portuguesa. A época pombalina e suas consequências no curto e no longo prazos. O declínio da mineração.

Foi em algum ponto das recém-descobertas Minas Gerais que um paulista, bandeirante, futuro faiscador, encontrou pela primeira vez um baiano que descia atraído pela "febre do ouro". Isso ocorreu em algum momento no finalzinho do século XVII, logo após a "descoberta do ouro" pelos paulistas. Começava a se romper a lógica dos arquipélagos, onde as regiões coloniais, semiautônomas, tinham mais contato com Portugal do que entre si. O que se encontrava era o próprio Brasil.

Há muita divergência na historiografia clássica sobre o bandeirantismo e a mineração, sobre quem e quando encontrou o ouro, mas pesquisas recentes apontam que o mais provável é que a descoberta entre 1694-5 tenha sido mais a "negociação da descoberta" do que a descoberta propriamente dita. É quase certo que os paulistas já sabiam fazia algum tempo que havia ouro na região que se chamava, na época, Sabarabuçu. É de se estranhar que, em dois ou três anos, de vários lugares e de regiões distintas comecem a surgir anúncios e mais anúncios de que o ouro foi descoberto quando, pouco tempo antes, não havia senão silêncio e esperança em Portugal.

Destacam-se, nesse contexto, dois personagens: Fernão Dias e Borba Gato. O primeiro teria, em expedição encomendada pela Coroa, dilapidado boa parte de sua

grande fortuna com a busca constante e incessante do ouro, que rendia poucos frutos (esmeraldas que não eram verdadeiras, por exemplo) e que lhe valeu até uma conspiração para matá-lo, na qual participou um de seus filhos (executado pelo pai quando descoberto). Foi Fernão Dias quem descobriu a chave para abrir as portas do sertão dourado: a agricultura! Meses antes de partir, mandou batedores plantarem, ao longo do caminho, mandioca e outros víveres, permitindo assim a sobrevivência da expedição, uma vez esta em curso. É justo que tenha virado hoje nome de rodovia, e é irônico que, mesmo durante o período minerador, a atividade agrícola tenha dado muito mais lucro que a atividade mineradora. Dada a abundância do metal o quadro inflacionário foi constante ainda que mais grave nos primórdios. Comprar no litoral para vender nos arraiais dourados era sempre um ótimo negócio. Uma vez passada a época do ouro, Minas assume sua vocação agrária, tornando-se um dos principais celeiros do Império no século XIX.

Borba Gato era casado com a filha de Fernão Dias Pais e foi com ele para o Sertão. Assassinou um funcionário da Coroa, emissário real e teve que viver no sertão, como fugitivo em meio aos nativos por vários anos. Conhecia profundamente aqueles vales e serras, e se tornou a maior esperança da Coroa para a descoberta do ouro. Uma vez descoberto o ouro, Borba Gato foi perdoado pelas autoridades reais e cumulado de cargos e de vantagens. Morreu rico, mas não sem antes se envolver na Guerra dos Emboabas. Em breve o encontro dos dois Brasis, de norte a sul, deixaria de ser um tranquilo córrego para tornar-se pororoca.

De certo modo, ao prenunciar o afluxo de gente que inevitavelmente se seguiria à descoberta do ouro, os paulistas adiaram tanto quanto possível a anunciação da descoberta. Sendo inevitável – ouro escondido de nada serve – o anúncio, este foi muito bem negociado com a coroa. O perdão a Borba Gato, os cargos oferecidos aos notáveis de São Vicente, as garantias da Coroa de que os sertanistas permaneceriam no controle da região são alguns exemplos que dão conta da negociação em jogo. A Coroa não tinha como ter acesso ao ouro sem os bandeirantes, e esse controle privado sobre as zonas mineradoras permaneceria na mão dos paulistas por mais de uma década. Nesta década a Coroa arrecadou muito pouco, quase nada do quinto real que lhe era devido.

A fotografia dos anos iniciais da zona aurífera era tétrica. Sem a presença da Coroa e ante o caos e a desordem provocados pelo afluxo constante de pessoas, os paulistas tudo controlavam e em tudo mandavam. Grassava a criminalidade como consequência ou não da fome, inevitável em face dos preços extorsivos dos víveres, no mínimo dez vezes mais altos que os preços cobrados no litoral. Uma galinha, um saco de farinha de mandioca, uma vaca tornaram-se bens preciosos, que precisavam ser vigiados e guardados por escolta armada para não serem tomados por algum faminto mais forte ou mais ousado. Havia monopólios de fornecimento de carne, por exemplo, outorgado nos moldes mercantis aos paulistas, e houve, por duas vezes, epidemias generalizadas de fome, que duraram meses em decorrência da precariedade do abastecimento. Os homens, garimpeiros livres, senhores e escravos se amontoavam como animais em arraiais insalubres que se tornariam o embrião da primeira civilização eminentemente urbanizada do Brasil.

Duas causas estruturais explicam a crescente tensão na zona mineradora entre os paulistas e os emboabas liderados por Manuel Nunes Viana. Uma delas é simplesmente demográfica. Os estrangeiros, ou seja, os não paulistas – chamados pejorativamente por estes, de emboabas[6], em pouco tempo, já eram em número muito maior que os vicentinos. Era natural que não tardassem a recusar a hegemonia política dos paulistas e as vantagens econômicas daí advindas. A formação de duas facções antagônicas levou rapidamente a enfrentamentos, na maior parte das vezes, desfavoráveis aos paulistas. Estes foram progressivamente desarmados, humilhados e expulsos de diversas regiões das Minas Gerais, por grupos de emboabas armados e dispostos a vingar a década de humilhações e de submissão.

Outro elemento que deve ser levado em consideração na eclosão da Guerra dos Emboabas é o econômico. A mineração favoreceu a disseminação acelerada da escravidão africana, cujos fluxos comerciais estavam fora do alcance dos paulistas, dado seu notório e secular isolamento. Os grandes traficantes estavam em Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, de onde provinham as lideranças emboabas. A evolução da mineração, com a chegada de técnicas usadas em Potosí, maximizou a demanda pelo uso intensivo da mão de obra africana, sobretudo os muito valorizados "pretos de Mina", que vinham de São Jorge da Mina e já estavam mais familiarizados com a mineração na África. Dizia-se que davam sorte e que conseguiam farejar o ouro. Os emboabas que começaram a usar técnica espanhola compravam ou ocupavam datas abandonadas pelos paulistas que apenas aparentemente estavam esgotadas com o ouro de aluvião. Lá bombeavam água, desmontando, com sua pressão,

morros e cabeceiras de rios, de onde o cascalho proveniente era peneirado e, com frequência, escondia muito ouro, mas, para ser encontrado, era necessário o trabalho de muitos escravos. Os fluxos de comércio negreiro, muito lucrativos e necessários, estavam fora do alcance dos paulistas.

O enriquecimento rápido das futuras lideranças emboabas e a disseminação célere da escravidão africana contribuíram para a criação, em uma década e meia, de uma nova elite ressentida contra os privilégios dos sertanistas sedentarizados pelo ouro. Manuel Nunes Viana foi capaz de transformar esse ressentimento em instrumento de mobilização popular e foi favorecido pela primazia demográfica dos não paulistas. Após a Guerra dos Emboabas (1708-9), os paulistas que não foram expulsos ou mortos haviam perdido totalmente a primazia e a autoridade que tinham gozado desde a descoberta do ouro.

A chegada de um novo governador à zona deflagrada de conflito encerrou a Guerra dos Emboabas. Ao contrário do primeiro governador, o segundo restabeleceu a autoridade real, expulsou Manuel Nunes Viana, autoproclamado governador, cargo inexistente até então, mas sem o confisco de seus bens ou mesmo julgamento. A Coroa parecia mais interessada em pacificar a região do que punir ou julgar quem quer que fosse. A partir de então se percebe a crescente presença da Coroa portuguesa, evidenciada igualmente pelo progressivo aumento da produção e, o que mais interessava ao rei, pela cobrança do quinto. O Estatuto das Minas, a regulamentação das datas (lotes de terras na zona mineradora), o estabelecimento das casas de fundição, a separação da capitanias de Minas Gerais e São Paulo, foram algumas das medidas tomadas pela Coroa para

maximizar sua presença na Colônia nos anos que se seguiram. Sobretudo a presença fiscal da coroa portuguesa.

Ao contrário da Guerra dos Emboabas, quando pouco mais de dez anos depois eclodiu uma rebelião de faiscadores liderados por Filipe dos Santos em Vila Rica (1720), a autoridade real foi impiedosa e o Conde de Assumar fez executar Filipe dos Santos e esquartejá-lo para servir de exemplo. Acabara o tempo das conciliações e das concessões. A Coroa não dependia mais de paulistas e/ou de emboabas. Portugal assumia o controle direto da região e não faria senão aumentar o alcance do Estado ao longo das décadas que se seguiriam.

Os bandeirantes foram responsáveis depois da guerra, por desbravar novos veios auríferos, no segundo ciclo minerador, que, na década de 1710, surgiria no Mato Grosso e em Goiás. Por mais um século manteriam com estas regiões, a muito custo, o contato anual por perigosíssimas vias fluviais. Partiam de São Paulo para o interior remoto a milhares de quilômetros de distância em expedições, chamadas monções. As monções foram responsáveis, em longo prazo, pela disseminação da pecuária pelo Centro-Oeste, pela sedentarização e pela transformação dos paulistas em mato-grossenses e em goianos, e, em última análise, pelo alargamento do Brasil com parte significativa de seu território a oeste, atestado pelo Tratado de Madri em 1750.

A descoberta do ouro em Minas Gerais – e também no sul da Bahia, em Goiás e no Mato Grosso – deu origem a um processo acelerado de urbanização, que se espraiou pelo Sudeste e fez surgir núcleos urbanos no caminho do ouro, aumentando e muito a importância e a população de outros núcleos preexistentes, como o Rio de Janeiro. Sorocaba se

torna um centro importante de distribuição pecuária, necessário ao abastecimento da zona mineradora. Além do gado, que transporta a si mesmo, quando vivo, uma série de outros bens e víveres dependiam do transporte feito por mulas, sem as quais não haveria Minas Gerais, assim como sem as canoas dos bandeirantes monçoeiros não existiria o Mato Grosso.

Dentre as consequências do período minerador para a América portuguesa, esta a ampla disseminação da mão de obra africana e a crescente importância do tráfico negreiro, que se tornou um dos maiores negócios do período. Era controlado majoritariamente por grupos coloniais, o que questionava a rigidez do pacto colonial. Em pouco tempo, o número de escravos e de mulatos na região de Minas Gerais já superava a Bahia. Ao final do período minerador, constata-se ainda um imenso contingente de libertos, o maior do país, evidenciando que a prática da manumissão e da miscigenação fez nas Minas, em menos de um século o que demorou quase três para ocorrer no Nordeste.

Algumas hipóteses explicariam a recorrência da prática de alforria na região. As sociedades urbanas são mais complexas e oferecem mais oportunidades de acumulação de pecúlio e alforria que a vida escrava no eito e na senzala do engenho. Escravos que aprendiam algum ofício, artesanato ou comércio eram colocados a ganho (pagavam jornada a seus senhores) e frequentemente rendiam mais que aqueles empregados como garimpeiros. De modo geral, havia mais estímulo para a produtividade do cativo, entre eles a alforria ou a promessa de alforria em testamento ou após muitos anos de serviço. Além disso, a escassez acachapante de mulheres brancas favoreceu a

miscigenação em maior intensidade que nas cidades do litoral.

Afora os quase dois milhões de escravos que entraram no Brasil durante o período minerador, tanto a descoberta do ouro quanto o renascimento agrícola do período que se seguiria à época pombalina trouxeram milhares de brancos pobres para a Colônia, tornando ainda mais complexos o quadro social e a distribuição etnodemográfica do século XVIII. Sendo comum o emprego de mestiços e de mulatos no serviço à Coroa, favoreceu-se o surgimento de uma camada média, o que fez um autor sugerir, com exagero, que a mestiçagem foi deliberadamente concebida pelas autoridades portuguesas para criar uma almofada social que servisse às funções administrativas. Essa camada média, ainda pequena se comparada às zonas urbanas do século XIX, era muito maior que em outras regiões do país e era composta ainda de artesãos, pequenos mascates, padres, mas sobretudo de funcionários públicos, como aliás seguiria sendo a norma na sociedade brasileira nos séculos vindouros.

O ano de 1750 trouxe, como balizador, muitas transformações para Portugal e sua Colônia. Foi o ano da assinatura do Tratado de Madri, da morte de D. João V e da chegada ao poder de D. José, que dará cada vez mais poderes ao ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. O impacto do governo pombalino na administração do reino e, sobretudo, na Colônia é dos mais relevantes e merece um balanço.

Francisco Falcon, em seu clássico sobre *A época pombalina*, avalia o período de 1750 a 1777 no duplo diapasão Ilustração e mercantilismo. O historiador Kenneth Maxwell segue a mesma trilha ao apelidar Pombal de “o

paradoxo do iluminismo". Esse déspota esclarecido é, ao mesmo tempo, iluminista e absolutista. Como isso é possível? Os estudos de Hobsbawm sobre o "absolutismo ilustrado" extraem dentro da lógica marxista uma causalidade econômica: a necessidade de modernizar e de racionalizar o aparato estatal de reinos atrasados – sobretudo no campo econômico-social, muito mais que no político, afinal, mesmo ilustrados os monarcas abriam mão do absolutismo – em face à prosperidade britânica que vivia a prosperidade da Revolução Industrial incipiente. Os ingleses estavam, aos poucos, transformando os demais estados europeus em economias periféricas e o despotismo esclarecido era a tentativa destes reinos de escapar disso.

No caso português, a situação era ainda de maior dependência, política e econômica. A obra de Pombal se enquadra na tentativa de diminuir essa dependência estrutural e cavar espaços de mais autonomia para Portugal. Tratava-se, sim, de uma contradição aparente: utilizar os métodos ilustrados para dotar de mais racionalidade e eficiência a estrutura do Estado absolutista, fortalecendo-o. Os meios eram iluministas; os fins, mercantis.

Na análise cuidadosa de Falcon, percebe-se que a retórica ilustrada do período pombalino deixa entrever que se trata de coisa estrangeira. Admirada, aplicada, mas diferente do que seria o "português", persiste um distanciamento. Sua aplicação deve ser mediada pela realidade portuguesa, uma sociedade tradicional, isolada, mercantil. A avaliação desse autor é que o sucesso da obra pombalina reside mais nas medidas socioculturais[7] que nas medidas de racionalização econômica. Do ponto de vista técnico, persiste a defasagem; do ponto de vista político,

segue o absolutismo. Os escravos do reino são libertados, mas permanece a lógica populacionista que impede a imigração em massa para as colônias, mantendo uma estrutura que mais prende os homens que os liberta. Do ponto de vista econômico, não conseguiu mais do que fortalecer uma burguesia já existente, sem ser capaz de criar um estamento burguês ou industrial ou financeiro, muito menos de superar a dependência da Inglaterra, como ficaria evidente nos episódios de 1807-10, ainda décadas adiante. Para a Colônia, entretanto, a racionalização significou arrocho e traria consequências graves.

Para reconstruir Lisboa do terremoto que a destruiu em 1755 – um dos maiores registrados na história da humanidade – Pombal foi acumulando poderes delegados por um monarca crescentemente abúlico[8]. Às "subscrições voluntárias" exigidas dos colonos nas Minas se somaria uma série de leis e regulamentos cujo objetivo fiscalista era óbvio; mais controle sobre a região mineradora em geral e sobre o distrito diamantino em particular. Em 1740, tem início a fase de contratação (ou seja, entrega-se a um particular, como em um arrendamento, a zona do diamante) que, durante o período pombalino, rendeu cerca de 1,5 milhão de quilates, derrubando dramaticamente o preço do diamante na Europa.

A expulsão dos jesuítas em 1759, cujo pretexto foi o envolvimento de um inaciano na conspiração para assassinar D. José, descoberta a tempo e punida exemplarmente por Pombal, obedeceu a um ditame mais amplo, que era o fortalecimento do absolutismo[9]. Para isso, era necessário eliminar os rivais mais fortes da casa real: os nobres mais poderosos e a Companhia de Jesus, riquíssima tanto no reino quanto na Colônia. A devassa que se seguiu à

descoberta da conspiração aniquilou famílias aristocráticas seculares e garantiu, com a expulsão dos padres jesuítas (prática, aliás, seguida generalizadamente por diversos monarcas católicos depois disso), a retomada – de eficácia discutível, é verdade – do controle por parte do Estado de áreas até então sob o domínio exclusivo da companhia, sobretudo na Amazônia das drogas do sertão.

O setor educacional sofre, assim, uma reviravolta. Se, na metrópole, a reforma universitária coimbrã de 1772 e a criação do colégio dos padres onze anos antes são os grandes marcos da secularização e da modernização do ensino, na Colônia a criação do cargo de mestres particulares, com subsídios do Estado e autoridade para criar turmas, diminuiu o alcance do sistema, elitizando ainda mais o ensino no Brasil, mas melhorou sensivelmente a qualidade ao criar padrões de avaliação e concessão dessas licenças. Permanecia a Colônia sem o direito de ter universidades como aquelas existentes na América espanhola. Os alunos brasileiros que quisessem seguir os estudos em uma universidade precisavam ir para Coimbra, como fez José Joaquim de Azeredo Coutinho. Já muito mais velho do que o que era normal então (e ainda hoje), parte para a Coimbra recém-reformada em 1775, com 32 anos, após abandonar os negócios da família. Teria impacto significativo no breve período em que foi bispo e governador de Pernambuco.

O impacto das reformas educacionais e, por meio delas, o alcance das ideias pombalinas são muito mais longínquos do que se poderia supor à primeira vista. O filósofo Antônio Paim entende o momento pombalino como transcendendo ao período pombalino *stricto sensu* e chegando até a criação, pelo príncipe D. João, da Academia Militar em 1810-

11, depois chamada de Escola Politécnica. Para Paim, é perceptível a influência do modelo pombalino de Estado nas concepções de Rodrigo de Sousa Coutinho, seguidor e protegido de Pombal, conselheiro e ministro de D. João (1755-1811), e de José Maria da Silva Paranhos (1816-80), o mais duradouro presidente de conselho do Segundo Reinado[10].

José Murilo de Carvalho argumenta que o pombalismo e suas concepções arraigadas ao modelo de gestão do Estado disseminado pelo ensino de direito tiveram impacto muito mais grandioso. A geração coimbrã que participou da Independência do Brasil, do Primeiro Reinado e do período regencial tinha em comum uma homogeneidade de pensamento, ilustrada, porém estatista, legado inequívoco do pombalismo. Para Carvalho, a própria unidade territorial e a resiliência *sui generis* do regime monárquico na América portuguesa se devem à transmigração institucional do espírito pombalino – iluminista, mas não revolucionário – para as faculdades de direito de São Paulo e Olinda (depois transferida para Recife), organizadas de acordo com o modelo de Coimbra e que perpetuaram no Brasil uma homogeneidade de concepções e de categorias de pensamento em um setor específico da elite nacional, os bacharéis em direito, magistrados. Esse grupo conseguiu impor sua visão de Estado aos demais grupos da elite que não tinham essa homogeneidade, como os padres e os militares.

O significado mais amplo do período pombalino para a América portuguesa foi o esgarçamento das tensões entre a metrópole e aquela parte do Império que superava de longe tanto econômica quanto demograficamente a metrópole. Os estímulos sociais, políticos e ideológicos da *ilustração*

pombalina confluíram concomitantemente com o arrocho e o arbítrio da mão pesada do fisco português para acelerar o declínio do antigo sistema colonial na América. Não havia grandes obstáculos contra os brasileiros nos cargos públicos da administração colonial, como no caso dos *criollos* da América espanhola, ainda que a imigração metropolitana em larga escala, que Pombal tentou conter, tenha minimizado um pouco o controle crescentemente brasileiro dos cargos administrativos.

A criação de companhias comerciais de caráter explorador, a reforma dos sistemas judiciário e financeiro (o real erário ficava sob o comando direto de Pombal), a mudança no sistema fiscal das minas, retornando o quinto, agora com a finta de cem arrobas de ouro por ano, que abria espaço para a decretação da odiosa derrama (cobrança generalizada dos atrasados da população em geral), são exemplos de medidas que levariam, em médio prazo, a sedições. Em longo prazo, essas medidas levariam ao reconhecimento da Coroa portuguesa da impossibilidade de manutenção do regime de controle mercantil, ainda que motivadas pelo quadro das relações internacionais europeias na primeira década do século XIX.

Às vezes, eram as medidas ilustradas, como a libertação dos índios no Pará, que provocavam a insatisfação dos colonos[11]; em outras, a má administração, sobretudo das zonas relegadas após a expulsão dos jesuítas que assistiram ao declínio econômico, como no caso da ilha de Marajó. Embora o período minerador tenha contribuído para iniciar o processo de união do arquipélago econômico, essas unidades semi-independentes do ponto de vista econômico ainda tinham muito pouco contato entre si, e a reforma administrativa pombalina seria o primeiro passo para aquilo

que viria a ser a interiorização da metrópole no início do século seguinte. A criação de um vice-reino em 1861 e a mudança da capital para o Rio de Janeiro em 1863 evidenciavam, além dos problemas econômicos (maior controle das minas, obsessão pombalina) e geopolíticos (maior proximidade dos conflitos platinos), o reconhecimento de uma região mais dinâmica, o Sudeste, que estava ultrapassando a riqueza do açúcar nordestino. Já a mineração entrava em seu período de declínio mais pronunciado.

O Barão de Von Eschwege – contratado do príncipe regente na geração seguinte para recuperar a mineração – diagnosticaria que era a falta de investimentos e de paciência para extrair de modo constante e eficaz o ouro do fundo da terra, a causa para a percepção declínio do ouro. Esgotara-se não o ouro, mas o ouro de aluvião e a mineração nele baseada. Esses estímulos capitalistas para inversões em longo prazo eram inviabilizados pelo mercantilismo predatório, intensificado pelo governo pombalino tanto mais quanto ficava claro o declínio da produção. A queda na arrecadação era atribuída por Lisboa exclusivamente ao contrabando. A resposta era a repressão. A profissão de ourives foi simplesmente abolida no Brasil em 1766 e radicalizada no período de D. Maria, que proibiu manufaturas em geral em 1785, com seu fatídico alvará, intensificando a política de repressão pombalina.

Tais achaques, em plena época das luzes, não ficariam sem consequências.

1.8 Levantes coloniais: insatisfação, separatismo e apropriações contemporâneas

Os movimentos nativistas: nomenclatura e historiografia. Aclamação de Amador Bueno (1640). Quilombo dos Palmares (1654). Revolta de Beckman (1684). Guerra dos Emboabas (1708-9). Guerra dos Mascates (1710). Revolta de Vila Rica (1720). Inconfidência Mineira (1789). Conjuração do Rio de Janeiro (1794). Conjuração Baiana (1798). Conspiração dos Suassunas (1801), o bispo Azeredo Coutinho e o Seminário de Olinda.

O termo movimentos nativistas, criado na historiografia do século XIX e perpetuado nos livros didáticos[12], é controverso. Já atribui de pronto um sentimento que dificilmente pode ser verificado nesses levantes: um protonacionalismo brasileiro. Como crítica a essa tradição se convencionou usar o termo movimentos antifiscalistas, que também não é ideal, por não dar conta de levantes em que a questão tributária não estava no cerne do conflito, como no caso da Guerra dos Emboabas ou da Aclamação de Amador Bueno. Usemos termo mais neutro: levantes coloniais. Ele vale tanto para os movimentos pré-iluministas, sem nenhuma pretensão separatista (exceto no caso dos paulistas em 1640, quando por pouco não se chegou a tal desfecho), quanto para as sedições pós-pombalinas, nas quais, conforme alega grande parte da historiografia, se queria a ruptura completa, ainda que regional, com a metrópole[13]. O fim do exclusivo tinha, nesses casos de fins do século XVIII e início do XIX, exemplos concretos a seguir: na América do Norte, a Independência das Treze Colônias em 1776); na América Central, o levante haitiano e a própria Revolução Francesa que o havia motivado.

A razão da resiliência historiográfica do nativismo é fácil de ser verificada desde os clássicos Varnhagen e Capistrano de Abreu. Trata-se de buscar, no passado colonial, antecedentes libertários que inventassem uma tradição nacionalista *avant la lettre*, importante no momento de

construção do Estado nacional no Império, mas não só no Império. Também nos primórdios da República o novo regime republicano, necessitadíssimo de legitimidade, iria buscá-la na Inconfidência Mineira e em Tiradentes, que teriam prenunciado a República cem anos antes. Tiradentes é pintado por Pedro Américo como o mártir (com as feições de Cristo) da República. Isso é perceptível também em homenagens como o Aeroporto de Guararapes, em Recife (homenagem aos "heróis brasileiros" que expulsaram os holandeses estrangeiros), ou no Dia do Exército, que comemora essa batalha.

O presente está sempre olhando para o passado em busca de legitimação. Os nacionalistas de ontem, mais que os de hoje, viam nessas rebeliões um embrião da ideia de Brasil. Como o nacionalismo é um fenômeno essencial ao século XIX, pós-Revolução Francesa, esse entendimento é hoje muito criticado e evidencia uma percepção fora de lugar no tempo histórico. Compreensível, mas anacrônica.

Aclamação de Amador Bueno (1640)

Embora o drama da sucessão tenha tido pouco eco na Colônia em 1580, ao longo das primeiras décadas do século XVII, as comunidades brasileiras passaram a refletir o momento histórico português de modo crítico. A união das duas coroas favorecera diferenças regionais no Brasil. Ao mesmo tempo que a dominação holandesa acentuava a segregação no Norte, Bahia e Rio de Janeiro mantinham forte relação com a metrópole, e São Paulo passara a receber número significativo de espanhóis, inclusive pelo contato constante dos bandeirantes com as regiões sob domínio direto de Madri, no que seria futuramente o vice-reino do Prata. Convém lembrar que o contato entre as capitanias era praticamente inexistente.

A política no planalto paulista dividia-se em dois clãs: o dos Garcia (mais tarde conhecidos como Pires) e o dos Camargo. O primeiro constituía o que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “partido português” e o segundo, o “partido espanhol”. Apesar de parente dos Pires pelo lado materno, Amador Bueno era partidário espanhol e atuou, junto com Fernão de Camargo, na expulsão dos jesuítas do planalto após reprimir, como juiz ordinário, as atividades de padres que espalhavam rumores sebastianistas em São Paulo, por se tratar de um “desprezo a El-Rei, Nosso Senhor, Felipe IV”. Devem-se entender, no entanto, manifestações como a Aclamação de Amador Bueno como “rei de São Paulo” pelo partido dos Camargo, no ano seguinte à expulsão dos jesuítas (1641), mais como afirmação conservadora que como movimento “nacional”, uma vez que, ao ser aclamado, Bueno foi o primeiro a repelir as pretensões nacionalistas e a afirmar o reinado de D. João IV.

A tentativa de golpe, ocorrido já com a ausência dos jesuítas, revelou a influência dos Camargo e a frustração do partido com a fraqueza do aclamado e com a ausência de grande número de partidários, que se encontravam combatendo nas reduções do Paraguai. Amador, como se sabe, recusou o título de rei e quase foi linchado por seus outrora súditos voluntários. A concordância hipotética do homem que não quis ser rei nos leva a elucubrar sobre como seria um Brasil espanhol com sede em São Paulo no século XVII ou talvez uma grande Argentina ou um grande Paraguai, que faria fronteira com o Rio de Janeiro e faria de Resende uma nova Colônia do Sacramento. Eis aí muito espaço para ficção científica.

Quilombo dos Palmares (1654)

Durante todo o período colonial, existiram escravos dispostos a fugir. Os mais de quinze anos de conflitos durante o reinado de D. João IV e a montagem de uma administração colonial que enfraqueceu o poder da Coroa constituíram os fatores que facilitaram a fuga de cativos no Nordeste brasileiro para a criação do Quilombo dos Palmares. Da faixa de 120 quilômetros de palmeiras localizada, de modo paralelo à costa, entre o rio São Francisco e o Cabo de Santo Agostinho, partiam os quilombolas para assaltos às zonas vizinhas. Dispunham coiteiros entre os brancos, que ganhavam com transações de proteção, e eram organizados e numerosos, ao passo que o governador de Pernambuco já não contava com contingente suficiente para pôr fim ao quilombo. Lavrou, então, contrato com Domingos Jorge Velho, pelo qual o bandeirante se obrigava a destruir os quilombos e a enviar as presas para serem vendidas no Rio de Janeiro ou em Buenos Aires e, em troca, receberia munições, escravos, sesmarias, hábitos das ordens militares e anistia aos crimes que tivesse cometido. Antes que terminassem as operações, nas quais Domingos Jorge perdera muitos homens, já se havia ordenado para que a direção da guerra fosse transmitida a outro paulista: Matias Cardoso, cuja campanha também foi difícil.

Apenas em 1694, com o reforço de tropas auxiliares, comandadas pelo capitão-mor de Igaraçu, e de companhias de infantaria pagas foi possível dar início ao bloqueio à ação de Zumbi, cujo Exército havia construído uma cerca tripla no alto da Serra da Barriga, com flancos, redutos, guaritas, fossas e estrepes, e contava com armas de fogo e flechas. A luta intensa culminou com a fuga em massa dos quilombolas, mortes, degolas e cerca de 500 prisões em uma só noite. Zumbi, contudo, escapara naquela noite de 6

de fevereiro de 1694 e só foi capturado cerca de um ano depois, ao ser traído por um dos seus. Muitos milhares de quilombolas ficaram dispersos pelos palmeirais, mas o reduto principal foi destruído e a cabeça de Zumbi, exposta em praça pública. As tropas paulistas também permaneceram na região, fundaram arraiais e aldeias, e passaram a ser tão temidas quanto os quilombolas que combateram.

A história do maior quilombo do Brasil também se tornou disputada, sobretudo pelo movimento negro, que vê, ainda hoje, em Zumbi, um precursor na luta pela liberdade e pela igualdade dos negros, o que é muito controverso. Como líder africano, Zumbi, como seu antecessor Ganga Zumba, não questionava a escravidão, mas sim seu lugar nela. É quase certo que existiam escravos em Palmares, ainda que não fosse um regime econômico escravista. O questionado feriado de Zumbi e sua cabeça empalada em bronze no canteiro central da Avenida Presidente Vargas no Rio de Janeiro, que foi foco de conflitos de memória contemporâneos em 1988, evidenciam que a memória do passado colonial adquire ainda hoje os contornos políticos que se prestam às circunstâncias, em apropriação nem sempre fiel ao que dizem os historiadores.

Revolta de Beckman (1684)

A Revolta dos Irmãos Beckman, ou de Bequimão, ocorreu no então Estado de Maranhão, empobrecido após a imposição de estanco em 1676. Em 1682, fora lavrado contrato para introdução de mão de obra escrava no Estado, até então incipiente em face das dificuldades de escravização de indígenas, decorrentes da vantagem numérica e do conhecimento sobre o território que tinha o gentio em relação aos colonos, além da resistência jesuítica.

A administração do tráfico de escravos africanos foi, no entanto, corrupta desde os primeiros tempos e o suprimento de negros e a aquisição da produção local de cacau, cravo e tabaco não eram realizados conforme as regras do comércio monopolístico, de inviável fiscalização nas zonas periféricas. O resultado foi que, sem poder contar nem com o braço indígena nem com o africano e sem condições financeiras para progredir na lavoura de açúcar, cacau ou tabaco, a insatisfação maranhense aumentou.

Aproveitando a viagem do capitão-general a Belém para tentar solucionar a situação, um grupo de colonos liderados por Manuel Beckman e Manuel Serrão de Castro aprisionou o sargento-mor Baltasar Fernandes (que se encontrava na qualidade de capitão-mor), ocupou os armazéns da Companhia de Comércio de escravos e prendeu jesuítas por combaterem a escravização indígena. Em assembleia, decretaram a abolição do estanco, o encerramento das atividades da companhia, a deposição do capitão-mor e a expulsão dos inacianos. O governo foi composto de uma junta, da qual participavam o irmão de Manuel Beckman, Tomás, proprietários rurais e, portanto, representantes da nobreza local.

Para pôr fim à revolta, Lisboa enviou Gomes Freire ao Maranhão como novo capitão-general. Ao chegar à Colônia quase um ano após o início da revolta, Freire não enfrentou reação, uma vez que o movimento já se encontrava enfraquecido por dissidências. Aboliu, porém, definitivamente o estanco, como, aliás, é comum na história nacional. Reprime-se o revoltoso, mas acedem-se às suas demandas. Manuel Beckman e Jorge Sampaio, apontados como líderes da revolta, foram condenados à morte, e os demais à prisão ou ao degredo. Os menos atuantes foram

perdoados. Os jesuítas foram restituídos e regressaram sem a possibilidade de revanche contra os que os haviam expulsado.

Guerra dos Emboabas (1708-1709)

Data de abril de 1700 a primeira manifestação paulista de pedido de exclusividade sobre as terras mineiras descobertas pelas bandeiras. O pedido da Câmara de São Paulo à Coroa para que doasse as terras das Minas somente a moradores de São Paulo era, no entanto, impossível de ser atendido. O aumento do fluxo migratório não só de Portugal em direção à Colônia mas também de outras regiões em direção às Gerais aumentava progressivamente a irritação dos paulistas contra os emboabas intrusos no território de sua conquista. Essa insatisfação está na base da transformação dos pequenos episódios policiais na guerra civil eclodida em 1708.

O chefe da luta dos emboabas contra as exigências e a violência dos paulistas, Manuel Nunes Viana, praticava atividade – era provavelmente contrabandista – de negociação de gado baiano e de escravos do Nordeste, desnecessários aos engenhos em decorrência da diminuição da produção de açúcar. Viana foi proclamado governador de todas as Minas após os incidentes e assim permaneceu até que Lisboa nomeasse, em junho de 1709, substituto ao governador Fernando de Lancastre[14]. Nas Minas, Borba Gato era teoricamente a autoridade máxima. Por ser paulista, porém, estava demasiadamente envolvido na querela. Tentou expulsar Nunes Viana mas não foi capaz e desistiu.

O novo governador foi enviado do reino à Colônia com instruções especiais de pacificar o território mineiro.

Tratava-se de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que não enfrentou resistência por parte de Viana. Este se retirou para suas fazendas no São Francisco. Os paulistas não aceitaram, contudo, o desfecho que não punia Viana e consolidava o *status quo* que lhes era desfavorável. Ainda em 1709 houve tentativa de resistência paulista, mas a presença do novo governador com tropas leais ao rei apazigou o território.

As consequências imediatas da intervenção de Albuquerque foram a criação das capitanias de São Paulo e Minas, a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade e a criação das vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará. A Guerra dos Emboabas encerrou-se com o indulto geral de novembro de 1709, a restituição das lavras aos paulistas em 1711 e a instalação das primeiras municipalidades mineiras. Na prática, acabou o período anárquico pré-estatal de Minas Gerais. A Coroa chegara para ficar e estabeleceu seu mando de modo completo.

As consequências de mais longo prazo se relacionam com a procura, pelos paulistas, de novas fronteiras de expansão após os reveses sofridos durante a guerra. Novas reservas foram descobertas em Cuiabá e em Goiás, favorecendo a ocupação portuguesa dessas regiões e, em última análise, contribuindo para que Portugal tivesse a posse definitiva desses territórios quando da delimitação de fronteiras entre a América portuguesa e a América espanhola em 1750.

Guerra dos Mascates (1710)

O período da dominação holandesa significou fase de decadência para a cidade de Olinda em face da preferência da administração de Nassau pela promoção do

desenvolvimento do Recife. O fim da ocupação não modificara a tendência de crescimento do Recife, que culminou com sua ascensão à categoria de vila, com Câmara independente da de Olinda, autorizada pela Coroa em 1709, para irritação da população olindense. A escalada de violência comandada pelos vereadores e pelo bispo de Olinda culminou com a fuga do governador do Recife em direção à Bahia, a destruição do pelourinho recém-construído no Recife e a marcha dos revoltosos de Olinda sobre a nova vila. A vitória de novembro de 1709 criava, para os rebeldes de Olinda, o problema relativo à constituição de novo governo. Indecisos entre a entrega do poder ao bispo e a constituição de uma República que desligasse Pernambuco da sujeição a Lisboa, prevaleceu a escolha conservadora do governo do religioso. Esse recuo conservador ante as consequências que uma radicalização separatista ou republicana poderia trazer também é uma constante na história nacional. Já vimos decisão semelhante na Aclamação de Amador Bueno e veremos muitas outras, durante o avanço liberal das regências, por exemplo.

Os comerciantes do Recife (mascates) planejaram a vingança com o apoio do governador-geral de Salvador e do capitão-mor da Paraíba, João da Maia Gama. Aprisionado, o bispo governador dirigiu uma circular às autoridades do interior para que acatassem a restauração do governo legítimo. Apesar da resistência de Olinda e das diversas batalhas que se seguiram, o encerramento da revolta foi favorável ao Recife, uma vez que o novo governador, enviado de Lisboa para administrar a capitania, não demorou a revelar-se partidário da causa dos mascates.

A violência foi apenas suspensa. Em abril de 1714, decreto do novo governador tinha por objetivo restabelecer

a paz e a prosperidade na capitania. O pronunciamento resultou na vitória do Recife, mantido como vila e capital de Pernambuco.

O diplomata e historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello, em estudo clássico sobre a rebelião intitulado *A fronda dos mazombos*, aponta uma alternativa de nomenclatura interessante para a Guerra dos Mascates. Ambos os nomes são pejorativos: mascate é o comerciante errante, transumante, que vai de porta em porta, de fazenda em fazenda, muito distante daqueles comerciantes de grosso trato, enriquecidos com o comércio atlântico, que eram os grandes de Recife. Era alcunha depreciativa e passou à história porque aqueles que a contaram no Império se identificavam mais com os latifundiários "brasileiros" de Olinda que com os comerciantes portugueses de Recife beneficiados pela metrópole e favorecidos pelo exclusivo metropolitano. Os brasileiros nacionalistas do dezenove eram herdeiros dos senhores de engenho pernambucanos do dezoito e os viam como precursores na luta "nativista".

Já o nome fronda dos mazombos é depreciativo para os senhores de Olinda. Fronda foi o levante aristocrático contra Luís XIV, debelado pela Coroa francesa meio século antes da guerra pernambucana. Trata-se de uma ironia. Esses "mazombos", que se julgam aristocratas, desafiam a Coroa, mas não passam de mestiços, de sangue impuro e misturado.

Na primeira questão objetiva de História do Brasil no Teste de Pré-Seleção de 2011, um dos itens asseverava corretamente que era muito difícil aos comerciantes ter acesso a cargos públicos, sinecuras e benesses na América portuguesa ao longo do período colonial. A Guerra dos

Mascates é a prova viva de que essa dificuldade permanecia e encontrava resistência entre os "nobres da terra" ainda no início do século XVIII. A mentalidade feudal de que são nobres os que possuem terra e de que o comércio é uma atividade menor e vergonhosa ainda subsistia na alma dos colonos brasileiros mesmo após três séculos de mercantilismo.

Revolta de Vila Rica (1720)

História geral da civilização brasileira, organizado por Sérgio Buarque de Holanda, dedica apenas dois parágrafos às revoltas contra o sistema fiscal aplicado nas Gerais em 1720. As agitações do distrito de Vila Rica foram debeladas por contrarrevolta desencadeada pelo Conde de Assumar e encerradas com a morte do líder da revolta, Filipe dos Santos, impondo-se a autoridade da metrópole[15].

O capítulo de *História geral* que descreve o incidente não atribui a ele o caráter de revolta nativista, uma vez que todas as pessoas nele implicadas eram portuguesas, inclusive Filipe dos Santos. Além disso, contesta a tese de que a revolta tivesse o mesmo sentido da Inconfidência Mineira, tendo significado histórico e social diferente, apesar de terem sido ambas desencadeadas por descontentamentos em relação às medidas fiscais de Lisboa. Para os autores do compêndio, a Revolta de Vila Rica "surgiu numa sociedade em formação e consistiu num conflito primário de interesses contrariados". A Conjuração Mineira, ao contrário, surgiu "numa sociedade estabilizada, altamente organizada e denunciava já as fissuras da estrutura colonial".

Inconfidência Mineira (1789)

A Inconfidência Mineira é diretamente decorrente do agravamento de problemas locais, sobretudo do aumento das tensões econômicas advindas da política agressivamente fiscalista de Pombal, continuada no período mariano. Há, no entanto, consenso sobre a influência do pensamento europeu e norte-americano sobre as ideias dos líderes da conjuração. Nas últimas décadas do século XVIII, a Colônia vivia o declínio da sociedade mineira em virtude da queda na produção do ouro e do arrocho das medidas da metrópole para garantir a arrecadação fiscal, ao mesmo tempo que a primeira sociedade urbana da Colônia era, com o Rio de Janeiro, o centro mais propício para a difusão das ideias ilustradas que nesse momento ganhavam o mundo civilizado.

Todos os inconfidentes tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania. Alguns ocupavam cargos de magistratura. O entrosamento entre a elite local e a administração da capitania foi abalado pela chegada do governador Cunha Menezes, que marginalizou os locais. A substituição de Menezes pelo Visconde de Barbacena, cujas instruções eram garantir a arrecadação de cem arrobas de ouro por ano, agravou o descontentamento. Para garantir a arrecadação tributária, o visconde poderia decretar a derrama e mandar investigar devedores e o correto cumprimento de contratos entre particulares e a administração pública. Os inconfidentes iniciaram o planejamento da revolta antes mesmo que a cobrança da derrama fosse decretada e não chegaram a concretizar seus planos, pois foram denunciados e, sabendo da trama, o governo suspendeu a derrama para evitar a mobilização em torno da medida impopular. A devassa para apurar os envolvidos durou alguns meses e puniu e degredou vários notáveis locais. Tiradentes, que nos depoimentos da

devassa analisados por Kenneth Maxwell (1985) parece histriônico e meio desequilibrado, ao contrário dos demais, assume exclusivamente a responsabilidade pela conspiração, sendo, quase certamente por esse motivo o único executado de fato[16], e não, como querem muito livros didáticos infantis, por ser pobre e excluído, já que era oficial do Exército e tinha patente de alferes.

A intenção da maioria dos inconfidentes era proclamar a República tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos, liberar o distrito diamantino das restrições que pesavam sobre ele, perdoar os devedores da Coroa, incentivar a instalação de manufaturas e extinguir a manutenção de um Exército permanente. A respeito do abolicionismo, havia divergências entre os conjurados, apesar do crescente consenso sobre a necessidade de libertação dos escravos nascidos no Brasil, o que evidencia claramente a preocupação nacionalista, igualmente presente no movimento francês que começaria semanas depois da Inconfidência.

Conjuração do Rio de Janeiro (1794)

Foi o movimento conspiratório mais inofensivo da época pré-Independência e não representou ameaça à ordem da Colônia por não passar de uma série de conversas de intelectuais do Rio de Janeiro agremiados em academias e sociedades. O prof. Manuel Inácio da Silva Alvarenga recebia, em sua casa, os integrantes da Sociedade Literária para conversas que adquiriram, progressivamente, conteúdo político e filosófico de contestação aos regimes monárquicos. Foram denunciados por José Bernardo da Silva Frade e pelo Frei Raimundo Penaforte da Anunciação, que conseguiram que fossem suspensas, pelo vice-rei, as atividades da sociedade. Em seguida, seus membros foram

presos, em dezembro de 1794, sob o pretexto de que continuavam a se reunir secretamente. As investigações se estenderam até maio de 1796 e resultaram na absolvição e na liberação de todos os acusados. A conjuração fluminense foi um sintoma da difusão do pensamento liberal, que se tornaria predominante na geração seguinte. O meio, tipicamente europeu de difusão dessas ideias, sociedades secretas, literárias e/ou filosóficas com seus nomes pomposos e carnavalescos, proliferaria tanto no Velho Mundo (carbonários, franco-maçons) quanto no Novo (Areópago de Itambé, Grande Oriente do Brasil).

Conjuração Baiana (1798)

A conjuração foi chamada de Revolta dos Alfaiates porque reuniu mulatos e negros livres ou libertos ligados a profissões urbanas, como artesãos e soldados. Reclamavam sobretudo melhorias das más condições de vida da cidade de Salvador. Republicana e abolicionista, a revolta reivindicava o livre-comércio na Colônia (notadamente com a França), aumento de salário para os militares e a punição dos padres contrários à liberdade dos escravos.

A conjuração não se concretizou. A tentativa de obter apoio do governador foi seguida pelo início das prisões e por quatro enforcamentos. A dura repressão se explica não apenas pela origem social dos acusados, mas também pelo temor em relação à possibilidade de proliferação das rebeliões de negros e escravos. A insurreição de Santo Domingo estava em pleno curso e só terminaria em 1801, com a criação do Haiti como Estado independente. A Bahia era – e continuaria sendo por mais quatro décadas – a região onde os motins de escravos eram frequentes e o medo de uma haitianização do Brasil gerou a repressão

violenta, que serviria de exemplo para evitar – inutilmente, como veremos – novas insurreições[17].

A inspiração da Revolução Francesa era clara nessa revolta que foi a primeira expressão de uma conjuração de raiz popular a combinar claramente independentismo com reivindicações sociais, dado que o quadro econômico na época dessa conjura era de forte aumento de preços, desacompanhado de aumento de salários, o que favoreceu a insatisfação generalizada.

Conspiração dos Suassunas (1801)

Ocorrida em Olinda, foi influenciada pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa e consistiu, a exemplo da Conjuração do Rio de Janeiro, em reunião de intelectuais que discutiam temas políticos e filosóficos no Areópago de Itambé (fundado em 1798). As conversas evoluíram para um projeto de independência do Estado de Pernambuco, que se tornaria uma República sob a proteção de Napoleão Bonaparte. O primeiro proprietário do Engenho Suassuna integrava o grupo de conspiradores, delatados em maio de 1801 e, mais tarde, absolvidos por falta de provas. O areópago foi fechado em 1802 e reaberto pouco tempo depois com o nome de Academia dos Suassunas e sede no mesmo engenho.

O movimento pode ser considerado mais um sintoma da crise do sistema colonial, uma vez que a repressão aos envolvidos não gerou uma dissuasão a respeito das ideias que ventilavam, o que se pôde notar pelo modo como voltaram à tona na Revolução Pernambucana de 1817.

Alguns autores vinculam o movimento dos Suassunas ao recém-inaugurado Seminário de Olinda (1800), exigência do

novo governador de Pernambuco e bispo de Olinda, Azeredo Coutinho, um brasileiro abastado que, tardiamente, decidiu abandonar as fazendas da família para ir estudar na Universidade de Coimbra recém-reformada por Pombal. Ilustrado, adquiriu fama e prestígio intelectual na Corte e exerceu cargos eclesiásticos e administrativos importantes na metrópole, antes de ser nomeado bispo na Colônia. Como governador por cerca de dois anos, Coutinho conseguiu cobrar dívidas que eram consideradas já perdidas e aumentou muito a arrecadação. A Conspiração dos Suassunas complicou sua situação e fez com que voltasse a Portugal, onde, a convite do príncipe D. João, continuou e foi nomeado para diversos cargos importantes (inquisidor-mor, por exemplo). Em Pernambuco, os padres formados no novo seminário foram presença constante nos movimentos sediciosos posteriores, de 1817 e 1824, o primeiro deles chamado também de Revolução dos Padres.

2. O Processo de Independência (1808-1831)

2.1 O período joanino e o processo de emancipação brasileiro (1808-1831)

Historiografia da Independência do Brasil. Diferenças em relação à América espanhola. Interiorização da metrópole. Medidas iniciais da transmigração. Reformas joaninas. As raízes da Revolução Pernambucana. A Revolução do Porto e os liberais brasileiros. O papel de José Bonifácio. As guerras de Independência.

Como nunca antes na historiografia deste país, há uma proliferação relativamente recente de estudos sobre o século XIX. Considerando o período da independência, de 1995 até 2002 – Jurandir Malerba se deu o trabalho de contar –, foram 46 obras que retomaram o interesse que o tema suscitou nas décadas de 1960 e 1970, quando se institucionalizavam no Brasil os cursos de pós-graduação em história (excluída a *Revista do IHGB*, com 99 artigos, Malerba inventariou 201 publicações, mais do que a soma de tudo o que já se havia publicado desde o Grito do Ipiranga).

No mesmo livro, o sempre didático José Murilo de Carvalho, divide os autores desses títulos sobre o século XIX em três gerações. A primeira, sem formação universitária

especializada (José Honório Rodrigues, Pedro Calmon, Hélio Viana), vinha desde o início do século XX; a segunda, na qual ele mesmo se inclui, é fruto do processo de especialização e de consolidação do sistema universitário no país (Ilmar Mattos, Maria Odila Leite Dias, Emília Viotti da Costa, Maria Yedda Linhares, Carlos Guilherme Mota); e a terceira é a responsável por este *boom* mais recente de publicações sobre o Império, que não fez senão crescer desde 2002, em parte por causa dos duzentos anos da transmigração, comemorados com muitos lançamentos. Destacam-se as recentíssimas compilações de Keila Grinberg e Ricardo Salles (2009) e de Lilia Moritz Schwarcz (2011), que o candidato ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) mais dedicado não deveria evitar.

O senso comum sobre o período joanino repete um tipo de ênfase que favorece a ridicularização. Nas palavras de Iara Schiavinatto:

> é ocioso lembrar que a memória do governo joanino enfatiza o rei glutão e acovardado, a rainha fogosa e interesseira, a rainha-mãe enlouquecida que executou os inconfidentes mineiros, a atabalhoada transferência da Corte. Prepondera o tom de comédia, repetido na filmografia, em programas de tevê, no anedotário (2009).

Contra esse tipo de memória que servia perfeitamente à propaganda republicana da virada do século se levantou – quixotescamente, diria Gilberto Freyre, seu afilhado intelectual – Oliveira Lima, que é um dos primeiros autores da história do Brasil a fugir exclusivamente dos temas políticos e diplomáticos, discutindo também aspectos sociais e culturais. Não por acaso seus estudos (*D. João VI no Brasil* e *O movimento da independência*) ainda hoje marcam o tom de boa parte da historiografia. Lima promove um alargamento do horizonte cronológico sobre a

emancipação na historiografia que lhe sucedeu. A independência de fato começa em 1808, quando há a “inversão brasileira”, e o Rio de Janeiro se torna a capital do Império português. Se ainda não é a completa independência do país, certamente já é o fim de um regime colonial, efetivado juridicamente em 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido.

Com base em Oliveira Lima, uma série de questionamentos importantes sobre o tema da emancipação vem sendo discutida pelos historiadores. Muitos já estão hoje superados, mas são constantemente revisitados por tratarem afinal do tema da independência, sempre retomado por motivos diversos – sentimentais, de legitimação histórica ou de comemoração de efemérides –, como foi o caso da repatriação dos restos mortais de Pedro I para o Museu do Ipiranga em 1972.

Uma das questões mais relevantes é justamente a da continuidade do Estado português no Estado brasileiro, que daquele herdaria estruturas, aparelhos e instituições, incluindo aí a própria dinastia; a independência foi uma mera “transação” bragantina, um acordo relativamente pacífico. A pergunta sobre se foi uma revolução ou não permeou longamente o debate historiográfico, e isso fica evidente nos cinco volumes em que José Honório Rodrigues (1975) se dedica a lhe dar resposta. Para Rodrigues, foi uma revolução de fato, feita por brasileiros liberais a partir da ruptura com as cortes portuguesas. O autor enfatiza o papel das guerras de Independência (contabiliza o número de mortos e destaca sua relevância proporcionalmente a outras lutas de libertação) e o papel do patriarca José Bonifácio, cuja demissão, em 1823, desencadearia o que Rodrigues chama de “contrarrevolução absolutista”[18].

Hoje está mais do que claro que o processo todo foi conservador, ainda que frequentemente eivado de correntes liberais radicais, mas que tiveram desfecho trágico (Frei Caneca) ou nunca foram capazes de chegar ao poder (Gonçalves Ledo), ou, quando chegavam, eram impedidas de implementar um programa mais radical (Teófilo Ottoni). A manutenção da escravidão por gerações inteiras após a independência é a prova mais cabal, embora longe de ser a única, do conservadorismo resiliente e do liberalismo matizado e/ou mutilado que se vivenciou no processo de independência do Brasil[19]. É a obra de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, que vai buscar em Coimbra as origens dessa homogeneidade conservadora das elites que caracterizou e garantiu a significativa unidade da história imperial brasileira.

Em 1981, foi lançada, sob a organização de Carlos Guilherme Mota, *Dimensões*: *1822*, obra em que aparece pela primeira vez o clássico de Maria Odila Leite Dias, "A interiorização da metrópole", de onde se depreendem vários *insights* de forte impacto na historiografia que lhe foi posterior. A premissa do texto é a especificidade da América portuguesa em relação à América espanhola, imbuída da crítica certa tradição historiográfica na qual a imagem tradicional da independência é sempre de uma Colônia em luta contra sua metrópole. Em que pese a importância disso até para a construção da nacionalidade em termos ideológicos – e é inegável que foi o caso para a geração do romantismo –, tal paralelismo perde de vista os interesses que os próprios portugueses tinham no processo de emancipação. Não se tratava, no Brasil, simplesmente de uma luta de *criollos versus chapetones*, mas justo o oposto, uma aliança entre colonos e reinóis que vinha desde 1808,

em um processo que Maria Odila chama de “interiorização da metrópole”.

A autora se distancia assim do que chama de “fetiche europeísta” do modelo de independência norte-americano e defende uma historiografia baseada em parâmetros brasileiros, mesmo sem perder de vista o contexto geral ao destacar a absoluta excepcionalidade que foi a transmigração da Corte, evento sem nenhum outro paralelo na história da humanidade. Para Maria Odila, com a abertura dos portos em fevereiro de 1808, tem início a “interiorização da metrópole”, cujo processo segue pelo menos até o gabinete do Marquês do Paraná e seu Ministério de Conciliação em 1853. A independência é vista como um longo *processo* de quase quarenta anos de construção negociada do Estado imperial brasileiro.

Destacando muito mais o contexto geral, está um texto de síntese, um pouco posterior ao de Maria Odila, publicado pelo historiador Leslie Bethell em sua famosa *Cambridge History of Latin America*. Trata-se de síntese incrivelmente didática que enumera sete diferenças entre os processos de emancipação da América portuguesa e da América espanhola. Dada a frequência com que o tema “independência” é cobrado nas provas do CACD, até mesmo pedindo explicitamente as diferenças entre os dois processos, convém destacar cada uma delas e reforçá-las com exemplos que nem sempre Bethell fornece.

A primeira diferença é que a colonização espanhola já era mais arraigada e seus agentes, dotados de uma perspectiva de mais longo prazo que os colonos portugueses. Nos vice-reinos espanhóis, formaram-se famílias, verdadeiras dinastias de *criollos* ricos, de até sete gerações coloniais. No Brasil, a maior parte dos grandes proprietários na década de

1820 era composta de brasileiros de primeira geração, filhos de portugueses[20].

A segunda diferença é que havia mais mobilidade social na colonização portuguesa do que na colonização da América espanhola, e disso nem precisamos de Bethell para saber. Trata-se de tema importante em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, clássico dos anos 1930. O sistema português era bem menos opressivo e bem menos excludente para com os colonos notáveis. Imediatamente nos ocorrem os exemplos de Alexandre de Gusmão, Azeredo Coutinho e do próprio José Bonifácio, todos ocupantes de altos cargos na administração portuguesa pré-independência.

O terceiro elemento destacado pelo autor inglês é que não havia universidades aqui no Brasil como houve na América espanhola. Tanto a universidade quanto a imprensa foram proibidas pela Coroa, mesmo quando essa iniciativa partia de seus próprios funcionários, como no caso do Marquês do Lavradio, governador do Rio de Janeiro no século XVIII. O Brasil era talvez o único lugar do mundo civilizado ocidental onde a palavra impressa não existia até 1808. Nesse sentido, os brasileiros ricos e abastados tinham de ir para Coimbra, e isso criava uma espécie de *esprit de corps*, uma espécie de contato comunitário com a elite portuguesa[21].

O quarto elemento estabelecido por Bethell é que a América portuguesa era um sistema escravista, com base em uma produção majoritariamente escravista, e isso inexistiana América espanhola. Trata-se do argumento do haitianismo também enfatizado por quase todos os historiadores como amálgama da aliança posterior por um

tipo de independência demofóbica que evitasse um levante popular[22].

Uma quinta diferenciação se dava na configuração geográfica da economia colonial brasileira, relativamente isolada e com poucos vínculos comerciais endógenos. Uma economia de *plantation* que os geógrafos chamam de “arquipélagos”, ou seja, não havia vinculações intensas e muito significativas entre as zonas coloniais da América portuguesa[23], o que favorecia os laços de continuidade com Portugal. Na América espanhola, a produção para o mercado interno era muito mais intensa poderia viver perfeitamente sem a Europa, o que seria muito mais complicado no caso da economia brasileira, fortemente informada pela lógica de *plantation*. Prova disso é que a substituição de Portugal pela Inglaterra se deu sem grandes traumas, bem ao contrário, com crescimento econômico.

Um sexto fator a se destacar é que o exclusivo metropolitano era muito mais frágil na América portuguesa. O tráfico negreiro controlado por baianos e cariocas é um exemplo disso. Se, na América espanhola, o controle era absolutamente estrito, até com o regime de porto único na metrópole, na América portuguesa o caminho para a África raramente passava pela Europa.

Por último, um elemento conjuntural, que são as reformas da Ilustração. As reformas bourbônicas da Espanha ilustrada e as reformas pombalinas tinham praticamente o mesmo intuito: buscavam modernizar o Antigo Regime e viabilizar uma política absolutista mais racional e mais estruturada. Usava-se um instrumental iluminista para fortalecer o absolutismo e o Antigo Regime. Embora o objetivo seja o mesmo, no caso brasileiro, as reformas

pombalinas, em que pese o arrocho fiscal, produziram igualmente melhorias no padrão de vida colonial e/ou eliminaram interesses poderosos, como o dos jesuítas no Brasil. O renascimento agrícola no Nordeste estimulou a produção, enriqueceu todo um grupo social que produzia algodão, couro, pecuária, farinha de mandioca, muitas vezes para o mercado de exportação. Essa situação não ocorreu na América espanhola. O regime opressivo aumentou drasticamente, ainda que, durante o processo de independência, verifique progressiva hostilidade dos brasileiros.

Não me parece que qualquer uma dessas distinções questione a importância do conceito de "interiorização da metrópole" proposto por Maria Odila, que continua sendo uma referência historiográfica relevante. Tomando-o como premissa estrutural, caberia perceber que o quadro se altera significativamente com a transmigração da Corte após 1808. A conjuntura se impõe e o processo se acelera. A leitura atenta do texto de Odila permite destacar vários elementos, sendo o sociológico dos mais relevantes.

O estabelecimento de vínculos comerciais, pessoais e mesmo familiares se dará pela compra de fazendas no Rio de Janeiro e nos arredores por membros da aristocracia e da elite comercial portuguesa[24] ou por meio de matrimônios entre a elite reinol que se interiorizava e os filhos proeminentes dos colonos ricos do Centro-Sul – Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo –, centro dinâmico da nova metrópole. Era o contexto de prosperidade econômica motivado pelo estabelecimento da cúpula do Estado português.

D. João é o cimento institucional desse processo. Oferece sinecuras, empregos públicos, mercês, concede centenas de títulos de nobreza e vantagens diversas tanto para cooptar seus súditos autóctones a lhe servirem com renovada lealdade quanto para apaziguar os súditos de além-mar forçados a acompanhá-lo no exílio. Mais tarde, durante o processo de independência, esse cimento se renovaria com nova camada de argamassa na figura de D. Pedro I, quando então o temor de uma rebelião generalizada de escravos, nos moldes de São Domingos, era fator de preocupação comum entre brasileiros e portugueses, favorecendo uma solução conciliatória, conforme veremos.

Em breve síntese do impacto do período joanino no Brasil, há que se identificar as medidas tomadas e as instituições criadas a partir da transmigração da Corte. Foram quase sete anos de indecisão e de disputa política entre a facção inglesa e a francesa na Corte de Lisboa. A vitória da facção inglesa, em 1807, tem muito mais de iniciativa francesa. Napoleão cansou de esperar uma decisão do príncipe regente, que chegou a sugerir aos ingleses uma guerra simulada e toda a sorte de meios de escapar a uma difícil decisão, que por fim lhe foi praticamente imposta quando chega a Portugal a notícia de que as tropas do general Junot já se encaminhavam para a fronteira norte. A velha ideia de transmigração da Corte[25] para o centro mais dinâmico do Império português, o Brasil, finalmente é posta em prática em 1807.

A chegada da família real traz impacto socioeconômico profundo e levaria, no quadro político, a crescentes demandas por autonomia e, eventualmente, à articulação eficaz das ideias liberais em prol da independência. Quatro dias depois do desembarque em Salvador, o príncipe

decide, por sugestão do liberal José da Silva Lisboa, abrir os portos às nações amigas, e isso basta para desfechar o mais formidável e definitivo golpe no modelo do exclusivo metropolitano. Reconheçamos que esse exclusivo era aplicado de modo bem pouco rígido, mas, em fevereiro de 1808, acabava definitivamente, e abria-se a Colônia para o comércio internacional e sua vinculação com o restante do mundo.

Até 1810, essa vinculação se deu nos moldes do liberalismo smithiano que os ingleses, eles mesmos, só adotariam no governo de Sir Robert Peel em meados do século XIX. No entanto, com a chegada ao Brasil de Lord Strangford, a pressão inglesa se faz sentir, e o modelo liberal adotado com a abertura dos portos torna-se um modelo de favorecimento aos ingleses. A cláusula de nação mais favorecida vinha acompanhada de uma série de privilégios. Além da baixíssima tarifa de 15% para produtos ingleses, havia vantagens políticas, como o direito à extraterritorialidade judicial – um “juiz conservador” dos ingleses, eleito pelos próprios e nomeado pelo príncipe –, que tornava os ingleses livres da jurisdição legal portuguesa no território da Colônia.

Ao longo desse período, já fica clara certa vocação industrialista que se tornará forte nas legislaturas parlamentares nos anos de 1820 e 1830. Tal vocação havia sido prejudicada quando, em 1785, D. Maria proíbe as manufaturas na Colônia. Pouco mais de vinte anos depois, seu filho, como príncipe regente e residente, passa a incentivar abertamente as manufaturas, tornando o próprio Estado português transmigrado um grande investidor no setor secundário[26].

Assim, a revogação do alvará de 1785, somada à abertura dos portos, em 1808, e os tratados desiguais com a Inglaterra, em 1810, formam a tríade de medidas iniciais do período joanino que, juntas, reconfigurariam a situação econômica da América portuguesa. Há, é claro, um elemento contraditório entre incentivar manufaturas e ao mesmo tempo adotar medidas tão generosas na política tarifária com os ingleses, nosso maior parceiro comercial. O Brasil estava submetido economicamente a tarifas tão baixas em relação à Inglaterra que se moverá verdadeira cruzada no Parlamento contra esse sistema de "tratados desiguais" até sua revogação, em 1844. Por um lado, tratava-se de defender e de estimular a incipiente indústria nacional; por outro, era também um problema de receita e de orçamento do Estado, dado que o grosso da arrecadação estava justamente na tributação das importações.

Os tratados de 1810 foram tão favoráveis à vinda de mercadorias inglesas que, por uma questão de oportunismo e também por causa da conjuntura de bloqueio continental, chegou imediatamente ao Brasil enorme quantidade de produtos inúteis para o uso dos brasileiros e que, naturalmente, encalhou[27]. Essas observações não invalidam o fato de que o Brasil era um mercado formidável para os comerciantes ingleses. Éramos então o terceiro maior mercado para a Inglaterra, ultrapassando quase todo o comércio com a Ásia.

A essas medidas iniciais soma-se uma série de outras medidas muito relevantes que vão sendo implementadas a partir de 1808 e ao longo da década de 1810. No conjunto, são chamadas de reformas joaninas: o Jardim Botânico (Real Horto), a Escola de Música, o Teatro Real, a Casa da Moeda, a Fábrica de Pólvora, novas estradas ou a melhoria das

estradas já existentes, visando melhorar a comunicação entre as capitanias, notoriamente entre a nova Corte e Minas Gerais, que já era então a mais populosa das capitanias e, com o declínio da mineração, havia se convertido progressivamente em uma capitania agrícola de abastecimento cujo principal mercado era justamente o Rio de Janeiro. Salta aos olhos que a maior parte dessas medidas e instituições tenha sido criada no Rio de Janeiro ou em seu entorno.

Tais medidas reforçam a tese de Maria Odila de que estava em curso, no Sudeste e no Centro-Sul do Brasil, um processo de “interiorização da metrópole”. Tratava-se de uma integração significativa da região Centro-Sul com os interesses dos comerciantes portugueses e burocratas transmigrados, mediada pelas novas instituições criadas pelo Estado português na América. Os portugueses transmigrados seriam mais tarde o chamado “partido português”, enquanto as novas instituições seriam o embrião do Estado imperial brasileiro após 1822. Nada simboliza melhor essa “interiorização da metrópole” do que a suave adaptação do próprio príncipe regente à sua Colônia, emblemática da conjunção de interesses socioeconômicos que se formou entre os reinóis aclimatados aos trópicos e os colonos beneficiários das reformas joaninas.

O outro lado da moeda era a permanência de uma relação metrópole-Colônia. Se a metrópole se interiorizou, significa que continuavam existindo uma Colônia e um exclusivo metropolitano, traduzido na relação com as demais regiões do Império português agora subordinadas ao Rio de Janeiro. Nenhuma região do Império sofreu tanto quanto o Nordeste, crescentemente extorquido em pleno

declínio da economia açucareira. Afinal, para bancar as reformas joaninas, as novas instituições do Império transmigrado, vai se recorrer à extração fiscal pura e simples, sobretudo com as do Nordeste. Estas se sentem ainda mais prejudicadas por estarem pagando a conta sem os benefícios da proximidade com o poder[28]. Pernambuco, por exemplo, era uma capitania que já vinha sofrendo achaques fiscais nada desprezíveis desde o final do período colonial. As separações da capitania do Ceará e da capitania da Paraíba já haviam sido, em 1799, parte desse intuito de maior afã extrativo.

Somem-se o declínio econômico e o aumento da extração fiscal à grande seca de 1816, em um contexto de crescente negligência para com a região por parte do Estado português, e eclodiria em 1817 a Revolução Pernambucana, naquela que foi a única grande rebelião provincial durante o período joanino. A rebelião também foi motivada ideologicamente pela presença significativa de membros do clero, muitos dos quais formados na instituição conhecida como Seminário de Olinda. Havia sido criada pelo bispo e educador D. Azeredo Coutinho, governador de Pernambuco em 1800. Apesar de nomeado pela Coroa, o bispo era um intelectual saído da Universidade de Coimbra, reformada por Pombal, e era originariamente um grande colono do norte fluminense; em seus escritos, criticava a sanha fiscalista da Coroa portuguesa sediada em Lisboa. Não seria agora que, sediada no Rio de Janeiro, haveria de mudar os sentimentos dos pernambucanos, muito pelo contrário, eles se haviam agravado[29].

O movimento foi reprimido, mas sem a violência que será verificada posteriormente à independência. Seus líderes, presos, seriam anistiados em 1821. A Coroa, única da

América, seguia mais firme e mais forte em sua estada colonial que seus vizinhos recém-republicanizados ou em vias de se tornarem. O que D. João, agora “sexto”[30], não imaginava era que sofreria questionamentos liberais também no próprio reino, em Portugal.

Posta em perspectiva, a situação do reino era ainda mais dramática que a de Pernambuco. Os prejuízos da guerra eram grandes – o porto havia sido completamente evacuado –, mas ainda maior era o impacto econômico que Portugal havia sofrido com a perda, desde a abertura dos portos, do papel de intermediário monopolista no comércio entre o Brasil e o restante do mundo de que a burguesia lusa sempre gozara. Abandonado desde 1808 e governado por um preposto britânico – Beresford –, havia uma pressão dos ingleses também, mais que tudo dos portugueses, para que a família real retornasse. Era como se o retorno fosse a panaceia para curar todas as mazelas econômicas vividas pelo reino.

O quadro geral de disseminação das ideias liberais pós-1815 contra a ordem de Viena chegou a Portugal após ter convulsionado a Espanha e o sul da Itália. Setores significativos da burguesia portuguesa vão se reunir na cidade do Porto clamando pelo retorno da família real e pela constitucionalização do reino em 1820. Seu projeto liberal será recebido com simpatia pelos liberais da Corte e das demais capitanias americanas. O entusiasmo constitucionalista no Rio de Janeiro motivaria o efetivo retorno do rei, que temeu por uma revolução também deste lado do oceano. Entre 1821 e meados de 1822, ocorre um flerte entre os liberais de lá e os de cá, com a eleição de deputados para as “cortes” constitucionais em todas as províncias brasileiras e até na África. O movimento é

fortemente estimulado pela imprensa, já praticamente livre de qualquer tipo de censura, que vigorara firme nos anos posteriores à transmigração. De repente, porém, do riso fez-se o pranto, e o flerte entre os liberais, que poderia virar namoro, muito rapidamente se transmudou em divórcio.

Insatisfeitos com a chamada inversão colonial, em que a Colônia era sede do reino e o reino parecia ter virado Colônia, os membros portugueses das cortes sugeriam modelos políticos inaceitáveis para os brasileiros. Ávidos por serem compensados pelos anos de guerra e sedentos pelo retorno do modelo monopolista, os deputados portugueses nem sequer cogitaram a sugestão de Martim Francisco de Andrada, que propunha dois parlamentos, um na Europa e outro no Rio de Janeiro, com uma Coroa transumante ou compartilhada com o príncipe Pedro como regente. Defenderam, para a estupefação dos brasileiros presentes, o retorno a um modelo mais que pré-joanino, pré-pombalino, em que toda a administração retornaria à Europa e o contato com as províncias seria fragmentado sem passar pelo Rio de Janeiro. Não seria possível conciliação ou acordo, e os brasileiros abandonam a Assembleia. Essa falta de percepção política da burguesia portuguesa, entretanto, não era comum ao rei, que percebeu claramente que os liberais brasileiros, e mesmo os interesses portugueses da elite transmigrada, não aceitariam, em nenhuma hipótese, um retrocesso que previsse a revogação do regime de portos abertos.

A elite brasileira-portuguesa interiorizada se vinculou então à figura do príncipe regente D. Pedro[31]. Após 1821, ele serviria de âncora de legitimação tanto para os brasileiros, que viam nele a última tábua de salvação para a manutenção legítima do regime de portos abertos instituído

por seu pai, quanto pelos portugueses, que viam em um príncipe da casa de Bragança o derradeiro bastião de uma ordem monárquica que garantisse os bens, os interesses e, sobretudo, a integridade física dos portugueses residentes no Brasil. Sem Pedro, seria a guerra, e isso todos queriam evitar. Daí a percepção de parte da historiografia[32] de que o que houve, mais que uma luta de independência, foi um acordo político, uma conciliação dinástica[33], para evitar a ruptura radical. Maria Odila ressalta ainda que o cimento dessa aliança complexa entre colonos e reinóis, parte do que ela chamou de "interiorização da metrópole", foi o medo.

Sombra subjacente a pairar temerariamente sobre a cabeça de todos os brancos, sobretudo proprietários, o medo era de que, no caso de uma conflagração revolucionária pela independência, fosse necessário mobilizar as camadas populares, disseminando o conceito de liberdade. Não era tolo acreditar que, para escravos, mulatos e homens pobres em geral, a liberdade de Portugal fosse um conceito abstrato demais a ser traduzido de outro modo. A liberdade mais ansiada era outra, e, em termos histórico-sociológicos, o Haiti parecia bem mais perto que em termos geográficos.

Com o vasto apoio de camadas políticas poderosas e amplas no Centro-Sul brasileiro, era natural que o príncipe assumisse a liderança do movimento de enfrentamento às cortes portuguesas que seu pai, praticamente prisioneiro em Portugal, não tinha condições de implementar. Surgem, entre 1821 e 1822, questões de ordem jurídica que embasam o debate em torno da soberania sobre o Brasil e o país se torna um laboratório de ciência política ilustrada. *Quem é soberano? Quem tem autoridade para governar o*

Brasil? As cortes portuguesas, uma vez que D. João, efetivo monarca, havia aceitado uma Constituição transferindo, portanto, parcela significativa de sua autoridade para a Constituinte? Ou seria o príncipe regente, deixado como governante residente por seu pai no Reino do Brasil, efetivamente autônomo desde 1815 por ordem do próprio monarca? É um confronto de vontades vencido naturalmente pelo príncipe por ser o representante de uma coalizão invencível dos interesses interiorizados que se articulavam social e economicamente desde 1808 e vinham se articulando politicamente desde 1820. O Dia do Fico e o episódio do "Cumpra-se" nada mais são do que os fatos mais conhecidos dessa sucessão de conflitos de autoridade que, com o sete de setembro, culminam em ruptura definitiva e início de hostilidades militares.

O grande articulador dos interesses difusos da elite brasileira junto ao príncipe foi José Bonifácio de Andrada e Silva, uma espécie de superministro de D. Pedro que acumulava as principais pastas do reino que se configuraria independente após o sete de setembro. Uma das pastas foi a das Relações Exteriores, o que faz de Bonifácio nosso primeiro chanceler. Um mês antes do sete de setembro, Bonifácio faz circular o famoso Manifesto às Nações Amigas, em que já antecipava uma série de justificativas contra a submissão humilhante de uma pátria irmã, um Reino Unido (desde 1815) levado a cabo pelas cortes portuguesas. Seu intuito não era o mesmo da Declaração das Treze Colônias de 1776. Não falava em ruptura. Desejava angariar simpatia para seu príncipe junto aos reinos europeus, revestindo-lhe da legitimidade paterna oriunda do decreto de 1815 e de sua condição de regente contra a "usurpação" dos liberais portugueses e sua sanha contrária ao regime de portos abertos. Aos ingleses tocavam o argumento econômico, aos

austríacos o Dinástico, aos franceses o jurídico, a cada qual segundo seu gosto, evidenciando a formação coimbrã, ilustrada porém conservadora, do cientista e mineralogista José Bonifácio[34].

A história de nossa ruptura é *sui generis.* Se tentarmos explicá-la a um colega latino-americano, teremos complicações. Podemos imaginar o seguinte diálogo:

> Latino-Americano: Quem é o herói da sua independência? Brasileiro: O herdeiro do trono da metrópole, o príncipe Pedro de Alcântara. LA: Estava o príncipe em conflito com o próprio pai? B: Não, estava em conflito contra os liberais portugueses! LA: Liberais? Os liberais eram contra a independência? B: Eram! Os liberais portugueses não eram bem liberais, queriam recolonizar o Brasil e restaurar o exclusivo metropolitano! LA: Como assim restaurar? Vocês já não eram mais submetidos ao monopólio antes da independência? E ainda eram Colônia? B: Sim, desde 1808. D. João havia aberto os portos quando se mudou para cá. LA: O rei de Portugal se mudou para a Colônia?! B: É, e acabou com o exclusivo metropolitano. É, é complicado mesmo!

Acredito que só não nos damos conta dessa sucessão de improbabilidades por sermos apresentados a ela desde a mais tenra idade nas aulas de história do colégio. Maria Odila acredita que parcela não desprezível da historiografia – fortemente influenciada pela literatura norte e latino-americana de independência como ruptura, levante revolucionário e guerras de libertação – quis enxergar semelhanças no modelo brasileiro, deixando de perceber os elementos de continuidade que ela apresenta com o conceito clássico, ainda hoje relevante, de “interiorização da metrópole”. Entende-se ali a emancipação como um *processo*, um longo processo de criação e de consolidação do Estado imperial brasileiro. Vincula-se então tal processo de independência ao marco cronológico de 1808 e à transmigração da Corte, do qual o ano de 1822 era apenas mais um desdobramento. Desdobramento relevante, mas

não inédito, já que a emancipação política evidenciada pelo sete de setembro já era, na prática, antecedida pela elevação do Brasil em 1815 à categoria de reino[35].

Para Maria Odila, os conflitos posteriores ao sete de setembro ainda podem ser enxergados como uma guerra civil portuguesa. Entre os interesses dos portugueses de lá, apoiados significativamente por regiões mais vinculadas a Lisboa que ao Rio de Janeiro, como o Maranhão e o Pará, contra os interesses dos portugueses de cá, apoiados fortemente pelos interesses dos brasileiros do Centro-Sul, dos liberais e de todos aqueles que eram beneficiários do regime de portos abertos de 1808. Essa última aliança é selada pela figura do príncipe. Ele serviria de argamassa. Oferecia legitimidade dinástica e dava garantia aos portugueses de que não seriam espoliados. O outro cimento era o haitianismo, verdadeiro amálgama aterrorizante das elites, que temiam mais que tudo o levante popular. Seu temor de uma rebelião negra favoreceu o entendimento intraelite mesmo entre grupos rivais.

Não é possível, no entanto, fingir que não houve Guerra de Independência. Houve significativa resistência ao Grito do Ipiranga nas regiões em que a vinculação a Lisboa era mais forte que ao Rio de Janeiro – Pará e Maranhão, por exemplo – e também nas regiões onde havia grande presença de militares e de comerciantes portugueses, como a Bahia e a Cisplatina. Diferentemente da luta cruenta ocorrida na América espanhola, do lado de cá dos Andes o conflito foi tópico e muito mais concentrado no tempo.

A disputa mais estratégica se deu no plano naval, em que a superioridade de forças era claramente portuguesa, e o Brasil independente, sem Marinha, teve de recorrer a

mercenários ingleses que, com o fim das guerras napoleônicas, viam no contexto turbulento da América do Sul oportunidades de atuação. Em que pesem os combates terrestres na Bahia, por exemplo, foi a atuação de Lord Cochrane[36], semiaposentado, no comando de uma armada improvisada, que garantiu a capitulação das forças portuguesas, mais por meio de expedientes e uso inteligente de sua própria reputação do que por superioridade inequívoca de forças. São Luís se rende sem combate, e Belém, após rápida demonstração de força, seria facilmente contida com a chegada de reforços.

Em menos de um ano, todas as províncias estão sob o controle do imperador aclamado no Rio de Janeiro. Do sete de setembro paulista ao dois de julho baiano não se passaram dez meses, diferente dos mais de dez anos que separam Hidalgo de Iturbide no México ou da década e meia que separa Miranda de Ayacucho nos Andes.

Política e militarmente, estava consolidada a independência. Faltava agora seu reconhecimento internacional, que ocorreria nos turbulentos anos do Primeiro Reinado.

2.2 O Primeiro Reinado

Facções políticas do Primeiro Reinado. Anteprojeto constitucional de 1823. Carta de 1824. Confederação do Equador. Guerra da Cisplatina. Críticas parlamentares ao imperador. Crise econômica e seus desdobramentos políticos. Abdicação.

A história do Primeiro Reinado inicia-se sob o signo das discussões constituintes. Não deixa de ser irônico que os debates da Assembleia Constituinte que tomam conta do

ano de 1823 sejam, em larga medida, os mesmos debates políticos que marcaram as “cortes” em 1821, com exceção óbvia do *status* do Brasil, agora inequivocamente independente. A perspectiva dos liberais, os mesmos liberais que agora se chamavam de “partido brasileiro”, em oposição aos portugueses, era criar um Império brasileiro constitucional, como em 1821 tinham a perspectiva de um Império português constitucional. A personalidade do jovem imperador, bem como sua ambiguidade em relação ao liberalismo que dizia abraçar, será um formidável obstáculo à execução desse intuito.

As tendências absolutistas do imperador eram estimuladas pelo grupo “caramuru” (o “partido português”). Não faltaram apelidos pejorativos para os portugueses: corcundas – em referência irônica aos que se curvavam ao absolutismo –, pés de chumbo, caramurus, marotos, evidenciando a crescente oposição entre os grupos que se haviam aliado ao príncipe na luta contra as cortes e pela causa da independência. Nenhum desses grupos tinha grau significativo de institucionalização formal, coesão, hierarquia clara, regras estabelecidas, programa de governo estrito ou mesmo presença definida em todo o território nacional. Suas lideranças eram conhecidas, bem como sua agenda, mas não se pode falar que eram partidos no sentido moderno do termo.

As clivagens internas desses agrupamentos eram muitas, e sua diferenciação se dá sobretudo no ponto das maiores ou das menores limitações constitucionais ao poder do imperador e da maior ou menor vinculação a Portugal. Para os caramurus, a independência ainda não era vista como uma ruptura definitiva. A manutenção da dinastia dos Bragança no Brasil e a demora calculada do jovem

imperador em abdicar do trono português – o que só faria após a morte do pai, em favor de sua filha – aumentavam o temor dos "brasileiros" de uma possível reunificação. Para além destas linhas gerais, fica difícil definir caramurus e liberais de modo inequívoco ou simplesmente apelando para uma distinção entre os mais conservadores/absolutistas e os mais progressistas/ilustrados. O caso de José Bonifácio é ilustrativo. Considerado, ao final do Primeiro Reinado, um caramuru, por sua defesa de um Estado forte e seu vínculo com o imperador, havia sido preso e exilado pela atuação na Constituinte de 1823.

A ojeriza que o Patriarca tinha contra a manutenção da escravidão e a proposta de abolição gradual o tornam mais liberal que a média dos liberais brasileiros. Em dois documentos encaminhados por ele à Assembleia, propunha, além da abolição gradual, a "civilização do índio bravo", pois acreditava que a incorporação dos índios e dos negros na sociedade brasileira era fundamental para construir uma nacionalidade coesa. Essa visão bastante à frente de seu tempo faz que Bonifácio sofra achaques significativos dos liberais moderados, não tão liberais assim em se tratando de libertar os escravos. Alguns liberais, tachados de "exaltados", tinham uma perspectiva mais social desse liberalismo e defendiam, naturalmente, o fim da escravidão.

A perspectiva nacionalista mais firme do Patriarca na negociação do reconhecimento junto aos ingleses e portugueses levou à sua demissão em meados de 1823. Ao final desse mesmo ano, em 11 de novembro, a Noite da Agonia, o imperador mobiliza as forças militares e cerca o que é hoje o Palácio Tiradentes, no Centro do Rio de Janeiro, onde se reuniam os constituintes. Com o fechamento da

Assembleia no dia seguinte, estabelece-se o que José Honório Rodrigues chama de contrarrevolução.

Quais foram os motivos do fechamento da Assembleia? Dois se destacam.

O principal deles é o intuito dos liberais na sucessiva aprovação de medidas de controle constitucional em relação ao poder do monarca, que passava a ser plenamentesubordinado à Assembleia, ainda que não exatamente uma figura simbólica. O Legislativo era, no anteprojeto constitucional em curso, o poder mais relevante. O Executivo estava submetido ao imperador apenas simbolicamente, sendo, na prática, subordinado à Câmara, como nos moldes britânicos.

O segundo motivo foi a aprovação, no anteprojeto, da exclusão da participação política dos portugueses. Medidas de expulsão dos portugueses que não tivessem filhos ou que fossem casados com brasileiras foram propostas e discutidas, mas a questão do voto foi a que mais pesou. A implementação do voto censitário teve significativas dificuldades. Qual seria o critério? A simples exclusão por renda não faria o serviço. Muitos portugueses eram ricos proprietários, sobretudo comerciantes. O ideal para os "brasileiros" era que apenas os proprietários de terra votassem, mas a propriedade da terra não era documentada suficientemente. Não havia segurança jurídica sobre esse assunto até a segunda metade do século XIX, com a Lei de Terras. Muitos donos de latifúndios eram donos por ocupação de uma ou de muitas gerações após um pioneiro se estabelecer.

Por outro lado, basear o voto na propriedade dos escravos seria escandaloso demais para os que se diziam

liberais, sobretudo em um contexto de crescente pressão britânica para a abolição do tráfico. A solução foi definir a propriedade de escravos como a base da cidadania no Brasil, sem necessariamente usar a palavra escravo. Um funesto exemplo do “jeitinho brasileiro”. Ficou definido então que a quantidade de alqueires de mandioca plantados seria a base para o direito de votar no Brasil. Evitava-se, dessa forma, a constrangedora palavra escravo como mecanismo de direito político em uma Constituição que se pretendia liberal. Se o anteprojeto constitucional de 1823 tivesse vingado, teria ficado escamoteada a premissa escravista da cidadania, estabelecida na prática pelo texto constitucional, afinal, a base da alimentação dos escravos do eito era universalmente a farinha de mandioca. O número de alqueires de mandioca plantados em uma fazenda era indicativo inequívoco do tamanho do plantel de escravos que seu senhor possuiria.

Seria excluída, assim, grande parcela da elite portuguesa interiorizada no Rio de Janeiro e no Sudeste que vivia do comércio nas zonas urbanas, sem qualquer necessidade de plantar alqueires de mandioca. Essas decisões ocorreram em um clima de crescente antilusitanismo popular, estimulado pela imprensa em jornais como *O Tamoio* e *Sentinela da Liberdade*. Era o fim do flerte entre portugueses e brasileiros. Nunca chegou a ser noivado, ainda que tenha sido um “namoro” pouco turbulento durante o período de permanência da Corte no Brasil. Cogitou-se o noivado em 1821, estabeleceu-se o divórcio antes mesmo do casamento, em 1823. A pressão do partido português se faz cada vez maior e, com o fechamento da Assembleia Constituinte, é esse o grupo de burocratas, militares e comerciantes portugueses que sustentará

politicamente o imperador, que vai apoiá-lo e manter-se a seu lado até a abdicação, em 1831, e mesmo depois disso.

Desse modo, por três anos, a partir da Noite da Agonia, os liberais brasileiros estarão, para todos os efeitos, excluídos das decisões políticas nacionais, tomadas praticamente de forma isolada pelo imperador e por seus ministros áulicos do partido português. Nesses três anos, duas decisões[37], tomadas de cima para baixo, sem consulta aos representantes da nação – pois não haverá Parlamento até 1826 –, marcarão por décadas o processo político brasileiro. A constituição outorgada de 1824 e os acordos internacionais para o reconhecimento da independência do Brasil. Tanto uma quanto o outro sofrerão crítica acerba dos liberais, mas estes terão de aprender a conviver com suas consequências muito tempo depois que o próprio imperador já tivesse abdicado. Trataremos da questão do reconhecimento em outra parte. Passemos à Carta de 1824.

O Conselho de Estado, órgão que se tornou definitivo com o texto constitucional, analisou o documento que ficou pronto em menos de um mês, entre dezembro de 1823 e janeiro de 1824. A partir daí, o texto foi submetido à apreciação das câmaras municipais para sugestões e emendas, em uma espécie de "consulta"[38] do imperador a seu povo sobre um documento que ele prometera ser "duplicadamente mais liberal". São, naturalmente, poucos os vereadores que se aventuram a dar palpites na Carta apresentada. Mesmo estes foram ignorados. Muitos nem sequer a leram, já que óbices no sistema de transporte e de comunicação da época impediriam que os cuiabanos ou moradores de Belém apresentassem a tempo suas apreciações. Não se passam dois meses, e a Constituição é

jurada pelo imperador em 25 de março de 1824, data que passa a ser feriado no Brasil imperial e ainda hoje é rua celebrada – por motivos distintos – no Centro de São Paulo.

Trata-se – e disso não devem restar dúvidas – de um documento liberal. Certamente não liberal da perspectiva atual ou mesmo dos liberais de meados ou do final do século XIX, mas bastante liberal para o contexto europeu da época. As ambiguidades de um imperador que cortejava o absolutismo não foram suficientes para evitar que ele fosse considerado o chefe da facção liberal portuguesa após a morte de D. João ou mesmo que fosse considerado para assumir a Coroa da Grécia quando de sua independência, em 1830, como fonte de legitimidade e, ao mesmo tempo, uma alternativa liberal. A Constituição, só por existir, já evidenciava alguma adesão aos princípios do liberalismo, combatidos pela Santa Aliança e que complicariam a negociação do reconhecimento por parte dos austríacos e, sobretudo, dos russos, ciosos defensores do absolutismo, antítese de qualquer forma de contratualismo. Era inegavelmente centralizadora, mas com fortes componentes liberais. Vejamos dois deles.

Ao contrário da Constituição republicana de 1891, que lhe sucederia sete décadas depois, a Carta de 1824 estabelecia que era obrigação do Estado prover a educação básica de seus cidadãos, compromisso que desaparece na Primeira República. O papel da Igreja no novo Estado é outro exemplo. Trata-se de debate herdado da Constituinte, em que muitos deputados anticlericais defendiam a completa nacionalização da Igreja brasileira. Essa posição foi defendida até por padres, sobretudo o grupo pernambucano que desde a criação do Seminário de Olinda (1800) era foco de congregação liberal no nordeste. A

discussão sobre a criação de prelazias em Mato Grosso e em Goiás, prerrogativa papal assumida pelo Estado brasileiro, foi objeto de controvérsia e finalmente ratificada pelo estabelecimento do regime de padroado na Constituição afinal outorgada. O imperador era o chefe da Igreja no Brasil; os padres, funcionários do Estado. A Igreja estava sob o controle do Estado, como desejavam os liberais, e, nos futuros momentos de conflito entre a Igreja e o Estado, nenhum liberal ficou insatisfeito com a simples aplicação da Constituição, tanto no caso de Feijó nos anos 1830 quanto no caso do Visconde do Rio Branco nos anos 1870.

A nobiliarquia americana, ainda que herdeira da portuguesa, só reconhecia títulos de nobreza estrangeiros validados pelo imperador. Os títulos concedidos no Brasil não eram hereditários, o que, na prática, tinha o intuito de criar uma aristocracia meritocrática, o que evidencia mais um afastamento do Antigo Regime clássico. Havia, no entanto – e isso é o que se enfatiza na tradição posterior de crítica liberal ao imperador, sobretudo após sua abdicação –, vários resquícios absolutistas presentes no texto constitucional. A "tríade maldita" que os liberais tentaram sem sucesso abolir no período regencial era composta do Senado vitalício, do Conselho de Estado e do Poder Moderador.

No caso do Senado, sua vitaliciedade era uma forma intermediária entre um modelo republicano de legislaturas e um modelo consuetudinário inglês, da Câmara dos Lordes. Trata-se, sem dúvida, de inovação liberalizante em relação a uma assembleia de aristocratas hereditária. Os senadores brasileiros eram eleitos, e uma lista tríplice era submetida ao imperador[39]. Não havia nenhuma exigência de titulação. Ao fim e ao cabo, a verdade é que o Senado se tornou, ao

longo do Império, uma casa profundamente conservadora e voltada para os interesses da Coroa, o que fazia dele um alvo frequente dos liberais mais radicais.

O Conselho de Estado existia desde o período joanino e foi restaurado depois da independência com o objetivo de fazer a Constituição após o fechamento da Assembleia em novembro de 1823. Tendo sido o órgão que elaborou a Constituição, é bem natural que seu papel no novo regime seja de destaque e ainda mais natural que acabe por concentrar os ódios dos liberais, que o extinguem assim que conseguem (1834). Tratava-se de órgão exclusivamente consultivo, vinculado ao Poder Moderador. Não era um poder à parte. O Conselho sofreria modificações em seu tamanho e organização ao longo do período imperial.

Inicialmente com doze membros, foi extinto pelo Ato Adicional de 1834 e seria restaurado e ampliado com o fim da Regência em 1841. Os conselheiros dividiam-se em quatro subgrupos, de acordo com as atribuições dos principais temas do Império brasileiro: Império, Justiça, Guerra e Relações Exteriores, e Fazenda. Os conselheiros eram vitalícios e se especializavam em determinados temas, mas frequentemente eram convocados pelo imperador para deliberar coletivamente em casos de destituição de gabinete e/ou dissolução da Assembleia. As consultas não eram vinculantes e não produziam decisões, apenas sugestões. No texto original da Constituição, o imperador era obrigado a consultar o Conselho de Estado nos casos que envolvessem o uso do Poder Moderador, mas não necessariamente a seguir suas recomendações. No Segundo Reinado, essa obrigatoriedade cairia, mas, ainda assim, o imperador quase sempre consulta o Conselho de Estado e mantém suas recomendações. Houve casos,

entretanto, em que o imperador consultou o Conselho de Estado e tomou uma decisão diferente.

A vitaliciedade dos conselheiros dava ao órgão uma perenidade, uma resiliência institucional que foi um elemento positivo de continuidade política no Império. Teve impacto sobretudo no exercício da política externa. Muitos dos conselheiros haviam sido ministros uma ou muitas vezes antes de serem nomeados para o Conselho, tendo por isso ampla experiência administrativa e legal. Seus pareceres são sempre objetivos, e a leitura deles, compilados[40] que foram por José Honório Rodrigues para o Senado Federal na década de 1970, ainda hoje surpreende pela inteligência e segurança. São verdadeiras aulas de política e de direito constitucional.

Por último, o Poder Moderador, que tinha atribuições vinculadas à própria pessoa do monarca, que era também o titular do Poder Executivo. Este era exercido por delegação aos ministros[41], e, após 1847, aos presidentes de Conselho de Ministros; aquele, exclusivamente pelo imperador ou por seu regente. Como titular de dois dos quatro poderes, o Imperador tinha, portanto, enorme concentração de autoridade e de atribuições constitucionais. No caso do Poder Moderador, eram suas atribuições: assinatura de tratados[42], concessão de títulos de nobreza, declaração de guerra, convocação e dissolução da Assembleia, livre demissão de ministros e comutação das penas dos réus condenados, entre muitas outras.

Qual era o propósito de Benjamin Constant, o suíço, ao sugerir a criação de um poder “moderador”? Certamente não era que fosse o que se tornou no Brasil, um instrumento de legitimação de uma autoridade quase absoluta. Constant

era um liberal e buscava um meio-termo entre o absolutismo e o modelo inglês, no qual o Poder Executivo era completamente subordinado ao Legislativo, a ele respondendo e perante ele se responsabilizando. O Poder Moderador foi criado para evitar um Executivo irresponsável. Este responderia não à Câmara, mas ao Poder Moderador. Não foi o que se deu no Brasil. O imperador é declarado inviolável e irresponsável na Constituição de 1824, o defensor perpétuo do Brasil. Para liberais como Frei Caneca, não é tão diferente do que era no absolutismo e por isso se insurgiu contra o Poder Moderador.

Os liberais limitarão o exercício do Poder Moderador por parte do regente após a abdicação e ao longo do Segundo Reinado, em grande parte por causa da autocontenção de Pedro II. O modelo constitucional brasileiro vai se aproximando da prática liberal parlamentarista britânica, em que os ministros se acostumam a ir ao Parlamento para dar explicações sobre os atos do governo. Foi uma acomodação histórica que se deu na prática e com o tempo, muito graças à experiência regencial de fortalecimento legislativo e também em parte ao temperamento do segundo monarca. Não foi o que se percebeu ao longo do Primeiro Reinado, em que a própria outorga da Constituição motivou sedições em Pernambuco e na Cisplatina.

Em Pernambuco, rearticulam-se os mesmos interesses que já se haviam insurgido contra o governo de D. João IV em 1817. Os liberais, insatisfeitos com o fechamento da Constituinte e com a Constituição outorgada, mais uma vez se rebelam e proclamam a República[43]. O papel da imprensa foi bastante relevante e convém destacar as figuras de Cipriano Barata – médico que criou o jornal

Sentinela da Liberdade, defendendo a liberdade de imprensa, com imitadores em todo o Brasil – e do frade Joaquim do Amor do Divino Espírito Santo, conhecido popularmente em Recife como Frei Caneca e que veiculava, por meio impresso, uma série de diatribes contra o Poder Moderador, contra o absolutismo do imperador, que evidenciava mais uma vez a participação do clero liberal radical herdeiro dos padres de 1817.

A adesão das províncias do Norte ao imperador era, em grande medida, uma questão fiscal. Havia enorme expectativa de alívio fiscal, sobretudo para os pernambucanos – pernambucanos no sentido amplo, pois, até recentemente, paraibanos, cearenses, alagoanos e potiguares eram também pernambucanos[44] – que vinham sendo achacados pelo Rio de Janeiro, a nova metrópole desde 1808. Com a deterioração da situação financeira, o alívio não veio. O café ainda não era significativo, e o açúcar e o algodão nordestinos precisavam continuar a pagar a conta da criação de um Estado cujas rendas da alfândega estavam reduzidas por "tratados desiguais".

A Confederação acaba sendo debelada com vigor. As garantias constitucionais foram suspensas na província. O Almirante Cochrane bombardeia Recife enquanto tropas do Brigadeiro Lima e Silva, pai do futuro Duque de Caxias, invadem Pernambuco pela Bahia, e Frei Caneca torna-se a primeira vítima do modelo repressivo que se estabelece a partir de então. Foram onze condenados à morte, três dos quais no Rio de Janeiro. Frei Caneca subestimou, segundo Evaldo Cabral de Mello, os meios à disposição do Imperador e superestimou a vontade de resistência nordestina contra o "despotismo fluminense". Terminaria capturado em novembro e, em 20 de dezembro, condenado sumariamente

à morte por enforcamento em virtude de crime de sedição. Em 13 de janeiro de 1825, acabaria arcabuzado, “visto não poder ser enforcado pela desobediência dos carrascos”, segundo consta da ordem da Comissão Militar.

Já a Cisplatina drenaria os recursos do Império em uma guerra que era a simples manutenção da lógica externa portuguesa pelo país recém-independente. Sem maior apoio da opinião pública, o imperador insiste em uma guerra que não pode ganhar. Ao contrário, permite o fortalecimento institucional de Buenos Aires no controle da frágil Confederação das Províncias Unidas do Prata e, ao final, é obrigado a aceitar intermediação britânica, que, por motivos próprios, impõe-se aos dois lados atolados, em um desgastante impasse político-militar, e força o reconhecimento da independência uruguaia.

A renovação dos privilégios é consequência do modo centralizado e excludente pelo qual foram negociados os tratados de reconhecimento com Portugal e com a Inglaterra. Situação *sui generis* na América Latina, a negociação foi trilateral, e não bilateral. A dificuldade dos portugueses em aceitar o fato consumado, insistindo em fórmulas que mantivessem o vínculo com a antiga Colônia, atrasou o reconhecimento, cujas reuniões entre os representantes das duas coroas tanto no Rio de Janeiro, em 1823, quanto em Londres, em 1824, não chegaram à conclusão alguma. Oferece então George Canning mediação inglesa, acelerando, como era de seu interesse, o reconhecimento. Pressiona Portugal que acaba dando a Charles Stuart carta plenipotenciária de D. João para o reconhecimento do Brasil.

As concessões feitas a Portugal, no entanto, não foram pequenas e geraram vivas insatisfações. O título de

imperador do Brasil era dividido com o rei de Portugal até sua morte; abríamos mão de qualquer pretensão às colônias africanas, fornecedoras de mão de obra ao país, e aceitávamos o pagamento de indenização pela independência e pelos bens da família real aqui deixados em soma que montava a 2 milhões de esterlinas. Ficava ainda documentada a humilhação de acatar a falsidade de que a independência, duramente conquistada com o derramamento de sangue brasileiro, havia sido livremente concedida por obra e graça do rei de Portugal.

O grande silêncio do documento, e que causou sua repulsa também na metrópole, era a questão da sucessão. Nada estava definido, e o imperador do Brasil, após a guerra com o pai, seguia sendo seu herdeiro no trono português. Fica patente que o interesse dinástico superava o interesse da nação brasileira, conforme afirma Amado Cervo e Clodoaldo Bueno. Pela mediação, ganham os ingleses *leverage* para negociar com um gabinete dadivoso, que lhes oferece mais do que esperavam. Sem Parlamento, alijados os nacionalistas como José Bonifácio, fica simples para Charles Stuart arrancar do Imperador todos os privilégios dos tratados de 1810, ainda agravados. Robert Gordon substitui Charles Stuart justamente para conseguir ainda mais concessões. A dependência agora também era financeira (empréstimos de 1824 que chegaram a 5 milhões de libras ao final do Primeiro Reinado) e o compromisso, internacional, com valor de lei interna após a ratificação do tratado de abolição do tráfico de escravos a partir de 1830, medida considerada funesta pela elite latifundiária, excluída do processo decisório. A manutenção dos 15% concorre naturalmente para o agravamento da situação econômica[45], que, por sua vez, agrava a indisposição

generalizada para com um imperador considerado voluntarista e autoritário.

Essa insatisfação se torna pública com a instalação da primeira legislatura de 1827-30 na Câmara dos Deputados e encontra eco em uma imprensa crescentemente atuante, ainda que constrangida pela ação do governo. Os deputados não se melindravam em críticas aos funestos tratados desiguais, e a apreciação da situação econômica criava um clima de hostilidade. Em 1828, o deputado liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos propõe e faz aprovar lei que, apesar de ter como intuito evitar o monopólio britânico do comércio brasileiro, agrava ainda mais o problema ao estender aos demais países amigos a tarifa preferencial de 15%, anulando, na prática, o privilégio inglês. O Banco do Brasil, por iniciativa da Assembleia, foi liquidado em 1829, depois da descoberta de um passivo imenso e de numerosas malversações de seus administradores. Os gastos com a Cisplatina, a concorrência do açúcar de beterraba e, sobretudo, o até então desconhecido processo inflacionário motivado pela inclusão do cobre nas moedas de ouro e prata vão minando o apoio ao primeiro imperador, ao mesmo tempo que revivem, de modo ainda mais agressivo, as manifestações antilusitanas que terminam, não raro, em pancadaria. O nome pelo qual passaram à história não deixa dúvida disso. Para citarmos apenas duas: a Noite das Garrafadas no Rio de Janeiro e a Revolta dos Mata-Marotos na Bahia, já depois da abdicação. O quadro favorece a impressão de desordem trazendo à tona a já conhecida demofobia das elites assombradas pelo espectro do haitianismo. Em suas últimas aparições públicas, o defensor perpétuo do Brasil era saudado com gritos de vivas tipicamente cariocas: “Viva, D. Pedro... Segundo!”

Outro elemento nem sempre lembrado foi a influência da Revolução Francesa de 1830 sobre o povo do Rio de Janeiro e os liberais. Após o *maelstrom* causado por Napoleão, a simbologia revolucionária era poderosíssima e, no Brasil, o impacto foi potencializado pela visão, ainda no horizonte do mar, do navio francês de novo com a bandeira tricolor. Apenas no dia seguinte, com o desembarque dos marinheiros, chegou a notícia de deposição dos Bourbon e a subida ao trono de Luís Felipe, "o rei burguês". A comoção pela bandeira tricolor era imensa. Significava a coragem de um povo para, por meio de um levante popular, uma revolução, derrubar – mais uma vez – seu monarca e impor um regime liberal. A bandeira tricolor significava a soberania popular que encontrava eco na imprensa. Jornalistas como Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, e Libero Badaró, em São Paulo, favoreciam a mobilização não apenas dos setores letrados e liberais mas também do povo, que tomava conhecimento oralmente das notícias e dos panfletos. O assassinato de Libero Badaró por autoridades da intendência de São Paulo – um dos alvos de seu jornal – mobiliza os estudantes paulistas e causa comoção.

Faltou igualmente habilidade política ao imperador para transigir, negociar ou aplacar os ânimos liberais. Tinha ele ainda amplo respaldo de setores populares que viam na monarquia um caráter quase sagrado. No entanto, de mau passo em mau passo, foi se afastando dos brasileiros ao cercar-se de portugueses, inclusive nomeando o fatídico Ministério dos Marqueses, um gabinete composto de aristocratas lusos que aumentava a impressão de recolonização e de falta de independência. Os liberais identificavam claramente, na permanência do imperador, a permanência dos vínculos com Portugal. Seu afastamento

seria a verdadeira independência; e deveria ser rápido e sem conflitos para evitar a ampla mobilização popular que poderia se suceder em um contexto de crescente radicalização. Ninguém queria estimular mais jacobinos, muito menos a elite liberal brasileira, que, ao olhar para as ruas, temia bem mais que Robespierres, Toussaint L'Ouvertures...

Como é frequente em nossa história, evitou-se a mobilização popular. O imperador abdicou em 7 de abril de 1831, depois de perder o apoio até de setores das Forças Armadas. A recém-criada Guarda Nacional no Rio de Janeiro, sob a liderança do Brigadeiro Lima e Silva, apoia o movimento opositor, e Pedro I parte imediatamente em uma corveta inglesa para Londres. Tendo evitado com seu gesto a guerra civil brasileira, ainda teria de lutar, em seu curto tempo de vida, contra seu irmão Miguel, uma guerra civil em Portugal.

Chegavam ao poder os liberais e enfraquecia-se a facção portuguesa (caramuru). Nessa “segunda independência do Brasil”, os liberais acreditavam ter se livrado para sempre do jugo do absolutismo. Teria início o governo dos representantes da nação, mas esses representantes eram, e se tornariam com o tempo, ainda mais conservadores em seus propósitos. Em sua maior parte, eram proprietários de escravos. Embora simpáticos ao liberalismo político, não queriam saber de reformas revolucionárias ou jacobinas para a sociedade. A revolução se iniciara e se esgotara no sete de abril. Fim. Os que discordassem – e não eram poucos – eram tachados de “exaltados”.

Eis então o grande pomo da discórdia da política brasileira em seus primórdios. O que era ser liberal? Não havia consenso. Como tudo em política, trata-se de uma

questão de percepção que só se define de modo relacional. Comparado com os caramurus portugueses, os novos donos do poder pareciam bem liberais. Suas reformas limitariam o absolutismo e o poder central. Comparados aos exaltados, eram semelhantes aos corcundas. Defensores da escravidão, do latifúndio, do voto censitário, da unidade territorial a qualquer preço, em suma, da ordem. Em nome da ordem se livraram de Pedro I, pela ordem governariam em nome de Pedro II. Repudiam manifestações populares, desprezam o povo das ruas cada vez mais mobilizadas, autointitulam-se "moderados". São esses indivíduos, em sua contradição "liberal", que governarão o Brasil ao longo do período regencial, de 1831 a 1840.

2.3 A política externa no Brasil entre 1808 e 1831

Política do Brasil e política no Brasil. Marcos gerais da inserção internacional da nação em formação. A abertura dos portos e os tratados desiguais (1808-10). A invasão de Caiena. A questão platina. As negociações diplomáticas para o casamento do príncipe Pedro. Independência e reconhecimento. O reconhecimento dos demais países. Avaliação geral da atuação externa brasileira.

O período entre 1808 e 1831 é de importância determinante para a futura inserção internacional do Brasil por se tratar da formação do Estado nacional independente. Ainda que nominalmente Colônia de Portugal até 1815 e Reino Unido a partir de então, já se percebem as linhas gerais da atuação externa do futuro país independente desde 1808.

Para o diplomata e cientista político Paulo Roberto de Almeida, o que há no período joanino é uma política externa feita no Brasil. Isso não significa dizer que isso não tenha

tido impacto determinante na vida nacional da antiga Colônia. Os interesses coloniais já estavam se constituindo mesmo que não houvesse, na cúpula do Estado português, presença significativa de políticos brasileiros que representassem as demandas da nação.

Das três grandes questões que envolviam Portugal no Congresso de Viena, em 1815, duas tinham mais a ver com a Colônia do que com a metrópole. A decisão de desocupação portuguesa nas Guianas e o tráfico negreiro eram assuntos mais brasileiros que reinóis. O único caso discutido no Congresso de Viena que dizia respeito exclusivamente à antiga metrópole foi a questão da praça-forte de Olivença, que havia sido conquistada pelos espanhóis em 1801. Sendo o foro multilateral mais importante da história do século XIX, tais observações são evidências de que a política externa feita no Brasil pelo governo português teve um impacto significativo na região colonial.

Quais são as diretrizes gerais da inserção internacional dessa nação em formação a partir de 1808 – processo que Sérgio Buarque de Holanda chama de “transação do período colonial para o período emancipado”?

O contexto internacional diferenciava notoriamente o Brasil de seu entorno regional. Já em curso desde 1807, os incipientes processos de independência, fracamente articulados (com exceção de Buenos Aires, que tinha algum grau de independência externa), sem governos constituídos, sem exércitos nacionais e, invariavelmente, derrotados pelo menos até 1817 contrastavam com o caso do brasileiro. Aqui a autoridade foi mantida dentro de um modelo dinástico absolutista. Assim, os interesses da dinastia

acabavam prevalecendo em detrimento dos interesses da nação ou do povo[46].

Em pelo menos dois escritos sobre o período, o embaixador Rubens Ricupero diferencia as ações diplomáticas em dois eixos: no eixo simétrico, seriam organizadas as relações com os países vizinhos da América, nas quais ou o diferencial de poder bilateral não era muito significativo, ou, quando significativo, favorecia o Rio de Janeiro; no eixo assimétrico, as relações de poder são desfavoráveis a Portugal e ao Brasil, e se concentram nas relações europeias, notadamente com a Inglaterra.

As relações de dependência da Coroa portuguesa para com a Inglaterra vinham desde a restauração bragantina e poderiam ser consideradas quase uma característica atávica da história da dinastia. Desde os anos de 1640, sucessivos tratados comerciais e alianças dinásticas entre Lisboa e Londres vinham estreitando os laços entre os dois países, em uma relação de crescente subordinação, da qual o famoso Tratado de Methuen era o exemplo mais notório. Apesar dos esforços modernizadores do Marquês de Pombal, Portugal não havia conseguido viabilizar sua independência efetiva em relação aos ingleses, fazendo do Brasil uma espécie de "colônia da colônia".

Quando, em 1808, o Brasil se tornou o centro político do Império português – a inversão colonial –, isso trouxe consequências funestas para a antiga metrópole e foi o principal motivador da Revolução do Porto de 1820. Sob as guerras napoleônicas, padecia Portugal e florescia o Brasil. Já era ruim para os portugueses arcar com os gastos de defesa de um reino que havia sido ocupado e assolado. O direcionamento do comércio inglês para o Brasil piorava a

situação. Interrompida em 1808, a lucrativa reexportação dos produtos coloniais – que chegou, em alguns momentos, a cerca de 90% do total do comércio externo do reino – vai mergulhar Portugal em uma situação absolutamente calamitosa.

Cabem algumas palavras sobre os interesses ingleses. Se, por um lado, a Inglaterra não podia perder Portugal – aliado tradicional –, por outro, seguindo a lógica do plano traçado pelo Foreign Office desde William Pitt e que foi defendido abertamente por seu principal sucessor político, George Canning[47], a Inglaterra precisava se vincular ao Brasil. Isso havia ficado evidente e dramático a partir do bloqueio continental napoleônico, fazendo com que o Brasil se tornasse destino preferencial na América do Sul das exportações inglesas[48]. Essa situação, portanto, esclarece por que a Inglaterra, em 1808, tinha fortes motivos de fazer que a Colônia deixasse de ser Colônia, pelo menos no sentido formal do exclusivo metropolitano.

1808 e 1810: a abertura dos portos e os tratados desiguais

O caminho atlântico em detrimento da opção continental evidenciava a continuidade de uma história secular de vinculação política e econômica com a Inglaterra. A base desse vínculo residia na defesa necessária de um pequeno reino contra um vizinho muito mais poderoso (a União Ibérica fazia recordar aos chefes portugueses os riscos para sua independência). Remontam da década de 1640 as sucessivas alianças militares, dinásticas e os casamentos entre a família real inglesa e a família real portuguesa. A decisão de partir em 1807 é coerente com esta trajetória. Tratava-se de decisão inédita na história: transmigrar toda a

alta cúpula do Estado português e todas as suas instituições políticas, culturais e econômicas para uma Colônia a milhares de quilômetros de distância[49]. Entretanto, em 1808, não estava ainda clara a submissão rigorosa da Coroa portuguesa aos interesses ingleses.

Os termos práticos dessa “relação assimétrica” são dados na transição entre o momento inicial da abertura dos portos e o ano de 1810, quando, exatos dois anos depois, são assinados os tratados com a Inglaterra, inaugurando o regime dos tratados desiguais. Há uma diferença notória entre a abertura dos portos e os tratados de 1810, que, em geral, é negligenciada pela historiografia, mas que foi discutida recentemente por Ricupero. Este autor enfatiza a distinção entre 1808 e 1810. Para Ricupero, 1810 é uma ruptura com o espírito liberal presente em 1808. Em 1808, recusou-se à Inglaterra, por uma série de motivos[50] – ausência temporária de Lord Strangford, influência liberal de José da Silva Lisboa etc. –, a ideia de uma abertura exclusiva para os ingleses em um único porto brasileiro. Optou-se pela solução smithiana de abertura não restritiva a todas as nações amigas. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, reabre quase imediatamente uma representação junto à Corte portuguesa, que havia sido fechada em Lisboa muito antes. O objetivo inglês, desde 1808, era que a Inglaterra tivesse um único porto, provavelmente o de Santa Catarina, onde ela pudesse desembarcar de maneira exclusiva, o que não se verificou com a abertura dos portos não restritiva de 1808. Esse sistema não excludente permanecerá por apenas dois anos, de janeiro de 1808 a fevereiro de 1810.

Em 1810, assistiu-se ao triunfo da diplomacia de Strangford após dois anos de pressão, além da candura com

que a recepção dos interesses ingleses foi recebida pelo ministro, chefe da facção britânica durante a disputa europeia, Rodrigo de Sousa Coutinho. Strangford receberá bem mais do que previa. As relações assimétricas nunca foram tão assimétricas, e Strangford explicita isso em seus despachos, nos quais declara que o preço da proteção – feita a transmigração – seria a completa submissão e obediência a Londres.

Os acordos de 1810 foram conseguidos com relativa facilidade. Na conversa que Lord Strangford tem com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares e espécie de eminência parda do governo de D. João, são estabelecidos termos definitivos para os tratados.

Foram três os tratados assinados com os britânicos: Um político, de Aliança e Amizade; um econômico de Comércio e Navegação; e o ultimo logístico, sobre a troca de correio por meio de paquetes. Sobressaem, sem sombra de dúvida, as tarifas de 15% dadas aos ingleses, que passavam a gozar do *status* de nação mais favorecida, ou seja, no caso de qualquer outra nação receber menos de 15%, os ingleses deveriam ser beneficiados com a mesma tarifa. Havia ainda o que Oliveira Lima chamou de "uma espécie de arremedo de reciprocidade", com o direito de o Brasil colocar seus produtos nas colônias inglesas (nas Antilhas, por exemplo), mas isso era bastante improvável porque muitos produtos coloniais brasileiros eram proibidos de entrar na Inglaterra e assim permaneceram.

O que ganha Portugal ao assinar tratados que permitem à Inglaterra uma série de coisas formidáveis, tornando o Brasil espécie de vassalo inglês? Basicamente segurança, proteção dinástica. Era fundamental, para Portugal, que fosse feita a defesa do reino português, perdido para os

franceses e sem chance de recuperação sem o apoio da Marinha inglesa. Os ingleses reconhecem, no primeiro tratado, que a dinastia de Bragança era a única legítima. Tratava-se de uma preocupação relevante em um contexto de proliferação de reis com o sobrenome Bonaparte que se espalhavam pela Europa, substituindo, com o apoio da *Grande Armée*, as dinastias consideradas legítimas.

Além dos 15% de tarifa, a Inglaterra tinha o direito de vistoriar os navios portugueses; abastecer – ainda que não comerciar – no litoral do Brasil; permissão para fazer comércio nos quatro principais portos abertos na Colônia; o direito de reexportação de produtos sem a taxa de 15% no porto de Santa Catarina, pagando apenas 5% de desembaraço (esses produtos iam para o Prata ou para Valparaíso); o direito de que os súditos ingleses, protestantes em sua maioria, desembarcassem, fossem recebidos e estabelecessem residência na Colônia sem que fossem perseguidos por questões religiosas. Era o fim do poder da Inquisição, instituição temível nos séculos anteriores em um Estado cujo catolicismo era a religião oficial. Nas grandes cidades, são abertos cemitérios para os ingleses enterrarem seus mortos.

Humilhante é o direito que o Tratado de Aliança e Amizade confere aos ingleses residentes: elegerem por conta própria, sob o beneplácito do príncipe, um juiz, chamado conservador, para julgá-los em caso de crimes, livrando-os da jurisdição legal portuguesa. Tal direito, afrontoso à soberania nacional, seria novamente concedido no momento do reconhecimento da independência. Tudo isso demonstrava que o Império português estava de joelhos para a Inglaterra, e as relações do eixo assimétrico se tornam, em 1810, profundamente subordinadas[51], ao

menos até o fim das guerras napoleônicas. Depois de 1814, no entanto, tal estado de coisas começa a incomodar o governo português no Brasil.

Assim, nos anos que se seguiram à queda de Napoleão, percebe-se alguma diminuição da influência britânica, até então hegemônica. No quadro de diversificação de parcerias, D. João se reaproxima dos franceses e dos austríacos. Com a França, o flerte começa graças à concertação em Viena entre o Conde de Palmela e Talleyrand, que sugeriu a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal. A devolução de Caiena, em 1817, e o patrocínio à vinda de artistas franceses para o Brasil, em 1816, completam o quadro[52]. Com os austríacos, potência continental que dividia os louros da vitória com os ingleses e anfitriã do Congresso restaurador, as pretensões eram ainda mais ambiciosas. Tratava-se de uma aliança dinástica por meio do casamento do herdeiro do trono português com uma princesa de Habsburgo.

Merecem alguma atenção as negociações diplomáticas para o casamento do príncipe Pedro. O Marquês de Marialva vai à Áustria e promove gastos suntuosos para promover a figura do príncipe. Consegue que os Habsburgo concedam uma de suas muitas arquiduquesas para casar-se com um príncipe de um país exótico que morava em outro continente. Para não dizer que não há amor na história, tanto Oliveira Lima quanto Honório Rodrigues enfatizam que a “pessoa garbosa do noivo” foi aspecto importante a influir na decisão e que a arquiduquesa, muito antes de chegar ao Brasil, já estava apaixonada pelo príncipe. A busca de um novo aliado que se contrapusesse ao enfraquecimento do peso britânico era necessária. Portugal temia que uma Espanha reconstituída alimentasse anseios hegemônicos

pela Banda Oriental. Havia o temor de que os espanhóis enviassem tropas ou navios para a Banda Oriental para resistirem à nova intervenção de 1816, e é justamente nesse contexto que se dão as negociações para o matrimônio[53].

A princesa, porém, teve muita dificuldade para chegar ao Brasil. A rebelião pernambucana de 1817 chega a Viena e é habilmente explorada pelos ingleses, que defendiam que a princesa esperasse seu noivo em Lisboa. Era um modo de pressionar a família real a retornar, maximizando sua influência em declínio sobre o príncipe no Brasil[54]. Metternich, no entanto, adota postura naturalmente conservadora. Era essencial dar apoio a D. João contra os revolucionários liberais, e a simbologia da viagem da princesa – já casada por procuração em Viena – passava a ser ainda mais relevante. Leopoldina chega ao Brasil e é adotada com carinho pelos brasileiros, mas nem tanto assim por seu noivo, menos interessado nos intelectuais da missão científica que vieram com a princesa do que nas numerosas amantes que colecionou no Brasil.

Contudo, nem só de relações assimétricas vivia o governo do Rio de Janeiro. Também no entorno regional a chegada da Corte provocou evoluções relevantes, ainda que se tenha mantido o padrão histórico de atuação portuguesa. O contexto de guerra europeia estimula a adoção de uma política fortemente intervencionista na América. Os inimigos franceses são atacados em Caiena com o apoio da Marinha inglesa, ficando a Guiana Francesa sob ocupação portuguesa até 1817. Ao sul foram duas as intervenções na Banda Oriental, que, incorporada em 1821 sob o nome de Cisplatina, aumentou o tamanho do Brasil, que se torna independente em 1822.

O motivo principal da ocupação de Caiena era a necessidade de retomar a chamada “Guiana brasileira”, perdida na brevíssima guerra de 1801. Tratava-se da região entre o Araguari e o Oiapoque que era controversa desde Utrecht, cuja solução só viria mediante arbitragem Suíça em 1900. Já os objetivos das intervenções platinas diferem e são mais complexos. Em 1808, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao desembarcar na cidade do Rio de Janeiro, declara que o cabildo da região está sob a proteção da Corte do Rio de Janeiro, dado o colapso da Coroa espanhola com a abdicação de seu rei[55]. O cabildo naturalmente recusa essa proteção, o que motiva a intervenção de 1811.

Logo após a chegada das tropas portuguesas, há um entendimento com o vice-rei, Francisco Javier de Elio, que foi nomeado pelo conselho de regência de Cádiz e chegou a Montevidéu em janeiro de 1811. Em outubro desse mesmo ano, ele assina a pacificação, e as tropas luso-brasileiras se retiram. Esse acordo, entretanto, não foi aceito por José Artigas, caudilho da Banda Oriental que não concorda nem com as ações imperialistas do governo do Rio de Janeiro, nem com as pretensões anexadoras das Províncias Unidas. Artigas, considerado precursor do movimento de independência uruguaio, começa um movimento de resistência que vai acabar redundando na necessidade de uma nova intervenção[56].

Os ingleses não viam com bons olhos esse potencial desagregador entre as monarquias ibéricas. Os imbróglios platinos não valiam o risco de ter, no início da década de 1810, conflitos entre Portugal e Espanha que enfraquecessem a aliança contra os franceses. Tal obstáculo sistêmico ao intervencionismo foi, das experiências vividas na América, a que mais entristeceu o príncipe, segundo

Oliveira Lima. Foi preciso adiar até 1816 a alteração do quadro sistêmico que permitiu um novo envio de tropas, dessa vez com o intuito anexacionista indisfarçável. Artigas é finalmente derrotado na Batalha de Taquarembó, em janeiro de 1820. O caudilho foge para o Paraguai, onde se torna uma espécie de asilado político e, na prática, prisioneiro do ditador paraguaio Gaspar Rodríguez de Francia, e onde morrerá, em 1850, profundamente desiludido com a política uruguaia, de acordo com Francisco Doratioto. Incorpora-se, em 1821, a Província Cisplatina ao Reino do Brasil.

A situação, porém, não estava ainda definida. A resistência artiguista não morre com o exílio de seu líder, mas, enfraquecida, busca apoio em Buenos Aires, declarando-se parte das províncias unidas em 1824. A aceitação por parte de Buenos Aires motiva o imperador, D. Pedro I, a declarar uma guerra que se provaria custosa e difícil para ambos os lados. Sua perpetuação por quase três anos contribuiu para desestabilizar os dois governos, favorecendo a abdicação de Pedro I em 1831 e, efetivamente, levando à queda do presidente argentino, Bernardino Rivadavia. Aliás, a própria necessidade de mobilização militar e de organização para o conflito forçou o Congresso das Províncias Unidas a aceitar a formação de um Executivo. Segundo Doratioto, os representantes argentinos que chegaram ao Rio de Janeiro não conseguiram um acordo de paz satisfatório com o imperador, o que motivou, mais uma vez, a intervenção britânica, interessada em encerrar o oneroso bloqueio do Prata pela Marinha brasileira[57], mas igualmente preocupada com a manutenção política da única monarquia do continente[58].

Se é que existe tal coisa, o que se deu na Guerra da Cisplatina foi um “empate de Pirro”. Pior ainda que a vitória, nenhum dos lados ganhou coisa alguma. No Brasil, a percepção era de derrota, sobretudo após o colapso militar de Ituzaingó (Batalha do Passo do Rosário para os brasileiros); derrota em uma guerra que não tinha nenhuma simpatia da opinião nacional, que não se considerava emocionalmente compatriota dos “cisplatinos”. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno consideram que, mais que um “Estado tampão” criado pelos ingleses, o Uruguai é um estado “legítimo”, com aspirações nacionalistas autônomas que surgiram com Artigas e se desenvolveram durante a guerra, garantindo a emancipação.

Para o Brasil, as consequências não se esgotam nas indenizações e na desestabilização do Primeiro Reinado, mas persistem no período regencial. O Rio Grande do Sul, desprestigiado com o desfecho da Cisplatina em 1828, foi a província que mais contribuiu e, por isso mesmo, mais sofreu com a guerra. Toda a cavalaria mobilizada era gaúcha. Alimentação, requisições, custos de transporte foram arcados mais pesadamente pela província e sua identificação com a política do imperador não contribuiu para que fossem bem tratados pelo novo governo regencial. Entre as causas da Farroupilha está certamente a insatisfação do Rio Grande do Sul com o modo como foi tratado após sua contribuição para a guerra.

A questão do reconhecimento – Portugal e Inglaterra

Uma vez independente, o Brasil busca o reconhecimento de modo desproporcional à sua necessidade. Segundo Cervo e Bueno, o primeiro erro da diplomacia brasileira foi deixar-se tomar pela questão do reconhecimento como se

fosse uma necessidade inescapável. Uma postura pragmática entenderia que o reconhecimento britânico já era tácito e o Brasil já mantinha relações comerciais e até financeiras com os ingleses, sem a necessidade de um reconhecimento formal, que interessava a Londres quase tanto quanto ao Rio de Janeiro. Quanto aos portugueses, a independência já estava consumada em 1823 e, sem o apoio britânico, nada havia que pudesse ser feito. Aceitar a separação não era mais questão de negociação. Assim, não fazia sentido – tanto na visão dos contemporâneos (José Bonifácio[59], por exemplo) quanto na dos estudiosos do tema – oferecer concessões para efetivar o que já era fato.

O afastamento de Bonifácio, em 1823, favoreceu o isolamento do imperador do restante da sociedade. Com o fechamento da Assembleia em dezembro desse ano, o isolamento se agrava, o que é fatal para a desdita do processo decisório. Novamente, foram consideradas mais as necessidades dinásticas que o "interesse nacional". Aproveitando-se da posição influente em ambas as cortes, os ingleses oferecem mediação para buscar superar os desentendimentos entre os representantes de D. João e os representantes de D. Pedro. A negociação do reconhecimento deixava de ser bilateral e passava a ser tripartite. O mediador era também parte muito interessada. Não por acaso dirigia o Foreign Office o mesmo George Canning que arrancara, por meio de Strangford, os tratados de 1810 de D. João. Em 1825, o representante inglês era Charles Stuart, e o contexto muito distinto, com uma conjuntura menos dramática que na época da invasão a Portugal. O desfecho, no entanto, foi similar, ainda que mais lento do que gostaria Canning[60]. Ao se apresentar como mediadora do reconhecimento português e amiga do Brasil, a Inglaterra consegue se posicionar negocialmente de modo

favorável a conseguir repetir com o Brasil independente as concessões de 1810 arrancadas do príncipe transmigrado.

Mediante pressão inglesa, Charles Stuart chega ao Brasil com autoridade plenipotenciária para reconhecer o país e o nome do rei português. A mesma pressão foi exercida sobre o imperador brasileiro para a aceitação das exigências portuguesas, todas muito controversas. Em primeiro lugar, D. João reservava para si o direito de ser também chamado, enquanto vivesse, de imperador do Brasil. O título se diferenciava da ideia de rei por remeter à herança romana. José Bonifácio diz que tal exigência é atestado de vaidade senil por parte do rei.

Em segundo lugar, vem a indenização de 2 milhões de libras para a Coroa portuguesa, que combinavam 1,4 milhão pela independência[61] e um valor a ser apurado em comissões bilaterais pelos bens que a família real havia deixado na antiga Colônia. A indenização naturalmente é oriunda de empréstimos britânicos, cujo montante chegou a 5 milhões ao final do Primeiro Reinado. Boa parte desses créditos será usada, sobretudo, com embaixadas, representações no exterior e aventuras militares, sendo muito pouco, efetivamente, investido no país (algo em torno de 10% dos empréstimos).

A terceira concessão é a promessa que o governo brasileiro faz de não aceitar a incorporação de nenhuma das colônias portuguesas na África, interesse natural dos africanos. Fazia sentido para Portugal essa salvaguarda. O tráfico negreiro era naturalmente o elo entre o Brasil e os angolanos. Dos três deputados angolanos que estiveram presentes na reunião das cortes em 1820, dois se puseram a favor da posição brasileira, entre eles o comendador

Eusébio de Queirós, pai do ministro da Justiça que, ironicamente, vai abolir o tráfico negreiro em 1850. Ao acatar a exigência portuguesa em 1825, o Brasil aborta qualquer possibilidade de incorporar colônias africanas, como o Reino do Benin, que reconheceu a independência brasileira antes mesmo dos Estados Unidos, ainda em 1823.

A quarta e última concessão é uma exigência política. D. João exige, e os negociadores do Brasil aceitam, que, do tratado, conste que a independência do Brasil foi concedida, e não conquistada, o que é uma inverdade. A mobilização militar pela independência foi significativa. E cara. Tanto em recursos para mobilização de tropas e contratação de mercenários quanto em sangue nacional derramado. Em que pese o caráter de negociação dinástico no processo de emancipação houve uma Guerra de Independência, que durou cerca de um ano e assolou as províncias em que havia maciça presença portuguesa, caso do Maranhão, da Bahia, do Pará e da Cisplatina, ainda que grande parte dos conflitos tenha se resolvido por demonstração de força naval por parte de Cochrane.

A magnitude dessas concessões só pode ser explicada com base na prevalência dos interesses dinásticos de D. Pedro I, que não abre mão do trono português, já que não há referência no tratado ao tema da sucessão. Os portugueses ficam preocupados com o futuro porque, na prática, o imperador do Brasil era também o herdeiro do trono português. Assim, a indenização acabou servindo para apaziguar seus futuros súditos.

Na mesma época em que ganhava a guerra pela independência, o imperador afastava José Bonifácio do Ministério[62]. O afastamento da posição autonomista, altiva

e nacionalista de José Bonifácio foi funesto. Das medidas negociadas com a Inglaterra em 1825, no bojo da mediação pelo reconhecimento português, nem mesmo o fim do tráfico concedido pelo imperador agrada ao patriarca exilado. Bonifácio não aceitava que o fim do tráfico fosse imposto pelos ingleses e defendia uma postura soberana que reconhecesse a realidade nacional.

A exigência da abolição do tráfico de escravos era antiga na política externa britânica e reaparece no Congresso de Viena em 1815. Em 1817, novo acordo com Portugal proíbe o tráfico acima do Equador. Voltam à carga os ingleses durante os acordos de independência da década de 1820, ainda insistindo no método bilateral – só o abandonam em favor do unilateralismo em 1845, com o Bill Aberdeen. Na direção contrária dos interesses da elite agrário-escravista, o imperador adota uma postura autocrática, acatando a pressão inglesa. Sobrepunham-se os interesses externos aos interesses nacionais[63]. Há agora um prazo de três anos para a abolição do tráfico de escravos. Isso provoca uma gritaria generalizada na Assembleia parlamentar eleita em 1826, mas a Constituição garantia legalidade aos atos internacionais, e o imperador não precisava passar essas questões pela Assembleia. O tratado é ratificado[64], e o fim do tráfico negreiro torna-se mais um elemento que fará com que a opinião pública se volte contra D. Pedro I e contra os ingleses.

Os termos do tratado afinal assinado superam as expectativas das instruções dadas à Stuart. Todas as vantagens que haviam sido oferecidas pelos tratados de 1810 são reiteradas, e, para garantir o direito a um juiz inglês em território brasileiro e a permanência do direito de vistoria a navios brasileiros em águas internacionais,

Canning chega a substituir Stuart por Robert Gordon. Sempre é bom lembrar que, para Cervo e Bueno, a principal razão de o tratado ter sido assinado como foi é diretamente motivada pelo restrito grupo, ligado ao imperador, que participava do processo decisório, excluindo-se a opinião nacional em um momento em que o Parlamento estava fechado. Para Honório Rodrigues, era a contrarrevolução que se seguira à revolução.

O reconhecimento dos demais países

O governo dos Estados Unidos foi o primeiro do hemisfério a reconhecer nossa independência. O presidente James Monroe o fez em janeiro de 1824, um mês depois e em decorrência clara da enunciação de sua famosa doutrina e de motivos econômicos[65]. Não se deve ignorar o trabalho de José Silvestre Rebelo, enviado brasileiro que se encontrou repetidas vezes com John Quincy Adams para documentar os motivos nacionais em favor da ruptura. A fim de embasar o debate parlamentar, Adams exige, por exemplo, o documento de 1815, em que D. João elevara o Brasil a Reino Unido. Em 1824, com o reconhecimento, José Silvestre Rebelo torna-se o primeiro funcionário público brasileiro em serviço no exterior. A presença, na mesma época, de representantes das monarquias africanas no Rio de Janeiro criou uma controvérsia sobre a primazia do reconhecimento. Mesmo sem terem sido recebidos pelo imperador, tratava-se de ato de reconhecimento tácito, para o qual a maior parte da historiografia não dá muita importância.

O México é o segundo país das Américas a reconhecer, de Londres, a independência do Brasil. O representante mexicano em Londres estabelece relações diplomáticas com o representante brasileiro João Felisberto Caldeira Brant.

Pouco depois disso, outros países, como a França e a Áustria, reconhecem o governo brasileiro. A Rússia foi a última das grandes potências a fazer o reconhecimento, apenas em 1831.

Continuidades e rupturas (1808-31)

A tabela abaixo sintetiza de modo superficial a comparação entre os dois momentos do longo processo de emancipação do Brasil. Percebe-se, de cara, que na ação externa o filho saiu ao pai bem mais do que se poderia supor, visto suas personalidades tão distintas. No eixo simétrico platino, há forte continuidade – defende Doratioto. A lógica que motivou a Guerra da Cisplatina ainda era a lógica dos impérios coloniais ibéricos, herdada acriticamente pelos estados independentes que os sucederam não apenas no Brasil, onde a continuidade era mais óbvia dada a manutenção da dinastia.

	Período joanino		Primeiro Reinado
Eixo assimétrico	Dependência para com a Grã-Bretanha (Ex.: tratados de 1810)	=>	Dependência para com a Grã-Bretanha (Ex.: tratados de reconhecimento)
Eixo simétrico	Intervencionismo militar no Prata (Ex.: intervenções na Banda Oriental, 1811 e 1816)	=>	Intervencionismo militar no Prata (Ex.: Guerra da Cisplatina, 1825-8)

No eixo de poder assimétrico, não seria esse um caso no qual as variáveis externas suplantaram a “primeira imagem”[66], forçando a homogeneização da ação externa de países fracos? Acredito que não. Como vimos, sob o governo do príncipe – depois, rei – D. João, as restrições sistêmicas à ação internacional de Portugal eram bem mais rígidas, e, uma vez desaparecida a ameaça bonapartista, a Corte do Rio de Janeiro não tardou a aproveitar a brecha sistêmica para diversificar parcerias e fugir, ainda que parcialmente, da hegemonia britânica, como ficou claro no

episódio do casamento do príncipe[67]. Já Pedro, ao contrário do pai, não tinha nenhuma necessidade de se subordinar de modo tão tíbio à diplomacia de George Canning e o fez mais por escolha que por impossibilidade. Seus cálculos eram mais dinásticos que sistêmicos. D. João também se submeteu aos cálculos dinásticos em 1810, mas não deixou de aproveitar um liberalismo autônomo em relação a Londres de 1808 a 1810. O traço de continuidade, no entanto, é inegável. A dependência do novo Império brasileiro é marcadamente a mesma que vinculara o antigo Império português, sendo ele sediado em Lisboa ou no Rio de Janeiro, no mínimo desde o século XVII. Foi assim, de modo dependente e subordinado, que o Brasil se inseriu no plano das nações ocidentais no século XIX; e assim permanecerá ao longo do período regencial, apesar das críticas crescentes e das tentativas de medidas mais autonomistas, como a Lei Feijó.

2.4 A economia das primeiras décadas

O início do comércio internacional do Brasil em 1808: uma nova era? O exclusivo metropolitano e o contrabando. O arcaísmo como projeto. Medidas iniciais do período joanino: abertura dos portos e os tratados de 1810. Acumulação fiscal e a rebelião pernambucana de 1817. O Banco do Brasil. Os custos da independência e o reconhecimento. Inflação e antilusitanismo. Quadro geral da produção nacional no período.

Em 1808, há apenas quatro dias em terras brasileiras, o príncipe regente D. João assina o decreto que abre os portos às nações amigas, dando início a nosso comércio exterior e abrindo o Brasil para o restante do mundo. Era o início do fim do período colonial. Com o fim do exclusivo, punha-se termo ao principal elemento que nos caracterizava como Colônia. Cabe, no entanto, uma pergunta inicial: foi mesmo

somente com a transmigração da Corte portuguesa, em 1808, que se iniciou o comércio exterior da Colônia?

A historiografia discute se o notório contrabando existente desde o primeiro século da colonização já não descaracterizava, inelutavelmente, a ideia do exclusivo metropolitano. Para muitos historiadores, o contrabando, por sua recorrência e volume, constituía, sim, uma exceção a essa lógica exclusivista. Outra corrente historiográfica defende que as exceções eram tantas que o exclusivo metropolitano, na prática, nem existia, tal qual a "negligência salutar" que permitia o comércio triangular da América inglesa. Arthur Cezar Ferreira Reis argumenta que o que faz a carta régia de 1808 é simplesmente legalizar uma situação *de facto*.

O historiador Fernando Novaes argumenta, dialeticamente, que o contrabando fez parte do sistema colonial, realimentando-o, na medida em que foi determinante para abastecer o território colonial de escravos. Essa mão de obra era fundamental para garantir a produção interna, da qual parte era reexportada. Os portugueses eram apenas os intermediários e, com isso, auferiam lucros significativos, que só eram possíveis com o tráfico negreiro. Assim, a "vista grossa" das autoridades lusas com o contrabando permite considerá-lo parte essencial da reprodução da lógica econômica colonial, garantindo lucros formidáveis aos que nela se engajaram. O infame comércio gerou prosperidade e bolsões de riqueza e acumulação primitiva endógena na sociedade colonial, contrariando a tese de que a Colônia não produz riqueza interna, constituindo-se apenas um instrumento da acumulação primitiva de capital para a metrópole. Sabe-se que, por volta de 1808, aproximadamente 85% da produção

econômica do país estava concentrada na Colônia e apenas 15% correspondia às exportações. As pesquisas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino discutem de modo mais aprofundado essa acumulação interna – isto é, colonial – de riqueza e apresentam hipóteses curiosas para o destino que se deu a ela ao longo desse período.

Em *O arcaísmo como projeto*, escrito por Fragoso em parceria com Florentino, os autores desenvolvem o tema que ambos haviam discutido em seus doutoramentos[68]. A economia brasileira desses anos de transição (entre 1790 e 1840) é analisada pela lógica regional dos comerciantes da praça mercantil do Rio de Janeiro. Fragoso e Florentino alertam que o método é indutivo, e não dedutivo, e foram bastante criticados justamente por se concentrarem em uma única cidade durante um único período. Justificam que o objetivo do estudo é buscar as origens de um processo de concentração de renda que se perpetuará no Brasil por quase dois séculos e que só será parcialmente alterado no século XXI. O que defendem é plausível e relevante e merece alguma atenção.

De acordo com suas fontes, verifica-se que havia, nesse período, significativa acumulação primitiva do capital nas mãos dos grandes comerciantes fluminenses, muitos dos quais dedicados ao tráfico interatlântico de pessoas. Uma fazenda média com sessenta escravos rendia em média 2 contos anuais, e uma única viagem de um tumbeiro para a África poderia render em média 7 contos de réis. O que faziam esses comerciantes com a riqueza acumulada? Era bem ao contrário do que fazia a burguesia na Inglaterra, que reinvestia seus lucros na continuidade da empreitada mais lucrativa, Manolo e Fragoso chegaram à conclusão de

que as maiores empresas comerciais não duravam mais do que duas ou, quando muito, três gerações.

Esses indivíduos investiam suas riquezas em escravos, fazendas, chácaras ou prédios públicos nas zonas urbanas, interrompendo a dinâmica da acumulação primitiva do capital ao optarem por atividades menos lucrativas. O que, à primeira vista, poderia ser visto como segurança e estabilização do capital não se sustenta; afinal, em uma economia voltada para o mercado externo, as flutuações dos preços internacionais das *commodities* afetavam, ainda que em menor grau, também os latifundiários. Esses comerciantes imobilizavam deliberadamente seu capital, segundo os autores, em nome do prestígio social que advinha da posse de terras e de escravos, e não da atividade mercantil. Avaliando os inventários como fonte privilegiada, chegam à conclusão de que a maior parte dos grandes proprietários da capital era ou, em muitos casos, já havia sido comerciante.

Roberto Schwarz, que criticou essa tese, argumenta que a vinculação entre a burguesia mercantil e a aristocracia da terra também ocorria na Europa e em outros lugares do mundo, como a *gentry* inglesa. Segundo Schwarz, a tese de Fragoso pode ser considerada muito limitada, pois só utilizou as fontes do Rio de Janeiro durante um determinado período de prosperidade econômica. Schwarz sugere que não é irracional investir a riqueza oriunda do tráfico de escravos em bens imóveis, já que se troca mais lucratividade por menos risco. Fragoso, no entanto, refuta essa ideia da maior segurança no investimento lembrando que os produtores de cana-de-açúcar, por exemplo, também eram vulneráveis à instabilidade do mercado externo.

Para Fragoso, essa migração dos investimentos econômicos se dá em razão do status social e da mentalidade medieval de acordo com a qual o comerciante tem um lugar inferior na sociedade e o proprietário de terra é percebido de forma nobre. Se isso também ocorria na Europa, Fragoso faz uma diferenciação em relação ao Brasil: na Europa, já existia um sistema senhorial de nobreza hereditária que vigorava há centenas de anos, enquanto no Brasil esse sistema estava se constituindo em um país independente[69]. Para Manolo e Fragoso, o mercado interno brasileiro estava constituído, e as oportunidades de comércio alheias ao exclusivo metropolitano permitiram uma acumulação de capital significativa, que era investida dentro do país, nobilitando a burguesia nacional no que os autores chamam de "arcaísmo como projeto".

São perceptíveis os esforços econômicos do príncipe regente desde que chegou ao Brasil para dinamizar a economia da antiga Colônia. Muitas das instituições criadas quando da vinda da família real tinham intenção eminente ou exclusivamente econômica e subsistem – ou suas sucessoras – ainda hoje. Era a montagem do Estado que, em poucos anos, viria a ser o Brasil.

Ao Banco do Brasil e à Casa da Moeda, instituições paradigmáticas *per se*, somaram-se a permissão do restabelecimento das manufaturas proibidas desde o alvará de 1785, a construção de estradas, como a nova estrada que levava à província de Minas Gerais, província essa na qual o príncipe buscava estimular a retomada da produção mineralógica (os famosos estudos de Von Eschwege, que resultaram na publicação de *Pluto brasiliensis*), e, sobretudo, a abertura dos portos às nações amigas, que inaugurou oficialmente o comércio internacional do país

(extraoficialmente, como vimos, as brechas do exclusivo metropolitano, notadamente no tráfico negreiro, já eram muito significativas mesmo antes da transmigração), cuja dinâmica e consequências veremos a seguir.

A medida de abertura dos portos merece considerações importantes, visto que o senso comum a considera exigência dos ingleses e, portanto, concessão e pressão de um príncipe fragilizado que começava a saldar a conta da defesa do reino contra Napoleão e do frete de si próprio e da Corte que havia acabado de chegar escoltada pela Armada Real Inglesa. Não é exatamente assim.

Em primeiro lugar, é incorreto dizer que as nações amigas eram apenas a Inglaterra. O decreto abria automaticamente os principais portos brasileiros (Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, por exemplo) ao comércio dos norte-americanos. Estes não tardaram a reabrir sua legação junto a Corte portuguesa no Rio de Janeiro, que havia sido fechada em Lisboa por motivos financeiros. Os demais países da América, o Império austríaco e, com o tempo, hamburgueses, prussianos, holandeses, entre outros, poderiam, a salvo ou em desobediência ao bloqueio continental desembarcar e comerciar com os brasileiros sem precisar fazer uso dos navios de Portugal. A medida era inegavelmente liberal. Não havia nenhuma vantagem tarifária para a Inglaterra. Desse modo, as sucessivas pressões de Lord Strangford – ministro plenipotenciário britânico junto a Corte portuguesa no Rio de Janeiro – acabaram redundando, dois anos depois da abertura dos portos, na assinatura de três tratados com a Inglaterra, conhecidos pela historiografia como “tratados desiguais”.

Assim, por dois anos (1808-10), o Brasil viveu um regime liberal inaugurado pela carta de abertura dos portos que o

príncipe assinou, ainda em Salvador, sob a influência de José da Silva Lisboa, a quem o príncipe daria honras, mercês e cargos, e faria Visconde de Cairu. Lisboa era adepto do liberalismo smithiano e defensora xiita do absolutismo e da autoridade real, no que configura uma contradição bastante comum[70] no período tratado.

Cabe, portanto, reafirmar a distinção entre os dois momentos. Em 1808, a abertura comercial foi de caráter liberal. Já em 1810, prevalece o que ficou conhecido como tratados desiguais com a Inglaterra, em consequência da pressão das instâncias políticas britânicas para que D. João pagasse os custos de proteção da família real e de defesa do reino português em face da ameaça napoleônica. Por esses tratados, a Inglaterra passa a desfrutar de taxas alfandegárias de 15% e de uma série de outros privilégios. O Brasil, segundo os críticos dos tratados, se transformava em Colônia informal da Inglaterra.

Foram estabelecidos três tratados com a Inglaterra em 1810: de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação e um tratado logístico sobre o correio e a troca de paquetes. O Tratado de Aliança e Amizade consubstanciou o vínculo entre a família de Bragança e a Coroa inglesa, permitindo que, em tempos de expansão napoleônica, apenas a família de Bragança fosse reconhecida pela Inglaterra como legítima detentora do trono português. Com o Tratado de Comércio e Navegação, iniciou-se a pressão inglesa contra o tráfico negreiro, garantiram-se o direito de vistoria inglesa aos navios portugueses e o direito de abastecimento de navios ingleses em qualquer ponto da costa brasileira. Por esse tratado, poucos privilégios foram mantidos para a metrópole em relação ao sistema monopolista, como o comércio de ouro, marfim, pau-brasil e as trocas com as

demais colônias portuguesas, que seguiam vedadas aos navios estrangeiros, mantendo a ideia mercantil do exclusivo metropolitano agora para com o Brasil. Os ingleses podiam comercializar nos quatro principais portos do litoral brasileiro e tinham direito a livre acesso ao porto de Santa Catarina, unicamente para o armazenamento de mercadorias, com tarifas menores. De Nossa Senhora do Desterro (futura Florianópolis) seguiam para o Prata ou para portos do pacífico, como Valparaíso.

A tarifa de 15%, como sabemos, era muito vantajosa para a Inglaterra, mas prejudicaria enormemente a arrecadação fiscal da Coroa e do futuro Império do Brasil. Some-se a isso a crescente pressão inglesa contra o tráfico de escravos[71], um dos mais lucrativos negócios da Colônia. É surpreendente que o príncipe tenha conseguido manter o crescimento econômico e a popularidade de que o rei gozou[72]. Jorge Caldeira explica que o milagre de D. João se deu em razão de investimentos significativos por parte da Coroa, notadamente no Centro-Sul. Se, em 1785, D. Maria havia decretado um alvará determinando o fim das manufaturas na Colônia, a partir de 1808 incentiva-se essa produção. A fábrica de pólvora, a criação da Casa da Moeda e as manufaturas de ferro demonstram que boa parte da produção industrial cuja gênese é desse período tinha como principal agente a Coroa. A presença do mineralogista Barão de Eschwege ilustra essa nova visão de incentivo às manufaturas ao investir na extração de metais preciosos e não preciosos na região de Minas Gerais, superando a velha lógica predatória da extração do ouro de aluvião.

Como foi pago o milagre do crescimento? São duas as respostas: achaque fiscal e endividamento. Vejamos primeiro o achaque fiscal. Há um aumento generalizado dos

impostos que deveria compensar a diminuição das tarifas para os ingleses. O aumento do volume de comércio também compensa parcialmente a queda na arrecadação, já que o Brasil se tornou um dos principais destinos das mercadorias inglesas quando da vigência do bloqueio continental. Esse aumento de impostos foi bem absorvido pelo Centro-Sul. Tratava-se de zona dinâmica de uma economia em crescimento, de mercado aquecido, em virtude da chegada e do crescente aumento de uma população de alto poder aquisitivo. Some-se a isso a criação de instituições e de cargos bem remunerados na estrutura do Estado português, que retroalimentava a injeção de capital na economia. A situação no Nordeste era distinta.

A região, tradicionalmente mais próxima de Lisboa que do Rio de Janeiro, foi alvo de muito menos benfeitorias e instituições novas que o Centro-Sul. O impacto que se sentiu foi mais negativo que positivo. Os tratados de 1810 e o início da repressão inglesa ao tráfico de escravos terão impacto negativo na economia pernambucana, que, até então, era o dínamo de maior arrecadação fiscal da Coroa por ser a maior zona exportadora de cana-de-açúcar. Mesmo antes da transmigração, com o declínio da produção aurífera, Pernambuco já havia passado a sofrer forte pressão do fisco. Caldeira explica que a criação da capitania do Ceará, em 1796, e das capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, em 1799, separadas de Pernambuco, sinalizam um arrocho fiscal que não fez senão se intensificar, em 1808, quando a Coroa decide desviar as rendas pernambucanas para o Rio de Janeiro. Tais elementos contribuem para o entendimento das causas da Insurreição Pernambucana para além da difusão das ideias liberais iluministas pelos padres do Seminário de Olinda[73].

Já sobre o endividamento, ocorreu sobretudo em relação à própria sociedade colonial por meio da estruturação de um incipiente sistema financeiro, inexistente antes de 1808. O Banco do Brasil foi fundado com o explícito objetivo de financiar os gastos da Coroa.

O Banco do Brasil

Criado em 12 de outubro de 1808, o Banco do Brasil nasceu como o quarto banco estatal do mundo. Quando foi criado, deveria ser uma instituição privada com capital inicial de 12 mil contos de réis, 12 mil ações de 1 conto de réis cada uma. A administração seria controlada por uma assembleia de quarenta membros, formados pelos maiores sócios, entre os quais a Coroa não precisaria figurar. Entretanto, até 1813, ainda não se havia alcançado o valor mínimo de 100 contos de réis. A Coroa então cria impostos extraordinários para capitalizar o banco. O dinheiro desses impostos se reveste em ações da Coroa. Trata-se, no momento de seu funcionamento, de um banco privado com participação do Estado. Novos acionistas foram estimulados com vantagens honoríficas, mercês, e o estímulo deu resultado. Como até 1808 não existiam juridicamente empresas no Brasil, com a criação do banco, passa a existir um incipiente sistema bancário e financeiro, que conta com serviços como emissão de notas, câmbio, depósitos etc. Até então todo o sistema creditício e a própria acumulação eram feitos por meio do entesouramento ou individualmente, por meio de famílias, muitas das quais passaram a investir no banco. Para os acionistas, foi um excelente negócio. Já para os depositários ou compradores de títulos ou letras emitidos pelo banco, foi péssimo.

Essa vinculação entre a Coroa e a elite colonial detentora de recursos aportados direta ou indiretamente no Banco do

Brasil é mais um exemplo do processo que Maria Odila Leite da Silva Dias denominou “interiorização da metrópole”. A Coroa cria incentivos para que brasileiros invistam em um banco cujo principal objetivo é sustentar os gastos do Estado. Assim como ocorreu no momento de formação do Estado norte-americano – a Guerra de Independência –, convém traçar o paralelo com um governo (português) que aqui também se endividou com a sociedade. Guardadas as proporções, nos dois casos a sociedade financiou a montagem de um novo Estado (o banco dos Estados Unidos, criado por Hamilton e depois extinto, é dessa mesma época). No entanto, é interessante observar que, se nos Estados Unidos esse financiamento tem origem em quase todas as camadas da população – muitas vezes por meio da extração compulsória durante a guerra –, no Brasil quem financia o Estado é a elite.

Com a piora da situação econômica, evidencia-se a dificuldade de remuneração dos acionistas. Fraudes e desvios parecem ser a única explicação plausível para o banco continuar pagando a cada ano dividendos aos acionistas em balanços sempre lucrativos, apesar dos gastos muito maiores que os recursos aportados. No início dos anos 1820, a instituição começa a perder a credibilidade dos depositários. A situação torna-se dramática quando, em 7 de março de 1821, D. João declara seu retorno a Portugal, e a polícia e o Exército precisam ser utilizados para evitar confusões de depositários que se aglomeram na porta do banco para efetuar saques. Embora D. João tenha, a princípio, garantido as dívidas do Banco do Brasil empenhando o tesouro nacional e as próprias joias da Coroa, essa lisura duraria apenas um mês. Quando do embarque para Lisboa, o Banco do Brasil é saqueado pelo rei. Saca-se não apenas os aportes da garantia anterior,

mas todas as suas reservas, com a consequente e acentuada desvalorização das letras emitidas. Isso contribuiu para o processo inflacionário que se verificou na economia do Primeiro Reinado. O Banco do Brasil só não faliu imediatamente porque foi resgatado pelos empréstimos feitos com a Inglaterra após a independência.

Com base em todas as vantagens diplomáticas concedidas à Inglaterra quando do reconhecimento da independência, o governo brasileiro, ao longo do Primeiro Reinado, toma empréstimos da ordem de 5 milhões de libras esterlinas. Desse montante, apenas 600 mil libras esterlinas foram depositadas no Banco do Brasil. Dos 4,4 milhões de libras, 2 milhões serviram ao pagamento da indenização a Portugal pela independência brasileira, e o restante foi direcionado a expedições diplomáticas na Europa (com os objetivos de reconhecimento da independência e estabelecimento do Império do Brasil nas relações internacionais) e a despesas militares (com as guerras de Independência, 1822-1823; a repressão da Confederação do Equador, 1824; e a Guerra da Cisplatina, 1825-1828). Nota-se que a maior parte dos recursos obtidos mediante empréstimos com a Inglaterra nos anos iniciais do Brasil independente foi conseguida com o objetivo de sustentar a posição pessoal e dinástica de D. Pedro I, e não com o objetivo de viabilizar os interesses nacionais.

Há um crescente aumento da dívida pública com o Banco do Brasil. Em 1822, essa dívida chegava a 8,8 mil contos de réis. Dois anos depois, em virtude das guerras de Independência e da Confederação do Equador, registrou-se um aumento de 30% da dívida pública. Com a Guerra da Cisplatina, a dívida pública chega a 21,5 mil contos de réis.

O Banco do Brasil caracterizou-se, no Primeiro Reinado, praticamente como uma agência do tesouro nacional.

A imprensa brasileira não se furtou a criticar a atuação do banco, considerado um “Midas às avessas”, pois, em vez de transformar o que toca em ouro, conseguia fazer que o ouro evaporasse. Essa situação motivou o Parlamento brasileiro, em sua primeira legislatura (1826-9), a aprovar uma lei que liquidou o banco, substituindo todos os títulos emitidos por papel-moeda. É curioso que, até a liquidação do banco, nenhum acionista tenha deixado de receber seus dividendos e que suas ações tenham sido resgatadas com uma taxa bastante valorizada. O descalabro financeiro provocado pelos crescentes gastos do Estado seria, a partir de então, resolvido apenas com a emissão pura e simples – que, como vimos, tinha um componente militar não desprezível[74]. Esses conflitos consumiram recursos que já eram escassos no novo Império, estrangulado financeiramente por uma arrecadação limitada de forma severa pelos 15% concedidos inicialmente aos ingleses mas universalizados em 1828 pela Lei Bernardo Pereira de Vasconcelos. Como o grosso da arrecadação do Império estava concentrado no setor externo da economia, mais especificamente nas rendas alfandegárias de importação, os 15% foram a principal razão para o déficit constante que o Império viveria até o fim de seus dias. Esse déficit era compensado com endividamento, o que, em médio e longo prazos, contribuía, dados os juros extorsivos que nos eram cobrados, para agravar ainda mais o estrangulamento financeiro do país.

Na avaliação de Caldeira, se, em 1808, as ideias de nação independente e de capitalismo constituído ainda eram praticamente ficção, no ano da abdicação de D. Pedro

I, em 1831, esse projeto tornava-se realidade, ainda que não houvesse instituições organizadas que fizessem frente ao desafio do capitalismo que se impunha, tarefa que ficou para os liberais da regência completarem. Segundo esse autor, o Brasil independente apresentava um quadro político e econômico pior que o de seus vizinhos.

Convém então, para fins de síntese, dividir em dois ciclos o período tratado. O primeiro, de ascensão econômica, de 1808 a 1821, e o segundo, de crise, concomitante ao Primeiro Reinado. Aos custos da independência (e da repressão às rebeliões internas), ao altíssimo endividamento (cerca de 5 milhões de libras esterlinas) e à inflação alta promovida pelo governo com o aumento dos custos de senhoriagem (cunhava moedas de cobre com o valor de face muito mais alto que o valor do cobre, o que estimulou a falsificação) somou-se a herança maldita dos “tratados desiguais”, cujos privilégios dados à Inglaterra foram renovados em 1827. Tudo isso contribuiu para que a espiral de progresso que se vivenciou, sobretudo no Centro-Sul, com a transmigração da Corte, se tornasse recessiva.

Quadro geral da produção brasileira por região na época da independência

	Província	**Produção**	**Escoamento**
Amazônia	*Amazonas e Pará*	Comércio monçoeiro (chamadas ali de “resgate”) com os índios do interior.	No extremo sul, os resgates tocavam o território das rotas tropeiras, em uma incipiente integração do interior brasileiro.
Centro-Oeste	*Mato Grosso*	Pecuária substitui produção aurífera declinante.	Via terrestre para Goiás e monções (via fluvial) para São Paulo.
	Goiás	Mineração tardia, transumante e incapaz de sedimentar grupos urbanos ou instituições governamentais, dada a constante movimentação dos mineradores.Com o declínio da mineração, houve transição para a pecuária.	**Ouro:** via monções para o Sudeste.**Pecuária:** para o Sul e para o Vale Amazônico (pelas bacias Araguaia e Tocantins).
	Província	**Produção**	**Escoamento**
	São Paulo	**Sorocaba:** centro colonial do comércio de mula e gado **Vale do Rio Paraíba:**	Sorocaba era a base de todo o sistema de transporte e de abastecimento da Colônia,

Centro-Sul	*São Paulo*	gado.**Vale do Rio Paraíba:** produção de açúcar (em Itu, Guaratinguetá e Campinas).	sendo o centro nevrálgico que ligava o Sul, o Sudeste e o extremo oeste do território.
	Rio de Janeiro	Centro administrativo da ColôniaCana-de-açúcar Principal centro de comércio internacional com a metrópole e com a África (comércio de escravos)	
	Minas Gerais	Maior economia da Colônia (tecidos, fumo, agricultura e pecuária).	Produção quase exclusiva para o mercado interno, sobretudo Rio de Janeiro e Salvador.
Nordeste	*Maranhão*	Algodão (75%) e arroz (10%).**Sul do Maranhão e interior do Piauí:** pecuária.	Exportação
	Bahia	Pecuária no interior (abastecia Minas Gerais e Goiás), algodão (exportação) e fumo (fundamental nas trocas com a África).	Pelo Vale do Rio São Francisco. Ligação entre Salvador e Minas Gerais para o abastecimento das zonas mineradoras (ouro e diamante).
	Ceará	Algodão (1780 em diante) no litoral.	Representava 90% das exportações da capitania para a metrópole na virada do século.
	Pernambuco	Cana-de-açúcarRecife era o destino da produção do mercado interno das capitanias adjacentes e principal centro de abastecimento de escravos, incluindo o Vale Amazônico.	Exportação de cana-de-açúcar.
	Sertão Nordestino	Pecuária**Aracati e Camocim** (dois principais núcleos urbanos do Ceará): centro charqueador.	As boiadas seguiam do Maranhão pelo Vale do Jaguaribe até o Ceará. A carne-seca seguia por via marítima para Recife e Salvador.
Sul	*Rio Grande do Sul*	Gado (aproximadamente 11 mil cabeças de gado, 13,5 muares e 4,5 mil cavalos por ano).	Trocado sobretudo por escravos, farinha e aguardente. No caminho das tropas, era trocado por sal, fumo, açúcar, café, arroz, vinho, azeite, bacalhau e tecido.Por via marítima, cerca de 200 mil arroubas de charque, em 1808, com crescimento de 900% desde 1791, sobretudo para o Rio de Janeiro (68%) e Salvador (21%).
	Santa Catarina	Planalto: parte do circuito de mulas e gado gaúcho.Litoral: óleo de baleia.	Rio de Janeiro (parte do circuito de escoamento dos tropeiros gaúchos).
	Paraná	Criadouro de gado nos campos de Curitiba e erva-mate.	

2.5 O panorama cultural do Brasil antes e durante o processo de independência

Instituições joaninas e seu objetivo político. Nascimento da imprensa. Literatura e protorromantismo naturalista. Música. Panorama urbano e transformações sociais. Índios. Viajantes estrangeiros e missões científicas. Missão artística francesa de 1816 e autoexotismo.

A transmigração da Corte é de importância seminal para o estudo do panorama cultural brasileiro – como aliás o é para todos os demais campos de estudo histórico – nos anos de formação do Estado nacional (1808-31). Das questões que se apresentam como relevantes para o candidato ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), percebe-se que 1808 se impõe como inescapável ponto de partida para grande parte das respostas. Concentremo-nos, em primeiro lugar, na questão das instituições, da imprensa e da literatura para depois abordarmos o papel dos viajantes estrangeiros e das missões que vieram ao Brasil (notadamente a francesa e a austríaca) no período joanino, mas cuja herança seria duradoura.

No caso do elemento institucional, convém recordar que praticamente inexistiam instituições culturais na América portuguesa antes de 1808. As exceções eram as escolas religiosas, como os seminários de São José e São Joaquim (1739), depois unidos em uma só instituição que, cem anos depois, daria lugar ao Imperial Colégio Pedro II, e o Seminário de Olinda (1800), *tour de force* do bispo governador de Pernambuco, Azeredo Coutinho. Mesmo após a expulsão dos jesuítas (1759), ainda havia uma hegemonia religiosa sobre o panorama cultural brasileiro.

Contrasta a América portuguesa com o mundo americano sob o domínio de Madri. Aqui as autoridades não apenas não autorizaram como também reprimiram reiteradamente o estabelecimento de universidades e a presença de tipografias. Estas últimas, quando apareciam – e apareceram em Minas Gerais e no Rio de Janeiro no século XVIII, às vezes com a conivência de autoridades locais, como o governador Gomes Freire –, eram recolhidas e sequestradas para Lisboa assim que sabidas, fazendo do

Brasil o único lugar do mundo ocidental onde, até o início do século XIX, inexistia a palavra impressa. Comparado com o período joanino, o período colonial anterior é um longo inverno de ignorância. Com 1808, começa a primavera.

São criados, nesse período, a Academia Militar, a Escola de Engenharia, a Biblioteca Real, o Museu Real vinculado ao Jardim Botânico[75], a Escola de Artilharia, a Escola de Medicina em Salvador, o Real Teatro de São João, o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, a Escola de Belas-Artes, a Escola de Música, para ficarmos apenas com os exemplos mais relevantes. Se, por um lado, evidencia-se uma preocupação militar preponderante, por outro se percebe a necessidade de dotar a nova sede do Império português de algum aparato cultural digno da pessoa do príncipe regente e de sua Corte.

Quais eram os objetivos da criação dessas instituições?

Afora o interesse específico mais ou menos útil de cada uma delas[76], o que estava em jogo na proliferação de instituições culturais era garantir o real controle do território por parte da Coroa portuguesa. Em oposição ao que vinha ocorrendo na América espanhola, cujos levantes contra a metrópole começaram nesse mesmo momento, urgia, no caso da América portuguesa, governar e cooptar a "nobreza da terra" como aliada e legitimadora da Coroa. As instituições culturais eram um dos meios privilegiados de construir aquilo que Maria Odila Leite Dias chamou de "interiorização da metrópole"[77].

Tomemos como exemplo o Real Teatro de São João. Tornou-se o principal centro de expressão dramatúrgica da Colônia e passou a servir como vitrine da Corte

interiorizada, um lugar para ver e ser visto, onde os nobres, reinóis ou não, iam acompanhar o príncipe e medir seus prestígios, e reconhecer-se mutuamente. Ou, lembremos a denominação para o banco criado por D. João em 1808. Não era Banco Real ou Banco de Portugal, mas sim, Banco do Brasil, evidenciando a importância maior da Colônia brasileira ou ao menos seu maior grau de autonomia.

A imprensa

Do ponto de vista político, a presença da imprensa foi a que teve mais impacto no curto prazo. Em 1808, o decreto real que cria a imprensa régia estabelece a possibilidade de impressão de gráfica. O primeiro jornal publicado no Brasil foi a *Gazeta do Rio*, jornal oficial, sob a responsabilidade de um oficial do Ministério dos Estrangeiros, que basicamente publicava os atos e decretos do governo em meio a elogios à família real. Não foi, entretanto, o primeiro jornal brasileiro a ser publicado. Hipólito da Costa, meses antes, deu início, em Londres, à publicação do *Correio Braziliense*, na qual fazia críticas ao governo do príncipe regente e à sociedade brasileira, defendendo até mesmo o fim da escravidão. Seu jornal foi publicado até a independência do Brasil, em uma continuidade rara para as folhas dessa época que raras vezes ultrapassavam meses.

Em pouco tempo, o jornalismo político se dissemina para além da Corte. No período da independência e ao longo do Primeiro Reinado, a imprensa já está presente em outros centros, como Salvador, Recife e Vila Rica, não sem despertar críticas contundentes. Deputados da primeira legislatura desdenhavam da “opinião pública” e da qualidade das opiniões veiculadas pelos panfletos e opúsculos políticos que circulavam na capital.

Nos debates que motivaram a criação das faculdades no Primeiro Reinado, essa crítica à “imprensa” foi uma das razões alegadas, segundo Wilson Martins, para que a cidade de São Paulo fosse escolhida em detrimento da Corte para o estabelecimento da primeira faculdade de direito do Brasil. Para muitos deputados, São Paulo era uma província que ainda se mantinha afastada da chamada “opinião pública”, adequada, portanto, à formação dos futuros líderes da nova nação.

Não tardaria, contudo, para que essa “imunidade” fosse solapada pela influência dos próprios estudantes, que se tornariam a elite intelectual do país, cujo treinamentocom a palavra escrita se iniciaria frequentemente no jornalismo, como seria o caso de Rio Branco e de Joaquim Nabuco nas décadas de 1860 e 1870. Libero Badaró, italiano radicado em São Paulo, tornou-se, no final da década de 1820, um dos precursores da imprensa paulista como crítico constante do autoritarismo da Corte. Acabou por ser o infeliz protagonista e catalisador do movimento que levou ao sete de abril quando de seu assassinato, muito provavelmente por criminosos a mando da intendência provincial. O jornalismo, na província considerada a menos “panfletária”, inaugurava ali sua contribuição em sangue para com a política nacional.

Mesmo antes da morte de Badaró, proliferam jornais e panfletos claramente vinculados a uma perspectiva política, que se diferenciavam dos órgãos oficiais ou oficiosos e das produções majoritariamente religiosas dos primeiros anos da imprensa, sob a rígida censura do período joanino. No Rio de Janeiro, Evaristo de Veiga e seu jornal, *Aurora Fluminense*, também tiveram impacto significativo no processo de abdicação de D. Pedro I.

Ainda antes disso, os irmãos Bonifácio, durante três meses do ano de 1824, vão publicar o jornal *O Tamoio*, que também oferecia posição crítica em relação ao processo de centralização e de repressão desencadeado por D. Pedro I desde o fechamento da Assembleia em dezembro de 1823. Outro exemplo mais destacado de atuação oposicionista no Primeiro Reinado é *Sentinela da Liberdade*, de Pernambuco, que estava sob o comando de Cipriano Barata, médico que havia participado da Insurreição Pernambucana de 1817. Na mesma província, os panfletos de Frei Caneca, críticos em relação ao Poder Moderador e à centralização política em curso, serviram para estimular a Confederação do Equador. Uma vez debelada a rebelião, o frei seria condenado à morte por arcabuzamento, tipo de execução desconhecida no Brasil. Segundo a memória liberal posterior, isso se deu pela incapacidade das autoridades em encontrar verdugo disposto a enforcá-lo.

Na contramão dessa tendência, foi criado, no final do Primeiro Reinado, o jornal que teria vida mais longa e que existe com esse nome até os dias de hoje: o *Jornal do Commercio*, vinculado aos interesses do governo. Seria norma, no Segundo Reinado, que políticos proeminentes assegurassem o controle mediante aliança ou compra de jornais que pudessem lhes dar respaldo político. É conhecida a vinculação entre Justiniano José da Rocha, o mais relevante panfletário do Segundo Reinado, e os próceres do partido conservador, como o conselheiro Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Outro exemplo no mesmo sentido foi a aquisição, por parte do Marquês de Caxias, de um jornal, outrora liberal, em que ele se assegurou, em plena condução da Guerra do Paraguai, de ter jornalistas aliados antes de aceitar assumir o Ministério da Guerra sob o comando de um gabinete progressista,

temendo, como seria visto depois, corretamente, que fosse atacado pela imprensa.

Literatura

Além dos jornais mais visíveis, a imprensa produziu no período centenas, milhares de livros, livretos e brochuras. Apenas a imprensa régia imprimiu mais de 700 brochuras e edições e cerca de 1.500 papéis avulsos dos mais variados temas (religiosos, econômicos, políticos, informativos, entre outros). Data dessa época o início da impressão de obras brasileiras e da tradução de clássicos europeus. Se ainda não tinham a qualidade dos futuros clássicos, essas obras já apresentavam uma ótica brasileira, frequentemente influenciada pelo espírito da ilustração. É o caso de *Atalaia*, de José da Silva Lisboa, o primeiro livro de economia política influenciado pelas obras de Adam Smith.

Muitas dessas obras se vinculavam já àquilo que poderíamos caracterizar de protorromantismo. O que viria a ser o romantismo, a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nas décadas de 1840 e 1850, já aparece nos anos de 1810 e 1820 em obras que valorizam a natureza acima das ações dos homens ou do heroísmo dos personagens. A fascinação romântica com a natureza e com os índios já aparece nos escritos iniciais de Gonçalves de Magalhães e seu inspirador, o viajante francês Ferdinand Denis. Magalhães seria mais tarde o principal artífice do romantismo, tal qual forjado pelo IHGB nas décadas de 1840 e 1850. Essa literatura protorromântica só tem condições de se viabilizar com a propagação da imprensa.

Dois elementos são perceptíveis nesse protorromantismo literário: o nacionalismo incipiente dos anos da independência e a fascinação pelo exótico, pela natureza,

que os intelectuais brasileiros herdaram dos viajantes estrangeiros, legando-nos uma visão do Brasil de fora para dentro mesmo quando produzida por brasileiros. Quanto ao segundo caso, trataremos dele quando mencionarmos os viajantes estrangeiros e as missões artísticas e científicas que lideraram no país. Para ilustrar o primeiro, basta lembrarmos um único exemplo entre os muitos nacionais que, envergonhados de continuarem a carregar, após a independência, seu nome português, por uma questão de nacionalismo, às vezes exagerado, e para marcarem seu amor à pátria e romperem com a história europeia, mudaram seus nomes de batismo. O deputado Francisco Gê Acayaba de Montezuma, figura importante do liberalismo brasileiro da primeira metade do século XIX, assume um nome marcadamente americano, indianista – e por que não dizer – essencialmente romântico.

Música

A música era quase uma obsessão dos Bragança. O próprio príncipe regente D. Pedro I era também um compositor com algum talento, tendo composto diversos hinos pátrios e marchas militares. Inicialmente, padre Maurício, espécie de Mozart da Corte transmigrada, fazia composições, sobretudo religiosas, para agradar aos ouvidos da real família. Alguns anos depois, chega ao Brasil Marcos Portugal, maestro da Corte, que inclui tons profanos nas composições sacras.

A mais notável das instituições musicais criadas no Brasil foi o conservatório de Santa Cruz. A fazenda de Santa Cruz era uma espécie de casa de veraneio da família real, onde os escravos só trabalhavam parte da semana e tinham o direito de cuidar da própria lavoura. Além disso, recebiam educação e instrução musical. Todos os escravos da fazenda

aprendiam a tocar um instrumento e a cantar. Apresentavam-se com frequência para a família real com uma qualidade considerada então extraordinária. Essa experiência de escravos cantadores de Santa Cruz durou gerações, até o fim do Segundo Reinado.

O Rio de Janeiro e a vida urbana

Ao se pensar na cultura na Colônia entre 1808 e 1821, deve-se atentar para o papel fundamental da Corte portuguesa, sediada no Rio de Janeiro. Essa cidade se transforma profundamente e irradia suas transformações para as demais províncias, a começar pelo número, mas também pela posição social dos recém-chegados – aristocratas, altos funcionários, nobres e ministros. Há uma discussão historiográfica relativamente recente de desqualificar, para além de qualquer dúvida, a ideia resiliente de que desembarcaram com D. João 15 mil imigrantes da Corte portuguesa em 1808. Esse número não sofreu nenhuma contestação por parte da maioria dos historiadores, que, na verdade, reproduziam a estimativa dada, levianamente, por um marinheiro inglês coadjuvante na viagem. O arquiteto e historiador Nireu Cavalcante chega à conclusão de que essa informação não é confiável. Ele estima que esse número é consideravelmente menor, na casa das centenas, e que 15 mil seria mais próximo do aumento total da população da cidade, incluindo todos os imigrantes ao longo do período joanino.

Estima-se que, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro tinha uma população um pouco maior que a de Salvador, entre 50 e 60 mil pessoas. A cidade de Salvador tinha talvez um pouco menos, 50 mil pessoas; Recife, entre 20 e 25 mil almas; Belém, cerca de 10 mil; e São Paulo abrigava mais ou menos 20 mil habitantes. Se Lisboa tinha então 180 mil

(o triplo de cariocas), por outro lado a segunda maior cidade de Portugal, o Porto, tinha cerca de 50 mil habitantes, estando no mesmo nível das maiores cidades da Colônia. Não fazíamos tão má feição em tamanho. Já quanto à qualidade e ao conforto eram outros quinhentos.

O que mais chamava a atenção dos viajantes eram a sujeira e o mau cheiro da cidade do Rio de Janeiro. Causava espécie a presença de escravos carregando baldes de excrementos pela cidade (os chamados “tigres”). À repulsa à sujeira somava-se o profundo preconceito racial dos europeus que, ao verem uma mistura generalizada de brancos e negros convivendo no mesmo espaço com uma enorme quantidade de mestiços, frequentemente se fascinavam ou se enojavam com o que dizem ser uma cidade que transbordava de sensualidade, em uma crítica à falta de pudores – muitos negros andavam seminus nas ruas, à moda da África – e à mestiçagem.

Teve início, nesse período, a preocupação em aumentar demograficamente a proporção de indivíduos brancos na proporção geral da população. Muito provavelmente em consequência do impacto causado pela rebelião de escravos em São Domingos, que criou o Estado independente do Haiti em 1804, passou a existir um estímulo da Coroa à vinda de imigrantes brancos: prussianos, suíços, ingleses, portugueses e franceses. Não era ainda o deliberado branqueamento racial que se verificaria na segunda metade do século XIX, fruto da disseminação das ideias do racismo imperialista europeu, pois não se tratava de uma política de Estado explicitamente com esse objetivo, mas é uma preocupação que se inicia com a transmigração da Corte. Afinal, esses imigrantes seriam professores, tutores, livreiros, marceneiros, carpinteiros, chapeleiros, modistas,

músicos, pintores e outras profissões cuja demanda era muito limitada no período colonial. Serviriam a uma nova elite que se constituía então na cidade do Rio de Janeiro e, aos poucos, também em outras capitais. Nesse contingente de imigrantes, fugindo à ideia eugenista que só ganharia contornos de planejamento governamental décadas depois, também está incluído um grande número de ciganos, muitos judeus e até alguns chineses que trabalhavam no Horto Real.

Para além da presença maciça de europeus estrangeiros, é bom lembrarmos que, apesar das promessas feitas à Inglaterra, as décadas iniciais do século XVIII formam o período que assistiu à maior entrada de cativos africanos nos portos do Brasil. Conjuntamente, essa miríade de indivíduos das mais diversas proveniências e estratos sociais contribuiu para modificar, de forma impactante, as tradições e os costumes tanto de cima para baixo (costumes europeus que começam a se disseminar pela antiga Colônia) quanto de baixo para cima (hábitos e costumes africanos que se tornam nossos). Quanto ao primeiro sentido, fiquemos com dois exemplos do cotidiano das cidades: a cadeirinha e o hábito de as mulheres saírem às ruas.

Reza a lenda que quando D. João foi obrigado, por ordens médicas, a tomar banho, pela primeira vez, por medo de entrar na água, ele foi transportado para o mar em uma cadeirinha carregada por escravos. Por mimetismo, isso criou o hábito de os membros das famílias mais abastadas da elite serem transportados na rua por escravos, tornando o carregador de liteiras parte do panorama das principais zonas urbanas do Brasil.

No mesmo lustro, a princesa Carlota Joaquina, mulher bastante autônoma e futura rainha de Portugal, saía com frequência às ruas da cidade que odiava. Nesses passeios, obrigava que todos se curvassem sob pena de serem chicoteados (houve um incidente diplomático com dignitário inglês que sacou pistolas quando viu que poderia ser vergastado por um escravo ao se recusar a se curvar). Sob o exemplo da princesa, timidamente, as mulheres da Colônia começaram a sair de casa. Nos anos que se seguem, essas mulheres saíam para ir às compras em lojas da rua Direita e da rua do Ouvidor que começavam a se constituir como pontos chiques, com lojas caras que vendiam produtos europeus. Começam a existir escolas para as mulheres, que aos poucos deixam de ser educadas por tutoras individuais. Ver e ser visto nessas ruas passa a ser um esporte social, em que o pináculo do teste de prestígio era o Teatro São João.

No segundo sentido, proliferam exemplos: a miscigenação tem enorme impacto na vida das pessoas. O folclore africano e indígena que as amas contavam para os filhos brancos das elites se torna parte integrante da alma do futuro bacharel ou deputado nas catalogações futuras de Câmara Cascudo. Também as formas de moradia, que reproduziam padrões arquitetônicos das quintas portuguesas, incorporavam socialmente numerosos agregados, que, como nas famílias africanas, constituíam fonte de prestígio para o dono da casa. Na alimentação, conta-nos o embaixador Costa e Silva, o toucinho e o azeite português se misturavam com a mandioca e com alimentos que vinham da África. No campo musical, vários instrumentos e ritmos se inseriam nas modinhas e nos saraus dos homens brancos, como é o caso do lundu, ritmo africano assimilado nas festas das elites. Para além dos

hábitos, moradia e alimentação, é bom lembrarmos o impacto de tal salada humana na conformação de identidades.

Sofre uma ressignificação a identidade daqueles que vieram para o Brasil, criando-se, no país, um cadinho identitário que acirra a tendência miscigenada já presente desde os primórdios da colonização. Afinal, o africano na África não é africano, mas um natural Daomé, do Benin, de Angola, um jejê ou malê. O mesmo vale para o português, que em Portugal é bem mais mourão, galego, minhoto, do algarve, lisboeta, açoriano ou beirão que português. Essas identidades “africano” e “português” só se impõem como tais no Brasil, onde esses indivíduos passam a ressignificar sua identidade – homem branco, mulato ou mestiço –, dando a isso importância muito maior que a que tinha em seu lugar de origem. O português, ao possibilitar a comunicação daqueles que falavam línguas ou dialetos distintos em suas vilas natais, torna-se a língua do encontro entre os povos.

No entanto, se por um lado o encontro teve dimensões positivas, teve também como consequência o congelamento de duas oposições, bastante duradouras na autoimagem da composição social e racial do Brasil. Com a vinda da família real, não resta dúvida de que se acelera e se estimula o surgimento de oposições. Por um lado, a oposição entre brancos e negros vai persistir de maneira dramática, no mínimo, até o fim da escravidão, por outro, há a oposição menos automática entre portugueses e não portugueses, que tem vinculação racial muito menor e é mais fruto de uma escolha política (apoiar ou não a independência) que de uma característica atávica. A primeira oposição é muito mais violenta e estará presente nas preocupações políticas

dos estadistas brasileiros ao longo de todo o século XIX, engendrando a perniciosa defesa do branqueamento. Essa oposição estabelecia uma relação de hierarquização automática. Por outro lado, a forma de resolução negociada da independência brasileira, na qual sobressai o aspecto de continuidade mais que de ruptura, será lembrada espasmodicamente nos levantes antilusitanos frequentes no período regencial, mas recorrentes de tempos em tempos até a primeira República (praieira, jacobinismo florianista).

A política joanina para os índios

No que diz respeito aos índios, logo depois da chegada, D. João dá ordem ao governador de Minas Gerais para que seja feita guerra ofensiva aos botocudos depois de considerar que já estavam esgotadas todas as tentativas de reduzi-los à condição civilizada. Uma vez que esses índios continuavam atacando e invadindo regiões no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo, a Coroa estabelece que a guerra contra os índios era legítima, e simplesmente autoriza o que já vinha sendo feito há séculos.

Pesquisas sobre os índios no Brasil vêm se desenvolvendo e novos estudos sobre a temática indígena proliferam. Já no clássico de Oliveira Lima, porém, encontramos a primeira crítica à política indianista de D. João. Sua avaliação negativa desse aspecto do governo do príncipe regente contrasta com a disposição positiva que o diplomata sempre teve para com D. João. Tal avaliação, é bom lembrar, foi feita em 1908, em um contexto ainda mais marcado pelo forte preconceito racial do que o dos dias atuais. Oliveira Lima e a maior parte dos historiadores até muito recentemente recorrem, sem a devida crítica, a fontes históricas portuguesas que tratam de maneira preconceituosa a figura dos indígenas. Ou então, no

caminho inverso, recorrem a fontes de estrangeiros (Denis, Saint-Hilaire, Debret), cuja visão idílica e idealizada do já mencionado protorromantismo enxergava o índio em chave rousseuniana – “um bom selvagem, ingênuo puro e livre”, consagrado pela primeira geração romântica posterior[78].

Há uma grande contradição entre a idealização intelectual do índio romântico rousseauniano e o modo como o índio real era tratado pelas autoridades. Essa é a grande contradição que será percebida de forma mais clara no romantismo. Gestado pelo IHGB e herdeiro das missões científicas e etnográficas das décadas de 1810 e 1820, o romantismo contribuirá para a idealização do índio ao transformá-lo em um ícone literário de pureza, bondade e bravura na luta contra o português, tornando-o o símbolo maior da identidade nacional. A comemoração ainda hoje do Dia do Índio é indicativo da resiliência dessa imagem romântica que teve sua gênese contraditória no período joanino.

Os viajantes europeus e as missões estrangeiras

Até 1808, o Brasil estava fechado aos estrangeiros. Humboldt foi proibido pelas autoridades portuguesas de desembarcar na Colônia e poucas foram as exceções a essa regra. Afora um punhado de famílias inglesas residentes no Rio de Janeiro, apenas Thomas Lindsey e John Mawe entraram no Brasil antes da transmigração da Corte, sendo o último o primeiro estrangeiro a visitar as Minas Gerais, então já em decadência acentuada. Ressalte-se o fato de que ambos eram ingleses, o que evidencia a vinculação estreita entre Londres e Lisboa que se intensificaria após 1808.

Para Sérgio Buarque de Holanda, a abertura aos estrangeiros significou um “novo descobrimento”. Antes de 1808, eram viajantes portugueses os autores de livros e de estudos sobre o Brasil que faziam viagens pelo território e reconheciam esses domínios, como o padre Antonil, em 1711, ou Alexandre Ferreira pela Amazônia entre 1782 e 1793. Com a flexibilização da entrada de estrangeiros após 1808, proliferam os estrangeiros, embora predominem os ingleses em um primeiro momento. Entre 1808 e 1809, John Luccock e Henry Koster visitaram o Rio de Janeiro. No entanto, não foram apenas os ingleses que vieram ao Brasil.

O casamento do príncipe Pedro com a arquiduquesa Carlota Josefa Leopoldina de Habsburgo foi o motivo para a vinda de duas importantes missões científicas que chegam ao Brasil com a futura princesa em 1817. Uma batava e outra austríaca, esta composta por Von Martius e Von Spix, que, em viagem pelo interior do Brasil, foram acompanhados pelo pintor Thomas Ender. Von Martius teria mais tarde um papel fundamental para além do conhecimento botânico que produziu: a etnografia, descrevendo o panorama geral das províncias que visitava.

O que poderia ser chamado de “missão russa” está entre os empreendimentos mais ambiciosos entre os viajantes estrangeiros que estiveram no país nesse período. O Barão Von Langsdorff, cônsul russo no Rio de Janeiro, convence o czar Alexandre I a investir 300 mil rublos para promover aquela que seria a trágica missão de exploração e de coleta de material da região amazônica. Trouxe desgraça para boa parte de seus integrantes. Após três anos explorando as capitanias amazônicas, Langsdorff enlouqueceu, Johann Rugendas abandonou a expedição antes do fim após contrair malária, Adrian Taunay morreu afogado, e Thomas

Ender perdeu a memória. Como em quase todas as viagens desse período, o objetivo era acumular e sistematizar, por meio de uma lógica taxonômica, de categorização, o conhecimento natural, dentro de uma visão mais quantitativa que analítica.

Já Saint-Hilaire percorreu mais de 12 mil quilômetros pelo interior do Brasil e escreveu nove volumes com descrição de suas três viagens. Inicialmente, percorreu as capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo. De volta à Corte, reinicia suas andanças pelo caminho da tropa das mulas e dos tropeiros, indo a Goiás e descendo por São Paulo até Sorocaba, de onde ele se dirige para o sul do território até a Colônia do Sacramento. Ao avistar São Paulo, escreve que jamais havia respirado ar tão puro. Mantendo a tradição de desgraças nessas expedições, Saint-Hilaire foi picado por uma abelha e teve parte de seu corpo paralisada até a morte três décadas depois.

A missão artística francesa de 1816

A missão artística francesa de 1816, liderada pelo outrora poderoso Joachim Lebreton teve impacto determinante na conformação de novos cânones para o panorama artístico-cultural do futuro Império do Brasil. Tal transformação, entretanto, se daria apenas no médio prazo. No curto prazo, o que talvez tenha sido inicialmente uma “missão” em pouco tempo se desagregou e seus integrantes seguiram, cada um, rumos distintos no país, alguns se isolando como Montigny, na floresta da Gávea, outros viajando pelo país produzindo pinturas e testemunhos, como Jean Baptiste Debret, outros ainda encontrando um final trágico, como Adrien Taunay, que morreu afogado na expedição de Langsdorff, conforme mencionado.

Recentemente, a historiadora e antropóloga Lilian Moritz Schwarcz, no livro *O sol do Brasil*, analisa os cânones historiográficos sobre a vinda da missão artística, discutindo a própria ideia de missão. Lilian argumenta que não houve uma organização e um planejamento oficial da vinda dos artistas franceses, sob a responsabilidade do Conde da Barca, tal qual consolidado pela historiografia. A autora defende que essa missão se tratou de um encontro de interesses. Por um lado, os artistas franceses estavam desempregados e espalhados pela Europa depois da derrota de Napoleão, por outro, a Coroa portuguesa percebia, na atuação conjunta desses artistas, a possibilidade de legitimação dinástica no território ao incorporar, na iconografia, no estatuário e nas arquiteturas coloniais, os modelos “civilizados” de arte.

Lilian argumenta que a motivação desses integrantes da missão era mais artística que econômica. Antes de enxergarem a missão como um meio de ganhar a vida, os franceses chegaram, não raro, em busca de experiência artística. Vieram como Debret ou Taunay para pintar a natureza, os índios e os costumes de uma terra ainda por descobrir. Com a criação da Escola de Belas Artes (mais tarde, Academia Imperial de Belas Artes), esses indivíduos passam a ter sinecuras.

Três motivos contribuíram para a desagregação da missão. Em primeiro lugar, a recepção pouco calorosa que tiveram por parte do panorama artístico já estabelecido na Colônia. Ainda que incipiente, muitos artistas luso-brasileiros se ressentiram do papel e das vantagens financeiras que os franceses obtiveram. Uma vez inaugurada após longa demora, a Academia Imperial de Belas Artes, sucessora da Escola de Belas Artes, esteve por

anos sob direção hostil aos franceses, que acabaram, em muitos casos, optando por assumir funções de pintor e professor particular. Em segundo lugar, o próprio cônsul francês, Maler, nomeado pelo governo Bourbon restaurado em 1814, via nos artistas da missão bonapartistas perigosos. Se precisou aceitá-los, por estarem sob a proteção real e empregados junto a Coroa portuguesa, não os acolheu ou lhes deu apoio diante das vicissitudes que enfrentaram na América portuguesa. Por último, a morte prematura de Lebreton, o líder da “missão” e, de certo modo, o polo agregador dos artistas contribuiu, para a dispersão do grupo.

Nos anos finais do Primeiro Reinado, ocorreu no Brasil, no âmbito da Academia Imperial de Belas Artes, as duas primeiras exposições oficiais de pintura e escultura no país, contando com a presença do próprio imperador. O que tinha tudo para se tornar uma tradição anual foi interrompido com o sete de abril e a abdicação. O governo dos liberais às voltas com sucessivas rebeliões na Corte e nas províncias devia ter mais com o que se preocupar do que com a organização de exposições de arte. A preocupação cultural só volta a ser significativa no período do regresso, e as exposições da acadêmica só foram retomadas no Segundo Reinado. Nesse momento, os artistas proeminentes foram, em muitos casos, alunos dos franceses.

Alterava-se assim, em médio prazo, o panorama da arte feita no Brasil. Seus alunos e sucessores, os artistas do Segundo Reinado, disseminariam, por meio da Academia Imperial – e de seus concursos periódicos –, o estilo neoclássico, também chamado de arte acadêmica, que provocaria o declínio do barroco. Não foram poucos os artistas que, revelados nas exposições da Academia

Imperial, seriam financiados pelo “bolsinho imperial” para passar longas temporadas de formação na Europa, como Pedro Américo e Victor Meireles.

Essa nova geração de artistas diferia socialmente dos artistas coloniais do barroco mineiro e fluminense oriundos, não raro, das mais baixas camadas da sociedade. Muitos eram escravos (ou filhos de escravos, como Alejadinho). A profissão de artista não era então considerada uma profissão nobre ou digna, sendo equiparada ao trabalho do artesão ou carpinteiro, um trabalhador manual, e não intelectual, e, como tal, próximo dos escravos.

Considerações finais

Tanto a literatura dos viajantes quanto as composições pictóricas da mesma época, de artistas como Ender, Rugendas e Debret, contribuíram para construir aquilo que Roberto Ventura chamou de “autoexotismo”. A visão da elite nacional sobre o Brasil passa a ser majoritariamente dirigida pelo olhar estrangeiro. Os brasileiros passam a olhar para si mesmos e seu país eivados de significações ora idealizadas, ora mistificadas, ora preconceituosas e/ou pejorativas. Na aurora da pátria, o olhar estrangeiro, privilegiado social e politicamente, criou para a elite brasileira, com suas missões, pinturas e contribuições científico-culturais, toda uma *weltanschauung* que disseminou, na cultura nacional, os cânones europeus contra os quais os modernistas se insurgiriam radicalmente no século XX.

3. O Período Regencial (1831-1840)

3.1 O avanço liberal (1831-1837)

O mal-estar da regência: motivos e origem. As facções políticas e seus pleitos. As medidas iniciais da regência e seus objetivos. A Guarda Nacional e as rebeliões de tropa e povo. Manietando o Poder Moderador: a primazia legislativa. O Código de Processo Criminal e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O significado do Ato Adicional de 1834 e suas medidas. O avanço liberal: balanço geral.

O período regencial é um tópico pouco estudado e, talvez por isso mesmo, pouco cobrado na prova discursiva da terceira fase do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). O Teste de pré-seleção muito raramente tem trazido questões sobre o período regencial, mas é de se supor que esse preconceito generalizado contra a regência há de ser superado, e rapidamente. Indícios disso estão presentes cada vez mais em obras gerais sobre o período monárquico que dão muita relevância, necessária, à época das regências[79].

O motivo desse preconceito é de fácil compreensão. O que é difícil compreender são os nove anos da história brasileira transcorridos entre 1831 e 1840. Alguns autores, para dar ainda mais relevância a essa complexidade, enfatizam o plural: “as regências”. Confusão, instabilidade,

fragmentação territorial, revoltas de homens livres e de escravos, anarquia, são todos termos vinculados ao período regencial que assustam os alunos desde o colégio (e também alguns professores), perpetuando a má vontade. Cabem algumas palavras sobre a historiografia que consolidou essa visão, ainda hegemônica, e que explica um pouco o trauma.

Com a vitória do “regresso conservador” – iniciado em 1837, mas só concluído plenamente na década de 1850, após o gabinete de conciliação com o Império pacificado –, fica claro que a “ordem” passa a ser um valor acima de tudo, e a estabilidade um discurso conservador de manutenção do poder, inclusive compartilhado (e/ou imposto aos) entre os liberais, como nos mostra Ilmar Mattos em *O tempo saquarema*. Demonizar a regência era ao mesmo tempo valorizar a estabilidade e a ordem monárquica. Tal propósito foi alcançado de modo tão completo que, mesmo com o fim do Império, a República Velha, mais federalista e descentralizada, não foi capaz[80] de desfazer a imagem negativa da Regência.

Podemos tentar, sem muita pretensão à neutralidade, buscar um resumo da história política regencial, tal qual é contada pela historiografia refletida na bibliografia indicada nos últimos editais do CACD. Resumida, seria assim: com a abdicação de nosso primeiro imperador, fica clara a vitória dos brasileiros, agora simplesmente liberais, contra a facção dos portugueses, também chamados, dependendo da boa vontade do interlocutor e da região onde se encontravam, de corcundas (se curvavam ao poder absoluto), caramurus (nome do jornal dos portugueseseditado no Rio de Janeiro), pés de chumbo, marotos e outros nomes que indicam que não havia muita simpatia para com as gentes da antiga

metrópole. Cogitou-se, muitas vezes, expulsá-los simplesmente, com exceção dos casados com brasileiras ou com filhos brasileiros. Esse conflito vinha se delineando claramente e, *grosso modo*, evidenciava mais ou menos uma clivagem política entre, de um lado, os brasileiros, defensores do liberalismo constitucionalista, da autonomia brasileira e da soberania da nação sobre a dinastia; do outro, os portugueses, partidários de Pedro I e, portanto, sem muito apreço pelo liberalismo, simpáticos à autocracia e, em última instância, suspeitos de quererem a recolonização, risco irreal em 1831.

De algum modo esses dois grupos, que haviam sido aliados conjunturais entre 1821 e 1822 contra a tentativa de recolonização das cortes, vinham se desentendendo desde o fechamento da Assembleia Constituinte por ato discricionário e autoritário do imperador em dezembro de 1823. Os antigos aliados racharam. A luta pela independência os unira, a montagem do novo Estado os separou. Contribuíram para isso ainda as ondas liberais europeias, que, no início da década de 1830, convulsionaram novamente a França, mas também as futuras Itália e Alemanha, e chegaram ao Brasil estimulando uma postura mais agressiva dos liberais contra o imperador. Uma vez tomado o poder, o sete de abril (data da abdicação) significará, para os liberais brasileiros, uma continuação do sete de setembro, a verdadeira vitória na luta pela independência de Portugal[81].

O que fizeram esses liberais no poder? O natural seria que tivessem ampliado o máximo possível o alcance do pêndulo político para o campo diametralmente oposto daquele marcado autoritarismo centralizador do Primeiro Reinado. De fato, houve um esforço nesse sentido, mas dois

elementos de feição inercial contribuíram para que os novos donos do poder fossem bem mais devagar com o andor.

A principal delas era o haitianismo, isto é, o medo de uma rebelião popular generalizada, com apoio de mestiços, mulatos e escravos. Esse medo estava entranhado na alma dos senhores e dos homens brancos em geral, desde os primórdios da escravidão no Brasil, e havia saído do plano da hipótese para o da realidade com a rebelião de São Domingos em plena eclosão da Revolução Francesa. O mundo havia virado de ponta-cabeça, e o Brasil não podia ir tão rapidamente rumo ao liberalismo radical, pensavam os liberais brasileiros. A revolução já havia sido feita! De oito de abril em diante, cabia consolidar suas conquistas (tão somente a transformação política, e não social). É claro que nem todos concordavam com esse pensamento essencialmente conservador e isso contribuirá para dividir esse grupo heterogêneo que estamos chamando de liberais. José Bonifácio já havia alertado, em 1823, para a necessidade de incorporar os negros (e também os índios) na “nação” brasileira, sob pena de termos uma nação porosa, tal qual pedras sedimentares, e não dura como rocha magmática. Parafraseando as metáforas mineralógicas do patriarca da independência, o santo do Brasil era de barro, e era preciso muito cuidado ao carregá-lo para a esquerda. Liberalismo sim, jacobinismo não, haitianismo jamais!

A segunda força era a capacidade de resistência dos portugueses, reduzida após a abdicação, é verdade, mas ainda atuante; em alguns casos, institucionalizada constitucionalmente, como o Conselho de Estado e o Senado, ambos vitalícios, preenchidos, portanto, com muitos dos próceres do regime anterior, nomeados

diretamente pelo imperador. Os liberais partiram para a briga e, dessa vez, mais bem armados e posicionados politicamente, tentaram acabar com ambas as instituições, mas só conseguiram abolir o Conselho de Estado em 1834, no mesmo ano, aliás, que assistiu à morte do defensor perpétuo do Brasil no palácio de Queluz, onde havia nascido. Mais uma derrota para os portugueses que haviam se organizado e, sob a alcunha de "restauradores", buscavam trazer de volta Pedro I Atlântico abaixo. Voltaria, sim, mas somente 138 anos depois, em pleno governo Médici, em contexto de pretensões políticas algo distintas.

Em resumo, temos então o seguinte panorama de forças no início da regência: 1) liberais brasileiros, insatisfeitos com o autoritarismo petrino e com seus áulicos (acusação generalizada a todos os portugueses corcundas), mas que não podiam ir muito longe na radicalização, pois temiam que o caos se instaurasse e o Brasil se jacobinizasse ou, pior, se haitianizasse. A historiografia convencionou chamá-los de "liberais moderados" ou "chimangos"; 2) portugueses, recém-alijados do poder, mas muito bem instalados desde 1808 ou antes no comércio das grandes cidades e nas instituições políticas mais conservadoras (isto é, o Conselho de Estado e o Senado), bem como na burocracia. Buscavam o retorno de Pedro I ao Brasil até 1834 e, por isso, foram chamados de "restauradores"; 3) as dissidências liberais, escassamente organizadas, com projetos de autonomia mais radicais que o dos chimangos, presentes sobretudo nas zonas urbanas, na Corte, mas também em Salvador, Recife, Belém, Ouro Preto, e que, ao se rebelarem, não raro se valiam dos mestiços e mulatos pobres, sendo, portanto, acusados de "radicais" e/ou "exaltados". Esses liberais exaltados, presentes nos livros didáticos como se fossem uma facção clara ou coesa contra

os moderados, é claro, não tinham essa coerência ou mesmo capacidade de organização nacional. Quem alcunharia a si mesmo de "exaltado"? Seu próprio nome evidencia a deslegitimação impingida a eles pelo governo, que via nesse grupo a ameaça da fragmentação e da desordem.

Mesmo os moderados não eram homogêneos, e as divergências internas dos grupos que haviam combatido o imperador são perceptíveis nas prisões políticas que se seguiram à abdicação. Cipriano Barata, o redator do *Sentinela da Liberdade* perseguido no Primeiro Reinado, durante o qual ficou muito tempo preso, foi novamente encarcerado três semanas depois da abdicação e transferido de Salvador para a Corte. Nenhum desses grupos era um partido no significado contemporâneo do termo, embora a palavra existisse na época com o sentido de facção. A criação dos partidos políticos ao final do período regencial será uma das grandes contribuições para a institucionalização da luta política no Brasil e, também para a consolidação do Estado Imperial.

Com base no que foi apresentado, fica mais fácil superarmos a ideia de que as medidas tomadas pelos liberais no poder seriam contraditórias. Elas têm o duplo objetivo de estabelecer um regime mais liberal, "democrático" e descentralizado, e conter os grupos portugueses e exaltados[82] que, ora unidos, ora separados, conspiravam para radicalizar os pêndulos para o conservadorismo do retorno do imperador ou para a radicalização do liberalismo rumo àquilo que os moderados consideravam a desordem. Como eram duas forças bem distintas do ponto de vista ideológico (que se uniram, conjunturalmente, em poucas revoltas contra o governo),

cabiam-lhes remédios distintos. Entretanto, a criação da Guarda Nacional, em 1831, pode ser entendida como uma panaceia de dupla eficácia.

Se, de um lado, a criação da Guarda pelo ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, teria caráter liberalizante ao definir como eletivo o critério de comando do poder repressivo, agora descentralizado, de outro, era necessária uma força capaz de reprimir movimentos populares, não raro apoiados por setores do Exército, e que fosse imune aos caramurus e aos exaltados – a Guarda Nacional. Estava vedada a participação de negros ou libertos, bem como dos que não tivessem renda suficiente para participar das eleições. Nas palavras de um autor clássico, tratava-se de um “Minotauro” em sua duplicidade (Uricochea, 1978). Delegava a grupos privados da elite uma função pública: a segurança; e, se de um lado havia o caráter liberal descentralizador, de outro havia por objetivo manter a ordem e reprimir movimentos populares.

Chamadas de rebeliões de “tropa e povo” e ocorridas sobretudo na Corte (seis delas entre 1831 e 1832), mas também em grandes cidades das províncias (Setembrizada, Novembrada e Abrilada em Pernambuco), essas rebeliões envolviam quase sempre setores militares que, ao longo de quase todo o Primeiro Reinado, estiveram ao lado de Pedro I. Esses militares, praças e oficiais, muitos portugueses, não haviam necessariamente passado para o lado dos chimangos após o sete de abril. A Guarda Nacional teria então a função de esvaziar o papel do Exército como instrumento de ordem, e essa medida de enfraquecimento das Forças Armadas teria consequências para a história do Segundo Reinado. A Guarda Nacional, ainda que desmobilizada em tempos de paz na década de 1870,

subsistiria até a República para emprestar os títulos, facilmente adquiridos, de major a Policarpo Quaresma e de coronéis aos grandes latifundiários.

Outra tendência perceptível nos anos iniciais da regência foi a necessidade de enfraquecer o Poder Executivo. A opção por uma regência trina (inicialmente provisória, que governou por dois meses, depois permanente) já evidencia isso. Como o objetivo declarado do Poder Moderador era dar respaldo ao Executivo, tornando-o responsável não diante do Legislativo, mas sim do imperador (que era o titular constitucional desse poder, mas o exercia por delegação ao gabinete de ministros), urgia aproveitar a oportunidade de um imperador não coroado para limitar o exercício do Poder Moderador, cujas funções foram suspensas. Pela lei de 1831, o Poder Moderador não mais poderia conceder títulos de nobreza, declarar guerra, dissolver a Assembleia, nomear ministros livremente, sem a aprovação da Câmara, ratificar tratados internacionais também sem a aprovação da Câmara, em suma, ficava manietado.

Tais medidas são evidências de que o poder estava sendo transferido de um Executivo, agora enfraquecido, para o Legislativo, que se fortalecia ao fiscalizar e, em muitos casos, controlar as medidas do Executivo, grande pleito dos deputados durante o Primeiro Reinado, que acusavam o imperador de cometer erros por se afastar da vontade da nação, como quando da celebração dos tratados com a Inglaterra. Esse entendimento é compartilhado por Amado Cervo, que julga que o insulamento decisório em 1825-7 foi um dos principais responsáveis pelo “primeiro erro” de nossa política externa. A regência parecia querer corrigi-lo.

Em 1832, novamente duas medidas aparentemente contraditórias: o Código de Processo Criminal e a Lei de

Responsabilidade Fiscal.

O código, feito pelo superministro da Justiça, o padre Feijó, estabelecia o *habeas corpus*, reformava o sistema judiciário brasileiro, ao criar os tribunais do júri, e estabelecia igualmente o caráter eletivo dos juízes de paz. Sua inspiração era claramente democrática e federalista. Já a Lei de Responsabilidade organizava o fisco e estabelecia as rendas em provinciais e centrais, mas essa divisão não era claramente determinada e, portanto, cabia ao poder central fazer a partilha, o que permite interpretações de parte da historiografia que as medidas "federativas" do Código de Processo e, mais tarde, do Ato Adicional não teriam eficácia prática nas províncias, pois o controle do dinheiro permaneceria nas mãos do governo do Rio de Janeiro. José Murilo de Carvalho, em *Teatro das sombras*, estudo sobre a arrecadação imperial, aponta que, em 1856, mais de 80% do total do orçamento ficava com o governo central, contrastando com os menos de 40% evidenciados no caso norte-americano em data um pouco posterior (Carvalho, 1996, p. 224). Em comum, ambas as medidas evidenciavam a preocupação em estruturar o Estado, ainda em formação, em novas bases mais liberais. Mas nem tanto assim. Era sempre preciso se preocupar com o vulcão popular que poderia nos levar ao Haiti.

Mais que as medidas específicas, cabe perceber, nas fontes, sobretudo nos jornais liberais da época e nas atas do Congresso Nacional, tendências gerais dos moderados que se encaminhavam para a transformação do Brasil em um regime federativo. O Conselho de Estado e o Poder Moderador seriam abolidos, o Senado perderia a vitaliciedade, e a Câmara, foco do debate político e titular da soberania, como representante do povo seria eleita a

cada dois anos, periodicidade mais democrática, o que, aliás, já se apontava no sentido das medidas que "democratizavam" o poder de repressão (a Guarda Nacional com seus oficiais eleitos) e o sistema judiciário (juízes de paz também eleitos).

Naturalmente, nem todos esses objetivos foram conquistados. As forças conservadoras, mesmo enfraquecidas com a morte do imperador em 1834, não haviam desaparecido, e as forças inerciais (sociais e/ou institucionais) dificultavam, pelo medo ou pela resiliência, a adoção de medidas tão enfáticas. O liberalismo tinha limites. Por exemplo, o Senado, não muito surpreendentemente, não concordou com o fim da vitaliciedade dos senadores. Seria necessário um golpe parlamentar para mudar a Constituição sem a anuência dos senadores. Seria necessário desobedecê-la abertamente, e não apenas contorná-la, como no caso da regência trina em 1831 e no golpe da maioridade em 1840. Os moderados, por moderados que eram, não iriam tão longe[83].

A solução de compromisso dos liberais foi o Ato Adicional de 1834 que, de fato, instituía o federalismo (com seus limites fiscais) e ia além: extinguia o Conselho de Estado; transformava a Corte em município neutro, desvinculado da província do Rio de Janeiro; e estabelecia uma regência que passaria a ser una doravante. A vitória de Feijó, manchado pela tentativa de golpe contra a Constituição e o Senado em 1832, tinha dois significados. Em primeiro lugar, ainda que aparentemente uma regência una fosse uma medida de centralização, a verdade é que o avanço liberal teria prosseguimento a partir de 1835, sob a liderança daquele que havia sido seu maior executor nos anos após a abdicação: Feijó. Em segundo lugar, reafirmando a lógica de

avanço liberal, naquela que foi a primeira eleição geral no Brasil, o Império viveria uma efêmera porém significativa “experiência republicana”. Afinal, em que regime se escolhe a cada quatro anos por meio de eleições gerais o chefe de Estado? Das monarquias eletivas medievais só restava mesmo a Santa Sé. O Brasil inovava em seu liberalismo adaptado.

Viriam as rebeliões provinciais, porém, e o caldo entornaria. Para boa parte da historiografia, a mudança do tipo de rebeliões que eclodiriam no Brasil a partir de 1834 tem relação direta com o Ato Adicional. Tal interpretação é a mesma, aliás, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que se referia ao Ato Adicional como o “Ato da Anarquia”. Vasconcelos seria a figura principal daquilo que chamamos de regresso conservador. O pêndulo começava a voltar para a ordem em detrimento da liberdade.

O que significou afinal o período do “avanço liberal”? Um conjunto de medidas liberalizantes, com seus limites impostos pelas circunstâncias específicas de um país escravista, de herança monárquica, que fora cimentada pela transmigração da Corte e pela força das instituições monárquicas sedimentadas com a interiorização da metrópole. As ideias de representação, voto, democracia, justiça social, todas de matriz iluminista, não eram consenso nem aqui nem em nenhum lugar do mundo (talvez apenas nos Estados Unidos, onde essas ideias se institucionalizaram ainda no final do século XVIII). Como vimos, nem mesmo entre aqueles que com elas concordavam – os liberais – havia consenso sobre qual era o melhor modo de aplicá-las. Isso não significa que não tentaram. Aqui e alhures. Onde quer que se tentasse, no entanto, as forças da reação, como é natural, reagiam.

Mesmo nas repúblicas da América, onde a escravidão tinha presença menos forte ou já havia sido abolida, os liberais eram exilados e perseguidos. São exemplos disso Alberdi e Sarmiento, fugidos da autocracia de Juan Rosas, caudilho portenho que se dizia federalista na Argentina. Ou ainda os liberais mexicanos sob a ditadura de Sant'Anna, que só floresceriam nos anos 1850 e 1860, sob a liderança de Benito Juarez, um índio que governou o México sob forte oposição conservadora, até ser deposto por intervenção estrangeira, à qual ele resistiu com o apoio dos Estados Unidos.

Nosso Benito Juarez, Diogo Feijó, era filho bastardo. Na certidão, era de pais incógnitos, mas que todos sabiam bem quem eram. Virou padre por influência do tio que o abrigou sem reconhecê-lo e, ao ser eleito regente, nada tinha de seu, a não ser uma casa de subúrbio em São Paulo. Falava mal, era imensamente teimoso e intransigente, resistiu às cortes portuguesas, ao imperador autocrata e foi alçado ao posto máximo de regente por meio de uma eleição, inédita na história do Brasil, por ser geral e sem que existissem partidos políticos. Não tinha títulos de nobreza. Depois de governar dois anos, foi varrido tanto pela desordem que sucedeu à sua eleição quanto pela reação conservadora que fez da ordem sua bandeira. Emblemático da luta entre o liberalismo federativo e o regresso conservador, Feijó seria preso por Caxias em 1842, evidenciando a vitória definitiva do regresso, mas deixou alguma saudade. Machado de Assis, talvez a refletir sobre as regências, diria, muitos anos depois: "*Liberdade, antes confusa do que nenhuma!*".

3.2 As forças centrífugas

Panorama político geral quando da queda de Feijó. As rebeliões de primeira leva. Revoltas de escravos e o haitianismo. Cemiterada. Rebeliões provinciais. Cabanagem e Balaiada. Farroupilha.

Quando o padre Feijó abdicou do cargo de regente, o governo do Rio de Janeiro não controlava as províncias do extremo sul do Brasil, por causa da revolta Farroupilha, nem o norte amazônico, em virtude da Cabanagem, que havia tomado a entrada do Amazonas em 1835. O regente era suspeito de simpatia e até de contatos com os rebeldes gaúchos, e essa suspeição foi uma das principais causas de sua queda[84].

Dois meses depois da abdicação, e certamente por causa dela, eclodiu na Bahia a Sabinada. Tomou conta de Salvador em 1838 e se espalhou pelo sertão próximo e pelo interior da província (Feira de Santana e Vila da Barra por cerca de quatro meses), deixando um saldo de quase 2 mil mortos. A cidade de Salvador foi cercada, bombardeada do mar e, mais tarde, incendiada. Mais de 2 mil rebeldes foram presos e 18 foram condenados à morte ou às galés. Para José Murilo de Carvalho, a Sabinada, por ser uma revolta urbana, já no período do regresso, escapa à caracterização que esse autor faz das rebeliões de segunda leva, rurais, e se aproxima das rebeliões mais urbanas do primeiro momento regencial. Vejamos primeiramente essas últimas.

Ao longo do período que vai da regência trina provisória, no qual o padre Feijó fora ministro da Justiça, até sua renúncia ao cargo de regente uno em setembro de 1837, houve seis rebeliões na Corte, cinco em Pernambuco – que, de tão recorrentes, começaram a ser chamadas pelos nomes dos meses em que ocorriam[85] –, duas em Salvador[86], uma no Ceará[87] e uma em Ouro Preto[88], sem

contar as duas mais famosas, Farroupilha e Cabanagem, que demorariam ainda muitos anos para serem sufocadas.

Essas rebeliões mais conhecidas e relatadas não foram as únicas a assolar o Brasil durante o início do período regencial. Revoltas insólitas, às vezes pouco críveis, de curta duração, impacto limitado temporal e geograficamente ou motivos políticos banais também proliferaram em um ambiente político permissivo e confuso. Vale mencionar duas delas: em 1833, a Revolta das Carrancas foi um levante de escravos que ocorreu em Minas Gerais. Dezenas de escravos se revoltam em uma fazenda em São Tomé das Letras, matam os empregados e membros da família e passam a atacar as fazendas vizinhas. Isso ocorre justamente quando a Revolta da Fumaça, na capital Ouro Preto, já havia sido debelada por tropas do Rio de Janeiro, após destituir e prender autoridades provinciais moderadas, entre os quais o vice-presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Apesar de debelada, com a condenação e execução de dezessete escravos, essa rebelião, por se seguir imediatamente à revolta liberal exaltada, em uma importante província tão próxima da Corte, favorece a impressão geral de desordem permanente.

Não seria a única rebelião de escravos a ocorrer no período regencial. Muito mais assustadores foram os levantes de 1835 e 1838, respectivamente em Salvador e em Vassouras. A Revolta dos Malês é bem conhecida. Foi o momento em que mais perto o Brasil chegou de ser o Haiti, apesar de a rebelião ter durado apenas uma madrugada. Foi muito bem planejada, e sua principal obra de referência é *Rebelião escrava no Brasil*, de João José Reis, criticado pelo embaixador Alberto da Costa e Silva apenas por minimizar a

influência muçulmana no levante. Para o grande africanista, o levante de janeiro de 1835 foi uma verdadeira *jihad.* Cerca de 600 escravos, a maioria islâmica, tentaram tomar a cidade de Salvador, com o objetivo provável de eliminar todos os brancos e pardos, escravizando os africanos não islamizados.

Embora controlados, o julgamento de quase 500 escravos (mais de 70 morreram nas lutas que tomaram conta das ruas de Salvador), com depoimentos que comprovavam o intuito radical dos escravos, contribuiu para a disseminação de um pânico silencioso que cada senhor de escravos no Brasil sentia ao ir dormir. A lei de junho de 1835 que passou a prever pena de morte para escravos envolvidos em insurreições, mesmo sem unanimidade do júri, é sintomática da paúra generalizada que não demoraria a chegar ao eixo mais dinâmico da economia brasileira na época: as fazendas de café[89].

Onipresente, o futuro Duque de Caxias percorreria por uma semana as florestas da região de Paty do Alferes para reprimir cerca de duas centenas de escravos fugidos de várias fazendas de café da região. Por ter ocorrido tão perto da Corte e por ser ainda tão simbólica da expansão cafeeira em seu início incipiente no Vale do Paraíba, essa rebelião merece algumas considerações.

A expansão da cafeicultura teria como consequência de curto prazo o fortalecimento político-econômico dos conservadores, que fariam do abandono da Lei Feijó de 1831, que abolia o tráfico de escravos, uma de suas principais bandeiras. Graças ao ataque constante desses cafeicultores necessitados de mão de obra africana, a lei, inicialmente cumprida, passaria à história da segunda

metade dos anos 1830 em diante como “lei para inglês ver”[90]. A crescente chegada, ilegal, de mais escravos ao Rio de Janeiro, que agora se concentravam no sudeste cafeicultor, novo polo dinâmico da economia agrária brasileira, contribuiu para a eclosão da rebelião de Vassouras e também para chamar ainda mais atenção para o problema da ordem. A “ordem” era uma questão recorrente desde antes da independência, mas, agravado a partir da segunda metade dos anos 1830, ele se tornaria o tema principal da organização do Estado e questão fulcral para a mobilização dos setores da elite que iriam junto com Bernardo Pereira de Vasconcelos ajudar a fundar o partido conservador.

Este dito “partido da ordem” faria oposição aos liberais, ao Ato Adicional de 1834, à lei de 1831 e defenderiam mão firme na repressão às rebeliões, das quais Caxias seria o grande símbolo militar. Ironicamente, doze anos depois, esses mesmos conservadores, agora pela segunda vez no poder, decidiriam pela abolição definitiva do tráfico de escravos (1850), em nome da mesma ordem pela qual se haviam batido nos anos 1830. Em virtude de tudo isso, apesar da brevidade e da aparente irrelevância, a rebelião escrava de Vassouras e sua repressão, por ter ocorrido onde ocorreu, parecem ser um estímulo poderoso para o laboratório de ideias que o regresso estava pondo em prática.

Bem mais bizarra e menos dada a generalizações políticas foi a Cemiterada. Ocorrida na cidade de Salvador em 26 de outubro de 1836, reuniu mais de mil pessoas de ambos os sexos, incluindo negros e negras. Foi depredado um novíssimo cemitério privado[91], que seria beneficiado pela lei provincial que entraria em vigor no dia seguinte,

obrigando o sepultamento no “Campo Santo” e proibindo o tradicional enterramento intramuros, até então feito nas igrejas. Os rebeldes foram vitoriosos, e a lei foi revogada. Os sepultamentos permaneceram como antes, e a devassa instaurada foi nula. Somente sete testemunhas foram ouvidas. E ninguém reconheceu ninguém. Ninguém foi acusado ou indiciado. Apenas duas décadas depois o sepultamento intramuros seria definitivamente banido. A regência mostrava que não tinha forças sequer para legislar sobre os mortos[92].

Para José Murilo de Carvalho, a primeira onda de rebeliões até 1835 teve um caráter urbano e eclodiu nas principais capitais do Império, com o epicentro óbvio no Rio de Janeiro, a ponto de o Conselho de Estado ter sido consultado sobre as medidas a serem tomadas para proteger o imperador em caso de anarquia na cidade. Segundo Carvalho, apenas o Piauí e Santa Catarina “escaparam à turbulência”. Já a segunda fase de revoltas teve, para o autor, caráter diverso da primeira:

> descentralizado o poder graças ao ato adicional, o conflito também se descentralizou e se deslocou para o interior, para as áreas rurais, e aí remexeu nas camadas profundas da fábrica social do país (*Teatro das sombras*, Carvalho, 1996, p. 232).

De acordo com Carvalho, essas rebeliões já eram prenunciadas pela revolta restauradora dos cabanos, de 1832, em Pernambuco e Alagoas. Os cabanos do Nordeste queriam a volta de D. Pedro I e eram compostos de pequenos proprietários, camponeses, índios e escravos. A revolta contou com o apoio de portugueses de Recife e do Rio de Janeiro. A repressão, que durou até 1835, caçou os rebeldes sobreviventes como animais. Dão conta de que os fugitivos se embrenharam pelo interior e passaram a viver

de “frutos, lagartos, cobras silvestres e mel”. As rebeliões que se seguiram após 1835 seriam ainda mais violentas. O avanço liberal, com a culminância do Ato Adicional de 1834, fez dos governos provinciais um prêmio relevante demais, antes fora do alcance das elites, já que nomeados diretamente pelo imperador. Com a descentralização concomitante ao enfraquecimento do governo central, conflitos intraelites surgiram e não raro transbordaram para os grupos populares, saindo do controle.

No Pará, o que inicialmente era um conflito de facções se tornou, em 1835, um amplo movimento popular – de negros e índios –, capaz de tomar a capital, Belém, e controlar o governo, matando brancos que, para sobreviver, haviam fugido (cerca de nove mil) para navios de guerra estrangeiros ancorados no porto. O conflito se espalhou por toda a província, chegando a Manaus, no alto Amazonas. Apesar das tentativas de negociação com o governo e dos pedidos de anistia ao Rio de Janeiro, a cidade de Belém foi cercada pelo enviado do governo, o general Andreia, que recusou qualquer negociação e aumentou a escalada de violência. Eduardo Angelim, líder da rebelião, um jovem de 21 anos, foi forçado a fugir para a mata, transformando a resistência em guerrilha que duraria, mesmo depois da prisão de Angelim, até 1840, quando o governo do novo presidente, Bernardo de Sousa Franco, conseguiu da Corte a anistia geral. O saldo de mortos foi de 30 mil de ambos os lados, um quinto da população da província. A maior carnificina da história do país em todos os tempos.

O padrão de repressão se repetiu no caso do Maranhão. Um conflito inicialmente intraelite aos poucos se transforma em ampla rebelião popular em uma província periférica. Embora menos violenta que a Cabanagem, assustou por ser

liderara por um escravo, Cosme. Tinha mais de 3 mil negros fugidos e juntou-se a um fazedor de balaios, Raimundo Gomes para tomar a segunda maior cidade da província, Caxias, que foi saqueada, causando a morte de mais de 200 habitantes que se haviam rendido aos rebeldes em agosto de 1839. No ápice da revolta os balaios chegaram a mobilizar mais de 11 mil homens. Em fevereiro de 1840, chega à província, nomeado pelo regente, Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que acumula a chefia das armas e a presidência da província. A repressão se inicia sendo muito bem-sucedida e forçando os rebeldes a fugirem para o Piauí, mas tal estratégia fracassa e mais de mil rebeldes são presos. Forçado a voltar ao Maranhão, Cosme pede condições a Caxias para se render, mas este nega. A cisão entre os grupos de homens livres e ex-escravos divide o movimento, e Cosme aprisiona Gomes, tornando-se líder único do movimento[93].

A partir daí, começam as deserções, dispersões e fugas. Em homenagem à maioridade do imperador, Caxias oferece anistia e consegue a deposição das armas de grande parte dos chefes rebeldes. Cosme foi aprisionado, condenado à morte e executado em 1842. Gomes, que fugira de Cosme, rendeu-se e foi exilado para São Paulo, morrendo no caminho. Em 1841, nomeado Barão de Caxias em homenagem à cidade que pacificara, entrega o governo a seu substituto, em 13 de maio, dizendo-lhe:

> Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados, todos os chefes foram mortos, presos ou enviados para fora da Província; restabeleceu-se a ordem, fui sempre respeitado e obedecido, não tive oposições de partido algum, todos os empregados e chefes de repartições desvelaram-se em cumprir os seus deveres durante o tempo de meu Governo; mas não me ufano de haver mudado os corações e sufocado antigos ódios de partidos ou antes de famílias, que por algum tempo se

> acalmam, e como a peste se desenvolvem por motivos que não prevemos e não nos é dado dissipar (apud Reis, 2004, p. 190).

Estava traduzido pela prática repressiva o discurso da ordem. Vinha da voz daquele que se tornaria o grande herói militar do Estado brasileiro no século XIX. O título que o tornou conhecido evoca a cidade maranhense, símbolo da violência que caracteriza o processo de consolidação do Estado nacional, que não abria mão da legitimidade do monopólio sobre o uso da força. Para reforçar a legitimidade simbólica, agrega-se, em julho de 1840, outro fator poderosíssimo: a maioridade.

Um mês após a maioridade, a engrenagem simbólica, sobrepondo-se à militar, concede, por decreto imperial de 22 de agosto de 1840, anistia ampla a todos os crimes políticos do país. Nesse momento, a maior parte das rebeliões já está debelada. Tal decreto, entretanto, foi significativo para esvaziar a Balaiada e a Cabanagem já em seus estertores. Foi também importante para anistiar os 18 condenados à morte ou às galés da Sabinada, que tiveram suas penas comutadas para degredo dentro do país. Em parte essa anistia se deve ao retorno dos liberais ao poder. Outra parte vinha de um governo já se sentia forte o suficiente para o perdão. De todo modo, é inegável que a figura de Pedro II, coroado, aumentava, e muito, os custos simbólicos da dissidência. Os rebeldes não mais levantavam armas contra o governo da regência, mas contra o próprio imperador.

Já a rebelião gaúcha é a mais complexa de todos os levantes militares do período. Foram dez anos de idas e vindas, negociação e conflito, traições de parte a parte em uma guerra fratricida que, antes de unir, dividiu o Rio Grande contra o Império. Começou em setembro de 1835,

liderada por Bento Gonçalves, um coronel monarquista contrário à separação republicana, que foi proclamada em 1836, à sua revelia, e para a qual foi eleito o primeiro presidente, apesar de estar preso no Rio de Janeiro. Tinha caído prisioneiro por motivo de traição após rendição a Bento Manoel, que prometera sua liberdade. A tentativa de fuga fracassada com a participação de Garibaldi provocou sua remoção para a Bahia, de onde fugiu espetacularmente para, enfim, aceitar a república que comandaria. Bento Manoel trocou de lado mais duas vezes até o fim do conflito. A historiografia e o balanço da Farroupilha são tão evidentes como a lealdade de Bento Manoel.

As alegações de extorsão tributária por conta dos impostos sobre o charque que faziam do produto uruguaio mais barato que o gaúcho no Império só evidenciam o que parte importante da historiografia sobre o período desconfia: a separação republicana foi mais uma comédia de erros ou uma radicalização exagerada do que o real desejo de uma elite que dependia profundamente dos mercados urbanos do Sudeste e da Corte para sobreviver. Ao longo do conflito, por exemplo, o contrabando com o Uruguai foi a alternativa de escoamento possível, porém complexa, dado o controle do litoral na maior parte da guerra pelas forças imperiais. Isso forçava o envolvimento dos farroupilhas na complexa luta entre *blancos* e *colorados* que afinal se tornou, igualmente, guerra civil aberta do outro lado da fronteira na virada para a década de 1840. Parecia ainda não ser mesmo tão convicto assim o republicanismo gaúcho. Mesmo republicanos declarados, como Manuel Luís Osório, o futuro Marquês do Herval, permaneceram o tempo todo ao lado do Império[94].

A Farroupilha foi briga de brancos e não “transbordou” para os grupos populares, como teria ocorrido com os demais levantes de segunda leva. Tratou-se de um movimento sem pretensões sociais e sem nenhum caráter revolucionário, por mais que isso seja alegado no hino gaúcho e na historiografia hagiográfica recorrente no Rio Grande. Mesmo a questão da alforria dos escravos que participaramda luta ao lado de Davi Canavarro foi resolvida com seu massacre ao final da guerra, com a provável anuência de seu comandante.

Em uma síntese das causas da farroupilha teriam que constar: as requisições constantes de cavalos e gado para as forças militares perenemente presentes no Sul; o exemplo autonomista da Cisplatina liberta; o crescente processo de limitação da autonomia dos senhores da guerra sulistas, com a ascensão de uma nova elite no Sudeste que consolidava seu poder na corte; os impostos crescentes sobre o sal, insumo essencial da indústria saladeira; e sobretudo o liberalismo para com o charque estrangeiro (para baratear a comida dos escravos da Corte). Cada uma destas coisas contribuiu para que os sulistas perceberem no Império um leviatã opressor. A instabilidade regencial serviu para que a insatisfação virasse estopim, e o estopim se transformasse em um separatismo artificial. A entrada da maçonaria no Rio Grande, em 1831, e a circulação das ideias ilustradas em sociedades secretas e pela imprensa (*O Continentino*) contribuíram para agravar o quadro e levar à sedição.

Para além da questão tarifária ou ideológica, o componente internacional parece ter sido claramente relevante na eclosão do conflito. Se, para o Império, a independência do Uruguai ao final da Guerra da Cisplatina

havia sido ruim, para o Rio Grande do Sul foi trágica. A província, indiretamente responsabilizada pela derrota, perde prestígio junto ao governo do Rio de Janeiro. O orgulho ferido de um povo que já se sentia oprimido, onde cada peão era também um soldado, tornou-se intolerável. Era a culminância do processo que transformara a capitania do Rio Grande em província do Rio Grande do Sul e que implicara em graves perdas.

José Murilo de Carvalho, em *A construção da ordem*, tratando de outras fontes e cuja problemática de pesquisa e perguntas são completamente distintas, sugere tangencialmente uma explicação muito curiosa para esse afastamento gaúcho. Embora seja apenas uma sugestão, vale a pena citar. O número de alunos gaúchos na Universidade de Coimbra – que, para esse autor, foi o dínamo de homogeneização das elites imperiais formadas em direito – era o menor entre as principais províncias/capitanias do Império, o que explicaria, em parte, a menor vinculação ideológica das elites meridionais com as elites do restante do país[95].

Para além do fardo do conflito cisplatino em si havia questões políticas envolvendo o Uruguai e os gaúchos. O novo Estado Oriental, sob o comando do presidente Rivera, havia excluído do poder Juan Antonio Lavalleja que tinha laços de amizade próximos com os dois principais comandantes militares da fronteira gaúcha, Bento Manoel Ribeiro (comandante de Alegrete) e Bento Gonçalves da Silva, de quem era compadre (no Jaguarão). Estes lhe deram refúgio no Rio Grande, demonstrando assim a porosidade da fronteira meridional brasileira e os vínculos socioeconômicos que se estabeleciam dos dois lados mesmo após a independência uruguaia. Denunciados, foram

convocados ao Rio de Janeiro em 1834 a fim de explicarem-se. Inverteram a situação e com isso conseguiram a nomeação de um gaúcho, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, para a presidência da província. Braga acabou porcontrariar os interesses dos senhores da guerra que por meio de ação militar tomara Porto Alegre, depuseram em 20 de setembro de 1835, o presidente que haviam ajudado a nomear. Era o início ao conflito.

Chamados de farroupilhas, nome pejorativo que aludia, por metonímia com os rebeldes da Corte, aos exaltados de todo o Império, os rebeldes gaúchos assumiram honrosamente o nome, emprestando uma retórica social que contribuiu para a arregimentação de adeptos em todos os setores da sociedade na luta contra "a opressão imperial". Seriam os menos farroupilhas dos farroupilhas da época, mas, por terem sido, indubitavelmente, os mais resilientes, praticamente monopolizaram a memória do nome.

Para fins do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), a questão mais relevante que os dez anos de Farroupilha suscitam é a imbricada teia de alianças e de contra-alianças feita e desfeita nas relações internacionais do subsistema platino que veremos ao final deste capítulo.

3.3 O regresso conservador

Os marcos do regresso: um problema de datação. Ação, reação, transação. Herdeiros de Justiniano na historiografia. As medidas de centralização do regresso. As engrenagens administrativa, militar e simbólica na consolidação do Estado imperial.

A herança de Diogo Antônio Feijó não pode ser vista como positiva do ponto de vista da estabilidade. Ao renunciar à regência em setembro de 1837, o padre paulista nem sequer conseguiu, entre seus próprios partidários, quem se dispusesse a assumir seu emprego. Recusas sucessivas[96] entre os membros da liderança de seu próprio partido – os liberais moderados – forçaram Feijó a nomear como seu sucessor Pedro de Araújo Lima[97]. Secundado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que no novo gabinete ocuparia as pastas do Império e da Justiça, o futuro Marquês de Olinda iniciaria o período de centralização e de consolidação do Estado que ficou conhecido como "regresso", que discutiremos agora e que podemos datar, *grosso modo*, até 1844. Este será ano da derrota militar da Farroupilha (batalha de Porongos, 14 de novembro de 1844), da Tarifa Alves Branco (12 de agosto de 1844) e ainda da queda dos conservadores, com a demissão de Honório Hermeto Carneiro Leão (31 de janeiro de 1844), o retorno ao Congresso dos *Luzias*, finalmente anistiados pela rebelião de 1842 (em 14 de março), e finalmente a dissolução da Câmara conservadora (24 de maio).

Assim, para efeitos metodológicos e de exposição do argumento, consideraremos os anos de 1837 e 1844, respectivamente, como o início e o fim do "regresso". A construção e o fortalecimento do Estado imperial brasileiro é o principal objetivo do estudo elaborado por José Murilo de Carvalho em dois livros, hoje editados conjuntamente: *A construção da ordem* e *Teatro das sombras*. É com esses estudos que, de modo geral, este capítulo vai dialogar, concordando com suas conclusões, mas enfatizando elementos diferentes.

Para Carvalho, o regresso conservador foi a fase de "acumulação primitiva de poder", expressão que ele cita, mas não explica. Esse conceito do autor ilustra de forma exata o que foi o regresso, mas merece maior refinamento teórico.

Claro está que a construção do Estado imperial brasileiro não ocorreu do dia para a noite. O trabalho do historiador e, ao longo do tempo, da historiografia é escolher marcos, datas simbólicas que, por motivos apenas parcialmente empíricos, se tornam emblemáticas de uma transição ou mudança. Benno Teschke, em seu livro, *The Myth of 1648*[98], discute longamente a ideia de marcos e o estabelecimento de datas simbólicas como um instrumento teórico muitas vezes negligenciado. Para ele, selecionar marcos, escolher recortes de tempo é um dos elementos teóricos mais relevantes para uma pesquisa.

No caso do Brasil, criou-se uma espécie de consenso historiográfico sobre os marcos da construção do Estado nacional. Essas datas foram sendo sedimentadas de modo distinto por intermédio de diversos autores que, com o passar do tempo – e das teses –, as reificaram. Basicamente essa construção do Estado é datada a partir da experiência de centralização político-burocrática ocorrida a partir do final da década de 1830 e que se chamou de regresso. O próprio nome – regresso – simbolizava a reação conservadora que pôs fim à experiência federativa descentralizadora do início dos anos regenciais. Não se quer negar, no entanto, a inescapável dinâmica processual da construção, bem como a consolidação de um Estado, qualquer Estado, que torna arbitrárias datações precisas. Reconhecemos como o fez Carvalho ao afirmar que

> o processo de enraizamento social da monarquia, de legitimação da Coroa perante as forças dominantes do país foi difícil e complexo. Embora se possa dizer que estava definido em torno de 1850, ele permaneceu tenso até o final do império (1996, pp. 229-30).

Seguramente uma das bases dessa escolha cronológica é o texto *Ação, reação e transação*, de Justiniano José da Rocha, publicado como panfleto em 1855. Justiniano era um jornalista, mais tarde político, com fortes vínculos com o partido conservador[99], instituição que nasceu justamente do regresso. Como mito fundador do partido conservador, o regresso era, para Justiniano, também o mito fundador do Estado nacional.

Nesse panfleto, a luta pela construção do Estado se desdobrou em três fases: a primeira, batizada de "ação" (1822-36), caracterizou-se pela "[...] luta dos elementos monárquico e democrático", estendeu-se por todo o Primeiro Reinado e foi sucedida do "[...] triunfo democrático incontestado", com a implementação das diversas reformas, que se tornaram parte da agenda liberal após o sete de abril de 1831. Triunfo para Justiniano é uma palavra negativa que remonta aos desfiles romanos dos generais que mandavam erigir "arcos" especialmente para essas ocasiões em que o povo de Roma humilhava, cuspia, atirava dejetos nos prisioneiros bárbaros. Triunfo é mais que a vitória, é a humilhação pós-vitória, é o exagero da democracia, designação dada aos adeptos do federalismo, que se contrapunha aos elementos monárquicos, adeptos da centralização do poder na Corte do Rio de Janeiro.

Na segunda fase, "reação" (1836-52), a pressão conservadora conseguiu, de modo dinâmico, reverter as medidas liberais alcançadas na primeira parte do período regencial, abrindo o caminho para o "domínio do princípio

monárquico”. Estariam aí lançadas as bases da centralização política, marco apropriado pela historiografia posterior a Justiniano para estabelecer, a partir de então, o início do processo de construção do Estado nacional.

Em um esforço dialético, típico do argumento conservador, Justiniano argumentaria que a síntese entre as duas fases antagônicas daria origem ao terceiro momento, o da “transação”. Caracterizado pelo advento do Gabinete da Conciliação de 1853, sob o comando de Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês do Paraná, que carregava em seu próprio nome de família um oximoro de conciliação zoonômica; improvável na natureza, mas que se realizou na política.

A realização no gabinete de 1853 da improvável conciliação entre liberais e conservadores no início da década de 1850, seria, para Justiniano, a concretização de uma nova era de vitória da ordem sem opressão e da liberdade sem triunfo. A institucionalização do poder do imperador com o Poder Moderador restaurado, o governo dos dois partidos em um único gabinete em um regime de coexistência e de cooperação mútua, tudo isso punha fim às duas décadas de desordem causadas pelo exagero ora da opressão monárquica, ora da anarquia democrática. Como diriam os romanos, e endossava Justiniano com seu nome de imperador, “a virtude está no meio”[100].

A proposta de periodização de Justiniano deixou muitos herdeiros na historiografia. José Murilo de Carvalho, por exemplo, assume explicitamente a influência justiniana. Na introdução de *Teatro das sombras*, o autor afirma que esse

> momento de acumulação primitiva de poder pode ser datado com alguma precisão: ele tem origem no regresso conservador de 1837,

> quando as incertezas e turbulências da Regência começaram a dar lugar a um esboço de sistema de dominação mais sólido, centrado na aliança entre, de um lado, o rei e a alta magistratura, e, de outro, o grande comércio e a grande propriedade, sobretudo a cafeicultura fluminense (Carvalho, 1996, p. 229).

Pouco depois, Carvalho citaria um panfleto de Justiniano, de 1843 (Antes, portanto, de *Ação, reação e transação*), nos mesmos termos:

> Sem o trono, continuava Justiniano, o Brasil se fragmentaria. A solução era então dotar o trono de apoio social. Este apoio não poderia vir do proletariado do campo, foco das revoltas que marcaram a Regência. Também não podia vir da desiludida e inquieta população urbana. A única saída era buscar o apoio no grande comércio e na grande indústria: "Dê o governo a essas duas classes toda a consideração, vincule-as por todos os modos à ordem estabelecida, identifique-as com as instituições do país, e o futuro estará em máxima parte consolidada" (Carvalho, 1996, p. 234).

Muito antes de Carvalho, o autor de um dos maiores clássicos sobre o período monárquico, Joaquim Nabuco, em *Um estadista do Império*, escrevia que a função histórica do período foi

> desprender o sentimento liberal da aspiração republicana, que em teoria é a gradação mais forte daquele sentimento, mas que na prática sul-americana o exclui (...) a grande reputação dos homens dessa quadra, Feijó, Evaristo, Vasconcelos, não é o que eles fizeram pelo liberalismo, é a resistência que opuseram à anarquia (Nabuco, 1997 v. 1, pp. 24-25).

Oliveira Lima, na mesma época, reitera esse ponto de vista "justiniânico" em *O Império Brasileiro*, pressentindo a "transação" em nome da "ordem", duas décadas antes.

Um autor mais recente, Wilson Martins, no segundo volume de sua *História da inteligência brasileira,* assim descreve o regresso, fazendo eco à síntese da "transação" de Justiniano mais de um século depois:

> O Regresso é normalmente encarado como simples movimento pendular de retorno às posições conservadoras, em razão dos excessos liberais que haviam forçado à Abdicação. Entretanto, o Regresso é também um movimento dialético que supera tanto o excessivo liberalismo quanto a excessiva antítese conservadora, para criar um regime político mais conservador do que desejariam os liberais e mais liberal do que os conservadores gostariam de admitir (Martins, 1979, pp. 225-6).

Ilmar Mattos, no entanto, enxerga de forma diferente. Para ele, a conciliação – o terceiro momento, que para Justiniano é momento de síntese – é, na verdade, o verdadeiro “triunfo” dos conservadores, do elemento monárquico pró-centralização, mascarado de acordo e de consenso. Àquela altura, os saquaremas já haviam sequestrado a identidade e a agenda liberal, transformando os liberais em uma paródia do que haviam sido nas décadas anteriores. Para Mattos a conciliação é uma vitória “saquarema”.

São anos percebidos como confusos, durante os quais se concentrou a maior quantidade de rebeliões – populares e de elite, algumas delas declaradamente separatistas – que se espalharam, como vimos, por todo o território brasileiro. Era um quadro de instabilidade que jamais teria novamente lugar em nossa história. Nunca a unidade territorial do país correu tão grande risco. O regime monárquico foi questionado até no Parlamento da Corte[101].

Foi, no entanto, nos anos finais do período regencial que se percebeu o início de duas tendências centrípetas muito claras e concomitantes: a retomada do controle do Rio de Janeiro e da Corte sobre as províncias, que seriam progressivamente enfraquecidas, política e financeiramente; e na Corte, o fortalecimento paulatino, porém sistemático, do Poder Executivo, com a retomada do Poder Moderador, em detrimento do governo parlamentar. Algumas medidas

desse período exemplificam perfeitamente essa tendência: (A) A lei interpretativa ao Ato Adicional, que esvazia as assembleias provinciais das prerrogativas que haviam sido conquistadas por elas apenas três anos antes. (B) A reforma do Código de Processo Penal, que igualmente retoma, no Ministério da Justiça, o controle decisório sobre os mecanismos judiciários provinciais, contribuindo significativamente para o estabelecimento, por parte do poder central, do monopólio dos meios de coerção; e (C) O golpe da maioridade, que permitiria a restauração plena do Poder Moderador, o retorno do Conselho de Estado que havia sido abolido pelo Ato Adicional de 1834.

A partir daí, e mesmo antes do golpe, teria curso a restauração simbólica da autoridade imperial com a supremacia da ideia monárquica, ou seja, o estabelecimento de um juiz supremo, mediador institucionalizado das forças sociais, que contribuiria para dirimir os conflitos até então resolvidos privadamente ou fora dos marcos institucionais. A regência, segundo José Murilo de Carvalho, falhara em dois pontos: na manutenção da ordem e na capacidade de arbitragem. A figura do imperador traria a legitimidade necessária no arbitramento de conflitos intraelites, o que contribuiria decisivamente para a restauração da ordem.

Não por acaso, entre 1838 e 1845, são debeladas, mediante repressão e/ou negociação, todas as rebeliões provinciais que eclodiram no período regencial, garantindo o controle efetivo – incluindo militar –, por parte do governo do Rio de Janeiro, de cada província. O fim negociado da Farroupilha, a mais perigosa e duradoura das revoltas, em fevereiro de 1845, marca o início de um estado já significativamente consolidado.

Essas medidas viram concomitantes às reformas administrativas que deram mais racionalidade e alcance à burocracia central do país, sobretudo no Ministério dos Estrangeiros, relevante em especial para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Tais reformas foram grandemente favorecidas pelo aumento substancial da capacidade extrativa do governo, expresso em 1844 pelo fim dos tratados desiguais, com a Tarifa Alves Branco, que, para Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, marcou o início da fase de “autonomia da política externa brasileira”. Essa lei contribuiria, após 1844, para financiar cada um dos demais elementos de *state-building* e expansão do alcance da política externa.

Por último, mas não menos essencial, uma maior preocupação por parte do governo com a educação do povo e com a construção de uma identidade nacional brasileira. De modo formal, isso é expresso na criação, já no início do regresso, do Colégio Pedro II. O prédio e o próprio colégio já existiam na forma do Educandário São Joaquim, mas sua refundação e rebatismo em 1837, o dotou de novos programas, novos professores e nova proposta pedagógica. A data não é uma coincidência. A começar pelo nome escolhido que reflete a intencionalidade política na “formação das almas”. Era parte de um processo de construção – intencional – da identidade nacional brasileira. O colégio é contemporâneo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde se daria a construção do romantismo indigenista na literatura.

Marco Morel, em um livreto de síntese sobre o período das regências, que nunca na história se concentrou violência tão disseminada em tão curto espaço de tempo. A hipérbole do autor bem poderia constar de discursos

políticos recentes, além de ser muito discutível se somarmos os acidentes de trânsito contemporâneos às mortes urdidas por traficantes e pela criminalidade em geral das grandes cidades brasileiras, bem como as violências no campo, nas ocupações de terra de norte a sul do país, às das grilagens da Amazônia e nas reservas indígenas. Contabilizadas grosseiramente as formas de violência do início do século XXI, superam anualmente e, em larga medida, os mortos da Cabanagem, da Farroupilha, da Balaiada e da Revolta dos Malês.

Contudo, embora ele não diga, é muito provável que, em uma leitura mais generosa, Morel se referisse àquela forma de violência patrocinada pelo Estado; a violência estatal que, para muitos, no frigir dos ovos, é a própria essência do Estado nacional[102].

É natural que, na constituição do Estado brasileiro, o exercício da violência se exacerbasse como sucedâneo próprio do estabelecimento do monopólio da autoridade legítima em face de seus competidores. O próprio Morel, crítico da visão negativa que relega à regência uma interpretação de "caos", concorda que, a partir do regresso,

> a engrenagem nacional centralizadora, modernizante e defensora da ordem social urdida por agentes históricos incorpora e homogeneíza os multifacetados rebeldes, não somente eliminando-os, mas digerindo-os e assimilando os pedaços de partidos, na busca de uma nação próspera e desigual (2003, pp. 65-6).

Caberia detalhar as engrenagens do regresso. A partir de 1837 fica patente o esforço em prol de uma centralização que inclusive seria essencial para a retomada de uma política externa mais assertiva a partir do final da década seguinte. Com base na imagem fornecida por José Murilo, podemos dividir em três tipos essas "engrenagens". Ao se

movimentar, elas garantiram a “centralização modernizante e defensora da ordem”. Em funcionamento, essas engrenagens “incorporam e homogeneízam os multifacetados rebeldes”. Seu encaixe, progressivamente lubrificado e cada vez mais justo, contribui, a partir de 1836, para que esses rebeldes sejam incorporados, assimilados ou, em alguns casos, eliminados, moídos por essas engrenagens do Estado Imperial.

A primeira engrenagem é a administrativa. Uma ampla reforma das instituições do governo, ainda que desigual, errática e cheia de contramarchas, foi implementada no Estado durante o regresso. Se o Colégio Pedro II e o IHGB podem ser tomados como exemplos de instituições a serviço de um projeto simbólico com motivações políticas, uma série de outras instituições, como o Conselho de Estado, o Exército, a Armada, o Ministério dos Estrangeiros e, certamente, os próprios poderes Legislativo e Executivo (haja vista a criação do cargo de presidente do conselho de ministros no final dos anos 1840), sofreram alterações relevantes – em alguns casos, refundações. Estavam ainda melhor lubrificadas pela injeção de fôlego fiscal. O aumento da capacidade extrativa do Estado a partir de 1844 tornou mais eficaz o encaixe dos dentes da engrenagem institucional. À medida que aumenta a robustez do Estado, torna-se mais simples triturar dissidentes internos, agora cada vez mais raros, e igualmente mais fácil enfrentar desafios internacionais de modo mais autônomo e ousado.

A segunda engrenagem é a força, essencial para o estabelecimento do “monopólio legítimo dos meios de coerção”, sem o qual não há Estado. A enorme quantidade de rebeliões ocorridas durante o período regencial tornava qualquer tentativa de governabilidade vã. Urgia reprimi-las

ou debelá-las com base em alguma forma de acordo ou convencimento. Não raro, a violência se combinou com a assimilação. A depender do tipo de inimigo a ser derrotado variará uso do lubrificante: a palavra ou o sangue. Serão assimilados ou reprimidos?

Para tanto são fortalecidos os meios jurídico-institucionais que viabilizarão este processo. Os exemplos mais firmes são a Lei Interpretativa ao Ato Adicional e, no caso específico da repressão, a reforma do Código de Processo Criminal, ambos do início dos anos 1840, que fortalecem o governo central. Menos de cinco anos depois, cada uma dessas rebeliões havia cessado de existir.

Desde 1837, vinha se discutindo na Assembleia a necessidade de reformar as medidas do avanço liberal em prol de medidas mais centralizadoras. Em 1840, virou lei o projeto de *interpretação* do Ato Adicional, uma brecha do art. 20 do próprio ato que dava à Assembleia Legislativa o direito de interpretar aqueles artigos que porventura dessem margem a dúvidas. O art. 20 era simbólico de uma época liberal em que a Assembleia ganhara poderes, sobretudo as assembleias provinciais, que tinham sido criadas no próprio Ato. A redação da interpretação redigida por Paulino José Soares de Sousa esvaziava as prerrogativas das assembleias provinciais. Cassava vários de seus poderes, entre eles o de nomear os funcionários judiciários, bem como sua responsabilidade sobre os cargos públicos criados por Lei Geral ou mantidos pelo Tesouro do Império. Transferia-se ainda praticamente todo o sistema judicial e policial para o governo central, com a criação da polícia judiciária, separada da polícia administrativa. As províncias perdiam o controle sobre um dos mais importantes meios

de violência institucional, que se tornava, de novo, monopólio do governo central.

Complemento essencial, a lei de interpretação seria a reforma do código, que previa o esvaziamento das funções do juiz de paz, último dos juízes eleitos. O ministro da Justiça passava a poder nomear e demitir todos os funcionários da justiça, dos desembargadores aos guardas, e as funções do tribunal do júri foram muito reduzidas, eliminando em boa parcela o princípio eletivo do sistema judicial. Ao contrário da Lei de Interpretação, a reforma do Código de Processo Criminal não se tornou decreto em 1840. Foi adiada por uma reviravolta política provocada certamente pelo alvoroço liberal diante dessas medidas conservadoras. Somadas a elas, a proposta de restabelecimento do Conselho de Estado provocou o medo dos liberais de que uma ditadura conservadora se institucionalizasse, excluindo-os definitivamente do poder. A última cartada liberal foi o golpe da maioridade.

O golpe da maioridade foi em grande parte estimulado pela terceira engrenagem, a engrenagem simbólica. Ao fortalecimento da imagem do imperador como síntese do Estado somou-se o processo deliberado por parte do regresso da busca pela construção de uma identidade nacional explícita em instituições como o Colégio Pedro II e o IHGB. O movimento da engrenagem simbólica pode ser sintetizado em paráfrase livre da máxima italiana pós-risorgimento, do igualmente Massimo d'Azeglio: "Para fazer o Brasil, era necessário fazer também os brasileiros." Evidentemente um "determinado tipo de brasileiro". Afinal, o projeto de construção da identidade nacional era um projeto das elites para as elites e contribuiu, em conjunto com as demais engrenagens, para evitar novas rebeliões

ancoradas em sentimentos regionais, bem como para consolidar a figura de D. Pedro II como o árbitro natural dos conflitos intraelites. Para José Murilo, os magistrados – juízes e desembargadores, herdeiros do pensamento ilustrado de Coimbra – foram os protagonistas deste momento, com destaque para Bernardo Pereira de Vasconcellos. Tanto quanto os padres haviam sido os protagonistas do liberalismo, e cuja derrota para Vasconcellos Feijó simboliza perfeitamente.

Ninguém mais que os conservadores do regresso havia contribuído para a restauração da dignidade e da autoridade do imperador adolescente. O regente Araújo Lima restaurou a cerimônia do beija-mão buscava ressaltar o caráter simbólico do imperador nas cerimônias públicas. O monarca que deveria pairar acima das facções como símbolo da nação. Daí a inteligência do movimento político liberal que propôs a antecipação inconstitucional de sua maioridade, que já vinha sendo discutida há dois anos por uma liga criada para este fim. O povo saiu às ruas apoiando e dando "vivas" ao imperador. A nação dispensava a lei, e os conservadores ficaram na constrangedora situação de invocar a Constituição e parecer inimigos da monarquia, tão exaltada por eles próprios.

Um panfleto da época dizia:

Queremos Pedro Segundo
Ainda que não tenha idade
A nação dispensa a Lei
E Viva a maioridade

Nesta breve descrição, já é possível perceber como essas engrenagens – institucional, militar e simbólicas se inter-relacionaram. Em determinados episódios, se tornam

indissociáveis. Juntas, dotaram o Estado de mais força e legitimidade e significaram, no médio prazo, a consolidação do Estado Imperial.

3.4 A política externa do período regencial

Avaliando o imobilismo. Condicionantes políticos. Condicionantes econômicos. O eixo assimétrico: imperialismo amazônico. Ameaças imperialistas na fronteira setentrional. A querela da investidura. A Farroupilha e o Prata. Saindo do imobilismo: discurso na reação parlamentar. Transformação institucional e o fim dos ministros 'relâmpagos'.

Depreende-se da leitura dos dois livros de Amado Cervo – *História das Relações Internacionais do Brasil* e *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1831)* – certa simpatia pelos esforços dos homens que levaram a cabo a política externa no período regencial. É a sensação de reconhecimento de que fazer o possível ante circunstâncias muito adversas também é louvável, ainda que as glórias e louros recaiam sobre os outros períodos. Trata-se de uma vantagem das análises estruturais. Ao retirar dos indivíduos a primazia nas causalidades e nos resultados, de um lado nega grandes glórias ou genialidades a um Paulino ou a dois Paranhos, também perdoa os muitos ministros – é até difícil contá-los – que não tiveram a sorte de servir sob estruturas internas e sistêmicas mais favoráveis, mas mesmo assim "tocaram o barco" em meio às águas turbulentas da regência, "administrando o imobilismo". O balanço que disso se extrai é que esses estadistas deixaram um legado importante, que frutificaria somente *a posteriori*. Reforça-se a ideia de que política externa, como política de Estado (e, nesse caso, era o próprio Estado que estava sendo criado), só pode ser

avaliada em longo prazo. Examinaremos parte desse legado ao final desta seção.

Amado Cervo é um autor cuja pesquisa se centrou no papel do Parlamento. Parlamento fragilizado por um regime constitucional no qual o Legislativo tinha escassas competências na área internacional. Pela Constituição de 1824, nem sequer podia ratificar tratados se não cedessem ou permutassem territórios brasileiros. É bastante natural que as fontes por ele usadas, os debates nas atas parlamentares favoreçam a interpretação positiva do período regencial. Afinal, foi justamente no período regencial que o Parlamento conquistou preeminência e viveu o ápice de sua relevância política, pois não havia imperador reinando, e os regentes estavam submetidos a lei de 1831 que cassara parte de seus poderes, dando mais prerrogativas ao próprio Parlamento. O regente devia prestar contas ao legislativo.

Mencionam Cervo e Bueno que esse controle inexistia no primeiro reinado. Iniciou-se apenas com a lei de 15 de dezembro 1830, nos estertores do Primeiro Reinado, que, pela primeira vez, obrigará os Ministérios a prestar contas à Assembleia. Sendo esta complementada pela lei de 14 de junho de 1831, que definiu a competência dos regentes, inaugura-se a prática de apresentar anualmente o Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, fonte das mais preciosas para o estudo da política externa e que foi digitalizada na íntegra pela Universidade de Chicago, que o disponibiliza para acesso virtual.

Essa lei também exigia que todos os tratados fossem submetidos à aprovação da Assembleia, exigência que vinha desde o Primeiro Reinado, quando começaram, no Parlamento, as críticas ao “sistema de tratados desiguais”.

A maioridade, reconhecem os autores, encerrou essa exigência, mas eles ressalvam que, de todo modo, “o Parlamento iria dispor do poder decisório em matéria de tratados pelo tempo necessário à destruição do sistema original” (Cervo e Bueno, 2002, p. 53).

Em uma época de rotatividade sem precedentes nos gabinetes ministeriais e com a extinção do Conselho de Estado e os ataques ao Senado vistos como bastiões “caramurus”, a política externa passaria, de fato, a ser determinada mais pelos deputados, tornando-se a “caixa de ressonância”, lócus preferencial do debate das ideias de inserção internacional brasileira; essas ideias, uma vez testadas e vitoriosas no Parlamento, seriam, após algum tempo, aplicadas pelo Executivo. Para Cervo, tal modelo subsistiria até o fim do Império.

As limitações de ordem sistêmica, no entanto, eram muito mais draconianas e conformaram o período do “imobilismo”. Elas têm sua principal origem no campo econômico. As combalidas finanças de um Estado que estava em fase de criação e de montagem institucional eram achacadas de todos os lados. Nenhum deles mais do que pelo duplo torniquete dos tratados desiguais. Se, de um lado, limitavam a arrecadação, de outro praticamente impediam superávits comerciais, devido a não reciprocidade para os produtos nacionais na Europa e na Inglaterra em particular.

Quanto ao orçamento, o máximo dos 15% conformava a patamares pífios a arrecadação de um país herdeiro de estruturas tributárias centralizadas e sem capilaridade fiscal. A regência, mesmo em seu afã federativo, nunca descentralizou a arrecadação. Assim, o Estado obtinha a

maior parte dos seus rendimentos tributando o setor externo da economia, mais simples de fiscalizar.

A balança com a Inglaterra, nas mais de duas décadas que se seguem da independência ao fim do Regresso, o Império registrou déficit comercial em todos os anos, exceto quatro. Às vezes o que se comprava era mais que o dobro do que se vendia. Esse quadro era apenas parcialmente compensado no comércio com os Estados Unidos, de muito menor monta, mas crescentemente favorável ao Brasil no período regencial. A outra forma de compensar o déficit eram os empréstimos, que chegavam a 1/3 do déficit da balança comercial. Segundo Cervo, até 1843 o Brasil recebeu 5 milhões de libras, considerando o deságio médio de 20% (mas que, em alguns casos o deságio chegou a 50%) e juros de 5%. Esse valor foi investido sobretudo no pagamento dos demais juros, no custeio de missões diplomáticas e na amortização dos déficits, mas não no setor produtivo.

As heranças malditas do Primeiro Reinado também ficaram para a regência pagar. As comissões para indenizar os súditos portugueses combinadas no tratado de reconhecimento de 1825 só se estabeleceram na década de 1830. Por causa delas, a antiga metrópole levou mais de 500 contos de réis, visto que os prejuízos dos súditos portugueses e o transporte de suas forças somavam quase três vezes mais do que os apurados para com os súditos do imperador.

Outro exemplo são as numerosas reclamações estrangeiras de indenizações em virtude do bloqueio do Prata pela armada brasileira durante a Guerra da Cisplatina. Tais reclamações, acolhidas, levaram a pagamentos descabidos ao longo de toda a regência para a Inglaterra e

outras nações (Dinamarca, Chile, Países Baixos e Suécia), até que começaram a ser negadas a partir de 1839 e passaram à alçada do Conselho de Estado quando este voltou a funcionar já no início do Segundo Reinado. Somente à Inglaterra foi pago quase 5 mil contos de réis, o equivalente à cerca de 1/8 de todas as exportações do Império. A fragilidade institucional do Brasil impedia que nos defendêssemos de ataques externos ao Tesouro do Império.

Percebe-se assim que, na relação com as grandes potências europeias, predominou a manutenção de uma submissão indesejável, criticada diretamente pelo Parlamento, que via como nefasto o sistema de tratados desiguais. Se, em alguns momentos, houve encontro de posições entre o Império e a Álbion, como no caso da Lei Feijó de 1831, isso não tinha por objetivo principal agradar os ingleses, mas implementar internamente medidas de cunho liberal que nem no Brasil eram consensuais.

No caso da Lei Feijó em particular, já se prenunciavam as soluções soberanas de 1850, dado que muitas das prerrogativas da lei eram ainda mais duras que o convênio firmado com Londres que abolira a escravidão após 1830. Por exemplo, criminalizava a aquisição de escravos ilegalmente, implicando potencialmente o grupo mais poderoso e influente do país: os senhores de escravos. Não é de se surpreender que a lei se tornaria letra morta com o regresso. Os princípios não estavam mais acima do pragmatismo político. Ainda assim, funcionou inicialmente e nem sempre foi “lei pra inglês ver”.

Outra afronta notória era o imperialismo europeu no territorial amazônico.

Na França, o regime de Luís Felipe, chegado ao poder em 1830, adotou uma postura expansionista na Amazônia e fortificou o lago Amapá, ignorando os protestos que se seguiram da chancelaria do Império em Paris. Aproveitou-se do quadro instável que se vivia com a Cabanagem, usando como desculpa a proteção de seus nacionais contra a guerra paraense. De modo oportunista tentava fazer valer a posição de força contra a letra do Tratado de Utrecht e da Convenção de Viena, que havia devolvido a Guiana Francesa depois de oito anos de ocupação portuguesa no período joanino. O governo da regência habilmente vai recorrer a Londres, buscando cavar alguma autonomia na rivalidade imperialista entre as potências, visto que não interessava aos ingleses o imperialismo de Paris na zona amazônica próximo às possessões britânicas da Guiana Inglesa. Funcionou, e a solicitação inglesa, junto à demonstração de força da corveta *Race* na região, forçou o recuo do governo francês, que desocupou o território, declarado a partir de então zona neutra. A resolução definitiva do litígio, como sabemos, só viria com o Barão em 1900.

Também os ingleses abusavam de nosso momento de fragilidade. Synesio Sampaio nos ensina que, nessa mesma época, o explorador alemão naturalizado inglês Robert Hermann Schomburgk fez duas expedições à Guiana Inglesa (1835; 1837-8), base do livro que escreveria em 1840, *Description of British Guiana*, em que descreve territórios que eram desconhecidos por ingleses e holandeses que ocupavam o litoral norte havia séculos. A primeira viagem foi patrocinada pela Royal Geographical Society, mas a segunda o descobridor da vitória-régia o fez a serviço da Coroa britânica. Depois, passou a defender uma *Schomburgk Line* que incorporaria à Guiana Inglesa

territórios até a Serra do Acari, muito mais ao sul que as fronteiras até então desguarnecidas do Pirara e reduzidas do Forte de São Joaquim em virtude da Cabanagem.

O oportunismo do alemão era açucarado com cobertura humanitária. Esse explorador conseguiria o apoio da opinião pública inglesa na defesa dos índios escravizados pelos paraenses, bem como o envio de missionários anglicanos ao Pirara. O contexto de combate ao tráfico negreiro, que se agravaria nos anos seguintes, não favorecia a imagem de um Brasil escravista em face de um público crescentemente hostil à escravidão e cada vez mais sensível aos argumentos humanitários de líderes abolicionistas, como Wilberforce, ou dos grupos religiosos organizados, como os Quakers. Estava dado mais um conflito de fronteira, que igualmente só se resolveria, desfavoravelmente ao Brasil, cerca de seis décadas depois. O “imobilismo” regencial deixaria hipotecas de longo prazo para serem resgatadas com prejuízo.

Ainda nas relações com a Europa, convém lembrar as querelas com a Santa Sé, motivadas, em parte, pela conhecida intransigência do Regente Feijó, mas que são sintomas interessantes da presença não desprezível de um regalismo jansenista em defesa do padroado no Brasil. Os liberais mais radicais já haviam pleiteado pela nacionalização absoluta da Igreja do Brasil quando dos debates constituintes em 1823. Entre outros pontos, propuseram a abolição do noviciado (que encerraria, em longo prazo, a atuação das ordens religiosas no Brasil), a abolição do foro privilegiado para os padres (o que se efetivou com o Código de Processo de 1832) e a exclusão definitiva da autoridade *estrangeira* de Roma. O sentimento

nativista era generalizado logo após a independência, frutificou apenas parcialmente.

É interessante notar que essas defesas contra Roma eram, não raro, levantadas por padres, demonstrando o impacto das ideias da ilustração sobre esse estrato social. Cabe aí lembrar o papel de instituições como o Seminário de Olinda, organizado de acordo com as diretrizes ilustradas de um conservador, Azeredo Coutinho, que radicalizaram o iluminismo de seu fundador e contribuíram para mais de uma sedição pernambucana no início do século XIX. Raras também eram as sociedades secretas ou ilustradas que não contavam com a presença de um ou mais padres. Muitos padres defendiam abertamente o fim celibato, e Antônio Maria de Moura o fez por escrito, tendo obtido a concordância de Feijó. Feijó, bastardo e celibatário, considerava-o o fim do celibato clerical necessário para legalizar a paternidade de filhos bastardos dos padres. Seria simplesmente legalizar o que já era prática corrente. Naturalmente haverá grande objeção da Santa Sé com a nomeação de Moura como bispo do Rio de Janeiro, como insistiu Feijó[103]. O Regente alegou intervenção estrangeira indevida contra a honra nacional e resgatou os debates sobre autonomia do clero brasileiro que vinham de 1823. Feijó quase rompe definitivamente com Roma. Por pouco não transformou a da vacância da diocese carioca em pretexto para que se tornar um novo Tudor. A controvérsia só seria sanada, já no Segundo Reinado, com a desistência, algo estimulada pelo Regresso, do padre Moura, que favoreceu a normalização das relações com a Santa Sé.

No plano do eixo simétrico, percebe-se o enfraquecimento da posição brasileira no Prata. Era difícil exercer influência tendo sido limitado o alcance militar das

forças armadas em um quadro de enfraquecimento institucional. Os crescentes custos políticos, sociais e financeiros para aplacar as rebeliões agravavam o quadro. Com a separação da mais militarizada das províncias, estância da cavalaria brasileira e foco de formidável de resistência, complicara-se ainda mais o quadro. É impossível entender a política externa do Império no Prata sem entender as relações internacionais complexas no Prata na época da Farroupilha. Se, após a Guerra da Cisplatina, as tropas brasileiras perdem o acesso ao Prata, com a Farroupilha sete anos depois o problema muda de latitude e se aproxima da Corte que passa a ter que manter tropas em Santa Catarina e no litoral do Rio Grande do Sul.

Guardar na memória todas as facções que se sucedem e se rearranjam na política platina em qualquer tempo é um pesadelo para o candidato e pode provocar dias de dor de cabeça aos mais insistentes. Feita a ressalva, tentemos um resumo, necessário, para essa conjuntura complexa no período regencial.

Os dois gigantes herdeiros das disputas dos impérios coloniais ibéricos eram a Confederação Argentina e o Império do Brasil. Se, para o Império, sob a regência a situação não era boa, dada a instabilidade generalizada, a maré era ascendente para a Confederação no Prata, cujo líder, Juan Manuel Rosas, conseguira se consolidar em Buenos Aires com o apoio de caudilhos importantes nas províncias. Delegaram a ele a exclusividade na condução da política externa da Confederação. No Uruguai, Rosas contava com o apoio de Manuel Oribe, segundo presidente uruguaio que havia desentendido com seu antecessor e antigo protetor, Fructuoso Rivera. Inspirado nos ideais federativos de Rosas e chefe do Partido Federal argentino,

Oribe, apoiado por Lavalleja, tinha criado o Partido Nacional uruguaio, e a retórica federalista de todos eles os manteve próximos aos farroupilhas até 1838. O que os diferenciava era apenas a cor. Vermelho para os *federales* argentinos, vermelho para os farroupilhas (que mantinham também o verde/amarelo da bandeira imperial, mas, como era impossível encontrar e produzir tantas cores na época, o vermelho se generalizou) e branco para o Partido Nacional de Oribe, que até hoje são chamados de *blancos*. Os colorados uruguaios de Rivera eram aliados naturais dos unitários argentinos que usavam o azul. Fructuoso Rivera tentou usar o azul, mas não havia corantes azuis duradouros, e ele acabou ficando com o vermelho mesmo.

É forçoso confessar que se trata de um herói o leitor que ainda não se perdeu. Até a aquarela era contraditória, a depender do lugar. Isso sem contar as rosas e frutos que, juntos ou separados, faziam uma salada muito pouco primaveril nas fronteiras meridionais do Brasil. Enquanto o leitor mais tenaz relê o parágrafo acima, recuperemos o fôlego para continuar a história. Ao final de 1838 e início de 1839, o que era uma disputa política com rusgas e escaramuças militares se tornou uma guerra civil aberta no Uruguai, e as sucessivas reviravoltas de posição de Bento Manoel, muito próximo a Rivera, levou a uma crescente rearticulação, liderada por Fructuoso, para conquistar o apoio dos fracos e oprimidos contra os grandes e fortes. Os farrapos então mudaram de posição.

Os impasses nas tratativas com Rosas culminaram com o Tratado de Cangue, em agosto de 1838, assinado com Rivera. Os farroupilhas esperavam, com essa “aliança ofensiva e defensiva”, obter um porto exclusivo no litoral uruguaio para o escoamento de sua produção, o que nunca

ocorreu. Rivera tinha, como Rosas, objetivos grandiosos. Este queria recriar o vice-reino do Prata, incluindo Uruguai, Paraguai e Bolívia sob a hegemonia de Buenos Aires. Aquele, menos ambicioso, queria criar uma confederação contra-hegemônica de Estados do “litoral” para resistir à ameaça de Buenos Aires e do Império. O projeto quase deu certo com a inclusão de Corrientes, província antirrosista que se aliou ao Uruguai e fechou a triangulação em janeiro de 1842. Pelo tratado de Corrientes, aproximam-se os correntinos da República Farroupilha. Tratava-se de uma aliança comercial e militar que prenunciava o encontro multilateral sob a liderança de Rivera em Paysandu, ocorrido em outubro de 1842. Bento Gonçalves, presente em Paysandu, achou melhor não assinar formalmente o convênio de aliança geral contra Rosas, o que não evitou que o representante brasileiro em Montevidéu e o representante argentino no Rio de Janeiro disparassem o alarme de incêndio, motivador principal da aliança que a Confederação Argentina entabularia com o Império do Brasil no Rio de Janeiro, em 1843. Era Rosas tentando reagir a essa Bandung platina.

Não foi necessário. Rosas e Oribe conseguiram enfraquecer e isolar tanto Rivera quanto o general Paz, caudilho correntino, redimensionando os sonhos do presidente uruguaio que não mais frutificariam. Por quase uma década Montevidéu ficou sitiada, como uma Troia americana – metáfora de Alexandre Dumas. De um lado o governo de Defensa dos colorados de Rivera, sustentado basicamente por batalhões estrangeiros (2/3 da população da cidade) e pelas esquadras francesa e inglesa inimigas de Rosas, e, do outro, o governo do *Cerrito*, dos *blancos* de Oribe, com o apoio militar expressivo dos *federales* de Rosas. No entanto, nem as nacionalidades eram

determinantes: o comandante da esquadra da Confederação Argentina era um inglês, almirante Brown, e a figura de mais destaque entre as forças de corso da Defensa, Giuseppe Garibaldi, futuro herói da unificação italiana que havia tentado tirar Bento Gonçalves da cadeia em 1837, além de se envolver com uma gaúcha casada, Anita, que ele raptara.

Outro complicador presente, evidenciado nos trabalhos de Keila Grinberg sobre a lei de 1831 e de Guazzelli sobre as fronteiras nesse período, é a questão da escravidão. O Império temia mais que tudo medidas que ameaçassem a manutenção do regime escravista. A Argentina já havia abolido a escravidão em 1815, durante a luta de San Martin pela independência. Nem os uruguaios nem os farrapos foram muito longe com o abolicionismo, que era defendido por uma minoria na república rio-grandense. Com o regresso, o tema da escravidão (e o temor do haitianismo) se tornou parte essencial do debate político e arma retórica contra os liberais pelo partido da ordem. A possibilidade real de uma vitória de Caxias contra os farroupilhas fez que o Conselho de Estado fosse consultado sobre a possibilidade de confirmar a alforria dos escravos que lutaram ao lado dos insurretos como meio de viabilizar um fim negociado para a rebelião. Os conselheiros foram unanimemente contrários à abertura de um precedente que premiasse com a liberdade os crimes de fuga e insurreição.

Já Rivera não tinha os mesmos pudores. Em situação desesperada, aboliu a escravidão no Uruguai em 1843, buscando atrair antigos escravos brasileiros para sua tropa de infantaria. Esse ponto merece ser enfatizado. Foi justamente um dos motivos que favoreceu o entendimento entre os farrapos e o Império. A situação se tornou ainda

mais urgente quando Rosas voltou atrás no acordo proposto ao Império em 1843 e se negou a ratificá-lo. Rosas acreditava que a guerra já estava ganha para Oribe e que o Império não era mais necessário na luta contra Rivera. Para o império restava claro que Rosas não era confiável e, para combatê-lo, era necessário pacificar o sul.

Rosas se enganou quanto a proximidade do desfecho na guerra civil uruguaia. Oribe não era nenhum Ulisses e a Troia americana ainda resistiria muitos anos. Os líderes militares, nossos vizinhos, estavam muito mais para Ajax e Agamenon que para Odisseu. Seriam necessários na década seguinte um Visconde – nascido em Paris – e um Paranhos baiano para abrir as portas da Troia platina combinando a força com a diplomacia, o nosso cavalo de madeira. Dez anos antes, no entanto, cabia ao Império defender-se.

O desgaste com Guerra encaminhava a situação militar para a conciliação. Os farroupilhas eram constantemente fustigados por Caxias, que aceitava dar passagem aos líderes que quisessem negociar com o Rio de Janeiro, mas se recusava a dar trégua aos rebeldes que, inferiorizados numericamente, evitavam um combate aberto e definitivo. Bento Manoel mais uma vez aderira ao Império após a maioridade. Ao mesmo tempo, o governo imperial fazia vista grossa ao uso feito pelos farroupilhas dos portos litorâneos ao final do conflito, impedidos que estavam de fazer comércio do charque por Montevidéu, sob cerco. Começaram então a abastecer com gado a pé os centros urbanos controlados pelo Império (Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande), em um “contrabando tolerado” que prenunciava o fim do conflito. Todos esses entendimentos demonstram que o tratamento dado aos farroupilhas era muito distinto

daquele dado aos cabanos e aos balaios. Eram entendimentos entre iguais.

É curioso notar que, nas negociações com Caxias, Bento Gonçalves sugeriu o modelo federativo para a organização das províncias do Império do Brasil, garantindo que conseguiria a adesão a esse modelo de Corrientes, Entre Rios e do Uruguai, incorporados ao Império. Caxias não aceitou. Tratava-se provavelmente de uma quimera, mas que de todo modo retornaria ao debate político brasileiro a partir da década de 1860, sendo elemento fundamental do republicanismo paulista dos anos 1870.

É razoavelmente consensual na historiografia que a preocupação com a sorte dos escravos teve desfecho funesto. Presente no acordo de paz, foi apenas uma concessão vazia para acelerar a paz, sem muitos efeitos práticos. Era um enorme problema para o Império, decidir o que fazer com os escravos que lutaram ao lado dos farrapos. A resolução foi pragmática e sangrenta. Em um dos últimos enfrentamentos das tropas do general Canabarro com as forças imperiais, a batalha de Porongos, centenas de lanceiros negros foram exterminados. Canabarro negou até o fim da vida ter facilitado a vitória das forças imperiais, mas é inegável que, depois disso, quando já era óbvia a rendição dos farrapos, ficou muito mais fácil a inclusão da cláusula de libertação dos negros no Acordo de Poncho Verde. Os poucos ex-escravos sobreviventes emigraram para o Uruguai, muitos outros foram reescravizados.

A Farroupilha ou, melhor dizendo, o seu fim contribuiu decisivamente para uma virada na ação internacional do Brasil, que promoveria em poucos anos o retorno do

intervencionismo platino já então debatido abertamente no Parlamento nacional.

Nos anos que se seguiriam, os senhores da guerra, como Chico Preto, o Barão do Jaraí, figura importantíssima na luta contra os farrapos ao lado de Caxias, assumiram privadamente o justiçamento militar dos *blancos*, que faziam constantes razias, as chamadas "califórnias", em território gaúcho. A reação se dava na mesma moeda e contava com o amplo apoio das elites meridionais brasileiras. Tropas gaúchas atravessavam a fronteira em busca de vingança, gado roubado e de escravos fugidos que haviam se unido aos *blancos*. O Império que recebia as reclamações da Confederação Argentina nada podia fazer. Não iria mais se indispor com a mais militarizada de suas províncias. Não é exagerado dizer que, nos anos que se seguiram à Farroupilha, foi a elite gaúcha quem definiu o "interesse nacional" platino.

Em 1851, rio-grandenses contribuíram decisivamente para transformar em intervenção militar brasileira o que já era feito com frequência privadamente. Um terço das tropas do Império e toda a cavalaria estavam sediadas no Rio Grande do Sul. As medidas consubstanciadas no tratado de 1851 entre o Brasil e o Uruguai foram amplamente favoráveis aos gaúchos em todos os sentidos, e recolocaram os colorados no poder. O Uruguai voltava a estar sob clara hegemonia do Império, como nunca mais estivera desde sua independência.

Mas qual foi o legado geral da regência?

Amado Cervo aponta uma reação discursiva no Parlamento que, já ao final do período regencial, começa a render frutos. O trauma antitratados fará que

progressivamente diversos tratados comerciais sejam recusados ou não ratificados. Essa postura quanto a tratados comerciais permanecerá até a proclamação da República.

Esse autor identifica ainda no Parlamento, após a maioridade, um crescente debate sobre a modernização nacional, cuja facção, que ele chamou de “industrialista”, herdeira direta dos antitratados. Aos poucos o parlamento faria prevalecer seu ponto de vista, e a Lei Alves Branco de 1844 coroa esta vitória. Em razão do uso das fontes parlamentares e dos relatórios anuais do Ministério dos Negócios Estrangeiros (instituídos por lei em 1831), Cervo se esquece de destacar outros pontos que parecem relevantes. Um exame mais detido o orçamento do Ministério e da rotatividade dos ministros revela alguns dados inequívocos.

Três ministérios evidenciam melhor que os demais o potencial para o exercício da ação estrangeira do Império. Negócios Estrangeiros, Guerra e Marinha. Percebe-se, na simples contagem do número de titulares dos cargos, uma maior regularidade a partir do “regresso”. Embora não se verifique nenhum fenômeno como o do Barão do Rio Branco – que praticamente personificou a pasta dos Estrangeiros por cerca de uma década no início da República –, fica claro que a tendência à permanência no cargo por mais que alguns poucos meses deixou de ser uma exceção após a maioridade[104].

O número de ministros por período é um importante indicativo da possibilidade de mais ou menos regularidade e estabilidade do exercício da política externa, como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela 1

Período	Duração	Ministros da Guerra	Ministros da Marinha	Ministros dos Estrangeiros
Primeiro Reinado	**8 anos e 10 meses**	**14**	**11**	**14**
Da independência em 1822 a abril de 1831		(1 interino)	(5 interinos)	(2 interinos)
Avanço liberal	**6 anos e meio**	**11**	**12**	**11**
De abril de 1831 a setembro de 1837		(1 interino)	(6 interinos)	(5 interinos)
Regresso conservador	**6 anos e 4 meses**	**8**	**11**	**6**
De setembro de 1837 a fevereiro de 1844		(2 interinos)	(3 interinos)	
Consolidação do Estado imperial	**9 anos e 8 meses**	**6**	**9**	**8**
De fevereiro de 1844 a setembro de 1853			(2 interinos)	

Percebe-se, analisando a Tabela 1, que, a partir do regresso, a rotatividade, embora ainda alta, vai se amenizando, com a visível diminuição do número de ministros ao longo do tempo.

Descontados os interinos – uma vez que a própria interinidade já indica uma transitoriedade intencional no cargo, embora haja algumas poucas exceções excepcionais[105] –, pode-se perceber uma média crescente no tempo de permanência no cargo (ver Tabela 2), à medida que o Estado vai se organizando melhor e as convulsões políticas causadoras da instabilidade vão sendo mitigadas, o que ocorre a partir do regresso de 1837.

Descontar o número de interinos para fazer o cálculo do tempo médio de permanência no cargo de ministros não deve obscurecer o fato de que a própria recorrência de ocupantes interinos no cargo de Ministro de Estado é fator de instabilidade e volatilidade política. Percebe-se que, do

total de 121 ministros nas três pastas, 27 (ou seja, 22% do total) foram nomeados interinamente, isto, é de modo provisório. Desses, 20 assumiram nos dois primeiros períodos. No período de maior instabilidade, que foi o período inicial das regências (1831-37), 12 ministros interinos foram nomeados, o que é quase metade do total.

Tabela 2

Período	Duração	Tempo médio de permanência* no cargo dos:		
		Ministros da Guerra	Ministros da Marinha	Ministros dos Estrangeiros
Primeiro Reinado Da independência em 1822 a abril de 1831	**8 anos e 10 meses**	**8,1 meses**	**16,8 meses**	**8,4 meses**
Avanço liberal De abril de 1831 a setembro de 1837	**6 anos e meio**	**7,8 meses**	**13 meses**	**12,6 meses**
Regresso conservador De setembro de 1837 a fevereiro de 1844	**6 anos e 4 meses**	**12,6 meses**	**9,5 meses**	**12,6 meses**
Consolidação do Estado imperial De fevereiro de 1844 a setembro de 1853	**9 anos e 8 meses**	**19,3 meses**	**16,6 meses**	**14,5 meses**

* Descontados os ministros interinos.

Já nos dois períodos finais, apenas sete ministros interinos foram nomeados, o que nos permite supor maior estabilidade nessas pastas, sobretudo no Ministério dos Estrangeiros, no qual não foi nomeado nenhum ministro interino após 1837.

A maior estabilidade também pode ser caracterizada pela contagem de tempo médio dos ocupantes das pastas, que aumenta muito significativamente após a maioridade. No último período delimitado, a permanência no cargo de ministro da Guerra é mais do que o dobro, quase o triplo do tempo dos antecessores, que tiveram a má sorte de serem

nomeados por D. Pedro I ou pelos primeiros regentes. No caso da Armada, o período de consolidação (1844-53) aparece com permanência semelhante ao do Primeiro Reinado (quase 17 meses), mas, ainda assim, muito superior ao do período do avanço liberal (13 meses). Nesse caso específico, a exclusão dos ministros interinos (metade dos ocupantes da pasta da Marinha nos dois primeiros períodos foi nomeada interinamente) distorceu os números, dando uma falsa impressão de instabilidade ao dobrar praticamente o tempo de permanência médio nesses momentos iniciais.

Caso semelhante é o Ministério dos Estrangeiros, que é o que nos interessa mais detidamente. Mesmo descontados os dois interinos do Primeiro Reinado e os cinco do avanço liberal, a permanência dos chanceleres no cargo aumentou significativamente, quase dobrando na segunda década após a abdicação.

Sem descontar os interinos, essa estabilização fica bem mais explícita, e os números se tornam quase lineares, no crescimento, como expresso na Tabela 3. É curioso notar que, nesse sentido, a própria expressão “regresso”, como tentativa de retorno à centralização expressa pela Constituição de 1824, denota certa mitificação da estabilidade do Primeiro Reinado, que não tem nenhuma base real se analisada a rotatividade nesses ministérios. Com base nesses dados, o “regresso” foi mais longe que sua inspiração e, em vez de regressar, avançou significativamente no estabelecimento da “ordem” estável que almejava.

Tabela 3

<table>
<tr><th colspan="2">Período</th><th>Duração</th><th colspan="3">Tempo médio de permanência* no cargo dos:</th></tr>
<tr><th colspan="3"></th><th>Ministros da Guerra</th><th>Ministros da Marinha</th><th>Ministros dos Estrangeiro</th></tr>
<tr><td>Primeiro Reinado</td><td>Da independência em 1822 a abril de 1831</td><td>8 anos e 10 meses</td><td>7,5 meses</td><td>9,1 meses</td><td>7,2 meses</td></tr>
<tr><td>Avanço liberal</td><td>De abril de 1831 a setembro de 1837</td><td>6 anos e meio</td><td>7 meses</td><td>6,5 meses</td><td>6,9 meses</td></tr>
<tr><td>Regresso conservador</td><td>De setembro de 1837 a fevereiro de 1844</td><td>6 anos e 4 meses</td><td>9,5 meses</td><td>6,9 meses</td><td>12,6 meses</td></tr>
<tr><td>Consolidação do Estado imperial</td><td>De fevereiro de 1844 a setembro de 1853</td><td>9 anos e 8 meses</td><td>19,3 meses</td><td>12,8 meses</td><td>14,5 meses</td></tr>
</table>

* Sem descontar os interinos.

Esses cálculos não consideram que não poucas personalidades ocuparam o mesmo cargo mais de uma vez. Se cruzarmos os três ministérios, o número de ministros repetidos chega a 15%. No Ministério da Marinha, o Visconde de Tramandaí ocupou duas vezes a pasta durante o avanço liberal (por dois meses em 1832 e por seis meses em 1834). No período seguinte, o Visconde de Paranaguá foi igualmente titular da pasta da Armada duas vezes (por um ano e cinco meses entre 1841 e 1842 e por mais cinco meses do final de 1842 até janeiro de 1843). O Visconde de Albuquerque, Holanda Cavalcanti, ocupou essa pasta em 1840 (por oito meses) e, depois, por muito mais tempo, de 1844 a 1847. Ainda na Armada, o Visconde de Itaboraí, Joaquim José Rodrigues Torres, um dos mais destacados líderes saquaremas, ocupou a pasta nada menos que seis vezes, duas durante o avanço liberal (em um total de dois anos e seis meses) e quatro durante o regresso (totalizando dois anos e nove meses).

Essas observações não são meras curiosidades de almanaque. Lembrar tais exemplos tem o intuito de fortalecer o argumento de uma estabilidade que escapava à variável personalista. Não foram novos talentos que surgiram e, por isso, por mais tempo lograram permanecer ministros. Eram os mesmos homens, em estruturas institucionais mais robustas, mais capazes de enfrentar a entropia que ameaçou a própria existência do Estado brasileiro nos anos iniciais da regência. Essa estrutura institucional se alimentava da estabilização política do país, ao mesmo tempo que contribuía decisivamente para mantê-la e fortalecê-la mediante a centralização do poder e a racionalização do aparato estatal, em uma retroalimentação dinâmica. A estabilidade permitia o fortalecimento das instituições, enquanto instituições cada vez mais fortes contribuíam para uma maior estabilidade.

No caso do Ministério das Relações Exteriores, a variável personalista cai por terra com apenas três exemplos. O importantíssimo Visconde do Uruguai, considerado por boa parte da historiografia um chanceler demiurgo das novas diretrizes da Política Externa Brasileira no início dos anos 1850, já havia ocupado a pasta, em 1843, por oito meses. Seis anos depois, em um Estado imperial completamente consolidado, debelada a última das rebeliões liberais – a Praieira –, o mesmo Paulino José Soares de Sousa ficaria 48 meses no cargo de chanceler, seis vezes mais que da primeira vez. O Marquês de Olinda, antigo regente, que foi interino da pasta por um mês e meio em 1832, ficou um ano no cargo, entre 1848 e 1849. Já o futuro Visconde de Sepetiba, Aureliano Coutinho, interino por três semanas (de 21/12/1834 a 16/1/1835), governaria a política externa do Brasil por dois anos e meio, entre 1840 e 1843, no gabinete da maioridade, sendo o grande reformador do Ministério.

Sobre as reformas do Ministério, tema sobre o qual Cervo e Bueno passam acelerada e displicentemente, convém igualmente dizer algumas palavras. Era consensual que houvesse a necessidade de uma reforma e isso aparece nas fontes ao longo de todo o período regencial, mas a única coisa que havia de consensual era a necessidade da reformar. A vontade/capacidade política para fazê-lo não apareceria antes da maioridade.

A necessidade de reformar as instituições e dotá-las de mais racionalidade administrativa só é percebida claramente no Segundo Reinado, se analisarmos comparativamente os principais decretos e atos legislativos da área do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No Primeiro Reinado e na regência, com exceção das medidas referidas por Cervo e Bueno – necessidade de apreciação dos tratados na Assembleia de 1831 (que, aliás, era uma lei geral sobre as atribuições do regente) e os dois estatutos que regulavam as legações e os consulados, aprovados em decreto de 1834 –, praticamente todos os demais decretos tinham relação com o exercício da política externa propriamente dita. Quase não foram tomadas medidas administrativas.

Na lista elaborada pelo embaixador Álvaro Soares em *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros*, são citados cinco decretos e oito cartas de lei que ele considerou relevantes no período de 1823 a 1841. Entre esses, apenas o decreto de 13 de novembro de 1823 era de fundo administrativo, desmembrando a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Secretaria de Estado do Império, dando, nesse sentindo, existência própria à burocracia externa do país. Nessa obra, aliás, ao elencar

esses principais decretos e leis, nem sequer menciona os estatutos de 1834[106].

No período que vai de 1842 a 1851, entretanto, praticamente todos os decretos e leis citados por essa obra de referência são de ordem administrativa. Com exceção da carta de ratificação de dezembro de 1823[107], a atividade legal oriunda do Ministério regulava, basicamente, o próprio Ministério. Parecia que, antes do momento de expansão externa característico do início dos anos 1850, o Ministério primeiro se voltou para dentro para arrumar “a casa”.

Nesse quadro, destaca-se o decreto 135 de 26 de fevereiro de 1835, do ministro Aureliano Coutinho, que conseguiu autorização legislativa para reformar a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e, efetivamente assim o fez com o “Regulamento para Reformar a Secretaria dos Negócios Estrangeiros”. A importância desse regulamento não pode ser negligenciada. Trata-se do primeiro, embora não o único, que estabelece claras atribuições aos funcionários, regras, determinações, horários, salários e procedimentos. Nos anos que se seguiram, o texto foi modificado por um decreto de abril de 1844 pelo ministro do gabinete liberal e, mais tarde, complementado pelo Marquês de Olinda, que, ministro em janeiro de 1849, modificou a tabela de emolumentos. Essas medidas, somadas à lei de agosto de 1851, na qual o Visconde do Uruguai buscou organizar o corpo diplomático brasileiro, mostravam o ímpeto modernizador que contagiara os chanceleres brasileiros na década que se seguiu à maioridade.

A última lei, aliás, se somada ao decreto 520 de junho de 1847, relativiza completamente a importância dos dois estatutos mencionados por Cervo e Bueno de 1834. Nesse

decreto, Saturnino Coutinho, irmão de Aureliano e, naquele ano, ministro dos Negócios Estrangeiros, mandou executar o novo regulamento do corpo consular brasileiro. Passados treze anos e dezenove ministros, as providências consulares mencionadas pelos autores de *História da política exterior do Brasil* pareciam finalmente acontecer.

Não deixa de ser verdade que o regulamento foi longamente debatido no Ministério e no Parlamento nos anos finais da regência, antes de ser finalmente implementado pelo futuro Visconde de Sepetiba, que, desde 1834, já defendia a necessidade de reforma do Ministério sugerindo a formação de uma comissão de diplomatas e de deputados nos seguintes termos:

> Sendo de absoluta necessidade dar uma nova organização às diferentes secretarias de Estado, as quais se achando ainda hoje no mesmo pé em que foram montadas no tempo da monarquia pura não podem prestar com a precisa regularidade o serviço, que de tais repartições se exige dos governos representativos: a regência, em nome do imperador, há por bem criar uma comissão composta não só dos oficiais-maiores das sobreditas secretarias de Estado, mas também dos das câmaras legislativas, cujas luzes e experiências adquiridas naquelas repartições, às quais anteriormente pertenceram, muito convém aproveitar, para que proceda com urgência à formação de um projeto de regimento que regule os seus trabalhos de maneira mais vantajosa ao serviço público, e com relação a eles o número, graduação e mais vantagens dos empregados[108].

É interessante perceber como o ministro interino de 1834 argumenta politicamente a necessidade da reforma ao diferenciar as necessidades administrativas distintas da monarquia pura e do "governo representativo", apelando para os sentimentos liberais, tão acirrados então, de seus colegas deputados. Apesar da urgência, entretanto, tal reforma só se verificaria seis anos depois, após o fim da regência. O fato de essa reforma ser implementada justo

com a volta de Aureliano à chancelaria denota a força da conjuntura sobre as ideias. A vontade reformista é a mesma; as conjunturas, muito diversas.

Na década de 1830, a comissão proposta por Aureliano se reuniu, mas seus resultados foram parcos. A sucessão de ministros – onze, de 1834 até a maioridade – certamente contribuiu para a dificuldade de se estabelecer uma autoridade minimamente perene para que se implementasse uma reforma ampla, que todos julgavam necessária.

Maciel Monteiro, ministro em 1838, ainda chegou a esboçar um projeto de reforma que aparece em seu Relatório anual à Assembleia, e que previa basicamente três pontos. O primeiro era a necessidade de estabelecimento de condições mínimas para a admissão dos funcionários – o relatório menciona "habilitações literárias e aptidão experimental à natureza do serviço" –, que permitisse ao ministro delegar funções e diretrizes a seus subordinados na própria Corte, como fazia com os chefes de legações no exterior. Esse ponto parece sugerir que havia uma excessiva centralização do Ministério na figura do ministro em virtude de um funcionalismo reduzido (19 pessoas em 1836, 23 em 1840, incluindo correios e estafeta), desorganizado e, possivelmente, inepto, de apaniguados políticos sem as "aptidões literárias" necessárias ao bom desempenho do serviço. Essa excessiva centralização em um Ministério multicéfalo, que trocava de ministro em média a cada seis meses, certamente favoreceu a entropia na qual entraram as relações exteriores do país no período[109].

O segundo ponto, igualmente essencial para o exercício de uma boa política externa, era a necessidade da criação

de um arquivo

> onde se depositem os necessários documentos, peças oficiais, e mais elementos, que sirvam a constituir uma série de fatos tão necessários à história geral de nosso país, como mesmo a história diplomática, sendo igualmente necessário que se crie uma biblioteca especial, onde se encontrem todas as produções que o desenvolvimento do espírito humano houver de dar luz no que respeita à marcha dos governos, e as modificações que porventura se tenham de realizar nas relações das diversas associações[110].

Fica difícil imaginar como seria possível lidar com dezenas de países, os Estados Unidos e demais repúblicas na América, impérios, reinos, ducados e principados na Europa, a Santa Sé, a Sublime Porta Otomana, sem um arquivo. Custa crer que não existisse um, ainda que informalmente. A atividade diplomática é simplesmente inexequível se não se toma nota de cada ato feito no passado para que ele seja modificado ou simplesmente cumprido no presente e no futuro. Não é possível que, até o início dos anos 1840, os efêmeros ministros contassem simplesmente com a memória de seus funcionários, que poderiam, em caso de urgência, não estar disponíveis, doentes, em licença, aposentados, removidos para o exterior, demitidos ou, como humanos que eram, mortos.

Em seu terceiro ponto, Maciel Monteiro destaca que o mais importante seria, sobretudo, a necessidade de divisão do Ministério em assunto ou matéria, que parece, não havia até 1842. Só isso, descontadas as propostas anteriores, já é suficiente para dar dimensão do caos que devia ser o trabalho na rua do Passeio, 42, durante o período regencial.

Essas ideias voltam a aparecer no relatório de 1839, já com Cândido de Oliveira como ministro, e são criticadas por Aureliano, que fazia parte de grupo político distinto do

ministro. Em outubro de 1838, a Lei de Meios, que estabelecia o orçamento para o ano financeiro de 1838-9, era, em seu art. 32, muito enfática na necessidade de dar "*às secretarias de Estado a organização mais adequada às exigências do serviço público*". Era consensual a necessidade de reformar entre liberais e regressistas, mas, ao que parece, suas brigas políticas, a propósito dos detalhes dessa reforma, não deixaram de ser um significativo empecilho que contribuiu para adiá-las até depois da maioridade.

4. O Segundo Reinado (1840-1889)

4.1 Governo de Gabinetes

Parlamentarismo às avessas. Os partidos políticos liberal e conservador. Síntese breve dos gabinetes do Império. O quinquênio liberal. O gabinete saquarema. A conciliação. A experiência progressista. O decênio conservador. O retorno dos liberais ao poder. O ocaso da monarquia. Conclusões gerais.

Parlamentarismo às avessas

Em julho de 1840, com o golpe da maioridade, os liberais assumem o poder por um brevíssimo tempo e, vitoriosos nas escandalosas "eleições do cacete", notoriamente fraudadas, acabam sendo excluídos do governo por intervenção do Poder Moderador, com o retorno dos conservadores ao poder. A partir daí, grandes ciclos de hegemonia política se sucedem, nos quais liberais e conservadores se revezam no poder, sempre por indicação do imperador. Se o gabinete fosse minoritário na Câmara, esta era dissolvida, e novas eleições convocadas. Nunca houve caso de eleições convocadas pelo governo serem vencidas pelo partido de oposição. Era o governo que fazia os vitoriosos nas eleições, e não o contrário. Esse fenômeno ficou conhecido como "parlamentarismo às avessas", em que o rei *reina* e *governa*.

A partir de 1847, para preservar a figura do imperador, foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, que era alguém convidado pelo imperador para formar o gabinete de governo e nomear os seis ministros – Guerra, Marinha, Fazenda, Império, Negócios Estrangeiros e Justiça –, muitas vezes acumulando ele próprio um dos ministérios.

É um truísmo dizer que os partidos liberal e conservador eram iguais, conforme o tema sói aparecer na bibliografia[111]. Trata-se de uma simplificação perigosa. Eles tinham semelhanças de base ideológica e faziam parte, como ensina Ilmar Mattos, da matriz do conservadorismo. Desejavam a manutenção da ordem e da monarquia, mas havia clivagens ideológicas importantes intra e interpartidárias. José Murilo de Carvalho destaca alguns pontos relevantes de diferenciação. Nas duas primeiras décadas, a questão era quase sempre a disputa entre mais ou menos centralização do poder[112].

A ideia de centralização política e de fortalecimento das instituições imperiais foi a base de formação do partido conservador na década de 1830, com destaque para os magistrados, burocratas e grandes proprietários da Bahia, do Rio de Janeiro e de Pernambuco, lugares de maior cosmopolitismo e, portanto, com maior contingente de indivíduos com formação superior, sobretudo jurídica, herdada da matriz coimbrã. A eclosão de revoltas durante o período regencial motivou maior preocupação com a ordem nestas províncias, onde também havia mais comerciantes de grosso trato com visão menos provinciana e maior concentração urbana. No Rio de Janeiro, a combinação entre cosmopolitismo, burocracia, comércio e grande lavoura se realizou de modo pleno com a ascensão da cafeicultura, o que favoreceu o surgimento das principais lideranças

saquaremas. Em Pernambuco, por exemplo, o partido conservador era menos coeso, e muitos latifundiários se vincularam ao partido liberal.

Os liberais eram mais fortes em Minas Gerais, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, províncias defensoras do federalismo que se insurgiram em 1835 e em 1842 conta a centralização em curso. Esses liberais eram, em sua maioria, grandes proprietários. Com o desenvolvimento da cafeicultura em Minas Gerais, teria início uma disputa interna pelo poder na província, até então fortemente liberal. Assim como em São Paulo, a cafeicultura ascendente acabou favorecendo o republicanismo pragmático e federalista. Já o republicanismo gaúcho tem matriz muito distinta e defende a centralização pela influência do positivismo.

No tema da escravidão, a situação se torna bem mais complexa. Parece haver aí um dilema interno no partido conservador. Os funcionários públicos e os burocratas em geral defendiam as medidas abolicionistas, especialmente os do norte. Para aprovar a Lei do Ventre Livre, o primeiro Rio Branco precisou vencer a resistência desses indivíduos no sul, sobretudo no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. Os proprietários naturalmente eram contra e votaram com frequência contra o governo, algo que era bem mais difícil para os funcionários do Estado fazerem, ainda que tivessem de votar contra os interesses de sua classe social de origem. Os políticos do norte foram mais flexíveis nessa questão que os do sul. Já no partido liberal, essas medidas tinham amplo apoio dos padres nos anos iniciais do Império. Com o desaparecimento da classe clerical da política, os padres foram substituídos por profissionais liberais, advogados e jornalistas, mas também

por magistrados que, inicialmente conservadores, acabaram se tornando liberais, como é o caso de Nabuco de Araújo e de José Antônio Saraiva.

No partido liberal, era muito mais coesa e ativa a oposição às medidas reformistas que, por exemplo, derrubaram o gabinete Sousa Dantas quando este tentou aprovar a Lei dos Sexagenários em 1884. Os grandes latifundiários de Minas Gerais e de São Paulo bloqueavam as tentativas reformistas que surgiam dos liberais do norte ou dos profissionais liberais da cidade do Rio de Janeiro. Em razão disso, os liberais estavam sempre na vanguarda de propostas que eram bloqueadas por facções do próprio partido na Câmara e só conseguiam ser aprovadas com a chegada ao poder dos conservadores, mais coesos. Mesmo a Lei dos Sexagenários, aprovada na Câmara pelo conselheiro Saraiva, que sucedeu Sousa Dantas, só foi possível com o apoio dos conservadores. As demais leis abolicionistas, e mesmo de reforma social, foram aprovadas todas por gabinetes conservadores, como foi o caso do longo gabinete Rio Branco, no qual explicitamente se buscou – e se conseguiu – esvaziar as propostas do partido liberal. A incorporação da agenda liberal em gabinetes conservadores sempre tinha como consequência o enfraquecimento da unidade do partido.

Procederemos então a uma síntese sumária dos 32 gabinetes imperiais de 1847 a 1889 e trataremos, em seções posteriores específicas, dos principais temas políticos que galvanizaram os partidos e o Parlamento ao longo do Império – a política internacional, as reformas eleitorais, as leis abolicionistas e a ação política dos militares.

Grandes ciclos de hegemonia partidária no Segundo Reinado

Período	Tempo no poder	Partido no poder	Presidente do Conselho de Ministros
1840-41	- de 1 ano	Liberal	Não existia
1841-44	3 anos	Conservador	Não existia
1844-48	5 anos	Liberal	1847: Manuel Alves Branco (Visconde de Caravelas) 1848: Visconde de Macaé 1848: Francisco de Paula Sousa
1848-62	14 anos	Conservador*	1848: Marquês de Olinda 1849: Marquês de Monte Alegre 1852: Visconde do Itaboraí 1853: Honório H. Carneiro Leão (Marquês do Paraná)* 1856: Marquês de Caxias 1857: Marquês de Olinda 1858: Antonio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) 1859: Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana) 1861: Marquês de Caxias
1862-68	6 anos	Progressista	1862: Zacarias de Góis e Vasconcelos 1863: Marquês de Olinda 1864: Zacarias de Góis e Vasconcelos 1864: Francisco José Furtado 1865: Marquês de Olinda 1866: Zacarias de Góis e Vasconcelos
1868-78	10 anos	Conservador	1868: Visconde do Itaboraí 1870: Marquês de São Vicente 1871: Visconde do Rio Branco 1875: Duque de Caxias
1878-85	7 anos	Liberal	1878: Visconde do Sinimbu 1880: José Antônio Saraiva 1882: Martinho Campos 1882: Marquês de Paranaguá 1883: Lafayette Rodrigues Pereira 1884: Manuel de Sousa Dantas 1885: José Antônio Saraiva
1885-89	4 anos	Conservador	1885: Barão de Cotegipe 1888: João Alfredo
1889	- de 1 ano	Liberal	1889: Visconde de Ouro Preto

* Entre 1853 e 1857, vigorou o gabinete de conciliação, com a presença de ministros liberais.

Os anos finais do regresso (1841-44)

Ficaram os liberais menos de um ano no poder após o golpe da maioridade. As fraudadas “eleições do cacete”, que deram maioria absoluta ao partido liberal, tiveram o efeito contrário ao pretendido e acarretaram o retorno dos conservadores ao poder. As maracutaias eleitorais foram exageradas até para os padrões da época, provocando uma

cisão entre os liberais e os áulicos, que sugeriram uma dissolução do gabinete. A transição dos áulicos para o lado conservador é evidenciada pela permanência de Aureliano na pasta dos Estrangeiros, em que implementou significativa reforma, tendo sido a influência determinante na formação do novo gabinete, inexistindo então ainda a figura do presidente do Conselho de Ministros.

Uma vez restaurados no governo, os conservadores continuaram o trabalho do "regresso", desmontando boa parte do que restava das medidas liberalizantes do avanço liberal, apesar do que acredita a historiadora paulista Miriam Dolhnikoff[113], na contramão de toda a historiografia sobre o período. O Conselho de Estado, extinto em 1834, é restaurado e, em dezembro de 1841, é aprovada a polêmica lei de Reforma do Código Criminal, que centraliza o sistema judiciário e a polícia. Todos os juízes passam a ser nomeados pelo ministro da Justiça, e o juiz de paz, que seguia sendo eleito, tem parte significativa de seus poderes transferida para os delegados de polícia, criados pela lei.

Apesar de essas leis terem sido aprovadas pela Câmara anterior, os liberais de São Paulo e de Minas Gerais, temendo que os conservadores jamais deixassem o poder, pegam em armas para voltar ao governo. Ao contrário da Farroupilha, deixavam clara sua lealdade ao imperador. Rebelavam-se em nome da autonomia, de certo modo antecipando o que ocorreria novamente em São Paulo noventa anos depois. Derrotados em Santa Luzia, passaram os liberais de todo o Brasil, por metonímia, a ser chamados de "luzias", momento vergonhoso em que se insurgiram contra o governo e foram derrotados.

Enquanto isso, o imperador ia amadurecendo e, aos poucos, tomando conhecimento do governo e de suas tarefas. Na maior parte da adolescência, acabou sendo guiado pelo grupo palaciano, com destaque para o mordomo Paulo Barbosa e para Aureliano Coutinho, chamados “os áulicos”, ou “facção áulica”[114]. Ao completar 18 anos, anistia os liberais e convida o partido – ainda que não os insurretos – para formar o governo. Seu gesto evidenciava crescente autonomia decisória e uso do Poder Moderador para equilibrar o peso dos partidos. A anistia e o retorno dos liberais ao poder eram indícios de moderação e tranquilizava a oposição liberal quanto à possibilidade de uma ditadura que eternizasse o partido conservador no poder. Os liberais permaneceriam por cinco anos no poder.

O quinquênio liberal (1844-1848)

Uma vez no poder, os liberais não revogam nenhuma das leis do regresso e, ao contrário, ajudam com o objetivo de favorecer as medidas jurídicas e militares que facilitam a tarefa dos governantes. A continuação da repressão à Farroupilha e sua submissão final ocorrem no governo liberal, que negocia a rendição, a reincorporação dos oficiais farrapos ao Exército imperial e o aumento dos impostos sobre o charque estrangeiro. É também no primeiro gabinete liberal do quinquênio que o ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, aprova a legislação protecionista que dobra as tarifas médias para os produtos importados (de 15% para 30%), aumentando consideravelmente a arrecadação do Estado Imperial.

Além do aumento da arrecadação, seu principal objetivo, a medida tem o intuito de fomentar as manufaturas. Cria o conceito de “similar nacional” e protege-as mediante a adoção de uma tarifa de até 60% para produtos produzidos

no Brasil ou que pudessem ter análogos fáceis. Também busca desonerar insumos e máquinas importadas para as manufaturas. Trata-se de um marco importante da ação autônoma do Império, pois é considerado o marco do fim dos tratados desiguais e da vitória parlamentar, segundo Cervo e Bueno, da facção industrialista do Parlamento brasileiro. O espírito de 1844, tão saudado por esse autor como símbolo de nossa maturidade política, seria o antialvará de 1785, de D. Maria. O país estava livre das amarras internacionais para seu desenvolvimento. No entanto, sempre segundo Cervo e Bueno, o espírito de 1844 teria vida curta, e o apogeu da cafeicultura coincidiria politicamente com a acomodação das elites imperiais no tema da industrialização. Medidas de livre-cambismo reapareceriam nos anos 1850, dificultando o processo industrializante que ficou restrito a iniciativas pioneiras do Barão de Mauá e a outros poucos corajosos batedores do futuro.

Na ação externa, o Brasil reconheceria o governo paraguaio na missão de Pimenta Bueno (1844), indicando o início do afastamento da política de apaziguamento com Rosas, que Cervo e Bueno incluem no período de “imobilismo”. Era o início do fim do imobilismo que a conclusão da Farroupilha marcaria.

Foi ainda durante o quinquênio liberal que se estabeleceu a figura do presidente do Conselho de Ministros pelo decreto 523 de julho de 1847. O primeiro presidente do Conselho de Ministros foi justamente Manuel Alves Branco, o futuro Visconde de Caravelas, que já havia ocupado praticamente todas as pastas nos ministérios desde o período regencial e se destacara, na pasta da Fazenda, com a reforma tributária de 1844, que leva seu nome[115].

A criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros se tornaria, a partir daí, um “fusível” político que blindava o imperador das crises políticas frequentes. Caía o Ministério, caía o partido, dissolvia-se o Parlamento, mas poupava-se o monarca. Análogo ao primeiro-ministro inglês, o cargo de presidente tinha a vantagem de não responder exclusivamente ao Parlamento, mas sobretudo ao monarca, que o nomeava e que podia dissolver o Parlamento fazendo uso do Poder Moderador. Ainda que muitos presidentes do Conselho de Ministros tenham sido derrubados por votos de desconfiança parlamentar, nenhum jamais perdeu as eleições parlamentares convocadas após a dissolução, ainda que, ao final do Império, as maiorias tenham ficado cada vez mais apertadas.

O gabinete saquarema (1848-53)

O segundo mais longo gabinete da história da monarquia foi dominado pelo grupo mais forte do partido conservador, os saquaremas, ligados sobretudo à cafeicultura fluminense. Os três ministros do Rio de Janeiro – Paulino, Eusébio e Torres[116] – compuseram a chamada trindade saquarema, símbolo desse gabinete e dessa hegemonia cafeicultora, latifundiária e conservadora.

Começam seu governo reprimindo duramente a Revolta da Praia, feita pelos liberais de Pernambuco em 1848. Tal repressão motivou um ataque radical do panfletário Francisco de Sales Torres Homem, que, no *Libelo do Povo*, acusa os conservadores e a monarquia de opressão, sem poupar o imperador e sua dinastia, retratados como tiranos. Usou o pseudônimo de Timandro, mas todos sabiam quem era. Nada lhe aconteceu. A liberdade de opinião foi mantida e, anos mais tarde, Torres Homem seria ministro do governo do imperador que ofendera e lhe pediria perdão. Era sinal

de que se haviam alcançado a estabilidade e a plena legitimidade do regime monárquico e do sistema bipartidário vigente. A Praieira foi a última grande rebelião provincial, encerrando o ciclo de instabilidades iniciadas no período regencial.

Os saquaremas podiam então se dedicar a implementar as grandes medidas necessárias à modernização do Brasil. Em 1850, são aprovadas três das medidas mais importantes da história da monarquia: o fim definitivo do tráfico negreiro, com a aprovação da Lei Eusébio de Queirós; a aprovação da Lei de Terras dias depois; e a promulgação do Código Comercial. Foi ainda reformada a Guarda Nacional, encerrando o caráter eletivo dos coronéis, que passaram a ser nomeados pelo ministro da Justiça. Com a autonomia local perdida, os coronéis se tornaram instrumentos de manipulação eleitoral do governo, cujo *status* da patente se grudou de tal forma aos chefes políticos e latifundiários locais que, mesmo depois da Guarda Nacional enfraquecida e extinta, ainda seriam chamados de coronel o latifundiário e o chefe político do município, e de "coronelismo" o fenômeno político do mandonismo local.

O fim do tráfico vinha sendo adiado desde o período joanino. Depois do sucesso inicial da Lei Feijó, de 1831, essa lei acabou sendo superada pelos interesses dos latifundiários da cafeicultura fluminense, que chegaram ao poder em 1837. A lei virou "lei para inglês ver". Os motivos pelos quais o mesmo grupo, de volta ao poder em 1848, decidiu novamente impor o fim do tráfico, agora definitivamente reprimindo com vontade e vigor os traficantes e compradores de 1850 a 1856, são controversos.

Há os que defendem – José Murilo de Carvalho e Leslie Bethell, por exemplo – o peso determinante da pressão inglesa e do Bill Aberdeen. Em 1849, navios ingleses chegaram a trocar tiros com fortalezas brasileiras no litoral norte fluminense, em afronta direta à soberania do Brasil. Outros, como Cervo e Bueno, preferem, no entanto, dar caráter soberanista à decisão, enfatizando que as pressões inglesas não fizeram senão aumentar exponencialmente o tráfico e que, se o governo decidiu aboli-lo, o fez por motivos exclusivamente internos quando assim o decidiu. Esses motivos seriam de ordem econômica (endividamento dos grandes senhores com os traficantes), de saúde pública (epidemia de febre amarela de 1850, cuja origem se atribuía aos escravos desembarcados), humanitários (risíveis, já que o mesmo grupo político havia por décadas defendido abertamente o tráfico, enfatizando até seu caráter cristão e civilizacional) e de segurança pública (aumento da concentração de escravos na província fluminense, tão perto da Corte poderia engendrar revoltas como a dos Malês, em 1835, e a de Vassouras em 1838). Não por acaso a lei tomou o nome do ministro da Justiça, Eusébio de Queirós. Enfatizava o governo razões internas para não ter o ônus de ser considerado subserviente a uma potência europeia. É esse o cerne da defesa que Eusébio fará da lei em discurso no Parlamento um ano depois, fonte que é base do argumento de Cervo e Bueno.

A Lei de Terras e o Código Comercial (1850) podem ser considerados desdobramentos do fim do tráfico. No primeiro caso, cumpria estimular os imigrantes que substituiriam os escravos no futuro sem que fosse dado a estes o acesso a terras do governo, prática comum desde o tempo das sesmarias. Criar um mercado de terras que só fossem acessíveis por compra manteria o caráter excludente do

sistema fundiário brasileiro. A lei, que demorou oito anos para ser aprovada – vinha sendo discutida desde 1842 –, não pegou. O imposto sobre a terra não foi aprovado, e a venda das terras públicas e o cadastramento das propriedades não interessavam à elite fundiária, que resistiu o quanto pôde à sua aplicação. No segundo caso, era essencial regulamentar as atividades comerciais florescentes no Brasil de então. A entrada maciça de capitais ingleses na década de 1850, a expansão da lavoura cafeeira e a liberação dos extraordinários recursos até então aplicados no *infame comércio* fomentaram o que ficou conhecido como *surto industrial*, sobretudo na Corte e nos arredores. O Império ia se tornando capitalista.

Na ação externa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa – o futuro Visconde do Uruguai –, uma vez tendo sido concluída a controvérsia com a Inglaterra, pôde se dedicar a retomar o protagonismo, reafirmando a posição do Império brasileiro no Prata, enfraquecida desde o fim da Cisplatina havia mais de vinte anos. Esse absenteísmo fora aproveitado pelo caudilho buenairense que se tornara hegemônico não apenas na Argentina, mas igualmente no Uruguai, apoiando Manuel Oribe, que atacava os interesses brasileiros – isto é, gaúchos – no Uruguai. Há os que defendem que, desde o fim da Farroupilha (1845), o Rio Grande do Sul sequestrara a política externa brasileira para o Prata. De fato, não era conveniente enfrentar um novo levante no Rio Grande do Sul, província *sui generis* onde os chefes políticos e latifundiários eram também chefes militares, e onde se concentravam a quase totalidade de nossa cavalaria e grande parte de nosso Exército. É mister defender o interesse gaúcho, que se tornara o interesse nacional. Foram feitas duas intervenções entre 1851 e 1852 na

esteira dos conflitos de fronteira entre Uribe e os chefes gaúchos irritados com as califórnias, que não respeitavam a fronteira meridional e o gado dos estancieiros. Na primeira, destituímos Uribe; na segunda, apoiamos a destituição de Rosas, vencido por Urquiza, que liderou a coalizão oposicionista formada por outros chefes, liberais e dissidentes federalistas na Batalha de Monte Caseros (1852), apoiados indiretamente por tropas brasileiras.

Havia aprendido o Brasil a atuar de modo bem-sucedido na região platina. Os fracassos da Cisplatina, na década de 1820, e dos ingleses e franceses, na década de 1840, demonstraram a conveniência de estabelecer alianças com as facções locais antes de intervir militarmente. A diplomacia vinha antes dos canhões, fazendo com que o Império fosse bem-sucedido onde as potências europeias haviam fracassado. Destituídos Oribe e Rosas, tinha início uma fase de hegemonia brasileira na região, favorecida por uma década de instabilidade e de fragmentação política argentina. O imobilismo regencial brasileiro dos anos 1830 daria lugar ao imobilismo argentino dos anos 1850.

Para dar suporte financeiro a essa hegemonia, Paulino José Soares de Sousa e o representante brasileiro no Uruguai em 1851, José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, implementarão uma cooperação financeira com os colorados novos donos do poder na República Oriental. Era a diplomacia do patacão, em que o Brasil assume a postura inédita e singular de credor internacional. Generoso e leniente, manteve-se por décadas credor de um devedor muito pouco afeito a saldar suas dívidas, evidenciando o caráter político desses empréstimos que contribuíram para a falência do Barão de Mauá décadas depois. Singular também foi a concessão do título de

nobreza a Paulino em 1853. Curiosamente, o título escolhido foi Visconde do Uruguai, nome pelo qual passaria à história e que não deixa nenhuma margem de dúvidas sobre a hegemonia brasileira conquistada em sua gestão.

Convém destacar ainda o apoio de Paulino aos esforços de mais de uma década do enviado brasileiro às repúblicas do pacífico, Duarte da Ponte Ribeiro, que finalmente conseguiu a aceitação do princípio do *uti possidetis*, que voltaria a nortear, a partir daí, nossas negociações lindeiras com os vizinhos. É marco relevante dessa negociação o tratado, afinal ratificado no Parlamento, com o governo peruano (1851), que usava direitos de navegação como moeda de troca para a aceitação de termos fronteiriços mais favoráveis. O Brasil iniciava, sob Paulino, um movimento importante de articulação com os vizinhos amazônicos para retardar e evitar a presença imperialista norte-americana na Amazônia, que vinha exercendo pressão no país desde 1848, em plena vigência do Destino Manifesto, sob James Polk. A tática protelatória de Paulino deu certo, e, com os conflitos entre o norte e o sul que desembocariam na Guerra Civil (1861-65), o Brasil deixa de ser alvo na lista de prioridades do expansionismo estadunidense.

A conciliação e seu colapso (1853-1857)

Marcado quase que exclusivamente por sucessos, o gabinete saquarema se esgota com a demissão de três ministros, que alegaram cansaço. Estavam de fato cansados de um imperador que José Murilo de Carvalho chama de “máquina de governar”, atendo-se a todos os detalhes, lendo todos os jornais, interpelando ministros, visitando repartições públicas. Deram lugar a um líder conservador inovador, que conquista a simpatia do imperador com a

proposta de melhorar a representatividade eleitoral, aproximando os representantes do povo. Pela primeira vez, há um esboço de projeto de governo por parte do gabinete para o imperador, e o próprio gabinete era inovador. Incorporavam-se no ministério líderes liberais – a conciliação[117] – e jovens proeminentes do partido conservador, como é o caso de José Maria da Silva Paranhos no Ministério da Marinha.

Foram implementados uma reforma do ensino, os Estatutos da Estrada de Ferro Central e o voto distrital, chamado de Lei dos Círculos. O ministro da Justiça, José Thomaz Nabuco de Araújo, fortaleceu o poder do Judiciário complementando, em 1854, a lei de dezembro de 1841, que criara o delegado de polícia. A Lei dos Círculos de 1855 permitiu uma brecha que deu 17% da Câmara aos liberais, resultado muito melhor que o único deputado eleito na legislatura de 1850 – Sousa Franco –, que cresceria para 20% na legislatura seguinte (eleita em 1860), quando então já havia morrido o Marquês do Paraná (setembro de 1856), sem que pudesse ver o resultado da lei que fez aprovar.

A Lei dos Círculos havia sido alterada pelo gabinete que lhe sucedeu em virtude das críticas que sofreu ao trazer para o Parlamento deputados ignorantes, incapazes de discutir as grandes questões nacionais. Aos 20% liberais somava-se a cada dia um número maior de conservadores dissidentes, o que dificultava crescentemente a ação do governo conservador que sucedeu Paraná com Caxias e seus sucessores. O chamado “renascer liberal” tornava crescentemente complexas as articulações para a formação de gabinetes, sucedendo cinco deles em pouco menos de seis anos (setembro de 1856 a maio de 1862). São gabinetes instáveis, marcados por crise financeira e

incapazes de implementar agendas importantes, como a proposta de Código Civil encomendada ao jurista Teixeira de Freitas pelo ministro da Justiça, Nabuco de Araújo.

A conciliação é frequentemente considerada um marco da estabilidade política do Império; poderia ter durado mais não fosse a morte prematura de seu líder, o Marquês do Paraná. Exemplo dessa estabilidade foi que os presidentes de províncias nomeados pelo governo conservador vitorioso que saíra e pelo gabinete da conciliação que se iniciava empreenderam iniciativas administrativas e urbanísticas que só eram possíveis em tempos de paz e tranquilidade. Separou-se a província de São Paulo, a parte mais meridional criando a província do Paraná, que daria o título ao chefe do gabinete[118]. Foi nomeado presidente da província recém-criada o chefe liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, que estabeleceu a capital em Curitiba, para irritação dos habitantes de Paranaguá, então centro econômico da província recém-criada.

Foram também mudadas a capital do Piauí, ainda em 1852, e a de Sergipe em 1855: de Oeiras para Teresina, batizada em nome da imperatriz, e de São Cristóvão para Aracaju, duas cidades surgidas do nada, por ordem do governo. Em Aracaju, nos primeiros meses, o presidente da província dormiu em uma casa de palha e a assembleia se reunia sob um cajueiro, segundo conta Calmon (1963).

O renascer liberal e a experiência progressista (1860-1868)

As eleições de 1860 assistiram ao retorno do líder liberal da época regencial, Teófilo Ottoni, que se havia retirado da vida política doze anos antes. Fez campanha intensa em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, onde conseguiu a eleição

de correligionários da imprensa carioca, como Saldanha Marinho e Francisco Otaviano. Foram eleitos 25 deputados liberais com grande alarde. Era um quinto da Câmara, mas se considerava uma grande vitória, um renascimento. Esses liberais se aliaram a grupos conservadores moderados, simpáticos à ideia de conciliação, e derrubaram o presidente conservador, Marquês de Caxias, em 1862, já que o imperador não concordou com a dissolução da Câmara.

Era uma aliança frágil e instável, chamada de Liga Progressista, liderada por Zacarias de Góis e Vasconcelos, chamado pelo imperador para formar o gabinete por ser o líder da liga. Seu gabinete durou seis dias, mas voltaria novamente em 1864 e em 1866, agora embasado pela institucionalização da liga em partido progressista, que substituía o antigo partido liberal, com a adesão de conservadores moderados, como o antigo regente, Marquês de Olinda. Ainda assim serão mais seis gabinetes em seis anos (1862-68) – dois de Olinda e três de Zacarias –, evidenciando a fragilidade da aliança, sobretudo em tempos de enorme turbulência internacional.

Apesar da instabilidade, esse também foi o tempo da retomada das discussões públicas sobre o papel do imperador, sobretudo do Poder Moderador. José Murilo de Carvalho defende que as ideias do período regencial de autonomia provincial, dos limites do Poder Moderador e de reformas eleitorais iniciadas com a conciliação ganharam o campo das ideias, dos jornais e do Parlamento. O próprio Zacarias era defensor da fórmula de Thiers, de que o "rei reina mas não governa"[119], a que o Visconde do Uruguai respondeu defendendo a Constituição: "O rei reina E governa." Argumenta Carvalho que a eclosão da Guerra do

Paraguai, com o agravamento das questões internacionais platinas, impediria a continuação do debate político.

No plano internacional, os conflitos se sucediam. A Questão Christie levou à ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra (1863-65), e o crescente ativismo paraguaio envenenaria as relações bilaterais com Assunção, sobretudo após a morte de Carlos López (1862), que legou a seu filho, Solano, o comando do país. Nova intervenção militar brasileira no Uruguai, dessa vez com respaldo argentino, serviu de motivo para que problemas fronteiriços não resolvidos com os paraguaios levassem à invasão paraguaia, não provocada, do Mato Grosso e também das províncias argentinas de *Corrientes* e *Entre Ríos* na virada de 1864 para 1865. Acreditava Solano López que seria capaz de forçar uma guerra rápida contra o Brasil que lhe daria condições favoráveis na balança de poder platina. A guerra civil argentina e a luta política uruguaia tornariam esses países meros espectadores. Enganou-se o ditador paraguaio quando a diplomacia brasileira demonstrou ser capaz de costurar a Tríplice Aliança em março de 1865 para lhe fazer frente. Apesar da inferioridade em todos os quesitos, López levou a guerra – e seu povo – até seu limite, aniquilando uma geração inteira de paraguaios. Foi morto na Batalha de Cerro Corá em 1o de março 1870, mas conseguiu sobreviver ao partido progressista, vítima da guerra que se esfacelou quando o imperador precisou escolher, em julho de 1868, Zacarias e seus ministros ou Caxias, figura expoente do partido conservador, ministro da Guerra e comandante em chefe das forças aliadas. Escolheu Caxias, saiu Zacarias e, convulsionou-se o sistema político do Império.

O partido progressista racha. Os liberais revoltados fazem manifestos acusando o imperador de tirania. Os liberais radicais exigiam “reforma ou revolução”. Em 1870, aparecia no Rio de Janeiro o Manifesto Republicano, que ganharia força em São Paulo, em Minas Gerais e também, já em uma feição positivista, no Rio Grande do Sul. Não foi capaz, entretanto, de se articular nacionalmente, e muitos de seus propositores de primeira hora acabaram voltando às fileiras do partido liberal quando este voltou ao poder em 1878, como foi o caso de Lafayette Rodrigues Pereira, presidente do Conselho de Ministros em 1883, governo sob o qual iniciaria a questão militar. Para viabilizarem a República, os republicanos fragmentados teriam de se aliar aos militares, unidos contra o governo liberal na década de 1880.

Para grande parte dos autores, a Guerra do Paraguai é o grande divisor de águas que marca o início do declínio do regime monárquico, abrindo a ferida das grandes questões – militar, republicana e abolicionista – que levariam a seu colapso.

O decênio conservador (1868-1878)

A nomeação do Visconde do Itaboraí para assumir o governo serviu para dar tranquilidade política à condução da guerra, com um gabinete do mesmo partido do comandante militar. Os liberais diziam que era a supremacia do militar sobre o civil, e a conflagração política que adveio daí é conhecida – manifestos e programas liberais e radicais até o advento do republicanismo. Se a queda do gabinete Zacarias provocou a tormenta política, por outro lado fez muito bem à condução do conflito que afinal se encerraria em março de 1870, já com Caxias afastado do teatro de operações, apesar do pedido do imperador. Não se considerava homem para dar captura a Solano López.

Concluída a guerra externa, é deflagrada nova guerra interna em torno das medidas abolicionistas suscitadas pela Coroa à revelia do Parlamento, que indispôs o chefe de gabinete, Itaboraí, com a Coroa em 1870. O imperador nomeia Pimenta Bueno, o jurista autor das cinco propostas-base para a Lei do Ventre Livre, mas este não dura seis meses no cargo. Coube ao Visconde do Rio Branco a tarefa de aprovar a Lei do Ventre Livre. Consegue formar o gabinete em 7 de março e só passa a lei em 28 de setembro de 1871, sob a primeira regência da princesa Isabel[120].

Cheio de prestígio junto à Coroa, conseguiu implementar uma série de reformas modernizantes com o objetivo de esvaziar a agenda liberal. Foi o mais longo gabinete do Império (quatro anos e quatro meses), mas que assistiu à divisão do próprio partido, agravada pela questão religiosa (1874), que levou à prisão dos bispos de Olinda e Belém, e pela crise financeira por causa da falência do Banco Mauá, que levou Rio Branco a pedir demissão em junho de 1875, sendo substituído por Caxias. Este tentou apaziguar o ânimo dos conservadores e comutou a pena dos bispos presos e implementou a reforma eleitoral, que era exigência dos liberais que reivindicavam sufrágio universal. Como, para isso, seria necessário reformar a Constituição, algo com o qual o imperador sempre implicou, o que acabou sendo aprovado em 1875 foi simplesmente a Lei do Terço, que incorporava as minorias nas eleições das futuras legislaturas.

O imperador decidiu afinal trazer de volta os liberais ao poder para implementar a reforma eleitoral por meio do voto direto. O debate mais intenso era se seria ou não necessária uma revisão constitucional. Os conservadores poderiam ter feito tal revisão, mas, como a ideia era liberal,

o imperador julgou por bem nomear o líder liberal alagoano, Visconde de Sinimbu, provocando, em 1878, reclamações dos conservadores análogas, ainda que menos intensas, àquelas dos liberais em 1868. Os conservadores então boicotariam as eleições convocadas pelo novo governo. Era o fim do decênio conservador.

O retorno dos liberais ao poder (1878-1885)

É o mais longo período dos liberais no poder. Os sete gabinetes em sete anos representam também um excelente exemplo da grande dificuldade que tinham os liberais para encontrar coesão e se manter unidos uma vez que estavam no governo. O primeiro gabinete do Visconde de Sinimbu ainda durou algum tempo. Tinha uma Câmara unanimemente liberal e, a seu lado, o prestígio do Marechal Osório[121], eleito senador pelo Rio Grande do Sul (1877) e acolhido no Rio de Janeiro com grande júbilo, mas o gabinete não foi capaz de passar no Senado a miniconstituinte para fazer a reforma eleitoral. Cisões internas dos liberais sob o caráter da reforma eleitoral vieram à tona, como a concessão do voto aos não católicos, exigida pelo liberal Gaspar Silveira Martins. Os mortos na repressão à Revolta do Vintém (1880) contra o aumento das tarifas de bonde na Corte derrubaram afinal o aumento, mas também o gabinete Sinimbu, já que o imperador lhe recusou a dissolução da assembleia.

O sucessor, José Antônio Saraiva, desistiu da miniconstituinte e decidiu proceder à reforma eleitoral por via de lei ordinária e a fez aprovar em 1881. Estabeleciam-se a eleição direta, o censo literário – estavam excluídos os analfabetos –, mas não o sufrágio universal. Decidiu o ministro Saraiva, em nome da correção, dissolver a assembleia unânime para testar a nova lei e recusou

qualquer intervenção no processo eleitoral[122], o que permitiu efetivamente a participação da oposição, com apenas 61% de liberais eleitos para a Câmara. Era a menor maioria da história do Império, o que complicaria ainda mais a estabilidade dos gabinetes seguintes, que tinham de se haver com a oposição parlamentar e com o fogo amigo das dissidências liberais. Os ministros seguintes mostrariam a dificuldade de governar descolados do Parlamento.

O ministro Martinho Campos, sucessor de Saraiva, não durou seis meses, sendo derrubado por dissidentes do próprio partido liberal. O Visconde de Paranaguá não chegou a um ano, vitimado pela crescente propaganda abolicionista e pela crise financeira por controvérsia relativa ao direito das províncias sobre os impostos de importação. Foi igualmente derrubado por moção de desconfiança na qual dissidentes exaltados do partido liberal votaram contra o ministro do próprio partido. Lafayette Rodrigues Pereira foi quem teve de lidar com a questão militar, transbordamento cada vez mais tenso do movimento abolicionista. O assassinato do jornalista agitador Apulco de Castro, alvejado e apunhalado por dezenas de soldados e oficiais do Exército quando estava sob proteção da polícia, derrubou o gabinete dito fraco. Durara um ano e treze dias.

O caso teve ainda consequências negativas para o imperador, acusado de levar longe demais a liberdade de imprensa, que permitia que as Forças Armadas fossem ofendidas por qualquer gazeta leviana. Era a culpabilização da vítima. Tratava-se igualmente de um prenúncio da história republicana quando os militares chegassem ao poder.

Sousa Dantas sucedeu Lafayette Pereira e também foi derrubado por dissidentes de seu partido em São Paulo e em Minas Gerais, que se recusaram a aprovar a Lei dos Sexagenários, proposta pelos próprios liberais. Joaquim Nabuco havia acabado de publicar *O abolicionismo*, e algumas províncias do norte – Ceará e Amazonas – aboliam unilateralmente a escravidão, mas ainda havia resistência no sul. Dissolvida a Câmara pelo governo, a situação ficou ainda mais indefinida. Foram 60 deputados liberais (54%), 55 conservadores (44%) e, pela primeira vez, 3 deputados republicanos. Os escravistas, até no partido liberal, radicalizavam sua posição e não aceitavam mais nenhuma medida que não previsse indenização. Para eles, a propriedade privada era sagrada. O governo caía, novamente, derrubado pela desconfiança de uma Câmara de maioria liberal. Foi preciso um antigo membro do partido conservador, José Antônio Saraiva, que, em aliança com os conservadores, aprovou na Câmara a Lei dos Sexagenários apenas para se exonerar três meses depois de assumir, sem indicar sucessor. Era patente a incapacidade do partido liberal de seguir governando.

Os anos finais do Império (1885-1889)

A influência do boulangismo francês e a intervenção crescente dos militares positivistas na vida política brasileira antagonizavam os políticos “casacas”, considerados pelos militares “moles” e incapazes de governar *comme il faut*. A punição de Sena Madureira, veterano da Guerra do Paraguai, professor de esgrima do paço, por pronunciar publicamente seu abolicionismo pela imprensa, sem autorização do governo, catalisou a insatisfação castrense em 1883. O retorno dos conservadores ao governo parecia desanuviar a questão. Deodoro, o marechal que defendera Sena Madureira e acabou se tornando líder da insatisfação

militar, era visto como o novo Caxias, que respeitaria seus correligionários de novo no poder com o Barão de Cotegipe, mas a trégua dura pouco, com a insubordinação no Piauí do coronel Cunha Matos, que, punido por uma razão menor, se defende na imprensa atacando o ministro e é defendido pelo Marechal Câmara, o Visconde de Pelotas no Senado. A honra militar acabou unindo esses dois marechais, Pelotas e Deodoro. O governo acabou recuando e cancelou as penas disciplinares impostas a Cunha Matos e a Sena Madureira. Os militares se organizaram no Clube Militar, fundado em junho de 1887. Os meses que se seguiram foram de agitação abolicionista por toda parte. Na Corte, os *meetings* abolicionistas não raro acabavam dispersados pelo chefe de polícia, Coelho Bastos.

A demissão de Cotegipe por uma questão menor, em defesa do chefe de polícia em março de 1888, também envolveu agitação militar nas ruas da Corte – protesto de aspirantes da Escola Naval contra a polícia que maltratara um oficial da armada à paisana. A princesa pediu a cabeça de Coelho Bastos, e Cotegipe se retirou. Com sua saída, abre-se o caminho para que a princesa assuma a liderança do movimento abolicionista pessoalmente, encaminhando o projeto de abolição completa por meio do novo gabinete, liderado por João Alfredo. O movimento ganha as ruas. A princesa estimula alforrias privadas anteriores à lei, que ocorrem apoteoticamente em vários bairros da Corte e em toda a cidade de Petrópolis em 1º de abril de 1888. Em 4 de maio, convidou para almoçar com ela no Palácio Imperial catorze africanos foragidos. Os escravocratas do partido republicano de São Paulo vão inutilmente se aliar à ala mais reacionária do partido conservador para tentar conseguir a indenização.

A lei, um primor de síntese, em um único artigo, aboliu a escravidão depois de sucessivas obstruções da bancada fluminense entre 8 e 13 de maio. No Senado, foi aprovada no dia 13, sendo o Barão de Cotegipe o único a votar contra, vaticinando que aquele ato seria a prévia da República. O abolicionista José do Patrocínio, comovido, queria beijar os pés da redentora, esquecendo seu republicanismo.

A abolição da escravidão afinal feita sem indenização alijou a monarquia do grupo político de grandes latifundiários escravistas que lhe dera sustentação desde sempre. Há os que defendem que, apesar do abolicionismo declarado do imperador e dos esforços que fez pelo abolicionismo gradual após a Guerra do Paraguai, a monarquia e o escravismo eram duas faces da mesma moeda. Não era possível que uma sobrevivesse sem a outra. Joaquim Nabuco afirma que “a princesa era popular, mas as classes fogem dela e a lavoura está republicana”. De fato, sucediam-se novos clubes e jornais republicanos em enfrentamento com a “guarda negra”, batalhões de ex-escravos dispostos a dar a vida pela princesa e pela monarquia. Em 28 de setembro, a princesa Isabel recebia de presente do papa, pelas mãos do núncio apostólico, a rosa de ouro, com a presença e a oração de D. Antônio Macedo da Costa, bispo preso em 1874 para comprovar que o clero não faria nenhuma objeção a um terceiro reinado.

No ano do centenário da Revolução Francesa, os republicanos saíam às ruas cantando a Marselhesa, e a economia e as finanças do país iam muito bem. Os conservadores sentiam a pressão das ruas e da opinião pública por mais reformas, sobretudo pelo federalismo, defendido no Parlamento pelo deputado Rui Barbosa. O

imperador negou aos conservadores a dissolução do Parlamento, e João Alfredo demitiu-se, favorecendo o retorno dos liberais ao poder.

Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, assumiu o ministério em junho, recusando a dar a pasta a Rui Barbosa, que defendia o federalismo no partido liberal. Nomeou Silveira Martins para presidente da província do Rio Grande do Sul, acreditando apaziguar o republicanismo positivista no lugar onde era mais aguerrido. Seu programa econômico, beneficiado pelas excelentes condições financeiras – alcançou-se a paridade com a libra estabelecida em lei em 1846 –, favoreceu a liberalidade creditícia para a lavoura do gabinete. Apelidou o programa de crédito fácil e o auxílio à agricultura de "inutilização da República". Era, em menor escala, o emissionismo, que Rui Barbosa replicaria muitas vezes mais com o encilhamento.

A viagem do Conde d'Eu ao norte foi acompanhada pelo republicano Silva Jardim, que quase foi linchado na Bahia pela "guarda negra" de Salvador, que dispersou sua escassa plateia. Em 14 de julho, talvez para comemorar a data, um alucinado de nacionalidade portuguesa resolveu disparar revólver contra a carruagem imperial que saía do teatro, sem maiores consequências imediatas, mas com enormes consequências simbólicas.

O apartamento dos militares do governo era total. Por ocasião da visita dos marinheiros chilenos homenageados pelo imperador com o baile da ilha fiscal, o Clube Militar aderiu ao republicanismo de Benjamin Constant, que já vinha visitando frequentemente o Marechal Deodoro. Os republicanos civis perceberam, na insatisfação militar, oportunidade de ouro e, liderados por Quintino Bocaiuva, passaram igualmente a visitar Deodoro, que concordou em

lhes dar presença em seu futuro ministério, que adotaria a forma republicana. Marcada a insurreição para o dia 17, foi antecipada por Quintino e pelo major Sólon, que insurgiram as tropas na madrugada do dia 15 de novembro com o boato de que o governo removeria para as províncias os batalhões da Corte. O boato tinha credibilidade, pois se sabia das simpatias de Ouro Preto pela Guarda Nacional.

Avisado, o ministro fugiu para o Ministério da Marinha e depois para o da Guerra, onde foi sitiado. Enviou um telegrama ao imperador informando que não tinha escolha, a não ser pedir demissão. Instou o ajudante de general Floriano Peixoto a resistir, mas este se recusou a abrir fogo contra brasileiros, decretando, assim, a impossibilidade de resistência. A Câmara municipal declarava instituída a República, já que o Marechal Deodoro, ao depor o gabinete, não tocara na questão do regime e só se decidiu definitivamente pela República à noite, quando foi informado de que o possível substituto de Ouro Preto seria um desafeto político seu. O major Sólon levou pessoalmente a carta de deposição ao imperador, que partiu do país no dia 17 e foi recebido em Portugal por seu sobrinho, o rei D. Carlos. D. Teresa Cristina morreu dias depois, e o imperador, sem recursos, viveu ainda mais dois anos da ajuda de amigos em hotéis sem glamour em Paris, para não criar embaraços nas relações com o Brasil para o governo de Portugal, onde lhe foi oferecido asilo.

Partidos políticos e governabilidade

Em relação ao Poder Moderador e ao papel do imperador no jogo político partidário no Império, percebem-se ciclos de reafirmação e questionamento. Enfraquecido e praticamente extinto durante o período regencial, volta a ter peso durante o regresso e é efetivamente usado no

arbitramento dos conflitos intraelites, sobretudo interpartidários. Para José Murilo de Carvalho, esse foi um dos grandes fracassos políticos da regência, a incapacidade de angariar legitimidade para arbitrar os conflitos intraelites, causa de grande parte das rebeliões regenciais. O imperador tinha essa legitimidade e a usava em prol da estabilidade e da alternância do poder, como se viu na reabilitação liberal de 1844.

Uma década depois, no entanto, a questão do uso do Poder Moderador passa a ser questionada. Discussões sobre suas atribuições no Parlamento, na imprensa e até em *meetings* e em reuniões públicas dão o tom do renascimento liberal e da formação da Liga Progressista. De um lado, Teófilo Ottoni e Zacarias de Góis e Vasconcelos, chefe dos progressistas que publicou o mais importante livro questionando os limites do Poder Moderador (1860); de outro, o Visconde do Uruguai, herdeiro político de Bernardo Pereira de Vasconcelos, também magistrado e autor de obras como *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862) e *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil* (1865), que defendia o Poder Moderador em sua acepção constitucional. Carvalho considera que a Guerra do Paraguai interrompeu a discussão, retomada com radicalismo na esteira da dispensa de Zacarias em 1868, considerada intervenção indevida e ditatorial do imperador no processo político.

Assim, se no início do Segundo Reinado o uso equilibrado do Poder Moderador foi visto como legítimo e fonte de estabilização política, após a Guerra do Paraguai vai se questionando mais e mais seu uso, além de outras características políticas da monarquia, como a centralização. Os republicanos defenderão a bandeira

federalista, que será plenamente vitoriosa com a Constituição de 1891 do período republicano.

Ainda Carvalho, quantificando os gabinetes, informa que os liberais formaram a maioria dos gabinetes, mas não se mostraram capazes de permanecer no poder. Totalizaram, nas quase cinco décadas do Segundo Reinado, dezenove anos de governo, somada aí a experiência progressista. Já os conservadores permaneceram mais de trinta anos na condução dos negócios do país, com um número inferior de gabinetes. Na média, um gabinete liberal durava um ano, enquanto a média conservadora alcançava quase o dobro, com o pico no gabinete Rio Branco, que chegou a quatro anos. As dissensões internas do partido liberal impediam que as reformas que o partido propunha fossem feitas; boa parte das quais acabava sendo implementada pelo partido conservador, que, apesar de não possuir unidade partidária nacional, era mais coeso e tinha maior presença de magistrados e de funcionários públicos, dependentes do governo para a manutenção de seus empregos e/ou privilégios.

Essas características intra e interpartidárias explicam melhor a frase “Nada mais saquarema do que um luzia quando chega ao poder” do que a tese simplista da indistinção partidária. Durante boa parte do Segundo Reinado, faria mais sentido dizer, ao contrário, que não havia nada tão liberal quanto um governo do partido conservador.

4.2 As reformas eleitorais no Império

As contradições do sistema eleitoral brasileiro. O parlamentarismo às avessas.

O Gabinete de Conciliação e a Lei dos Círculos. O Renascer Liberal e a 2ª Lei dos Círculos.A Lei do Terço e a oposição parlamentar. O papel do Imperador e da Imprensa. A Lei Saraiva e o retrocesso democrático.

A ideia de dotar o povo de representatividade é inerente ao liberalismo e esteve no cerne das preocupações políticas ao longo do Império no Brasil. Ainda que o Período monárquico tenha sido indiscutivelmente um período elitista e excludente, a busca constante por melhorá-lo, reformá-lo e dotar ao povo melhores meios de representação não pode ser ignorada e foi o cerne do debate parlamentar ao longo de todo o Segundo Reinado. Ignorava-se, ou fingia-se ignorar a contradição natural que era tais debates ocorrerem no seio de uma sociedade escravista que manteve, ao longo de toda sua existência, o voto censitário. Como a história frequentemente nos ensina, às vezes o óbvio é o mais difícil de ser enxergado quando estamos mergulhados nele e os debates abolicionistas e sufragistas só ganharão força no bojo da Guerra do Paraguai.

A divisão da população em cidadãos ativos e inativos presente na constituição de 1824 vinculava a cidadania plena à renda. Num sistema eleitoral indireto eram necessários 100 mil-réis para votar e 200 mil-réis anuais para ser eleitor. Os valores dobravam sucessivamente para os candidatos a deputado e senador. O estado confessional ainda exigia a fé católica para exercício da cidadania e a questão do voto para os não católicos defendida pelo Visconde do Rio Branco – foi uma controvérsia parlamentar séria.

Outra característica que dificultava a presença da oposição no parlamento era voto era em lista. No caso da província do Rio de Janeiro que tinha direito a doze

deputados, cada eleitor votava em doze deputados, numa lista fechada pelo partido. O sistema se tornava completamente hegemônico. Se um partido ganhava, levava tudo, sistema análogo ao que elege o presidente dos Estados Unidos por meio de delegados na maior parte dos estados norte-americanos.

O partido no governo então tinha praticamente garantida a hegemônica completa da câmara dos deputados. Durante o quinquênio liberal (1844-1848), 99% dos deputados eram liberais. Com a chegada dos conservadores ao poder em 1848, 100% dos deputados daquela legislatura eram conservadores. Não existia oposição representada e a troca de partido no poder dependia de alguma crise política e, sobretudo, da atuação do poder moderador. Era o famoso "Parlamentarismo às Avessas" no qual, o monarca, ao trocar o gabinete e dissolver o parlamento independentemente da maioria parlamentar, determinava, sem chance de equívoco, o resultado das eleições fraudadas que se seguiriam. As eleições ditas "do cacete" logo após o golpe da maioridade foram a apenas a mais escandalosa das que recorreram ao uso da fraude pró-governo. Em certo sentido, todas as eleições do império eram "do cacete". Urgia moralizar o sistema e trazer a oposição para o debate parlamentar mas isso só poderia ser feito pelo partido que estivesse no governo, que, por óbvio, tinha poucos incentivos para tanto.

Coube a iniciativa ao Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão que inovou nos anos 1850 ao convidar jovens conservadores – José Maria Paranhos – e liberais para compor um inédito ministério misto. Encerradas as rebeliões regenciais, debelada à praieira, anistiados os liberais de 1842, pacificado o debate político,

consolidada a monarquia petrina e sustadas as ameaças inglesa nos mares (1850) e rosista no Prata (1852), o Estado se consolidava. Podia se dar ao luxo de incorporar a oposição e discutir a representatividade de modo desapaixonado. Os liberais da década de 1850 não eram mais os radicais exaltados dos anos de 1830 e tinham, de acordo com Ilmar Mattos, feito seu *mea culpa* transformando-se em defensores moderados da ordem. Em certo sentido era a vitória do “Tempo Saquarema” que permitia a extravagância política do Marquês do Paraná, de vontade inflexível e sem papas na língua faz *tour de force* contra seu próprio partido e aprova, sob forte resistência, em 1855, a primeira reforma eleitoral do império que ficou conhecida como a “Lei dos Círculos”.

O intuito da reforma era evitar a fraude e aproximar o povo de seus representantes agora eleitos sob a forma do voto distrital, extinguindo a lista onde o distrito era toda a Província. Em nome da moralidade, ficavam ainda proibidos de concorrer nos círculos (distritos) onde exerciam função, os funcionários públicos graduados como os juízes, os delegados de polícia, e os presidentes de província.

O desaparecimento do Marquês em 1857 enfraquece a conciliação e impede que ele veja os resultados práticos de sua obra que seria tão bem-sucedida na aproximação dos eleitores de seus representantes quanto fracassada na tentativa de moralização. A lei, no entanto, não sobrevive ao seu próprio sucesso. O círculo que elegia apenas um deputado renovou sem precedentes a câmara dos deputados e deixou sem mandato figuras políticas tradicionais, inclusive o próprio filho do Marquês falecido. Chegaram ao parlamento segundo o deputado Francisco Otaviano as “notabilidade de paróquia” substituem a

representação que até então era de “alta dignidade”. Teriam sido eleitos o mascate, o verdureiro, o cura local. Indivíduos que o preconceito intelectual considerava incapazes de estarem à altura da tarefa de discutir os problemas complexos da economia, da política externa, das leis do Estado. O preconceito – representado por Otaviano que afirma que “a nação se apequena” – foi tão forte que a lei não durou senão uma legislatura e foi reformada para a seguinte, em 1860.

A década de 1860 se inicia sob o signo do que ficou conhecido como o “Renascer Liberal” o retorno do liberal histórico de Minas Gerais, Teófilo Ottoni, secundado por figuras que fariam o prestígio dos liberais como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis e Vasconcelos que formam uma oposição atuante ainda sob o signo do fim da conciliação. Seu “renascer” é, claro, consequência da Lei dos Círculos, que agora reformada, simplesmente ampliava o círculo de um para um círculo de três deputados. O aumento do raio circular permitiu a acomodação política de parte dos políticos tradicionais excluídos na votação plebiscitária do círculo unitário, sem necessariamente eliminar o espírito da Reforma do Marquês do Paraná. Esse sistema dura até a década de 1870, quando será reformado no gabinete do Visconde do Rio Branco.

Em 1874-5, a preocupação seguia sendo a mesma. Como melhorar a qualidade do voto, moralizar as eleições, e incorporar a representação parlamentar da oposição que seguia alijada por um sistema no qual o governo fazia as eleições e não o contrário. A terceira reforma eleitoral do império foi proposta pelo Visconde do Rio Branco e aprovada pelos conservadores em 1875. Ficou conhecida como a “Lei do terço” encerrando a experiência distrital. O

distrito voltava a ser a província, sendo que o eleitor escolhia apenas dois terços das vagas disponíveis na câmara, ficando reservado o último terço para os candidatos oposicionistas mais votados. Minimizava-se assim a maioria esmagadora que o partido governista sempre conquistava nas eleições proporcionais garantindo, no mínimo, um terço da câmara para a oposição fosse ela liberal ou conservadora. A aprovação da Lei do terço permitiu inclusive que alguns deputados republicanos fossem eleitos em São Paulo na última década do Império.

O Imperador era, por formação e índole, uma das figuras mais preocupadas com a representatividade da reforma popular e enxergava a si mesmo como imbuído da missão de compensar por meio do uso do poder moderador as distorções eleitorais advindas da fraude e manipulação do sistema representativo. Em seu diário é frequente as referências à Imprensa, que ele enxergava como uma janela, mesmo que translúcida, da vontade popular. Ávido leitor, defendeu sempre a liberdade de imprensa mesmo quando esta o atacava pessoalmente ou à sua família. Perdoou e fez ministro Francisco de Salles Torres Homem, o "Timandro" do *Libelo do Povo* que o acusara de tirano em 1849, e se recusou a ouvir a Condessa de Barral, seu mais duradouro vínculo amoroso, que frequentemente reclamava da "impertinência" desrespeitosa da Imprensa para com a família Imperial. Como o Imperador acreditava que a câmara e o Senado representavam não o povo, mas os partidos, organizados pelos caciques políticos de cada província. Para saber o que o povo queria precisava de uma imprensa livre de constrangimentos, e assim foi ao longo de todo o segundo reinado para espanto de muitos observadores estrangeiros que comparavam

favoravelmente o panorama jornalístico brasileiro ao inglês ou ao francês em termos de liberdade.

A necessidade de moralização do voto aparecia frequentemente nas páginas da imprensa dezenovesca que carregava nas tintas ao caracterizar as figuras que ganhavam a vida fraudando eleições. Chamavam-se "cabalistas" os que, a mando dos coronéis, juntavam os eleitores desde as vésperas das eleições, às vezes, prendendo-os durante a noite com banquetes, benesses ou métodos menos gentis para evitar que fugissem. Eram literalmente currais eleitorais que viabilizavam o "voto de cabresto"[123].

Os debates sobre as formas de evitar a venda do voto chegam ao Congresso mas a solução foi um retrocesso democrático. A câmara, sob a hegemonia conservadora até 1878, terá na minoria liberal os mais radicais defensores da ideia de moralização eleitoral. Defendiam a instituição da eleição direta. Carcomido pela desvalorização desde 1824, o limite censitário permitia a participação política de indivíduos pauperizados que vendiam seu voto a quem pagasse mais. A eleição direta reflete a preocupação do Partido Liberal que chegou ao poder no final da década de 1870 e no início dos anos de 1880 tinha como presidente do conselho o Conselheiro Saraiva que fez aprovar a Reforma Eleitoral de 1881, que ficou conhecida como "Lei Saraiva". Não haveria mais distinção entre votantes e eleitores. Todos com renda anual superior a 200 mil-réis poderiam votar em eleições sem intermediários nos deputados e senadores.

Longe de moralizar o sistema a Lei Saraiva conseguiu foi torná-lo menos democrático. O retrocesso de representatividade para além da elevação do valor mínimo

de renda se dá justamente na inovação mais funesta: o censo literário. Para votar, a partir de 1881 era necessário ser alfabetizado. Com o intuito de evitar a venda de voto tornando o eleitorado mais esclarecido, a Lei Saraiva diminuiu em mais de dez vezes o eleitorado nacional que passou para menos de 1% da população e só recuperaria seus índices de representatividade na década de 1930. A inovação literária seria copiada na República por todas as constituições e os analfabetos só recuperariam o direito de votar em 1988.

4.3 A economia brasileira no Segundo Reinado

As regiões econômicas do Império.
As tarifas Alves Branco e a política tarifária do Segundo Reinado.
Orçamento e endividamento no Império. A questão do trabalho. Imigração e parceria.
A questão da terra. Cafeicultura. Industrialização.

No panorama das atividades econômicas brasileiras no século XIX, percebe-se a manutenção, *grosso modo*, do quadro geral da economia colonial. Sem aceitar o reducionismo do modelo historiográfico de ciclos que perpetua o entendimento determinista de ascensão, apogeu e declínio, é forçoso reconhecer que a grande novidade da economia do Segundo Reinado são a hegemonia da cafeicultura e os impactos que ela teve na modernização da infraestrutura, na dinamização das estruturas de produção, na urbanização do Sudeste, no surgimento das casas bancárias e de comércio, no sistema político brasileiro e, possivelmente, dependendo da visão historiográfica, até no estímulo à nascente indústria nacional.

A Amazônia extrativista permaneceu assim, majoritariamente, extrativista dos bens da floresta (madeira, resina, óleos e fibras, além das ervas), mas, com o advento da vulcanização, sua produção dá um salto qualitativo cujo impacto só será sentido no período republicano. Ainda assim , é ao final do Império que a atração de migrantes nordestinos, sobretudo cearenses, vai formar a mão de obra necessária para a extração do látex. Juridicamente livres, esses indivíduos acabam se tornando trabalhadores compulsórios, uma vez submetidos a dívidas impagáveis graças à política de monopólios na relação entre os seringueiros e os seringalistas. Estes eram os únicos que compravam a borracha e os únicos autorizados a vender – inflando artificialmente os preços – os bens de subsistência dos seringueiros, que eram obrigados a longuíssimas jornadas de trabalho em virtude da grande dispersão dos seringais pela Amazônia.

Nos anos finais do Império, a borracha teve, guardadas as devidas proporções, papel análogo ao do café no Sudeste no que tange à modernização e à urbanização de cidades como Belém e Manaus. No entanto, entraria em colapso na década de 1910, quando se tornaria incapaz de enfrentar a concorrência dos seringais asiáticos plantados lado a lado com sementes contrabandeadas do Brasil. Até seu advento, a economia amazônica do século XIX diferiu muito pouco daquela praticada no período colonial após a expulsão dos jesuítas.

Igualmente, no Nordeste a manutenção do açúcar como produto principal não exclui a possibilidade da presença de outras atividades econômicas, como o cacau (no entorno de Ilhéus) e o fumo (no Recôncavo). Este último diferia da lógica do latifúndio, da monocultura e da escravidão,

predominantes por ser cultivado em propriedades menores, com pequena participação de escravos e primando pela enorme qualidade do tabaco apreciado pelos africanos e moeda de troca no tráfico negreiro até 1850. Mesmo depois do fim do tráfico, a exportação do fumo seguiu crescendo, atingindo o ápice de 3,5% da pauta de exportações na década de 1870. Ainda é necessário notar a produção de algodão no Ceará e no Maranhão, mas que se expande para outras regiões de acordo com a demanda do mercado internacional, como quando da eclosão da guerra civil americana na década de 1860. Nesse período, a produção algodoeira atingiu quase um quinto do total das exportações do Império, o que explica a ampla mobilização de trabalhadores livres ao lado da mão de obra escrava, naturalmente mais perene.

Embora mais provável no algodão que no açúcar, também na chamada "civilização do açúcar" não era infrequente a presença de mão de obra de homens livres ou libertos nas atividades intermediárias ou complementares às da produção do açúcar, como artesanato e as demais funções técnicas e administrativas[124].

Mão de obra quase que exclusivamente livre só encontramos mesmo na pecuária, tanto nordestina quanto meridional. Seu caráter transumante, dotado de ampla mobilidade, inviabilizava o uso de escravos e estimulava o uso da mão de obra familiar ou do sistema de parceria, no qual o vaqueiro contratado fazia jus a um quarto dos bezerros e potros nascidos nos rebanhos sob seus cuidados. A pecuária sempre foi forte no Nordeste, a ponto de o rio São Francisco ser conhecido como o "rio dos currais". Fornecia carne, couros, animais de tração e algum precário contato entre as zonas escassamente vinculadas entre si,

favorecendo ainda o transporte das muitas fazendas de gêneros de abastecimento ou das roças de subsistência que proliferavam pelo sertão e pelo agreste nordestino. A província na qual a pecuária era a base de sua economia era o Piauí, que concentrava a produção de couros.

Em uma história econômica marcada por permanências do século XVIII para o século XIX, o maior contingente demográfico e o aparecimento de fazendas de abastecimento são mais que novidades. Há a intensificação gradual da tendência anterior, a saber, a de uma economia que se voltava cada vez mais para o abastecimento do mercado interno, sobretudo da região de Minas Gerais. Apesar do destaque da pecuária – atividade latifundiária feita nas grandes estâncias sulinas –, gêneros como trigo, milho e carne eram produzidos em fazendas menores com o uso de mão de obra livre ou familiar. Isso não significa que não tenha havido escravidão no Sul. A percepção de menor presença de escravos se dá pelas sucessivas ondas de imigração europeia, que diluíram parcialmente a presença da população negra – relevante e significativa – na região ao longo do século XIX e no início do XX.

Minas Gerais, no entanto, se transformou. Já tinha deixado havia longa data de ser uma província mineradora para se tornar uma província agrícola, mas não perdeu seu dinamismo. Tratava-se, como ainda hoje, da província mais populosa do país, tanto em número de escravos quanto em homens livres. Desenvolveu significativa indústria de transformação agroindustrial, manufaturas e atividades de artesanato no século XIX – indústria têxtil doméstica, ampla indústria de aguardentes e significativa presença de forjas e de manufaturas de ferro. No plano das novidades, a introdução da cultura do café na zona da mata mineira,

ainda que não tivesse o peso que tinha no Rio de Janeiro ou em São Paulo, favoreceu o significativo dinamismo dessa região. A superação da decadência econômica teria sérias implicações na política provincial nos anos finais do Império. As novas elites oriundas do café defendiam a maior autonomia provincial, aderindo ao republicanismo em oposição aos velhos liberais[125]. Seria esse o grupo hegemônico no Partido Republicano Mineiro (PRM) da Primeira República.

No plano das permanências, a mineração segue sendo atividade relevante, mas agora feita nos subterrâneos, dado o esgotamento do ouro de aluvião característico do período colonial. A necessidade de maiores investimentos estimulou a vinda, no século XIX, de empresas estrangeiras, que trouxeram inovações tecnológicas, com destaque para a produção de diamantes no Tejuco, que se tornou polo regional de serviços e de manufaturas.

Por último, Mato Grosso e Goiás, o “extremo oeste” que foi ocupado inicialmente por bandeirantes em busca de mão de obra indígena e depois pela pecuária extensiva. O segundo ciclo do ouro em Goiás e em Cuiabá favoreceu o estabelecimento de núcleos urbanos esparsos, muito distantes uns dos outros, cujo contato era feito apenas pelos tropeiros e rebanhos. Palco de constantes conflitos com os índios que ainda hoje são relevantes, algumas zonas tiveram ocupação intermitente ou foram desocupadas por ataques e doenças, além das frequentes crises de desabastecimento.

Tornou-se o Mato Grosso muito relevante para o Império mais por sua situação geopolítica que por sua relevância econômica. Inacessível por terra até o século XX, foi alvo de

inúmeros projetos de integração ferroviária e pomo de discórdia em disputas de fronteira com o Paraguai que contribuíram para a eclosão do conflito de 1864. Graças ao Mato Grosso, era essencial para o Império o controle da bacia platina, como veremos na seção sobre política externa.

Ao final desta seção, trataremos especificamente da cafeicultura e dos extraordinários impactos que seu advento trouxe para a economia do Império do Brasil, sobretudo no campo das transformações no "mundo do trabalho".

Porcentagem do valor dos principais produtos exportados sobre o valor total das exportações por década

Década	Café	Açúcar	Borracha	Algodão	Couro e peles	Outros[126]
1830	44%	24%	0,3%	11%	8%	13%
1840	41,5%	27%	0,5%	7,5%	8,5%	15%
1850	49%	21%	2,5%	6%	7%	14,5%
1860	45,5%	12%	3%	18%	6%	15,5%
1870	57%	12%	5,5%	9,5%	5,5%	14,5%
1880	61,5%	10%	8%	4%	3%	13,5%

Fonte: Adaptado de João Antônio de Paula (2012, p. 184). Valores arredondados.

[126]O marco econômico mais relevante do início do Segundo Reinado foi a aprovação, em 1844, da Lei Alves Branco, de cunho protecionista. Mais que arrecadatória, a nova tarifa se propunha explicitamente a incentivar a indústria nacional sobretaxando itens que tivessem "similar nacional" –, conceito criado pela lei e que se tornaria a norma posterior. A tarifa média subia de 15% para 30%, encerrando o ciclo de 34 anos de submissão ao sistema de tratados desiguais que diminuía a arrecadação[127].

Debatida no Parlamento desde o Primeiro Reinado, a Lei Alves Branco era, segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno,

a culminância da prevalência do pensamento industrialista no Parlamento imperial e que teria inaugurado uma “época de ouro” na história econômica brasileira do século XIX. Dos quase 2.500 produtos atingidos pela lei, apenas 2.146 estavam submetidos à nova taxa média de 30%. Outros 173 produtos tinham taxações que variavam entre 2% e 60%. Vista como uma afronta à Inglaterra pela recusa na renovação dos privilégios, a Lei Alves Branco não diferia das alíquotas da Bélgica e da Holanda (30% e 35%) e era bem inferior às do Zollverein, da Itália, da França e dos Estados Unidos (aonde chegava a 50%) na época.

É inegável o caráter industrialista da lei de 1844, e o próprio Alves Branco o reconhece em discurso no Parlamento reproduzido no Relatório de 1845:

> Sim, Senhores, com huma Tarifa meramente fiscal, e que não podíamos fazer variar em consequência de Tratados, fomos forçados a tirar de empréstimos nestes últimos trinta e quatro annos enormes quantias. Com huma Tarifa meramente fiscal, e que nada protegia, mallograrão-se no paiz muitas tentativas de manufacturas [...] (Relatório do Ministério da Fazenda, 1845, p. 37).

Se, de um lado, isentava de tarifas gêneros de consumo alimentar – vinhos, farinhas, peixe –, de outro, desagravava ainda mais máquinas a vapor (que já eram isentas e agora não pagavam nem taxa de expediente) e insumos industriais – folha de flandres, cobre, ferro. Quotas de 40% a 60% ficavam reservadas aos vidros e chás produzidos no Brasil ou a itens como o canhamaço, que podiam ser facilmente substituídos. No entanto, o que Cervo e Bueno chamam de “espírito de 1844” teria sido desmobilizado por seu próprio sucesso. O sucesso da cafeicultura e suas rendas seguras teriam acomodado a elite nacional, que não buscou alternativas de superação e desenvolvimento. Contribuiu para tanto o que esse autor caracteriza como

uma política tarifária errática[128], na qual se sucediam leis liberais – que ele considera predominantes – a leis protecionistas, impedindo a previsibilidade e a organização eficaz do processo econômico nacional. Esse é também o entendimento de João Antônio de Paula. Protecionismo, livre-cambismo, de novo protecionismo logo sucedido por mais livre-cambismo, que se alternaram, sempre aumentando as tarifas de acordo com a necessidade de arrecadação.

André Villela discorda da avaliação e propõe uma metodologia diversa. Analisa a média tarifária ponderada pelo peso/impacto do produto taxado e, após passar em revista uma por uma, considera que, no geral, as tarifas tiveram caráter protecionista. Reconhece que, depois de mais de uma década de vigência da Lei Alves Branco, a influência de Ângelo Muniz da Silva Ferraz[129] nas tarifas que se seguiram contribuiu para uma desoneração média de cerca de 5% do total, mas que logo foi alterada pela própria tarifa que leva seu nome (1860), que majorou essa média em 10% no início dos anos 1860, anulando na prática os efeitos das medidas anteriores. A média tarifária *ad valorem* no Brasil, ensina Villela, estava por volta de 26% em 1862.

O protecionismo se tornaria ainda mais necessário durante a Guerra do Paraguai, quando os direitos aduaneiros passaram a ser cobrados em ouro. A arrecadação aumentou em cerca de 50% no final da década de 1860, e a tarifa média ultrapassou a casa dos 30% novamente. As medidas provocaram aumento de preços de bens de consumo, gerando reações, mas, apesar disso e tendo contado com consultas aos comerciantes e aos inspetores, as tarifas Itaboraí e Rio Branco aumentaram

ainda mais a carga tributária para dar conta dos déficits constantes do governo agravados durante a Guerra do Paraguai. A média dos direitos cobrados na década de 1880, apesar das várias tarifas aprovadas, permaneceu em torno de 30% *ad valorem*. Nos anos finais do Império, a Tarifa Belisário e a Tarifa João Alfredo tiveram por consequência ampliar esse patamar para a casa dos 40%, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento industrial que se percebia então.

Os dois principais objetivos da política tarifária do século XIX eram o fiscal – meramente arrecadatório – e o "protecionista". O primeiro era bastante consensual entre os *policy makers* brasileiros, dada a dependência do tesouro dessa arrecadação. Em média, 60% do total do orçamento provinha de impostos de importação, tendo esse valor chegado ao máximo de 68% em 1854. Mesmo os liberais precisavam concordar com a inviabilidade de uma abertura econômica ideológica que quebrasse o Estado. Em relação ao caráter protecionista, contudo, os debates no Parlamento se sucediam, prevalecendo sempre a posição pragmática de desagravar os gêneros alimentícios e os bens de consumo de massa e insumos industriais, aumentando as tarifas para os produtos que o Brasil já produzia. Evidencia-se uma intencionalidade protecionista ao longo de todo o Império, e não apenas durante a vigência do espírito de 1844. Percebe-se que o estamento burocrático estatal soube, ao longo do Império, mitigar e equilibrar os anseios e as pressões livre-cambistas dos importadores e dos setores ligados à lavoura.

O orçamento, entretanto, não conseguia superar seu déficit constante. José Murilo de Carvalho chega a citar a constante máxima parlamentar que dizia "O império é o

déficit", já que as promessas de equilíbrio orçamentário feitas por cada novo gabinete que assumia o governo eram sucessivamente descumpridas. Os motivos da perenidade deficitária em geral são identificados com as despesas militares (intervenções no Prata nos anos 1850 e a Guerra do Paraguai) e com as secas e epidemias do Nordeste[130], que agravavam sobremaneira esse déficit, contaminando os sucessivos orçamentos. Carvalho defende a mudança de foco dos gastos para a arrecadação.

Excessivamente concentrado no setor externo da economia, esse autor explica como o governo arrecadava mal. Era desprezível o impacto dos impostos, afora os de importação e exportação. Alguns, como o imposto de renda, foram inexistentes até depois da Guerra do Paraguai e, ainda assim, só atingiam os funcionários públicos. Vários impostos urbanos, como o de aluguel e rurais, como o que incidia sobre os escravos, eram sonegados escandalosamente, e o imposto sobre a terra, presente na lei de 1850, jamais foi regulamentado. Assim, quase quatro quintos do total da arrecadação do Império dependia do setor externo da economia, sendo, como vimos, uma média de 60% advinda dos impostos de importação. A razão disso era a facilidade de controlar e de fiscalizar essa cobrança, muito mais difícil do que em outros tipos de arrecadação. Os bens importados entravam no Brasil quase que exclusivamente pela via portuária, e um Estado centralizado concentrava nos poucos portos do país quase toda a sua estrutura fiscal. Restava pouca atividade fiscal para as províncias – justamente o imposto de exportação – e quase nenhuma para o município, na contramão do que ocorria nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Uma estrutura federativa muito mais descentralizada deixava cerca de metade do trabalho de arrecadação de impostos para o

município, maximizando o alcance dessa cobrança. Feita por indivíduos próximos física e socialmente dos contribuintes, diminuía-se o risco de sonegação. Uma administração centralizada e distante como a da monarquia brasileira tinha enormes dificuldades de garantir a cobrança eficaz de seus impostos a grandes senhores e latifundiários acostumados a não pagar nada. Faltava capilaridade à estrutura fiscal brasileira ao longo do século XIX, o que forçava a dependência do estatal das tarifas alfandegárias.

Os déficits eram naturalmente compensados com o endividamento externo, que não parou de crescer ao longo de todo o século XIX[131]. Tendo terminado o Primeiro Reinado na casa dos 5 milhões de libras esterlinas, percebe-se uma interrupção de quase uma década de empréstimos internacionais nos anos que se seguiram à aprovação da Lei Alves Branco (1844), sendo novamente necessário tomá-los em 1852. De qualquer modo, de 1829 (empréstimo de tipo 52) até 1859 (empréstimo de tipo 95,5), a credibilidade internacional financeira do Império crescera no ritmo da qualificação das instituições e da organização do Estado.

O padrão é justamente o da necessidade. Assim como a guerra contra Rosas aumentou o déficit, exigindo a retomada dos empréstimos, novamente a Guerra do Paraguai elevaria a dívida pública a patamares até então nunca atingidos, chegando aos 20 milhões de libras na década de 1880 e quase dobrando depois disso, na transição para a República. O credor hegemônico era naturalmente o Reino Unido, com destaque para a casa Nathan Mayer Rothschild e irmãos, que, em 1855, se tornaram agentes financeiros exclusivos do Império. Apesar disso, em virtude de considerações de ordem política, durante a chamada diplomacia dos patacões, na região

platina, o Império assumiria – de forma inusitada e inédita – o papel de credor a partir de 1850[132]. Naturalmente, o serviço da dívida impactava de modo significativo o orçamento, tendo ultrapassado a casa dos 30% na última década do regime.

Eram também os ingleses os principais investidores no Brasil. Esses investimentos se concentrariam, depois de 1850, nos setores de infraestrutura, sobretudo nas estradas de ferro, mas também nos engenhos de açúcar e nos moinhos. Com a estabilização política, o Brasil chegou a ser um dos principais destinos não europeus dos investimentos britânicos, perdendo espaço para a Argentina apenas nas décadas finais do século XIX.

A questão da mão de obra no Brasil imperial já foi objeto de sucessivas avaliações na fase discursiva do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD). Há duas vertentes: uma é o processo histórico que levou à superação da mão de obra escrava, que, por sua importância – e também destaque na historiografia –, merecerá uma seção à parte, “A legislação abolicionista”; a outra é a relação do fim do escravismo com a política imigratória do Brasil do século XIX.

De um lado, o escravismo viveria seu ápice com a cafeicultura – tanto em termos demográficos quanto de produtividade –, de outro, entraria em rápido declínio em face dos questionamentos, notadamente morais e ideológicos, que enfrentaria por meio de pressões externas – sobretudo inglesas até 1850 – e internas, com o advento do movimento abolicionista após a Guerra do Paraguai. É uma falsa correlação a que identifica o fim da escravidão com o advento e o desenvolvimento capitalista, e

numerosos trabalhos brasileiros e estrangeiros comprovam a convivência lucrativa de zonas escravistas vinculadas à produção capitalista por décadas a fio. O historiador norte-americano Eugene D. Genovese, em *Economia política da escravidão*, defende que o sul agrário algodoeiro era capitalista na plena acepção do termo.

O que se percebe na análise do escravismo brasileiro do século XIX é que ele reduz progressivamente seu escopo: primeiro, geograficamente, concentrando-se no Sudeste graças ao crescente tráfico interno favorecido pelo aumento de preço – o preço do escravo quadruplicou ao longo do século XIX, sobretudo a partir de 1850[133] – e, depois, numericamente. Em 1872, apenas 15% da população era de escravos, e esse número não chegaria a um milhão de indivíduos em 1888. O marco de ambos os declínios é a Lei Eusébio de Queirós, que analisaremos especificamente em outra seção deste capítulo. Basta ter claro que, com a cessação da fonte externa de abastecimento de mão de obra escrava, a reprodução interna não era, como nunca havia sido no Brasil, suficiente para manter positivo o crescimento vegetativo, ao contrário do que se verifica nos Estados Unidos, onde o tráfico se encerra em 1831, mas a 13.a emenda libertou quatro milhões de escravos. Some-se ainda a prática culturalmente bem brasileira de disseminação da manumissão – alforria –, que fazia com que, após quatro séculos de escravismo, a população escrava não representasse, em 1872, nem um terço do total da população negra e parda brasileira.

Ao declínio do escravismo se contrapõe a necessidade de substituir a mão de obra cativa, e a opção, fortemente ideologizada, será pelo imigrante europeu. Tentativas de trazer para o Brasil chineses, como na Califórnia,

redundaram em proibição parlamentar e em perseguição aos poucos que aqui aportaram. Fazia parte do entendimento da elite brasileira que o “branqueamento” era uma alternativa para civilizar o país. Trazendo imigrantes europeus, acreditavam trazer também a civilização e o progresso. As tentativas de estabelecimento de colônias europeias semiautárquicas tiveram início ainda no período joanino – suíços na Serra Fluminense, em Nova Friburgo – e seguiram com a presença de alemães no Sul durante o Primeiro Reinado. Esse tipo de colonização feito com terras doadas pelo Estado com o uso de mão de obra familiar não sobreviveria e foi substituído por duas outras modalidades: a parceria e a imigração subvencionada.

A parceria era financiada pela iniciativa privada, e seu pioneiro foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, que, em 1846, levou para Limeira, em São Paulo, 177 famílias de imigrantes suíços e alemães que cuidavam das plantações de café junto aos escravos na fazenda de Ibicaba[134]. Misturar as duas formas de mão de obra causou muitos contratempos. O endividamento dos parceiros e, sobretudo, o tempo que demorava a maturação do café – no mínimo quatro anos – fizeram com que os colonos se sentissem ludibriados. Reclamavam da pesagem das sacas e dos maus-tratos e se revoltaram liderados por Thomas Davatz, que, ao voltar para a Europa, escreveu um livro contando as agruras dos suíços e alemães no Brasil. Diversos reinos germânicos e a Suíça proibiram a imigração, e isso contribuiu para o declínio do sistema de parceria.

O sistema mais largamente utilizado foi o da subvenção do governo – do Império e das províncias –, que, embora iniciado anteriormente, atingiu sua maturidade na década de 1870, durante o gabinete Rio Branco. A partir daí, o

número de imigrantes europeus mais do que dobraria a cada década. Pouco mais de 100 mil nos anos 1860, pouco menos de 200 mil na década seguinte, mais de 500 mil na década de 1880 e mais de 1,2 milhão de imigrantes na última década do século, processo intenso que só seria interrompido na Era Vargas. Dois terços desses imigrantes eram italianos e portugueses, mas também vieram japoneses (3%), espanhóis (14%) e diversas outras nacionalidades europeias.

Com legislações específicas para regulamentar o trabalho dos estrangeiros desde 1830 (lei que inaugurou a possibilidade de imigração para o trabalho), houve modificações em 1837 e em 1879, esta última regulamentando os diversos tipos de parceria em um momento em que havia enorme demanda de mão de obra para a cafeicultura no contexto de fim da escravidão. Ganha destaque aí a ação da província de São Paulo, que subvencionará um enorme contingente de imigrantes italianos, seu transporte e sua acomodação, minimizando parcialmente a dependência dessa província da mão de obra cativa.

Outro elemento frequentemente discutido pela historiografia é a questão da terra. Salta aos olhos a coincidência temporal dos marcos jurídicos que regulam a questão da terra e a questão da mão de obra: 1850. É o ano da Lei Eusébio de Queirós e da Lei de Terras. Impossível não estabelecer a vinculação entre as duas medidas, cuja promulgação foi separada por semanas. Na leitura dos discursos da aprovação da Lei de Terras, percebe-se claramente o impacto que a percepção do fim da escravidão tem na regulamentação – e crescente obstaculização – do acesso a terra. A comparação com os Estados Unidos é

ilustrativa. Lá o sistema estabelecido pelo Homestead Act (1863) ampliou, em larga medida, o acesso a terra, oferecendo aos pioneiros terra muito barata ou quase de graça. Aprovada no contexto da guerra civil pelo presidente Abraham Lincoln depois de ter sido vetada por seu antecessor, James Buchanan, o Homestead era a consubstanciação da concepção vitoriosa do Norte de pequenas propriedades e livre-iniciativa. No Brasil, era como se o Sul tivesse vencido sem a necessidade de guerra civil. Nossa Lei de Terras anterior é, ao contrário, o congelamento do modelo de latifúndios herdado do sistema de sesmarias.

Assim como na França revolucionária e até no Japão pós-guerra, a distribuição de terra foi um dos pilares essenciais para a melhor distribuição de renda e premissa para o desenvolvimento. Nos Estados Unidos, o modelo vigorou até 1976 e transferiu cerca de 1,6 milhão de lotes para os pioneiros, em um total de 270 milhões de acres, cerca de 10% do território americano. No Brasil, urgia impedir que os imigrantes que viriam para substituir os escravos tivessem acesso a terra. A terra, extensa e imensa, de acesso relativamente simples durante o período colonial, já era inalcançável, já que, para explorá-la no modelo de *plantation* hegemônico, era necessário grande contingente de mão de obra escrava, investimento proibitivo, exceto para os mais abastados. Uma vez colocada no horizonte a perspectiva de encerramento do escravismo, urgia restringir urgentemente o acesso a terra, que passou a ser o meio de hierarquização no Brasil dos séculos XIX e XX, cumprindo o papel excludente e segregador antes reservado à propriedade de escravos. Na experiência americana, a atração de imigrantes, oferecendo-lhes terra, ampliou imensamente a base econômica e o mercado interno do país. No Brasil, o imigrante vinha para trabalhar em terra

alheia, com pouca ou nenhuma perspectiva de se tornar proprietário.

A Lei de Terras guardava, portanto, relação direta com a questão da imigração. Os recursos das terras vendidas em hasta pública – a partir de 1850, terras públicas só poderiam ser adquiridas por meio de compra[135] – deveriam ser usados para subvencionar a vinda de imigrantes. Estes estavam proibidos de comprar terras antes de viverem pelo menos três anos no Brasil. Criava-se uma Repartição de Terras Públicas para supervisionar o processo.

Para José Murilo de Carvalho, no entanto, vários dos dispositivos da lei se tornaram letra morta. Nas décadas que se seguiram, não se conseguiu aprovar um imposto sobre a posse de terras, essencial até para fins de fiscalização, como não se conseguiu sequer proceder ao cadastramento das propriedades fundiárias e à verificação das sesmarias caídas em comisso (que haviam perdido a validade). Todos os dispositivos da lei que estabeleciam algum tipo de regulamentação, ameaça ou ônus aos grandes latifundiários do país não foram aplicados. Era “o veto dos barões” à tentativa de intromissão do Estado em seus privilégios.

Todo o debate sobre o trabalho escravo e imigrante só faz sentido se o compreendemos sob o contexto do enorme desenvolvimento da cafeicultura no Sudeste ao longo do século XIX. A cafeicultura se estabeleceu primordialmente no Rio de Janeiro no início do século XIX, vinda do Pará. Estabeleceu-se no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista e depois se expandiu para a zona da mata mineira e para o “novo” oeste paulista, onde a produtividade mais que dobrou em virtude de propriedades de terra menores, porém mais férteis e com inovações técnicas relevantes. A

demanda crescente do produto no mercado internacional deveu-se especialmente aos Estados Unidos, cuja crescente população ao longo daquele século parece ter adquirido o gosto pelo consumo da rubiácea. O aburguesamento do gosto francês e a urbanidade de sua civilização de cafés parisienses, aos poucos exportada mundo afora, também contribuíram para o enriquecimento dos barões do café brasileiros.

No plano interno, a cafeicultura era favorecida ainda pela política de desvalorização cambial, que aumentava a renda dos produtores e estimulava um crescimento constante da produção brasileira. O salto é extraordinário: de 3 milhões de sacas de café na década de 1830 para quase 52 milhões de sacas na década de 1880. Até o final do Império, mais da metade dessa produção era fluminense. São Paulo respondia por menos de um quarto do total. Na República, essa proporção mais que se inverteria, percebendo-se também o crescimento da produção mineira, que representava pouco mais de um quinto do total.

Além da questão da produtividade, percebe-se igualmente a vinculação política dos cafeicultores fluminenses com a monarquia – um em cada quatro era barão –, herança do tempo saquarema que não se verificava em suas contrapartes paulistas, “os empresários do café”, menos dependentes da mão de obra escrava, menos conservadores, mais abertos às ideias novas e menos vinculados à Corte. Não surpreende que o Partido Republicano mais organizado e forte tenha surgido em São Paulo ainda em 1873. Defendiam o federalismo e renegavam a centralização excessiva, que transferia os recursos da cafeicultura para as províncias do Nordeste em

constante déficit ou acometidas por mazelas, como a seca cearense de 1877-80.

João Antônio de Paula identifica, no sucesso da cafeicultura, a gênese do processo de difusão da malha ferroviária a partir de 1850, mas ganhando vulto na década de 1870. Sobretudo em São Paulo, a difusão dos investimentos em infraestrutura de produção de energia acompanhou o vigoroso processo de urbanização em curso. Com o crescimento da malha ferroviária nas províncias do Sudeste, há significativa unificação do mercado interno, barateia-se o preço dos bens e se favorece o intercâmbio entre pessoas e ideias. Criam-se também numerosas oficinas, onde operários e mecânicos qualificados são inseridos na dinâmica de trabalho capitalista moderna, formando até associações de trabalhadores, que legariam à categoria de ferroviários nas décadas seguintes mais esclarecimento e politização se comparados aos demais setores.

A cafeicultura favoreceu ainda o surgimento e o fortalecimento do setor bancário a partir dos comissários do café, que financiavam sua comercialização e atraíam capital inglês. Os ingleses abriram grande número de casas bancárias. Surgidas em todo o país nos anos 1830 e 1840 após o encerramento do Banco do Brasil. Recriado em 1854, em fusão com o banco pertencente ao Barão de Mauá, o Banco do Brasil é apenas o mais importante entre os muitos bancos surgidos nessa década, até a crise bancária de 1857. O debate entre "papelistas" e ortodoxos sobre se deveriam ou não os bancos ter privilégios de emissão acabaram pendendo pelo monopólio de emissão do Tesouro, que, como vimos, contribuiu para a perene desvalorização do mil-réis que favorecia o setor cafeicultor.

Há ainda os que vinculam a cafeicultura à industrialização, como é o caso de Warren Dean. A obra de Dean se contrapunha aos textos clássicos de Roberto Simonsen, que, ainda na lógica estanque dos ciclos econômicos, defendia a oposição absoluta entre a cafeicultura e a indústria. Autores mais recentes recuperam as conclusões de Simonsen para defender que, mesmo que a renda e os estímulos do "sucesso" do café tenham favorecido o despontar incipiente da atividade industrial, a dependência econômica estrutural de um produto primário, de exportação, perpetuava indefinidamente nossa situação de dependência e garantia ao Brasil um lugar periférico no concerto das nações. Jacob Gorender, por exemplo, vê na industrialização do século XIX maior relação com o artesanato que com o café.

Alguns elementos, no entanto, são incontroversos no que tange à historiografia da industrialização dezenovesca. Ela esteve restrita a determinados segmentos e contou com expressiva participação do capital estrangeiro, sobretudo nas áreas de infraestrutura, mineração e transportes. A profícua legislação tarifária, igualmente, como vimos, fruto de controvérsia historiográfica, também parece ter contribuído para o desenvolvimento de alguns setores protegidos. Os têxteis (juta, lã e algodão) representavam mais da metade da indústria brasileira no Império; a indústria de madeira, móveis, instrumentos de madeira e carpintaria estrutural, cerca de 10%. Além desses destaques, percebe-se o crescimento dos setores de calçados, chapéus, moagem de cereais, vidro, sabão, velas e gráficas. Aliás, os trabalhadores das gráficas foram os primeiros a fazer uma greve no Brasil em 1858.

As associações de promoção industrial, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, criada em 1827, e a Associação Industrial, de 1881, não parecem ter sido capazes de fazer *lobby* junto ao governo para uma política industrial mais proativa que superasse apenas a sucessão de leis tarifárias, primordialmente voltadas para a arrecadação e para a composição do orçamento. É por isso que João Antônio de Paula destaca não ter havido industrialização no sentido de mudança completa do modelo de produção da sociedade, defendendo o uso da expressão “surto industrial”. Estas associações apesar de inspiradas nas ideias intervencionistas de Friedrich List, ainda teriam de esperar até o século XX para que o Estado brasileiro as colocasse em prática de modo sistemático e eficaz.

Isso fica patente na biografia empresarial de Irineu Evangelista de Sousa, o barão, depois visconde de Mauá, entre 1845 e 1875, os anos de apogeu do Império e também apogeu da fortuna daquele que foi o maior empresário desse período. Investiu em estaleiros, infraestrutura, bancos, ferrovias, comércio e companhias de navegação. Em vez de ter o Estado lhe apoiando, apoiou inúmeras vezes o Estado, fazendo empréstimos a fundo perdido para a República Oriental do Uruguai, famosa por sua insolvência. Falido após a Guerra do Paraguai, evidenciava os limites da industrialização em um país periférico, escravista e sem política institucionalizada de fomento à modernização.

4.4 O panorama cultural do Segundo Reinado

Atraso atávico e ideias fora do lugar. O colégio Pedro II e o Ensino Superior. O Romantismo e suas gerações. Poesia e prosa. O naturalismo e o

parnasianismo. O Teatro no Império. O Mecenato Imperial e a construção de uma identidade nacional. Instituições Culturais: O IHGB e o Indianismo. A Academia Imperial de Belas Artes.

O marco político de início do Segundo Reinado foi o Regresso Conservador que legou um projeto monárquico e centralizador com profundo impacto cultural ao Segundo Reinado que duraria quase meio século. O liberalismo radical dos anos da regência foi substituído por uma matriz conservadora hegemônica inclusive entre os principais próceres do partido liberal, segundo o entendimento de Ilmar Mattos em “Tempo Saquarema”. O liberalismo brasileiro parecia, segundo o entendimento de alguns autores, “fora de lugar”.

Mas a verdade é que em todas as circunstâncias históricas as ideias estão sempre meio desajustadas à realidade. A realidade teima em ser diferente da teoria, e mesmo a escravidão que serve de principal baliza para explicitarmos a contradição do liberalismo brasileiro só foi abolida na democracia americana pela 13a emenda de 1865, e apenas um pouco antes nas colônias inglesas (1838) e francesas (1845). Se hospedávamos ideias deslocadasentre nós, nunca estivemos sozinhos no clube dos maus anfitriões.

Também não procede a alegação de discronia, o atraso atávico das ideias em relação às europeias. Se o romantismo surge entre nós nos anos do Regresso, também na França, esteve muito atrasado se comparado à Alemanha e à Inglaterra. O romantismo brasileiro, herdeiro do francês, traduziu suas ideias por aqui quase que imediatamente graças ao pioneirismo de Gonçalves de Magalhães[136] e Araújo Porto Alegre. O IHGB (1838) que auxiliou em sua

difusão “oficial” foi criado apenas quatro anos após sua inspiração francesa. O mesmo vale para o positivismo que foi disseminado no Brasil quase que imediatamente por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, contemporâneos de Littré e Laffitte que divulgaram a “ordem e o progresso” após a morte de Comte em 1857. O Colégio Pedro II, criado em 1837, tinha em seu *curriculum* aulas de descobertas científicas que haviam ocorrido menos de uma década antes na Europa. Os alunos brasileiros estavam atualizadíssimos com a moderna ciência da época, possivelmente mais que muitos alunos dos dias de hoje.

Ao Colégio Pedro II, ícone máximo da educação básica no Império somam-se diversos outros colégios regionais e estaduais que seguiam os modelos do Pedro II. Era o único colégio que dava aos seus formandos o título de bacharéis em ciências e letras e que lhes franqueava acesso automático nas instituições de nível superior do Império.

Destas as duas mais relevantes eram as duas faculdades de Direito em São Paulo e Pernambuco que entre a Regência e o Segundo Reinado substituíram definitivamente a Universidade de Coimbra como centro de formação de bacharéis. Para José Murilo de Carvalho, foram os magistrados o grupo social responsável pelo Regresso centralizador que consolidou o Estado Imperial e a homogeneidade jurídica da formação reformista conservadora, herdada de Coimbra e reproduzida nas faculdades de direito brasileiras, o que garantiu a unidade da monarquia. Não é possível entender a história cultural brasileira no Segundo Reinado e mesmo depois, sem levarmos em consideração que a maioria esmagadora dos poetas, romancistas, ensaístas, filósofos, e escritores em

geral tinham formação jurídica. A cultura jurídica permeia generalizadamente a formação intelectual brasileira.

O ensino da Engenharia estava restrito às escolas militares, e só passou a ser oferecido aos civis em 1874 com a criação no gabinete do Visconde do Rio Branco – ele próprio militar de formação matemática – da Escola politécnica do Rio de Janeiro. Priorizava-se, compreensivelmente, o ensino da ciência da mineração e da metalurgia dentro do campo da engenharia nacional. No Período joanino foram criados cursos de agricultura na Bahia e no Rio de Janeiro que até a década de 1870 permaneceram sendo praticamente os únicos onde a ciência agrária era ensinada institucionalmente. Nos anos finais do império escolas de ciências agrárias começaram a se disseminar e se espalharam por diversas províncias (Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo). Também foi o caso das escolas de medicina cirúrgica (Rio e Salvador) que se tornaram no período regencial (1832) faculdades de medicina.

Naturalmente a primazia cultural se deve ao Instituto Histórico e Geográfico Nacional (1838), principal instituição de pesquisa e polo difusor das ideias culturais. Ideia de Januário Cunha Barbosa era composta basicamente por intelectuais palacianos, nobilitados pelo primeiro ou que o seriam pelo segundo. Congregava o princípio ilustrado da busca pelo conhecimento e pela ciência com o espírito romântico que se difundiu a partir do IHGB a ponto de se confundir com ele. Fica patente e indiscutível o caráter “oficial” do romantismo brasileiro e seu objetivo político explícito.

Em sua primeira geração o romantismo brasileiro viabilizava culturalmente o projeto conservador em curso

estimulando o nacionalismo por meio de obras patrióticas que exaltavam a figura do índio. Acusado de antilusitanismo, o paladino-mor do movimento, Gonçalves de Magalhães respondia que em todas as nações do mundo os homens chamam de conterrâneos aqueles que nascem na mesma terra, ainda que falem línguas distintas. Assim sendo, ele optava explicitamente por se irmanar ao índio e esta escolha era política. Criava-se uma mitologia brasileira baseada na pureza, ingenuidade e honra do nativo que foram legadas aos brasileiros mesmo após o genocídio dos nativos pelos portugueses. A literatura patriótica da primeira geração era uma literatura de autoafirmação que tinha uma forte dimensão retrospectiva, nativista, e resgatava poetas do Período colonial como Santa Rita Durão e Basílio da Gama que com o Uraguai e Caramuru já haviam lançado as bases deste indigenismo, tendo os personagens indígenas em papéis protagonistas.

O nativismo do IHGB, ironizado por Varnhagen é típico do romantismo. Trata-se da dimensão retrospectiva de resgate colonial idealizado, tanto dos árcades da inconfidência quanto dos movimentos anteriores aos quais se atribuía um anacrônico desejo de independência de Portugal.

A valorização da natureza – ambiente do índio – também era uma característica do romantismo, que acabou se tornando uma constante no panorama cultural brasileiro. Estava em voga na Europa, por conta da urbanização e do distanciamento do elemento rural, a valorização da paisagem, da natureza selvagem, que motivou as viagens e expedições estrangeiras ao Brasil. Tal percepção do “autoexotismo” foi incorporada pelos escritores brasileiros como um sinal de glória e projeção do Brasil. A natureza exuberante – selvas, praias, rios, montanhas, a diversidade

da fauna e da flora – passou a ser considerada o maior patrimônio nacional.

O principal e mais inspirado poeta dos índios foi o maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), verdadeiro gênio literário brasileiro. Fez parte de uma das últimas gerações do Império a decidir-se por ir estudar direito em Coimbra, onde editou uma gazeta literária. O surgimento de Gonçalves Dias na cena literária brasileira é considerado pelos críticos em geral – Antônio Candido, por exemplo – a superação de quase meio século de falta de inspiração artístico-literária. Seus livros *Primeiros Cantos* (1846) e *Segundos Cantos* (1848) escritos ainda na Europa deram um enorme fôlego ao romantismo brasileiro e sua *Canção do Exílio* é ainda hoje repetida e declamada. A temática do índio nem era a mais frequente em sua obra. Dias cantou ainda a solidão, a melancolia, a natureza, a fé religiosa, e a saudade, da pátria, da infância, todos temas românticos. O olhar da posteridade, no entanto, voltou-se para o índio. O escritor português Alexandre Herculano que elogiou seus livros, lamentava a falta de mais poemas sobre os índios, reclamação tipicamente europeia. Mais que cantor dos índios, Gonçalves Dias foi o cantor do holocausto nativo. Da tragédia e do genocídio do índio, um índio ao mesmo tempo épico e elegíaco, que exigia de Tupã sua vingança. Gonçalves Dias trabalhou para o Império como educador e diplomata e morreu num naufrágio na costa maranhense quando voltava da Europa aos 41 anos de idade. Todos os passageiros e a tripulação sobreviveram, exceto o poeta que foi esquecido no leito onde devia sonhar com Palmeiras.

Os poetas que sucederam Gonçalves Dias, multiplicaram as temáticas e enfoques de modo tão plural que mais inteligente seríamos nos referirmos aos “romantismos” no

plural. O elemento identitário, fortemente político da primeira geração dará lugar à uma introspecção na geração seguinte. A segunda geração romântica, identificava-se com o “mal do século” de Lord Byron, poeta inglês que morrera na Grécia durante a luta de independência deste país. Poetas como Álvares de Azevedo (1831-1852), Junqueira Freire (1832-1855), Casimiro de Abreu (1839-1860) e Fagundes Varela (1841-1875) terão todos em comum a união dos temas do amor e da morte. Morte que aliás os fez célebres. Colheu-os precocemente, com exceção do último que viveu quase três décadas e meia, um recorde neste time – do qual também faria parte Castro Alves – onde não se passava dos vinte e cinco[137].

A forte característica introspectiva desta geração, não raro flertava com a morbidez e com o niilismo. No caso de Álvares de Azevedo, vinha acompanhada da libertinagem, da boemia, da irreverência hedonista que fez dele o “poeta da noite”. Já Junqueira Freire foi marcado pela experiência do claustro religioso que abandou, ainda que tenha mantido a fé, defendia uma religiosidade menos mística e mais humana, mundana e cotidiana. O tema da nostalgia da infância também aparece em Casimiro de Abreu, que se eternizou com o poema *Meus oito anos*.

O elemento político reificador, nacionalista, construtor de uma identidade nacional oficialista da primeira geração contrasta com o caráter contestador da terceira geração romântica. Superando o caráter introspectivo das temáticas românticas da segunda geração, o romantismo da terceira geração é engajado como a primeira mas longe de ser oficialista é fortemente crítico àquele que era a grande questão social do Império: a escravidão. Expressão máxima desta geração chamada “condoreira” foi o jovem poeta

baiano Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871) que foi contemporâneo de Fagundes Varela, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Salvador de Mendonça, Rodrigues Alves, muitos deles seus colegas na faculdade de Direito de São Paulo onde não concluiu seu curso.

Seu mais recente biógrafo, o Embaixador Alberto da Costa e Silva, destaca que no início da década de 1860 quando quase ninguém era abolicionista, Castro Alves, com 16 anos, já escrevia *A Canção do Africano* (1863) e defendia o abolicionismo. Seus poemas contribuíram significativamente para a difusão do movimento abolicionista no Brasil, sobretudo no magnífico *Navio Negreiro* (1868), obra-prima que merece ser lida na íntegra, de preferência em voz alta. Este autor não se aborrecerá com o leitor que interromper a leitura imediatamente para ler agora o *Navio Negreiro*, e inclusive estimula que o faça, mesmo que seja no *Google* do seu s*martphon*e. Dever de aula!

Lido?

Se é que ainda cabe algo a ser dito sobre o *Navio Negreiro*, ficam alguns comentários, muitos dos quais tem o crédito o embaixador Costa e Silva. Parece um filme Hollywoodiano, 70 anos antes de Cecil B. DeMille. A câmara vai descendo dos céus, em um *zoom* de abertura que pega emprestado os olhos do albatroz do oceano. Começa leve, onírico. O poeta sonha e devaneia com o rastro do navio e ao se aproximar, especula que povos navais conduzem o “brigue voador”. Se houvesse trilha sonora seria o Bolero de Ravel com seu crescendo de tensão. A quebra na tranquilidade narrativa abrupta como uma cena de Hitchcock, se dá quando o poeta vislumbra a “cena de horror” na qual “tétricas figuras” são obrigadas a dançar no

convés de um navio negreiro ao ritmo de um chicote enquanto “ri-se Satanás”. Não falta ao cinema poético de Castro Alves *flashbacks* sobre a vida idealizada que os escravos viviam na África, “a virgem na cabana” sequestrada. A parte final é incrível e bem conhecida. Juntos concluem o poema o patriotismo e a indignação. Um manifesto da vergonha de ser compatriota de um país que permite que sua bandeira seja usada para tal “infâmia e covardia”. Faltou um efeito de Cecil B. DeMille que fizesse realmente o mar de Andrada e de Colombo fechar-se para os navios negreiros, mas isto fica subentendido na imaginação dos leitores/ouvintes.

É incrível a coragem de um jovem de 21 anos que declamou seu poema perante o auditório lotado do Teatro baiano para uma audiência majoritariamente cúmplice e beneficiária da escravidão. A repetição de um refrão “Senhor Deus dos Desgraçados” convoca a incorporação da mensagem trágica e a responsabilidade é compartilhada com a plateia na hora da surpresa na hora em que se percebe que a bandeira é na verdade “o auriverde pendão” da nossa terra. O tráfico negreiro já acabou há 18 anos, mas a guerra do Paraguai está em pleno curso em 1868. A licença poética é temporal. No poema o tráfico negreiro está vivo, bem vivo, mas a guerra é passado nos versos “antes te houvessem roto na batalha/que servires a um povo de mortalha!...”.

Mas se a batalha ainda não se havia concluído, o leitor/ouvinte é obrigado a se questionar que tipo de “infâmia”, que tipo de “covardia” subsistirá sob o “auriverde pendão” finda a Guerra. A discronia é brilhante e proposital. Ela amaldiçoa a escravidão e não o tráfico negreiro, apelando para o patriotismo de brasileiros escravistas ou

indiferentes, justo no momento de maior sensibilidade patriótica que é foi a Guerra do Paraguai. Por seu impacto em prol do movimento abolicionista ainda embrionário, é justo dizer que o navio negreiro foi o *Amazing Grace*[138].

Os temas sociais não são exclusivamente voltados para os escravos, embora naturalmente, em virtude de sua realidade Castro Alves tenha acabado por se tornar o “poeta dos escravos”. Ele também se manifestava contra a pobreza e a injustiça em geral, tal qual aparece em diversos de seus poemas. Foi o precursor de uma literatura abolicionista que aparece novamente em Bernardo de Guimarães, José do Patrocínio e Luis Gama, os dois últimos, mulatos, que deram, em seu jornalismo e teatro, voz não branca ao abolicionismo. O abolicionismo é frequentemente retratado como mobilização exclusiva de brancos em prol dos escravos, esvaziando a agência dos negros no processo político que conduziria à abolição. A Lei Áurea, nesta perspectiva historiográfica pálida seria mera dádiva da redentora, à qual os negros deveriam, portanto, gratidão eterna.

Outro poeta que teima em fugir aos cânones tradicionais e não se encaixa nas etiquetas tradicionais das escolhas dezenovescas é Sousândrade, também maranhense, autor do livro *Guesa Errante* escrito em Nova York durante décadas e concluído em 1888. Tinha uma perspectiva indigenista muito curiosa, por ser o índio do continente americano – o inca – não o índio brasileiro. Cheio de neologismos, de rimas mais livres e fugindo à métrica, o *Guesa* é profundamente critico ao capitalismo, que Sousândrade enxergava como uma doença. Esquecido por quase um século Sousândrade foi recuperado pela crítica literária dos irmãos Campos, pioneiros do construtivismo na

década de 1960, responsáveis pela análise e resgate de sua obra.

Em prosa os grandes expoentes literários do Período romântico foram José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Manoel Antônio de Almeida. Todos três ambientaram seus romances na corte fluminense, mas cortes muito distintas. Macedo, preferia focar no polo palaciano, a elite nobilitada, enquanto Almeida, em *Memórias de um sargento de Milícias* (1854) trata da rua, da vida cotidiana daqueles que “se viravam” para sobreviver na corte fluminense, fossem remediados ou funcionários públicos pobres, como é o caso de Leonardo, o protagonista que se torna sargento da guarda que o perseguia quando moleque. Um romance “malandro” no dizer de Antônio Cândido. Alencar era o meio-termo. Optou por enfocar a camada média da sociedade imperial em seus romances urbanos. Seria uma espécie de Nelson Rodrigues às avessas. Tal qual o dramaturgo do século XX, preferia submeter seus personagens a situações extremas, no limite da ética mas o final feliz e moralista, fortemente conservador e tradicionalista, contrastava com a mercantilização das relações amorosas que ele retratava em suas tramas – *Lucíola*, *Senhora* – e o diferenciava do vanguardismo sexual de Nelson. O conservadorismo também aparece nas obras indigenistas, nas quais o índio será dignificado e valorizado na medida em que se submete ao colonizador e é por ele acolhido. A valorização do elemento colonizador contrasta com a postura crítica em relação aos portugueses de Gonçalves de Magalhães.

A geração seguinte é a geração de 1870, a geração de Castro Alves que morreu muito antes que os demais colegas

brilhantes de sua geração alcançassem a notoriedade que ele precocemente alcançou.

Para Silvio Romero a geração de 1870 foi a expressão de "um bando de ideias novas" importadas cuja cópia ficou mal ajustada ao Brasil. Ângela Alonso repudia esta visão, expressa ainda de modo mais sofisticado em Roberto Schwarcz, que defende que as ideias "estavam fora do lugar". Alonso utiliza o conceito de "repertório" resgatando a agência dos intelectuais brasileiros na seleção, incorporação e adaptação das ideias europeias e americanas ao Brasil. Frutificaram nacionalmente aquelas ideias que melhor serviriam ao *reformismo* sociopolítico, a partir da década de 1870.

Alfredo Bosi enfatiza em seu texto sobre a cultura no segundo reinado o legado oposto do positivismo e do darwinismo escolas que se desenvolveram no Brasil no bojo da geração de 1870. Marcados pelo evolucionismo os herdeiros de Comte e Spencer epitomizaram o debate intelectual brasileiro dos anos finais do regime monárquico com legados bastante distintos. O positivismo tem uma visão mais autoritária e enxergava a "ditadura" como uma alternativa positiva de modernização e progresso. No entanto, herdeiros notórios dos positivistas como Marechal Rondon, Júlio de Castilhos e Getúlio Vargas legaram-nos a proteção aos índios e a legislação trabalhista. Por outro lado os darwinistas spencerianos enxergavam no progresso um obstáculo determinante: a marca racial. A ideia de branqueamento racial afetou diversas gerações de intelectuais e políticos brasileiros que acreditavam que o Brasil só se desenvolveria mediante atração de imigrantes que viabilizassem no médio e no longo prazo o branqueamento da população.

Se liberalismo legou conquistas políticas importantes, havia, no entanto, negligência para com os direitos sociais, como, aliás, é típico do liberalismo do século XIX. Entre os positivistas o racismo tinha muito menos espaço. Este debate apareceu de modo mais bem acabado na disputa entre Clóvis Bevilacqua e Rui Barbosa para a confecção do código civil brasileiro que só ficou pronto em 1916, já sob a República.

Rui Barbosa, tal qual Joaquim Nabuco e o próprio Castro Alves, colega de turma que desapareceu tão cedo, tiveram suas obras marcadas pelo dilema e luta pela liberdade. A liberdade dos escravos era a mais óbvia e explícita, mas nas obras do primeiro baiano aparecem igualmente a liberdade religiosa – e o direito a voto para os não católicos – e a liberdade de ensino, reformas que Rui tentou implementar, sem sucesso, no período de governo liberal na última década do regime.

A disseminação do pensamento científico, fortemente enviesado pelo racismo cientificista, presente nas escolas de medicina, por exemplo, teve impacto grande na literatura. O realismo brasileiro foi influenciado por Emile Zola e seu *Germinal* (1885) quase que imediatamente. Em o *Ateneu* (1888) de Raul Pompéia e *O Cortiço* (1890) Aluisio Azevedo encontram-se os dois mais famosos exemplos literários de determinação do homem pelo meio em que vive. A comparação das massas humanas com os vermes que se movem para o trabalho de modo cego e instintivo é comum em Aluisio Azevedo e em Zola. O português trabalhador e dedicado supervisor da pedreira vai se deixando cair no estupor da atividade degradante da vida do cortiço, passa a beber cachaça, se amasia com uma brasileira e larga família. O tom da ironia é moralizante. Ao

se livrar da Bertoleza, escrava com quem fez a vida antes de enricar, João Romão segue para o encontro de abolicionistas sem maiores dramas de consciência.

Já na obra de Raul Pompéia, a escola de jovens é vista como um microcosmo da sociedade cruel. Os determinismos são de natureza hereditária e a crueldade, a competição, as assimetrias da sociedade fazem da escola ambiente igual e não protegido. O retrato é ameaçador. O naturalismo de Raul Pompéia assim como o de Machado de Assis, vislumbra as características e os defeitos da alma, mais que os vícios do corpo que aparecem em *O Cortiço.*

Machado de Assis é autor à parte. Basta dizer que um mulato autodidata se tornou o maior escritor brasileiro de todos os tempos. Sua obra foi analisada centenas milhares de vezes em outras obras que se tornaram por sua vez igualmente clássicas. Ela vai se desenvolvendo sempre genialmente, do jornalismo aos contos, das crônicas de periódicos aos romances como *Quincas Borca*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro* e *Esaú e Jacó*, todos marcados pela ironia social e política, pela incrível capacidade de desnudar psicologicamente seus personagens e de provocar a reflexão no leitor, inclusive para a posteridade, que segue em dúvida até nossos dias sobre a traição de Capitu em *Dom Casmurro*. Apesar de ter tido sua obra atravessando a mudança de regime, e sua carreira sendo coroada com a criação da Academia Brasileira de Letras, Machado é certamente um escritor da monarquia, período no qual construiu sua trajetória.

O parnasianismo e o simbolismo trazem à tona uma discussão mais ampla da *arte pela arte.* Uma arte menos engajada que prenuncia novamente este mesmo debate na comparação entre o Teatro Brasileiro de Comédia (Anos 50)

vs. O Opinião e o Arena (anos 60), ou entre o tropicalismo e a jovem guarda, ou ainda entre o cinema novo e a chanchada. Naturalmente tratam-se distinção entre expressões artísticas que buscam na sua função social ou política o elemento de classificação. Diz Bosi:

> a poesia converteu-se em uma sociedade regida culturalmente pelas novas burguesias, em aparelho decorativo. Seu *status* passou a valer enquanto objeto pairando fora do tempo e do espaço cotidiano.

Os parnasianos optam pelo fetiche da palavra. O conteúdo é menos importante que a forma, insurgindo-se contra o romantismo subjetivo. A objetividade é concreta em sua semântica, mas o fim maior são as rimas ricas ainda que estas expressem sentimentos poderosos de sensualidade, erotismo e volúpia em Olavo Bilac, ou de reflexão melancólica em Raimundo Correia.

Tal qual o parnasianismo o teatro do Império, como, aliás, em qualquer tempo sofria ainda mais os dilemas provocados pela necessidade de equacionar a *arte pela arte* com a expressão de uma arte reflexiva ou crítica. A necessidade do público condiciona o teatro de modo muito mais imediato do que condiciona a literatura ou a poesia. O custo de produção e reprodução da poesia é ínfimo se comparado ao teatro, e pode ser bancado por diletantes. O hábito do caderno de poesia nas salas das "boas" famílias contribuiu, segundo Alberto da Costa e Silva para a fama de Castro Alves entre seus contemporâneos. Mesmo uma audição ou declamação teatral prescinde de música, cenário ou figurino. A moda de ser poeta que gerações de bacharéis bem educados viveram nos anos do império, parece ter sido ainda mais poderosa que a moda das bandas e violões entre a juventude brasileira a partir dos anos 50. Em um e outro caso, fica patente que a quantidade gera quantidade e os

talentos se criaram por meio da interlocução e da prática. Tudo isso é mais difícil no teatro – e no século XX, no cinema – o que explica que o gênio de Gonçalves Dias tenha frutificado em sua poesia mas não no seu teatro.

A formação de um processo econômico por trás dos espetáculos teatrais na corte começou a se criar com a vinda da família real e se consolidou com a dramaturgia de Martins Pena. Em dupla com o ator João Caetano, com quem formou uma parceria artístico comercial muito bem-sucedida, foram produzidas dezenas de peças, em geral comédias que eram da preferência do público, mesclando situações motes de comicidade que envolviam os tipos os mais variados da sociedade brasileira de então. O cortesão, o meirinho, o funcionário público, o barão, o escravo, a mulher adúltera, o médico, o capitão da guarda nacional. A criação de tipos facilmente identificáveis criou um estilo de comédia que teria vida duradoura no teatro, no rádio e na televisão brasileira no século XX. A comédia de tipos que celebrizou Jô Soares, Chico Anysio e tantos outros programas de humor cuja raiz parece estar no nosso teatro dezenovesco incrivelmente prolífico, do qual Martins Pena foi o grande promotor nos anos de 1830/1840.

Nas décadas finais do Império, o espetáculo vai ficando mais “espetacular”. O teatro deixa de ter como meio determinado o texto para se tornar uma produção cara. A expressão dramatúrgica adquire características que a tornam mais que um gênero literário. A transição de José de Alencar do teatro dito “sério”, que promove a reflexão, para um teatro de revista/opereta, que diverte, é evidência da dificuldade de emplacar textos como os que discutiam a escravidão e os dilemas familiares nas primeiras peças de Alencar. O exemplo de Artur Azevedo (irmão de Aluisio) é

emblemático. Suas peças mais elaboradas fracassaram. Dependente dos “empresários” do teatro, optou por compor revistas que, mais que “inspiradas” nas revistas francesas da mesma época, valeram a este autor a acusação de ser o responsável pela decadência do bom teatro brasileiro. Seu sucesso de público, no entanto, iniciado na década de 1870 atravessaria o 15 de novembro e seguiria República adentro.

Somado ao Colégio Pedro II e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estava a Academia Imperial de Belas Artes. A atuação unificada destas três instituições evidenciam a existência deliberada de um projeto cultural com o objetivo explícito de criar uma identidade nacional. O Imperador dava nome ao colégio, e era o patrono do Instituto Histórico desde sua criação, tendo cedido uma sala no Paço Imperial para sua primeira reunião. Instituiu prêmios para os melhores trabalhos apresentados no IHGB desde o início dos anos de 1840. Torna-se o Instituto um centro difusor da pesquisa histórica, geográfica e literária e um mediador institucional entre os intelectuais e o Estado, que custeava 75% de sua verba. O imperador se interessava pessoalmente pelas pesquisas do Instituto e presidiu mais de 500 de suas sessões. Foi onde se difundiu o indianismo como símbolo da nacionalidade, que na literatura se expressou no romantismo dos primeiros anos.

No plano da história, a proposta de Von Martius de construir a historiografia brasileira na contribuição das três raças (brancos, negros e índios) acabou naturalmente por valorizar o indígena simbolicamente em relação aos negros, mas também aos portugueses que precisavam ser denegridos, por motivos distintos. Os negros eram também “importados” e, nesse sentido, estrangeiros[139]. A

sociedade, mais que racista, era escravista. Não havia como, um projeto de elite como era o IHGB construir nossa nacionalidade com base na contribuição primordial do negro. O próprio português também não servia. A afirmação da nacionalidade brasileira se dava pela negação simbólica de Portugal. O Brasil para ser independente não podia ser português. O herói nacional da independência, o primeiro imperador era português e para os liberais, o 7 de abril era a verdadeira emancipação da metrópole. Isso fica patente com a polêmica da construção da estátua de Pedro I nos anos de 1860 na praça da Constituição. Assim, a construção da identidade nacional acaba se tornando deliberadamente vinculada à figura do índio. Um índio rousseauniano, o bom selvagem. Transplantava-se a visão idealizada e romantizada dos cientistas e naturalistas estrangeiros que visitaram o Brasil no período joanino e no 1o Reinado da natureza tão em moda numa Europa que se urbanizava aceleradamente.

A obra de José de Alencar com seus senhores bondosos e índios honrados foge ao modelo de desvalorização simbólica do português e recupera a contribuição lusitana idealizada. Transplantada para a ópera na década de 1870 foi apresentada por Carlos Gomes no Teatro Scala de Milão financiada por Pedro II. O Imperador exportava o Brasil para a Europa nos modelos reconhecíveis como civilizados pelos Europeus: a ópera. O indianismo, mais que um projeto estético era um projeto oficial de construção da nacionalidade. Lilia Moritz Schwarcz cita a valorização da língua indígena que ele próprio inclusive aprendeu, e se valeu dela para a concessão de títulos de nobreza com nomes indígenas ou de locais com designação tupi, o que não raro provocava desagrado naqueles que eram assim enobrecidos. O Visconde de Sinimbu ou do Inhomirim. O

barão de Itamaracá ou Paranapiacaba e o para sempre lembrado, Marquês de Sapucaí eram todos exemplos da tradução do costume topográfico da nobreza europeia às condições tropicais da nossa monarquia.

Também a Academia Imperial de Belas Artes de 1826, herdeira da instituição criada por D. João dez anos antes terá papel fundamental por gravar no plano pictórico este projeto oficial de construção de uma identidade nacional brasileira no Império. Trata-se no médio prazo do desaparecimento do barroco e da imposição do neoclássico como a arte oficial do Segundo Reinado, ainda que recentemente os historiadores tenham enfatizado mais o surgimento do individualismo[140] que uma dicotomia completa entre Neoclássico *vs.* Barroco.

Mario Barata, acadêmico e gravurista, em seu texto na História Geral da Civilização Brasileira, aponta que o declínio do barroco e sua substituição pelo neoclássico se deram de modo muito desigual entre a Corte – centro difusor – e as províncias que aderiam muito gradualmente, sobretudo na arquitetura. Características nacionais como o revestimento de azulejos nas fachadas das casas iniciado na década de 1840 relativizam a crença de cópia pura e simples dos cânones europeus. Impossível desmerecer a influência de figuras como Grandjean de Montigny na arquitetura da Corte e na difusão de conhecimentos e técnicas de pintura, escultura, gravação e arquitetura disseminados pelos franceses na Academia. O neoclassicismo é igualmente conhecido como Arte Acadêmica, que será muito criticado pelos modernistas a partir da década de 1920, dando a dimensão de sua duração e persistência secular.

O imperador além de financiar pessoalmente a viagem-prêmio que dava três anos e bolsa na Europa para o estudante vencedor da exposição anual de Belas Artes também servia frequentemente de modelo para retratos produzidos sob encomenda, como o famoso quadro de Pedro Américo majestático, que mostra o monarca abrindo os trabalhos da Assembleia Geral. O imperador assumia o mecenato como uma obrigação de Estado. Toda nação civilizada precisava de uma iconografia oficial e a nossa, a exemplo da Europeia, retratava os índios, o imperador e grandes momentos históricos – a Primeira Missa, a vinda da Família Real, a batalha de Guararapes. Não eram escolhas aleatórias.

A dimensão ética também não está excluída desta pintura acadêmica de objetivos pedagógicos. Pinturas de motivos bíblicos ou com motivos nobres. Devia-se inspirar a moral, a bondade, o patriotismo e a honra. Tais pinturas eram a representação iconográfica do que se defendia por escrito no IHGB desde a década de 1850 e que na pintura e na escultura chegaram mais tarde. Diz Schwarcz:

> O romantismo brasileiro alcançou, portanto, grande penetração, tendo o indígena como símbolo. Na literatura e na pintura os índios idealizados nunca foram tão brancos; assim como o monarca e a cultura brasileira tornavam-se mais e mais tropicais. Afinal, essa era a melhor resposta para uma elite que se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade. Diante da rejeição ao negro escravo e mesmo ao branco colonizador, o indígena restava como uma espécie de representante digno e legítimo. “Puros, bons, honestos e corajosos”, os índios atuavam como reis no exuberante cenário da selva brasileira e em total harmonia com ela. Como dizia Magalhães: “A pátria é uma idéia, representada pela terra em que nascemos (...) De resto, o herói de um poema é um pretexto (...)” (SCHWARCZ, 1998, p.148).

Este mesmo índio, símbolo da pátria seria depois utilizado pelo cartunista Ângelo Agostini na década de 1880 para satirizar o imperador e os gabinetes. Como o Zé Povo da República Velha, o índio que foi elemento de consolidação da identidade, agora resignificado pela contestação das charges, era usado para criticar o governo, o que dá bem a medida do sucesso do projeto identitário iniciado com o regresso.

Cabe, no entanto, lembrar o óbvio. Este projeto não tinha qualquer pretensão popular. Era um discurso para as elites, afinal apenas as elites liam os poemas e romances e compareciam às exposições de quadros e esculturas. Longe de querer aqui afirmar a inexistência de uma cultura popular, esta não fazia parte do projeto político-estético em curso para a construção de um nacionalismo brasileiro. Uma grande lacuna deste trabalho é negligenciar completamente a expressão da cultura popular que não é objeto das provas do concurso. O alcance do sentimento de nacionalidade será amplificado durante a guerra do Paraguai por conta dos contingentes de voluntários que viriam de todas as partes do país. Este projeto identitário não tinha como ter alcance maior do que o que teve, nem o desejava. Quando começou a ser gestado, no *Regresso*, importava mais era reincorporar as elites em estado de rebelião – no sul, na Bahia, em São Paulo e Minas Gerais, em Pernambuco – e deslealdade para com a Coroa, símbolo da centralização em curso.

Será apenas na Era Vargas, já sob o signo do modernismo, que o Estado brasileiro terá efetivamente um projeto cultural com o explícito objetivo de incorporar e alcançar “o povo” conformando uma determinada forma de enxergar o Brasil e os brasileiros.

4.5 A política externa do Segundo Reinado

O processo decisório da política externa imperial. O Fim dos Tratados desiguais.
A política externa saquarema: os limites amazônicos e o intervencionismo platino. As relações bilaterais com a Inglaterra. Imigração e influências culturais europeias. As relações com os Estados Unidos e o panorama hemisférico. A Guerra do Paraguai. As relações com a Argentina após a Guerra do Paraguai.
Ensaio universalista dos anos de 1880.

Uma grande conquista que não desapareceu com o golpe da maioridade foi a participação do parlamento brasileiro no processo decisório em política externa. Ainda que tenha sido efetivamente restaurado o poder moderador e a constituição declarasse que o imperador poderia ratificar tratados que não cedessem territórios sem consulta ao parlamento, o que se percebe é que o ativismo parlamentar nos debates de política externa durante a monarquia foi bastante mais significativo do que sob a República, mesmo nos dias atuais. Hoje os temas de política externa seguem sendo pouco relevantes na agenda legislativa, a aprovação de embaixadores pelo Senado é quase automática e o congresso nacional praticamente referenda tudo que vem do Itamaraty, possivelmente reconhecendo a competência do ministério, mas diminuindo o debate político sobre a ação externa brasileira e sua importância de divulgação para o resto da sociedade. Tal característica não poderia estar mais distante da realidade parlamentar do século XIX, onde controvérsias internacionais poderiam derrubar o gabinete que sofresse oposição parlamentar.

Cervo e Bueno descrevem assim o processo decisório:

> As instituições, depois de consolidadas, funcionavam regularmente permitindo a continuidade dos órgãos e dos homens que ocupavam os postos-chaves de comando. A racionalidade era produzida pela avaliação e crítica constantes da política externa feitas conjuntamente no Parlamento, Conselho de Estado, Gabinete e chefia da nação, órgãos que a referiam às metas concretas. (...) A formulação de política externa fazia-se por meio de um sistema de equilíbrio de influências em que os órgãos do Executivo e o Conselho de Estado, mais propícios a se guiar pelas razão de Estado, tinham de levar em conta a ingerência parlamentar, que se ligava teoricamente a nação (CERVO e BUENO, 2011, p. 157).

Ainda que possamos questionar essa visão monolítica e acrítica de uma "razão de Estado" objetiva e apreensível concretamente dos autores supracitados, vale à pena recordar o conceito de *caixa de ressonância* para caracterizar a ação parlamentar que Amado Cervo cunhou em outra obra[141]. O Congresso do Império reverberava os temas do interesse da "nação" na ação externa do gabinete e alterava a política externa de acordo com essa influência. São inúmeros os exemplos, citemos apenas alguns. A revogação tácita da Lei Feijó que se tornou por mais de uma década lei para inglês por pressão saquarema em momento de ascensão da cafeicultura fluminense; ou ainda quando sustentou as críticas aos tratados desiguais e fez prevalecer a visão industrialista/protecionista nos anos 40 que se consubstanciaria com a Lei Alves Branco; a política imigratória; a pressão pelo intervencionismo platino após o fim da Farroupilha são todos exemplos de ativa presença do parlamento em temas da atuação externa brasileira.

Lendo as atas objetivas e seguras do Conselho de Estado sobre os temas de política externa percebe-se o papel determinante do Conselho de Estado, frequentemente consultado sobre tudo o que era relevante em termos de política externa. A presença de experimentados conhecedores, quase sempre, ex-ministros, que tinham

função perene – o Conselho era vitalício – favorecia a continuidade da política externa. O interregno de sete anos sem Conselho de Estado (1834-1841) prejudicou significativamente a atuação internacional do Brasil.

A década de 1840 foi um marco na consolidação destas instituições. A restauração plena do novo conselho de Estado (1841), a Reforma Sepetiba no Ministério dos Negócios Estrangeiros (1842) e finalmente a aprovação da Lei Alves Branco (1844) foram marcos que transcenderam o aspecto institucional e tiveram consequências importantes para a consolidação de uma política externa mais proativa. A superação do *imobilismo* regencial foi concomitante ao fim da Farroupilha e a crescente pressão gaúcha para a atuação brasileira mais firme na região platina. A década de 1850 há de colher os frutos do que se plantou nos anos de 1840 e esta colheita será concomitante a presença de Paulino José Soares de Sousa à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 1849-1853.

O futuro Visconde do Uruguai foi quem equacionou plenamente e com enorme grau de sucesso pendências importantes nas relações bilaterais brasileiras com a Inglaterra, o Uruguai, a Argentina, o Peru, e a tentativa parcialmente bem-sucedida de negociação de fronteiras com a Venezuela e a Colômbia. A questão do fim do tráfico será discutida em outra parte. Tratemos, pois, da atuação platina do gabinete da Trindade Saquarema e do seu encaminhamento das questões lindeiras com as repúblicas que fazem fronteiras conosco ao norte. Nos dois casos houve uma significativa mudança de enfoque nos objetivos estratégicos da política externa brasileira, ainda que na região platina a continuidade entre a política dos liberais

(1844-1848) e dos conservadores (1848-1853) seja bem mais perceptível.

A grande reviravolta na região norte foi a aceitação do princípio do *uti possidetis* de Alexandre de Gusmão, que vinha sendo advogado por Duarte da Ponte Ribeiro desde o final da década de 1830, sem receptividade no ministério que chegou a afirmar que este princípio não servia ao Brasil. Cabe a Duarte da Ponte Ribeiro o mérito da reintrodução do princípio do *uti possidetis* nas negociações lindeiras do Império e cabe ao visconde do Uruguai a primazia de ter dado o apoio político necessário à sua execução após mais de uma década de insistência de Ponte Ribeiro[142].

Duarte da Ponte Ribeiro verá a relutância na aceitação do princípio do *uti possidetis* utilizado para selar o tratado com o Peru em 1841 se tornar política oficial do Estado com a chegada de Paulino a chancelaria. Era o repúdio oficial ao tratado de Santo Ildefonso, e as pretensões contraditórias de afirmação de um pretenso *uti possidetis de jure* defendido pela Colômbia que reafirmava a validade dos tratados coloniais. O esforço lindeiro do gabinete saquarema foi dividido em duas missões de desdobramentos distintos. Miguel Maria Lisboa foi enviado à Colômbia e à Venezuela, conseguindo firmar tratados com ambas que não foram ratificados[143], e Duarte da Ponte Ribeiro foi novamente enviado em missão ao Peru e à Bolívia. Foi bem-sucedido apenas no primeiro país, retomando na prática os termos do tratado não ratificado pelo Brasil de 1841. Já na Bolívia do governo itinerante do ditador Belzu percebeu que não seria recebido e desistiu seguindo para o Chile onde negociaria tratado comercial que também não vingou.

Apesar do sucesso apenas parcial das duas missões ficou o legado do *uti possidetis*, inegavelmente favorável ao Brasil que herdara dos portugueses a expansão mais dinâmica, favorecida por este princípio pragmático. O tratado com o Peru de 1851 abriu precedentes para as demais negociações posteriores, todas estudadas, revisadas, mapeadas ou defendidas por Duarte da Ponte Ribeiro que ao se aposentar na década de 1850 seguiu sendo consultor do Itamaraty até sua morte, incorporando à mapoteca do ministério centenas de cartas geográficas da região. Ficou daí o aprendizado usado pelos diplomatas do Império e depois pelo barão do Rio Branco de jamais multilateralizar discussões lindeiras. Apesar dos protestos de terceiros, o Brasil sempre resolvia bilateralmente suas contendas, oferecendo direitos de navegação fluvial em troca da aceitação do *uti possidetis*[144].

Assim foi com a Venezuela que finalmente acatou o princípio e firmou com o Brasil tratado lindeiro em 1859[145], sob protestos colombianos, e assim seria novamente com a Bolívia que recebeu, no tratado de Ayacucho, concessões que não receberia, não fosse o Brasil estar no meio da Guerra do Paraguai, temendo o apoio de La Paz a Solano Lopez.

Já na política saquarema para a região platina não houve propriamente uma reviravolta mais um amadurecimento. Com as negociações em curso para o fim da Farroupilha (1844), o Império brasileiro reconheceu a independência do Paraguai sob protesto dos argentinos e passou a ver com cada vez mais desconfiança as intenções expansionistas de Rosas, sobretudo depois de malograda a aliança de 1843 contra Rivera. O parlamento, segundo Cervo, se dividia entre aqueles que defendiam o intervencionismo e aqueles

que eram adeptos da manutenção do apaziguamento. A chegada dos Saquaremas ao poder na década de 1840 encerrou a indecisão e contribuiu para a retomada firme da posição brasileira no Prata depois de 23 anos de relativo “imobilismo”.

São vários os motivos para tanto. Do ponto de vista geopolítico era imperativo que se preservasse a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai sem os quais se cortava o acesso à província do Mato Grosso, inalcançável à época por terra. A garantia da independência uruguaia e paraguaia fortaleciam a ideia de águas internacionais para a bacia do Prata, essencial para a implementação do projeto brasileiro. Não interessava ao Brasil a manutenção dos conflitos na região que colocavam em risco o acesso fluvial. Uma Argentina estável, mas não forte o suficiente para rivalizar com o Brasil “era uma equação difícil de resolver” segundo Francisco Doratioto (2008, p. 266).

Escolados pela derrota na Guerra da Cisplatina em 1828, os políticos saquaremas perceberam o óbvio. A diplomacia seria a arma mais forte do Império na busca pela hegemonia platina. Antes das tropas, os diplomatas. O Visconde do Uruguai sabia que o uso exclusivo da força simplesmente contribuiria para que as inimizades hispânicas se tornassem menos relevantes que um inimigo comum monárquico e considerado expansionista. Era necessário antes de a intervenção buscar aliados para que se evitasse um novo malogro militar. A tentativa dos liberais de conseguir apoio na Europa – Missão do Marquês de Abrantes à Europa em 1844 – não fora bem-sucedida[146] o que fez Paulino José Soares de Sousa perceber em 1849 que mais valia um pássaro no Prata do que duas potências na Europa.

Mais de 10% da população do Uruguai era de brasileiros, sobretudo gaúchos proprietários de terras. Muitos viviam lá desde a época da província cisplatina. O fim da guerra civil e a vitória de Oribe em 1851 complicou bastante a vida dos brasileiros, inclusive aqueles gaúchos que tinham negócios e terras na República Oriental e que passaram a ser vítimas das "califórnias"[147]. Para além da pressão gaúcha pela intervenção no Uruguai acendeu ainda o alarme no Rio de Janeiro o temor do fortalecimento de Rosas na Argentina, sem a pressão da guerra civil uruguaia e do bloqueio europeu. Acreditava Paulino que o próximo alvo seria o Paraguai. A consolidação da hegemonia de Rosas seria perigosíssima para o Império. Resume assim a situação Francisco Doratioto:

> O governo imperial estava convencido de que Rosas, livre da pressão anglo-francesa e se os blancos vencessem a guerra civil no Uruguai, se imporia à oposição interna argentina. Conseguido esse objetivo, segundo esse raciocínio, seria a vez de o Paraguai ser anexado pela Confederação. Esta se tornaria extremamente forte, isolando o Império, e, acreditava o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza, seria o momento de Rosas "vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormes" (DORATIOTO, 2008, p. 227).

A estratégia para superar esta ameaça se deu em duas vias. A via financeira, inicialmente mais discreta, que foi o apoio à Rivera feito pelo tesouro do Império e pelo barão de Mauá – que juntos iniciavam aí seus prejuízos econômicos crescentes e duradouros como credores do Uruguai – e a via militar decidida em 1851, com a ruptura de Justo José Urquiza governador da província de Entre Rios, com Rosas. Com o apoio do Brasil este retira a delegação que Rosas possuía de representação internacional da província e celebra com o Império aliança para destituir Oribe do poder no Uruguai. Foram movimentos calculados crescentemente

pela chancelaria brasileira para provocar a Reação de Rosas que tinha que ser adiado para que o Império se preparasse e tarde o suficiente para evitar que Rosas se fortalecesse demais. A busca de aliados locais esolveu a medida.

Oribe se rendeu e Rosas declarou guerra ao Brasil em Agosto de 1851, mas agora era Buenos Aires quem estava isolada. Em novembro tratado entre o Brasil, o Uruguai e Corrientes contra Rosas evidenciam a prévia do que seria 14 anos depois a Tríplice Aliança. O Brasil havia aprendido a lição da farroupilha e nunca mais atuaria no Prata sem antes buscar aliados locais. O apoio militar brasileiro foi determinante para a vitória de Urquiza na batalha de Monte Caseros em fevereiro de 1852. Suas tropas foram transportadas pela Armada do Império e a cavalaria brasileira integrou deu suporte ao seu exército sem que fosse necessário que interviesse. Com o desaparecimento de Rosas da cena política platina o Brasil saía imensamente fortalecido. Tinha aliados em cada um dos governos da região do Prata e, ao menos provisoriamente, desmontara toda oposição ao Império.

O ministro plenipotenciário brasileiro José Maria da Silva Paranhos no Uruguai já havia celebrado seis tratados que colocavam esse país em situação de dependência para com o Brasil, ainda que deixasse brechas para conflitos posteriores. Se o Tratado de fronteiras encerrava as pendências que vinham desde 1828 – dado que o tratado que se sucedeu à guerra da Cisplatina nunca fora ratificado – o tratado que autorizava a entrada de escravos brasileiros no Uruguai “escamoteados” sob o signo de “trabalhadores em débito” além do compromisso de deportação de escravos fugidos do Rio Grande do Sul são exemplos de conflitos adiados, que renderão problemas à diplomacia do

Império até a década de 1860. Além disso, a dependência financeira, parte integrante da política hegemônica do Visconde do Uruguai – a “diplomacia do patacão”, – se provou trágica para os cofres do Tesouro e para a saúde financeira do Banco Mauá. O Brasil substituíra parcialmente ingleses e franceses no Prata e teve o reconhecimento europeu do fortalecimento formidável de sua posição de poder, mas teve que arcar com os custos, nada baratos, desta hegemonia. Diz Paulo Roberto de Almeida:

> Aparentemente, a “diplomacia dos patacões” redundou em grandes vitórias políticas e diplomáticas para o governo brasileiro, mas igualmente em retumbantes fracassos financeiros para o Tesouro nacional, o que talvez tenha servido de lição para o futuro: durante muito tempo, neste século, o Brasil não voltaria a exercer os talentos de sua diplomacia financeira na qualidade de credor generoso (Paulo Roberto de Almeida, p. 15).

Não tinham os ingleses a mesma generosidade creditícia no trato conosco na condição de devedores, tal qual veremos em sessão específica sobre o nosso orçamento. Já nas relações comerciais com o Brasil não teve a Inglaterra o mesmo predomínio ao longo do século XIX que se verificava nas relações político-financeiras. Nunca os ingleses compraram mais que um terço da produção nacional e no início do século XX suas importações do Brasil estavam no mesmo patamar dos franceses e abaixo dos alemães. Os Estados, naturalmente, haviam ultrapassado os britânicos por conta da importação de café que nunca foi um produto muito apreciado pelos súditos da rainha Vitória. Entretanto, boa parte destas exportações, ainda que para destinos não britânicos, eram muitas vezes feitas em navios da Álbion. No plano dos investimentos diretos os ingleses detinham quase que o monopólio ao longo do período monárquico e triplicou nas duas últimas décadas do império, durante o processo de internacionalização do capital da Era dos

Impérios. A esmagadora maioria destas inversões se deu nas estradas de ferro brasileiras, todas majoritariamente de capitais ingleses. Também houve investimentos de serviços urbanos – iluminação, transporte, água, esgoto, gás – em portos, fábricas e bancos. A ligação telegráfica feita pelo barão de Mauá com a Europa em 1874 havia sido precedida de investimentos telegráficos ingleses que ligavam a corte a outras províncias desde a década de 1850.

As relações com a Inglaterra também foram marcadas por tensões, das quais a mais grave foi relativa à pressão de meio século sobre o tráfico negreiro que o governo português e depois brasileiro se comprometeu sucessivamente a abolir, sem o fazer por motivos internos que trataremos em outra sessão. Essa controvérsia desapareceu em 1850, quando, por motivos internos – segundo Amado Cervo e vários autores – e por conta do aumento exponencial da pressão de Londres – segundo Leslie Bethell e Jeffrey Neddell – foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que efetivamente impôs o cessar do infame comércio. José Murilo de Carvalho considera ter desaparecido aí completamente as pressões do governo britânico relativas à escravidão, ainda que reconheça que intelectuais e grupos da sociedade, não apenas inglesa, mas europeias em geral, persistiram solicitando ao imperador o fim da escravidão[148]. Um episódio apenas remotamente vinculado ao tema, mas que acabou gerando significativas controvérsias – o ápice das tensões bilaterais entre os dois países – foi a questão Christie. Este episódio levou a ruptura de relações diplomáticas entre os dois países por quase dois anos.

A questão Christie colocou a honra nacional em jogo quando a arrogância do representante inglês William

Christie. Este representando já chega ao Brasil tecendo críticas ao trabalho escravo e exigindo sua abolição. Mas o escalar das tensões se deu de fato por controvérsias menores – o naufrágio do navio Prince of Wales no litoral sul do Brasil e a prisão pela polícia de três marinheiros ingleses à paisana, envolvidos em confusão na Tijuca – decidiu exigir satisfações ao Brasil, com um ultimato de 15 dias. Além de indenizações relativas à pilhagem do Prince of Wales, exigia a censura ao chefe de polícia, o afastamento dos policiais e um pedido de desculpas. A chancelaria brasileira sob o comando do Marquês de Abrantes considerou os modos de Christie inaceitáveis e informou-lhe que passava a tratar diretamente com o governo de Londres. Furioso, Christie informou ao chefe da Estação naval britânica que empregasse a força, apreendendo em 1762 navios mercantes na entrada da Baía e, dias depois vapores costeiros no litoral. Acreditava Christie que isso faria o governo recuar, mas a opinião pública já estava sublevada ao ponto de Christie pedir ao Marquês de Abrantes que garantisse sua segurança e a dos comerciantes ingleses na cidade. O governo fez preparativos militares de defesa e o Imperador era aclamado como reserva da honra nacional ao sair à rua para ir à Missa. O Brasil pagou a indenização para ver os navios liberados, mas a questão foi levada à arbitragem. Em 18 de Julho de 1863, o Rei dos Belgas, Leopoldo I, tio da rainha da Inglaterra, deu razão ao Brasil. Os ingleses se recusaram a devolver o valor, declarando apenas que “*não se teve a intenção de ofender o Brasil*”. Com isso determinou o Imperador a retirada da delegação brasileira de Londres, com todo o pessoal. Estavam rompidas as relações diplomáticas entre os dois governos. Que só voltariam a se restabelecer em 1865, por mediação do Rei de Portugal.

De resto, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno fazem questão de afirmar que em que pese as relações bilaterais às vezes tensas entre os dois governos – Brasil e Inglaterra – as relações entre as duas nações "que marchavam para um entrelaçamento crescente e dominante", seja lá o que isso queira dizer, mas que não deixa de ser bonito. Reconhecem os autores que a nossa dependência em relação à Inglaterra no século XIX, iniciada sob o signo dos tratados desiguais, foi no Segundo Reinado bastante relativizada após o ano de 1844. A conformação desta dependência parcial não era de modo algum inevitável e teve condicionantes internos tanto ideológicos quanto sociais que impediram a política internacional brasileira de ir mais longe em termos de autonomia. Consideram que "*a política exterior do Império esteve acima das forças da nação (...) mas preferiu acomodar-se a uma relativa mediocridade, imposta em parte pelo modelo escravista de produção*" (p. 158).

Com os demais países da Europa destacam-se as relações com os reinos que comporiam a Itália e a Alemanha, exportadores de população para o Brasil ao longo do Império. Prússia, Suíça, Hamburgo, Saxônia e outras regiões de língua alemã forneceram imigrantes ao Brasil desde os primórdios das experiências do Senador Vergueiro com o sistema de parceria, mas esta situação não progrediu, e após a revolta de Ibicaba (1856) e a publicação do livro de Thomas Davatz, muitos países europeus proibiram a vinda de imigrantes ao Brasil, o que não impediu que estas levas iniciais de imigrantes favorecessem o adensamento do comércio bilateral importando de seus países de origem gêneros que estavam acostumados a consumir lá.

A experiência de atração de imigrantes chineses, discutida no parlamento foi abortada principalmente por motivos de racismo. A ideia de branqueamento que vinculava civilização e modernidade a cor da população acabou se tornando obstáculo intransponível para a vinda de chineses das colônias inglesas e portuguesas na China e mesmo da China continental.

Em termos quantitativos, o ápice da vinda de imigrantes ao país se deu na última década do Império (embora fosse crescer ainda mais com a República)[149]. Vieram principalmente italianos e portugueses que juntos representavam mais de 4/5 do total. Os portugueses se estabeleciam principalmente nas zonas urbanas, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde o percentual chegava à 30%. Leslie Bethell atribui a vinda crescente de italianos no fim do Império à Missão do Visconde de Parnaíba a vários países europeus, principalmente à Itália em 1878. Na década seguinte entraram no Brasil cerca de 200 mil italianos que foram majoritariamente para São Paulo, província que a partir de 1884 passou a subsidiar o transporte dos imigrantes.

Em termos de atração e imigrantes o Império competia com muita dificuldade em relação aos Estados Unidos e mesmo a Argentina. O clima, a distância, as doenças tropicais e a dificuldade de conseguir terra barata após 1850 colocaram o Brasil como destino secundário na vinda dos imigrantes que vinham “fazer a América” exceto para os portugueses que não tinham a barreira da língua. A persistência duradoura do sistema de trabalho escravista também era um óbice à atração de europeus, ainda que tenha atraído algumas centenas de sulistas norte-

americanos que se estabeleceram em São Paulo após a derrota da confederação em 1865.

Apesar disso a influência cultural determinante era mesmo francesa. Modelo máximo das artes, arquitetura, ideologias, teatro, literatura e moda. Exceto na música, onde predominava o gosto pela ópera italiana, em todos os demais ramos culturais o centro irradiador da preferência das elites brasileiras era Paris. O positivismo, o racismo e o branqueamento defendidos pelo Conde de Gobineau, o teatro de revista, as heranças da Missão Artística francesa. A necessidade brasileira de participar com grandiosidade das exposições universais em Paris 1867, em plena Guerra do Paraguai e, depois em 1889, quando apresentamos pavilhão de três andares e encomendamos volume de 700 páginas para divulgar o Brasil de 1889, são alguns exemplos desta influência. Além disso, as transformações políticas francesas repercutiam imediatamente no Brasil às vezes com consequências políticas sérias. Os três exemplos óbvios são a Abdicação do Imperador em 1831, após a queda de Carlos X, a Praieira em Pernambuco após a proclamação da Segunda República e o Manifesto Republicano de 1870 no Rio de Janeiro após a proclamação da Terceira República Francesa.

As relações com os Estados Unidos se caracterizaram por um distanciamento mútuo que foi se transformando em aproximação na medida em que estes iam se tornando os principais compradores do café brasileiro[150]. A visita do imperador em 1876 consolida essa amizade marcada por desconfianças e mesmo algumas sérias tensões bilaterais entre os dois países nas décadas de 1850 e 1860, depois que na década de 1840, os *clippers* – velozes navios – com bandeira americana foram usados para escapar ao Bill

Aberdeen durante as controvérsias relativas ao tráfico negreiro com os ingleses[151].

A rivalidade com a Inglaterra nos aproximava tanto quanto o republicanismo proselitista de Washington – principalmente a partir do governo Polk (1845-1849) nos afastava, e motivaram uma série de incidentes que levaram a retirada do ministro Wise do Rio de Janeiro em 1847, acusado de se imiscuir nos assuntos internos brasileiros no Prata.

Controvérsia bem mais séria, no entanto, foi a pressão norte-americana, secundada por ingleses e franceses para a abertura do Amazonas que atingiu seu ápice com a propaganda do tenente Matthew Maury[152]. Antonia Wright defende que a queda de Rosas em 1852 mudou a tônica do relacionamento bilateral Brasil-Estados Unidos, que abandonou suas pretensões em mediar os conflitos platinos e voltou seus olhos para a Amazônia, "estrada fluvial" que poderia servir de gargalo para a expansão da lavoura escravista sulista. A política norte-americana vivia em franco expansionismo com a difusão prática do *Destino Manifesto* (1845) ao longo do governo Polk. A incorporação do Texas (1845), a guerra contra o México (1845-49), a descoberta de ouro na Califórnia (1848) e o tratado Clayton-Bulwer[153] (1850) são evidências deste ativismo expansionista.

Naturalmente esta pressão foi vista com enorme desconfiança pela chancelaria de Paulino José Soares de Sousa que entendia perfeitamente o estilo texano de "abertura" amazônica que se pretendia. A resistência inicial se deu pela via da procrastinação, tão bem utilizada na questão do tráfico negreiro por quatro décadas. Era

complicado defender a manutenção da interdição da navegação amazônica justo no momento em que o Brasil defendia a abertura da livre navegação platina. A incoerência enfraquecia a posição brasileira, que buscou minimizá-la por meio do argumento dos “ribeirinhos superiores”, na qual a abertura à navegação dos rios seria franqueada aos países tributários dos “ribeirinhos” desta bacia. Para tanto, tornava-se ainda mais urgente buscar nos vizinhos amazônicos o apoio à tese brasileira para a defesa conjunta da região contra a penetração imperialista norte-americana. É neste contexto que ganham ainda mais força as missões de Miguel Maria Lisboa e Duarte da Ponte Ribeiro, que se valeram de concessões de navegação fluvial para conseguir vantagens na negociação das fronteiras com base no *uti possidetis.*

O Brasil abriria afinal a livre navegação amazônica em dezembro 1866 “*para os navios mercantes de todas as nações*” por conta de duas guerras. A guerra civil norte-americana que terminada no ano anterior extinguira definitivamente a ameaça do expansionismo sulista para a região e a Guerra da tríplice aliança, cujo tratado (1865) foi repudiado firmemente por nossos vizinhos do norte – o governo peruano chegou a romper relações diplomáticas com o Brasil – para os quais a concessão de livre navegação poderia servir como um apaziguador que evitasse o apoio a Solano Lopez[154].

Outra controvérsia foi a chamada “Questão Webb”, contemporânea a Questão Christie. O Brasil declarara sua neutralidade na Guerra Civil americana, mas o ministro de Washington no Rio de Janeiro, o general James Watson Webb, representante do governo de Abraham Lincoln, não aceitava esta neutralidade e escrevia sucessivas memórias

reclamado da atitude leniente do governo brasileiro. Dizia Webb que os portos do Império abasteciam navios confederados que saiam de portos brasileiros para atacar navios baleeiros nortistas. De fato, alguns conflitos navais entre navios do norte e do Sul aconteceram próximos à costa brasileira e alguns em nossas águas territoriais. O Brasil lucrara notoriamente com a Guerra Civil que estimulou a produção algodoeira do Maranhão. O marquês de Abrantes acolhia as reclamações justas de Webb, mas não tinha qualquer interesse em romper com a neutralidade, o que era, no fundo, o interesse do representante norte-americano.

Webb ainda teria tempo de se aproveitar da ruptura de relações entre o Império e a Inglaterra para tentar estabelecer uma linha de transportes a vapor entre o Rio de Janeiro e Nova York que levaria além de passageiros, correio, passando pelo nordeste, pela Amazônia e pelas Antilhas. O fato de que seu filho Robert Webb seria o concessionário fez com que o presidente Lincoln se recusasse a dar encaminhamento à proposta[155], igualmente denunciada pela imprensa brasileira, prejudicando a posição do ministro que deixou o Brasil em 1869, quando as relações bilaterais começaram a melhorar.

Com os demais países da América, à exceção da região platina a política brasileira foi de grande distanciamento. À exceção das tratativas lindeiras iniciadas na década de 1840 e estimuladas pelo gabinete saquarema que renderiam frutos posteriores Peru (1851), Venezuela (1859) e Bolívia (1867), pode-se dizer que foram relações praticamente inexistentes, tanto no plano bilateral quanto multilateral. As sucessivas tentativas de criação de uma confederação americana que ocorreram nas malogradas

conferências de Lima (a primeira em 1847 e a segunda em 1864) Santiago (1856) e Caracas (1883) não tiveram a participação brasileira que quando recebia convite, os recusava. A única conferência que o Brasil demonstrou algum interesse em participar foi a convocada por Simon Bolívar no Panamá em 1826, mas nossos representantes jamais chegaram.

Os motivos deste distanciamento são múltiplos. Para os demais países da América Latina o Brasil era um império expansionista que herdara o legado português que mais que duplicara o território de Tordesilhas. O fato de ser uma monarquia maximizava as desconfianças. O episódio de Chiquitos, no qual o governador do Mato Grosso mobilizou tropas para incorporar ao Império a província boliviana arranhara muito a imagem internacional do país, ainda que a ação tenha sido desautorizada pela corte do Rio de Janeiro. Para os brasileiros persistia, como parece ainda persistir, uma visão pejorativa do resto da América Latina. O mote de aproximação era com a civilização europeia, e os políticos do Império gostavam de imaginar a si mesmos e ao Brasil como representantes da civilização do velho mundo transplantada para os trópicos. Para tanto, o contraste com a instabilidade, o militarismo e o caudilhismo latino-americano tinham uma função para além do preconceito, mas para a própria autoafirmação nacional do império por alteridade. Naturalmente estas concepções não contribuíam para o adensamento das relações com os demais países da região.

Não poderia haver maior contraste com esta posição do que a ação brasileira no Prata. Abandonando cedo o expansionismo, o Brasil não abdicava de seu papel hegemônico na região ainda que existissem os mesmos

preconceitos frutos do caudilhismo e da estabilidade para com uruguaios, argentinos e paraguaios. A situação de instabilidade tomou conta da Argentina na década de 1850. Se por um lado era bom para o Império uma Argentina enfraquecida, por outro preocupava nossos estadistas que o exemplo de fragmentação chegasse ao Uruguai ou ao Rio Grande do Sul. Mantivemos estrita neutralidade militar nos conflitos entre Urquiza e Buenos Aires, durante o período em que a Argentina teve dois centros de poder – o governo da Confederação, no Paraná, e o governo de Buenos Aires.

O pomo da discórdia que rompeu o equilíbrio delicado que o Brasil mantinha com medo de ser tragado para uma guerra civil foi o Paraguai. Este país que havia se mantido isolado durante a ditadura de Francia e o início do governo de Carlos Antonio Lopez, com o estabelecimento da hegemonia brasileira, começaram a vir à tona as divergências entre o Rio de Janeiro e Assunção. Se no início de sua vida internacional os paraguaios tiveram no Brasil apoio internacional – o reconhecimento em 1844 e a intermediação diplomática em Londres para a modernização do país – após a intervenção no Uruguai em 1851, Carlos Lopez tratou de modernizar militarmente seu país, temendo que pudesse também um dia ser vítima de vizinhos muito mais fortes, com os quais tinha sérios litígios de fronteira. O Brasil chegou a ter o apoio da Confederação em seus conflitos com o Paraguai – pagos com empréstimo de 300 mil patacões – mas logo Urquiza mudaria de posição e se aproximaria dos paraguaios.

Apesar da crescente desinteligência bilateral, o governo de Carlos Antônio Lopez não ousava buscar a resolução militar de seus problemas com o Império, apesar de sua organização militar superior, inclusive numericamente.

Sabia do potencial de mobilização militar e econômica do Brasil e do desastre nacional que poderia advir de uma guerra incerta. Tampouco o Paraguai era a preocupação primordial da política externa do Brasil. Tratava-se de vizinho de importância secundária, que dava algum trabalho, mas que seria levado diplomaticamente, como se levavam os uruguaios e argentinos, muito mais complexos. Entre 1861 e 1863 as coisas mudariam completamente.

A Batalha de Pavón em setembro de 1861, apesar de militarmente indefinida abriu caminho para a consolidação da unidade argentina sob hegemonia de Buenos Aires. Exatamente um ano depois desaparecia Carlos Antônio Lopez sucedido por seu filho Solano Lopez, muito mais impulsivo e insensato. Neste mesmo período chegava ao poder no Brasil os liberais progressistas, identificados ideologicamente com os liberais que governavam a Argentina e não se opunham à livre navegação platina. O entendimento entre Mitre, presidente de uma argentina unificada e os progressistas brasileiros favoreceu a intervenção de Venâncio Flores no Uruguai em Abril de 1863 para derrubar Bernardo Berro foi a consequência desta convergência singular entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires[156] fruto parcial da Missão Saraiva ao Prata em 1864, que se não foi capaz de impedir o conflito no Uruguai, conseguiu a neutralidade argentina para a intervenção do Império em apoio à Venâncio Flores, que motivou um ultimato paraguaio em defesa da soberania uruguaia. O Brasil ignorou o ultimato e prosseguiu com a intervenção.

Na breve guerra civil que se seguiu entre blancos e colorados no Uruguai constituíram-se duas ententes mais diplomáticas que militares. Ao lado dos colorados Brasil e Argentina, ao lado dos blancos Paraguai e Entre Rios. Os

desdobramentos deste enfrentamento são a antessala para a eclosão da maior guerra da história da América Latina, segundo maior conflito internacional do século XIX, atrás apenas da Guerra da Crimeia.

Há um mito que persistiu nos livros didáticos e no ensino de história brasileira até recentemente de que teria sido a Inglaterra a principal responsável pela guerra. A depender do grau de desvario, ia-se da caracterização de Solano Lopez como um déspota esclarecido que erradicara o analfabetismo e promovera a Reforma Agrária no Paraguai até a sugestão de que os ingleses temiam a “concorrência paraguaia” que estaria vivendo sua revolução industrial local. O exemplo de autonomia paraguaia precisava ser sufocado e a Inglaterra manipulara o Rio de Janeiro e Buenos Aires para que fizessem o serviço pesado em seu nome.

Não tinham nem nunca tinham tido os ingleses condições de influenciar deste modo Brasil e Argentina ao ponto de levá-los à guerra, mesmo no ápice de sua influência política no período joanino e no primeiro reinado. O período entre 1863 e 1865, marcaram, no entanto, o nadir da relação bilateral entre o Rio de Janeiro e Londres. Havia ruptura formal de relações diplomáticas provacada pela questão Christie. Além disso, os ingleses, longe de pugnar pela guerra, tinham, como ficara patente na guerra da Cisplatina, muito interesse na manutenção da paz e na tranquilidade político-militar na bacia do Prata. A tranquilidade favorecia os negócios. Mantiveram a neutralidade ao longo do conflito ainda que tenham se mantido como credores do Império. Ainda assim, o custo total da guerra para o Brasil foi três vezes maior que o empréstimo que recebemos de 5,1 milhões de libras em 1865, o único durante o conflito.

Trata-se, portanto, de visão historiográfica datada marcada por uma ideologia vitimizante na qual a Inglaterra do século XIX era o análogo passado do imperialismo norte-americano do século XX, e o exército brasileiro, uma instituição genocida[157] o antecessor cruel dos generais militares da ditadura de 1964-85. Nesta metáfora torta, o anacronismo mais inacreditável era o lugar de Solano Lopez nesta narrativa, que de agressor, tornou-se o símbolo da vanguarda, da modernidade e da justiça social na América Latina.

Toda história é feita em seu contexto, e nenhum historiador está livre disso. Escrevendo em 2013 parece-me desnecessário continuar desmontando este mito já criticado desde meados da década de 1980 por Luiz Alberto Moniz Bandeira e Francisco Doratioto. Este último, o maior especialista na política platina do século XIX apresenta no *abstract* de seu clássico *Maldita Guerra* do seguinte modo os antecedentes do conflito:

> A história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e a Argentina, principais pólos do subsistema de relações Internacionais do Rio da Prata. O isolamento paraguaio até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação política platina. Nos anos seguintes a essa abertura, o Paraguai teve boas relações com o Império do Brasil, e manteve-se afastado da Confederação argentina da qual se aproximara nos anos de 1850, ao mesmo tempo que vivia momentos de tensão com o Rio de Janeiro. Na primeira metade da década de 1860, o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano Lopez, buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desse modo, o Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano Lopez acabou por ordenar a invasão de Mato Grosso e Corrientes e iniciou uma guerra que se estenderia por cinco anos. A guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de Construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações (Doratioto, 2002, abstract)[158].

Em outro texto busca entender as motivações do líder paraguaio:

> López via no porto de Montevidéu uma saída para o comércio exterior paraguaio, uma alternativa à dependência de Buenos Aires, e convenceu-se de que poderia derrotar militarmente o Império a anular o governo argentino. Nos cálculos do chefe de Estado paraguaio, Mitre seria vencido por uma ação da oposição federalista, principalmente de Urquiza, enquanto os blancos se uniriam às tropas paraguaias que chegariam em seu socorro e venceriam as forças do Exército imperial que invadiram o Uruguai, em outubro de 1864. (DORATIOTO, 2008, p. 230)

Não imaginava Solano Lopez que mesmo diante da inferioridade militar o Império se dedicaria intensamente a vingar a afronta à soberania que foi considerada a invasão do Mato Grosso em dezembro de 1864. O Imperador pessoalmente se considerou o voluntário número um, e no ano de 1865 o entusiasmo nacional e patriotismo tomou conta das diversas províncias tendo milhares de pessoas se apresentado como voluntários[159].

Leslie Bethell avalia o erro de cálculo de Solano Lopez:

> O mínimo que se pode dizer é que Solano Lopez fez uma tremenda aposta – e perdeu. Ele superestimou o poderio econômico e militar do Paraguai. Subestimou o poderio militar em potencial, se não efetivo, do Brasil – e sua disposição em lutar. E errou em pensar que a Argentina seria neutra numa guerra contra o Paraguai e o Brasil em disputa pelo Uruguai. Mitre não acreditava que os interesses argentinos seriam afetados pelo que se esperava ser uma breve intervenção cirúrgica do Brasil no Uruguai. Solano Lopez também avaliou mal e exagerou as contradições internas da Argentina e a possibilidade de que Entre Rios (ainda sob o comando de Urquiza) e Corrientes, por exemplo, impediriam a Argentina de combater contra o Paraguai, ou, em hipótese de guerra, tomariam o lado do Paraguai contra Buenos Aires (Bethell, 2012, p. 162).

A vitória de Flores no Uruguai em fevereiro de 1865 abriu caminho para a assinatura da Tríplice Aliança em 1º de maio

de 1865 com o objetivo de derrubar Solano Lopez, garantir a livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, preocupação perene da diplomacia nacional, e resolver as pendências lindeiras, o que para a Argentina significava incorporação do Chaco entre outras regiões[160]. Ao fim da guerra, o Brasil mudou sua política e decidiu-se por assinar em separado a paz com o Paraguai (1872) reafirmando sua soberania e buscando evitar o excessivo desmembramento deste país em favor dos argentinos.

Apesar do equilíbrio inicial a disparidade de recursos materiais e militares foi ficando óbvia ao longo do conflito. O Brasil mais que triplicou seu efetivo militar, inicialmente de 17 mil homens e depois do primeiro ano da guerra passou a lutar praticamente sozinho, mas abastecido pelos argentinos cuja participação foi essencial em termos logísticos. Ao final da Guerra os argentinos tinham menos de 10% dos soldados que ocupavam o Paraguai.

A marinha teve papel essencial. Uma vez expulsas as tropas paraguaias da Argentina, a marinha brasileira destruiu em 1866 a armada paraguaia na Batalha do Riachuelo (11 de junho) deixando o Brasil em situação de superioridade naval até o fim do conflito, ainda que permanecesse tendo que se preocupara com as fortalezas em terra, como Humaitá que só seria tomada em 1868.

A enorme duração do conflito – cinco anos – se deveu a vários fatores. O desconhecimento completo do território paraguaio zona principal de conflito; a extraordinária resistência do povo paraguaio que tomou a luta como sobrevivência de Estado; as dissidências internas em todos os países da Tríplice Aliança[161]; a dificuldade de acesso do território paraguaio[162]. Também contribuiu em menor grau

a rotatividade de comando das tropas – Mitre, Caxias e o Conde D’Eu – todos com interesses políticos em suas capitais que os faziam pensar mais em se livrar do comando do que efetivamente comandar. Caxias, pivô da queda do gabinete progressista de Zacarias, depois de tomar Assunção no réveillon de 1869, abandonou o teatro de operações considerando a guerra vencida, apesar dos apelos do Imperador para que permanecesse. Este nomeou então seu genro, o Conde D’Eu, cuja função inglória era capturar Solano Lopez que permaneceu mais 14 meses evadido no norte do país, preparando a resistência de guerrilha, até ser morto em março e 1870 em Cerro Corá.

O Paraguai perdeu cerca de 20% de sua população com a guerra, metade vitimada por doenças como o cólera, que também vitimou 12 mil argentinos e milhares de soldados brasileiros. A guerra do Paraguai transformou o país em um satélite econômico de Buenos Aires ainda que a preeminência política permanecesse sendo do Império – à exceção de breves hiatos, como durante a presidência de Juan Bautista Gill (1874-1877). Favoreceu o fim da proximidade entre brasileiros e argentinos, a mudança de governo nos dois países em 1868. Domingo Sarmiento via o Império com desconfiança, e ao contrário de Mitre, achava-nos expansionistas. Os conservadores que sucederam Zacarias por sua vez, reverteram a política do tratado da Tríplice Aliança, fizeram a paz em separado com o Paraguai (1872) e forçaram o redimensionamento para baixo das expectativas territoriais de Buenos Aires.

A persistência dos litígios com a Argentina nos anos finais do império levou a momentos de tensão em 1874 e 1887. No primeiro caso por conta da cobiça argentina sobre a região do Chaco paraguaio que o Brasil soube encaminhar

para a arbitragem norte-americana do presidente Rutheford B. Hayes em 1877. Esse excessivo apetite territorial de Buenos Aires tinha sido a principal razão para a manutenção das tropas brasileiras ocupando o Paraguai por cerca de seis anos depois de findo o conflito. Já o conflito dos anos 1880 era relativo à questão lindeira e seria equacionado por meio de um protocolo de 1889 estabelecendo prazo para o entendimento bilateral ou recurso à arbitragem se decorridos três meses. A proclamação da República interrompeu o prazo e a Argentina foi objeto de visita do chanceler Quintino Bocayuva, meio brasileiro meio argentino que celebrou o desastroso tratado de Montevidéu, em 1890, não ratificado pelo Brasil. A arbitragem do presidente Cleveland, 1895, daria ganho de causa ao Brasil e fama duradoura ao barão do Rio Branco. É comum na historiografia a referência ao crescente entendimento entre Brasil e Chile nos anos finais do Império. Lembremos que o baile da ilha fiscal foi uma homenagem aos oficiais da Armada chilena. Essa aproximação com o Chile sofreria um baque durante a Conferência Pan-Americana de Washington, quando a República alteraria substancialmente as instruções dadas aos delegados pela monarquia deposta.

Na década de 1880, Cervo e Bueno observam um ensaio universalista na ação internacional brasileira. Favoreceu isso as viagens internacionais do Imperador e nossa crescente aproximação dos Estados Unidos – visitado pelo monarca em 1876, primeira cabeça coroada a visitar a República norte-americana – estimulada pela parceria comercial superavitária em favor do Império por conta das exportações do Café[163]. Depois de décadas de absenteísmo o Brasil concorda com a proposta do secretário Blaine de participar em 1881 de uma conferência pan-americana em Washington que acabaria por não se realizar

até 1889 devido a Guerra do Pacífico. O Brasil manteve a neutralidade no conflito e fez parte das comissões de arbitramento no pós-guerra o que é indicativo da situação prestigiosa do país. Pedro II foi ainda chamado a indicar árbitros de controvérsias entre potências europeias e os Estados Unidos, evidenciando o prestígio internacional do monarca nos anos finais do Império. Houve inclusive uma tentativa de acordo entre o governo brasileiro e o chinês que Pedro II criticou por conter cláusulas de desigualdade como aquelas que o Brasil tinha sido vítima nos anos iniciais após a independência. Cervo e Bueno sugerem, um tanto utopicamente, que o Brasil perdeu a ocasião de criar um BRIC *avant la lettre* e "*sacudir a diplomacia mundial, aliando-se política e juridicamente a uma grande nação dependente, com a qual podia se identificar*" (p. 148).

4.6 A Geração de 1870 e a crise do Império

As "questões" para o fim do império. O gabinete do Visconde do Rio Branco.
A Questão religiosa. A geração de 1870 e as novas formas de atuação política.
A herança dos intelectuais de 1870.

A historiografia sintetiza em "Questões" as causalidades tradicionalmente percebidas como determinantes para o ocaso do império. Seriam estas a questão religiosa, a questão abolicionista, a questão republicana e a questão militar. Desconsiderada a questão religiosa como um exagero daquilo que não passou de uma crise política pontual e limitada no tempo, sem consequências de maior longo prazo ou capaz de colocar a Igreja Católica em oposição ao regime monárquico, as outras três tiveram significativo impacto para o enfraquecimento da monarquia – o abolicionismo – e para a Proclamação da República – o

republicanismo e o alijamento de parcela relevante das forças armadas na década de 1880. Todas elas ganham força somente após a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Durante o conflito a traumática substituição dos progressistas pelos conservadores em 1868 já havia exacerbado as críticas dos liberais ao poder moderador, às instituições políticas e ao escravismo. O colapso do partido progressista daria origem a agremiações liberais crescentemente radicais em sua agenda, e afinal, no início da década de 1870 ao partido Republicano primeiro no Rio de Janeiro, onde se agremiaram jornalistas e figuras políticas então obscuras e, alguns anos depois em São Paulo, onde cafeicultores menos vinculados à Corte e à aristocracia fluminense defendiam a bandeira do federalismo.

Acontece que aos progressistas sucederam-se dez anos de governos conservadores muito bem-sucedidos. Bem-sucedidos, inclusive, em implementar reformas liberalizantes defendidas pelos liberais cujo ápice se deu com José Maria da Silva Paranhos, o presidente do Conselho de Ministros entre 1871 e 1875. Se a história política do Império fosse tão conhecida quanto a da República, o Visconde do Rio Branco seria conhecido como um Juscelino Kubitschek do século XIX. Suas realizações certamente o autorizam, talvez mais que a JK a defender que fez cinquenta anos em cinco.

A agenda implementada pelo primeiro Rio Branco é notoriamente progressista a começar pela mais polêmica de todas, razão de sua nomeação para o cargo. Obsessão da Coroa, considerada pelos escravistas intervenção indevida e autoritária na agenda parlamentar, a libertação do ventre escravo após a guerra do Paraguai sofria aguerrida oposição

dos conservadores que assumiram o governo após 1868. Era necessário um conservador que enfrentasse a câmara conservadora e Paranhos foi muito bem-sucedido. Fez do Ventre Livre questão de Estado, e apesar dos debates parlamentares ferrenhos ao longo do ano de 1871, conseguiu aprová-la dando início ao reformismo em larga escala que caracterizou seu governo.

Por quatro anos e três meses reformou o ensino, ampliou a rede de estradas de ferro em escala sem precedentes, estimulou através de subsídios a imigração europeia – à época vista como essencial para o desenvolvimento –, conectou o Brasil à Europa por meio de cabos telegráficos submarinos diminuindo para horas ao invés de semanas a comunicação interatlântica, determinou a realização do primeiro censo do país em 1872, fez a reforma eleitoral e judiciária e criou um novo código criminal, antigo anseio liberal, estabelecendo a fiança e o *habeas corpus* estabeleceu uma rede de saneamento urbana tornando-se o Brasil o terceiro país do mundo a possuir uma estação de tratamento de esgoto. Segundo José Murilo de Carvalho foi o mais longo e eficiente governo do Segundo Reinado, que apesar de conservador fez aprovar várias das reformas defendidas pelos liberais.

A questão religiosa ocorre justamente ao final de seu período (1874), e, muito desgastado por conta dela, acaba se afastando do governo, que, no entanto, se mantém conservador até 1878. A questão religiosa não foi suficiente sequer para derrubar o Partido no poder que dirá o regime, quinze anos depois de iniciada.

Do que se tratou a questão? Foram presos por desobediência os bispos de Olinda e Belém, considerados pela Constituição subordinados ao Imperador. Haviam

ambos se recusado a retroceder nas proibições aos maçons em suas dioceses. Estas proibições eram condizentes com o processo conservador de romanização da Igreja no pontificado de Pio IX, o papa que havia recentemente perdido seu poder secular por conta do *Risorgimento.* Compensava seu declínio maximizando suas prerrogativas espirituais. O concílio Vaticano I considerara-o "infalível" em questões dogmáticas e, alguns anos depois, a Bula *Quanta Cura* era acompanhada de um famoso Syllabus de erros da modernidade dos quais a maçonaria – instituição mística secular, que se organizava na forma de sociedade secreta – era igualmente condenada.

No Brasil as sociedades secretas eram fortes desde o Período Colonial e as lojas maçônicas se organizaram no início do século XIX em capitais como Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Políticos prestigiosos eram maçons e as medidas do papa não foram autorizadas a vigorar no Brasil, já que a Constituição facultava ao imperador, como chefe da Igreja no país, dar ou não o seu *placet* às diretrizes de Roma. Apesar de não ter sido placitada, Dom Vital, bispo de Olinda, e D. Antônio Macedo Costa, bispo de Belém, decidem fazer valer a Bula assim mesmo, atingindo maçons prestigiosos de Pernambuco, afastando padres maçons e suspendendo ordens religiosas, o que provoca um processo na Justiça. Processados na Corte são condenados a quatro anos de prisão e trabalhos forçados, convertida em detenção domiciliar e mais tarde comutada pelo Imperador.

A prisão dos bispos, inédita e única na história brasileira levada à cabo no governo do Visconde – ele próprio maçom desde 1840 – faz dele provisoriamente um herói entre os liberais radicais, positivistas e republicanos[164] que viam na medida um ataque frontal ao obscurantismo eclesiástico e a

supremacia da lei sobre a fé. Como eram republicanos a maior parte dos jornalistas de então o episódio foi amplamente divulgado e o historiador mais afoito, contagiado pelas fontes tem a certeza que se dava então o divórcio entre a monarquia e a Igreja Católica. Ignoram que houve inclusive uma missão diplomática a Roma que restabeleceu os bons ofícios com a Santa Sé, tendo o próprio papa criticado o radicalismo de seus bispos. Ignoram também que o Terceiro Reinado seria o de Isabel I, princesa famosa por sua religiosidade, que se indispôs com seu pai quando esse decidiu fazer valer a constituição e punir os bispos. A Igreja brasileira via em D. Isabel e no Terceiro Reinado sua verdadeira redenção[165]. Estavam longe de querer desestabilizar o regime monárquico.

Quem desejava desestabilizar a monarquia eram os liberais radicais transformados em republicanos depois de uma década de exclusão dos cargos do governo[166]. Em maior ou menor grau sua ação é de contestação às bases do Regime Monárquico estabelecido. Abolicionismo, positivismo cientificista e republicanismo ganham relevo juntos, conformando o que Silvio Romero chamaria depois de “o esvoaçar de ideias novas”. Não eram nada novas na Europa e nos Estados Unidos, mas chegavam com grande potencial disruptivo ao Brasil dos anos de 1870 e 1880. Tinham pouco em comum o positivismo comtiano de matriz francesa, adotado por muitos oficiais do exército nacional, e o federalismo, secular nos Estados Unidos, esposado pelos cafeicultores paulistas. O primeiro, divulgado no Brasil por Miguel Lemos, defendia um governo forte e autoritário como modo mais eficaz de promoção do progresso enquanto o segundo defendia justamente o contrário, a descentralização administrativa como solução para os problemas nacionais, tal qual aparece em livros como *A*

Província de Tavares Bastos. Para províncias prósperas, como São Paulo, o regime centralizado do Império era uma expropriação sem fim, pois seus recursos eram ano a ano redirecionados para as províncias do norte eternamente deficitárias, acometidas por desditas frequentes como secas e fomes, cujo socorro era pago pelo café paulista.

Ao positivismo e federalismo somava-se o abolicionismo e o republicanismo que começam a andar de mãos dadas no Rio de Janeiro. A França, eterno modelo político do mundo ocidental, proclamara a República em 1870, ano em que era publicado no Brasil o "Manifesto Republicano", defendendo que um país da América não podia ser uma monarquia e creditando ao regime monárquico o isolamento continental. Os moldes – americano ou francês – podiam variar, mas a retórica era de contestação. Era também na Inglaterra e nos Estados Unidos que o abolicionista Joaquim Nabuco buscava articulação contra o escravismo brasileiro constituindo uma rede de ativismo internacional. Ângela Alonso reconhece a eficácia da estratégia que Catherine Sikkink chama de efeito bumerangue, quando a pressão internacional faz mais efeito que a interna, convém a articulação da sociedade civil organizada internacionalmente, como fez talentosamente Nabuco. Na corte e em São Paulo, *meetings* organizados para esse fim estreitavam os contatos entre os abolicionistas brasileiros que atuavam na imprensa ou na advocacia liberal, e por meio e passeatas, encontros, panfletos e artigos jornalísticos descobriam novas formas não partidárias de atuação política, entre as quais se destaca a própria literatura[167].

Nem todos os republicanos eram abolicionistas – O PRP tem o cuidado de defender em seu programa que a abolição

era uma questão a ser definida pelas províncias após a proclamação da República. Eram federalistas mais que abolicionistas. Nem todos os federalistas eram republicanos por convicção. Há os que declaram que se houvesse como conciliar a autonomia provincial e eleição dos presidentes de província com o regime monárquico manteriam a lealdade ao Imperador. Mas parecia não haver. Havia abolicionistas monarquistas, que flertaram com a República, como Joaquim Nabuco, ou que se tornaram devotos da princesa após 1888, como José do Patrocínio. O panorama era diverso e heterogêneo.

Rui Barbosa, Nina Rodrigues, Miguel Lemos, Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Lopes Trovão, Tavares Bastos, Luiz Gama, Silva Jardim, Quintino Bocayuva, Tobias Barreto, Silvio Romero tiveram trajetórias e propostas bastante distintas o que dá ideia da diversidade da Geração de 1870. Para Ângela Alonso o que une todos estes protagonistas é a crítica ao *status quo* da sociedade imperial[168] e à incorporação reinterpretada do “repertório” intelectual europeu e norte-americano para intervir e buscar modificar a sociedade brasileira, então governada pelos saquaremas. Estes tradicionalmente avessos às mudanças foram tal qual os liberais pegos de surpresa pelo esforço reformista liberalizante do gabinete Rio Branco que sequestrou a agenda dos liberais e domesticou suas propostas, enfraquecendo-as. Libertava-se o ventre mas adiava a Abolição. Criava o terço eleitoral para representação da oposição mas negava-se a discutir a Reforma Política. Vinha o *habeas corpus*, mas não a autonomia provincial. O *Reform-mongering* roubava a voz da contestação liberal, ao mesmo tempo que perpetuava os conservadores no poder. A volta dos Liberais com Sinimbu

em 1878 não é mais que a expressão da vontade do poder moderador.

É curioso que os próprios integrantes da geração de 1870 reinterpretariam sua própria trajetória política. Ressignificam-na de modo exclusivamente intelectual quase três décadas depois. Foi o caso interessante de um grupo que foi capaz de interpretar, em vida, sua própria ação social *a posteriori*, e deixar isso como legado institucionalizado. Trata-se da Academia Brasileira de Letras fundada por Machado de Assis e Joaquim Nabuco em 1897. Esvanecia-se o político reafirmava-se a atuação literária e intelectual. Certamente se envergonhavam em alguma medida da República proclamada à quartelada, da abolição feita sem as necessárias medidas de inclusão dos antigos escravos e do federalismo implementado para o serviço das fraudes eleitorais, da prevalência dos coronéis e da hegemonia paulista. Não queriam ter nada a ver com isso tudo. Reitera-se a famosa frase de Karl Marx de que os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

4.7 A legislação abolicionista

Precursores do abolicionismo. A questão do Tráfico Negreiro e as pressões inglesas no período
Joanino e no Primeiro Reinado. Lei Feijó: Lei pra Inglês ver? A Lei Eusébio de Queiroz e suas controvérsias.
O fim do tráfico e o abolicionismo. A Lei do Ventre Livre e os debates políticos para sua aprovação.
O nordeste e o abolicionismo. Espaços de liberdade e decadência do Escravismo. A Lei dos Sexagenários e a Lei Áurea.

As ideias abolicionistas no Brasil remontam ao período colonial. Em sedições contra a coroa Portuguesa na Bahia ao final do século XVIII já havia a proposta de abolição da Escravidão, que também apareceu em Minas, ainda que não fosse consensual entre os inconfidentes. Mas de um modo geral o escravismo era consensual, inclusive entre escravos que ao se rebelarem contra seus senhores defendiam *suas* liberdades e não o fim da escravidão. Muito comum nas zonas urbanas brasileiras encontrar ex-escravos donos de escravos, tal qual o Prudêncio personagem machadiano[169].

Muito mais exceção que a norma o abolicionismo aparece aqui e acolá em personagens como o patriarca José Bonifácio ou Hipólito José da Costa, o jornalista pioneiro do *Correio Brasiliense*. O primeiro se alijou da elite política escravista permanecendo por uma década no ostracismo até o final do primeiro reinado. O segundo editava sua folha do exílio em Londres.

Era do governo de Londres que vinham as ideias abolicionistas. Tratava-se antes de abolir o tráfico e, depois de 1850, exceto pelo brevíssimo *affair* Christie (1863), não houve segundo José Murilo de Carvalho, maiores pressões inglesas para a abolição da Escravidão. Quais os motivos que explicam a cruzada britânica contra o tráfico de escravos de 1807 a 1850. Ainda que cause comoção entre leitores acostumados a entender a história maquiavelicamente como uma sucessão de atos imperialistas motivados por interesses materiais, este parece ser um caso em que a força das ideias foi determinante[170]. Patrocinado por grupos religiosos abolicionistas – os *quakers*, por exemplo – o deputado William Wilberforce faz carreira durante as guerras napoleônicas defendendo a abolição do Tráfico Negreiro e

vai ganhando numerosos adeptos entre os grupos puritanos[171]. Com a abolição do tráfico na Inglaterra isso se torna um tema eleitoral de relevância e sucessivos governos buscam a cooperação – no mínimo ambígua e protelatória – do governo brasileiro para conseguir encerrar o infame comércio.

Nos tratados assinados em 1807, 1815 e 1817, os portugueses se comprometem com a Inglaterra sem terem a real intenção ou mesmo condição de cumprir. À exceção dos anos entre 1845 e 1850, nunca entrou tanto escravo no Brasil quanto no período em que essas leis foram assinadas. Não havia um prazo, apenas o compromisso. Talvez por perceber a colaboração do governo com os ingleses, os comerciantes e seus compradores, os grandes senhores latifundiários decidiram comprar o máximo possível de escravos antes que o tráfico fosse proibido, o que naturalmente nos leva à discussão sobre o impacto da Lei de 1831, objeto de grande debate historiográfico.

O entendimento hegemônico sobre a lei de 1831 é de que se tratou desde o início de letra morta, visto que foi aprovada em contexto de turbulência política e implementada por uma estado fragilizado e em formação contra interesses muito bem articulados de grupos poderosos. “Lei pra inglês ver” foi e continua sendo seu epíteto. Estudos mais recentes desmistificam essa visão clássica. Keila Grinberg e Tamis Parron em textos recentes esmiúçam a lei, seu contexto e suas consequências e descobrem coisas interessantes. Do ponto de vista jurídico ela era desnecessária. O tratado de reconhecimento com os ingleses, uma vez decorridos os três anos de sua ratificação já previa a abolição do Tráfico e tinha força de lei. Por que

motivo foi necessário aprovar uma nova lei de abolição do tráfico em 1831?

A lei de 1831 é mais firme. Liberta automaticamente qualquer escravo que tenha entrado ilegalmente no Brasil[172]. Há ainda um motivo soberano. A Lei de 1831, aprovada pelo ministro liberal Diogo Antônio Feijó assumia a responsabilidade do Estado brasileiro frente à questão do Tráfico, evitando que o combate ao tráfico fosse identificado no Brasil como uma imposição britânica. A lei era nacional.

O Estado efetivamente foi capaz de impor a lei e José Murilo de Carvalho reconhece que nos anos que se seguiram à sua aprovação diminuiu consideravelmente a entrada de africanos nos portos brasileiros[173]. Tamis Parron, entretanto, investiga detalhadamente o profundo *lobby* escravista contra a Lei Feijó se verificou junto à cafeicultura fluminense, onde surgiria o núcleo da ala saquarema do partido Conservador. O livro de Tamis é a história da contrapartida reacionária brasileira aos “profetas e rebeldes” que são descritos no livro de Adam Horschild. São numerosas as petições das câmaras municipais para a abolição da lei de 1831 e dos termos do tratado com a Inglaterra. Uma vez no poder a partir do final dos anos de 1830, este grupo, de fato, transformará a Lei Feijó em letra morta. Talvez a primeira grande obra política do conservadorismo brasileiro tenha sido justamente dar uma sobrevida de duas décadas ao Tráfico Negreiro em um contexto de difusão de ideias liberais e de debates sobre a questão da raça que surgiram no bojo da abdicação[174] estimulados pela ação da Inglaterra.

A atuação inglesa por sua vez encontrará repúdio generalizado na “opinião pública” da elite brasileira que a

enxerga como imperialismo e procura resistir. Na década de 1840, no entanto, este entendimento se altera para uma visão crescentemente crítica em relação aos traficantes, por duas razões principais. Uma econômica – o preço crescentemente proibitivo dos escravos que entravam – e outra social – o medo da grande concentração de cativos no sudeste cafeeiro – ambas agravadas pela radicalização da posição inglesa a partir do fim do Sistema de Tratados em 1844.

O governo britânico decide partir para a ação unilateral contra a procrastinação brasileira e faz aprovar a *Bill Aberdeen* (1845), também conhecida como *Brazilian Act* que equipara o Tráfico de Escravos à pirataria e permite o confisco dos navios negreiros. Os Ingleses, ao final da década chegam a invadir as águas territoriais do Brasil e abrir fogo contra fortes no litoral fluminense em perseguição a navios negreiros provenientes da África. Não adiantava. O Tráfico não fazia senão crescer mais e mais, o que contraria a tese de Leslie Bethell que atribui à ação inglesa o Fim do Tráfico no Brasil. Trata-se de uma controvérsia interessante.

É tão expressivo o número de escravos que entram no país entre 1845 e 1850 que os grandes senhores se tornam quase reféns dos traficantes seus credores. A pressão inglesa elevara bastante o preço da mão de obra, estimulando ainda mais sua lucratividade, mas colocando em risco o patrimônio de uma elite rural dependente de um punhado de traficantes que controlavam todo o fluxo de mão de obra, e eram seus credores. Os traficantes mudam rapidamente de *status*. De “vanguarda” nacional na luta contra o imperialismo britânico se tornam perigosos e cruéis mercadores de carne humana.

A retomada de uma agenda de abolição do tráfico já vinha sendo debatida no parlamento desde 1842 e com o retorno dos conservadores ao poder fazia sentido para o mesmo grupo político – que estimulara no final dos anos de 1830 a desobediência e eventual revogação da Lei de 1831 – fazer agora uma nova lei para abolir o tráfico de escravos, antes que o número de escravos ultrapasse aquilo que as autoridades seriam capazes de controlar em caso de rebelião. Estava bem viva ainda na memória das elites nacionais o levante de fevereiro de 1835 em Salvador, seguido por outra rebelião escrava em Vassouras no ano de 1838. A Lei de abolição do Tráfico seria também uma lei de segurança pública, razão pela qual recebeu o nome do ministro da justiça da trindade saquarema, Eusébio de Queiroz.

O projeto de lei tinha a simpatia do Conselho de Estado, que considerava a manutenção do tráfico como um obstáculo a uma ação mais firme do Império na região platina. A *rationale* do Conselho era de que seria impossível à Armada nacional, acuada como estava pela marinha inglesa[175] enquanto durasse a controvérsia sobre os traficantes, ter ação efetiva em qualquer campanha contra Juan Manuel Rosas. A questão é encaminhada ao parlamento e rapidamente aprovada por uma câmara hegemonicamente conservadora. Para José Murilo de Carvalho a lei Eusébio de Queiroz é um confronto entre o polo econômico e o polo burocrático das elites nacionais. Se a lei desinteressava aos grandes senhores, era medida essencial para o Estado, e este interesse prevaleceria.

Foi efetivamente implementada um Estado muito mais forte do que tinha sido aquele que aprovara a Lei Feijó e Eusébio de Queiroz usa todos os meios ao dispor do

executivo para fazê-la cumprir[176]. Vários traficantes foram presos e deportados graças à ação dos delegados de polícia criados logo após a maioridade e os compradores também eram responsabilizados legalmente pela nova lei, ainda que na prática acabassem anistiados quando levados à júri. O número de escravos entrantes cai de mais de 50 mil para menos de três mil um ano depois de aprovada a lei.

Os liberais acusam os saquaremas de subserviência aos ingleses. A abolição só se deu, segundo eles, devido ao recrudescimento da pressão sob Palmerston, ele próprio às voltas com as críticas de seus opositores – inclusive da *anti-salavery society* – de que sua política não tinha feito senão aumentar o Tráfico no Brasil. Eusébio se defende das acusações de subserviência defendendo que a medida foi soberana e que os ingleses só atrapalharam atrasando sua implementação. A historiografia ainda hoje ecoa este debate. Leslie Bethell concorda com Palmerston de que a ação inglesa teria sido essencial para a abolição do Tráfico. Amado Cervo prefere concordar com Eusébio de Queiroz para quem a medida foi soberana, motivada por razões nacionais e desvinculada da pressão inglesa que apenas atrapalhou. Parece um exemplo claro de influência das fontes. Dependendo de que fontes o historiador prioriza isso tem impacto em sua conclusão.

Parece razoável supor que se trata de um falso debate já que a pressão inglesa era “dialética”. Ao mesmo tempo que estimulou em curto prazo o tráfico por conta da elevação do preço, é óbvio que sua manutenção sob a oposição militante da marinha inglesa era inviável por muito mais tempo. Nem o Brasil iria à guerra contra os ingleses, nem o mercado de trabalho teria condições de continuar absorvendo tantos cativos. Eusébio e os saquaremas foram incrivelmente

oportunistas em aproveitar este contexto para abolir o tráfico sem que isso trouxesse problemas imediatos para a cafeicultura saturada de africanos, ao mesmo tempo que tinham amplo apoio dos grandes senhores para perseguir os traficantes de quem eles eram devedores. A Inglaterra ajudou e o conselho de Estado reconhecia ser impossível ir à guerra com Rosas em meio a controvérsia com os ingleses. Se não fosse a pressão britânica e o ato fosse simplesmente uma medida soberana, como quer Amado Cervo, os conservadores já teriam aprovado a lei até 1844 quando estiveram pela primeira vez no poder e o tema já tinha voltado ao debate político.

A esperteza de Eusébio é ainda mais ampla, já que com o fim do tráfico se congela por quase duas décadas o debate sobre a questão da escravidão no Brasil, que só voltará a ser discutida por iniciativa da coroa durante a Guerra do Paraguai[177].

A iniciativa de Pedro II é encarada como intervenção indevida da coroa. Ao longo da Guerra do Paraguai, o conselho de Estado, quando consultados sobre a questão abolicionista declara não ser conveniente do debate. Mas é mais difícil censurar o imperador que o deputado Silva Guimarães. Diversas sociedades culturais das quais o imperador era membro o questionam educadamente sobre a questão da escravidão no Brasil. Os Estados Unidos aprovam a emenda que abole a escravidão (a décima terceira) em 1865. A coroa responde que trataria o assunto com prioridade assim que terminasse a guerra, e assim o fez.

Foi acusado por conservadores e liberais de tirano, déspota, de prover o suicídio dinástico, de ir contra a

vontade da nação para agradar os intelectuais franceses. O Marquês de São Vicente a pedido do Imperador elaborou cinco projetos de lei distintos, que foram amalgamados e alterados para formar o que se tornou a Lei do Ventre Livre. Seus dispositivos foram intensamente debatidos pelo parlamento durante a guerra, mas o gabinete não foi capaz de fazê-la aprovar no imediato pós-guerra. São Vicente não era bom político para reunir um gabinete que se colocasse contra o próprio partido conservador e o Marquês de Olinda simplesmente se recusa a colocar a lei em discussão. O Visconde de Itaboraí renuncia por causa da lei. A vida de Imperador nem sempre é fácil.

Foi José Maria da Silva Paranhos, o homem chamado por D. Pedro para essa espinhosa missão. Forma um gabinete de jovens como era ele mesmo quando foi convidado pelo marquês do Paraná para fazer parte do gabinete de Conciliação e a faz aprovar em 28 de Setembro de 1871. Foi intensamente debatida no parlamento e só foi aprovada graças à divisão regional entre as províncias do Norte, que votaram a favor do governo, e as do Sul do país que se opunham à Lei, o que levou José Murilo de Carvalho a questionar o senso comum que identifica o Nordeste como sendo uma área de atraso, resistente à renovação, sendo São Paulo a vanguarda. No que se refere à abolição não é o que se percebe.

Muito mais dependentes do governo e muito menos dependentes da escravidão, o norte – como eram chamadas até então as províncias da Bahia pra cima – já tinha sofrido significativa hemorragia de mão de obra escrava para os cafezais do sudeste nas duas décadas que se seguiram à aprovação da Lei Eusébio de Queiroz. O chamado tráfico interno que deslocara os escravos jovens e sadios de

economias periféricas e pouco dinâmicas para a lucrativa lavoura do café. Não era uma grande questão econômica para o Norte/Nordeste a abolição do Ventre. Igualmente, segundo José Murilo os funcionários públicos presentes na câmara, juízes, promotores, delegados, etc., que naturalmente votaram com o gabinete evidenciando mais uma vez a tensão entre o polo palaciano – o estamento burocrático da sociedade brasileira – e o polo rural, agricultor e escravista que repudiava vigorosamente a lei em sua premissa e em vários de seus dispositivos o que explica os testemunhos da época que dão conta de que Paranhos ia buscar no laço os deputados do partido conservador em suas casas para que fossem votar. Foi aprovada com grande oposição.

Mais que ao ventre livre, os detratores do 28 de setembro, criticavam os demais dispositivos da lei que segundo eles "abria na alma do escravo a perspectiva de direitos", favorecendo à rebeldia. O direito de propriedade, alegavam, é *erga omnis* e o Estado não pode se imiscuir na relação entre o senhor e seus bens. Pela lei poderiam conseguir a alforria se comprovassem maus tratos, ou posse de pecúlio que fosse suficiente para comprar sua liberdade por preço estabelecido por um juiz. Tais intervenções do Estado dificultariam o exercício da autoridade do senhor, defendiam. "Loucura dinástica, sacrilégio histórico, suicídio nacional" são termos que caracterizaram a iniciativa da lei pela coroa e que, segundo José Murilo de Carvalho foi um dos principais impulsos dados ao movimento republicano ao abalar a legitimidade do sistema Imperial com grupos poderosos que lhe sustentavam.

A eficácia da lei também é duvidosa. Os muitos ingênuos, filhos de escravos nascidos após 28 de setembro de 1871

poderiam permanecer com suas mães ou ser entregues aos cuidados do Estado o que raramente se verificou. Mantidos juntos ao senhor eram obrigados a prestar serviços como forma de indenização por sua alimentação e moradia, mantendo-se na verdade dependentes até a idade adulta.

É somente na década de 1870 que o movimento abolicionista ganha força e na década seguinte se torna presente em quase todo o país e ganha adesão de amplos setores sociais. A publicação por Joaquim Nabuco em 1883 do livro *O abolicionismo* e a adesão de grande números de oficiais do exército à causa abolicionista, mesmo em detrimento de suas carreiras, já que muitos eram punidos por se recusar a perseguir escravos fugidos são evidência da maior penetração das ideias abolicionistas na sociedade. Até a década de 1860, no entanto, era praticamente inexistente, enquanto "movimento" e não passava de iniciativa de uns poucos indivíduos excepcionais – Castro Alves, por exemplo, com pouco mais de 20 anos, declamando o *Navio Negreiro* no principal teatro de Salvador[178] – no seio de uma sociedade na qual o escravismo era visto como normal. Eram desbravadores.

Para além da ação do Estado e dos abolicionistas como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Luiz Gama, Silva Jardim entre outros que transformaram a causa em movimento popular amplamente apoiado no país, e com apoio internacional, está a própria obsolescência do sistema escravista. Sem sombra de dúvida isso se dá no plano das ideias. No espaço de uma geração o que era aceito socialmente se torna inaceitável, e em parte, podemos dizer em grande parte, isso se deve à ação dos próprios escravos. Contar a história da abolição como se os escravos fossem criaturas passivas é uma injustiça. Trata-se da tradicional

“história branca” do abolicionismo que culmina com a dádiva oferecida pela princesa “redentora” no 13 de maio.

Da leitura dos mais diversos historiadores que se debruçaram nas duas últimas décadas sobre o estudo da Escravidão nos anos finais do império, fica a impressão de que a Lei Áurea não fez senão legitimar juridicamente o que na prática já era a norma: a liberdade. Em *Visões da Liberdade*, o historiador Sidney Chalhoub descreve a cidade do Rio de Janeiro na década de 1880 como um oásis de liberdades e autonomia para muitos mulatos, negros forros e escravos que construíam cotidianamente seus espaços de liberdade[179]. A figura do escravo de ganho que pagava “jornal” ao seu senhor, mas que para todos os outros efeitos era livre, ou os quilombos urbanos que se proliferaram[180], muitos com o conhecimento de autoridades e apoio de figuras de destaque da elite comercial carioca demonstram o esboroamento da instituição do escravismo.

Em termos demográficos quando do 13 de Maio, o número de escravos no Brasil já não chegava à 10% do total da população. No censo de 1872 apenas 15% eram escravos enquanto somados etnicamente pretos e pardos chegavam a 57%. Descontados aí os escravos, havia mais de 42% de indivíduos pretos ou pardos, portanto, egressos da escravidão que, em 1872 eram livres. Ou seja, quase 74% da população negra já era livre em 1872[181]. Isso é evidência de que na sociedade brasileira era relativamente muito mais aberta à manumissão do que em todas as outras sociedades escravistas modernas, o que favorecia muito a disseminação do abolicionismo.

No nordeste brasileiro como o escravismo foi desaparecendo estatisticamente por conta do tráfico interno

continuado desde 1850, o impacto econômico da escravidão vai se tornando nulo, o que levou a abolição pelo Ceará da Abolição em 1884, província onde o governo central decidiu punir um regimento inteiro de oficiais abolicionistas em Fortaleza, transferindo-o para Belém. No mesmo ano a Província do Amazonas decretava abolida a escravidão. Serão novamente as províncias do Norte que apoiariam o Governo quando da longa tramitação e debates a respeito da Lei dos Sexagenários que começa a ser discutida no gabinete liberal e só é aprovada pelos conservadores sob Cotegipe. A Lei Saraiva Cotegipe de 1885 libertava todos os escravos acima de 65 anos de idade e é considerada inócua pelos abolicionistas. O debate já não era mais se haveria ou não a abolição definitiva da escravidão no Brasil, o que era percebido como inevitável mesmo pelos grandes proprietários de escravos. A questão passava a ser se o governo aprovaria ou não indenização por conta da defesa da propriedade privada[182].

O Brasil era o último país do mundo ocidental ainda com escravos. Cuba abolira a escravidão em 1886 mas com indenização aos senhores. Os gabinetes do fim do império discutem alternativas de indenização, mas a abolição virá, afinal, no gabinete João Alfredo em 1888, sem indenização, alijando os latifundiários escravistas do Vale do Paraíba da base de sustentação da monarquia. Neste mesmo ano foram concedidos baronatos em uma escala sem precedentes para quase duas centenas de indivíduos. A monarquia tentava compensar com vantagens honoríficas o que havia tomado em patrimônio, mas, como sabemos, era tarde demais. A profecia de Cotegipe para a princesa se cumpria. Ganhou o povo, mas perdeu a coroa.

4.8 As Forças Armadas

Os militares no Brasil e na América

Espanhola do século XIX.

O cadetismo e sua superação. A Marinha. A Guarda Nacional. O bacharelismo na formação militar.

A clivagem geracional entre os tarimbeiros e científicos. O debate historiográfico sobre o papel dos militares na queda do império. O abolicionismo e a "Questão Militar".

O estudo da participação política dos militares no Segundo Reinado passa pelo reconhecimento da situação *sui generis* que vivia o Império Brasileiro no tocante ao papel das Forças Armadas em seu contexto regional. Ao contrário de nossos vizinhos onde a presença do exército na política tinha sido fundamental desde a independência no Brasil essa presença foi declinante. Na Argentina, no Chile, no México, não raro, generais ocupavam a presidência, sendo eleitos (Bartolomeu Mitre, Júlio Roca, para citar o exemplo mais próximo) ou por meio de golpes militares.

O caso brasileiro era mais próximo dos EUA. Apenas três generais ocuparam a presidência desde a independência – George Washington, Andrew Jackson e Ulisses Grant – mesmo assim sempre após guerras que aumentaram suas popularidades. No Brasil era raro um militar ocupar a chefia do gabinete, e o único caso foi o de Caxias depois da guerra do Paraguai por conta da renúncia do Visconde do Rio Branco. Os militares eram, no máximo, ministros da Guerra, mas mesmo esse cargo era, bem mais frequentemente ocupado por civis. O elemento marcial não seduzia nossa sociedade e nosso Imperador raríssimas vezes permitiu ser retratado em uniforme militar – sendo a Guerra do Paraguai a exceção evidente. Mesmo após a guerra preferiu que

fosse usado para construir cinco escolas o dinheiro arrecadado em subscrição entre os comerciantes da Corte para homenageá-lo com uma estátua marcial, análoga a de seu pai, até hoje presente na Praça Tiradentes. Era um civilista, e talvez por isso, não tinha afinidade com o setor militar que terminaria por derrubá-lo do Trono.

No Período Joanino e no Primeiro Reinado o exército, ainda que precário, tinha seu prestígio. As intervenções sucessivas na Banda Oriental e a guerra de Independência deram-lhe relevo. D. João cria no Brasil uma academia militar (1811) embrião do que hoje é a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e também instituições navais – Arsenal de Guerra da Marinha, hospital militar, entre outras. No Primeiro Reinado foi o apoio militar que permitiu ao Imperador fechar a Assembleia em dezembro de 1823 sem qualquer base de apoio na elite brasileira. Os oficiais eram em sua maioria portugueses, e por isso mesmo, precisam ser contidos pelos liberais após a abdicação. Se os oficiais não eram confiáveis por serem caramurus, muito menos a tropa. Entre 1831 e 1832 sucederam-se numerosos levantes na corte que, não raro, contaram com a participação das tropas em articulação com os grupos populares – farroupilhas/exaltados como eram chamados. A Regência é o ponto mais baixo de desvalorização das Forças Armadas brasileiras. Os liberais fazem um esforço deliberado para diminuir guarnições, desmobilizar regimentos e deixar em estado de penúria a organização castrense no país. Na biografia de Manuel Luis Osório, general importante da guerra do Paraguai biografado por Francisco Doratioto, são frequentes as reclamações de soldo, péssimas condições da tropa e abandono no Período dos anos de 1830 e 1840. Osório temia mais que tudo que seus filhos resolvessem seguir a carreira militar, e por diversas vezes pensou em

abandoná-la. A situação não era muito melhor no Segundo Reinado. Melhora o orçamento, melhoram as condições materiais, mas o desprestígio dos militares continua. Segundo José Murilo de Carvalho, para além da questão política, há também uma razão sociológica que explica a diferença da percepção dos militares entre 1808 e 1831 ser tão distinta desta mesma percepção após o período regencial: o desaparecimento progressivo do cadetismo.

Cadetismo é o nome que damos a prática típica do Antigo Regime que recruta entre seus os aristocratas os jovens cadetes, futuros oficiais do exército nacional. A persistência desta prática na França, Inglaterra, Prússia, e demais países europeus no século XIX é um dos sustentáculos mais robustos da tese de Arno J. Mayer sobre a persistência do Antigo Regime[183]. Na América espanhola as guerras de independência mobilizam ampla parcela da população e destroem as bases do exército colonial espanhol. Na América portuguesa, a permanência do Estado Português no Estado Imperial brasileiro deu sobrevida ao cadetismo ao longo do Primeiro Reinado. Assim, na primeira geração militar do pós-independência os oficiais militares brasileiros são os nobres da terra: os filhos dos comerciantes ricos e dos grandes proprietários.

Isso, no entanto, rapidamente modifica-se. Progressivamente, a Academia Militar torna-se uma alternativa para os segundos filhos, os filhos das famílias sem recursos, e até, dos bastardos e órfãos. Diferentemente das faculdades de Direito de Olinda e São Paulo não havia cobrança de taxas de matrícula para a Escola Militar (nem para escola politécnica onde estudou José Maria da Silva Paranhos, o futuro Visconde do Rio Branco, que ficou órfão muito jovem). Era, portanto, uma alternativa de ascensão

social para os filhos de uma camada média baixa, remediada. Serão os oficiais nas gerações finais do Império tão diferentes em origens dos oficiais dos anos iniciais.

Na Armada imperial, no entanto, o cadetismo não foi superado. A primeira geração de oficiais navais eram naturalmente mercenários ingleses, mas, a partir daí serão continuamente selecionados para oficiais da marinha brasileira indivíduos de posses e famílias abastadas. O desprestígio inerente à carreira militar no exército não era o mesmo na marinha e a razão pra isso era o caríssimo "enxoval", obstáculo suficiente para afastar da Armada Imperial os pobre coitados. Isso explica porque a lealdade dos oficiais da marinha permanece com a monarquia muito tempo depois que significativa parcela dos oficiais do exército já havia aderido ao republicanismo. Para muitos autores explica mesmo a eclosão das duas revoltas da Armada nos anos iniciais da República, onde almirantes notoriamente monarquistas – como Saldanha da Gama – tomaram parte.

Naturalmente esse elitismo estava restrito ao oficialato. Entre os marujos o recrutamento era o mesmo praticado em quase todas as marinhas do mundo no século XIX, o famoso *impressment*, o recrutamento forçado de marinheiros que podiam vir de navios mercantes ou dos estratos mais baixos da sociedade. O modo de manutenção da disciplina também não variava de bandeira para bandeira: era o açoitamento. Havia um descolamento completo entre os marujos e seus oficiais, tanto quanto existia entre os proprietários e seus escravos, correlação, aliás, não desprovida de sentido. A marinha não poderia estar mais longe do povo, e não hesitará na Segunda Revolta da Armada de decidir pelo bombardeio de civis, praticamente destruindo a cidade de

Niterói. Já no Exército, desde o Período regencial, tropa e povo lutaram lado a lado. Tal vocação reformista e popular do exército brasileiro será resgatada quando do advento do movimento abolicionista nos anos finais da monarquia. A defesa da liberdade dos escravos encontrará abrigo nos quartéis e na consciência dos oficiais do exército brasileiro, como veremos.

Afora o Exército e a Marinha o Império brasileiro conheceu uma outra forma de organização militar objeto de grande controvérsia historiográfica: a Guarda Nacional. Criada no primeiro reinado e organizada pelo futuro patrono do exército, Caxias durante o período regencial teve papel fundamental para manutenção da ordem durante os momentos de convulsão social da Regência. Para o autor, a Guarda tem um papel contraditório, pois representa uma permanência de uma tradição anterior, mas ao mesmo tempo, tem um papel dialético, um papel que ajuda ou contribui nessa evolução.

No segundo reinado, a guarda nacional será crescentemente percebida como uma rival do exército. A má vontade dos oficiais do exército para com a Guarda Nacional é compreensível. Os sacrifícios da carreira militar eram consideráveis. Transferências e viagens constantes promoções lentíssimas – Frank McCann estudando os generais da Primeira década republicana chega a conclusão que tinham em média chegado à patente de capitão com cerca de 40 anos de idade – soldo baixo, alimentação precária, material e infraestrutura ruim. Comparado com a guarda era injusto que um civil sem nenhuma formação militar, por razões políticas tivesse patente de coronel, e para todos os fins fosse assim tratado, sobretudo durante a Guerra do Paraguai. Após a guerra a oposição à guarda

nacional atinge proporções insustentáveis e o gabinete do Visconde do Rio Branco decide por sua desmobilização em 1873 – só poderia funcionar para treinamentos uma vez por ano ou em caso de emergência nacional.

O mais clássico estudo sobre a Guarda Nacional é o do sociólogo colombiano Fernando Uricochea. Em *O Minotauro Imperial*, Uricochea se debruça no problema recorrente das formas de dominação weberianas. Seria o império um modelo tradicional de organização política ou a lógica de dominação era racional-legal. Seu caminho é indutivo. Estuda o caso da Guarda Nacional para responder se era uma instituição pública ou privada. Afinal os coronéis, cujo título permanece muito tempo depois de extinta a Guarda, são até hoje símbolos do patrimonialismo rural, de um modo de dominação tradicional, onde o público e o provado não se dissociam claramente.

A conclusão de Uricochea está na própria duplicidade de seu título. Nem homem nem touro, a guarda era um Minotauro. Reconhecendo a tradição historiográfica que vincula à Guarda ao localismo, este autor defende que ela foi parte importante do progressivo desenvolvimento institucional, burocrático e administrativo do Império. Em primeiro lugar porque a Guarda ajudava a garantir a presença do Estado onde este não teria como chegar. Um Estado de pequena capilaridade, ainda em processo de formação, cujos vazios de poder eram preenchidos pela Guarda Nacional, ainda que sob a forma pretérita de dominação anterior, dos senhores locais. Em segundo lugar, ela permitia um modo de socialização política dos cidadãos das zonas rurais. Teve uma função educacional de cidadania durante o processo de transição entre duas formas de dominação: a tradicional e a racional-legal. Era uma

protocidadania nascente entre aqueles que homens livres, no exercício de uma função pública, ainda que sobre o controle direto ou indireto dos senhores locais. A Guarda teria então um papel dialético, pois, se representa a permanência de uma tradição anterior ao mesmo tempo contribui para a evolução institucional em curso.

A formação da academia militar do Império era fortemente marcada pela presença do ensino técnico. Estudos de Mineralogia, Geografia, Matemática diferenciavam o modo de pensamento militar do pensamento típico dos bacharéis direito que governavam o Brasil do século XIX. José Murilo de Carvalho, ao estudar o currículo da Academia Militar defende que este imbuía de um projeto de Brasil e de sociedade mais que simplesmente um projeto de formação de militares. Estes se percebiam como verdadeiros intelectuais e ao saírem da academia eram tratados por "doutor": "Doutor Major", "Doutor capitão". Era uma alternativa de prestígio social que ser doutor trazia e ser militar não. Criava-se assim o embrião do pensamento salvacionista. O exército se autoincumbia de uma missão regeneradora da nação que, em alguma medida permanecerá por mais de um século com consequências políticas sérias para a vida nacional.

São exemplos disso os clássicos literários do final do século XIX escrito por militares como *A Retirada da Laguna* de Taunay e *Os Sertões* de Euclides da Cunha, cujo impacto no panorama literário brasileiro não terão paralelo remoto com qualquer contribuição militar no século XX. A recepção do positivismo, as missões de Rondon na Amazônia das décadas de 1900, a revista *Defesa Nacional* (1913) e o papel dos jovens turcos, o tenentismo, são todos exemplos desta missão civilizatória que dará novo papel político aos

militares brasileiros para muito além da proclamação da República.

Essa formação também servia para dividir a classe, já que não eram todos os oficiais que tinham formação acadêmica. Os chamados tarimbeiros, frequentes até da Guerra do Paraguai, tinham seu conhecimento baseado na experiência empírica. Tarimba é o nome dado a ripa de madeira que formava o leito dos quartéis portugueses. Dormir na tarimba era sinônimo de experiência. Este conhecimento era desprezado pelos intelectuais da academia que, não raro, desdenhavam de seus superiores sem a mesma formação. Abria-se nos anos de 1870 e 1880 uma clivagem geracional. Isso contribuiu para impedir que se formasse no seio do exército uma homogeneidade educacional análoga a que o bacharelismo jurídico produziu entre a elite civil.

Os “casacas” como eram chamados pejorativamente os civis temiam que a organização militar subvertesse a ordem constitucional desde o trauma do Primeiro Reinado. O “cesarismo” poderia assumir uma função absolutista “corcunda”, como fizera em dezembro de 1823, ou pior, um molde bonapartista republicano. Dada a enorme presença de setores pauperizados na tropa. Ex-escravos, mestiços e mulatos poderiam liderar um levante generalizado nos moldes do que ocorrera no Haiti. Se o exército brasileiro no século XIX fosse proporcional ao francês em termos populacionais, teríamos que ter 40 mil oficiais. José Murilo de Carvalho contabilizou quatro mil, 10% do total. A segurança externa não era a mais relevante para os donos do poder no Império, a interna sim. E no que tange a segurança interna, o exército era mais ameaça potencial que garantia de segurança. Não era conveniente dispersar

40 mil braços da lavoura. Melhor mobilizá-los parcialmente por meio da Guarda Nacional, onde eram arregimentados temporariamente. O agravamento das tensões entre civis e militares após a Guerra do Paraguai (1864-70) deve ser compreendido a partir destas questões.

Crescentemente o positivismo – que já era conhecido no Brasil desde os anos de 1850 – vai ganhando as fileiras militares e garantindo uma protounidade em defesa do progresso. Nem 1/3 dos oficiais brasileiros era positivista, mas graças ao positivismo e ao abolicionismo muitos deles se tornam republicanos na década de 1880. A desmobilização da Guarda Nacional contribuiu para melhoria do prestígio dos militares e favorece a maior homogeneização que a ideologia positivista incorporava.

Para além do positivismo, a discussão historiográfica é rica. Entender o divórcio entre civis e militares ao final do Império é entender o próprio advento da República e neste ponto divergem a historiografia monarquista, na qual Joaquim Nabuco, Afonso Celso, e até Oliveira Vianna desvinculam os militares do povo entendendo a proclamação como uma simples quartelada, golpe de estado ilegítimo e impopular. Os republicanos contra-argumentam que a República tinha mais de 100 anos de vida no Brasil e farão de Tiradentes seu herói e símbolo. Proclamada à República começava a guerra por seu lugar na História. Em alguma medida, o lugar da República de 15 de novembro é também o lugar dos militares que a tornaram possível.

São compreensíveis as aspirações por maior relevância e participação política por parte dos militares após a Guerra do Paraguai. Mas a identificação da Guerra com o início da insatisfação castrense com o regime é forçada. Ela se dá

bem antes ou só depois, e não na década de 1870. Como vimos, vinha de longa data o desprestígio dos militares brasileiros, mas com a Guerra eles ganham prestígio. A desmobilização da Guarda Nacional é indicativa deste prestígio. A presença no governo de ministros militares ou percebidos como “amigo dos militares” é outro indicativo. Tal é o caso do longo gabinete Rio Branco, do gabinete de Caxias que o sucedeu em 1875 e da presença de Manuel Luís Osório na pasta da Guerra com o retorno dos Liberais ao poder.

A questão militar explode apenas na década de 1880 e para Sérgio Buarque de Hollanda é mais a intervenção indevida dos militares na política do que a exclusão política dos militares. A visão de Hollanda chega a ser ácida. Entende que desde a Regência os militares tinham preocupações militares. Com as rebeliões internas, Rosas e os blancos nas décadas de 1840 e 1850, com Solano Lopez na década seguinte. Findas as preocupações militares o exército passará duas décadas “tranquilas” o suficiente para que decida intervir onde não deveria: a política interna. Essa também é a percepção de Heitor Lira. Ficava o Brasil mais parecido com seus vizinhos. Contágio?

É justamente essa a tese de Joaquim Nabuco em *Um Estadista no Império*. Monarquista, Nabuco defende que o contato dos militares brasileiros com os oficiais uruguaios e argentinos teria gerado contágio da doença republicana. Custa a crer que tivessem oportunidade de conversar em portunhol sobre Ciência Política entre as batalhas de Curupaiti ou Acosta Ñu e nisso Nabuco parece exagerar. O desprezo à forma republicana de governo era generalizado e a situação de caudilhismo no Paraguai era lembrete suficiente para que os brasileiros não a adotassem.

Demoraria ainda bastante para que o republicanismo grassasse entre as hostes castrenses. Seu rastilho espoucaria primeiro entre os jornalistas civis da corte autores do Manifesto Republicano, e apenas com o tempo alcançariam os quartéis.

O ativismo político – não necessariamente republicano – das forças armadas fica mais perceptível, como, aliás, de toda a sociedade. A adesão ao abolicionismo será foco de muitos conflitos Escritos sobre a necessidade de uma reforma educacional, sobre o desenvolvimento e modernização do país, e a proposta do Marechal Osório de uma ferrovia que ligasse por terra o Mato Grosso – entendimento da integração regional como questão de segurança nacional – evidencia o viés crescentemente salvacionista e intervencionista dos oficiais.

Tentemos então uma síntese das questões que motivaram o divórcio político-social e intelectual dos militares com a classe política do império. Do ponto de vista social, como vimos, eram os oficiais em sua maioria de classes médias e não comungavam das mesmas visões ou do mesmo interesse dos barões do café e senhores de engenho que constituíam a elite nacional. Muito menos com os bacharéis em direito, os "casacas" a quem desprezavam. A morosidade das promoções incomodava indivíduos que viviam de soldo – notoriamente reduzido – cujo aumento ou reforma dependia de autoridades civis as quais estavam submetidos[184]. Pouquíssima era participação militar nas instâncias parlamentares (Senado e Câmara dos deputados) e com a morte sucessiva de Rio Branco, Osório e Caxias na década de 1880, os militares ficam órfãos de padrinhos poderosos justamente quando se agravam as tensões que culminariam na "Questão Militar" (1883-1885).

O cerne da questão militar foi o abolicionismo. Discussão óbvia durante a Guerra do Paraguai em que se usaram tropas com numerosos escravos e ex-escravos. Quando nos anos de 1880 a questão das Missões se torna sensível à alta cúpula militar faz saber que não iria novamente à guerra, desta vez contra os argentinos com um exército de escravos. São muitos os motivos estruturais para o abolicionismo nas Forças Armadas. Escravidão era perceptível como incompatível com a defesa nacional. Inviabilizava o alistamento obrigatório. Para além da enorme dificuldade de alistar escravos, a existência do escravismo ainda impedia que parcela significativa da população fosse mobilizada por razão de segurança interna. Era necessário imenso número de homens livres empregados pela iniciativa privada para garantir sua segurança *contra* seus próprios escravos, impedindo a mobilização para fins de segurança externa. Os oficiais-intelectuais percebiam isso e se colocavam crescentemente em conflito com o *establishment* escravocrata para fazer valer seus pontos de vista em detrimento da hierarquia.

O principal pomo da discórdia era a recorrente exigência de que regimentos fossem mobilizados na captura de escravos fugidos. Oficiais se sentiam capitães do mato e essa insatisfação ecoava no parlamento e na Imprensa, em discursos abolicionistas como os de Joaquim Nabuco. Muitos soldados eram ex-escravos. A situação era potencialmente explosiva e seu estopim se deu quando o Major Sena Madureira, professor de esgrima dos netos do Imperador, se recusa a obedecer ao Marquês da Gávea, general e latifundiário escravista que ordena que seu regimento parta em busca de seus escravos fugidos. Cria um precedente. Cada vez mais novas recusas se sucedem, sujando a ficha militar de muitos oficiais que são punidos pela recusa.

Quando servindo na Escola Militar, Sena Madureira recebe o jangadeiro Francisco José do Nascimento, famoso no Ceará por organizar o movimento de jangadeiros que se recusava a abastecer navios que transportassem escravos vendidos para o Sul[185]. O Major é punido por isso e sua punição divide a classe militar, tendo Madureira sido defendido e protegido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. O décimo quinto regimento militar de Fortaleza foi transferido inteiro para Belém em punição por adesão ao abolicionismo. No Senado, o Marechal Câmara protesta contra a proibição de que os oficiais se manifestassem publicamente sem a permissão do governo. "O exército precisa pedir permissão até para gemer" discursa.

A situação se agrava quando se inicia o movimento para que se limpe a ficha dos oficiais punidos por convicção abolicionista. O nível de tensão pública entre o exército e os civis sobe muito. As tensões se agravam quando o editor da folha *O Corsário*, Apulcro de Castro, mesmo depois de ter pedido a proteção da polícia, é assassinado à facadas por vários oficiais – entre eles Moreira Cesar – por ter criticado o exército. O episódio que provocou a queda do gabinete em 1884. Com o retorno dos conservadores ao poder, os militares são anistiados mas a trégua foi curta.

A partir daí são fatos conhecidos. Deodoro se torna herói da classe militar e começa a ser crescentemente procurado por conspiradores republicanos civis e militares – positivistas – para patrocinar o golpe. Torna-se o primeiro presidente do Clube Militar criado em junho de 1887, institucionalizando a insatisfação militar. Doente, foi levado a acreditar que Gaspar Silveira Martins, seu desafeto substituiria Ouro Preto na chefia do ministério. Acreditava provavelmente que derrubava somente o ministério, e há

testemunhos que sugerem que tenha gritado “Viva o Imperador” na manhã do 15 de Novembro. O episódio não teve nenhuma mobilização popular. A Câmara Municipal aproveita a quartelada militar e declara proclamada a República. O Imperador, cansado, e querendo evitar derramamento de sangue, acata a ordem de exílio e deixa o país no dia seguinte. A República não tinha qualquer legitimidade popular e escassa organização político-partidária em escala nacional. No Norte e Nordeste eram praticamente inexistentes os partidos republicanos. Sem o apoio dos militares a República não se sustentaria e Boris Fausto lembra-nos que o Exército era única instituição presente em todo território nacional capaz de mobilizar-se politicamente pelo novo regime o que foi essencial para garanti-la em seu conturbado início.

5. A Primeira República (1889-1930)

5.1 O processo político na Primeira República

Governo Provisório e a Constituição de 1891. Deodoro, Floriano e o Jacobinismo. O governo
Prudente de Morais. Campos Sales, e a política dos Estados. O Rio Grande do Sul e sua
trajetória política na Primeira República. O Coronelismo. As cisões Oligárquicas: 1910 e 1922.
A Aliança Liberal e a Revolução de 1930.

O 15 de Novembro, iniciado numa conspiração militar que apenas destituiu o gabinete de Ouro Preto, mas concluído num golpe republicano civil desfechado pela Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, é marcado por uma ambiguidade civil-militar que evidencia a aliança fortuita que pôs fim a monarquia. Cria-se então uma disputa negociada nos primeiros anos, mas que logo descambaria para a violência entre os distintos projetos de república estudados por José Murilo de Carvalho no livro *Formação das Almas*.

A conciliação entre os militares e os civis já estava dada na composição do primeiro gabinete republicano do governo provisório. Militares de carreira, como o próprio Deodoro e o ministro da Marinha Wandenkolk, científicos (Benjamin Constant na pasta da Guerra), conviviam com positivistas

como o ministro da Agricultura Demétrio Ribeiro e com republicanos históricos fluminenses (Quintino Bocayuva, no ministério dos negócios estrangeiros) e paulistas (Campos Sales no ministério da justiça). Ruy Barbosa, liberal reformista no império assumiu a pasta das finanças.

Essa composição frequentemente faiscava. É famoso o quase duelo entre o presidente e seu ministro da guerra em controvérsia assistida pelo gabinete. Meses depois, ainda desacostumado com as práticas republicanas, o marechal-presidente, em sua reforma ministerial, nomeia o Barão de Lucena, político tradicional da monarquia para compor um novo gabinete, emulando o fazer político do império, como se Lucena revivesse o presidente do conselho na nova ordem. Claramente ligado aos interesses açucareiros do nordeste, esse novo gabinete contribuiu para açodar ainda mais a relação de Deodoro com cafeicultores, e por conseguinte, com seu parlamento Constituinte, que apesar dos pesares, o reconduziu a presidência, mas não sem a humilhação de amargar uma votação inferior a do vice da chapa oposicionista, o general Floriano Peixoto, que foi aclamado com vivas e palmas muito mais entusiásticas que as oferecidas ao presidente.

Era 1891, passara-se menos de dois anos de República, mas significativas transformações políticas haviam sido adotadas.

O Estado laico, decretado por Campos Sales, provocou resistências país afora, e protesto institucional da Igreja. Nenhum culto receberia mais subsídio público e clérigos de qualquer confissão não poderiam votar ou ser votados. Os cemitérios, os registros de nascimento, matrimônio e óbito passavam a ser administrados pela República.

O decreto de grande naturalização buscava incorporar a política e ao voto os numerosos estrangeiros residentes de longa data no território nacional. Criou milhares de brasileiros com uma única canetada em 1890. Todos os residentes estrangeiros nada precisavam fazer, exceto se quisessem manter a nacionalidade originária. De nada adiantou os protestos coletivos feitos pelas principais potencias europeias – os italianos sugeriram mobilização naval contra a República – que conseguiram no máximo adiar para depois da promulgação da constituição o prazo dado para a manifestação de oposição dos seus nacionais.

O voto deixou de ser censitário, mas restrições de idade, sexo, profissão (praças, desocupados, padres) e, sobretudo, a manutenção do chamado censo literário instituído pela Leia Saraiva de 1881 não fizeram o eleitorado aumentar para mais do que 2% da população, quando chegara a quase 10% na década de 1870. Não voltaria a passar dos 5% durante a Primeira República evidenciando seu caráter excludente. A constituição de 1891, misto de federalismo liberal e positivismo[186] confirmou o voto aberto e facultativo, abrindo caminho para a arregimentação eleitoral que possibilitava o coronelismo e o voto de cabresto.

A constituição tinha de positivista, além o *slogan* da bandeira, o papel das forças armadas fortemente valorizado na carta de 1891, devido à presença de muitos militares nesta assembleia. É interessante que um dos seus artigos (Art. 88) proibisse ao Brasil a guerra de conquista. De federalista tinha muito mais. A denominação de “Estados” rebatizou as antigas províncias (cada governador seguia sendo chamado, por hábito monárquico, de presidente do Estado, equiparando-se ao mandatário da federação). Estas

tinham agora direito de contrair empréstimos no exterior e possuir força militar própria, algumas quase tão numerosas quanto às do governo federal – caso do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Tais exércitos regionais, quando poderosos, dissuadiam o governo federal a intervir nos assuntos do Estado, legitimando uma espécie de “federalismo dos fortes”, mas relegando os Estados menores à subordinação presidencial.

No plano social uma regressão. Não mencionava as obrigações que o Estado Imperial tinha assumido com a educação básica, estadualizando esta responsabilidade. Não mencionava qualquer forma de proteção ao trabalho, estimulando este debate e a formação de círculos, e movimentos trabalhistas, herdeiros do jacobinismo, já desde o início do século XX. O máximo que Ruy Barbosa, como relator informal da constituição, ao vistoriar pelo executivo os trabalhos da constituinte, fez pelo trabalhador brasileiro foi mandar queimar os registros públicos sobre a escravidão, para desespero dos historiadores. Temia processos dos antigos proprietários que reclamassem indenização à República.

No plano econômico, o encilhamento promovido pelo mesmo Ruy Barbosa, inundou o país com papel moeda recém-impresso por casas bancárias estimuladas pela dádiva creditícia do governo. Seu intuito modernizador era dotar de mais liquidez uma economia que com o fim da escravidão caminhava para o século XX com maior necessidade de meio circulante. Conseguiu especulação na bolsa em escala jamais vista no país, seguida de quebradeira generalizada e alta inflacionária duradoura. A inflação castigava na capital os inquilinos e clientes dos portugueses, grupo majoritário no comércio de varejo e

aluguéis no centro cidade. Nos anos que se seguiram muitos jacobinos veriam em cada português um João Romão[187], contribuindo para o radical antilusitanismo que se associou a este movimento republicano xenófobo.

No embate entre o federalismo liberal e a ditadura positivista, o jacobinismo popular seria a reação militar-popular de apoio ao segundo, contra liberalismo elitista dos coronéis que sequestraram a constituinte[188] e muito em breve conseguiriam sequestrar a República. Com apoio dos setores do alto oficialato, era também muito forte junto à população urbana da capital que daria sustentação ao presidente Floriano Peixoto. Floriano sucedeu Deodoro quando este, num lance histriônico, tentou fechar o Congresso e, ante a oposição da marinha, acabou renunciando. Floriano intervém em todos os Estados do país, tenta domesticar o Supremo Tribunal Federal – chegou a nomear um médico para o Tribunal – e se recusa a convocar eleições reclamadas pela constituição em caso de renúncia prematura do presidente. Sua “ditadura” conforme era caracterizada pelos jornais monarquistas sofreu oposição federalista no Sul do Brasil e, logo recebeu apoio da Armada, liderada por Custodio de Melo (declaradamente republicano) e Saldanha da Gama (considerado monarquista) que durante vários meses ameaçou bombardear a capital e arrasou com a cidade de Niterói no ano de 1893. Floriano exonerou e mandou prender toda a alta cúpula da Marinha, bem como figuras proeminentes como José do Patrocínio (desterrado para o Amazonas) e Olavo Bilac (seis meses preso em uma fortaleza militar da capital).

A ameaça de bombardeio da capital só não se concretizou por intervenção conjunta dos representantes

estrangeiros que conseguiram transformar o Rio de Janeiro em zona livre de combates. Floriano não transigiu. Governou até o fim do mandato de Deodoro. Reprimiu duramente o levante federalista (1893-1895)[189], chancelando massacres como o perpetrado pelo Cel. Moreira César na cidade de Desterro[190] e, acusando o movimento de monarquista, conseguiu apoio norte-americano contra os rebeldes e encomendou uma esquadra improvisada ao banqueiro americano Charles Flint, com navios obsoletos e adaptados que vieram de Nova York , tripulados por mercenários em auxílio ao governo. Tomou ainda medidas amplamente populares de combate aos efeitos da inflação, como o congelamento dos aluguéis, angariando enorme simpatia da população. No rescaldo da revolta, Floriano rompe relações diplomáticas com Portugal[191] açulando o já significativo antilusitanismo carioca.

De certo modo a radicalização da marinha conseguiu cerrar as forças ao redor do “Marechal de Ferro” inclusive no congresso nacional, onde o deputado Francisco Glicério conseguiu, por meio da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), galvanizar o apoio parlamentar ao executivo e articular nacionalmente os republicanos pela primeira vez. O PRF garantiria em 1894 a vitória nas eleições para o executivo federal, para a câmara dos deputados, e para o terço do senado que estava em disputa, tornando-se, ainda que por pouco tempo, o partido hegemônico no país.

A sucessão de Floriano por um civil, Prudente de Moraes, não fez desaparecer o espectro da intervenção da “espada” por meio de um golpe militar e o governo Prudente foi marcado por ainda mais instabilidade que o do Marechal. A revolta federalista só foi debelada após a morte do

Almirante Saldanha da Gama em 1895, e a eclosão de Canudos desestabilizaria a frágil e recente república que dizia oferecer “ordem e progresso”. Prudente teve que lidar com a aguerrida oposição jacobina que atacava portugueses e monarquistas[192], promovendo desordens frequentes na rua do Ouvidor. A incrível mobilização popular no velório de Floriano, com multidão seguindo o cortejo em frequentes atos de histeria jacobina evidenciava a falta de popularidade do novo presidente civil e a presença dos ingredientes potenciais de uma ditadura positivista com apoio popular.

Prudente teria ainda que se ver com a insuspeita oposição de seu próprio partido no congresso nacional, o PRF de Francisco Glicério que o considerava mero instrumento dos interesses partidários. Seu afastamento, por motivo de doença por quatro longos meses entre 1896-7, contribuiu para o acirramento da crise política. Temia-se que uma vitória de Moreira César em Canudos deslanchasse durante a interinidade de Manuel Vitorino um levante jacobino na capital. A morte de Moreira César concomitante recuperação do presidente levaria os jacobinos ao desespero de tentar assassinar Prudente de Moraes em 5 de novembro de 1897[193], quando da recepção no Arsenal de Guerra dos soldados que voltavam vitoriosos de Canudos.

Renato Lessa e parte da historiografia permite-nos concluir que mais que a vitória do modelo oligárquico, o que se assistiu foi o fracasso do projeto de ditadura positivista. Tratava-se de exército desorganizado, desacostumado ao exercício do poder após mais de meio século de uma monarquia civilista, preconceituosa contra os militares identificados com o caudilhismo anárquico latino-americano. Ainda que um herói bonapartista como Floriano angariasse

imenso apoio popular[194], perdeu-se no atoleiro das revoltas ao norte (Canudos) e ao sul do país (Federalista), que confiscaram a legitimidade do projeto positivista assinalando a evidente falta de ordem no progresso inicial da República.

A questão do papel político reservado às forças armadas na república estaria indissociavelmente vinculada à necessidade de modernização e aparelhamento das tropas, sempre retomada no contexto de rebeliões populares (Contestado, por exemplo). Esse assunto retornaria com frequência nas décadas seguintes, transformando o exército em "poder desestabilizador" do regime oligárquico. Rebeliões populares e militares voltariam a se confundir na Revolta da Vacina em (1904), e o jacobinismo ressurgido domesticado na "Política das Salvações" do governo Hermes da Fonseca (1910-14), e, de novo no tenentismo dos anos de 1920, mas com muito menor apoio popular e quase nenhum apoio na alta cúpula do exército. À medida que se profissionalizava, a corporação militar se afastava das massas, e passava a reivindicar uma revolução que seria feita em nome do povo mas não com ele.

Já os civis conseguiram mal ou bem se articular no congresso nacional com o PRF, e, também no Executivo quando da sucessão de Prudente de Moraes. O capital político de Prudente havia aumentado após o atentado fracassado e a decretação de estado de sítio e repressão feroz aos jacobinos permitiu-lhe certo grau de estabilização. Em 15 de novembro de 1898, com o fim do mandato de Prudente de Moraes, e, após nove anos de turbulências, começava a ter fim a "década do caos".

A normalização definitiva da vida política republicana seria afinal conquistada pelo segundo presidente civil, Manoel Ferraz de Campos Sales (1898-1902), antigo ministro da justiça do governo provisório, e então governador de São Paulo. A colorida citação de Costa Porto, emprestada de Maria Efigênia Lage de Resende, caracteriza assim o projeto do político de Campinas:

> O paulista tem um plano: sanear as finanças, saneá-las drasticamente e, como prevê dificuldades, quer começar pela normalização da vida política a fim de encontrar apoio e ficar livre para agir. Sua posição é precária: não tem o Exército para prestigiá-lo, não tem as "brigadas" [Força Pública Estadual], não tem nem mesmo o calor do civilismo e da pacificação de Prudente, não pode nomear e demitir presidentes, nem afastar governadores, e precisa do Congresso, a fim de não passar por sobressaltos e crises, em que se viram envolvidos os presidentes que o antecederam. Faltando-lhe, e que tanto ajudara os predecessores, qualquer mística – a ilegalidade, o florianismo jacobinista, o espírito de pacificação –, forçoso lhe era recorrer a outras forças, etc. (Costa Porto, *Pinheiro Machado e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951).

As outras forças eram os "Estados". Os grandes Estados em oposição ao "povo das ruas" que despertavam o horror de Campos Sales. Esse "demiurgo" político no dizer de Renato Lessa, foi capaz de por fim à década do caos organizando as finanças nacionais, e no processo de aprovação do *Funding Loan* institucionalizar o mecanismo de normalização política. Esvaziou o legislativo dotando de enorme autonomia o executivo federal em articulação com os executivos estaduais. O acordo entre o executivo federal e os grandes Estados foi chamado por Campos Sales de "A Política dos Estados" e passou para a história com o nome de "política dos governadores". Era, para Renato Lessa, o sucedâneo do poder moderador. A garantia da estabilidade institucional da República.

Para aprovar o *Funding Loan*, Campos Sales segue em missão para Minas, onde fecha acordo com o governador Silviano Brandão, responsável pela refundação do Partido Republicano Mineiro (PRM) em 1897[195]. Já possuía a anuência de seu sucessor paulista Rodrigues Alves. Teve mais dificuldades na Bahia, mas com 81 votos no congresso oriundos das bancadas dos três principais Estados (37 deputados mineiros, e 22 paulistas e mais 22 baianos[196]) tinha praticamente a maioria necessária. Tal mecanismo tinha como contrapartida a leniência federal com a política dos coronéis. Que cada Estado governasse a si mesmo, sem a interferência do governo federal. Coloca-se em prática o federalismo que não passava de teoria constitucional nos governos anteriores acostumados a substituir governadores a seu bel-prazer.

Decorrem daí algumas consequências políticas sérias que persistiriam até a revolução de 1930. Em primeiro lugar o esvaziamento do legislativo como espaço de luta política. À exceção de alguns episódios dramáticos como na "Revolta da Vacina", ou durante a "Chibata", o congresso da Primeira República esteve longe de ser protagonista da ação política, agindo na maior parte dos casos mais como figurante que como coadjuvante do executivo[197]. Bancadas estaduais dóceis garantiam que não houvesse óbices a quase totalidade das iniciativas presidenciais. Esse congresso emasculado contrasta com os legislativos do império, atuantes e protagônico, mesmo que quase sempre governistas, ou mais ainda com as legislaturas do pós-1946, polarizadas e relevantes.

Em segundo lugar, como a relação entre o executivo federal com os executivos estaduais era assimétrica na maior parte dos casos (exceção feita aos grandes Estados

que chancelavam a política federal), pairava sempre o fantasma da intervenção nos Estados menores. Isso não era infrequente, sobretudo nos momentos de sucessão presidencial. Estados oposicionistas não raro amargaram intervenção federal após a posse do candidato vitorioso. A sucessão era o momento de maior tensão na "política dos governadores", pois abria a possibilidade de dissidências se não houvesse acordo entre os grandes Estados como foi o caso das eleições de 1910, 1922 e 1930. De todo modo, fica óbvia a força da herança de Campos Sales. Em todos os casos, inclusive em 1930, o candidato da situação saiu vitorioso, e por grande margem.

Em terceiro lugar, e em decorrência das razões já citadas, foi no quadriênio de Campos Sales que declinou, para afinal morrer melancolicamente, a experiência de partido nacional de Francisco Glicério. O PRF não sobreviveu a "Política dos Estados" e a Primeira República se acostumaria a ser governada por partidos estaduais hegemônicos exclusivamente em suas províncias, sem qualquer ingerência fora delas. A luta política dos coronéis era intrapartidária. Disputava-se a indicação na lista do partido. Fora do partido era o ostracismo. Poucas foram as dissidências que conseguiram se institucionalizar em partidos de oposição na primeira república[198]. Poucas também foram as tentativas de articulação partidária em nível nacional depois do *débâcle* gliceriano[199].

Por último, destaca-se a crescente presença do Rio Grande do Sul nas composições dos grandes Estados, ou em oposição a estas. O Estado contava com numeroso contingente do exército nacional, nem sempre fiel ao Rio de Janeiro. Contava ainda com grande força pública estadual, um exército próprio a serviço do Partido Republicano Rio-

grandense (PRR). Este partido, hegemônico no Estado passou a ser controlado por Borges de Medeiros após a morte prematura de Júlio de Castilhos. Borges foi sucessivamente reeleito presidente do Estado por mais de 20 anos. A atuação gaúcha viabilizada no congresso pelo senador Pinheiro Machado, “o coronel dos coronéis” foi essencial para garantir a vitória do único candidato militar no Período da República Oligárquica, Hermes da Fonseca, e a partir de então, não mais seria possível ignorar os gaúchos na definição política das chapas presidenciais, sob pena de dissidências problemáticas como as de 1922 e 1930.

Apesar desta influência crescente, o Rio Grande do Sul era o único estado onde o partido no governo não era o único relevante. A dissidência liberal federalista de Silveira Martins que capitulara em 1895, jamais deixou de fazer oposição ao PRR, e mais tarde seria liderada pelo prestigiado intelectual, diplomata e político Francisco de Assis Brasil na chamada revolução Libertadora de 1923.

Isso não quer dizer que nos demais Estados não existisse oposição. Mas esta oposição estava no nível do município, onde coronéis dissidentes eram capazes de fazer eleições arregimentando eleitores suficientemente numerosos para garantir a eleição de opositores. O conhecidíssimo “voto de cabresto” era a prática de arregimentação eleitoral conhecida desde o Império, mas agora mais sofisticada, já que não votavam analfabetos, o grosso da população. Ou bem o coronel ensinava seus “cabras” a escrever o próprio nome antes das eleições, onde sob o olhar vigilante dos jagunços e do preposto do coronel “desenhavam” seu nome na lista eleitoral (o voto era “aberto”!), ou sequer fingia fazer eleição, simplesmente mandando escrever na lista

eleitoral como bem entendesse os nomes necessários à vitória de seu candidato. A caligrafia homogênea e perfeita fez com que ficassem conhecidas como eleições “de bico de pena”. Era a normalização e institucionalização da fraude eleitoral, característica mais criticada, do sistema político da Primeira República, inclusive e, sobretudo, pelos contemporâneos.

Para viabilizar, portanto, a política dos governadores no nível federal, pressupunha-se que o governador, chefe da oligarquia estadual fosse capaz de mobilizar votos por meio dos coronéis que controlavam os municípios. Em *Coronelismo, enxada e voto* texto clássico de 1949, sobre o município na Primeira República e que vem sendo criticado e debatido desde então, Vitor Nunes Leal caracteriza o coronel como a figura mais relevante da política local, responsável pelo seu prestígio ou bonança por todas as melhorias – da iluminação pública à estrada, do policiamento, à escola. Tais benesses supostamente públicas precisavam ser conquistadas por meio do prestígio do coronel junto à autoridade estadual ou bancadas com seus próprios recursos. Daí advinha e se mantinha seu prestígio político.

O governador, no entanto, não era dependente do coronel, podendo muito bem, em caso de defecção, apoiar a facção política oposta no mesmo município. Os grupos oligárquicos opostos viviam em frequentes rusgas, se revezando no poder e promovendo uma circularidade de elites no controle do partido republicano estadual e do próprio Estado. A perpetuação era do regime oligárquico, mas nem sempre das mesmas oligarquias.

A hegemonia São Paulo – Minas Gerais, consubstanciada na fórmula do “Café com Leite” de tão conhecida acabou

por servir de substituta para nomear o período inteiro[200]. Inicialmente em composição com a Bahia, às vezes incorporando o Rio Grande do Sul, ou o Rio de Janeiro e Pernambuco, a verdade é que eram os grandes Estados que definiam a sucessão presidencial. Juntos eram imbatíveis. A sucessão de Rodrigues Alves, paulista, pelo mineiro Afonso Pena, em 1906, foi a culminância dos interesses dos cafeicultores do sudeste consubstanciada no convênio de Taubaté (1906). Essa articulação de fluminenses, mineiros e paulistas para viabilizar a valorização artificial do café seria repetida mais duas vezes, nos governos Wenceslau Braz (1914) e Epitácio Pessoa (1922), e culminaria com o estabelecimento da defesa permanente do café, assumido por São Paulo a partir do governo Artur Bernardes.

Mas acontecia dos grandes Estados se separem em cisões oligárquicas nas quais se abria espaço para eleições verdadeiramente disputadas e controversas. Nestas cisões vinha à tona com ainda mais força no debate político o tema da moralização eleitoral e as críticas ao coronelismo que estiveram sempre presentes nos jornais de oposição e mesmo nos discursos dos políticos. Alguns como Ruy Barbosa, defendiam a moralização eleitoral por meio do voto secreto nas disputadas eleições de 1910. Tinha o apoio do PRP que nunca antes ou depois, quando esteve no poder implementou a promessa de seu candidato derrotado em 1910. Ruy, em sua campanha “civilista” mobilizou milhares de pessoas em comícios nas principais capitais, denunciando o “militarismo” de Hermes, que se tornou candidato da situação apenas por conta da morte de Afonso Pena.

O presidente mineiro havia indicado o deputado Davi Campista, mas seu sucessor, o líder político fluminense Nilo

Peçanha, advogado e figura popular junto às camadas médias da capital lançou Hermes da Fonseca, cujo apelo era fortíssimo junto aos antigos jacobinos da década anterior. A articulação da candidatura hermista foi feita pelo senador gaúcho Pinheiro Machado que também tinha um discurso modernizador e intervencionista, contrário ao coronelismo do qual ele mesmo era beneficiário. Tornando insuspeita a candidatura de Hermes, como representante da situação, contou com o apoio do PRM, ainda que sem a dissidência importante dos cafeicultores de Juiz de Fora que apoiaram Ruy.

O hermismo deslanchou significativa reforma no exército com o intuito de profissionalizar as Forças Armadas, sobretudo por meio da lei de sorteio, que foi implementada no governo seguinte, e, para José Murilo de Carvalho seria importante antecedente para o tenentismo. Seu chefe de gabinete era o deputado trabalhista Mauricio de Lacerda, e em 1912 patrocinou um congresso operário na Capital. Ao mesmo tempo lançou intervenções em praticamente todos os Estados na chamada "política das Salvações" removendo oligarquias tradicionais em prol de grupos políticos oposicionista e/ou militares. Pinheiro Machado tentaria institucionalizar o "salvacionismo" no PRC (Partido Republicano Conservador), mas seus conflitos com o Nilo Peçanha e seu assassinato em 1915, impediram que este partido vingasse, fazendo das eleições de 1914, 1918 e 1919[201], pleitos fáceis para a aliança "Café com Leite", PRP – PRM, que se rearticulara em 1913, no pacto de Ouro Fino.

O mesmo ocorreria em 1921-2, mas não sem controvérsias. A candidatura oposicionista de Nilo Peçanha (e seu vice o baiano J. J. Seabra) contou com o apoio do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e, como não podia deixar de

ser, do Rio Grande do Sul. Ainda que sem mencionar o “voto secreto” bandeira de Ruy, a chamada “Reação Republicana” foi capaz de mobilizar ainda mais gente nos grandes centros urbanos do país, no que Boris Fausto caracterizou como um “ensaio populista”. Forte nas zonas urbanas, contava ainda com entusiástico apoio dos militares herdeiros do salvacionismo do ex-presidente Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar. Seria o marechal pivô das controvérsias. Em cartas apócrifas atribuídas ao candidato situacionista do PRM, Artur Bernardes, o presidente do clube militar era taxado de “sargentão venal e sem compostura”, o que foi recebido como uma ofensa a toda a classe militar, dado o prestígio e a posição do Marechal. Preso pelo governo Epitácio Pessoa que temia um golpe militar, foi o suficiente para deslanchar os levantes que deram início ao tenentismo em julho de 1922[202]. Ainda assim, graças a máquina governamental e as fraudes recorrentes, Bernardes foi eleito com quase sessenta por cento dos votos e tomou posse em 15 de novembro de 1922[203], para governar em Estado de Sítio por praticamente todo o governo.

Fez intervenções nos Estados oposicionistas – usou como pretexto a duplicidade da Câmera fluminense para intervir e derrubar os aliados de Nilo Peçanha – e praticamente provocou a guerra civil no Rio Grande do Sul ao apoiar e fortalecer os opositores do PRR de Borges de Medeiros, liderados por Assis Brasil no Partido Libertador (PL). Em 1923, reunidos no Castelo de Pedras Altas, o presidente conseguiu afinal forçar os dois lados a negociar. “O chimango”[204] seria reconhecido mais uma vez como governador, mas constituição gaúcha seria emendada para proibir novas reeleições e a oposição teria presença nos

legislativos. Em 1928, o ministro da fazenda de Washington Luís, Getúlio Vargas, seria o candidato de consenso, que ao acenar para os maragatos, conseguiu afinal pacificar o Estado.

A sucessão de Bernardes foi tranquila, sendo eleito, e governando sem maiores percalços, o “paulista de Macaé” Washington Luís que apesar de nascido no norte fluminense tinha sido indicado pelo PRP. O tenentismo amainara, com o fim da Coluna Prestes em 1927 e o governo parecia caminhar para o fim tranquilo até surgir a questão sucessória. A indicação do paulista Júlio Prestes pelo PRP já era prevista como o mau augúrio no horizonte pelo PRM, seu aliado tradicional. Em 1929, enviados do governador Antonio Carlos de Andrada ao Rio de Janeiro assinaram o Pacto do Hotel Glória, acordo preventivo que se comprometia em apoiar a candidatura gaúcha de Getúlio Vargas ao Catete no caso do presidente Washington Luís não apoiar um mineiro para sua sucessão. Dito e feito. Veio um paulista, e cindiu-se o Café com Leite em proveito do chimarrão.

A chamada “Aliança Liberal” contou ainda com o apoio da Paraíba que indicou como vice na chapa João Pessoa, e dissidentes em vários Estados, como o Partido Democrático (PD) em São Paulo. Tinha ampla simpatia dos tenentes e incorporava em sua plataforma propostas e legislação social e anistia aos tenentes presos nos levantes dos anos de 1920. Propunha ainda o voto secreto que já havia sido instituído em Minas Gerais durante o governo de Antonio Carlos de Andrada (1926-1930) candidato presidencial preterido por Washington Luís. Não se diferenciava tanto das demais dissidências oposicionistas da República Oligárquica, como a “campanha civilista” de 1910 e a

“reação republicana” de 1922 a não ser nos números mobilizados, que chegaram às dezenas de milhares. O resultado inclusive foi praticamente igual. Cinquenta e nove por cento para a situação, cerca de 40% para a oposição. Julio Prestes estava indiscutivelmente eleito, e mesmo Getúlio Vargas, temendo em Julio Prestes um novo Artur Bernardes que patrocinasse intervenção federal no Rio Grande do Sul, aceitou a derrota e aquietou-se, mesmo enquanto muitos dos seus aliados faziam planos para a Revolução.

O que faz Getúlio mudar de ideia e assumir o comando revolucionário foi o assassinato do paraibano João Pessoa, seu colega de chapa. Sua morte tinha sido motivada por razões mais próximas do crime passional e apenas remotamente políticas, mas foi capitalizada pelos tenentes e aliancistas como uma tentativa de calar a voz que denunciava a fraude eleitoral, que, é claro, se fez presente em ambos os lados. O cadáver de Pessoa se tornou bandeira revolucionária a partir de 3 de outubro de 1930, mas ante a perspectiva de guerra civil, deu-se desfecho inédito. Reuniu-se a alta cúpula das Forças Armadas – “o Movimento Pacificador” – que se decidiu pela destituição de Washington Luiz e a entrega do poder aos revolucionários em 24 de outubro, encerrando a primeira experiência republicana brasileira.

5.2 Os movimentos sociais e o papel do Exército na Primeira República

Os movimentos sociais – historiografia e classificação. Exclusão social e o papel do exército. O Governo
Hermes da Fonseca e o Salvacionismo. O Cangaço. Participação popular e política. A Guerra de Canudos e a consolidação da República.

A Revolta da Vacina e o questionamento militar ao governo Rodrigues Alves.
O Contestado. O exército e suas propostas de modernização. A modernização da Marinha e a Revolta da Chibata.
O Sentido do Tenentismo – história e historiografia.

Entre 1889 e 1930 a eclosão de numerosos levantes populares, urbanos e rurais atraiu a atenção de grande número de historiadores. Essa atenção contrasta com o relativo silêncio historiográfico sobre muitos outros temas no mesmo período, notoriamente os da “grande política”. Renato Lessa reclama da falta de estudos sobre o processo político-legislativo na República Velha, enquanto Eugenio Garcia chama atenção para a “medievalização” historiográfica para os temas da Política Externa do período pós-barão. A atenção historiográfica aos levantes populares contrasta ainda com o silêncio ainda maior sobre as rebeliões populares do Segundo Reinado, como o Vintém e a Cemiterada.

Tais preferências permitem hipóteses descomprometidas. O entendimento raso de que a Primeira República é excludente e oligárquica favorece generalizações. Tais platitudes não deveriam ser motivo para limitar seu estudo, tanto quanto não se esgota o estudo da República romana clássica, igualmente oligárquica e excludente. Para reafirmar esses truísmos, o estudo dos movimentos sociais da Primeira República era perfeito para caracterizar-lhe o caráter excludente. Tratava-se do equivalente ao popularíssimo estudo da escravidão antes do 15 de novembro. Em uma universidade marcada pelo marxismo, não era de bom tom estudar os dominadores. Era igualmente um modo de marcar uma posição acadêmica – simpática aos rebeldes a partir do final dos anos de 1950[205] – de apoio também aos movimentos sociais

contemporâneos – sindicatos, camponeses, guerrilheiros – em suas lutas contra o governo opressivo durante o regime militar. Em alguns casos, assumindo causas e reabrindo questões antigas como a da reabilitação do marinheiro João Candido expulso da marinha durante a revolta da Chibata. Fazer História nunca é neutro e quase sempre ela fala tanto do presente quanto do passado.

Assim, estudar mais os movimentos sociais, e muito menos do resto, consolidou a marca historiográfica recorrente na apreciação da Primeira República, que é a ênfase na exclusão, seu pecado maior. Por tratar-se de um regime oligárquico no qual o sistema representativo era sistematicamente manipulado por eleições fabricadas e fraude eleitoral, os levantes populares são lidos quase sempre como parte de um pano de fundo maior. Por um lado é inegável que em regimes de maior representatividade, setores marginalizados da população encontram meios institucionais, ainda que limitados, para vocalizar suas queixas sem a necessidade de pegar em armas[206]. Por outro lado é razoavelmente consensual na historiografia a falta de consciência mais ampla dos levantes populares do Período. Tinham por objetivo transformar a sua realidade e se rebelar contra aspectos específicos que lhes oprimiam e não transformar toda a realidade social ou derrubar o regime oligárquico. Os sertanejos de Canudos só queriam ser deixados em paz. Os rebeldes do Contestado, igualmente não tinham maiores aspirações senão aguardar o messias e serem deixados em paz. As revoltas urbanas são ainda mais espetaculares no comedimento de suas demandas, ao ponto de ser complicado explicar a alunos crescidos em contexto de liberdade civil como era possível que os marinheiros tivessem que bombardear a capital para não serem mais

açoitados ou pior, que povo tivesse que se rebelar para não ter que tomar vacina.

Assim, reconhecer o contexto excludente do regime liberal vigente é essencial para estabelecer o panorama geral destes movimentos e nos ajuda a compreender inclusive a maior propensão à repressão violenta como forma privilegiada de solução encontrada pelos governos de então. Apenas a exclusão não é capaz de explicar movimentos particulares cada qual com suas especificidades.

Não deixa de ser curioso que o grupo institucionalmente mais coeso e articulado, o Exército Nacional, parte indissociável desta história dos movimentos sociais, pelo lado da repressão, considerasse a si mesmo neste período, uma instituição excluída, marginalizada e repositória da moralidade e da cidadania, cuja responsabilidade seria liderar o processo de regeneração nacional, salvar a pátria das oligarquias. Eram os excluídos – os rebeldes – reprimidos por outros excluídos – os militares. Na década de 1920 encontraremos os segundos sistematicamente no lugar dos primeiros. Trata-se de raridade historiográfica um estudo integrado dos dois fenômenos. Uma hipótese possível é que, bem mais que uma continuação dos movimentos sociais, o Tenentismo é fruto da crescente consciência reformista que o Exército adquire ao reprimi-los. À contestação sem consciência de um Conselheiro ou um José Maria, seguiu-se à contestação consciente de militares como Siqueira Campos e Luis Carlos Prestes nos anos 1920, na mesma instituição que havia nas décadas anteriores destruído Canudos e o Contestado.

É claro que os militares já haviam vivido antes momentos de crise e ímpetos reformistas, como o que levou à

Proclamação da República. Mas no embate com os "casacas" haviam perdido na década seguinte. A República da Espada (1889-94) se encerra em Floriano e o projeto de uma ditadura militar terá seu último suspiro em Canudos com a morte de Moreira César e a desmoralização do Exército pela resistência dos seguidores de Antônio Conselheiro. Por outro lado seria a resistência aguerrida dos rebeldes do Contestado que apontam para a necessidade dramática de reforma do exército nacional. Os debates sobre o melhor meio de fazê-lo, culminariam em última análise na Missão Francesa e no tenentismo da década seguinte. Entre Canudos (1897) e o Contestado (década de 1910), os militares aproveitaram-se do contexto turbulento da revolta da Vacina (1904), para tentar retomar o poder, e fracassaram, amargando o fechamento da Escola Militar por quase uma década. A vitória eleitoral do Marechal Hermes da Fonseca (1910-14), estimularia ainda mais a vertente salvacionista do Exército, e uma vez acostumados ao poder, o retorno da oligarquia seria cada vez mais amargo.

Hermes chegara ao poder na mais conturbada eleição da República, disputada com Rui Barbosa – popular jurista que tinha sido o "herói" brasileiro em Haia – depois que o Barão do Rio Branco se recusou a ser o nome de consenso das oligarquias. Hermes dividia mais que congregava, e Rui, abertamente usava da condição militar de seu adversário para acusá-lo, defendendo o "civilismo" nome que deu à sua campanha derrotada. Hermes teve o apoio do vice, agora presidente empossado, Nilo Peçanha, político fluminense, mulato, ligado aos setores médios e simpático aos militares, além do apoio do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) de Borges de Medeiros, insatisfeito com o papel secundário na política dos grandes Estados.

A eleição e o governo intervencionista de cunho militarista que se seguiu, levaram a um reordenamento do pacto oligárquico em 1913. O Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) se reuniram em Ouro Fino para definir não apenas sua aliança para a sucessão de 1914, mas igualmente para institucionalizá-la. Surgiu aí a política do Café com Leite, a aliança entre Minas Gerais e São Paulo que se tornou por metonímia à definição política da Primeira República. Traumatizadas com o nível radical de intervenção no federalismo tacitamente tolerado por Campos Salles, as elites tradicionais reunidas em Ouro Fino, pensavam: "militares nunca mais".

No caso específico do governo Hermes, percebe-se a presença de duas facções importantes que apesar de juntas no poder, não se confundem. Os militares, representados por Euclides, filho do presidente defensor do "salvacionismo" e os civis, com a preponderância gaúcha explícita na figura de Pinheiro Machado – presidente da poderosa comissão de Verificação dos Poderes – visto como a eminência parda do regime, e origem de todos os males do governo, e que foi, talvez por isso, assassinado em 1915. Os militares, desmontando a tradição Poncio Pilatos de Campos Sales, estimularam frequentes medidas interventoras, imiscuindo-se nas disputas políticas das oligarquias estaduais. Já Pinheiro Machado representava a evidência da ascensão gaúcha e do declínio, ainda que provisório, dos paulistas.

O que se verificou, tanto no plano federal quanto e, sobretudo, nos planos estaduais, foi uma circularidade de oligarquias. Mudava a oligarquia no poder, mas apesar da retórica moralizante, não mudava o regime, que seguia oligárquico. A intervenção política dos militares no momento

que alcançaram a presidência falhou em promover mudanças institucionais. Suas intervenções *ad hoc* nos Estados oposicionistas, não raro fruto de voluntarismos – como no caso do Ceará – não obedeciam a um projeto coeso de transformação, nem conseguiram se institucionalizar. Curiosamente ao chegarem ao poder na revolução de 1930, e novamente em aliança com a oligarquia gaúcha, os militares saberão institucionalizar o modelo de interventorias que de fato substituirá o sistema de Campos Sales sepultando de vez a Política dos Governadores.

O Cangaço

Um dos exemplos mais claros de como a centralização e a institucionalização das interventorias deu cabo de dinâmicas estabelecidas na República Velha é o seu impacto no fenômeno do Cangaço, que Eric Hobsbawn chamou de "Banditismo Social"[207]. O cangaço não é exclusivo do período da Primeira República, já que cangaceiros existiam desde o Império[208]. Mas proliferam como subcultura do coronelismo nordestino. O coronel mantinha peões e jagunços armados para a repressão de dissidentes e enfrentamentos de coronéis rivais. Com o tempo, surgem cada vez mais bandos livres, em constante movimento de uma fazenda a outra, de uma cidade a outra, sobrevivendo em uma frágil dinâmica que misturava assaltos, terror e, não raro, aliança com os coronéis estabelecidos, que frequentemente se beneficiavam dos serviços dos cangaceiros, ao mesmo tempo que deles podiam ser vítimas.

Lampião foi morto em 1938 e Corisco em 1940, quando ia se render. O Cangaço não resistiu a cruzada promovida pelo Estado Novo (1937-45) contra os elementos de

desordem. Seriam anistiados os que se rendessem, e mortos o que se recusassem. Não era tão diferente assim na época dos coronéis, mas o federalismo facilitava a mobilidade dos cangaceiros. Se perseguido na Paraíba, podia encontrar proteção no Ceará. Se jurado de morte na Bahia, talvez tivesse abrigo em Pernambuco. Governos de interventores, todos nomeados pela mesma autoridade central que declarava guerra aos cangaceiros, tornaram essa dinâmica transumante impossível a partir de 1938, e decretaram, em pouco tempo, o fim do cangaço.

Em praticamente todos os episódios de revoltas populares na Primeira República é possível estabelecer um vínculo direto ou indireto com a luta política em curso numa oposição algo esquemática entre oligarquias e militares. Se na revolta da Vacina, um governo civil se veria as voltas com uma rebelião militar que se aproveitava da agitação popular, houve momentos em que se deu o contrário. Seria o caso da tentativa da oposição no Congresso Nacional durante a rebelião dos marinheiros em novembro de 1910, com Hermes da Fonseca recém-empossado. O que era um movimento popular acaba servindo aos interesses políticos da facção oposicionista com o intuito de desestabilizar e derrubar o grupo no poder, intuito esse não presente nas aspirações originais dos movimentos. O caso de Canudos é emblemático desta vinculação.

A Guerra de Canudos

Antônio Vicente Mendes Maciel era filho de comerciante remediado e torna-se mascate com o fechamento da casa comercial do pai. Casa-se aos 29 anos e, com o abandono da mulher, que o deixa para se amasiar a um militar, torna-se pregador errante restaurando cemitérios, igrejas e arregimentando seguidores. Critica em suas pregações as

medidas do Estado Laico, e sua doutrina rigorosa sobre a moral. Seu sucesso, no entanto, provoca reações do clero local que alertam os párocos para o perigo que o agora chamado Antônio Conselheiro representava para a doutrina oficial. Chegou a reunir milhares de fiéis que em 1893, estabeleceram-se na fazenda abandonada do Belo Monte em Canudos após a primeira demonstração de oposição ao regime, quando seus seguidores queimaram as tábuas com as leis republicanas.

Demoraria ainda alguns anos para que esta reunião de fiéis, adeptos de um catolicismo “rústico” e heterodoxo, incomodasse o suficiente as autoridades baianas para que se motivasse a violência institucional. O episódio de retaliação pela compra de madeira, nunca entregue, para a Igreja do Belo Monte, é frequentemente citado como estopim para a repressão, mas carece de fontes. Autores marxistas mencionam a desarticulação da mão de obra local com o afluxo demográfico significativo para o Belo Monte, malvisto pelos coronéis da região. Apenas em 1897, ao final do quadriênio de Prudente, o governo federal resolve intervir. Duas expedições da força policial baiana já haviam sido derrotadas e a fama de uma Canudos reputada monarquista e de seu Conselheiro crescia exageradamente na capital.

Fica difícil saber se a violenta repressão teve a ver com a rebelião dos sertanejos ou com a fragilidade e necessidade de legitimação da recém-proclamada República. Suspeito que o segundo elemento foi determinante. O governo federal só passou a considerar Canudos uma ameaça à ordem quando a imprensa do “Sul” transformou Belo Monte em uma rebelião monarquista articulada internacionalmente quando da terceira expedição.

O quadro político era dos mais bagunçados. Prudente afastado do governo por motivo de doença tinha sido substituído por seu Vice, Manoel Vitorino, que trocara todo o ministério e era fiel ao PRR de Francisco Glicério. A provável vitória sobre Canudos da terceira expedição (fevereiro-março de 1897) liderada pelo Cel. Moreira César, degolador implacável da revolução federalista, poderia ser a antessala de um golpe de inspiração florianista articulado na ausência de Prudente.

Deu tudo errado. Ferido em 3 de março de 1897, Moreira Cesar morreria no dia 4. As notícias de sua morte e a consequente desarticulação da terceira expedição coincidiram com a pronta e quase milagrosa recuperação de Prudente. A partir daí tem-se ampla radicalização da repressão aos monarquistas na capital e a organização da quarta expedição, que após meses de preparação, bombardeou intensamente o povoado e deu ordem para degolar todos os sobreviventes. Foi um massacre. Um dos mais famosos massacres da história nacional.

Tanto ou mais impacto que a Guerra de Canudos, teve a série de reportagens para *O Estado de S. Paulo* que unidas se tornaria *Os Sertões*. A obra de Euclides da Cunha torna-se tão seminal que, toda a historiografia posterior terá como pano de fundo, o diálogo oculto com *Os sertões* que, embasado em um determinismo geográfico cientificista, retrata o sertanejo de modo simpático, ainda que complexo. O isolamento do sertanejo, marca da obra, e o atraso da população rural, se configura em força e coragem, apesar de retratar seus aspectos negativos. Tratava-se de um manifesto que conclamava as elites nacionais a desviarem seu olhar da Europa para dentro do país. Com a popularidade da obra, o sertanejo ganha ares de símbolo de

identidade nacional, e influenciará o Modernismo, o Regionalismo, e a historiografia sobre Canudos dos anos 60 em diante[209].

Que um oficial do exército brasileiro cuja principal formação se deu na Academia Militar fosse capaz de produzir obra de tamanho impacto, político-literário, não é exceção atribuível exclusivamente à genialidade, mas sim, emblemática da notável da formação humanista que se oferecia então aos oficiais brasileiros. Estes eram vistos por muitos, e principalmente por si mesmos como intelectuais, agentes da reforma social e do progresso. Altamente improvável que um oficial dos dias de hoje sequer cogitasse iniciar empreitada intelectual semelhante[210].

Na capital as consequências do levante de Canudos também se fizeram sentir. O exército alistava "voluntários" à força, ao ponto de que as ruas ficavam desertas à noite, tendo o povo medo de ser "pego para o massacre de Canudos". Muitos foram cooptados com a promessa de construção de moradias populares para os veteranos. No ano de 1898, após o retorno dos combatentes à capital, foram alojados provisoriamente no morro da providência, no que viria a ser a primeira favela do Rio de Janeiro. Evidenciava-se assim a exclusão social de dupla face. Após o massacre dos sertanejos, eram abandonados à própria sorte, também os soldados veteranos. Um destes veteranos, Marcelino Bispo de Melo, atentaria contra a vida do presidente Prudente em seu último ano de mandato. O atentado era parte de uma conspiração orquestrada pelo capitão Deocleciano Martyr, na espiral de radicalização do jacobinismo. O magnicídio, fracassado, tomou a vida do ministro da Guerra Mal. Bittencourt e desencadeou incrível repressão contra os jacobinos, consolidando o poder civil.

Canudos evidenciara a incapacidade dos militares de transformar a “ordem” e o “progresso” em realidade e, segundo Renato Lessa garantiu a vitória do projeto oligárquico sobre a “espada”.

A Revolta da Vacina

Os militares não se conformavam e, sete anos depois, tentariam voltar ao poder, no contexto da Revolta da Vacina (1904). Instrumentalizando o levante popular contra a Lei de Vacinação Obrigatória aprovada pelo Parlamento após a campanha do médico sanitarista Oswaldo Cruz, os cadetes da Praia Vermelha marcharam contra o Palácio do Catete e foram interceptados por forças leais ao governo. A escola militar foi novamente fechada[211] e só seria reaberta em Realengo muitos anos depois.

Afora a instrumentalização política pelo grupo de oposição e a evidente marca violenta com a qual o governo tratava sua população, excluída do processo de decisão política, os dois levantes, Canudos e Vacina, guardam muito pouca relação entre si. Um rural e messiânico outro urbano. No caso da Vacina não houve uma liderança óbvia, e teve mais que a simpatia dos militares, o que no caso de Canudos ocorreu de forma oposta, terminando em degola a relação entre rebeldes e os militares. A participação da “comunidade científica” de então se restringiu, no caso baiano, a tentar buscar as causas da “loucura” de Conselheiro, examinando seu crânio, em pesquisa feita pelo médico Nina Rodrigues. Já no levante carioca de 1904, todo o debate sanitarista desde a época do Império[212] serve-lhe de antecedente.

O estabelecimento do paradigma microbiológico de Louis Pasteur, discutido e implementado no Brasil por nomes

como Vital Brasil, Chapot Prevost, Domingos Freire e Oswaldo Cruz, competia e negociava com a velha teoria dos miasmas dos mangues que conclamava ampla reforma urbana no centro da velha capital colonial. Ambos os projetos se encontram e ganham destaque na administração de Rodrigues Alves, cujo prefeito, o engenheiro Pereira Passos, havia estado em Paris e se entusiasmado com as reformas urbanas do Barão Haussmann. A relativa facilidade creditícia e a situação financeiro-fiscal confortável herdada de Campos Salles, deu liberdade ao segundo presidente do século passado para alargar o endividamento com os Rothschild e financiar a ampla reforma urbana cujo carro chefe foi a abertura da Avenida Central – hoje Avenida Rio Branco – que subiu radicalmente a escala da derrubada de cortiços e moradias populares.

Embora a derrubada de cortiços na *downtown* carioca não fosse novidade[213], a escala, durante o quadriênio Pereira Passos, aumentou exponencialmente. O prefeito governava com poderes excepcionais e autoritários, inicialmente por conta do fechamento do Conselho Municipal, e depois por conta de aprovação de leis centralizadoras do poder do prefeito no parlamento. Pereira Passos iniciou uma cruzada higienista – posturas, leis, estabelecimento autoritário de regras para o comércio, os transeuntes e as habitações – que concomitantemente legitimava o reformismo urbano.

Quais os motivos que levaram o povo, em diversas regiões da cidade, a se revoltar contra uma medida que lhe era pretensamente benéfica: a vacinação? Há um debate historiográfico prolífico. Um corrente da historiografia, mormente de São Paulo[214], defende que se tratava da gota

d’água do processo do bota-abaixo movido por Pereira Passos. A rebelião não seria senão a culminância da “paciência popular” após um longo processo de exclusão social. O povo não se revoltava contra a vacinação, mas contra o longo processo de exclusão em curso para dotar a cidade de um caráter cosmopolita-burguês autoritário, no qual a vacinação era apenas o último episódio.

Para José Murilo de Carvalho, o Estado teria, com a vacinação obrigatória, ultrapassado um limite moral. Mais que desrespeitar a inviolabilidade constitucional do domicílio, desrespeitava a inviolabilidade, para o povo sagrada, do corpo. Estimulada por setores da elite, inclusive parlamentares que denunciavam a ilegitimidade da lei de vacinação, o povo revoltou-se por razões morais. Carvalho desmonta a ideia de que o “bota-abaixo” tenha sido uma razão fundamental para os levantes de 1904, ao circunscrever geograficamente as áreas onde houve rebeliões, muito distintas das áreas onde estava em curso a destruição de cortiços e moradias populares. Outros autores enfatizam a repressão à população negra, ou o caráter místico religioso da “variolização”, que motivou a rebelião contra a vacina para a varíola mais que para o combate a peste amarela e a febre bubônica que lhe eram concomitantes do projeto de Oswaldo Cruz.

De um modo geral, a credibilidade de Oswaldo Cruz e dos sanitaristas não estava em alta com o povo, nem com parte da imprensa. A vacina, além de poder ser aplicada à força nos recalcitrantes, nas mulheres, nas crianças, não era exatamente uma versão antiga do “Zé Gotinha”. Tratava-se de injeção dolorosa que a imprensa sensacionalista demonizou rapidamente. As incompreensíveis controvérsias médicas em curso, que já haviam sido objeto de ridículo

durante o debate sobre o que causava a “febre amarela”, agora menosprezava a vacina da varíola, transformando em charges e caricaturas que ameaçavam, entre outras coisas menos prosaicas, a “bovinização” em massa do povo vacinado ao aludir o processo de produção da vacina, que usara gado como cobaia. Uma parte significativa da população simplesmente morria de medo de ser vacinada. Não era raro, nas condições de saneamento e higiene de então, que uma vez vacinado com um vírus mais frágil, o indivíduo adoecesse por conta de um sistema imunológico fragilizado e viesse a morrer. Essas mortes eram imediatamente atribuídas à vacina.

Não houve qualquer campanha de mobilização ou de educação popular. Houve sim, como frequente no período, enorme truculência na aplicação de uma lei ilegítima e impopular, que desencadeou revoltas por toda a região central da cidade se espalhando para Vila Isabel e São Cristovão, com apoio dos monarquistas, positivistas e comerciantes portugueses que anos antes eram vítimas da turba quando da sanha antilusitana dos primeiros anos do regime.

Nos anos que se seguiram à dupla rebelião popular-militar de 1904, o Rio de Janeiro viveria outra gravíssima – a mais grave registrada – epidemia de varíola (1908). Oswaldo Cruz deixaria o comando da saúde pública em 1909, quando da morte de Afonso Pena e o conturbado governo de Nilo Peçanha, tragado pela questão sucessória. Seu legado foi dissociar o discurso higienista da questão urbana.

A maior parte da população despossuída do centro do Rio de Janeiro, que vivia de viração ou “diárias”, sem emprego fixo, ou garantias trabalhistas, não podia arcar com os

custos de moradia e transportes inescapáveis para aqueles que se mudavam para o subúrbio. Este, em crescimento acelerado, era crescentemente procurado pelos funcionários públicos e pela classe média, em geral. Aos desalojados, restava amontoar-se nos morros próximos do centro, escrevendo mais alguns capítulos da história da favelização carioca que se havia inaugurado após Canudos.

Embora novos ímpetos demolidores e reformistas do poder municipal em prol da civilização tenham aparecido em Carlos Sampaio (1920-22), Henrique Dodsworth, durante o Estado Novo e Carlos Lacerda, nos anos 1960. Eles não eram mais legitimados pela questão da saúde pública, mas agora, contra os morros e a favelização. Se no campo científico e urbanístico as controvérsias eram acirradas, não menos o eram no seio do oficialato brasileiro, às voltas com o óbvio despreparo de suas forças inclusive para lidar com as sedições internas como foi o caso do contestado.

A Guerra do Contestado

Entre 1911 e 1912, reivindicando ser parte de uma linhagem de homens-santos, Miguel Lucena de Boaventura, desertor do 14o Regimento de Cavalaria de Curitiba e foragido da cadeia, ganhou fama como curandeiro e profeta, após assumir o nome de Monge José Maria e declarar-se irmão de João Maria, um homem santo e eremita que havia criticado a República e morrido em data incerta entre 1904 e 1908, prometendo voltar para seu povo, ou enviar “emissário”. José Maria se apresentava como o emissário. Em constante movimento pela região, contestada entre a fronteira do Paraná com Santa Catarina, foi arregimentando adeptos, que chegaram a 12 mil homens. Igualmente reuniam-se inimigos e detratores entre os coronéis da região, e nas forças governamentais paranaenses que viam

no monge o arauto de uma invasão catarinense ao território litigioso. Claramente milenarista, o grupo estabeleceu-se em Irani, cidadela sagrada, a espera o fim do mundo. Explicitamente monarquista, atacava a República e chegou a aclamar Imperador um fazendeiro abastado e analfabeto da região. Nos combates que se seguiram ao início da guerra iniciada em 1912, José Maria é morto, mas seus adeptos seguem na luta, agora em Taquaraçu (1913). O movimento só foi completamente debelado em 1915 e o julgamento das centenas de prisioneiros atravessou o ano de 1916.

Múltiplas interpretações surgiram sobre a chamada Guerra do Contestado. Enquanto muitos enfatizam o caráter messiânico antimonarquista já recorrente na região, outras correntes historiográficas colocam luz em aspectos distintos da Guerra do Contestado, alguns enfatizando, como fez Rui Facó no caso de Canudos, o aspecto da luta pela terra. Assim, ganham destaque as desapropriações feitas pela atuação de empresas estrangeiras recém-estabelecidas na região: A Brazil Railway que expulsava os moradores da área de 15 km e cada lado da ferrovia e sua subsidiária a Southern Brazil Lumber and Colonization que se instalou na fronteira e deu continuidade ao esvaziamento das propriedades locais favorecendo o ajuntamento messiânico de Irani para onde acorriam os despossuídos.

A repressão militar ao Contestado foi feroz, mas evidenciou muitos dos problemas que o exército precisaria enfrentar nos anos seguintes. A eclosão concomitante da Grande Guerra faz dos quartéis um campo de batalha político que eclodiria nos anos de 1920 no chamado Tenentismo, como veremos.

A modernização das Forças Armadas e a Revolta da Armada

As discussões sobre reforma das Forças Armadas ganhavam destaque em momentos nos quais os militares se viram questionados em sua capacidade militar *stricto sensu* e se viram as voltas com problemas estruturais de mobilização. No caso das forças terrestres isso ocorreria em Canudos (1896-7), e mais tarde, novamente durante a Guerra do Contestado (1912-15) episódios nos quais os graves problemas do Exército ficaram patentes. No caso da Marinha, as preocupações parecem ter aflorado mais significativamente a partir do caso Panther (1905). Com a Primeira Guerra Mundial a temática militar ganhou fôlego ainda maior, e a necessidade de reorganização e reaparelhamento das Forças Armadas, que já era óbvia, tornou-se urgente.

Duas alternativas possíveis de modernização das Forças Armadas brasileiras competiram entre si na década de 1910. A primeira, que McCann chamaria “horizontal” parece ter sido ideia do Barão do Rio Branco e se consubstanciou com o envio, entre 1906 e 1912 dos cadetes melhor colocados no curso de formação da Escola Militar à Alemanha[215]. Na estrutura meritocrática do Exército, estes oficiais com dupla formação (brasileira e alemã) ao voltarem, gozavam de enorme respeito entre seus pares e estavam em posição de disseminar horizontalmente os aprendizados que tinham obtido na Europa. Foram chamados de “jovens turcos” em referência aos colegas revolucionários otomanos que também tinham sido treinados pelos alemães anos antes.

Os jovens turcos são contemporâneos das propostas de modernização da marinha, cuja consequência mais

espetacular foi a Revolta da Armada de 1910, quando os navios mais poderosos do mundo, sob o comando de seus marinheiros, sequestraram a capital e deram ordens no governo que havia os encomendado.

Na mesma época e logo após o episódio da canhoneira Panther (1905), o Barão do Rio Branco sugeriu ao Almirante Alexandrino, Ministro da Marinha a encomenda de navios de guerra modernos aos estaleiros ingleses. A Lei de Meios aprovada pelo Parlamento tinha como protagonistas os três poderosíssimos encouraçados que eram o ápice da tecnologia naval da época. Encomendados em 1906, os dois primeiros foram entregues em 1910, tornando o Brasil, por um breve momento, uma das maiores potências navais do mundo. Jornais ingleses e americanos temeram que o Brasil pudesse vender esses navios – O Minas Gerais e o São Paulo – para o Japão ou a Alemanha[216].

Navios de 19 mil toneladas com uma tripulação de centenas de homens causaram uma revolução na vida cotidiana dos marinheiros. Verdadeiras indústrias flutuantes, tinham necessidade de poucos oficiais que lhe comandassem e este elemento tecnológico-modernizante é pouco destacado nos estudos que buscam as causas da chamada Revolta da Chibata. Telegrafistas, operadores de rádio, mecânicos, eletricistas eram técnicos que naturalmente tinham perfil muito distinto da marujada que chegava à Marinha pelos meios brutais de alistamento que se tinha à época. A modernização não havia chegado à política de pessoal, e os castigos corporais permaneciam[217].

Sendo planejada há cerca de dois anos a rebelião foi antecipada pela comoção devido à punição exagerada de

250 chibatadas dada a um marinheiro, que havia ferido com navalhadas um companheiro[218]. O comandante do navio é morto e oficiais e sargentos são feridos. A rebelião se espalha para os demais navios que ameaçam bombardear a capital federal se, além da anistia, não tivesse fim os castigos corporais. A rebelião durou quatro dias no final do mês de novembro, maculava a festa patriótica e laudatória com que o Minas Gerais foi saudado em sua chegada, no 17 de Abril anterior[219].

O governo cedeu as exigências dos revoltosos por absoluta falta de alternativa. O sequestro funcionara. O navio mais poderoso do mundo ameaçava transformar a capital em destroços. Metade nos marinheiros da capital (2379 de um total de cerca de cinco mil marinheiros lotados no Rio de Janeiro) já haviam aderido. A estratégia de deixar os navios sem comida ou carvão fracassara. A causa era considerada justa por todos e, os olhos do mundo estavam sobre a Baía de Guanabara. Hermes da Fonseca temia que a rebelião se espalhasse para outros setores, inclusive do exército nacional.

Uma comissão parlamentar visitou o Minas Gerais e recomendou a anistia, que não foi cumprida. Quase imediatamente após a deposição das armas dezenas de marinheiros são presos sem justificativa, e muitos morrem nas péssimas condições de encarceramento que foram submetidos, ou são simplesmente expulsos da marinha. O governo que praticamente torcia por uma segunda rebelião. Esta ocorreu dias depois na Ilha das Cobras e durou poucas horas. Foi o suficiente para que se decretasse estado de sítio e se legitimassem os inquéritos e a repressão que se seguiu. A marinha entrava no século XX em seus equipamentos, mas ainda seguia firme no século XIX,

tratando os marinheiros, muitos dos quais ex-escravos, como se ainda vivessem em senzalas. João Candido, líder da negociação da anistia, e “comandante” por quatro dias do Minas Gerais, expulso, virou canção contra a ditadura militar, e tendo sido reabilitado e anistiado no governo Lula, ganhou estátua na praça XV de Novembro, estragando os versos finais da música de Aldir Blanc.

Enquanto isso no exército, a influência dos “jovens turcos”[220] vai se esvanecendo. O programa de intercâmbio se encerra em 1913. A morte do Barão (1912) e a crescente influência dos paulistas em prol de uma Missão Francesa “de cima pra baixo” mina a continuidade da influência alemã. A alternativa ao modelo “horizontal” era justamente a vinda de uma missão estrangeira que daria formação aos oficiais brasileiros de modo “vertical”. Os jovens turcos aspiravam por uma “missão alemã”, enquanto que os políticos paulistas flertavam com a França[221]. Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a discussão sobre a vinda de uma missão militar ao Brasil foi adiada.

Essa segunda alternativa só seria implementada em 1919, com o governo já claramente de volta nas mãos das oligarquias tradicionais. O presidente Epitácio Pessoa nomeia para Ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras[222]. Era o primeiro civil a ocupar a pasta na República, e a inovação foi polêmica e considerada por muitos um desrespeito aos militares. Trazia de volta a sombra dos casacas que geriam as coisas militares no império sem considerar os interesses dos quartéis. Calógeras gerenciou muitas crises com seu Estado-Maior dada a insatisfação que gerou no Exército a vinda da Missão Militar Francesa. O principal objetivo dos franceses com o envio da missão era a venda privilegiada ao Brasil de armamentos e material

bélico. Os oficiais brasileiros consideravam duvidosa a qualidade dos produtos franceses, acostumados que estavam aos canhões Krupp e viam nisso manobra para o pagamento de polpudas comissões aos civis que arranjaram o negócio, mais que o interesse genuíno de melhorias às forças armadas brasileiras. A resistência ao nome de Calógeras contribuía para dramatizar as tensões. Incomodava ainda, os numerosos privilégios, o choque cultural e, sobretudo o altíssimo salário dos oficiais franceses se comparados aos precários soldos dos brasileiros de mesma patente. Não é de se surpreender que na revolta de 1922, canhões franceses tenham sido jogados no mar.

Tenentismo – História e Historiografia

O tenentismo dos anos de 1920 é, enquanto movimento histórico-político, um divisor de águas. Mas é igualmente uma ideologia poderosa cobiçada como antecessora de diversos movimentos posteriores. Sua primeira interpretação sociológica, quando ainda do calor dos fatos e dos atores ainda longe da coxia, foi a de Virgínio Santa Rosa, que em *O Sentido do Tenentismo* vinculou-o às camadas médias urbanas de onde provinham a maior parte dos jovens oficiais revolucionários engajados da década de 20. Criou escola. Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme dos Santos e Edgar Carone seguiram o caminho de Santa Rosa. Esta visão é ainda muito forte, afinal a vinculação tenentes-classe média existe e torna-se quase automática na década de 1930. Após o 3 de outubro o tenentismo com sua herança polissêmica será a principal fonte político-ideológica das classes médias militantes nos partidos de massa que sucederam os partidos oligárquicos da Primeira República.

Tal corrente, não deixa, no entanto, de pecar por uma certa teleologia. A identificação do tenentismo com a classe média é uma conquista que ocorreu apenas depois de muito sangue ter sido derramado. No calor da fase heroica dos anos 20, o tenentismo não tinha grande apoio dos setores médios urbanos[223], o que explica o fracasso retumbante de todos os muitos levantes contra o poder instituído que organizaram. Os revoltosos de 1922 foram julgados e condenados não apenas pelos tribunais, mas pela opinião pública como "perigosos revolucionários" com o intento de mudar a situação política pela força das armas, às margens da constituição[224].

Outro caminho para entender o tenentismo é percebê-lo, como fez José Murilo de Carvalho em texto clássico de 1977[225], como parte integrante da história institucional do Exército brasileiro. Como uma instituição totalizante, detentora de agenda e história própria que vinha se profissionalizando ao longo da República[226]. Com meios autônomos de socialização política e formação de quadros, o Exército seria um estamento independente. O sentido do tenentismo seria institucional, o que libertaria a ação dos tenentes dos setores médio-urbanos, da onde provinham em maior parte. Não são meros porta-vozes de uma luta de classes em curso, mas agentes históricos autointeressados. Mais recentemente Frank D. McCann, em seu completíssimo *Os soldados da Pátria* contribui ainda mais para essa história militar que lança luz sobre os antecedentes institucionais que nos ajudam a entender o tenentismo.

Na tipologia weberiana de José Murilo de Carvalho, os anos de 1920 e o início dos anos de 1930, foram o ápice do embate entre duas concepções políticas sobre o papel do

soldado. Ao soldado-profissional, fiel cumpridor de ordens, sem questionar suas motivações e obediente da hierarquia, se contrapôs uma minoria crescente e barulhenta dos que se consideravam soldados-cidadãos, cujo dever era para com a pátria, não com o *establishment*. Tinham a obrigação de agir, ainda que revolucionariamente contra um regime que consideravam lesivo à pátria. Eram os tenentes.

Os tenentes foram formados em uma escola militar fortemente politizada – que como vimos, chegou a ser fechada – onde até o advento da reforma da Missão Francesa estudava-se filosofia, sociologia e propagava-se uma visão humanista que arejava mentalmente os cadetes e favorecia o surgimento de questionamentos sobre a situação social, favorecendo uma visão intervencionista sobre a sociedade. Tal concepção intervencionista já havia marcado o exército Republicano das décadas de 1880 e 1890 e o Exército salvacionista da época de Hermes da Fonseca, mas as preocupações institucionais e a necessidade de aparelhamento e reforma da corporação, se somaram, e eventualmente superaram os questionamentos políticos.

Outro elemento destacado por José Murilo de Carvalho, que contribuiu para o tenentismo, foi a estagnação da carreira militar na patente de tenente. As promoções a partir de capitão eram mais céleres, mas se pagava pedágio longo no baixo oficialato, justamente onde mais adesões encontrou o pensamento revolucionário do soldado-cidadão, razão inclusiva para que se batizasse o movimento como batizado foi.

Boris Fausto nos lembra ainda que os tenentes não tinham uma agenda revolucionária inédita. Tudo o que defendiam – moralização da coisa pública, intervenção do

Estado na economia, voto secreto, justiça eleitoral, fortalecimento do Exército, centralização política entre outros – eram bandeiras velhas. Já tinham sido enunciadas por bocas do *establishment* como o Barão do Rio Branco, Ruy Barbosa, Olavo Bilac, ou no máximo dissidentes moderados como Assis Brasil (defendia a justiça eleitoral) e intelectuais não revolucionários como Alberto Torres. O que era inédito no tenentismo era a sua forma: a revolução armada, incomum até então, exceto na política polarizada do Rio Grande do Sul. Até os anos de 1920, quem se revoltava era o povo ignorante, a massa. Os militares os reprimiam. O período de 1922-27 traria essa grande novidade.

Nesta fase heroica e de quase nenhuma conquista três episódios se destacam. A Revolta dos Dezoito do Forte, marco originário da mitologia dos tenentes, o levante revolucionário de São Paulo em 1924 e a coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes. Em todos os casos o alvo individual era o presidente Artur Bernardes, considerado inimigo número um do tenentismo, supostamente por ter ofendido o presidente do Clube Militar, Mal. Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, em cartas apócrifas que lhe foram atribuídas no contexto da turbulenta eleição de 1922, quando Bernardes candidato da situação, venceu o candidato das camadas médias, próximo dos militares, Nilo Peçanha[227].

No primeiro episódio, ao final do governo Epitácio Pessoa, entre 5 e 8 de julho eclodiram levantes em várias guarnições do Rio de Janeiro (mas também do Mato Grosso), notoriamente em Realengo e Copacabana, onde a maior parte dos oficiais foi morta, na rua da praia, ao recusar a rendição. As exceções são Eduardo Gomes e Siqueira

Campos, figuras essenciais da história posterior do tenentismo e do país. O objetivo declarado era impedir a posse de Artur Bernardes.

Com a inviabilidade do levante paulista, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa seguem para se encontrar com Luis Carlos Prestes no Sul do país e iniciam uma marcha que percorreu 25 mil quilômetros com o objetivo de levantar a nação para a revolução. Após se decidirem pela inviabilidade de um ataque ao Rio de Janeiro para a tomada imediata do poder – proposta da facção paulista – a coluna seguiu para o nordeste aonde chegou a encontrar abrigo e apoio em lideranças civis no Maranhão e na Bahia, e inclusive cercar a cidade de Teresina.

Evitando confrontos diretos com as forças legalistas e adotando táticas de guerrilha, a coluna se manteve invicta, ainda que tenha sido fortemente fustigada por coronéis, líderes de milícias privadas no Nordeste que caçavam a coluna cujos soldados tinham a cabeça a prêmio, sendo retratados pela propaganda oficial como “perigosos revolucionários, estupradores e bandidos”. Com o final do governo Bernardes e o fracasso das últimas tentativas de levantes no Rio Grande do Sul em aliança com Assis Brasil e os liberais, os líderes da coluna optaram pelo exílio e atravessaram a fronteira com a Bolívia, encerrando o tenentismo heroico e iniciando a fase de cooptação.

A partir daí o tenentismo vai se tornando a ideologia oficial de uma classe média apenas parcialmente contemplada no programa da Aliança Liberal e da revolução que se seguiu. Com a formação do Clube 3 de Outubro e, tendo diversos representantes no ministério do Governo Provisório de Vargas, os tenentes se tornam a força mais revolucionária do movimento. Serão o contrapeso radical às

oligarquias dissidentes que buscavam uma restauração da ordem constitucional anterior com reformas moderadas. Defensores da Revolução, e partidários de transformações profundas que encerrassem de vez o domínio oligárquico, os tenentes, revolucionários heroicos da década de 1920, se veriam, nos inícios dos anos de 1930, na posição de jacobinos da República.

5.3 O processo econômico da Primeira República

Situação econômica no final do império.
Metalistas vs. Papelistas. O Encilhamento.
O Funding Loan. O Convênio de Taubaté e a questão do Café. O Ciclo da Borracha.
O processo de Industrialização. As missões econômicas. Balanço geral.

No avesso do que o senso comum tenderia a crer, a crise da monarquia brasileira foi uma crise política, desvinculada de uma crise econômica. A situação da economia ia bem. A incipiente indústria nacional se desenvolvera ao longo da década de 1880, e ainda que concentrada no sudeste, sobretudo no setor têxtil, não era desprezível. O último gabinete da monarquia, cujo chefe era Visconde de Ouro Preto, lançou um programa de desmonte dos conhecidíssimos entraves à iniciativa privada e estímulo econômico com concessão de créditos. Chamou seu tímido pacote de "Inutilização da República", mas já era tarde demais.

Nos dois últimos anos da monarquia, após a abolição foram concedidos títulos de nobreza em número sem precedente, principalmente para os cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense atingidos pela Lei Áurea. Era uma compensação honorífica, um "suborno aristocrático" para o

que tinha sido percebido como uma expropriação. No caso do Oeste Paulista isso de nada valeria. Já eram, em sua maioria republicanos, e o tíbio aceno creditício de Ouro Preto, embasado de modo oportunista pelas excelentes condições internacionais[228] não seria suficiente para impedir o movimento que culminou no 15 de Novembro.

Em larga medida foram os primeiros governos republicanos que tiveram que dar conta da modernização jurídico-institucional necessária para o desenvolvimento econômico e das consequências advindas da abolição da escravidão, da necessidade de crédito, e do alargamento da base monetária de uma economia em transição para o trabalho livre. Fizeram isso na medida de suas limitações, sendo profundamente criticados pelos “metalistas” conservadores que adotavam uma postura ortodoxa de defesa do padrão-ouro e do valor de uma moeda nacional que guardasse alguma paridade digna com a libra esterlina. Sua desvalorização não poderia ser tolerada.

O que hoje não passa de uma questão histórica já que nossa moeda é completamente fiduciária era, à época, a maior das controvérsias. O padrão-ouro era um bastião. Servia para estabelecer que a moeda nacional guardava correspondência com o valor em metal armazenado pelo Estado. Afastar-se do padrão-ouro equivalia, para seus defensores, a confiscar o poder de compra do cidadão, coisa que era feita pelos Estados Absolutistas diminuindo a quantidade de metal presente nas moedas físicas. A existência de papel-moeda precisava, portanto, ter igual correspondência resgatável. A força do argumento metalista residia, portanto, nas bases liberais do próprio Estado e na defesa contra os mecanismos de opressão que roubavam o poder de compra dos cidadãos. Defender a moeda era

defender o povo. Essas ressalvas teóricas são importantes para que se compreenda como, durante quase toda a Primeira República, lideranças ortodoxas como Campos Salles foram capazes de angariar significativo apoio político para impor medidas deflacionárias mesmo contra os poderosos interesses organizados da cafeicultura.

Mas não foi essa a tônica que prevaleceu nos anos iniciais da República. E a experimentação "papelista" de Rui Barbosa, que passou à história com o nome de "Encilhamento", aproveitou o contexto favorável da economia internacional para dar ao mesmo tempo um choque de crédito que estimulasse o capitalismo nacional e alargasse a base monetária. Isso foi feito por meio da concessão do direito de emissão para grandes bancos regionalmente estabelecidos, que foram autorizados a participar do capital das empresas, o que era uma novidade legal.

Apesar dos resultados positivos, principalmente o surgimento de um grande número de firmas viáveis, o que a historiografia enfatiza do encilhamento foi sua "herança maldita" de alta inflacionária, especulação desenfreada e legado de instabilidade econômica dos bancos que tiveram que ser paulatinamente resgatados pelos governos seguintes. A ênfase na avaliação negativa do encilhamento se deve a influência historiográfica dos observadores monarquistas que conseguiram praticamente monopolizar o "balanço" do encilhamento, inclusive atribuindo-lhe este nome infame.

> O termo "encilhamento"' se refere ao momento em que os cavalos eram preparados para o páreo, e as combinações eram feitas, e serviu de título para o romance *à clef* escrito originalmente sob o pseudônimo "Heitor Malheiros", na forma de um folhetim em setenta capítulos a partir de fevereiro de 1893 pelo Visconde de Taunay, destacado

monarquista, que teve imensa e duradoura influência sobre a historiografia. Taunay retratou em cores espetaculares as operações abusivas na bolsa como representativas de uma nova ordem na qual, conforme lúcida observação de José Murilo de Carvalho, a República teria trazido "uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante" (Carvalho, 1988, pp. 26-27; Franco & Correia do Lago, p. 181).

Os monarquistas identificavam naturalmente a República à corrupção e à imoralidade, e a impressão de desregramento deixada pelas medidas de Rui Barbosa favoreciam esse quadro.

O colapso do encilhamento foi, em larga medida, oriundo de um quadro sistêmico restritivo por conta dos problemas do Banco inglês Barings em operações de risco na Argentina. A situação de exposição provocou uma espécie de minicalamidade coletiva no sistema bancário Europeu[229] e, naturalmente, atingiu por contágio o Brasil, vitimado pelo repatriamento de investimentos e fuga de capital ante a crise de credibilidade da região sul-americana. A crise cambial que se seguiu catalisa o *débâcle* das medidas iniciadas por Rui Barbosa, tornando difícil afirmar se o colapso foi motivado majoritariamente por razões internas ou externas.

Para dar conta da crise provocada pelo Encilhamento o governo Floriano e seus ministros da Fazenda, primeiro Rodrigues Alves e depois Serzedelo Correa adotaram medidas conservadoras para salvar o que podiam de ativos positivos dos bancos recorrendo à encampação parcial destas instituições financeiras mediante a fusão dos dois principais bancos emissores, o Banco do Brasil e o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub), o que serviu para adiar a liquidação destes bancos e tornar o governo corresponsável pela sua administração. Era um modo de

salvar as empresas ainda consideradas “viáveis” que cujos bancos eram acionistas.

Mas o quadro de instabilidade política grave por conta das rebeliões da Armada e Federalistas exigiu o apoio dos cafeicultores do PRP hegemônicos no Congresso Nacional – em articulação para criar o PRF (Partido Republicano Federal) resistente à ortodoxia do Ministro Rodrigues Alves, afinal substituído – cujo preço foram medidas de proteção aduaneira e a desvalorização cambial, além de medidas de ampliação do crédito para a agricultura. O impacto disso na alta inflacionária foi significativo, já que muitos produtos da cesta básica – azeite, por exemplo – eram importados e cotados em libra. A inflação chegou a 20% ao ano, pela primeira vez desde a Guerra do Paraguai.

O que se percebe é uma sucessão de heterodoxias intercaladas com ortodoxias. A República vai fazendo experimentações na medida de suas limitações. Mesmo metalistas convictos como Campos Salles não podem fazer muito no quadro político instável que se colocava nos anos iniciais de vigência do Regime. Já os papelistas eram criticados pelo descalabro e irresponsabilidade que provocavam na economia sob a justificativa de estimular o crescimento e/ou a cafeicultura. O governo Prudente de Morais foi uma tentativa de conjunção dos dois elementos, o presidente representando a oligarquia cafeeira enquanto o ministro, novamente Rodrigues Alves, representando a ortodoxia metalista[230]. A conjuntura seguia conturbada, mas essa conciliação foi fundamental para preparar o terreno para o *Funding Loan* negociado no último ano deste governo, quando a entropia já parecia ter arrefecido. A negociação contou com o beneplácito do próprio presidente

eleito Campos Sales que viajou a Londres e participou do acerto com os Rothschild.

O governo Campos Sales é até hoje considerado um momento de ortodoxia radical. A imposição de um ajuste, em grande medida imposto pelos credores internacionais se tornou um modelo. Empréstimo mediante contrapartidas de ajuste, que exigiam medidas que limitavam a soberania financeira do país. O empréstimo inicial de 10 milhões teria uma carência de 13 anos – mais cinquenta de prazo para pagar – em que seria fundamental para pagar a salvação dos bancos e os custos monumentais da operação de Canudos.

As garantias para o *funding loan* são um capítulo à parte. Inicialmente as ferrovias brasileiras serviriam de garantia para os juros, mas seriam resgatadas por títulos emitidos com esse fim – *rescision bonds*. A moeda forte obtida na Alfândega do Rio de Janeiro foi hipotecada como garantia especial do empréstimo e motivou a separação do orçamento em duas moedas.

O quadro da cafeicultura também não era bom, já que a superprodução começava a ameaçar gravemente o preço, mas a solução para esse problema ainda estava quase uma década adiante. As medidas do ministro Joaquim Murtinho foram altamente prejudiciais à cafeicultura e à agricultura em geral[231], mas ainda assim, mesmo contrariando interesses tão poderosos, o ministro seguiu em frente, aumento os impostos (sobre os bens de consumo e sobre o selo, origem do apelido “Campos Selos”), cortando ao mesmo tempo, drasticamente o orçamento das rubricas em libra, e mandando queimar publicamente o papel-moeda correspondente aos resgates do ouro. Foi retirado de

circulação cerca de 13% do total da moeda corrente provocando deflação. Mas o retorno para a economia foi pífio e as críticas ao “metalismo” reinante se agravaram enormemente. O câmbio teve ligeira apreciação, mas isso se deu muito mais por conta da recuperação das exportações e das entradas de capitais advindas da crescente lucratividade da borracha amazônica.

O radicalismo de Joaquim Murtinho havia enfraquecido as ilusões de uma paridade clássica com a libra e as tentativas posteriores de adoção do Padrão Ouro com Afonso Pena, e, quase vinte anos depois, com Washington Luiz seriam ainda mais pragmáticas. Reconhecia-se a impossibilidade de que se voltasse aos 27 pence de libra por mil-réis que havia provocado euforia no gabinete Ouro Preto de 1888.

A partir da chegada ao catete do antigo ministro ortodoxo metalista Rodrigues Alves as condições internacionais se tornaram bem melhores e tem início a um ciclo ascendente nas condições sistêmicas das quais o Brasil se aproveitaria. Os investimentos do governo triplicaram neste quadriênio (de 3% para 9%) e chegariam a 24% do orçamento em meados do governo Hermes (1912). A média de crescimento econômico chegou a 4% no período entre 1900 e 1913, demonstrando que apesar de uma economia relativamente fechada, o Brasil respondia muito bem aos momentos em que o contexto internacional era favorável, e muito mal quando havia restrições sistêmicas, tal qual seria o caso a partir da eclosão da Grande Guerra. O contexto favorável iniciado no governo de Rodrigues Alves favoreceu a conciliação sempre complexa entre os paulistas e os ortodoxos, já que o presidente era ao mesmo tempo as duas coisas. Em um governo de impecável ortodoxia, era possível reconhecer que um câmbio acima de 12 pence de libra por

mil-réis seria muito prejudicial a uma cafeicultura que viu sua produção triplicar em uma década. Era urgente que se estabelecesse uma solução para o problema da superprodução e o encontro de Taubaté (1906) apresentaria a solução que se tornaria paradigma, apesar das alterações para as futuras políticas de valorização que ocorreriam novamente em 1914 e em 1922.

O chamado Convênio de Taubaté só foi possível em uma conjuntura muito favorável de apreciação cambial decorrente dos investimentos externos e do aumento das divisas com exportação, principalmente da borracha. O mil-réis chegou em 1905 a 17 pence de libra (apreciação de cerca de 30% desde Campos Salles) e isso motivou a mobilização do setor econômico mais poderoso da República para "defender o preço do café" mesmo sem contar com o apoio do Catete que só viria em 1908, no governo Afonso Pena.

De modo resumido pode-se dizer que os cafeicultores de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro conceberam um esquema de retenção dos estoques excedentes que seriam comprados com recursos provenientes de empréstimos internacionais ao Estado de São Paulo. A garantia dada aos credores seria o próprio estoque retido, dado que o governo Federal se recusou a fornecer outras garantias e não participou inicialmente do acerto. O quadro abundante de recursos creditícios internacionais permitia dispensar a atuação de um Catete relutante. Ao longo do tempo estas características tiveram alterações, mas resistia o objetivo de "defender o preço".

Tais políticas mantiveram o preço estável e levaram inclusive a um ligeiro aumento a partir de 1909 criando um perigoso paradoxo, discutido incessantemente pela

historiografia econômica com destaque para os trabalhos de Celso Furtado e Roberto Simonsen. Para conter a superprodução era necessário desestimular o plantio, mas os incentivos do Convênio e das sucessivas políticas de valorização não faziam senão oferecer mais e mais estímulos à cafeicultura, produzindo mais e mais áreas de plantio até a situação explosiva de 1929.

O Convênio é emblemático da encruzilhada que o Brasil vivia no advento do seu regime republicano. Sua recorrência simboliza as dificuldades de conciliar os interesses da política cambial com a política para a cafeicultura, em geral, opostas. Às vezes estes interesses opostos conviviam no mesmo personagem, como foi o caso do presidente Rodrigues Alves, mas a conjuntura sistêmica favorável permitia uma solução de compromisso positiva como foi o Convênio de Taubaté. Mas nem sempre foi o caso. Em outros momentos o excessivo afã "papelista" para proteger o Café baseado em uma moeda crescentemente fiduciária levava ao afastamento do Padrão Ouro e o crescente inflamar das críticas "metalistas" mineiros como foi o caso no governo Epitácio Pessoa. Em outros momentos, no entanto, se dava a vitória do "metalistas", como durante a hegemonia mineira no governo Artur Bernardes após o fracasso da Missão Montagu (1924) que levou ao abandono da participação federal na política de valorização do Café.

Aos poucos o Estado de São Paulo foi assumindo mais e mais a responsabilidade pela "defesa do café". A partir do governo Epitácio Pessoa, com a criação da carteira de redesconto do Banco do Brasil cria-se um mecanismo doméstico de financiamento à política de defesa dos preços que, claro incomodava os ortodoxos, mas era perfeito para os paulistas que assim podiam passar a controlar

diretamente os estoques, até então na mão dos credores internacionais. Evitava-se assim o risco de que ocorresse o que havia ocorrido em 1913, quando o comitê da dívida em Londres resolveu vender centenas de milhares de sacas de Café estocado derrubando ainda mais o preço, que já tinha sido atingido meses antes pela ação antitruste movida nos Estados Unidos contra a cafeicultura brasileira, e que levou ao embargo de 950 mil sacas de Café em Nova York. Desenvolveram-se assim instituições que se tornaram fortemente identificadas com a "soberania" da cafeicultura. O Instituto Paulista do Café e o Banco do Estado de São Paulo (Banespa), este último criado após a saída do governo federal da política de "defesa permanente do café" ocorrida no governo Bernardes.

Sintomas do fim do ciclo virtuoso da economia brasileira apareceriam no conturbadíssimo governo Hermes da Fonseca contribuindo para sua impopularidade. Presidente eleito à revelia dos paulistas viveria em oposição generalizada de setores variados. Ainda que contasse com o apoio do Exército Nacional em campanha "salvacionista" de intervenções nos Estados opositores, estas intervenções em geral se davam em aliança com as oligarquias oposicionistas de então. As revoltas sucessivas de seu quadriênio coincidiram com a crescente dificuldade de se conseguir empréstimos internacionais, agravada com queda pela metade do preço da borracha entre a posse do Marechal e o início da Guerra. Quando o Estado do Pará ficou impossibilitado de honrar seus compromissos internacionais por conta da diminuição da entrada de divisas, isso provocou contágio generalizado dos papéis brasileiros. Com o início da Guerra a situação das finanças nacionais que já era ruim se agravou significativamente, como veremos.

O Brasil era o maior produtor de café e de borracha do mundo. Mas se o café vivia instabilidades cíclicas motivadas pela superprodução, a economia da borracha amazônica não sobreviveria. Era muito mais recente e menos institucionalizada. Além disso, seus interesses não tinham a mesma representação no Governo Federal. Em face das externalidades hostis sucumbiria.

O "ciclo da borracha" iniciou-se ao final do Império graças à necessidade de matéria-prima para o processo de vulcanização que havia sido descoberto nos EUA por William Goodyear. Viveu seu ápice na primeira década do século e chegou mesmo a ameaçar o café em sua posição de primeiro produto da pauta. No entanto, diferentemente do café, o Brasil não foi capaz de impor seus preços internacionalmente. Muito pelo contrário, a borracha amazônica seria justamente vítima da queda no preço.

Apesar de estimular o crescimento e o enriquecimento das capitais amazônicas, sobretudo Belém, o ciclo da borracha era baseado na exploração do trabalho de dezenas de milhares de imigrantes nordestinos, principalmente cearenses, que em face das frequentes secas, minimizaram em levas sucessivas o vazio demográfico da região com o aumento do preço do látex que enriqueceu os barões da borracha. Submetidos às intempéries, as doenças amazônicas que desconheciam e às péssimas condições de trabalho de coleta, estes seringueiros do século passado sucumbiam massivamente ao que ficou conhecido como "inferno verde".

O provável contrabando das mudas da *hévea brasiliensis* – a planta da seringueira – foi desacompanhado de qualquer medida governamental para incentivar a modernização da produção nacional, o que na Malásia e Indonésia era feito

em condições, se não melhores para os trabalhadores coloniais, certamente mais produtivas. Isso teve o efeito de baratear imensamente o preço do látex no mercado, provocando o declínio monumental da produção brasileira de borracha que só viveria novo despertar com a iminência da 2a Guerra Mundial e a necessidade norte-americana de matéria-prima mais próxima e, estrategicamente menos vulnerável aos efeitos da Guerra no Pacífico.

A questão da industrialização também é objeto de grandes debates na historiografia do período. Como sói acontece em economias em processo de industrialização o carro chefe do processo foi a indústria têxtil que era a maior da América Latina. E no levantamento industrial de 1907 representava ¼ da capacidade industrial do país[232]. Essa indústria estava fortemente concentrada no sudeste, e o crescimento de São Paulo, destino majoritário dos imigrantes estrangeiros, foi muito maior que o do resto do país. Suzingan estima quase 10% ao ano o crescimento da indústria paulista no período que exportava principalmente os têxteis para o resto do país, e durante a guerra, também para a América Latina e África, embora infelizmente, apenas enquanto durou o conflito.

É frequente na literatura a enunciação de que a Guerra de 1914-18 beneficiou a indústria nacional por conta de uma “substituição de importações”. Embora seja inegável de que esta ocorreu, o gargalo de investimentos, bens de capital e matéria-prima importada dificultou sobremodo o ulterior crescimento da indústria até que se firmasse a paz em Paris. O uso intenso da sucata, que motivou a abertura de muitas pequenas firmas de reparos e da capacidade ociosa das indústrias favoreceu o desenvolvimento industrial e persistiu após a Guerra, mas não houve

qualquer tipo de coordenação ou proteção ao setor industrial, exceto em casos muitos específicos e isolados, como foi a indústria de cimento, que vendia 1/3 de sua produção para o governo. Não havia um projeto industrializante em curso.

É, portanto, controversa a tese da industrialização decorrente da Guerra. Teria a Guerra realmente beneficiado a nação? O Brasil cresceu em media 3% durante os anos finais da guerra (1916-18), embora tenha tido recessão em 1915. O País foi incapaz de se beneficiar da transição global para uma economia de guerra por não ser produtor de bens estratégicos ao conflito. Isso nos deixou ainda relegados à margem dos fluxos de bens de capital europeus, favorecendo o estabelecimento definitivo dos EUA, já há muito nosso principal mercado consumidor, como exportador de capitais para o Brasil. A abertura do canal do Panamá favorecia a logística do comércio internacional interamericano, enquanto a infraestrutura deveras precária do transporte nacional dificultava a integração do mercado interno e o ulterior desenvolvimento da indústria nacional.

No plano das finanças feneceria no governo Hermes, também vítima dos "Canhões de Agosto", o efêmero "padrão-ouro tropical" reestabelecido alguns anos antes com a caixa de conversão (extinta). O governo teria ainda a necessidade de negociar um novo *funding loan* para adiar as amortizações previstas para o longínquo ano de 1927. Conseguiu o Marechal em seu último ano de governo mais 15 milhões de libras esterlinas para fazer face aos compromissos financeiros vencidos ou na iminência de vencer. Um novo, e novamente efêmero, padrão-ouro improvisado só seria tentado no governo Washington Luís[233], já na antessala do *crash* de 1929. No total, o Brasil

não esteve no padrão-ouro nem por dez anos ao longo do período da Primeira República.

Nos anos finais da guerra o governo Venceslau Brás teve que fazer face a greves generalizadas contra o aumento significativo do custo de vida. Novos impostos sobre o consumo somados a uma emissão descoberta de 300 mil contos de réis que pudesse oferecer um desafogo a estoques de café que montavam a seis milhões de sacas levaram a uma perda real do poder de compra com a desvalorização da moeda e o aumento dos importados essenciais, já encarecidos pela Guerra. No caso específico da cafeicultura, a situação macroeconômica só não se tornou mais calamitosa por que a geada de 1918 reduziu drasticamente a safra prevista levando, em menos de seis meses, o preço a dobrar na bolsa de Nova York.

Elemento interessante que aparece no pós-guerra são os “money doctors” economistas pretensamente independentes que se tornam a chave do cofre dos credores europeus, em particular dos Rothschild. Estes empréstimos condicionados exigiam em contrapartida reformas estruturais e institucionais, nas quais, não raro, aparecia a sugestão de criação de um banco central. Parte do institucionalismo proselitista do idealismo do pós-guerra, as sucessivas missões que passaram pelo Brasil – Montagu (1924), D’Abernon (1929) e Niemeyer (1931) – estabeleceram um padrão de empréstimo condicionado do qual não nos livraríamos mesmo depois da criação do FMI. Também se tornou paradigmático, desde 1924, a reação da opinião pública à estes “money doctors”. Sempre vistas como humilhantes por boa parte imprensa, era como se o governo fosse um mau aluno que precisava de aula

particular de reforço econômico se quisesse presente de natal.

A missão liderada por Lord Edwin Samuel Montagu que chegou ao Brasil no Réveillon de 1923-4 tem o duvidoso mérito de inaugurar esse padrão FMI *avant la lettre.* Foi tão intensamente criticada e ridicularizada pela imprensa oposicionista que o governo Bernardes chegou a viver constrangimentos com a presença destes economistas em quadro de instabilidade político-militar no auge do tenentismo. O nacionalismo dos tenentes aproveitou-se para transformar Montagu no *mastermind* da submissão brasileira aos interesses imperialistas internacionais, já que uma das principais propostas da missão era a venda de 50% do Banco do Brasil para o capital estrangeiro, medida com a qual o governo concordou, mas os Rothschild não.

O adiamento do empréstimo de 25 milhões de libras acabou inviabilizando-o quando o governo inglês proibiu indeterminadamente a saída de capitais do país, criando um quadro sistêmico de restrição de divisas que piorou as condições macroeconômicas do governo Artur Bernardes, lançando-o em uma recessão. Os metalistas mineiros que haviam se oposto ao esquema de favorecimento paulista da cafeicultura no governo Venceslau Brás agora controlavam o ministério da Fazenda e o Banco do Brasil e promoveram medidas de apreciação cambial que levaram à deflação de 1926, após a recessão de 1924-5. Para um presidente que governava há três anos em Estado de Sítio, a situação não era das melhores.

Como em todo o resto, o governo Washington Luís foi de maior calmaria. Hoje sabemos que era “calmaria pré-tempestade” mas o quadro internacional se estabilizou e os créditos se tornaram menos escassos. O presidente

anunciou um “retorno triunfal” ao padrão-ouro e, não fosse as recorrentes supersafras do café, tudo pareceria positivo. De 1925 a 1929 a produção de café no Brasil dobrou, e, é claro, que mesmo que não tivesse havido uma crise em 1929, o impacto no preço se faria sentir. O crescimento do mercado consumidor não se fazia na mesma proporção, e com a crise o Instituto Paulista do Café não teve recursos para continuar retirando café do mercado, ainda mais sem o apoio do governo federal, que acreditava na necessidade de estimular a venda, e não a estocagem. A solução efetiva – e inflamada – para o problema da superprodução só viria após a revolução.

O balanço geral generoso de Gustavo Franco e Luiz Aranha Correia do Lago é de que o Brasil, um país rural, muito pobre, imensamente desigual social e regionalmente, tateava em busca do melhor modo de se inserir numa economia internacional liberal. Foram diversos modelos, mormente reativos, numa sucessão de tentativas e erros, que durou 41 anos. A leitura é generosa por que os mesmos autores concordam que o desempenho foi pífio mesmo se comparado aos nossos vizinhos latino-americanos como o Chile, que dirá a Argentina, destino principal dos capitais e imigrantes Europeus. O PIB brasileiro teve desempenho inferior ao da média da região e visto retroativamente tem-se a impressão de que o país perdeu tempo em se vincular a uma ordem internacional quando deveria ter se voltado para o mercado interno, como faria a partir de 1930.

É certo que tal exigência é teleológica e, veremos, que mesmo nos anos iniciais após o 24 de Outubro, o governo provisório fortemente marcado pela influência do tenentismo intervencionista ainda guardava um “liberalismo inercial” em que persistia a crença de que a “normalidade”

pré-1929 voltaria. Vargas, ex-ministro das Finanças de Washington Luís acabaria optando gradativa e paulatinamente pela “substituição de importações”, não como uma opção clara e inevitável que hoje pareceria óbvia em vista de seus sucessos posteriores, mas, sobretudo, através de experimentações, tentativas e erros tal qual nas quatro décadas da Primeira República. A diferença é que isso se deu no espaço comprimido do governo provisório. Mas os momentos de crise e as revoluções aceleram o tempo histórico e, em 1930, o Brasil viveria ambas.

5.4 A política externa da Primeira República – Parte I (1889-1902)

O Barão do Rio Branco e a periodização da
Política Externa da Primeira República.
A fase kantiana ou ideológica. A virada americanista
e o Tratado de Montevidéu.
Conferência interamericana de Washington.
O Tratado Blaine-Mendonça.
Floriano Peixoto e a política externa em tempos de crise.
A ocupação de Trindade.
A Política externa de Prudente de Morais e Campos Sales.
As arbitragens.

O Período da Primeira República é considerado um dos mais relevantes no estudo da política externa, sem sombra de dúvidas, graças à figura do barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira e insigne referência para todos os diplomatas, que se formam no instituto que leva seu nome até os dias atuais. Se referir ao Itamaraty é se referir à “casa de Rio Branco” e, portanto, é natural que sua diplomacia tenha a centralidade historiográfica que tem. Precisamos voltar recorrentemente aos mitos de origem

para reforçá-los e reafirmá-los, ou então para questioná-los, mas estão sempre em nosso foco de atenção. O caso da Prova do CACD não é diferente, tendo a diplomacia de Rio Branco sido objeto frequente das avaliações anuais[234].

A consequência negativa deste aspecto é que o período republicano imediatamente anterior ao Barão (1889-1902), tanto quanto aquele imediatamente posterior (1912-30) acabam sendo relegados à controversa categoria de "antecedentes" e "sucessores", nos quais não se escapa a centralidade da figura de Paranhos na História da Política Externa Brasileira. É difícil escapar a isso, como nos alertou Bradford Burns no artigo clássico publicado no volume republicano da *História Geral da Civilização Brasileira* organizado por Boris Fausto, mas alguns vêm tentando. Clodoaldo Bueno se propôs a escrever uma trilogia da política externa da Primeira República das quais só concluiu dois volumes. Outro autor, Eugênio Vargas Garcia se dedicou a estudar o período posterior ao Barão de modo a resgatar o que ele chamou de "medievalização" de uma atuação externa espremida entre dois momentos-fetiches da historiografia: o Barão e Vargas, o que obscurece o que vai no meio.

É absolutamente natural que a obra rio-branquina tenha destaque e relevância que ofuscam seus antecessores, sucessores e até contemporâneos. Ao se colocar sua figura em evidência – diga-se de passagem, merecida – outras saem de evidência. Os "grandes homens", entretanto, como nos lembra Brecht, não fazem a história sozinhos[235]. Mais que lembrar dos operários que construíram a Tebas das sete portas ou pereceram com a Invencível Armada é lembrar o contexto histórico em que se deu a atuação de Rio Branco, e que permitiram sua obra[236]. Nos estudos do panorama

econômico brasileiro do período percebe-se a melhora significativa das condições internacionais e da situação econômica brasileira a partir de 1902-3. Esse “ciclo positivo” se encerra em 1912-13, logo após a morte do Barão. Do ponto de vista político a consolidação da hegemonia oligárquica paulista igualmente se conclui com a “Política dos Estados”, de Campos Salles, encerrando a instabilidade das sucessivas rebeliões enfrentadas por Deodoro, Floriano e Prudente de Morais. O quadro de instabilidade na luta entre civis e militares só voltaria a ser preocupante no governo Hermes da Fonseca. Mas o Barão morreu em fevereiro de 1912, pouco tempo depois de pedir, sem que o Marechal aceitasse, demissão do cargo por conta do bombardeio à Salvador.

Trata-se de um truísmo dizer que o barão teve sorte. Afinal, o homem ganhou na loteria na mesma época em que se formava na faculdade. Mas, é claro que o Barão não seria “o” Barão se tivesse sido ministro de Floriano Peixoto ou de Artur Bernardes. As circunstâncias fazem o homem mais que o homem é capaz de fazer as circunstâncias, para parafrasear a frase mais citada nas provas do CACD. Tendo vivido em um momento de estabilidade política e fortalecimento do Estado pôde dar vazão ao seu talento organizacional e moldar o Itamaraty de modo a deixar seus valores e diretrizes arraigados institucionalmente, e perenizá-los. Fez isso não sem enfrentar críticas, vindas muitas vezes de dentro de seu Ministério – Oliveira Lima, por exemplo –, já que a imprensa o tratava com grande benevolência, dado seu talento para manipulá-la. Não teria sido capaz de fazê-lo em outras conjunturas menos propícias, como foi o caso do imediato pós-proclamação.

Quando da Proclamação, o Barão vivia na Europa, onde servia como cônsul do Brasil em Liverpool há 13 anos. A República cassou-lhe o uso do título recém-conferido (recebera-o em 1888 para homenagear seu pai, o Visconde do Rio Branco, autor da Lei do Ventre Livre, que não vivera para ver a Abolição) e houve debate no congresso constituinte para discutir se os monarquistas deveriam ou não perder seu emprego no Ministério dos Estrangeiros. Sem renegar a monarquia, portou-se discretamente e manteve cargos cobiçados como o de Liverpool e depois, chefe da imigração em Paris. Escreveu ao Imperador[237] lamentando não ter condições financeiras de abandonar o cargo de diplomata e nele permaneceu até que os ânimos esfriaram e sua reputação e prestígio começaram a crescer. Após 1895 deixou de ser apenas o filho do Visconde para se tornar o especialista em história diplomática e questões platinas e lindeiras. Foi chamado para substituir Aguiar de Andrada, morto, como advogado do Brasil, meio de improviso em 1893, e o resultado da arbitragem com a Argentina, imbróglio secular das relações platinas, foi brilhantemente encerrado tão favoravelmente ao Brasil que o representante argentino Zeballos, criatura de notória empáfia, saiu “em faniquitos”, da sala em Washington onde era lida a sentença do presidente Groover Cleveland.

A “questão de Palmas”, como lhe chamou o barão para que não fosse contaminada pelo nome Missões que poderia remeter à província argentina de Missiones, foi, junto com a I Conferência Interamericana de Washington, as duas maiores questões da transição do Império para a República em Novembro de 1889. Dois eventos que demonstram o que boa parte da historiografia caracterizou como o “contágio” da Política Externa Brasileira pelo espírito idealista kantiano. Este espírito também é perceptível em

muitos artigos da constituição de 1891. Em linhas gerais trata-se da crença distorcida de que todos os problemas internacionais do Brasil eram oriundos das características monarquistas do regime. Uma vez republicanizada, a política externa se transformaria num instrumento de concórdia e amizade com os vizinhos da América, todos repúblicas. Ecoava-se o fechamento do Manifesto de 1870 de que “sendo da América, urgia sermos americanos”, isto é republicanos, para superar o isolamento. Era como se Proclamar a República fosse a solução final para todos os problemas da inserção internacional do país[238]. Como veremos, estas ilusões duraram pouco e foram denunciadas pela imprensa[239], principalmente pelos monarquistas[240].

Em setembro, o império havia chegado a um entendimento com o governo Célman dando prazo de três meses para resolução bilateral da questão ou então levá-la ao arbitramento. A questão do arbitramento também era um dos temas mais relevantes em discussão em Washington, a partir de quando os Estados Unidos se tornam árbitros preferenciais de questões envolvendo querelas entre países latino-americanos.

O entusiasmo dos Republicanos Históricos pela República Argentina tinha seu epítome na figura do primeiro-ministro dos negócios estrangeiros da república, Quintino Bocayuva que tinha mãe portenha. A Argentina e o Uruguai reconhecem a República brasileira quase que imediatamente o que motivou um *tour* do ministro ao Prata. Em sua passagem por Buenos Aires, menos de três meses depois do 15 de novembro, chegou a discursar dizendo que a república no Brasil tinha muito a aprender com o exemplo dos vizinhos. Em meio a crise econômica crescente e paranoia política[241] o entusiasmo por uma solução bilateral

favorável tomou conta do gabinete Célman, sobre o que parecia ser uma possível vitória na frente internacional que compensasse a situação interna complexa que o levaria o presidente argentino a renunciar em Agosto.

Durante a passagem por Montevidéu foi então assinado entre Brasil e Argentina Tratado que leva o nome dessa cidade (Jan. 1890). Nele o ministro demonstrava generosidade *sui generis* à custa do Brasil e ia além, muito além da tradição imperial e mesmo das aspirações do seu governo. Optara pelo salomônico espírito de divisão da zona litigiosa, o que criava um problema de segurança nacional para o Brasil, ao entregar à Argentina terras que limitavam contato com o Rio Grande do Sul a uma faixa de terra de apenas 200 km no litoral, facilmente bloqueável em caso de guerra. Os argentinos exultavam, mas a imprensa mais realista sabia ser impossível que um tal tratado fosse aprovado pelo parlamento brasileiro. A Quintino só foi possível concordar com tais termos devido a situação de ruptura institucional e a inexistência de um Congresso Nacional durante o Governo Provisório que governava por decretos. Criticado generalizadamente pela imprensa, o gabinete teve que se reunir e endossar coletivamente a medida de Bocayuva, que era acusado de traição. Assim que se reúne, a Assembleia Constituinte critica os termos do tratado e se recusa a ratificá-lo forçando o arbitramento da questão.

Ao mesmo tempo que era assinado o Tratado de Montevidéu, transcorria a Conferência Interamericana de Washington, tema recentemente cobrado na avaliação discursiva do CACD, e que evidencia a transição da política externa imperial para a política externa republicana mais americanista[242]. A ideia de pan-americanismo vinha se

desenvolvendo sob a liderança estadunidense de Thomas Blaine desde 1881 quando o então Secretário de Estado, Blaine convocou para uma ampla Conferência os países do hemisfério. Então o objetivo era "discutir as maneiras de prevenir a guerra entre as nações da América". O convite, então aceito pelo Império acabou sendo retirado por conta do assassinato do presidente Garfield e pela persistência da Guerra do Pacífico. Em 1889, o Secretário de Estado era novamente Blaine, e sua proposta mais ambiciosa e não apenas de segurança. Tratava-se também da criação de uma zona aduaneira evidenciando a crescente importância dos temas econômicos que suplantara a questão arbitral originalmente razão principal da cimeira.

A Conferência reuniu-se de 2 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890 e resultou na criação do Bureau de Assuntos Americanos, instituição avó da atual OEA[243]. Apesar de ter aceitado o convite de Washington as instruções dos delegados do império eram contrárias aos princípios da realização da Conferência[244]. A lógica de "nós" e "outros" que ainda vigorava nas relações com os vizinhos, levava o império a se identificar muito mais com a Europa civilizada que com as repúblicas latino-americanas. Explicitamente via-se a necessidade de sobrevivência do regime monárquico como sendo antitético aos princípios do Pan-americanismo.

> A Conferência é exclusivamente americana e seu plano parece conduzir até certo ponto a uma limitação das relações políticas e comerciais dos Estados independentes da América com os da Europa, dando ao governo americano um começo de protetorado que poderá crescer em prejuízo dos outros Estados. (...) O Brasil não tem interesse em se divorciar da Europa; bem ao contrário, convém-lhe conservar e desenvolver as suas relações com ela, quando mais não seja para estabelecer um equilíbrio exigido para manter a sua forma atual de governo. (Instruções do governo imperial aos seus delegados, Villafañe, p.117).

Salvador de Mendonça que tinha sido signatário do Manifesto Republicano assumiu a chefia da delegação, quando Lafayette Pereira se afastou a pedido após a Proclamação da República, cujo governo provisório o convidou a permanecer no cargo.

A inspiração da proposta americana era o Zollverein e envolvia não apenas uma zona de livre-comércio, mas também a adoção de tarifas unificadas em relação a terceiros mercados. A proposta incomodava o Brasil em muitos aspectos. O Zollverein evoluíra desde 1834 para um império unificado. O precedente era perigosamente visto como primeira etapa de um imperialismo econômico dos EUA. Além disso, o Brasil praticamente não tinha relações comerciais com o resto do continente, exceto no cone sul e com os EUA (que já eram o principal destino das nossas exportações, por conta da prevalência do café). Uma união ampla não fazia sentido para o país. Como não estava claro se a arrecadação permaneceria descentralizada ou seria centralizada como no caso do Zollverein, tratava-se de uma ideia perigosíssima para um país cujo orçamento dependia significativamente da arrecadação externa de impostos de importação. De acordo com as instruções dadas aos delegados brasileiros em 1889, "o governo imperial não pode e não deve aceitar a ideia de União Aduaneira Americana".

Mas havia outros assuntos, como a adoção de pesos e medidas comuns a todo continente, acordos de extradição de criminosos, comunicação regular e frequente entre os portos dos países do continente, proteção aos direitos de autor, enfim, vários outros. Em todos os casos a posição original do império brasileiro era defensiva e as instruções dadas aos seus delegados eram de que a discussão de tais

assuntos não seria relevante, e, em certos casos, nem mesmo prejudicial aos interesses do Brasil, exceto quando discutidos em âmbito regional sem a interferência dos EUA. Essa perspectiva mudaria radicalmente com o 15 de novembro.

A questão do Tribunal Arbitral proposta pelos americanos levantava ainda questões de âmbito regional, nas relações triangulares entre Brasil, Argentina e Chile. Burr ressalta a crítica chilena tanto à questão da Arbitragem quanto à questão da crítica à guerra de conquista. Ambas prejudicavam os interesses chilenos quanto às questões lindeiras em aberto com a guerra do Pacífico terminada uma década antes. Enquanto o Brasil era um Império as posições dos dois países eram próximas. O Brasil aceitava o arbitramento apenas se facultativo. Com o advento da república a posição brasileira se americaniza e junto à argentina aceita a tese do arbitramento obrigatório. O Chile finalmente se absteve quando conseguiu que a resolução aprovada levasse em conta apenas conflitos futuros e não pretéritos. Ainda assim, a posição chilena se ressentiu da coalizão Rio de Janeiro – Buenos Aires, contrária aos seus interesses[245]. Se o novo chefe da delegação Salvador de Mendonça foi instruído a "dar espírito republicano às instruções recebidas" isso se traduziu em reversão da posição brasileira sobre a questão do arbitramento obrigatório. Mendonça em coordenação com a Argentina conseguiu aprovar unanimemente (apenas com a abstenção chilena) a proposta americana de arbitramento obrigatório, como ainda conseguiu convencer o recalcitrante governo americano a aceitar a proibição da guerra de conquista, sugestão brasileira não prevista originalmente que acabaria incorporada ao texto constitucional brasileiro no ano seguinte.

No que tange a União aduaneira a Conferência não logrou êxito. A maior parte dos países dependia sobremodo das tarifas alfandegárias e o comitê acabou por aprovar apenas uma resolução incentivando a adoção de acordos bilaterais ou plurilaterais de comércio que convergiriam (algum dia) para a união, frustrando o governo americano. A partir daí, Blaine e Salvador de Mendonça, que assumiria logo depois o cargo de ministro plenipotenciário do Brasil em Washington se aproximariam[246] e passariam a discutir intensamente um acordo de reciprocidade comercial que o Império, por tradição e trauma dos "tratados desiguais", recusara e protelara por seis décadas. Em 1891, o tratado Blaine-Mendonça, como ficou conhecido, seria igualmente objeto de controvérsias.

Não chegou a passar pelo Congresso – então Assembleia Constituinte – criando uma crise institucional de prerrogativas que se somaram às crescentes desinteligências entre o Executivo e o Legislativo de hegemonia paulista. Acusações de favorecimento a parentes do presidente e o debate sobre o Tratado Comercial com os Estados Unidos contribuíram para tentativa fracassada de Deodoro de fechar o Congresso que levaram à sua renúncia prematura.

Essencialmente tratava-se de favorecer a entrada do açúcar brasileiro nos EUA, já que o café já gozava de privilégios extraordinários. O governo acreditava que o Brasil poderia substituir Cuba como fornecedor privilegiado de açúcar[247], mas, como possivelmente já sabia Salvador de Mendonça, estava em curso um acerto análogo de reciprocidade com o governo Espanhol, assinado meses depois, que, na prática anularia as vantagens brasileiras. Outra motivação era ganhar a simpatia do governo

americano que seria, como vimos, o árbitro óbvio da querela lindeira após a não ratificação do Tratado de Montevidéu. Na caracterização colorida de Steven Topik tratava-se de adoçar a boca do árbitro[248]. Funcionou, provavelmente não por essa razão, mas funcionou.

O governo Floriano teve entre titulares e interinos mais de uma dezena de ocupantes no cargo de ministro das relações exteriores. Só este indício já evidencia a falta de continuidade e estabilidade da ação externa do Brasil no turbulento triênio florianista (1891-94). Em relação ao Prata, as relações com a Argentina padeciam da convicção florianista avessa à de Bocayuva de que a guerra, algum dia, seria inevitável. Para garantir a manutenção de um governo favorável no Paraguai adota-se uma postura intervencionista consubstanciada pelo apoio do enviado Amaro Cavalcanti que financiou um golpe de Estado e evitou que o candidato favorável a Buenos Aires vencesse as eleições. O golpe no Paraguai em 1894 é evidência da manutenção de uma postura intervencionista da época do Império que, segundo Francisco Doratioto, só seria revertida com o Barão em 1904.

Ao contrário, no eixo assimétrico é crescente a aproximação com Washington, sempre alavancada por Salvador de Mendonça que viabilizou a vinda da Esquadra Flint, ou “esquadra de papel” com o apoio dos EUA para debelar a segunda revolta da Armada que por vários meses transformou a Guanabara em zona de guerra, destruindo a cidade de Niterói e contribuindo para a popularidade de Floriano como o “Marechal de Ferro” visto como defensor da República e dos pobres contra o bombardeio monarquista feito pela armada, como o governo procurou retratar a rebelião.

Contrasta a ação americana com a dos representantes europeus, que mantiveram a neutralidade estrita, intervindo apenas para evitar o bombardeio da Capital Federal. O navio português ainda ofereceria asilo a dezenas de revoltosos, o que levaria à ruptura de relações diplomáticas com Portugal retomadas no governo Prudente[249]. Portugal inclusive se oferece para mediar a controvérsia entre o Brasil e a Inglaterra sobre a ocupação de Trindade. Esta questão ocupou a imprensa entre 1895-6, e contribuiu para a instabilidade do primeiro governo civil. O governo americano sugere arbitramento, a Inglaterra aceita e o Brasil recusa, declarando sua indignação contra o argumento britânico de que se tratava de *Terra Nullis*, i.e. desocupada. Tinham os ingleses interesses de usar Trindade como base de ancoramento de cabos telegráficos transatlânticos. A mediação do rei português é bem-sucedida e a Inglaterra reconhece Trindade como território brasileiro em 1896.

Também no governo Prudente começa a controvérsia chamada então de “guerra das farinhas”, onde os argentinos exigem paridade tarifária para seu trigo que concorria com o norte-americano. Sendo os Estados Unidos nosso maior consumidor de café, o Brasil reclama, e acabará obtendo em 1902, vantagens tarifárias semelhantes para o café em Buenos Aires, mas sem necessariamente acatar as exigências de Buenos Aires, o que não impediria o clima de concórdia bilateral que se estabeleceu nas visitas mútuas dos presidentes Júlio Roca e Campos Sales nos anos finais do século XIX.

O Campos Sales teria uma política externa bem menos confusa, o que é evidência da maior consolidação política obra de seu governo. Olintho de Magalhães foi o único

titular da pasta denotando mais estabilidade. Seu sucessor seria o Barão do Rio Branco foi mais perene que os chefes do Executivo. Em nove anos veria quatro presidentes. O Brasil voltava ao caminho da normalidade em sua ação internacional. A negociação do *Funding Loan* ocorrida em 1898, com a participação do presidente eleito retira o Brasil da condição de insolvente, e dá fôlego para a política financeira da República. Campos Sales pôde inaugurar no período Republicano o que Sérgio Danese chamou de "Diplomacia Presidencial", negociando a dívida em Londres, e a compra de Armas em Berlim, onde o Brasil criaria um escritório de compra de Armas em Essen. A visita à Buenos Aires, mesmo sem consequências mais relevantes, serviu para estabelecer um clima de amizade que não era positiva desde a Proclamação, por conta da controvérsia da questão de Palmas e da intervenção no Paraguai. As coisas seguiam um rumo mais sereno e apenas duas controvérsias mais sérias surgiam como desafios. O Acre e a arbitragem contra a França.

A chamada questão do Acre era fruto da crescente instabilidade acreana, território que o Brasil reconhecia ser boliviano desde, no mínimo, 1867. Com o apogeu da borracha, após a invenção do pneumático em 1890. Rebeliões como a de Galvez e a de Plácido de Castro, à frente de milhares de nordestinos imigrados para a região acreana fugindo das secas cearenses, ameaçavam a separação, sem que a Bolívia tivesse recursos para manter a ordem em seu território. A solução boliviana foi ceder os direitos de exploração do Acre a uma empresa de capital norte-americano, o Bolivian Syndicate. Isso se deu em pleno governo McKinley, no ápice do intervencionismo americano do que viria a ser chamado anos depois de Big Stick[250]. O espectro de uma intervenção americana levou o governo

Campos Sales a fechar o acesso amazônico, aberto desde 1866, e a instruir nosso representante em Berlim, Rio Branco, a desestimular a presença de capitais alemães no Bolivian Syndicate. Era necessário minimizar ao máximo a oposição ao Brasil e neutralizar a ação americana.

A controvérsia acreana ficaria de legado para Rio Branco, o futuro chanceler, mas ao desembarcar no Rio de Janeiro em dezembro de 1902 já estava bem familiarizado com a questão da qual tratou no período berlinense para onde fora removido por quase dois anos após o sucesso na arbitragem contra os franceses. Paul Vidal de La Blache tinha sido o advogado da França e o presidente da Confederação Helvética, Walter Hauser, o árbitro.

O início da República foi o momento de definição das três fronteiras mais controversas da história do Império. Eram justamente aquelas nas quais a assimetria de poder não era favorável ao Brasil. A Questão de Palmas de 1895 se arrastava desde os tratados coloniais entre as potências ibéricas, e o que Rio Branco fez em 1895 foi comprovar o direito líquido e certo brasileiro com base no melhor conhecimento técnico dos tratados coloniais, e da efetiva ocupação portuguesa e brasileira da área. A mesma certeza geograficamente embasada esteve presente na arbitragem suíça de 1900, igualmente favorável ao Brasil contra a França na fronteira da Guiana Francesa com o Amapá. Nos dois casos a força do argumento brasileiro residiu sobretudo na identificação dos marcos geográficos definidos por tratados na época colonial, o que não era exatamente o caso na controvérsia com os Ingleses, arbitrada pelo Rei da Itália em 1904, quando a sentença não foi tão favorável ao Brasil, e foi percebida como tragédia por Joaquim Nabuco, advogado brasileiro da causa que tinha expectativa de

vitória semelhante às conseguidas por Rio Branco, como demonstra Ricupero em seu texto sobre o assunto.

> Assessorado por pequeno grupo, Nabuco redigiu quase sozinho os dezoito tomos em francês da memória entregue ao árbitro em 1903, mais tarde publicada sob o título de *O Direito do Brasil.*
>
> A divergência era mais complicada do que os dois arbitramentos anteriores nos quais a defesa estivera a cargo do barão do Rio Branco: o de Palmas com a Argentina (laudo em 1895), e o do Amapá com a França (1900). As dificuldades adicionais provinham não apenas de termos agora como adversária a potência hegemônica mundial, mas por serem mais duvidosos e controversos os títulos invocados pelo Brasil. Por estarem conscientes do risco, muitos estadistas brasileiros, inclusive Paranhos, teriam preferido resolver a pendência por negociação direta, solução que se frustrou quando Campos Sales rejeitou proposta inglesa de compromisso julgada aceitável por Rio Branco e Nabuco.
>
> Escolhera-se como árbitro o jovem rei da Itália, Vitor Emanuel III, que iniciava sob auspícios favoráveis um reinado de mais de 45 anos que se apagaria, sob a sombra desonrosa do fascismo, na terrível tragédia da Segunda Guerra Mundial. Emitido em junho de 1904, o laudo julgava que nenhuma das partes havia demonstrado de forma completa os direitos alegados, resolvendo dividir entre elas o objeto do litígio. O critério geográfico adotado na partilha terminou por favorecer o Reino Unido com algo mais de 19 mil km^2 e um pé na bacia amazônica, contra 13 mil km^2 para o Brasil.
>
> Não chegava a ser uma catástrofe; cotejado, todavia, com as vitórias cabais e indiscutíveis de Rio Branco, o desfecho possuía sabor de derrota e assim foi sentido pelos contemporâneos e pelo próprio advogado, que exclamaria dramaticamente: “Será a causa de minha morte!” (RICUPERO, Rubens. *Joaquim Nabuco e as fronteiras do Brasil*. Conferência proferida na Academia Brasileira de Letras como parte do ciclo em memória dos cem anos da morte de Joaquim Nabuco; Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2010).

A primeira questão discursiva do CACD de 2011 pedia para que se diferenciassem as arbitragens, o que não é tarefa tão simples. A querela com a França remontava ao Período colonial enquanto que a com a Inglaterra tivera

início apenas no Período Regencial. Vale à pena fazermos um histórico de ambas.

Na zona setentrional em disputa com a França, houve predominância portuguesa de 1616 ao final do século XVIII. A fundação de Belém (1616) no bojo do colapso da França Equinocial (1612-15) é o marco inicial desta predominância. Os Franceses repelidos se estabeleceram em Caiena (1634). Reconhecem em 1700 e em 1713 o Rio Oiapoque (ou Japoc) como fronteira. Ao longo do século XVII insistem que a fronteira é o Araguari, mas a capitulação portuguesa só se dá no período napoleônico, onde a inferioridade lusa é patente, inaugurando um segundo momento de retração.

Este é segundo momento que vai de 1797 quando Portugal reconhece o Rio Calçoene como fronteira até 1806 quando D. João declara nulos todos os acordos do Período que obtidos por meio de força fizeram Portugal ceder mais em Badajoz (1801) estabelecendo a fronteira no Araguari, e mais ainda em um segundo tratado de Madri, estabelece-se a Fronteira em Caranapatuba. O terceiro momento vai da Invasão de Caiena (1809) até sua devolução, combinada em Viena (1815), mas só efetivada em 1817 quando os franceses concordam com os limites fixados em Utrecht, isto é, o Oiapoque.

No pós-independência, entretanto, o imperialismo francês seguiu seu curso. Durante a regência, aproveitando-se das conflagrações no Pará, tropas de Caiena erigiram um forte no Lago Amapá. O recém-titulado Visconde do Uruguai, ex-ministro brasileiro, voltou em 1855 a Paris – cidade em que havia nascido – em missão para oferecer novamente o Rio Calçoene, mas foi repelido pelo governo de Napoleão III que exigia o Araguari. Em 1897, se estabelece o compromisso arbitral cujo laudo final deveria

ser dado pelo presidente da Confederação Helvética. A pressa se deveu à recente descoberta de Ouro na Região que levou a conflitos entre brasileiros e guianenses.

Já na região dita “do Pirara”, na fronteira com a Guiana Inglesa, a controvérsia era bem mais recente e devera-se à ação de Robert Schomburgk, o descobridor da Vitória Régia que fez duas viagens à região (1835 e, de novo em 1837) no quadro da conflagração da Cabanagem, e tendo encontrado fortes abandonados – ou quase – na zona fronteiriça decide defender a apropriação da área pelos ingleses invocando a defesa dos índios e mobilizando a opinião pública por meio de argumentos humanitários não muito diferentes do que fazia à mesma época Palmerston e Aberdeen. Não era um momento tranquilo nas relações bilaterais com a Álbion, como vimos ao tratar da questão do Tráfico de Escravos.

Errou o Brasil ao considerar em 1842, litigiosa uma região maior que a do Pirara[251]. Ao longo da segunda metade do século, várias tentativas de acordo foram feitas, algumas propostas inglesas inclusive mais favoráveis que a sentença italiana posterior. Entre 1897 e 1899, no ápice das discussões do imperialismo inglês – Boers, Fachoda, Suez –, e a recusa do governo brasileiro em resolver bilateralmente levaram a questão à arbitragem para a qual foi escolhido como advogado brasileiro Joaquim Nabuco[252]. O trabalho já havia sido iniciado por Rio Branco[253] que não tem – ou não quer – assumir mais um encargo às vésperas do prazo final da questão do Amapá.

A defesa de Nabuco se baseou em dois princípios jurídicos: o do *inchoate title* (que dá ao possuidor temporário ou intermitente direito contra terceiros) e a do

watershed que dá ao ocupante de um rio direitos sobre seus afluentes. Aqui se percebe uma controvérsia que é mais jurídica que geográfica, como a do caso francês no qual basicamente a questão era definir o Japoc de Utrecht, que inclusive já havia sido reconhecido diversas vezes pelos franceses (1713, 1817, etc.). Sem desmerecer nenhum dos dois, é patente que o trabalho de Nabuco era mais complexo que os anteriores feitos por Rio Branco. O laudo arbitral (de duas páginas, em contraste com as 900 páginas do laudo Suíço no caso Francês) estabelecia a impossibilidade de definir o direito líquido e certo de nenhuma das partes e sugeriu a divisão do território, desigual, por força das condições da geografia. Coube à Inglaterra 60% do território e ao Brasil apenas 40%. Além de perder o território em litígio (o Pirara) levava os limites da Guiana inglesa até a Bacia Amazônica, que era o temor brasileiro. O laudo foi aceito pelo Brasil sem nenhum protesto, mas recebeu críticas até de juristas neutros.

É bom lembrar que mesmo em casos onde a decisão é técnica, considerações de ordem política não são desimportantes. O Barão sabia que a preferência dos árbitros é sempre pela solução intermediária[254], e procurou forçar a sorte com o auxílio do Suíço, Emílio Goeldi que lhe trouxe preciosas informações sobre a opinião dos especialistas. Ao que se sabe Nabuco não tinha informantes em Roma.

Além disso, cabe lembrarmos outros fatores: (a) as controvérsias entre Ingleses e Venezuelanos na época haviam motivado a intervenção americana; (b) em 1902 os imigrantes italianos foram proibidos de vir ao Brasil subsidiados pelo governo, após forte campanha na península que denunciava os empregadores, sobretudo

paulistas, por maus tratos. Podemos ainda lembrar, ainda que nenhum destes argumentos possa sustentar a causalidade da decisão, que; (c) a formação da *entente cordiale* franco-britânica (meses antes do laudo sair) evidenciava a fragilidade da posição italiana ao lado dos alemães e austríacos (com quem tinham problemas sérios de fronteiras no norte: a chamada Itália irredenta). Não era um bom momento para se indispor com a Álbion; (d) a Herança da Conferência de Berlim (1884-5) que estabelecera as bases do princípio da posse efetiva podem ter levado a desconsideração dos princípios *watershed* e *inchoate* de Nabuco. A decisão estabelece que nenhum dos dois países conseguiu comprovar a *posse efetiva* dos territórios contestados e decide pelo que Rio Branco temia mais, o recurso favorito dos árbitros à herança salomônica.

Não temos como adivinhar, mas podemos especular. Estes são alguns elementos que podem ter contribuído para que Vittorio Emmanuel tenha resolvido a questão como resolveu. Mas em 1904, o chanceler já era Rio Branco.

5.5 A política externa da Primeira República – Parte II (1902-1912)

O Barão do Rio Branco – Formação e histórico.
As estratégias e desafios do Barão. A questão do Acre e os demais problemas lindeiros.
A diplomacia do Prestígio e os limites do Americanismo. A ameaça imperialista.
O Barão do Rio Branco e o contexto platino. Virtuose, contexto e Legado.

O jovem Juca Paranhos tinha seis anos quando acompanhou seu pai na viagem ao Uruguai que o impactou significativamente. Na juventude, ao invés da poesia,

vocação comum à sua geração, voltou-se para a história e para os mapas. Foi grande a influência da figura paterna, ícone do partido conservador que o Barão reputava como sendo o maior nome da história do Brasil atrás apenas do Imperador. O Visconde, seu pai, começou a carreira secretariando Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro marquês do Paraná em sua missão uruguaia, justo quando o Brasil ensaiava ares de potência com a retomada saquarema da hegemonia platina sob Paulino José Soares de Sousa, quando levou o filho ao Prata. Nos anos seguintes Honório assumiu a presidência do conselho de ministros e seu pai, o ministério da Marinha e dos Negócios estrangeiros. O barão afirmou mais de uma vez que tinha visto a Secretaria dos Negócios Estrangeiros funcionar em sua casa, e se impressionava com as figuras elegantes e dignas que por ela passavam. Foi assim, sua singular infância.

Cresceu amigo dos mapas e da história, virava noites estudando com lampião. Notívago assumido, manteria o hábito já velho, trabalhando até altas horas e instalando uma cama em seu gabinete de ministro. Sua via noturna na juventude lhe rendeu enormes problemas. Foi provavelmente por conta de sua vida boêmia que foi forçado a mudar-se de São Paulo para Recife para concluir a graduação em Direito que não tinha vocação para exercer. Prenunciando sua boa sorte, ganhou 12 contos de réis na loteria que gastou em temporada na Europa, experiência não tão comum assim para filho de funcionário do Estado que era. Não era rico, seu pai, órfão, seguira carreira militar e jornalística e se fizera sozinho, sem herança, sem fazenda, diferente de Nabuco que cresceu em latifúndio. Após brevíssimo período como professor do Colégio Pedro II, elegeu-se deputado por um Mato Grosso que nunca visitara

e, não se notabilizou pela atuação parlamentar modesta, secretariando seu pai no ministério durante parte de seu mandato, quando este era o importantíssimo presidente do conselho de ministros do Imperador entre 1871 e 1878. Teve ainda experiência jornalística – Dirigiu o jornal *A Nação* – e de historiador, que o barão do Rio Branco teve na juventude se somou. Era famoso por suas noitadas no Alcazar e nos teatros. Engravidou uma atriz belga e insistiu em reconhecer o filho, contra a vontade do próprio pai.

Desta breve síntese podemos perceber o maturar de talentos que serão úteis, quando afinal, for chamado a brilhar. Aprendera a política e os modos aristocráticos do Império em casa. O exemplo do pai, dignificante, deixou-lhe o gosto pelas coisas militares, ainda que avesso ao militarismo, e pela lógica cartesiana, o conhecimento aprofundado, a erudição de atacar um só assunto e ir nele até o fim, esgotando-o noites adentro. Do debate parlamentar, o talento para os argumentos. Ainda que autoritário em seu ministério, justificava ponderadamente seus atos externos para os críticos e para o público em geral, por meio da imprensa. Nisso o jornalismo lhe valeu. Tinha cuidado com a imprensa. Gostava de escrever para o público amplo, e influenciar a cobertura dos seus atos. Publicou, quando ministro, frequentes cartas sob pseudônimo na sessão “a pedidos” justificando as ações do ministério. O apreço pela história, o conhecimento dos mapas, o hábito de ler e anotar cada coisa e sua paixão pelo Brasil foram muitíssimo úteis para suas vitórias arbitrais e seus discursos diplomáticos que transformaram a história em arma da diplomacia traçando as raízes de legitimação do presente, às vezes em um passado seletivo que melhor convinha a seus desígnios.

Mas era corajoso pública e pessoalmente. Defendeu a abolição da escravidão e assumiu relação amasiada com filho e tudo sabendo que isso lhe prejudicaria a carreira. Considerado *playboy* pelo Imperador foi necessário esperar que esse viajasse para que Caxias pusesse em prática o estratagema de sua nomeação. Caxias, que o tratava carinhosamente por “o pequeno Juca” ameaçou a princesa com a queda do gabinete se não fosse o jovem Paranhos nomeado para o cargo de cônsul em Liverpool, um dos mais cobiçados do Império devido às comissões que pagava como “extras”. Só assim conseguiu o cargo. E partiu para a Europa onde permaneceria 18 anos, aprendendo o jogo do poder das grandes potências da época.

Trabalhava em Liverpool, mas tinha família em Paris. Como a família era ilegítima consta que o Visconde quando o visitou em Paris, não conheceu os netos. Destacou-se na pesquisa histórica mais que na diplomacia consular. Publicava constantemente sobre a história do Brasil na Europa e representou o Brasil na Exposição Mundial de São Petersburgo em 1884, para onde redigiu uma memória sobre o país. Por conta dos interesses históricos e pesquisas foi autorizado pelo Imperador a corresponder-se com ele diretamente. Dessa correspondência, curta, praticamente só se trocam informações bibliográficas, mesmo depois de derrubada a monarquia. O já barão – foi titulado em 1888 – lamentou ao Imperador não ter condições financeiras de abandonar o emprego diplomático. Foi tranquilizado pelo monarca que lhe declarou que devia “servir à pátria!”.

Quando afinal foi convocado para substituir o finado advogado brasileiro da causa arbitral contra a Argentina, já tinha quase 50 anos. Teria 55 quando vencedor também da outra, contra os franceses. Ambas as vitórias catapultaram

seu nome para a fama. Foi objeto de sonetos e artigos elogiosos que o comparavam ao pai. Rui Barbosa, Nabuco, Machado de Assis, todos celebravam na República um “barão” que a tudo remetia os tempos do império, e não vivia no Brasil há duas décadas.

Os brasileiros entre 1895 e 1900 estavam carentes de vitórias. O futebol apenas se anunciava como um jogo das elites britânicas transmigradas, e ainda não era capaz de provocar aquela catarse de orgulho nacional coletivo que nos é tão comum nas copas do mundo. O barão era o único traço de vitória numa ação externa confusa, dos anos iniciais da república, quando até invadidos pelos ingleses nós fomos – Trindade – nos moldes dos países colonizáveis da África. No mundo de então, o barão era a copa do mundo personificada na diplomacia. Suas vitórias, contra os argentinos e franceses, se deram no tabuleiro dos grandes. No campo do direito internacional, nas arbitragens feitas pelo presidente norte-americano e suíço. Não eram vitórias menores. O carinho, simpatia e admiração sincera que o povo[255] passou a ter por seu “barão” – e até o fim da vida seria só assim, barão, “o” barão – pode ainda hoje ser perceptível nas caricaturas – centenas – que lhe fizeram, quase sempre gentis com sua figura, ao contrário do viés satírico que denigre, tão comum a este meio de expressão que vitimou quase todos os demais políticos do mesmo período.

Teve sucesso em quase tudo que fez a partir daí[256]. Removido para Berlim teve dois anos de oportunidade para assistir como observador privilegiado parte da ascensão arrogante da Alemanha recém-unificada em sua trajetória de grande potência. Admirava os alemães e a eficácia de seu exército, e, como ministro, trabalhou para enviar os

oficiais brasileiros para ali se capacitarem. E tratou dos assuntos que se seguiram a visita do presidente eleito Campos Salles (1898), como um escritório para a compra de armas. Conseguiu ainda obstar investimentos alemães no Bolivian Syndicate, inteirando-se dos problemas diplomáticos em curso no Acre, que o chanceler que lhe antecedeu, Olyntho de Magalhães, não foi capaz de por termo.

Rodrigues Alves insistiu para que abandonasse a Europa, onde vivia toda sua família (os vários irmãos mais novos havia morrido todos) e fosse ser seu chanceler. Hesitou por quase dois meses e chegou a redigir carta de recusa, mas o dever falou mais forte ante a insistência do presidente[257]. Depois de 14 anos envergando na heráldica do baronato, ao *Ubique Pátriae Memor* (“Aonde for me lembrarei da Pátria”) tinha chegado a hora reencontrá-la fora da lembrança, muito modificada pela República, insondável na época em que partira, em 1876, no apogeu do Império.

Ricupero alega que para além das fronteiras, vitórias concretas e palpáveis a bibliografia deixou de fora as conquistas menos óbvias do Barão. A ênfase no americanismo e nas fronteiras empobrece o que segundo ele é um legado muito mais rico. Para superarmos este “empobrecimento” seria útil entender que tanto o “americanismo” como aquilo que ficou conhecido como “diplomacia do prestígio” foram meios e não fins em si. A aliança “informal” com os Estados Unidos, descrita por Bradford Burns, favoreceu a relação com nossos vizinhos na medida em que se neutralizava a possível intervenção americana nas questões lindeiras, favorecendo o desfecho favorável ao Brasil, como se deu no Acre. Favorecia ainda a posição brasileira nas relações bilaterais com a Argentina,

nem sempre tranquilas, mas principalmente e acima de tudo, servia de poderoso escudo contra o imperialismo europeu que se avizinhava na região como ficara patente na questão de Trindade (1895) e na intervenção franco-britânica na Venezuela, justo no momento em que Rio Branco tomava posse no ministério (dezembro de 1902).

Também a “diplomacia do prestígio” que buscava resgatar a imagem internacional do Brasil do limbo sem glamour em que tinha sido atirada pelos turbulentos anos iniciais da República não era apenas uma vaidade nacional. Era uma necessidade. A recuperação e valorização do “Brasil no Mundo”, título do texto de Ricupero, tinha utilidade prática. Quanto mais conhecidos e respeitados menos sujeitos a achaques e humilhações internacionais, menos percebidos como “colônias” potenciais, menos vítimas seriamos das potências europeias. Quanto mais reconhecidos internacionalmente, melhor seria nossa capacidade de influenciar o entorno e resolver, sem necessidade de recurso à força, nossas contendas regionais.

<table>
<tr><th colspan="2">Estratégias do Barão</th><th>Desafios do Barão</th></tr>
<tr><td rowspan="3">Americanismo</td><td>1. Se não era necessário o apoio americano nestas questões depois de 1895, ao menos a neutralidade seria útil para garantir que o Brasil decidiria as questões lindeiras bilateralmente, sem o risco de ter que enfrentar os Estados Unidos.</td><td>Fronteiras</td></tr>
<tr><td>2. A preferência norte-americana pela aliança com o Brasil favoreceria, em um quadro de rivalidade, a prevalência das posições brasileiras frente aos argentinos.</td><td>Argentina</td></tr>
<tr><td>3. A lembrança da Doutrina Monroe e a mobilização da opinião pública norte-americana contra intervenções europeias no hemisfério ocidental era escudo dos mais eficazes contra o apetite imperialista Europeu.</td><td rowspan="2">Ameaça imperialista Europeia</td></tr>
<tr><td rowspan="3">Diplomacia do Prestígio</td><td>4. Países respeitados, com presença multilateral intensa e que se fazem ver, tem mais amigos e são menos sujeitos a intervenções militares, frequentes na Era dos Impérios, em nações desconhecidas, como as africanas e asiáticas.</td></tr>
<tr><td>5. O Brasil disputava com os argentinos a atração de imigrantes europeus, e a imagem argentina na Europa era das melhores. País considerado muito rico e próspero. Forçoso era melhorar nossa a imagem externa.</td><td>Argentina</td></tr>
<tr><td>6. Na eventualidade de arbitragem e/ou multilateralização do debate lindeiro – o que o Barão procurou evitar a todo custo – o prestígio do país teria influência não desprezível no desfecho das questões, como ficou óbvio na questão do Pirara.</td><td>Fronteiras</td></tr>
</table>

O entendimento das realizações do Barão sempre vinculado a dois eixos, estratégia/desafios, traz muitas vantagens ao candidato, ainda que ele opte por não usar esta terminologia. Favorece em primeiro lugar a criação de argumentos, essenciais para a prova discursiva. Estabelece causalidades, determina hipóteses, cria vínculos entre temáticas aparentemente distintas. O Acre deixa de ser apenas uma questão lindeira e passa a ser uma questão lindeira, cujo sucesso dependeu parcialmente da neutralização de uma potencial intervenção americana com a indenização ao Bolivian Syndicate. O caso Panther não é mais simplesmente uma ameaça imperialista alemã, mas um sucesso da diplomacia rio-branquina em articular a opinião pública estadunidense por meio da ação diplomática de Joaquim Nabuco.

A própria presença de Nabuco em Washington como nosso primeiro embaixador transcende ao “americanismo

ideológico” que a história acabou lhe imputando na comparação com Rio Branco. Era pragmático para o chanceler ter alguém como Nabuco naquele que ele percebia como sendo o principal posto diplomático do Brasil no Exterior. Nabuco era respeitado como intelectual abolicionista nos Estados Unidos. Era famoso. Sabia ser percebido e era mestre na arte de “ver e ser visto” como bem descreve Ângela Alonso. O entusiasmo americanista de que começou a ser tomado após o mau humor inicial de ter que deixar a Europa era útil aos interesses de Rio Branco que precisava dos Estados Unidos e de sua amizade. Sem Nabuco em Washington não teria havido “americanismo” e possivelmente nem teria cogitado a Bradford Burns conceber sua discutida hipótese de “aliança não escrita”.

Ao se aproximar dos Estados Unidos, o Barão do Rio Branco legitimava esta posição historicamente. Justificava ter sido esse o primeiro país a reconhecer nossa independência e o que dera apoio ao governo Floriano para debelar a rebelião naval, selecionando os episódios históricos que legitimavam sua opção política. Era uma opção política controversa, que foi questionada por muitos, inclusive Manoel de Oliveira Lima, embaixador que frequentemente entrava em polêmicas com o chanceler. Para a maior parte dos observadores do início do século XX, o centro dinâmico das relações internacionais era tão somente a Europa, e isso tal como sempre tinha sido assim, sempre seria. Não percebiam as dinâmicas de mudança que apontavam para Washington como novo centro de poder. Rio Branco estava solitário nesta percepção e precisava constantemente legitimá-la para um público de formação intelectual europeísta como ele próprio.

Nada parecia supor que o Brasil venceria a questão do Acre, e Rio Branco já previa isso ao recusar inicialmente o cargo de ministro. Suas vitórias passadas não serviriam de consolo em caso de derrota em uma questão muito mais complexa, que dependia mais de talento político do que talento de erudito e pesquisador. O Acre tomava todas as expectativas do início do governo Rodrigues Alves, e o Barão com todo seu prestígio não ignorava estar chegando em uma circunstância política complexa da qual estivera alijado por 26 anos.

Mesmo em face das demais vitórias a questão do Acre foi a mais complexa e singular. Defende Ricupero no que chama de “Excepcionalismo da questão do Acre”.

> Com o tempo e a gradual acumulação de outras realizações em nove anos de trabalho, perdeu-se a noção da importância suprema do Acre entre as questões resolvidas pelo barão e das características que o tornaram problema único e inconfundível. Aos poucos, veio o assunto a ser assimilado a granel às demais controvérsias limítrofes, esmaecendo a indispensável distinção. Em resultado, enfraqueceu a apreciação no justo valor da contribuição de Rio Branco à questão que encarna, mais que qualquer outra, as qualidades que lhe possibilitaram tornar-se o refundador da diplomacia brasileira. (Ricupero, 2012, p. 121).

Nenhum outro litígio brasileiro envolvia tanta riqueza quanto a presente nos seringais acreanos. O Acre respondia por 60% daquele que era o 2o produto da pauta de exportações brasileiras e que no seu auge representou 40% do total, atrás apenas do Café. Ricupero compara que seria como se hoje a região fosse riquíssima em Petróleo. Nenhum outro envolvia tantos interesses brasileiros: os seringueiros, as casas de aviamento em Manaus e Belém temerosas da eventual concorrência de uma multinacional estrangeira. O governo do Amazonas, cioso dos recursos que obtinha com a cobrança de impostos que seriam sustadas com a afirmação da soberania boliviana. Em

nenhum outro caso a situação tinha chegado ao ponto de conflitos explosivos e enfrentamentos armados.

Incapazes de impor a soberania boliviana sobre a região os dirigentes em La Paz resolveram arriscar a sorte na atração do capital internacional. A presença de empresas estrangeiras de grande capital para extração de recursos em um país periférico era um modelo que se disseminava na “Era dos impérios”, frequentemente precedendo a ação imperialista militar. Foi, no entanto, um erro estratégico a cessão de direitos quase soberanos ao Bolivian Syndicate – que por 30 anos poderia inclusive cobrar impostos – afinal, a ameaça motivou a insurreição armada de Plácido de Castro e mobilizou a opinião pública e o Estado brasileiro a se mover para dar solução à questão, ante a “ameaça imperialista” na Amazônia. Como o Brasil reconhecia desde 1867 a soberania boliviana, isso paralisava a ação brasileira, que não raro teve que agir em compasso com os interesses bolivianos. A potencial entrada estrangeira mudava o problema de figura. Olyntho de Magalhães, em contradição com o reconhecimento da soberania boliviana, conseguiu que o governo fechasse o acesso fluvial à região, impedindo na prática o cumprimento do contrato com o Bolivian Syndicate em agosto de 1901.

O barão é o primeiro a reconhecer que há litígio. Em consonância com a opinião pública, muda a posição brasileira de aceitar a soberania boliviana sobre o território e se coloca com disposição para a difícil tarefa de incorporar a região ao Brasil, “exclusivamente por serem brasileiros seus habitantes”. Três medidas prévias isolaram os bolivianos e foram essenciais para forçá-los à negociação. A indenização ao Bolivian Syndicate que na prática não teria acesso à região com o amazonas fechado eliminou o

inconveniente de ter a oposição norte-americana. O valor de 110 mil libras esterlinas acabou sendo lucro líquido para investidores que não tinham gasto nada até então. O barão temia que se alterasse a Doutrina Monroe “espantalho contra a dominação imperialista” convidando os europeus à hegemonia compartilhada sobre a América do Sul. Por isso convinha isolar os interesses, lutando contra um de cada vez. Do mesmo modo se adiou a controvérsia com o Peru que também tinha interesses na região do Acre e queriam de todo modo participar da negociação, mas foram firmemente afastados pelo Barão que adiou o problema peruano – também espinhoso – para o futuro.

A terceira e última providência foi decidir ocupar militarmente a região, o que se deu em resposta à mobilização de tropas ordenada pelo presidente Pando. Ocupada e isolada a região, agora em litígio, neutralizados os peruanos e os interesses imperialistas, a Bolívia estava isolada e foi forçada a negociar. O tom inicial de firmeza do Brasil passou a ser cordial e convidativo à negociação. Eram três os plenipotenciários brasileiros: Rio Branco, chanceler, Rui Barbosa, senador, e Assis Brasil, ministro em Washington que acompanhara desde o início a negociação. Os bolivianos eram refratários à venda pura e simples do Acre. “Terra, tal como a honra, não tem preço”. O que motivou o barão a propor uma permuta de territórios que fez com que Rui Barbosa se afastasse das negociações e publicasse suas *razões do plenipotenciário vencido.* Discordava da cessão dos pouco mais de 3 mil km2 de territórios que o Brasil fez aos bolivianos no Amazonas e no Mato Grosso. Acreditava que teríamos mais sorte na arbitragem, justamente influenciados pelos dois sucessos anteriores do Barão do Rio Branco, que mais que ninguém sabia como seria difícil ter resultado favorável depois de

quase quatro décadas reconhecendo o Brasil ser o território boliviano.

Declarava o Barão:

> Não se pode dizer que compramos o Acre, que adquirimos o título espanhol que a Bolívia tinha sobre essa região. O que fizemos foi resgatar, mediante indenização, o título português ou brasileiro, que havíamos cedido à Bolívia pelo Tratado de Ayacucho.

Mas era, sem dúvida, uma compra mal disfarçada reconhecida pelo barão em várias correspondências privadas com o presidente. Pela permuta desigual de territórios[258] indenizamos os bolivianos em 2 milhões de libras esterlinas o que em valores atualizados seria 250 milhões de dólares. Comprometia-se ainda o Brasil a pagar a construção de uma ferrovia que ligasse Santo Antônio (no Rio Madeira) à Vila Bela (na confluência do Rio Mamoré), com liberdade de passagem e de alfândega para os produtos bolivianos pela ferrovia e pelos rios até o atlântico. Facilitava e ampliava ainda o acesso boliviano ao Rio Paraguai.

Apesar do inequívoco sucesso do Tratado de Petrópolis assinado em 1903, ele foi alvo de muitas críticas dos contemporâneos e não apenas de Rui Barbosa. Oliveira Lima e opositores políticos do presidente Rodrigues Alves também se opuseram ao tratado, mas ele foi ratificado com ampla maioria nas duas casas.

O caso do Acre estabeleceu precedentes úteis para as demais negociações de fronteiras, todas bem-sucedidas. A busca pela neutralidade norte-americana. A alternância entre o discurso de força e a disposição para negociar, e, claro, a insistência na negociação bilateral, ainda que ressalvados os direitos de terceiros – que invariavelmente

protestavam pela exclusão, sobretudo na Amazônia. Ficava o multilateralismo descartado completamente e a arbitragem reservada apenas para o último caso, esgotadas todas as possibilidades de negociação. No entendimento do barão, que era inquestionavelmente o brasileiro que mais entendia de arbitragem então[259], do caráter algo lotérico da solução por arbitramento, no qual se entregava a outrem a responsabilidade pela decisão. Sabia ainda que os juízes tendem sempre ao meio-termo, o que ficou patente no desfecho não plenamente favorável da questão do Pirara em 1904, no qual o rei da Itália, Vittorio Emmanuel recusara as razões dos dois lados decidia quase salomonicamente a divisão do território, em termos nos quais o Brasil ficava pior do que se tivesse aceitado as ofertas britânicas na negociação bilateral. Ao final, ficaram os ingleses com quase 60% do território. O Pirara ensinou a Rio Branco as vantagens de negociar bilateralmente, sobretudo quando os casos de ajuste lindeiros ainda em abertos evidenciavam explícita assimetria de poder favorável ao Brasil. Confirmou um ano depois do Tratado de Petrópolis o acerto de sua posição frente à de Rui Barbosa que pugnava pelo arbitramento.

Criou também o precedente da permuta, útil para a resolução da controvérsia com os peruanos que ocuparam militarmente o alto Juruá e o alto Purus, região ocupada por brasileiros, e que os peruanos alegavam ter a Bolívia cedido ilegalmente ao Brasil em 1867. A tensão escalou até 1904, já que o barão se recusava a negociar enquanto o território estivesse ocupado militarmente. Ordenou o envio de dois destacamentos militares que forçaram Lima a assinar um *modus vivendi* que durou até 1906. No tratado que afinal decidiu a questão, o Brasil trocou a confirmação de posse

dos 155 mil km2 pleiteados pelos peruanos por um território muito menor entre os Rios Purus, Curanja e Santa Rosa.

Em todos os casos em que o Barão negociou nossas fronteiras, ou seja, todos os países exceto a Venezuela e o Paraguai, ele também redigiu exposições de motivos que justificavam sua negociação, necessárias para a aprovação no parlamento de sua obra. Tornou-se, portanto, tal qual Churchill, o primeiro historiador de seu próprio feito. Suas interpretações subsistiram na historiografia e marcaram a visão dos historiadores posteriores que não a alteraram na substância. Foi ator e Autor.

Sobre o papel de Rio Branco como historiador de fronteiras, que ao mesmo tempo legitima sua obra e a explica aos conterrâneos e à posteridade, vale a pena a leitura do excelente artigo do embaixador Synésio Sampaio Goes Filho, *Rio Branco, Inventor da História*, no qual é feito o cotejo das interpretações rio-branquinas da nossa história de fronteiras em contraste com a dos historiadores bolivianos que tem visões diferentes, e desfavoráveis ao Brasil, sobre os mesmos fatos. Seus argumentos merecem ser lidos até para que se supere o melindre que ele identifica entre os diplomatas em discutir os temas de fronteiras, como se tivéssemos algo a esconder ou feito algo de errado.

O plano da diplomacia do prestígio tinha um objetivo claro: melhorar a imagem do Brasil, que era prestigiosa no Período do 2a Reinado e caíra no mesmo rol dos caudilhismos e instabilidades latino-americanos nos anos iniciais da República. Era necessário apresentar novamente o Brasil como um país sério, estável, digno de se fazer ouvir e respeitoso do Direito Internacional. É incontornável que esta obra, subjetiva, foi também responsabilidade do Barão

do Rio Branco, que desde o Imperador, foi quem mais fez pelo prestígio internacional do Brasil.

Isso se deu mediante a multiplicação de representações brasileiras no exterior, abertas ou reabertas, em países como o Império Otomano, a Grécia e o Japão, mas também pelo estímulo que se abrissem no Brasil legações estrangeiras. Destaca-se neste esforço a prioridade dada ao hemisfério ocidental, no qual foram nomeados ministros para todas as legações em aberto, ou cumulativas herdadas do período de contenção de gastos da época de Campos Salles. Nossos vizinhos passariam a ter, todos eles, um representante brasileiro residente.

As transformações urbanísticas no centro da Capital Federal, que tomaram o governo Rodrigues Alves sob a intervenção do prefeito Pereira Passos, também podem ser entendidas como parte da Diplomacia do Prestígio. Tiveram a função internacional explícita, e assumida de "civilizar" o Rio de Janeiro, importando o modelo francês do barão Haussmann que Pereira Passos conhecera em Paris. A civilidade, urbanidade, os traços da arquitetura, o bulevar da Avenida Central, o Teatro Municipal, a remoção dos cortiços, tudo concorria para transformar a Capital Federal em vitrine para o mundo. A função externa do "bota-abaixo" não pode ser diminuída. Os visitantes estrangeiros do Rio de Janeiro reformado, na Conferência de 1906, ou na comemoração dos 100 anos da chegada da família real em 1808 teriam outra percepção da Capital da República que não mais seria simplesmente o "cemitério de estrangeiros" apelido que ela carregava desde o império por conta das doenças e epidemias corriqueiras. Estava se transformando – pelo menos sua região central, reformada – em uma cidade europeia nos trópicos.

Para encimar o prestígio internacional do Rio de Janeiro, o Itamaraty fez gestões em Roma para que o papa Pio X nomeasse cardeal o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde. A preferência de Roma era que o cardinalato fosse concedido a Sé de Salvador na Bahia, por conta de sua precedência temporal, mas a insistência do barão acabou prevalecendo, e Arcoverde tornou-se o primeiro cardeal da América do Sul em 1905, coroando o prestígio da Capital Federal e do Brasil.

A participação ativa do Brasil em Conferências multilaterais – várias – ao longo do período Rio Branco foi marcada igualmente por um ineditismo. O Brasil passou a sediar conferências internacionais das quais a mais relevante foi a III Conferência Interamericana do Rio de Janeiro em 1906, com a Avenida Central e seu Palácio Monroe recém-inaugurados. O nome escolhido por Nabuco para batizar o palácio que ganhou a medalha de ouro no Grande Prêmio Mundial de Arquitetura na Exposição Universal de Saint Louis (1904), e desmontado, voltou ao Rio para fechar a avenida em construção não deixa dúvidas quanto a simpatia americanista do gesto. Nesta Conferência, presidida por Nabuco, há apenas um ano como embaixador em Washington, fica óbvio seu talento de articulação. Conseguiu trazer o secretário de Estado norte-americano Elihu Root ao Brasil, naquela que foi a primeira visita de um Secretário de Estado a um país estrangeiro. Já havia Root dado apoio decisivo ao Brasil para que fosse o Rio escolhido como sede da III Conferência em disputa com Buenos Aires. O prestígio se unia ao americanismo.

A relação com os Estados Unidos é certamente o elemento mais pragmático deste prestígio. Se aproximar do grande irmão do norte e ter a reciprocidade nas relações

bilaterais, bem como seu apoio nas relações multilaterais favoreceu consideravelmente o prestígio brasileiro com resultados bastante concretos trazidos pela melhoria internacional da nossa imagem. Entretanto, a visão de Rio Branco quanto à aliança com os Estados Unidos nunca perdeu de vista o elemento pragmático, e nos momentos em que sentia poder divergir, assim o fazia. A Conferência Interamericana oferece dois bons exemplos da “autonomia” que o Barão reservava à ação externa do Brasil mesmo em questões puramente simbólicas. Como chanceler do país anfitrião coube ao Barão abrir a III Conferência, quando então, na presença de Elihu Root, proferiu discurso sobre a importância da herança europeia e defendeu o estreitamento de relações dos países americanos com a Europa. Quando mais tarde Nabuco lhe sugeriu retribuir a visita de Root e ir aos Estados Unidos, declinou educadamente, pois considerava não ter sido uma visita em honra ao Brasil especificamente, mas apenas por ser o Brasil o país sede da Conferência.

A maior controvérsia com os Estados Unidos ao longo do período Rio Branco é, certamente, a participação do Brasil na II Conferência de Haia. Articulando-se com os demais países latino-americanos, Rui Barbosa e Rio Branco sustentam a tese da igualdade jurídica entre as nações e franca oposição à tese norte-americana de hierarquização internacional dos países na composição do Tribunal. Tal “desvio” brasileiro da disciplina de Washington foi motivo de várias reclamações de Joaquim Nabuco, que não via motivos para que o Brasil se “agastasse” com Washington.

O barão entendia de modo distinto. Enquanto o prestígio brasileiro pudesse ser potencializado pela aliança com os Estados Unidos, o Brasil não poderia perder essa

oportunidade, quando, no entanto, fora do âmbito hemisférico a política americana em aliança com os interesses europeus diminuía ao invés de aumentar nosso prestígio, o barão não hesitou em dispensar a convergência com Washington. Não era automático o alinhamento. O barão se valia do americanismo quando, e apenas quando convinha ao Brasil. Dizia ele nas instruções a Rui Barbosa.

> É possível que, renunciando à igualdade de tratamento (...) alguns se resignem a assinar convenções, em que sejam declarados e se confessem nações de terceira, quarta, ou quinta ordem. O Brasil não pode ser desse número. (...) Agora que não mais podemos ocultar nossa divergência, cumpre-nos tomar aí francamente a defesa do nosso direito e do das demais nações americanas. (Rio Branco, in.: Ricupero, 2000, p. 55).

O principal motivo pelo qual o americanismo era essencial nos cálculos geopolíticos do barão era realmente a defesa contra o imperialismo europeu que ele viu crescer e acompanhou de perto nas longas estadias inglesas e francesas, e na não tão longa, mas instrutiva estadia em Berlim entre 1900 e 1902, onde assistiu em posição privilegiada o momento de afirmação da *weltpolitik* guilhermina. Seus críticos e detratores contemporâneos, defensores da manutenção de uma linha europeísta não percebiam que o cerne do pragmatismo americanista era usá-lo, e à Doutrina Monroe, como escudo contra as intervenções armadas que as potências da Europa vinham rotinizando no trato contra países do hemisfério sul. Não percebiam, ademais, a emergência dos Estados Unidos como polo de poder alternativo, que, mesmo sendo igualmente imperialista, exercia seu imperialismo longe do Brasil, motivo pelo qual o Brasil não se sentia constrangido em apoiar o *Big Stick.* Tratava-se de pragmatismo. Afinal o Brasil tinha fronteira com três países europeus, e temia ainda que pudesse haver entendimento entre os demais e

os Estados Unidos contra o Brasil, como quase ocorrera na questão do Acre. Precisava Rio Branco de apoio norte-americano contra os europeus e neutralidade norte-americana nas negociações com os vizinhos.

Simbólico da importância do americanismo foi o caso Panther, encouraçado com história pregressa e futura de envolvimento em controvérsias internacionais. Seu comandante autorizado pelo governo brasileiro de fazer manobras e abastecer em nossa costa, teria autorizado o desembarque de soldados em território brasileiro para dar caça a um desertor em Itajaí, Santa Catarina em Setembro de 1905. A comoção da opinião pública contra o desrespeito a nossa soberania reviveu os temores da época da ocupação de Trindade. Foi apenas mediante a demonstração de firmeza brasileira frente ao representante alemão – “Que seja a guerra então” – e a mobilização da opinião pública e das autoridades norte-americana por Nabuco que levou o Império alemão a acatar os protestos brasileiros e pedir desculpas aplacando a opinião pública.

Isso não arranhou as relações bilaterais de uma Alemanha que já era o nosso segundo maior comprador de café atrás apenas dos Estados Unidos e fornecedora importante de manufaturas, atrás dos ingleses. A partir de 1906 seriam enviados aspirantes da Escola Militar para estudar na Alemanha dentro do projeto de modernização do exército.

As relações com a Argentina, cordiais nos governos Mitre (década de 1860) e Roca (virada do século), figuras políticas que seguiam influentes na Argentina quando o barão assumiu a chancelaria, não fazia prever que momentos de instabilidade e enfrentamento na relação bilateral estavam prestes a emergir. Tanto mais que esse não era o

entendimento muito menos a intenção do chanceler brasileiro para quem a paz e a estabilidade regional eram pré-condições para evitar desculpas das potências europeias para intervir. A herança da formação monárquica do barão fazia com que tivesse ojeriza ao caudilhismo dos golpes de Estado frequentes aos nossos vizinhos, e tinha sido um dos motivos pelos quais – monarquista – decidira-se pelo apoio e serviço à república. Entendia, ao contrário de Nabuco que passou de anos no ostracismo por conta de seu monarquismo proselitista – que não se tratava mais da disputa entre República ou Monarquia, mas da disputa entre a República e a anarquia, que ele buscou evitar a qualquer custo.

Propôs mais de uma vez a institucionalização do entendimento entre os grandes da América do Sul – Brasil, Argentina e Chile – em parte para neutralizar os *Pactos de Mayo*, entre chilenos e argentinos em 1902, que buscou congelar a corrida armamentista entre os dois países e estabelecer áreas de influência mútuas. Chegou a fazer sacrifícios para alcançar sua intenção de aproximação. Alterou em 1904 a política externa de intervenção política no Paraguai que remontava aos tempos do pós-guerra e recusou-se a ajudar o governo constitucional colorado no Paraguai destituído por uma *revolução liberal* apoiada por argentinos. Francisco Doratioto chama de *gambito do rei* a permuta rio-branquina no tabuleiro platino. Trocava-se a influência de décadas no Paraguai pela estabilidade regional e aproximação com Buenos Aires.

Infelizmente não deu certo. A chegada ao poder do vice-presidente Figueroa Alcorta com a morte de Manoel Quintana em 1906 contribuiu para desestabilizar as relações bilaterais já que foi nomeado para ministro das Relações

Exteriores e Culto da Argentina Estanilao Zeballos, rival antigo de Rio Branco desde a época em que esse exercia o jornalismo na capital do Império. Tinha sido o advogado argentino derrotado em 1895 na arbitragem de Groover Cleveland na questão Missões e percebia em 1906 a intensificação da aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil. O que Burns chama de aliança não escrita, como vimos com certo exagero, ficou evidente para Zeballos na III Conferência Interamericana sediada, não por acaso com apoio norte-americano, no Rio de Janeiro e com a presença de Root. Zeballos estava convencido de que o Brasil se aproximava dos Estados Unidos para exercer o subimperialismo e viu no projeto brasileiro de modernização da Marinha um indício de que Rio Branco preparava o Brasil para guerra.

A proposta de melhoria das condições dos navios brasileiros em estado quase de sucata vinha desde 1904 e ganhara urgência no governo Afonso Pena após a eclosão do caso Panther. Para Rio Branco que trocava correspondências constantes o Almirante Alexandrino de Alencar que ele próprio tinha indicado para ocupar o ministério em 1906, acreditava que a questão era urgentíssima por conta das controvérsias de fronteira com o Peru e aproveitou o momento favorável, resultado positivo da canhoneira alemã. A nova proposta de 1906, aprovada no Congresso, previa a compra três cruzadores, seis torpedeiros e contratorpedeiros, três submarinos além de três *dreadnaughts*, o ápice do poderio naval em termos de tecnologia, resistência e poder de fogo até então existente.

Apesar de não ter o governo intenção de conflito com a Argentina, e estar mais preocupado com uma armada defensiva necessária a um país com o litoral do tamanho do

brasileiro. Zeballos ficou assustado e interpretou como expansionismo. Denunciou os Pactos de Equivalência Naval de 1902 com o Chile que impunham limites ao rearmamento argentino e iniciou uma corrida armamentista com o Brasil, curiosamente indo buscar nos Estados Unidos propostas de construção de navios, enquanto o Brasil aguardava os seus ficarem prontos em estaleiros britânicos. Era uma interessante inversão de parcerias tradicionais.

Em 1908, o ministro argentino elevou o tom e decidiu ousar uma cartada arriscada. Em reunião com todo o gabinete sugeriu que se aproveitasse a fraqueza militar temporária do Brasil para impor ao Rio de Janeiro um ultimado para a desistência do projeto de rearmamento naval, sob pena de bloqueio, torpedeamento e ocupação da capital do Brasil. O “tresloucado governo Alcorta”, como se referia privadamente o chanceler brasileiro, não chegou a implementar o tresloucado projeto, pois este vazou na imprensa e provocou reações adversas ferozes na opinião pública e no congresso que viva às turras com o executivo, dada a preeminência de partidários de Roca e Mitre (este já morto), políticos amigos do Brasil.

Zeballos se demitiu depois do desgaste provocado pelo episódio, mas continuou estimulando o conflito nas páginas da imprensa acusando o Brasil de expansionismo. Sua influência política não desapareceu e havia muitos interesses no governo argentino a favor de uma corrida naval com o Brasil que estimulasse a compra de navios dos quais sempre sobravam valiosas comissões, segundo Domício da Gama, fiel colaborador do barão em várias ocasiões, e, à época ministro em Buenos Aires. Zeballos faz publicar em outubro de 1908 na imprensa portenha um telegrama cifrado para a delegação brasileira em Santiago

de junho de 1908, cuja decodificação adulterada daria a entender que o Brasil tinha intenções manifestamente hostis para com a Argentina. A decodificação correta era justamente uma proposta de entendimento entre Brasil, Argentina e Chile, que segundo o Barão só era obstaculizada justamente por Zeballos. Num gesto surpreendente, Rio Branco libera o telegrama original e a chave para decodificá-lo, expondo toda a correspondência diplomática brasileira. Tal ato jamais poderia ter sido imaginado pelo ex-ministro argentino tratado por Rio Branco como "embusteiro". "Sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre Brasil, o Chile e a Argentina, e lembrei por vezes sua conveniência" dizia a versão correta que desmoralizava Zeballos. As relações de entendimento cordiais de Rio Branco com o Chile não avançaram. A semente do futuro Pacto ABC, só frutificaria na chancelaria de Lauro Müller a partir de 1914, mas o este acabaria por não ser ratificado pelo congresso argentino.

No ano de 1909, sem que houvesse solicitação prévia para além do direito de tráfego de navios, Rio Branco ofereceu a soberania compartilhada da lagoa Mirim e do Rio Jaguarão aos uruguaios. O movimento visto como generosidade brasileira foi justificado pelo chanceler quase de forma estética. "Este testemunho de amor ao Direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro"[260]. Apesar da explicação moral que causou impressão ao Embaixador Ricupero, um de seus biógrafos, o ato de amor ao Direito também se explica por razões mais rasteiras, afinal vínhamos de uma crise com a Argentina e havíamos abdicado em 1904 da influência no Paraguai. No ano seguinte em 1910, Buenos Aires sediaria a IV Conferência Interamericana, ficava bem ao Brasil um amigo grato no

cone sul, entre os países pequenos. Vacinava-nos das acusações tão frequentes de subimperialismo.

Tanto no caso da diplomacia do prestígio, quanto no caso da questão das fronteiras é importante lembrar que a obra do barão não é apenas fruto da genialidade e do talento, mas das circunstâncias herdadas de estabilidade do governo Campos Salles. Tratava-se tanto da estabilidade financeira, alcançada pelo *Funding Loan*, quanto da estabilidade política interna conseguida por meio da política dos Estados.

A renegociação da dívida brasileira e a relativa tranquilidade econômica do governo Rodrigues Alves permitiu a Rio Branco ampliar as representações brasileiras no estrangeiro e estimular o estabelecimento de legações estrangeiras para o Rio de Janeiro, se valer de recursos financeiros mais disponíveis para indenizar nossos vizinhos em muitas das negociações lindeiras, e apresentar posição firme no caso da controvérsia sobre a Doutrina Drago. Tal repertório não estaria disponível ao chanceler, não fosse a conjuntura de estabilização herdada. Afinal, os homens fazem a história, mas não nas circunstâncias que escolhem, mas nas que são dadas pelo passado. O passado recente do Brasil não era promissor, mas havia melhorado sensivelmente na gestão de Campos Salles, apesar disso, a virtuose do Barão permitiu-lhe aproveitar-se das circunstâncias para melhorar ainda mais a projeção internacional do Brasil, encerrar as controvérsias de fronteiras que tantas guerras causaram e causam pelo mundo afora e buscar a prosperidade, a estabilidade e o entendimento no plano regional latino-americano. Seu legado é extraordinário, e por isso, não custou muito para se transformar em mito, ícone e tradição.

Infelizmente seus sucessores tomaram por conteúdo o que era meio, e muitas vezes ficaram paralisados por sua sombra, pensando como agiria o barão ao invés de agir pragmaticamente com as circunstâncias dadas no momento em que viviam.

Ricupero, Synésio e tantos outros resgatam uma dimensão importante do chanceler ainda hoje muito relevante quando o Brasil é muito mais poderoso do que era no tempo do Barão. Mesmo sabendo que o poder é uma dimensão inescapável da vida internacional Rio Branco nunca perdia de vista que o exercício do poder devia ser sempre mediado pelo Direito, e pela negociação. Nenhum país tem o poder completo e a nenhum escapa algum poder. Saber usar corretamente seu quinhão de poder, aliando-o ao Direito e à justiça nos vacina contra os perigos da dominação imperialista tanto como vítimas quanto como algozes. Pragmático se valeu da assimetria de poder favorável ao Brasil, mas sempre legitimando no Direito internacional suas razões na negociação das fronteiras. Ao se aproximar dos Estados Unidos fazia isso, não raro, para facilitar o entendimento com nossos vizinhos, o que às vezes tinha o efeito contrário de provocar desconfianças. Não foi o Barão um realista grosseiro, adepto do poder militar e do uso da força, e não é à toa que passou a história como o único estadista do mundo, que em país de dimensões continentais, resolveu diplomaticamente todos os conflitos lindeiros. Sua obra, que não foi pequena, permanece atual, inclusive com os acreanos que chegam ao Ministério das Relações Exteriores como foi o caso da diplomata Milena Oliveira de Medeiros, formada em Música, que morreu de malária em 2011, a serviço do Brasil.

5.6 A política externa da Primeira República – Parte III (1912-1930)

Lauro Müller e Domício da Gama. A questão do Café. Niágara Falls e o Pacto ABC. O Brasil e a Primeira Guerra Mundial. O Brasil e a Liga das Nações. O Brasil e o contexto regional latino-americano. As missões militares. Entre a América e a Europa, a política externa dos anos de 1920.

Com o desaparecimento de Rio Branco ficava a política externa republicana órfã, e assim reconhecia o catarinense Lauro Müller que em seu discurso de posse afirmava: “Sucedo mas não substituo”. A aura mítica construída em vida seria institucionalizada pelos sucessivos governos em homenagens a logradouros públicos, à capital do Acre, e no Estado Novo na criação de uma escola de diplomatas que leva seu nome. O Itamaraty se tornava para todo o sempre “a casa de Rio Branco”.

Durante a gestão de Lauro Muller é relevante destacar três eixos: as relações com os Estados Unidos, marcadas pela controvérsia do *trust* do café; as relações no Cone Sul que levaram a consecução do sonho de Rio Branco, o ABC (1915) e a controvérsia sobre a entrada ou não do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

No campo das relações com os Estados Unidos, ganha relevo a figura de Domício da Gama, colaborador do Barão desde a época das arbitragens que havia substituído Joaquim Nabuco como embaixador. Respeitado como se fosse um legado vivo do chanceler morto, Domício discorda do tom conciliatório que o novo ministro adota para com o governo americano. Quando Lauro Müller sugere ao embaixador uma consulta ao Departamento de Estado sobre a posição a tomar na guerra civil do Paraguai, a resposta foi um telegrama que ficou famoso, defendendo

uma postura altiva, na qual o Brasil não tem que consultar os Estados Unidos sobre assuntos relativos aos nossos vizinhos. Apesar de ter prevalecido a posição de Domício, os historiadores até bem recentemente usavam o exemplo do telegrama para desqualificar a diplomacia pós-barão como subserviente aos Estados Unidos[261].

A postura estava longe de ser subserviente. Quando um promotor distrital decidiu que a comissão do Café de Nova York deveria vender todo o estoque para encerrar suas manobras de elevação do preço, Domício fez duro discurso em defesa da soberania nacional e do direito que tem o vendedor de escolher seu preço, acusando ironicamente os Estados Unidos de querer impor doutrina de definição do preço pelo consumidor a um país soberano. A contundência do discurso público em face de autoridades norte-americanas poderia ter levado à tensões bilaterais, afinal tratava-se do mais importante produto de nossa pauta de exportações (chegaria à 72,5% do total ao final dos anos de 1920) e que gozava de isenção para entrar no mercado norte-americano. Mas não era interessante para o Brasil comprar briga com os americanos. Domício é criticado pelo chanceler em correspondência privada e a questão acabou sendo abafada sem prejudicar as relações entre os dois países. Do lado americano não interessava ao governo do presidente Wilson já implicado com as consequências da Revolução Mexicana dramatizar também a agenda com o Brasil e a situação se resolve mediante negociação. O promotor foi afastado, mas o Brasil recua na manipulação do preço.

As boas relações foram mantidas ao ponto de o Brasil assumir a representação mexicana em Washington quando da ruptura de relações diplomáticas, após a invasão

americana do Porto de Vera Cruz em Abril de 1914[262]. Tanto o México quanto os Estados Unidos aceitaram a sugestão de mediação feita por Brasil, Argentina e Chile e foi então convocada uma conferência em Niágara Falls no Canadá para resolver a questão. Foi a primeira ação internacional do ABC e evitou a Guerra entre os dois países apesar da continuação da guerra civil entre as forças de Huerta e de Carranza, que havia se retirado da mediação. O governo Wilson acaba por declarar Huerta um usurpador e passa a apoiar as forças constitucionalistas lideradas pelo general Carranza reconhecido como presidente do México em 1915, no que foi seguido pelo Brasil e todos os países latino-americanos.

Foi de fato a questão mexicana que permitiu o fortalecimento da ideia de institucionalização do ABC, afinal assinado em 1915[263]. Criticado no Brasil e na Argentina por repetir fórmulas já adotadas em acordos prévios de solução de controvérsias, o tratado não foi ratificado pelo legislativo argentino, a partir de 1916 sob a influência de Hipólito Yrigojen, opositor que se alçara a presidência em oposição à elite agrária que via representada no em seu antecessor, o presidente Victorino de La Plaza, que assinara o ABC.

De todo modo, trata-se de uma evidência de melhores relações no cone sul do que aquelas existentes durante a corrida naval no período do Barão. Prova disso é a ida de Rui Barbosa a frente de uma embaixada especial com três cruzadores para homenagear a Argentina nas comemorações do centenário do Congresso de Tucumán em 1916.

As controvérsias relativas ao envolvimento brasileiro na guerra europeia seriam o motivo que levaria a queda de Lauro Muller em 1917. Defensor da neutralidade, e invocando a constituição brasileira, o ministro verá sua posição crescentemente fragilizada graças ao peso que a Guerra vai ganhando junto à imprensa e à opinião pública. Se for correta a tese de que a política externa é pouco relevante e discutida pelo conjunto da sociedade brasileira, a política externa nos anos de Guerra certamente é uma exceção e o debate se torna acirrado entre os aliadófilos e germanófilos. O chanceler, descendente de alemães era acusado de favorecer o segundo grupo e passa a ser objeto de críticas de Rui Barbosa, principal defensor da causa aliada.

A opinião pública se torna ainda mais favorável aos aliados após o torpedeamento de dois navios (Paraná e Tijuca) no litoral francês por submarinos alemães, levando a ruptura de relações diplomáticas (11 de Abril) e finalmente ao afastamento do ministro (7 de Maio). Em seu lugar o ex-presidente Nilo Peçanha adota postura favorável aos aliados. O torpedeamento do navio *Macau* serve de estopim para a revogação do decreto de neutralidade e o envolvimento do Brasil no conflito.

Dentre as causas deste envolvimento, cobradas no CACD de 2008, não podem ser esquecidas as condicionantes sistêmicas. Já era o Brasil fortemente dependente da economia norte-americana, principal consumidora do café, e, com a situação de guerra na Europa, em vias de se tornar nosso principal parceiro comercial. A declaração de guerra por parte do governo Wilson em Abril de 1917 favorece o entendimento hemisférico de oposição ferrenha a declaração de Guerra de Submarinos irrestrita pelo Império

Alemão em dezembro de 1914. Reafirmava-se o direito dos países neutros, na boa companhia de Washington.

Some-se ainda o interesse manifesto em se valer das quatro dezenas de navios alemães ancorados em portos brasileiros desde o início da guerra. Tinha o Brasil uma restrição notória à ação de sua marinha mercante por conta da guerra de submarinos e o aumento do preço do fretamento que dificultava a exportação de café. Com a ruptura de relações os navios foram considerados “posse fiscal” e muitos deles arrendados aos franceses que inclusive indenizaram os brasileiros pelo afundamento de um deles.

Por último podemos considerar que sendo o Brasil o único país a participar militarmente do conflito[264] tínhamos a expectativa de incorporação com certo grau de importância nas conversações de paz que se seguiriam ao conflito. Isso se confirma com a excessiva importância que o governo brasileiro deu a si mesmo tanto na Conferência de Paz de Paris, quanto na atuação na Liga das Nações nos sete anos que se seguiram ao término do conflito.

Na Conferência de Paz de Paris, o Brasil buscou o apoio norte-americano para maximizar seu prestígio em questões como o número de delegados que teria direito – as grandes potências tinham cinco, o Brasil conseguiu três[265], mesmo número que os espanhóis, por exemplo –, o pagamento ao café brasileiro devido pelos alemães antes da guerra e a partilha dos navios apresados. De um modo geral a aliança com os americanos foi suficiente para que o Brasil conseguisse que seus pontos de vista prevalecessem – não muito distintos das pretensões americanas nos mesmos temas – apesar de certa má vontade das potências

europeias. Favoreceu o prestígio brasileiro na Conferência a eleição para presidente do chefe da delegação brasileira, Epitácio Pessoa, presente em Paris em 1919.

Na criação da Liga das Nações, mesmo não tendo o Brasil conseguido a vaga permanente que pleiteava, acabou eleito e reconduzido seguidamente para o Conselho da Liga nos seis primeiros anos de seu funcionamento. A não ratificação da Liga pelo Senado norte-americano motiva o argumento brasileiro sobre a necessidade de um representante das Américas, ainda que não tivesse o apoio de muitos dos vizinhos.

Francisco Doratioto considera o governo Epitácio Pessoa o último marco da Época de Ouro da política externa brasileira que se iniciara com o barão. Presença relevante na Liga, postura cordial e cautelosa com os argentinos, reaproximação com o governo paraguaio e tentativa de retomada da influência brasileira no país e as comemorações do centenário da independência com uma exposição que contou com a presença de pavilhões das principais potências. Novamente viria o secretário de Estado americano Charles Hughes além do presidente de Portugal Antonio José de Almeida.

O governo de Arthur Bernardes foi caracterizado por Eugenio Garcia como uma fase de hiperatividade diplomática que não trouxe ganhos concretos ao Brasil, pelo contrário, isolou-nos crescentemente no plano regional latino-americano e superestimou a posição brasileira na insistência ao pleito de assento permanente no Conselho da Liga, sob o argumento não consensual de representante das Américas, o substituto natural dos Estados Unidos. Alguns autores consideram que a aventura externa de Arthur Bernardes, principalmente no caso da Liga tinha por

objetivo melhorar sua popularidade interna prejudicada pelas greves e levantes do tenentismo. Se era esse seu objetivo, não deu certo.

Membro provisório do Conselho desde a fundação da Liga, mas sempre correndo o risco de perder essa posição por conta do rodízio que deveria existir, Bernardes eleva nossa representação em Genebra à categoria de embaixada e aposta suas fichas na negociação a propósito da entrada alemã na Liga, país derrotado que vinha sendo gradualmente reincorporado ao sistema europeu. O marco dessa incorporação tinha sido os Acordos de Locarno (1924) onde a Alemanha renunciava à guerra como forma de resolver controvérsias. O Brasil não se opunha à entrada alemã como membro permanente do Conselho, desde que, nesta reforma, também fôssemos promovidos. Nisso se articulava com a posição espanhola, idêntica. Sucessivas gestões das potências feitas com Afrânio, Félix Pacheco e com o Presidente Arthur Bernardes fracassaram ante a resolução do chefe do executivo. Valendo-se da Carta da Liga que exigia solução por consenso o Brasil na prática veta (17 de Março) a entrada alemã na Liga em 1926 e, com isso, se isola da política multilateral. Antes que a articulação para a derrubada do veto brasileiro por meio da exclusão do Brasil do Conselho se verifique, o Brasil se retira da Liga, justificando que esta não representa a América (12 de Junho). Devido ao prazo de carência exigido pela Carta da Liga, essa saída só se efetivaria no governo Washington Luís.

O isolamento não era apenas europeu. Na última hora os espanhóis recuaram e aceitaram a incorporação alemã. Os demais países latino-americanos presentes na Liga solicitaram que o Brasil voltasse atrás no veto, e dele

discordaram coletivamente. Na Europa as potências não acreditavam que o Brasil pudesse sozinho desmontar todo o projeto de pacificação das Relações Internacionais após a Guerra. No Brasil, em nome da "honra nacional", e da própria publicidade que havia dado ao imbróglio, Bernardes não poderia voltar atrás. Apesar da discordância do Embaixador Afrânio de Melo Franco, a postura tomada se radicalizou até o ponto da ruptura em face da percepção irrealista da realidade de poder brasileira.

A posição brasileira já havia ficado isolada na V Conferência Pan-Americana de Santiago do Chile em 1923. Por conta da Guerra mundial há 13 anos não se realizavam conferências hemisféricas, e, há exemplo do que se configurava em 1909, o Brasil volta a ser alvo de acusações de "corrida naval" e "prussianismo" por parte de seus vizinhos. Notoriamente atrasado em termos de poder naval frente aos argentinos e chilenos, o Brasil viu o delegado argentino multilateralizar a proposta de rearmamento naval em curso no Brasil. Queria congelar o *status quo* mediante um acordo no qual o Brasil aceitasse um teto em tonelagens de navios capitais para sua modernização. O Brasil propôs acordos que levassem em conta a desproporção de tamanho do litoral, mas a recém-contratada missão naval norte-americana fragilizava o discurso brasileiro. O que salvou a Conferência foi a proposta do delegado paraguaio Manuel Gondra de arbitramento ao qual o Brasil aderiu entusiasticamente para demonstrar seu pacifismo e moderação. O representante brasileiro em Santiago era o mesmo Afrânio de Melo Franco que depois disso seria alçado a condição de embaixador em Genebra na Liga das Nações.

O isolamento na Conferência de Santiago se transformaria em distanciamento ao longo do governo

Washington Luiz, cuja prioridade não era a América Latina. No famoso triângulo proposto por Rubens Ricupero, ao se aproximar dos Estados Unidos no eixo assimétrico, o Brasil prejudicava suas relações no plano regional (eixo simétrico). O governo Washington Luiz era notoriamente americanista, e seu chanceler, Octávio Mangabeira, foi sucessivas vezes criticado pelos tenentes e pelos promotores da revolução de 1930 como sendo subserviente. Promoveu a reforma das instalações do Ministério, a melhoria do quadro de pessoal. Criou o Serviço econômico-comercial, promoveu por meio de comissões demarcadoras mistas, a delimitação de trechos de fronteira ainda não demarcados e manteve estrita neutralidade nas tensões paraguaio-bolivianas que levariam à Guerra do Chaco. Esse neutralismo também foi o motivo pelo qual o Brasil não aderiu ao famoso pacto *Briand-Kellog* de proscrição às Guerras de 1928, relativizando as acusações de subserviência aos americanos[266].

De fato, segundo Garcia, a posição brasileira não estava clara nos anos de 1920. Inegavelmente satélites, cabia definir se orbitávamos a esfera de poder europeia ou se já havíamos nos transferido completamente para a esfera norte-americana. Parece que a década de 1920 é justamente o momento de transição. A década se iniciara com a enorme relevância da Liga das Nações como principal foro multilateral para a diplomacia brasileira. A retomada dos foros pan-americanos assistiu ao isolamento do Brasil em 1923. Do ponto de vista hemisférico, os Estados Unidos havias desde o início da década assumido definitivamente o papel de principal parceiro comercial brasileiro, mas a Inglaterra seguia firme como principal credora e investidora no país, ainda que os norte-americanos ganhassem terreno.

No plano militar, se veio ao Brasil uma missão militar francesa em 1919, veio, três anos depois uma missão naval norte-americana. Ambas foram definidas por meio de tratados secretos o que maximizava as preocupações dos vizinhos de uma corrida armamentista e aliança militar brasileira com as potências[267]. A década terminava, no entanto, com o Brasil fora da Liga das Nações[268], justificando sua ausência com base no americanismo. O governo americano era o principal parceiro político e comercial brasileiro e a visita do presidente eleito Herbert Hoover em 1928 ao Brasil assim o evidencia. Se havia um discurso de autonomia como na recusa ao pacto Briand-Kellog ou na defesa na VI Conferência Interamericana de Havana de 1928 do princípio de não intervenção em meio as críticas generalizadas da América Latina ao Big Stick, era porque a própria diplomacia americana já vinha relativizando o fracasso do intervencionismo. A posição brasileira era, no máximo, de discordância moderada. A resposta à pergunta geográfica de Eugenio Garcia era clara no final dos anos de 1920 e, a definição pela América influenciaria em longo prazo a decisão brasileira quando teve que enfrentar novamente essa escolha na segunda metade dos anos de 1930. A conjuntura, no entanto, se tornara muito mais dramática. Optar pela Europa se tornara, então, optar pela aliança com o nazismo.

5.7 O panorama cultural da Primeira República

A geração de 1870 e papel dos intelectuais. As origens do pensamento autoritário. O papel da Igreja Católica na Primeira República. Educação nos primórdios do século XX. Jornalismo e Caricaturas. Os caminhos e descaminhos do modernismo após 1922. O advento do Futebol e do Samba.

Na literatura sobre cultura brasileira após o quinze de Novembro destaca-se a centralidade do papel dos intelectuais, os verdadeiros “mosqueteiros” (Sevcenko) da ideia de modernidade. A maior parte dos intelectuais da cidade do Rio de Janeiro no final da década de 1880 era republicana e abolicionista. Entusiastas do golpe que derrubou a monarquia tinham a certeza de que dias melhores viriam, e que com a República todos os males do Brasil seriam resolvidos. A euforia era a norma.

Coincide a proclamação da República com a maturidade intelectual e de atuação política dos indivíduos que compunham a chamada “geração de 1870”. Fossem eles liberais como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, ou positivistas cientificistas como Nina Rodrigues e Miguel Lemos, todos compuseram uma certa ideia de *ilustração* brasileira (Roque Spencer de Barros) em oposição ao conservadorismo católico. Todos tinham uma aposta positiva nas transformações que viriam com a República e perderam. Ano após ano, presidente após presidente. Ficou a desilusão e o desencanto no lugar do que em 1889 era otimismo voluntarista e a crença no seu próprio papel de vanguarda transformadora.

Ficou também a Academia Brasileira de Letras, fundada quando a desilusão já era significativa. Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Graça Aranha, Olavo Bilac e outros criaram a instituição que seria a guarda das letras e da língua portuguesa no Brasil. Seu intuito, segundo a historiadora Ângela Alonso[269] era restringir o papel político da geração de 1870 à sua vertente literária e intelectual, dirigindo propositalmente a memória institucionalizada de seu legado para da República, símbolo de seu fracasso no plano político.

Era impossível ser apenas intelectual na República, como, aliás, já havia sido no Império. As condições de sobrevivência material destes intelectuais eram o mecenato – ainda menos provável numa República sem barões e viscondes – ou o funcionalismo público. O caso mais famoso de mecenato em larga escala na Primeira República foi o do próprio ministério das Relações Exteriores[270]. A outra alternativa de sobrevivência era o jornalismo, como veremos, marco de alternativa de expressão dos intelectuais da *belle époque*, ainda que significativamente concentrados no sudeste, sobretudo na Capital Federal. Aos poucos, vão se criando os primórdios de uma indústria cultural e de um mercado editorial que passaria a permitir ganhos capitalistas para aqueles que a explorassem, e, eventualmente, meios de subsistência para aqueles poucos corajosos o bastante e talentosos o suficiente para poderem viver de suas obras.

Outra marca da desilusão[271] era a amargura das críticas que começam a aparecer nas décadas de 1910 e 1920 e que destacavam os graves problemas brasileiros. A questão da educação, do trabalho, da economia e modernização, da lisura e moralidade política, da organização do Estado, da dependência mental dos modelos estrangeiros, do papel e da modernização das Forças Armadas. Eram questões estruturais, questões de fundo da sociedade brasileira que era vista como uma tábula rasa. Um país que não tinha nada. Não tinha educação, não tinha civilização, não tinha história, e não tinha povo ou não o conhecia.

A crítica ao europeísmo colonizado e ao formalismo excessivo aparece em Euclides da Cunha, mas também em Machado de Assis, que em seu famoso conto “Teoria do Medalhão” ironiza a formação das elites da virada do século

em conselhos que o pai dá ao filho se quiser ser um medalhão. Tratava-se de aperfeiçoar-se na superficialidade. Parecer muito sem ser nada. Nenhuma substância.

Tratava-se de encadernação vazia sem conteúdo, de moldura oca, sem tela. Era necessário criar tudo novo. Essa crítica ácida, presente sobretudo em Alberto Torres, invariavelmente destacava a centralidade do Estado na tarefa de criar, ou recriar, a sociedade. Em *O problema Nacional Brasileiro* (1914), Torres escreve defendendo a necessidade de um Estado forte e interventor, e seus escritos serviriam de base para toda uma geração que lhe seguiria nos anos de 1920, e implementaria nos anos de 1930, parcela significativa de sua agenda, sobretudo a partir de 1937. Boris Fausto entende-o como o pai de um pensamento nacionalista autoritário que depois se ramificaria em três correntes: os intelectuais cooptados pelo Estado, de certo modo aliados à agenda do tenentismo (Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos) que constituíam o caminho do meio, e os integralistas, originários, em sua maioria da vertente verde-amarela do modernismo, e os intelectuais católicos como Carlos de Laet e Jackson de Figueiredo que tiveram um impacto importante na história da Igreja na Primeira República, e evidenciavam, sobretudo nas grandes cidades, a participação política da Igreja feita de modo indireto. Mediada pela enorme influência que exercia em setores relevantes das camadas médias urbanas no sudeste, e dos setores das elites política e intelectual que se deu por meio de sua atuação destacada no setor educacional.

É pequena a quantidade de textos que se debruçam sobre o papel da Igreja e do clero na Primeira República, exceto aqueles textos dedicados aos movimentos

messiânicos que tangenciam a questão clerical ao tratar de Canudos ou da Revolta do Juazeiro, mas é inegável que a Igreja foi uma das instituições mais afetadas pelo regime instituído no quinze de novembro. Instituição seminal, umbilicalmente ligada aos poderes instituídos tanto na colônia quanto no Império, a Igreja Católica brasileira teria que, a partir da República, aprender a fazer política fora do governo, o que de fato aprendeu.

Nos anos de 1970, em plena ditadura militar brasileira aparecia uma nova abordagem pastoral por parte do clero latino-americano, sobretudo após a Conferência Episcopal Latino-Americana de Medellín (CELAM, 1968) e seus desdobramentos eram, no entender dos militares, potencialmente subversivos. A Teologia da Libertação não era bem vista pelo governo, e não foram poucos os chamados "padres vermelhos" presos pelo regime. Nessa conjuntura a universidade assiste um renovar de interesses pela história da Igreja, e a Primeira República aparece como marco relevante.

No contexto mais amplo da história do catolicismo, a Proclamação da República se insere no processo de intensificação do conservadorismo religioso e da romanização do clero pelo mundo. Esse processo, alimentado pela perda de poder temporal do papa com a criação do Estado italiano em 1860 e a tomada de Roma em 1870, teria como marcos o Concílio Vaticano I que deliberou sobre a infalibilidade papal e o famoso *Syllabus Errorum* da Encíclica *Quanta Cura* de 1868, que denunciava todas as ideologias da modernidade[272] como sendo contrária a fé católica. O ultramontanismo nada mais era que a defesa da supremacia do papado e da hierarquia clerical na forma de

um ataque frontal ao cientificismo laicizante em plena ascensão na Era do Impérios.

Tal ataque às posições clericais já era perceptível nos anos finais do império e levou mais de um autor a vincular o longínquo confronto Estado-Igreja de 1874 com a Proclamação da República em 1889. Chamado de “A Questão Religiosa”, o conflito levou a prisão de dois bispos por desobediência às ordens do Imperador. Não por acaso ocorreu durante o ministério laicizante e modernizador do Visconde do Rio Branco[273] que com o apoio do Monarca sustentou a supremacia da Constituição sobre a autoridade do Papa.

Com a República viria tudo junto. O Estado Laico pressupunha a perda do controle da Igreja sobre os casamentos, cemitérios, registros civis e a educação, além da perda de meios materiais de sustento aos cultos e o declínio do prestígio, incluindo a proibição do voto e, portanto, da participação política institucional aos padres. São numerosas as interpretações que enxergam na Primeira República um interregno do prestígio da Igreja. Uma “Idade das Trevas” entre o Padroado imperial e o Renascimento católico permitido pela “aliança” que se verificaria entre o Cardeal Leme e Getúlio Vargas nos Anos 30.

Não era esse o entendimento de parte dos próprios membros do clero na Primeira República. Muitos viam a si mesmos e à sua Igreja com otimismo renovado. Ainda que o estabelecimento do Estado laico tenha sido criticado duramente pela Igreja durante a Constituinte em 1890, ele na verdade liberava o clero para a verdadeira tarefa de evangelização apostólica. A cooptação de importantes setores da intelectualidade seria o ápice deste otimismo na

década de 1920, com a fundação do Centro D. Vital e o surgimento de revistas católicas como a dirigida por Jackson de Figueiredo.

Ainda assim, o panorama traçado por parte da historiografia é de penumbra. Por um lado a romanização era feito com a "exportação" intensa de padres europeus para o Brasil, que sofriam resistência surda do clero local. Por outro, estes esforços apostólicos não eram mais que a sobrevivência de uma instituição fragilizada no contexto de crescente laicização das elites, perda de prestígio político da Igreja e falta de controle sobre as formas de religiosidade popular que favoreciam a proliferação de sebastianismos, milenarismos e messianismos, ou pior, permitiam o crescimento de religiosidades alternativas como o protestantismo, o espiritismo e as religiões africanas.

Tais abordagens foram fortemente criticadas por Sérgio Miceli[274]. Este autor reconhece a incapacidade da Igreja controlar os movimentos e religiosidades populares, mas entende o período da Primeira República como sendo o momento de requalificação do entendimento do poder institucional do clero, que nesta fase ampliou e intensificou sua presença geográfica por todo o país – trata-se da fase áurea da proliferação de paróquias, dioceses e prelazias – com intensa articulação junto às oligarquias no poder, sobretudo no sudeste.

Da leitura de Miceli temos ao final do Período uma Igreja muito mais forte e segura inclusive de sua influência política, conforme evidenciado pela articulação dos intelectuais católicos no Centro D. Vital e na revista *A Ordem*, e no papel relevante desempenhado ao longo da Era Vargas. A Igreja da Primeira República, ao recusar a

participação política direta[275] em prol de uma autoridade moral indireta, conseguia preencher uma lacuna essencial deixada pelo poder público no campo da sociedade. Isso se deu principalmente por meio da ampla gama de colégios religiosos, fundados então no vácuo deixado pelo poder público por falta de meios e recursos, onde os jovens filhos das elites estaduais estudariam.

O problema da educação era uma discussão pungente na Terceira República Francesa, modelo para os intelectuais brasileiros. Entre uma educação laica e técnica por um lado e, por outro, a proposta ultramontana de uma educação confessional e tradicionalista, o Estado Republicano lavava as mãos. A Igreja educava as elites, mas o povo era relegado. Exceto na Capital Federal, onde se estima cerca de 50% da população tinha condições de leitura, no interior não havia escolas. Quando havia, submetia-se o estudante a um ensino de “cartilhas” com frases vazias, baseado em repetições descoladas da realidade do aluno, e entremeadas pela palmatória e outros castigos físicos, que serviam para sustentar a disciplina e a hierarquia, função, ainda hoje primordial para as instituições educacionais do país. Não chegava a 30% o total de crianças e jovens matriculados em escolas durante o primeiro Período República[276].

Desta forma, os escritores e intelectuais que buscavam reformar o Brasil, insatisfeitos e decepcionados com as elites que os ignoravam e/ou alijavam das decisões políticas, por mais que simpatizassem com o “povo”, este ente abstrato e poderoso, não podia ser por ele lido.

Neste contexto de poucos leitores se destaca a centralidade do jornalismo. A palavra impressa ganha significativo espaço nas primeiras décadas do século e o

desenvolvimento tecnológico passa a permitir a presença de caricaturas e fotografias. Praticamente todos os intelectuais do período tiveram passagem pela imprensa, bem como muitos políticos importantes – Quintino Bocayuva, Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco são os exemplos mais famosos de figuras relevantes da história da política exterior do período que começaram sua atuação profissional como jornalistas. Tratava-se sim da verdadeira escola de intelectuais. A exposição pública das ideias era feita na forma curta da crônica, nos moldes políticos dos manifestos e editoriais, nas reportagens coloridas de linguagem literária típica dos jornais de então, lidos por quem tinha tempo de sobra para dispensar "lides" e ser seduzido por repórteres com laivos de Sherazade, alongavam narrativamente os acontecimentos, mas também nas curtas e diretas caricaturas, de crítica social e política popularizadas nas revistas ilustradas que proliferam na Primeira República.

A chegada ao Brasil do italiano Ângelo Agostini em 1867, e a fundação de sua *Revista Ilustrada* (1876-1898) nove anos depois promoveram uma enorme transformação no panorama editorial brasileiro. A "Revista" se tornaria o periódico por excelência a ironizar os acontecimentos políticos do final do império e dos anos iniciais da república por meio do traço pesadão, litográfico, detalhista e cheio de sombras e jogos de luz que o italiano deixou de legado para muitos que resolveram copiá-lo.

Era uma potencial forma de comunicar ideias complexas acessíveis até aos analfabetos (ou quase) que pediam a outros lhes lessem as legendas e tornava acessíveis a muitos os rostos dos famosos e poderosos. Isso explica o sucesso e a longevidade da revista e sua enorme

permeabilidade na capital e no interior, onde os fazendeiros aguardavam-na ansiosos para lerem-nas em suas varandas, conforme imagem imortalizada por Monteiro Lobato.

Ao final do século, o traço de Agostini foi sendo deixado de lado em prol de um desenho mais limpo e simples do português Rafael Bordalo Pinheiro cujos seguidores são considerados os príncipes da caricatura da primeira república. Kalixto, J. Carlos e Raul Pederneiras, pais da caricatura brasileira[277], fizeram um modernismo irônico e crítico muito antes do modernismo, satirizando os poderosos de modo “cordial”[278], isto é, não belicoso ou impessoal, mas trazendo o presidente, o político para a esfera de convívio do homem comum, tornando-o alguém capaz de dialogar com o “Zé Povo”, personagem frequente nos cartuns da época, e, sintomaticamente, nunca negro.

Assim, personagens antipáticos e presidentes autoritários como Deodoro, Floriano, e mais tarde, Getúlio, eram satirizados, sempre no intuito do humor e da blague, nunca saem massacrados. Já personagens mais simpáticos como o presidente “baixinho” Rodrigues Alves, que chegava a colecionar suas representações frequentes durante o “bota-abaixo” e seu Ministro dos negócios estrangeiros, um barão do Rio Branco “parrudo” e “bonachão”, foram tratados com incrível simpatia e generosidade pelo traço destes cartunistas. Se os satirizavam, não raro demonstravam carinho com o presidente – que ganhou uma caricatura de “Feliz Aniversário” – e que no caso do barão teciam frequentes loas a sua atuação e o transformaram em “estadista genial”, sendo certamente responsáveis por parcela não desprezível da grande popularidade que gozava em vida entre o povo.

Os cartunistas e jornalistas do círculo boêmio encontraram ou criaram pontes entre a elite culta e o povo das ruas. Lima Barreto e João do Rio, Donga e Sinhô, Ernesto Nazareth e muitos outros produziam bens culturais para o consumo das elites letradas baseados nas experiências que viviam nos *bas-fond,* na pequena África, nos círculos de lundus que eram reprimidos pela polícia que zelava pela moralidade pública afrontada pelas umbigadas. Ironicamente o lundu e o maxixe, eram apreciados quando apareciam no teatro de Revista, e não raro furavam a membrana que parecia separar o gosto dos abastados das tradições populares[279]. Agora estavam mais "populares", e seus personagens refletiam isso em figuras como o "Zé Povo" e o "Jeca Tatu" de Monteiro Lobato, personagens mais próximos da realidade do que a tradição idealizada da época de Agostini que retratava o "povo" como um índio, branco e europeizado.

Esse mediação busca questionar a tradição de escritos sobre o modernismo que pelo menos desde Antonio Candido (1957) enxerga tudo o que veio entre a geração de 1870 e a Semana de 1922 como sendo de menor valor. Uma espécie de interregno intelectual, de vazio, que mesmo a existência de um Euclides da Cunha e um Lima Barreto não teria sido capaz de debelar. Os conceitos controversos de pré-modernismo procuram dar conta do que veio antes como mero antecedente e demonstram a centralidade dos marcos cronológicos de ruptura, como foi o caso da Semana de Arte Moderna. Na verdade compram a Semana pelo que ela quis se vender, como uma ruptura radical com um passado arcaico, e se esquecem dos elementos de continuidade inescapáveis entre a "Geração de 1870" e o Modernismo.

O modernismo pós-1922, rapidamente se subdivide em vertentes. Polêmicas a respeito do regionalismo como fragmentador ou como o verdadeiro lócus da identidade nacional. Polêmicas sobre as duas tradições a serem incorporadas do século XIX: o mecanicismo e o romantismo. A razão ou a emoção? O intelecto ou a alma? O objetivo ou o subjetivo? Polêmicas sobre o conceito de "Raça" ou de "Cultura".

Elias Thomé Saliba, em um texto divertido, identifica duas tendências no Modernismo. Uma mais irracionalista, ahistórica, que buscava a identidade nacional em um passado idealizado e/ou construído. O outro era mais analítico, buscava através da análise etnográfica e da pesquisa sobre a identidade nacional. O Folclore do povo brasileiro e suas tradições iriam desvelar nossa "*cultura*" tal qual fica patente nos estudos de Mário de Andrade e Villa-Lobos, e, depois na historiografia ensaística sobre a identidade nacional de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Paulo Prado. Na outra ponta do modernismo estavam Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida e Plínio Salgado. Como no clássico de Guilherme de Almeida, ao invés da "cultura" adotava-se o conceito polêmico de "*Raça*".

O contraste entre as duas vertentes está na comparação nunca ausente nas análises do modernismo entre o *Martim Cererê* de Cassiano Ricardo com o *Macunaíma* de Mário de Andrade, ambos de 1928, ambos com a pretensão de ser a síntese literária do herói nacional modernista. Cererê é a culminância das três raças que formam o Brasil. Macunaíma é "herói de nossa gente" e não de nossa raça. Não tem qualquer objetivo nem lógica e quer incorporar o improviso e a sensualidades brasileiras. Cererê é wagneriano,

mitológico, epopeico. Sobressaía nesta visão a centralidade de São Paulo e, elegeu-se a figura do bandeirante guerreiro como símbolo desta volta ao passado mítico onde se encontrava a identidade nacional[280]. De um lado o Pau-brasil (1924) e a Antropofagia (1928). De outro os verde-amarelos. O verde-amarelismo flertava com um tipo de nacionalismo *irracionalista* tão em voga na Europa da época que beirava o chauvinismo. Sabemos bem os desdobramentos políticos que daí advieram, bastando, para tanto, seguir a carreira do poeta Plínio Salgado.

Na mesma época que se deu a redação do manifesto Pau-brasil (1924) destacam-se as chamadas “viagens de descobrimento” ao interior do país. As caravanas modernistas de Oswald e Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Manuel Bandeira e Blaise Cendrars eram jornadas feitas para descobrir o “povo”. Tinham o intuito de encontrar o “Brasil profundo” e se transformaram em crônicas de um “turista aprendiz” publicadas no final dos anos 1920.

A chegada ao Brasil do intelectual franco-suíço Blaise Cendrars em 1924 demonstra a aceitação possível da influência europeia, que não era negada radicalmente como não brasileira, mas incorporada e digerida, como diria anos mais tarde seu companheiro de caravana, Oswald de Andrade. Oswald e Tarsila já haviam conhecido Cendrars na França e, quando este chegou ao Brasil aceitando o convite do Mecenas e intelectual Paulo Prado desencadeou importante transformação no cenário do modernismo brasileiro. Foi ele, por exemplo, quem estimulou a adoção pelos modernistas do primitivismo das vanguardas europeias, e provocou com sua influência uma certa libertação estilística na produção oswaldiana. Cendrars era

irônico ao refletir sobre seu próprio papel de legitimação "civilizada" do modernismo paulista[281]. Oswald resolvia essa contradição de modo irreverente: abrasileirava o suíço chamando-o de "Blaise du Blaisil"

O que salta aos olhos na maioria esmagadora das abordagens sobre o modernismo é o quão aquém estão do seu objeto de estudo. Contrastam com o caso machadiano, no qual é a qualidade e a criatividade é perceptível em seus analistas (Roberto Schwarcz, John Gledson, Gustavo Franco). No caso do modernista, sua autoironia, sua irreverência, seu recorrente humor, sua insistência em não levar as coisas e a si mesmos muito à sério, incorporando a sensualidade inerente à brasilidade, não encontra senão enfado, teorizações complexas, seriedade demasiada, polêmicas formalistas e sucessões de exemplificações que tentam forçar o modernismo nas categorias taxionômicas quase tão diversas quanto os próprios autores. Os analistas não estão à altura dos analisados e são muito chatos. Talvez por isso, e por conta da polissemia e diversidade do modernismo, não conseguem senão ir de citação em citação, de referência em referência como que reconhecendo que o ideal mesmo seria deixar os autores, pintores, compositores, críticos e intérpretes da época falarem por si mesmos.

Não é propriamente uma história do modernismo que se percebe, mas uma longa curadoria. Infelizmente esse texto não foge à norma e assim se reconhece, por falta, sobretudo, de talento, mas também falta de coragem de escrever sobre o modernismo em versos macunaímicos que frustraria os leitores mais sérios deste manual.

Não custa concluir com algumas palavras sobre a crescente popularidade do *football* esporte inicialmente elitista, e que aos poucos vai conquistando os brasileiros – não sem detratores como, por exemplo, Lima Barreto que criou uma liga contra o futebol – e se tornando o esporte mais popular do país ainda antes da revolução de 1930. Heróis da bola como Arthur Friedenreich, filho de alemão com mulata, levava para o racionalismo inglês nos campos onde predominava a força e a velocidade, o gingado, a malícia e o improviso típico dos sambistas. Aos poucos as “peladas” foram sendo incorporadas ao cotidiano de lazer dos operários brasileiros e com o advento do rádio, as partidas dos clubes e da seleção nacional passaram a ser objeto de idolatria por parte significativa da população.

Concomitantemente, o samba, praticado e desenvolvido a partir das danças escravas dos homens livres que após a Lei Áurea vieram do Vale do Paraíba para habitar os morros cariocas, como o Estácio, se tornava cada vez mais popular. Cantores renomados compravam sambas dos artistas negros do morro como Ismael Silva, ou lhes ofereciam parceria. Um lado entrava com a canção e letra, o outro com dinheiro ou a possibilidade de gravação. Embora imensamente polêmica, convencionou-se dizer que é de 1917 o primeiro samba urbano gravado, *Pelo Telefone* de Ernesto do Santos, o Donga. Sua gravação mecânica e elétrica aponta para o surgimento de um mercado cultural que daria amplitude a uma riquíssima cultura oral prévia.

Juntos, o samba e o futebol – criações desta República excludente e oligárquica – se tornariam, em pouco tempo, sínteses culturais do que é ser brasileiro para o mundo.

6. A Era Vargas (1930-1945)

6.1 O Governo Provisório (1930-1934): Forças Políticas e Dissidências

Facções políticas no Governo Provisório. A heterogeneidade das bases. Oligarquias dissidentes versus tenentes. O problema militar: rabanetes e picolés. Os antecedentes do levante paulista. Algumas considerações sobre a repercussão internacional da Revolução de 1932. As consequências da Revolução Constitucionalista.

Uma vez concluída a tarefa revolucionária do três de outubro, assumiam os novos senhores da situação, tenentes e gaúchos à frente, a formidável obra de transformar o Brasil. Avaliados oitenta anos depois, pode-se dizer que foram bem-sucedidos. No contexto da época, no entanto, a revolução – e os revolucionários mais ainda – era grandemente controversa. O movimento opositor que eclodiria em São Paulo, um ano e meio depois da revolução de 30 é a evidência mais óbvia e conhecida desta controvérsia. Mas a "Revolução Constitucionalista", que por pouco não foi apoiada pelos governos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, teve significativo apoio da população do Rio de Janeiro, de importantes setores do Exército, além de certa simpatia internacional[282]. Tratava-se, entre julho e outubro de 1932, da expressão mais resoluta e intransigente de uma oposição que era mais branda, porém mais generalizada do que o restrito levante bandeirante.

Na heterogeneidade das forças que compunham o movimento revolucionário de outubro reside parte significativa da explicação da instabilidade do Governo Provisório. Foram dezenas de levantes militares, motins e revoltas em guarnições importantes e periféricas que levaram José Murilo de Carvalho a comparar o Governo Provisório e sua instabilidade ao período regencial ocorrido exatamente um século antes. Se ao lado do governo que assumia estavam inequivocamente os tenentes e os gaúchos, estavam também, menos inequivocamente, os mineiros e a importante oposição paulista ao PRP representada pelo Partido Democrático (PD). E ainda, de modo relutante, a alta cúpula das Forças Armadas, que desfechara o golpe de misericórdia contra o governo de Washington Luiz em 24 de outubro. Fizeram os generais o que fizeram em parte por perceber os riscos de uma guerra civil de consequências imprevisíveis, e, em parte, para preservar-se do protagonismo dos tenentes, ameaça recorrente à hierarquia das Forças Armadas. Também tranquilizava a alta cúpula a presença de um político tradicional na liderança revolucionária. Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, ex-ministro da Fazenda era visto como um freio ao radicalismo dos tenentes e viabilizava a negociação intramilitar vertical, impossível nos movimentos de 1922, 1924 e 1925. Vargas seria pelos próximos quinze anos o mediador, cada vez mais competente, segundo Frank McCann, dos conflitos internos nas forças armadas.

Na expectativa por mudanças, o povo, com a convicção de que "pior do que estava não ficaria", tinha grande simpatia pela oposição que Vargas representava. Esta simpatia aumentou com a morte de João Pessoa cujos motivos – passionais – não foram claramente

compreendidos na época, além de abertamente manipulados pela Aliança Liberal para deflagrar a revolução. Dentro da rubrica generalista de “povo”, podemos incluir o movimento operário. Eram os operários – comunistas ou não – esperançosos de melhoras em sua situação. Se a agenda dos tenentes contemplava melhorias das condições dos trabalhadores por meio da intervenção do Estado e da crítica ao liberalismo, estes eram bem vistos. Mas, para além de aclamar Getúlio quando de sua breve passagem por São Paulo no trem que o levaria do Rio Grande ao Catete, não foram os operários, revolucionários em 1930. Por mais que insista parte da historiografia dos anos 1970 e 1980, a verdade é que o operariado brasileiro era fraco e bem pouco presente de modo organizado fora dos grandes centros e, principalmente, por isso não teve papel protagonista nos eventos de outubro de 1930. A recusa de Luís Carlos Prestes, já convertido ao comunismo, em se vincular à revolução é sintomática deste alijamento.

Em síntese, tinha Getúlio um problema clássico de base. Divisões internas óbvias de uma base heterogênea demais. Em um sistema institucionalizado, como na democracia parlamentar representativa, isso já seria um gerador de instabilidades. Ainda mais em um quadro de frequente intervenção militar na vida política herdado da turbulenta década de 1920 que culminara na Revolução. Não existiam mais marcos institucionalizados de mediação de conflitos. Uma divisão simplificada da base revolucionária nos permite perceber três grupos distintos. O mais forte, mais radical e revolucionário destes grupos eram os tenentes. Eles eram os jacobinos de 1930. Tinham amplo respaldo popular, simpatia junto à classe operária, um legado de lutas heroicas dos anos 20, com mártires e tudo. Arregimentaram significativo apoio na elite civil e, com a formação do Clube

Três de Outubro, institucionalizaram-se. Não tinham uma agenda muito definida[283], mas eram herdeiros de um pensamento nacionalista autoritário, fortemente defensor do intervencionismo, como já visto em outra parte.

Os girondinos de 1930 eram uma pletora heterogênea de elites. De um lado, elites tradicionais como a mineira que se sentira preterida e excluída pelo PRP e por Washington Luiz nas eleições de 1930, mas que estivera no poder ao longo de toda a República. De outro, elites locais como o PD, que formavam uma oposição liberal, intelectual, urbana e com presença na classe média e alta de São Paulo. Os gaúchos eram eles próprios divididos. Estrela de segunda grandeza na Política dos Estados de Campos Salles, o Rio Grande já apresentara oposição ao candidato situacionista em 1910 (Hermes venceu) e em 1922 (Nilo Peçanha perdeu). Getúlio havia sido um candidato de consenso para o governo gaúcho na difícil concertação entre liberais e republicanos, que já havia derramado muito sangue nos pampas até o pacto de Pedras Altas de 1923. Esta conciliação forçara Borges de Medeiros, o eterno presidente do Rio Grande (duas décadas), para fora do Piratini e alçara Vargas à posição de liderança nacional, quando os mineiros propuseram no Hotel Glória uma alternativa à “traição” de Washington Luís.

Em poucas palavras, eram situacionistas magoados em Minas e na Paraíba, oposicionistas liberais de elite em São Paulo, e as duas coisas juntas no Rio Grande. Tratava-se de gente acostumada à velha ordem, que se opusera a ela conjunturalmente e não estruturalmente. Queriam o fim da hegemonia do PRP e não, como os tenentes, a destruição do sistema. Uma vez derrubado Washington Luís, começam os

conflitos “jacobinos-girondinos”, já que os nossos girondinos estavam muito mais próximos do PRP que dos tenentes.

Estes grupos estavam representados geograficamente no Ministério. Um paulista na Fazenda (Whithaker), um mineiro nas Relações Exteriores (Afrânio, e em 1934, no recém-criado Ministério da Educação, Capanema) e gaúchos na Agricultura (o chefe liberal Assis Brasil), na Justiça (Oswaldo Aranha, próximo dos tenentes) e no Trabalho (Lindolfo Collor). Restou aos generais que derrubaram Washington Luís a pasta da Guerra (Leite de Castro). Já os tenentes, presentes no “gabinete negro”, que se reunia frequentemente com Getúlio no Palácio da Guanabara, tinham como principal representante Juarez Távora, que foi ministro da Viação e Obras Públicas por dois dias para, em janeiro de 1931, ser nomeado delegado militar do Norte e Nordeste, função na qual, fazia e desfazia os interventores da região[284]. Apelidado “Vice-Rei do Norte” pela imprensa, foi, nos anos iniciais do novo regime, uma espécie de governador dos governadores.

O terceiro grupo, a alta cúpula militar, era o mais perigoso. Desfechara o golpe em Washington Luís, traindo o governo que jurara constitucionalmente defender. Para repetir o feito, desta vez com um governo recém-empossado, sem Constituição e com parca legitimidade não custaria muito. Exonerar imediatamente os generais da junta que entregaram o poder a Vargas também não era viável. Talvez Vargas não conhecesse a história mexicana recente para recordar o que tinha acontecido com finado presidente Francisco Madeiro, assassinado ao ignorar os riscos de situação análoga. E, certamente, o general humanista Tasso Fragoso não tinha vocação para ditador como um Huerta, mas, intuitivamente, ter sido criado nas

guerras civis gaúchas o deixaram atento aos riscos iminentes de um novo golpe militar. Vargas passou por maus momentos e, não raro, como atesta seus diários, cogitou suicidar-se.

A situação era complexa e Vargas precisava equilibrar-se perigosamente entre as três facções, contendo os radicalismos dos tenentes, que incomodavam as elites e irritavam os generais da velha ordem, sabendo, ao mesmo tempo, que eram os tenentes que poderiam garantir sua manutenção no poder contra uma revolução da elite alijada (como ocorreria em 1932) ou contra um golpe dos generais, que só viria quinze anos depois, quando, então, muitos dos tenentes já eram generais.

Em verdade, o problema militar era bem mais complexo. Herdado das tentativas de reforma do Exército nos anos de 1910 e 1920, uma geração anterior à dos tenentes, os "jovens turcos" de inspiração alemã, como o general Bertholdo Klinger, defendiam a hierarquia acima de tudo. O tenentismo por meio do Clube 3 de outubro e de Juarez Távora dispunham de acesso direto ao Presidente e ao Ministro. Tinham enorme influência para nomear e remover comandantes militares. Tal intervenção era a antítese da hierarquia e uma ameaça ao próprio Exército, para muitos oficiais, e Klinger não era o único de sua geração a pensar assim. Góis Monteiro, da mesma geração, buscou uma postura conciliatória e, ao criar o Clube 3 de Outubro para "tirar a política dos quartéis", demonstrou sua preocupação com a questão da hierarquia, mas o tiro saiu pela culatra, o 3 de Outubro institucionalizou algumas das propostas mais radicais dos tenentes, discutindo questões como a Reforma Agrária, por exemplo. Não é de se surpreender que muitos

destes militares tenham se unido às elites paulistas em 1932 para derrubar o governo "dos tenentes".

O ápice da crise militar se deu na chamada crise dos "rabanetes" *vs.* "picolés" quando o general Leite de Castro reincorporou ao exército centenas de aspirantes, que tinham sido expulsos da escola militar no governo Bernardes por apoiarem o tenentismo. Era na prática o conflito entre a revolução "picolés" e a hierarquia "rabanetes". Oito anos de vida civil, não necessariamente marcados por atividades revolucionárias, levaram ao questionamento desta medida pelos oficiais preteridos em suas promoções pelos recém-chegados. O general Antonio Carlos da Silva Muricy em depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), em 1981, diz que se tratava de defesa da carreira, absolutamente impessoal. Revela que tinha muitos amigos "picolés". Desconsiderar no mínimo seis anos de vida militar (foram expulsas três turmas) era desconsiderar a própria carreira. Assim, os "rabanetes" – como ficaram conhecidos os oficiais que se opuseram por escrito a esta decisão do ministro da Guerra e foram punidos por isso – deflagraram a crise e levaram a queda do ministro Leite de Castro. A punição foi posteriormente revogada e foram criados dois quadros distintos de promoção, um exclusivamente para os picolés reincorporados. A substituição do ministro foi complicadíssima para Vargas. Qualquer escolha evidenciaria a opção por uma das duas facções. Ao escolher Espírito Santo Cardoso, um general reformado, promovido apenas pela aposentadoria, Vargas tentara encontrar um nome neutro no generalato. Sua solução foi ironizada pela imprensa como um recurso quase religioso, dado o nome do escolhido. Visto como um potencial "joguete" nas mãos dos tenentes, sua nomeação

serviu de pretexto para a ruptura de Bertholdo Klinger com o governo em defesa da hierarquia e, com isso, a precipitação da Revolução Constitucionalista, da qual este general foi o comandante militar.

Há, claro, outros fatores que levaram a eclosão da Revolução Constitucionalista para além da questão militar, que são bem mais enfatizados pela historiografia. As causas civis. A historiografia paulista, ou simplesmente anti-Vargas, consolidou o entendimento incorreto, até hoje presente nos livros escolares e nas aulas de ensino médio, que neles se embasam que o movimento paulista contra a "ditadura" que Vargas queria implementar se revestia de legitimidade constitucional. Argumentam, repetindo simplesmente o discurso dos paulistas, que Vargas, passados quase dois anos, não tinha intenção de reconstitucionalizar o país e ofendia a dignidade de São Paulo com sucessivos interventores militares, não paulistas. Mesmo se descontarmos um certo grau, nada desprezível, de preconceito da elite paulista contra o nordestino João Alberto, que rapidamente se indispôs com os líderes do PD, é possível elencar razões estruturais para esse conflito. Tratava-se do ato paulista do espetáculo maior. Tenentes (reforma agrária, intervenção do Estado na luta Capital *vs.* Trabalho, fim da fraude, justiça eleitoral) contra elites tradicionais (PRP) ou não (PD), que nem por isso deixavam de serem elites, eram, perto dos tenentes, mais parecidos que diferentes. No fundo, a bandeira constitucionalista era apenas a forma mais apresentável de defender o retorno ao sistema anterior, no máximo com a troca das elites no poder. Foi certamente um movimento liberal e reacionário.

João Alberto não ficou sequer um ano no cargo. Defensor de medidas favoráveis aos trabalhadores paulistas que

contrariavam os interesses dos liberais da elite de São Paulo, João Alberto chegou a ameaçar de confisco as fábricas que não acatassem as medidas sociais tomadas pelo governo. Permitiu o funcionamento do Partido Comunista e se filiou ao Clube Três de Outubro, após criar a chamada guarda revolucionária, um grupo militar de defesa da revolução. Estas medidas o indispuseram com todos os setores da elite paulista e levaram à ruptura do PD com o interventor e ao seu afastamento em julho de 1931.

Derrubar João Alberto não apaziguou os ânimos paulistas. O PD considerava-se, pelo apoio à Aliança Liberal, herdeiro natural ao governo de São Paulo[285]. Romperia com o Governo Provisório em março de 1932, logo depois de se formar a Frente Única Paulista (FUP) no mês anterior. Preferiam os democratas a aliança com os antigos “ressequidos” do Partido Republicano à submissão ao Rio de Janeiro, que consideravam sequestrado pelo tenentismo.

Mas Vargas, percebendo que animosidade crescente de São Paulo contra as medidas intervencionistas tomadas pelo governo vinha contaminando outros Estados, transigiu e buscou apaziguar os ânimos. Fez aprovar um moderno Código Eleitoral – fruto de quatro décadas da luta de Assis Brasil, então ministro da Agricultura que o redigiu quase todo –, que permitia o voto feminino e secreto, e convocou eleições para a Assembleia Constituinte ao final do ano. Mas a corda já havia sido esticada demais e São Paulo acreditava que a revolução tinha sido feita contra São Paulo. Não acreditaram na sinceridade da convocação de novas eleições. A trajetória posterior de eleições canceladas (1937) ou quase (1945, por conta do queremismo) fez com que, por teleologia, a historiografia também desacreditasse, assumindo o argumento dos constitucionalistas de que

Vargas queria apenas ganhar tempo. Não parece ser o caso. O Presidente estava preso em meio a um embate de forças opostas, que ele não controlava, mas precisava conciliar. Sua legitimidade era pequena, e a possibilidade de um golpe governamental nos moldes de 1937 como sugeriam os paulistas, altamente improvável.

De fato, quem tinha todo o interesse em ganhar tempo eram os tenentes. Não seria possível fazer "a revolução" com eleições e regras constitucionais feitas por constituintes eleitos, muito provavelmente nos mesmos moldes da República Velha. Eram necessários poderes excepcionais para fazer reformas excepcionais. Confrontados com eleições inevitáveis os tenentes incluem, para desgosto de Assis Brasil, a figura do deputado classista. Quarenta indivíduos escolhidos por suas representações sindicais (dezoito dos trabalhadores, dezessete dos patrões e cinco dos profissionais liberais) nos moldes do corporativismo, então em voga na Europa, e que fortaleceriam o voto urbano, industrial e de serviços, em detrimento do voto rural, sob o jugo dos coronéis que favoreceria aos "ressequidos" das velhas elites.

Após o pedido de demissão coletiva dos gaúchos em altos cargos do governo em março de 1932[286], fica claro que o risco de oposição não estava apenas em São Paulo. Somadas, as forças paulistas e gaúchas tinham efetivo maior que o Exército nacional[287]. E mesmo este, como vimos, estava divido. O governo federal teria que ceder ainda mais se quisesse evitar o golpe, que estava em curso com apoio de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Ao nomear o tão ansiado interventor civil e paulista, Pedro de Toledo, diplomata e político tradicional do Estado,

Vargas tenta apaziguar os ânimos, mas já era tarde. Temeu-se, em São Paulo, que Toledo não teria autonomia para nomear seu secretariado, por conta da demora das nomeações. Quando finalmente Toledo forma seu secretariado em 23 de maio, cinco estudantes[288] são mortos por membros da guarda revolucionária de João Alberto e Miguel Costa. Ambos eram vistos pela elite paulista como “donatários” ilegítimos de São Paulo, que junto a Oswaldo Aranha e Góis Monteiro, queriam intervir na formação do secretariado de Pedro de Toledo e submeter São Paulo à agenda do tenentismo. A morte dos estudantes provocou comoção generalizada e ampla mobilização da população paulista contra o governo federal e a favor de Pedro de Toledo.

O MMDC organizou os preparativos para a revolução, e, à exceção do operariado, alijado da luta, contou com amplo apoio da sociedade paulista. A demissão intempestiva de Klinger (7 de julho) antecipou o levante que eclodiria em 9 de julho, com Pedro de Toledo sendo aclamado governador civil de São Paulo e rompendo com o governo federal. Tinham os paulistas a certeza de contar com o interventor gaúcho Flores da Cunha que lhes havia garantido apoio, participado de todas as conspirações, e, nos momentos iniciais do levante, mudou de ideia e ficou ao lado do governo[289]. Seu recuo selou a sorte de São Paulo e garantiu a vitória do governo federal.

Durante três meses a população da capital e de diversas cidades do interior sofreram com o conflito. As indústrias e a população foram conclamadas a contribuir com o esforço de guerra e o fizeram com donativos em ouro, horas-extras de trabalho e organização de um esforço militar que congregou parcela do Exército com a totalidade da força pública do

Estado. Foram dezenas de batalhas e centenas – alguns alegam milhares – de mortos, neste que foi o último conflito armado da história brasileira.

Foi também, e pela primeira vez em território nacional, que se assistiu ao uso por ambos os lados da força área. Inicialmente para fins de reconhecimento e propaganda. Aviões paulistas jogavam panfletos contra a ditadura e pela reconstitucionalização enquanto aviadores federais – sob protesto – arriscavam a vida para responder jogando panfletos sobre Campinas e São Paulo. Mas eram muito poucos aviões de ambos os lados, e o risco de perdê-los era alto. Góis Monteiro (comandante militar) e Eduardo Gomes (chefe da aviação) autorizam então o bombardeio em fábricas e linhas de transmissão de energia elétrica o que motivaria protestos de países estrangeiros como a Itália e a Inglaterra contra pretensos danos a seus bens e cidadãos em território paulista.

O Ministério das Relações Exteriores passou então a concentrar esforços no sentido de impedir que os paulistas conseguissem apoio internacional. Tratava-se, sobretudo, de evitar a compra de armas no exterior e o reconhecimento do Estado de beligerância, ofensiva de Pedro de Toledo ao convocar os representantes consulares em São Paulo logo após o 9 de julho. A ofensiva diplomática de Afrânio de Melo Franco é bem-sucedida, e nenhum país reconhece o estado de beligerância. Afrânio invocou o princípio de Havana[290] contra a ingerência estrangeira em negócios internos dos países soberanos na América Latina e buscou conter as iniciativas de São Paulo para compra de armas nos EUA. O governo federal conseguiu ainda interromper toda a comunicação telegráfica internacional de São Paulo, ameaçando expulsar a Cia norte-americana *All American*

Cables caso esta não interrompesse o contato internacional feito pelos cabos submarinos que conectavam o porto de Santos.

Mas o Itamaraty estava dividido, e alguns diplomatas paulistas no exterior pediram licença ou dispensa para não contribuir na luta contra seus compatriotas. Outros, abertamente, decidiram usar seus contatos internacionais para ajudar São Paulo. Foi este o caso que redundou na compra de alguns aviões, que uma firma americana construíra no Chile. Como o Chile desistiu dos aviões, este se tornou o único caso bem-sucedido de compra de material bélico por São Paulo durante a revolução e provocou sérios protestos do governo do Rio de Janeiro junto a Santiago.

O governo federal também penou para conseguir armas no estrangeiro. Os franceses, fornecedores privilegiados de material bélico ao Brasil desde o estabelecimento da missão militar de 1919, mal disfarçavam a simpatia ao constitucionalismo paulista. Deixaram em maus lençóis os diplomatas e militares brasileiros a cargo do nosso escritório de compra de armas em Paris, que mesmo tendo pagado antecipadamente não receberam as armas contratadas. Estas já estavam fabricadas e prontas para entrega, mas foram retidas por motivos políticos, o que levou o Brasil a desistir da compra e buscar outros fornecedores. A devolução do montante pago aos franceses só seria restituída após o fim das hostilidades, o que contribui para explicar o direcionamento crescente do governo Vargas para compra de material bélico nos EUA e na Alemanha a partir de meados dos anos de 1930, como prévia do que seria chamado por Gerson Moura de “Equidistância Pragmática”. Era o início do fim da influência da missão militar francesa que tantos dissabores tinham causado aos militares

brasileiros, agora com muito maior influência política junto ao governo.

É controversa a tese de que, derrotados militarmente, os paulistas foram vitoriosos politicamente. Apresenta-se como verdade que a Constituinte foi conquista paulista, quando já estava convocada desde fevereiro de 1932, e teve as eleições adiadas para maio de 1933, justamente por conta da insurreição. As medidas econômicas intervencionistas do governo federal para salvar a cafeicultura paulista já estavam em curso antes a revolução e só se tornaram ainda mais intervencionistas e centralizadores depois disso. No plano político a derrota foi bem mais óbvia.

Se por um lado a "Chapa única paulista", que congregava a FUP e a liga católica, obteve 17 dos 22 deputados por São Paulo, no resto do país os interventores e tenentes tiveram vitória ainda mais esmagadora, em muitos casos derrotando os aliados e simpatizantes locais dos paulistas (31 a 6 contra o PRM em Minas Gerais, 11 a 3 contra a Frente Única Gaúcha no Rio Grande do Sul, 60% dos deputados do Distrito Federal ligados ao interventor Pedro Ernesto, chamado de "a mãe dos tenentes" e quase 90% dos deputados em Pernambuco). O eleitorado nacional, exceto em São Paulo, deu a vitória nas urnas aos vitoriosos nas armas. Isso sem contar nos 40 deputados classistas, inventados pelo tenentismo e favoráveis na maioria, à sua agenda crescentemente intervencionista.

Curioso que tenha prevalecido historiograficamente o entendimento dos derrotados. A Constituição teria sido feita mesmo sem o 9 de Julho, e possivelmente o resultado eleitoral da constituinte não teria sido muito diferente. Em maio de 1933, o Governo Provisório elegeu uma ampla maioria que permitiu a Vargas ser eleito indiretamente

Presidente da República pela Assembleia, enfraquecendo ainda mais o papel político de São Paulo na Federação. O próximo paulista só seria eleito presidente em 1960. Não parece incorreto afirmar que a derrota foi tanto militar quanto política, sem o “gol de honra” constitucional que grande parte da historiografia dos livros didáticos concede aos perdedores.

Do lado vitorioso a rebelião facilitou o trabalho do governo para reformar e se livrar de boa parte dos militares da velha guarda, promovendo muitos e afastando muitos mais. A hegemonia de Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que de tenente coronel antes de 1930 chegaria a general de divisão em 1931 e ministro da Guerra em 1934, teria influência duradoura e impactante em um Exército mal preparado, mal aparelhado, indisciplinado e em crise interna, como ficara óbvio nos eventos anteriores de 1932. Góis assumiria a tarefa de sua reforma e nisso seria largamente bem-sucedido. Iniciava-se em meados dos anos de 1930 o modelo do “soldado corporação”, que, segundo José Murilo de Carvalho, agiria politicamente em bloco, e não mais dividido. Mais tarde, este general diria que queria pôr fim da política *no* exército e começar a política *do* exército.

Com isso, o tenentismo, força maior da política nacional da primeira metade da década de 1930 e grande vitorioso das eleições de 1932, vai sendo paulatinamente disciplinado. Incapaz de se viabilizar em um partido único nacional – as eleições para Assembleia foram largamente dominadas ainda por partidos estaduais como na República Velha – o processo de centralização, defendido pela agenda dos tenentes, faria deles suas primeiras vítimas. Cooptados (João Alberto) ou perseguidos (Pedro Ernesto), perderiam

força enquanto movimento político, justamente por sua falta de coesão e organização. O Clube 3 de Outubro seria extinto e o tenentismo se fragmentaria fornecendo braços para uma miríade de confissões ideológicas muito distintas entre si desde os integralistas até o comunismo, que absorveria os tenentes mais radicais, seduzidos também pela mística que cercava o cavaleiro da esperança, Luís Carlos Prestes, agora, secretamente, de volta ao Brasil.

6.2 Da Revolução à Ditadura

A incorporação política de novos setores sociais.
A Constituinte de 1934 – Debates. Governo Constitucional e polarização política. Comunismo e Integralismo no Brasil. O Levante Comunista de 1935. As eleições de 1937 e o Golpe de Novembro. Estado Novo – bases ideológicas e institucionalização. A Invenção do Trabalhismo e a Crise do Estado Novo. Golpe Militar e redemocratização.

Uma das novidades mais interessantes trazidas pelo movimento revolucionário de 1930 foi a inclusão de uma miríade de novos participantes do jogo político. Oriundos de grupos sociais até então completa ou parcialmente excluídos do governo, esta participação contribuirá sensivelmente para a superação, em alguma medida, da tradição política tutelada advinda de séculos de patriarcalismo escravista. Naturalmente essa superação não foi completa e, em larga medida, as lideranças políticas dos anos 1930 seguiam enxergando a “massa” como “massa de manobra” ou simplesmente “o povo”, que deveria ser guiado pelos luminares, fossem eles tenentes, integralistas, interventores, comunistas, aliancistas ou intelectuais. Mas apenas trazer a “massa” para a política já era um enorme avanço em relação à Primeira República oligárquica e excludente.

Esta incorporação política de setores médios e populares, que inexistira no Brasil do século XIX e da Primeira República, já havia sido efetivada de modo revolucionário no México da década de 1910. Foi, ainda, feita mediante ampla mobilização urbana pela UCR argentina, que conquistou uma importante Reforma Eleitoral no governo Sanz Peña em 1912 e, logo depois, a Presidência da República com Hipólito Yrigojen em 1916. O Brasil estava duas décadas atrasado.

Convém recordar que nem sempre a "massa" se comportava como previam os seus líderes. Foi exatamente este o caso da falta de mobilização em 1935 no levante de esquerda e em 1938 no levante integralista de direita, bem como da mobilização, ao contrário do esperado, pela permanência de Getúlio no poder em 1945 em meio à ampla mobilização dos intelectuais e das elites político-militares pela redemocratização. Resgatar a agência e ação política racional dos trabalhadores ("a massa") foi mérito da historiadora Ângela de Castro Gomes em seu livro *A Invenção do Trabalhismo* do qual trataremos mais à frente.

Sendo assim, salta aos olhos a quantidade e pluralidade de agremiações políticas, as quais surgem para disputar as eleições constituintes que ocorrem após a guerra paulista. Incapazes de unificarem-se em partido único nacional, os tenentes se perceberão divididos em correntes muito distintas. Isso se deu, sobretudo, por conta da opção radical de Luís Carlos Prestes. General e líder máximo dos tenentes nos anos 1920, havia se convertido ao comunismo e recusado a liderança militar da revolução de 1930. Isso fragmentou o tenentismo, e nem o movimento Três de Outubro, nem Getúlio Vargas conseguiram, apesar de tentarem, a unificação partidária. Nas eleições, o que se

percebeu foi uma ampla gama de partidos estaduais, que obtiveram vitórias eleitorais graças à ação e organização dos interventores estaduais, muitos dos quais naturalmente oriundos do tenentismo.

Por isso Vargas foi eleito presidente indiretamente, e as ações do seu governo provisório foram aprovadas – apesar do placar pouco dilatado de apenas 60% da Assembleia Constituinte –, mas não foi capaz de conquistar 2/3 do Congresso, que lhe permitiria margem de manobra inclusive para reformar a Constituição, nem muito menos de fazer da Constituição o que desejaria. Algum grau de centralização se obteve, mas o Estado seguia firmemente federalista e as medidas mais relevantes estavam na esfera econômica graças à presença dos deputados classistas, que representando patrões, empregados, funcionários públicos e profissionais liberais criaram um consenso a propósito da modernização industrial do país, incorporando estas diretrizes na carta aprovada.

Se quase todos concordavam com a industrialização, não havia consenso no *como* industrializar. Parcela significativa dos deputados oriundos das antigas oligarquias ou pertencentes às novas, como os industriais paulistas, acreditavam que ao Estado caberia não mais que o papel de coadjuvante, mas o de apoiar a infraestrutura e cuidar da saúde e educação do povo. A livre-iniciativa da nação faria o resto se o Estado não atrapalhasse. Não foi o que sucedeu. Tal liberalismo, típico de indivíduos que cresceram e se acostumaram a atuar politicamente na Primeira República, vai sendo paulatinamente percebido, inclusive por eles próprios, como inviável e/ou anacrônico. Muitos, mesmo mantendo intimamente suas convicções liberais para tempos mais propícios (pós-45), adeririam ao governo e

com ele contribuiriam para industrialização nacionalista, na qual o Estado de coadjuvante roubava a cena. Alguns, como Monteiro Lobato, seguiram se lamuriando, criticando como ineficiente a política do Petróleo dirigida pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que Lobato apelidou de órgão que "não fura nem deixa furar" – e acabaram presos no Estado Novo. Para o bem ou para o mal venceria em longo prazo, a posição estatista.

A adoção do intervencionismo do Estado no capítulo da ordem econômica e social não significava centralização política e autonomia para o executivo federal. O predomínio legislativo permanecia significativo e Vargas precisou negociar muitas vezes para fazer aprovar projetos do interesse do governo – o caso mais emblemático sendo o Acordo Comercial Brasil-Estados Unidos de 1935. Teve que premiar os Estados que lhe apoiaram – Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia – com cargos em seu Ministério em moldes muito semelhantes aos que eram a norma da Política dos Estados. Curiosamente, à exceção de Minas, serão os mesmos Estados cujos governadores – Carlos Cavalcanti (PE), Juracy Magalhães (BA) e Flores da Cunha (RS) – se oporão à prorrogação do mandato de Getúlio e apoiarão a candidatura de Armando Salles de Oliveira em 1937.

As eleições para os executivos federal e estaduais eram diretas (exceto a primeira). Em 1935 os governadores foram eleitos pelas Assembleias Estaduais, tal qual Getúlio havia sido eleito indiretamente pela Assembleia Constituinte com 165 votos dos 220. Foram mantidas a representação classista, o direito ao voto às mulheres e, naturalmente, o voto secreto (previstos desde o Código Eleitoral de 1932). Votavam todos os maiores de 18 anos. Adicionalmente, a

Igreja Católica conseguiu incluir a educação confessional nas escolas públicas, certamente por ter sido capaz de organizar sob a Liga Eleitoral Católica os candidatos de quaisquer partidos que se comprometessem com as propostas da doutrina social da Igreja.

Cartum de Belmonte ironizando a posse de Getúlio após a eleição indireta pela Constituinte e sua crítica à Constituição aprovada.

Teleologia à parte, era líquido e certo para os próprios contemporâneos – ver charge de Belmonte acima – que esta Constituição não duraria. O próprio Getúlio fazia em seu discurso de posse críticas à Constituição que deveria jurar. Criticava, sobretudo, os limites que ela impunha à ação do Presidente de República e, em conversas privadas, admitia que seria o primeiro a reformá-la. Inspirada parcialmente na carta de Weimar, a musa do nosso contratualismo foi erradicada pelo nazismo no mesmo ano que a nossa entrava em vigor. O plano internacional demonstrava que o momento era plenamente desfavorável às soluções liberais e moderadas. Era moda ser autoritário. O Estado forte era considerado pela *intelligentsia* europeia e brasileira como a vanguarda que seria promotora do desenvolvimento e exercia seu poder de sedução inclusive em países anglo-saxões de forte tradição liberal, onde a revista *Time* escolheria em 1935, Hitler como o homem do ano.

Também no Brasil as soluções autoritárias defensoras de um Estado forte se dividiam em um espectro ideológico, onde o espaço para a democracia liberal era cada vez menor. De um lado os integralistas que reuniram um amplo espectro de agremiações de direita (fascistas, monarquistas, conservadores católicos), do outro os aliancistas que graças à figura de Luís Carlos Prestes conseguiram reunir a esquerda liberal, o PCB e diversos expoentes do tenentismo ainda relevantes no oficialato das Forças Armadas. São os primeiros partidos de "massa" da história brasileira e, apesar da vida muito curta (seis anos para a AIB e quatro meses para a Aliança Nacional Libertadora – ANL) tiveram impacto muito relevante durante o governo constitucional.

Do lado conservador, a Ação Integralista Brasileira (AIB), criada por Plínio Salgado em 1932, nada mais foi do que a tentativa bem-sucedida de unificação dos diversos grupos políticos da direita presentes em estados como o Ceará, o Maranhão, o Rio Grande do Sul, São Paulo, entre outros. Essa divisão era contraditória com o próprio ideário de partido único e liderança forte. A escolha do líder, entretanto, não foi sábia. Plínio Salgado, poeta do grupo conservador paulista da Semana de Arte Moderna quem havia elogiado Lênin em obra literária anterior, era um sujeito de convicções cambiantes, cuja trajetória o levara para extrema direita. Crítico do liberalismo constitucionalista e do sistema partidário, participava de eleições em coligações com partidos tradicionais nos Estados, elegia representantes para os legislativos estaduais e federal e negociava seu apoio como qualquer outro político.

Assustava a ordem constituída e a hierarquia militar à grande capacidade de mobilização popular dos integralistas e à sua organização paraestatal fortemente militarizada. Marchas uniformizadas no estilo fascista foram combatidas pela cúpula militar do governo[291]. O sigma e a saudação de braço erguido acompanhada do brado “anauê” legaram aos adeptos da AIB o apelido nada gentil de “galinhas-verdes”. Não raro essas marchas encontravam opositores de esquerda igualmente fervorosos, às vezes armados, que partiam pra desinteligência, polarizando violentamente o debate político no país e tornando o clima explosivo. O ápice da confrontação se deu ao longo do ano de 1935, após a criação em março, da ANL[292].

Não é simples caracterizar a ANL. Fruto de muita demonização após os levantes de novembro de 1935, ela foi igualmente mitificada pelos comunistas que se apropriaram exclusivamente de sua herança. O Comunismo brasileiro era ingênuo e limitado. Aderira ao Komintern (3a Internacional Comunista, 1919) e ao centralismo democrático, mas demonstrava alguma independência em relação à Moscou. Apesar de simpáticos ao tenentismo, não tomaram parte nos levantes dos anos 1920 e foram repelidos pelos militares quando em 1927 propuseram uma união para o 3o levante. Viam no tenentismo o dedo do imperialismo “industrialista” norte-americano, que se opunha ao imperialismo “agrarista” inglês. Na visão *naïve* dos comunistas, o Brasil era apenas um tabuleiro nas lutas imperialistas e a recusa do líder da Coluna em tomar parte na revolução de 1930 refletia esta visão. Prestes teve que fazer um esforço considerável do exílio para ser aceito entre os comunistas brasileiros depois de sua conversão, afinal o PCB era quase menchevique, participava de eleições, mesmo na ilegalidade, por meio do Bloco Operário

Camponês e lançou Minervino de Oliveira para Presidente em 1930. Mas o prestígio de Prestes era extraordinário, e uma vez aceito pelo PCB ainda em Moscou foi sua vez de buscar o apoio dos tenentes na formação de uma ampla frente de oposição ao governo. Ao contrário dos integralistas, a ANL já nasce na oposição e, certamente por isso, morre, quatro meses depois, na oposição.

Lançada no teatro João Caetano, a ANL congregava amplo espectro das forças de esquerda, muitos dos quais liberais e moderados. Os comunistas do PCB não eram senão um dentre os muitos grupos ali representados, mas que se sobressaíam por conta da aclamação de Prestes como presidente de honra – proposta do desconhecido estudante comunista Carlos Frederico de Lacerda, que trazia desde o batismo a homenagem aos autores do "Manifesto". Prestes que se empenhara do exílio para ser aceito na cúpula do PCB[293] agora se empenhava para conseguir o apoio dos seus antigos correligionários do tenentismo, muitos dos quais aderiram entusiasticamente à ANL, graças ao prestígio do Cavaleiro da Esperança[294] o que também aumentava a visibilidade e a aceitação da aliança entre estudantes, intelectuais, operários. O fato de Prestes estar fora do Brasil aumentava a carga de expectativa, já que os jornais a cada mês anunciavam seu retorno iminente como se fosse o messias.

Além disso, a ANL recebeu expressiva adesão de políticos estabelecidos, inclusive em cargos executivos, como o governador do Pará Magalhães Barata e o prefeito do Distrito Federal, o médico Pedro Ernesto, que tinha o apelido simbólico de "Mãe dos Tenentes". Em menos de dois meses, já havia representações da ANL na maioria dos Estados da federação e mais de 50 mil inscritos na cidade do Rio de

Janeiro. Comícios em vários bairros do subúrbio carioca (Madureira, Bonsucesso) reuniam milhares de adeptos. Para a direita, por estarem do mesmo lado de Prestes, eram simplesmente "comunistas", mas seu programa era praticamente o mesmo dos tenentes: governo popular, proteção às pequenas e médias propriedades, nacionalização das empresas estrangeiras e cancelamento da dívida externa.

A resposta do governo não tardaria. Entre o lançamento e o fechamento da ANL o governo de Vargas vivia mais uma grave crise militar[295] e não podia se dar ao luxo de aceitar passivamente o discurso de Prestes lido no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 5 de julho. O Discurso ditado de Buenos Aires concluía com a palavra de ordem "Todo poder à ANL" e ecoava Lênin após as Teses de Abril. Era provocação em demasia e seis dias depois, no dia 11 de julho, o Decreto 299 coloca a ANL na ilegalidade, e nos dias em que se seguem suas sedes são fechadas pela polícia, tendo muitos dos seus líderes presos com base na Lei de Segurança Nacional. Uma vez na ilegalidade, iniciou-se, sobretudo pela liderança militar, a conspiração para um golpe de Estado, um levante nacional que congregasse operários, estudantes, e as Forças Armadas.

O programa nacionalista, antifascista, anti-imperialista e antilatifundiário da ANL, que congregou católicos, socialistas, moderados e democratas não foi suficiente para evitar o fechamento, bastava o nome de Prestes para que se considerassem todos os que estivessem contra o governo comunistas, pecha que se agravou com os levantes de novembro de 1935 em Recife, Natal e no Distrito Federal. Os levantes passaram à história pelo nome de "Intentona Comunista" para horror dos historiadores de esquerda que

veem como justeza, incorreção e partidarismo depreciativo. Mas essa batalha da memória está, admitamos, perdida. Tanto quanto lâmina de barbear é *gilette*, goma de mascar, *chiclete*, ainda hoje é difícil se referir aos levantes por qualquer coisa que não seja “Intentona Comunista”, ainda que o intento não seja depreciativo e saibamos que era muito mais tenentista que comunista, já que o tenentismo era o único elemento que unia as três rebeliões. Em Natal, contou com ampla participação popular e foi reprimida inclusive com o apoio de coronéis do interior. Em Recife, desencadeada pela direção regional do PCB, teve adesão muito limitada. Ambas se anteciparam à data combinada de 27 de novembro. Por isso, no Rio de Janeiro, os levantes de quartéis, decididos por Prestes, acabaram se iniciando desastradamente depois que as rebeliões do Nordeste já tinham sido debeladas.

É muito controversa a crença de que foram ordenadas por Moscou, mas tal afirmação servia perfeitamente ao governo na repressão que se seguiria. Considerado pelos historiadores como o último levante tenentista, diferiu dos demais pelo grau de repressão que desencadeou da Cúpula Militar, que parecia ter perdido a paciência após 13 anos de insurreições (e duas anistias). Os insurretos, que esperavam tratamento análogo aos dos rebeldes de 1922 e 1924, foram tratados com nenhuma complacência. O governo solicita e consegue a aprovação de estado de sítio ao Congresso Nacional e, a partir daí, centraliza significativamente seus poderes desfechando repressão não apenas aos comunistas, mas a todos os setores liberais que de algum modo se relacionassem à ANL, mantendo por dois anos na memória popular as consequências exageradas da Conspiração Comunista Internacional[296].

Com a correlação de forças agora ao seu favor, Getúlio Vargas se aproveitava ao máximo da ameaça comunista e manobrava para ampliar seu mandato. Ante a negativa de alguns dos mais poderosos governadores eleitos após a constituinte (Pernambuco, São Paulo, Bahia e Pernambuco), que apoiaram o governador de São Paulo, Armando Salles de Oliveira à presidência, Getúlio buscou desestabilizá-los e desfechar um golpe, para o qual precisava de tempo. Lançou então a candidatura situacionista do escritor paraibano José Américo de Almeida à presidência, apoiado por quase todos os demais governadores enquanto se articulava com os militares e governadores situacionistas para fechar o Congresso[297].

Eurico Gaspar Dutra foi nomeado ministro da Guerra em dezembro de 1936 e afastou ao longo do ano de 1937 todos os comandantes militares vinculados à oposição, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde Flores da Cunha e seus batalhões de "provisórios" se organizavam contra o possível golpe do governo contra as eleições. Pedro Aleixo é eleito presidente da Câmara, derrubando o oposicionista Antônio Carlos (MG). O governador do Mato Grosso foi deposto em 8 de março de 1937 e o governador oposicionista de Pernambuco Carlos Cavalcanti, bem como o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto foram acusados pelo Tribunal de Segurança Nacional de terem apoiado o levante de 1935. Plínio Salgado, oficialmente candidato aclamado em plebiscito integralista como candidato da AIB à presidência, aderia secretamente ao golpe. A "descoberta" e divulgação do Plano Cohen[298], farsa integralista de provável autoria do então capitão Olímpio Mourão Filho, servirá de pretexto para que a Câmara declare em outubro, sob a oposição de 52 deputados, mais um "Estado de Guerra" em 1º de Outubro. O Congresso seria fechado 10 dias depois.

Há uma discussão velha, acalentada no bojo da derrubada do Estado Novo e nunca completamente superada sobre se o Estado Novo foi ou não uma experiência fascista. Não temos como negar que há elementos muito semelhantes ao fascismo italiano na experiência estado-novista, dentre os quais a tentativa de estabelecimento do corporativismo no mundo do trabalho. Mas até aí, todas as ditaduras se parecem em algum nível. Repressão, centralização, propaganda e culto ao líder eram comuns às experiências ditatoriais que a América Latina tinha mais a ensinar do que a aprender com a Europa. Tanto quanto numa pizza de quatro queijos há também muçarela, faltava ao Estado Novo características tipicamente fascistas como o partido único – o regime, como vimos, aboliu os partidos políticos justificando que o povo não precisava de intermediários e seu contato com o líder era direto – e o militarismo típico dos integralistas e fascistas italianos e alemães. O Estado Novo estava longe de ser uma ditadura militar, embora contasse, naturalmente, com apoio militar. Tampouco recorreu a uma retórica expansionista xenófoba que guardassem similitude com a *lebensraun* alemã ou o Novo Império Romano de Mussolini, ainda que fosse fortemente nacionalista e tenha tido arroubos de retórica xenófoba com a proximidade da Guerra.

Mas não é só de ingredientes políticos que se faz uma pizza fascista, já que a questão é mais de propósito que de contabilidade política. Houve diversos tipos de fascismo, e o português também era civil e seu expansionismo se traduzia em retórica colonial débil. O nome “Estado Novo” Vargas emprestou de Salazar, mas a proposta brasileira não era fascista. Sua tradição vinha do autoritarismo positivista-tenentista, que combinado levou Vargas ao poder em 1930. O nacionalismo não queria salvar o capitalismo, como no

caso da Alemanha – queria implantá-lo em moldes intervencionistas, buscando o apoio do capital estrangeiro, fosse ele americano, inglês ou alemão. A forte retórica nacionalista-desenvolvimentista não foi suficiente para discriminar os empréstimos do Eximbank. No máximo, para decretar a moratória da dívida em 1937, plataforma, aliás, não muito distante do que desejava a ANL.

A solução autoritária presente no DNA do tenentismo não era nova no Brasil e apenas ganhara fôlego no momento histórico europeu. O pensamento de Alberto Torres, criador de uma doutrina de feição corporativista lançada em *O problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*, remontava a 1914, quando estes livros foram publicados. Torres era a base ideológica do pensamento nacionalista autoritário revisitado por expoentes do Direito e da Sociologia Política ao longo dos anos de 1930. Suas ideias reverberavam poderosamente junto aos militares, aos intelectuais e entre amplos grupos da sociedade em geral. Citemos os três exemplos mais famosos: o do jurista niteroiense Oliveira Viana[299] e do reitor da Universidade do Distrito Federal Azevedo Amaral[300] e, daquele que teve maior oportunidade de aplicar suas ideias, Francisco Campos, Ministro da Educação do Governo Provisório e da Justiça durante o Estado Novo. Campos via em Getúlio líder necessário e providencial de um Estado forte, corporativo e centralizado. Tal líder era o porta-voz direto das massas sem a necessidade de intermediários, conforme consubstanciado na Constituição que redigiria em 1937, inspirado na carta polonesa de Josef Pilsudski de 1926.

A carta dava poderes excepcionais ao Presidente em uma linguagem pretensamente liberal que legou a Francisco Campos o apelido de “Chico Ciência” dado o seu talento em

metamorfosear o corporativismo autoritário dos fascistas em documentos legais de retórica “democrática”. A nomeação de interventores nos Estados, a organização corporativa do trabalho, a extensão da justiça militar a civis que cometessem crimes de “segurança” e a faculdade que tinha o Presidente de afastar ou aposentar funcionários públicos arbitrariamente somou-se à inexistência de Congresso Nacional, que, apesar de previsto na Constituição, não chegou a se reunir. O presidente Vargas era o homem que estava incumbido pela Constituição de exercer o poder que “*emana do povo, e é exercido (...) no interesse de seu bem-estar, de sua honra, de sua independência e de sua prosperidade*” (art.1).

Essa imagem de Getúlio foi justamente o que atraiu o apoio integralista para o golpe. Acreditavam que teriam papel importante no novo regime. Essa crença cai por terra em 1938. Vargas descumpre a promessa de entregar o Ministério da Educação para Plínio Salgado e manda fechar todas as agremiações políticas colocando a AIB na ilegalidade exatamente como fizera com a ANL em 1935. O resultado será semelhante, um putsch integralista duramente reprimido – com fuzilamentos sumários – que culminou com o exílio de Plínio Salgado em Portugal. No mesmo ano de 1938, era promulgado o decreto que regulamentava a expulsão de estrangeiros. No Ministério, à exceção do paulista Fernando Costa (Agricultura) e de Oswaldo Aranha (Relações Exteriores), que havia discordado da “polaca” e pedido demissão do cargo de embaixador nos Estados Unidos, estavam figuras que defendiam abertamente a solução autoritária-corporativa. Livre das “peias” da democracia liberal, o Estado Novo implementa a partir entre 1937-1942, período considerado de consolidação do regime, um grande número de reformas

intervindo em quase todos os campos da vida do país. Jornalismo, literatura, esportes, educação básica, forças armadas, produção industrial e agrícola, transportes, urbanismo e arquitetura, legislação trabalhista, organização universitária, cinema, música, comunicação, e até no futebol o Estado Novo por meio da cooptação dos agentes sociais e/ou da repressão em suas diversas formas, estendeu seus tentáculos numa escala jamais vista até então no Brasil.

A partir de 1942, entretanto, o regime começa a dar sinais de esgotamento e o motivo principal é sempre identificado pela historiografia com a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália em agosto de 1942 em meio a forte mobilização popular[301] contraria aos nazistas e aos torpedeamentos de navios brasileiros. Cem mil pessoas se reúnem em 2 de setembro no Rio de Janeiro em apoio à declaração de Guerra. A partir daí, todas as manifestações serão ambíguas. Repudiar o nazismo e as ditaduras europeias e elogiar os Estados Unidos, a Inglaterra e as democracias liberais com as quais o Estado Novo se aliava significava inicialmente de modo implícito e, cada vez mais explicitamente crítica à ditadura brasileira[302].

Em 24 de outubro de 1943, exatos treze anos depois de lançado o movimento de 1930, foi divulgado em Belo Horizonte o *Manifesto dos Mineiros*[303] que explicitava a contradição óbvia entre a política interna e a política externa[304]. O Manifesto será o embrião do futuro partido oposicionista (União Democrática Nacional, a UDN, criada em 7 de abril de 1945) para dar base partidária a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes[305] após

articulação intensa de Virgílio de Melo Franco desde o final de 1944, quando chegou a ser preso em São Paulo. O lançamento da candidatura do Brigadeiro, quando ainda não se falavam em eleições, foi um lance de gênio da oposição que colocava em pauta a questão da sucessão fazendo eco às manifestações dos oficiais brasileiros na Itália em reunião com Dutra (Set/1944). Sucedeu-se ainda, no Brasil, o Congresso Brasileiro de Escritores, em 22 de janeiro de 1944, que exigia eleições e o fim da censura[306], e a surpreendente declaração de Góis Monteiro de apoio às eleições e à Anistia, no dia 1º de fevereiro.

A situação se articula rapidamente para responder aos movimentos da oposição liberal. No dia seguinte à criação da UDN, Benedito Valadares lança o general Dutra como candidato a presidente no recém-criado PSD (Partido da Social Democrático), nome irônico para uma agremiação formada e composta pela burocracia político-administrativa do Estado Novo, cujas lideranças principais eram justamente interventores nomeados pelo Presidente. Seguindo sua política de distensão controlada, o presidente decreta Anistia em abril. Luís Carlos Prestes é solto e reúne mais de 100 mil simpatizantes do comunismo em Comício no Rio de Janeiro. Logo depois, o governo reata relações diplomáticas com a União Soviética. Em 15 de maio é fundado o PTB, concluindo a *troika* partidária hegemônica do sistema político-democrático que vigoraria nas duas décadas seguintes. Sintomaticamente Vargas é escolhido para ser presidente de dois deles!

O que há em comum em todas essas manifestações, para além dos anseios de redemocratização, é a base social de seus propositores. São naturalmente membros da elite política e intelectual do país, desconectados com a maior

parte da população cuja lealdade estava ainda no Catete. A força desta mobilização aparece claramente no tenentismo e parece ter surpreendido até o próprio Getúlio, que transigira significativamente com os liberais, e só começa a dar mostras de que parecia disposto a permanecer no poder depois que Luís Carlos Prestes o retira de seu isolamento. Após quase uma década nas prisões do Estado Novo, Prestes lança de São Paulo em julho de 1945 o lema “Constituinte com Getúlio”[307]. A partir daí nasce o “queremismo” com forte base sindical. O lema “Queremos Getúlio” do trabalhista Hugo Borghi abafa o “Lembrai-vos de 1937” agressivo *slogan* da campanha udenista que recuperava a frase de Café Filho. Abafava literalmente, pois os populares de todo país, que escreviam milhares de cartas emocionadas pedindo para que Getúlio ficasse, impediam os comícios do Brigadeiro, e consideravam ofensiva à forma como os opositores se referiam ao Presidente. Viam em Getúlio um “pai”, e com razão, estranhavam na campanha udenista a presença de figuras “carcomidas” como ex-presidente Artur Bernardes que perseguira os operários e reprimira os tenentes.

Como Getúlio fora capaz de construir tamanho apoio junto aos trabalhadores? A explicação mais óbvia, explicitada pela CLT (1943) é a organização da legislação trabalhista e a garantia dos direitos dos trabalhadores. Ainda que apenas para os trabalhadores urbanos, sindicalizados, portadores da carteira de trabalho, estes direitos sociais inexistiam na Primeira República e a esparsa legislação trabalhista de então ou era repressiva ou estava restrita a setores privilegiados de trabalhadores. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos evidencia a prevalência dos direitos sociais sobre os direitos políticos, criando uma cidadania tutelada. É natural que o ápice

destas medidas, a consolidação das Leis do Trabalho tenha aparecido justamente no momento em que se iniciava a crise do Estado Novo.

Vinculando-se a essa visão, Ângela de Castro Gomes defende o resgate do papel dos trabalhadores neste processo e aprofunda-o. Vargas promoveu sua cooptação, sem dúvida, mas a escolha de ser cooptado era uma entre muitas. Ela permitia algum grau de acesso às instâncias de poder a partir da criação do Ministério do Trabalho e da sindicalização vinculada ao Ministério como forma de acesso às garantias que a carteira de trabalho oferecia. Além dos benefícios materiais, o Ministério foi – sobretudo na gestão de Alexandre Marcondes Filho – capaz de ressignificar a história de luta dos operários brasileiros nos anos 1920, transformando a figura de Vargas em sua continuidade. Vem desse processo a mítica de "pai dos pobres", criada para Getúlio, seus recorrentes discursos aos "trabalhadores do Brasil" e as comemorações do 1º de maio. O governo oferecia aos trabalhadores vantagens tanto de ordem material quanto um referencial simbólico nada desprezível. A este deliberado processo de negociação desigual Ângela de Castro Gomes chamou de "Invenção do Trabalhismo".

Esta domesticação da força de trabalho de cunho corporativo paternalista agradava aos empresários brasileiros e era percebida como necessária para a implementação de uma economia industrial moderna, racional e cronometrada contra a qual se insurgia a figura mítica do malandro que tinha amplo apelo popular após três séculos de escravidão. Valorizar o trabalhador era também um modo eficaz de valorizar o trabalho, que em sua forma manual era, como nos ensinou Sergio Buarque, demonizado na sociedade luso-brasileira, antítese da "ética protestante"

weberiana. Era a tentativa, parcialmente bem-sucedida, de criar uma nova cultura de trabalho como dignificante e apagar a humilhante e simbólica negativa do escravismo. O próprio Vargas era retratado como o primeiro e incansável trabalhador do Brasil e sua carteira de trabalho, ainda hoje exposta no Museu da República, tem anotado o número 0001.

Isso explica o porquê, na feliz fórmula de Jorge Ferreira, no ocaso da ditadura crescia o prestígio e a popularidade do ditador. Dutra percebe a intenção continuísta de Getúlio, e os frequentes comícios queremistas com intensa presença comunistas, que reuniam milhares de pessoas, assustam os setores de elite e também o Embaixador norte-americano Adolf Berle Jr. Em flagrante intervenção nos assuntos internos do país, Berle Jr. faz discurso antiqueremista em Petrópolis e alerta para o perigo de uma eleição constituinte junto com a presidencial em recado claro para as Forças Armadas[308], o que irrita Getúlio. O estopim para sua deposição foi a nomeação conjunta para Prefeito e Chefe de Polícia do Distrito Federal de João Alberto e de seu irmão “Bejo” Vargas. Dutra e Góis Monteiro ordenam que os tanques sigam para o Catete e Vargas apresenta ao general Cordeiro de Farias sua renúncia em outubro de 1930, e segue para a fazenda do Itu, em São Borja, onde amargaria não tão longo “exílio” doméstico.

6.3 O Processo Econômico

Liberalismo ou Positivismo?
A política cafeeira. O câmbio e a moeda e
as finanças públicas.
Administração e Funcionalismo Público.
A industrialização e as instituições para o desenvolvimento. A questão do

petróleo.
A questão siderúrgica. O setor energético.
As consequências macroeconômicas sistêmicas.

O processo econômico da Era Vargas marca a transição de uma economia agrária para uma economia industrial. Esta transição só se completaria nos anos 1960, após o governo Juscelino Kubitschek, mas suas bases foram estabelecidas pelo Estado nos anos 1930, por um governo comprometido com a industrialização. Este comprometimento foi se estabelecendo gradualmente. Ainda se percebem resquícios do pensamento liberal anterior em muitas das medidas dos anos iniciais da Era Vargas. O presidente, que tinha sido ministro da Fazenda do liberal Washington Luís, também tinha tido formação positivista e castilhista no Rio Grande do Sul. Entre suas duas heranças acabou optando por emprestar sua biografia para simbolizar a adoção da opção intervencionista pelo país inteiro. Tratava-se de industrializar por meio da intervenção massiva do Estado na economia. A *ordem*, afinal, levaria ao *progresso* quase cinco décadas após a confecção da bandeira republicana pelas filhas de Benjamin Constant. Tratava-se de uma ordem autoritária e de um progresso desigual, mas, ainda assim, em parte graças às medidas tomadas pelo Estado crescentemente centralizado, o Brasil se tornaria, a partir de 1930 até o final dos anos 1970, o país de crescimento mais dinâmico do planeta[309].

A questão da cafeicultura encontrou na Era Vargas enfoque muito semelhante ao percebido em cada um dos segmentos sociais, políticos e econômicos do período: maior centralização e intervencionismo. Este intervencionismo, no entanto, não era inédito. Vinha sendo praticado pelos governos da Primeira República desde 1906. O que o

governo federal fará a partir da revolução será retomar a ideia de “defesa permanente do café”, retirando crescentemente a autonomia dos paulistas que tiveram seu “Instituto” esvaziado. A política da cafeicultura passaria a ser responsabilidade do Conselho Nacional do Café, substituído em 1932 pelo Departamento Nacional do Café (DNC). O candidato que se der ao trabalho de reler a última linha verá na própria nomenclatura os indícios da centralização em curso – notório quando um “Departamento” substitui “Conselho”. Do ponto de vista prático, o governo ou comprava o café paulista no ápice de sua superprodução ou deixava a cafeicultura quebrar.

Não se tratava exatamente de uma escolha, se lembrarmos que as divisas externas eram advindas sobretudo da cafeicultura. Dito de modo simplificado, lembremos que o café representava em 1930, mais de 70% dos dólares que entravam no país. Com 20 milhões de libras emprestadas dos ingleses, o governo comprou a safra paulista abaixo do preço tradicional para desespero dos produtores, evitando, entretanto sua falência. Ao longo dos anos seguintes o preço do café chegaria a um terço do que tinha alcançado antes da crise.

O que fazer com o café adquirido? “Dumpear” o mercado internacional era uma aventura arriscadíssima no contexto de retração sistêmica do comércio em curso (esta postura mudaria com o Estado Novo). Decidiu-se, então, por incinerar a produção em um total de 78 milhões de sacas ao final de uma década, segundo nos ensina Delfim Neto, pesquisador clássico do tema. Era o equivalente a três vezes o consumo anual do produto e, ao mesmo tempo, uma grande virada na economia política brasileira, já que, ao comprar abaixo do preço, pagando em moeda nacional

em crescente desvalorização, o governo federal desestimulava o ciclo de superprodução que as intervenções anteriores haviam favorecido. Por outro lado, ao queimar parcela significativa da produção, evitava que o preço caísse ainda mais e garantia que os recursos em dólares continuassem entrando no país, não raro, sob o controle do próprio governo[310], desestimulando as importações. Ao final do Estado Novo, o café havia caído de 72% para menos de 40% do total da pauta de exportações, perdendo lugar para o algodão (cujo crescimento se devera ao comércio compensado com a Alemanha), a borracha (insumo essencial para a indústria bélica norte-americana) e para os bens manufaturados.

Com Celso Furtado aprendemos que há relação direta entre a política cafeeira e o advento de uma indústria nacional moderna. Há décadas que o principal centro de crescimento industrial do país era São Paulo, e isso põe por terra a dicotomia do senso comum que opõe os industriais aos agricultores. No caso de São Paulo eram as mesmas pessoas que investiram inicialmente em atividades manufatureiras próximas à cafeicultura (transporte, ensacamento, mecanização) e crescentemente passavam à condição de industriais sem abandonar os vínculos tradicionais com o café. Com a desvalorização cambial, a renda do setor cafeeiro foi salva, ainda que o preço seguisse em queda. Pela primeira vez, a política intervencionista do governo contribuía decisivamente para estancar a superprodução e não o contrário, como tinha sido a norma desde o convênio de Taubaté. O mil-réis em queda contribuía adicionalmente para limitar as importações, estimulando a produção industrial no Brasil. Uma das principais medidas que contribuiu para isso foi que, já em 1931, o Banco do Brasil passou a deter o monopólio da

negociação de divisas. Passava ao Estado o controle da moeda forte, até então utilizada indiscriminadamente para o consumo de bens suntuários pelas oligarquias exportadoras.

Na correlação de forças entre os cafeicultores e o Estado, este não mais controlado pelos cafeicultores, inverte-se a lógica da República Velha. As medidas paliativas dos anos iniciais não foram suficientes para salvar a todos, e com o DNC, fica óbvio o poder do governo em determinar a política do setor cafeeiro, provocando a gritaria generalizada dos muitos paulistas arruinados. Mesmo com a crescente participação da indústria, minimizando a importância do café na pauta de exportações, ele seguia sendo o carro-chefe que garantia, inclusive, as divisas indispensáveis ao governo em sua política industrial. Era necessário proteger seu preço e evitar retaliações às suas vantagens tarifárias no nosso principal mercado consumidor, os EUA, o que motivou, mesmo a contragosto, à assinatura do Acordo Comercial de 1935, torpedeado incessantemente no Congresso pelos industriais e deputados classistas. Sem acordo não se venderia mais café, e sem café não seria possível investir no setor industrial. O acordo de 1935 e as difíceis negociações que permitiram a Vargas aprová-lo no Congresso de Deputados classistas articulados por Euvaldo Lodi marcam um novo momento das relações entre o Estado e os industriais, como veremos.

A política em relação ao café mudaria com a “carona” que os produtores colombianos estavam pegando na política brasileira de valorização do preço. O governo brasileiro queimava tanto café que isso acabou beneficiando os concorrentes. Nos anos iniciais do Estado Novo, o Brasil começa a reverter essa lógica iniciando uma política

agressiva de venda barata de café, e, aos poucos, abandonando a “cota do sacrifício” a ser incinerada. Depois de algum tempo, o Brasil, que em 1937 tinha caído a menos da metade das exportações globais de café, se recupera e volta para patamares em torno de 57%. Ao mesmo tempo, consegue incluir nos acordos de guerra com os Estados Unidos quotas fixas a partir de 1941, garantindo a venda da produção para o principal mercado consumidor, ansioso por agradar o governo brasileiro por razões mais políticas que econômicas. Tais idas e vindas permitiram inclusive a abertura tímida de novas frentes cafeeiras tanto em São Paulo quanto no Paraná, substituindo zonas em declínio que acabaram dando lugar à outras atividades.

No setor bancário e securitário houve intensa centralização. O papel dos bancos e seguradoras estrangeiras declinou sensivelmente e seu espaço foi sendo ocupado pelo Banco do Brasil e pelos bancos estaduais que crescem na atmosfera de nacionalismo em curso. No bojo das discussões nacionalistas da Constituinte de 1934 e da outorga da Constituição de 1937, houve a preocupação de nacionalização de todo o sistema financeiro estrangeiro, mas a solução adotada pelo governo foi mais branda. Impedia a entrada de seguradoras ainda não estabelecidas, mas permitia que seguissem funcionando as que já existiam sem que, no entanto, pudessem se expandir. Nacionalizava-se, assim, progressivamente o setor financeiro do país, garantida a primazia do Banco do Brasil, que desempenhava diversos papéis. Era ao mesmo tempo Banco Central e Banco de Fomento. Tinha função de provedor de crédito agrícola e industrial e desde 1931 controlava exclusivamente o câmbio[311]. O crescimento do Branco do Brasil é exponencial, mas já ocorria desde o período da Primeira República. Termina a Era Vargas com

35% do total de depósitos nacionais e presença em todos os Estados do país. No campo dos seguros, o processo de centralização em curso, com o objetivo de evitar a saída de recursos do país, encontraria seu ápice institucional com a criação do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) em 1939. Trata-se de um dos muitos exemplos de institucionalização burocrática da política de desenvolvimento nacionalista em curso.

No plano macroeconômico, os anos iniciais foram de consolidação das opções do Estado mediante turbulência política sem precedentes – José Murilo de Carvalho contabiliza entre 1930 e 1933 mais levantes militares que sob o governo dos regentes – o que legou ao PIB crescimento débil, da ordem de 1% ao ano. A partir de 1933, superada conjuntura da guerra paulista e da seca cearense de 1932, a média do crescimento do PIB ultrapassa os 10% até 1945, e isso se deve à indústria e à melhoria da capacidade do Estado de administrar suas finanças em tempos turbulentos de escassez de divisas. O gerenciamento da dívida externa é um exemplo disso[312].

A limitação creditícia por um lado e a melhor capacidade de negociação por outro estabilizaram o valor da dívida que se reduziria significativamente ao longo do Estado Novo. A formação de pessoal qualificado fez com que por quase duas décadas o governo brasileiro prescindisse de receber notáveis estrangeiros, como Otto Niemeyer, do Banco da Inglaterra que veio ao Brasil em 1931 em missão para viabilizar a concessão de empréstimos britânicos. A Missão Niemeyer fez recomendações ortodoxas de equilíbrio orçamentário, inviáveis[313] aquela altura, quando se agudizava a deterioração das condições macroeconômicas sistêmicas. A própria Inglaterra abandonaria o padrão-ouro

logo depois do fim da missão, sinalizando para o Brasil que o caminho velho não mais servia.

A partir de 1933, com a superação dos anos mais graves da crise, o Brasil retoma o índice de crescimento, vivendo até os anos de guerra um verdadeiro "primeiro" milagre econômico. O monopólio cambial do Banco do Brasil é suspenso em 1934 (voltará em 1937) e o que tinha sido deflação de 1929 a 1932 começa a se tornar inflação. Com a 2a Guerra Mundial, a necessidade de meio circulante se torna tão intensa que o mil-réis é trocado pelo cruzeiro pela simples razão de maior necessidade de moeda no quadro de desvalorização em curso. Ao mesmo tempo, finalmente se superava o quadro de dependência orçamentária com base nos tributos de importação que vinham desde o Império. Uma vez que as importações diminuam, e o governo se esforçava para diminuí-las ainda mais, restringindo-as aos bens essenciais e insumos para a indústria – máquinas para a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no início dos anos 1940, por exemplo –, a participação dos impostos de importação na arrecadação total foi reduzida drasticamente ao longo da Era Vargas[314].

Mas o governo tentava ainda assim manter o equilíbrio orçamentário *quase* atingido entre 1935 e 1936, em parte graças ao chamado "esquema Aranha" formulado pelo homem forte do governo provisório, agora Ministro da Fazenda, que estendia ainda mais os prazos de pagamentos da dívida, mas o *quase* é significativo. O "esquema" acabou jogando para frente as parcelas que comprometeriam o equilíbrio orçamentário dos anos seguintes. Com o Estado Novo viria outra moratória (1937), recebida com protestos pelos credores, mas com menor dramaticidade pelo governo americano que tinha interesse em uma parceria estratégica

com o Brasil que reduzisse a presença alemã no país e garantisse o fornecimento de matérias-primas estratégicas para a indústria em caso de guerra.

Além da salvação da cafeicultura, o destino preferencial dos crescentes gastos estatais será o funcionalismo que se expandiu de modo sem precedentes na Era Vagas. Uma das vertentes mais fortes do processo de centralização em curso era a formação de uma burocracia weberiana subordinada à Presidência da República. O crescimento e aparelhamento do Estado será uma das metas do Ministério do Trabalho e sua base teórico-ideológica está presente no positivismo castilhista, no pensamento autoritário de Alberto Torres e na ação dos tenentes herdeiros de ambas as tradições. Não é de se surpreender, portanto, a presença recorrente de militares em atividades de promoção do desenvolvimentismo, auxiliando os técnicos e engenheiros ou atuando eles próprios nestas funções[315] imbuídos da ideologia nacionalista. O ápice desta visão foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1938 que buscou modernizar a estrutura administrativa do Estado introduzindo princípios meritocráticos e generalizando a prática de admissão por meio de concurso público.

Intervenção estatal. Controle de divisas. Desvalorização da moeda. Crescimento e qualificação do funcionalismo. Desestímulo à produção cafeeira. Ideologia nacionalista modernizadora. Cada um destes fatores em consonância com a conjuntura internacional contribuiu em maior ou menor grau para o deslanchar de um processo industrializante que a historiografia reconhece ter tido lugar durante a Era Vargas. É importante reconhecer que havia significativa base industrial herdada do período anterior,

mas sua ampliação se deveu indubitavelmente a políticas de fomento, como a tarifa de 1934 (protecionista), a política cambial e os estímulos do Banco do Brasil[316]. A legislação trabalhista e previdenciária também teve impacto favorável ao regular e disciplinar o mundo do trabalho.

Os setores tradicionais da indústria brasileira – têxtil, alimentos, bebidas e fumo – crescem, mas perdem participação no conjunto da produção de manufaturados para setores novos das indústrias de base como metalurgia, mecânica, cimento, e também papel[317]. Na década que transcorreu entre a Revolução até à eclosão da Segunda Guerra Mundial, a metalurgia cresceu 300%, a mineração mais de 500% e o setor de papel 700%. O ritmo da substituição de importações no setor de base é incrível. Em 1937, quase todo o cimento e ferro gusa consumido é produzido no próprio país. No caso do aço – em lingotes – esse consumo chega à 3/4, mesmo sem uma grande siderúrgica nacional, que só viria na década seguinte.

É muito significativa a prevalência do Estado de São Paulo, onde esta diversificação é ainda mais intensa e o processo desenvolvimentista o mais dinâmico. Esta primazia do Estado onde a oposição ao governo tinha sido a mais aguerrida, trouxe, naturalmente, consequências políticas. Segundo Eli Diniz, estabeleceu-se um novo tipo de relação entre o governo e o empresariado, mediado por uma pletora de novas instituições diretamente relacionadas à promoção das atividades econômicas e do desenvolvimento. Por meio destas instituições[318], o governo conquistava maior autonomia em relação aos grupos oligárquicos ou empresariais estabelecidos que antes se dirigiam ao aparato estatal sem mediadores, quando não os dirigia diretamente. Com um Estado crescentemente

intervencionista, burocratas mais qualificados, técnicos incorporados crescentemente com base na meritocracia servem de mediadores dos interesses do empresário individual, da coletividade do empresariado e, claro, do governo. O desenvolvimentismo se institucionaliza, incorporando e, em muitos casos, protegendo os interesses do empresariado[319], que passa crescentemente a perceber o Estado como um aliado, e não mais como um rival[320], ainda que com momentos de tensão, como quando da aprovação do Acordo Comercial com os Estados Unidos em 1935.

Durante o Estado Novo, o intervencionismo, já sem opositores, e contando com a aliança dos setores empresariais, venceria todos os óbices da herança liberal e assumiria plenamente sua vocação econômica dinamizando, sobretudo, os setores considerados estratégicos da indústria de base e infraestrutura. Maria Antonieta Leopoldi argumenta que o estudo da política governamental para os setores de *petróleo*, *energia elétrica* e *siderurgia* fornecem os melhores exemplos da institucionalização do desenvolvimentismo brasileiro no período. Por se tratarem de questões controversas no seio da elite nacional, foi apenas com o estabelecimento de algum consenso congregando militares, industriais e a burocracia estatal que foi possível ao Estado passar do papel de promotor da industrialização para o papel de empresário direto, para horror dos liberais mais radicais que até hoje pelejam pela privatização[321]. É curioso que em cada um destes casos a definição do caminho a ser seguido pelo Estado evoca considerações de ordem sistêmica.

O caso do petróleo evidencia mais dissenso do que consenso. Importado por refinarias privadas nos anos de

1930, o petróleo vai ganhando importância e se tornando uma preocupação de Segurança Militar. Um general, Horta Barbosa presidiu o CNP de 1938 a 1943 e só perdeu força com a entrada no Brasil na guerra, o que minimizou suas posições nacionalistas. As propostas dos industriais (Simonsen, por exemplo) era uma divisão – 40% para o capital estrangeiro e 60% para as empresas nacionais – que apesar de considerada pelo Estado, não vingou. Este debate ainda se estenderia por uma década até que prevaleceu, em 1953, a posição de Horta Barbosa em defesa do monopólio estatal[322], que passara, com a redemocratização, a contar com amplo apoio popular com a campanha "O Petróleo é Nosso". Depois de 1953, após uma década de paixões acirradas em ambas as posições, com lobby agressivo das empresas estrangeiras por uma regulamentação mais liberal das prerrogativas nacionalistas da Constituição de 1946, coube a elas apenas a distribuição do combustível, já que a Petrobras passava a deter o monopólio da extração e do refino. Certamente por conta do dissenso entre os vários atores políticos, o debate se inicia com o Estado Novo, mas só se resolve 15 anos depois.

Bem menos controversa foi a questão siderúrgica. Sucessivos fracassos da iniciativa privada de construir um grande complexo siderúrgico nos anos de 1920 e 1930 foram evidenciando progressivamente a necessidade de intervenção estatal para a superação do quadro de pequenas e médias empresas siderúrgicas privadas[323], que falhavam em aproveitar todo o potencial mineral brasileiro[324]. A pressão dos militares contribuiu decisivamente para a crescente presença do Estado na construção de uma grande siderúrgica nacional. A decepção do governo com a desistência da US Steel em investir no

Brasil foi percebida, segundo Gerson Moura, pelo Embaixador americano e chegou ao Departamento de Estado norte-americano, que decidiu apoiar o projeto siderúrgico brasileiro em benefício das relações bilaterais, que pareciam ficar seriamente prejudicadas com a recusa da empresa criada por Andrew Carnegie. Foi criada em 1940 a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, que contava com a presença de militares como Edmundo Macedo Soares e empresários como Guilherme Guinle. Se não fosse com o capital privado nacional, nem com o capital estrangeiro, o Estado faria, se necessário sozinho, e de qualquer modo, sua siderúrgica. Tornar-se-ia assim, mais por necessidade que por desejo, um Estado-empresário, com amplo apoio dos militares, burocratas e empresários ávidos por coque, ferro-gusa e aço. Os custos, no entanto, eram proibitivos e precisavam de financiamento estrangeiro, o que, em um contexto de radical restrição de créditos internacionais, só seria possível no bojo de uma negociação política mais ampla, segundo Gerson Moura. Flertava-se tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos. A Krupp promete a siderúrgica para depois da guerra, e para evitar o aumento da influência alemã quase explícita nos discursos de Vargas de junho de 1940, o governo norte-americano abriu os cofres do Eximbank por determinação direta do presidente Roosevelt.

A capacidade de barganha do governo – objeto de controvérsias entre Marcelo Paiva Abreu e Gerson Moura – foi fundamental para que o financiamento do setor siderúrgico do Eximbank, inicialmente previsto em 20 milhões de dólares, alcançasse a soma de 45 milhões. A CSN criada no início dos anos 1940 sofreu imensamente com a necessidade de importação de máquinas em tempos de guerra – e o risco de que os navios que transportavam

esse maquinário fossem bombardeados – e só alcançou sua produção plena em 1948, três anos depois de sua inauguração. Mesmo depois disso, o Estado seguiu investindo intensamente, tanto na CSN quanto em companhias siderúrgicas privadas ao ponto de que em determinado momento o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1953, chegou a ser chamado de Banco do Aço.

Deste modo, na questão do petróleo, a falta de consenso adiou a decisão, finalmente definida em bases nacionalistas apenas nos anos 1950 e, na questão siderúrgica, a falta de capacidade e/ou recursos da iniciativa privada favoreceu o consenso e forçou o Estado a se tornar empresário. Na questão da energia elétrica prevaleceu o confronto aberto entre o Estado e as companhias concessionárias que formavam *holdings* poderosíssimas desde a Primeira República, controlavam o fornecimento, a distribuição de energia e os serviços de bondes e se opunham ao intervencionismo do Estado. O confronto começa quando o governo, pressionado pela falta de divisas, proíbe reajustes que garantiam historicamente a rentabilidade das empresas (“cláusula ouro”) a menos que fosse comprovado o custo real do serviço. As empresas se recusam a abrir suas contas para o governo o que congela por décadas as tarifas, impactando negativamente nos investimentos, que igualmente são congelados. Recursos à justiça e resistência contra as instituições frágeis que regulavam o setor – vinculadas ao Ministério da Agricultura – adiam por muitos anos a modificação da situação herdada do período anterior.

Ainda assim, se percebem vitórias relevantes do Estado no confronto com a Light e a Amforp, as duas maiores concessionárias em atuação no país. O Código de Águas,

que o Congresso da Primeira República não fora capaz de aprovar em 1907, reaparece de modo significativamente mais centralizador em 1934 sob o comando de Juarez Távora no Ministério da Agricultura. Centraliza também a concessão, antes a cargo dos Estados e Municípios, agora exclusividade do governo Federal.

Agindo nas brechas da falta de investimentos das concessionárias, o governo vai aos poucos aderindo ao modelo norte-americano de grandes hidrelétricas do *New Deal*. A Cia. do Vale do Tennessee serve de inspiração para a CHESF, empresa formada com o objetivo de construir e gerir a hidrelétrica de Paulo Afonso, que supriria em parte os “buracos negros” que iam surgindo com a falta de investimentos. Apagões e faltas d’água se tornam frequentes nos anos de 1940 e 1950, inspirando marchinhas carnavalescas[325] e a presença do Estado se fazia cada vez mais premente. Apesar da criação da CHESF, ao final do Estado Novo, seria necessária ainda maior presença do Estado, tanto como empresário como regulador do setor energético. A fórmula definitiva, no entanto, seria ainda mais tardia que a da questão petrolífera. A Eletrobras, inspirada na CEMIG mineira de JK, “foi obstaculada até o desespero” conforme o próprio Vargas afirmava dramaticamente em sua Carta Testamento (1954), sendo implementada apenas no governo de João Goulart quase dez anos depois.

Como consequência político-econômica da “opção” brasileira, durante a 2a Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiram definitivamente o papel de “sol” da economia brasileira tanto em termos de comércio quanto em termos de investimentos diretos, ultrapassando os ingleses também neste quesito. Pesou nesse sentido os créditos do Eximbank

(45 milhões de dólares) e os investimentos diretos de setores privados como os de Henry Ford na Amazônia ou aqueles feitos no setor de transportes e mineração em Minas Gerais para o escoamento dos minérios essenciais ao esforço de guerra. O Brasil se beneficiara imensamente da parceria bilateral mas agora, com o fim da Política da Boa Vizinhança, se via às voltas com um problema que caracterizaria todo o governo Dutra e parte do 2o governo Vargas.

As divisas acumuladas pelo governo brasileiro tornavam-nos alvo preferencial da investida exportadora deslanchada pelo governo dos Estados Unidos que, ao fim da guerra, não mais via com bons olhos a ideia de substituição de importações e se sentia desconfortável em ter como aliado uma ditadura[326]. Não havia mais com quem barganhar e o alinhamento não traria mais as recompensas em um momento onde a "aliança especial" não passava de uma ilusão (Gerson Moura). De aliado, o governo dos Estados Unidos passava a ser percebido pelos setores nacionalistas brasileiros cada vez mais como um obstáculo ao desenvolvimento.

6.4 As relações internacionais do Brasil (1930-1945)

Liberalismo inercial. Projeto desenvolvimentista gradual.
Os acordos comerciais dos anos 1930. O Contexto Internacional de Crise do Liberalismo. A Política da Boa Vizinhança. O comércio compensado com a Alemanha e o Acordo Comercial de 1935 com os EUA. A Equidistância Pragmática e a política de barganhas. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A "mão" de Washington no fim do Estado Novo.

Periodizar é um exercício político. Na seara dos estudos históricos, a periodização nunca é isenta ou neutra, e os intérpretes da história, mesmo quando herdam marcos inequívocos de ruptura como 1889, 1930 ou 1937, podem ressignificá-los, valorizá-los ou desmerecê-los. No campo da história das relações internacionais do Brasil, a década de 1930 é unanimemente percebida como um divisor de águas. Inaugura-se durante a Era Vargas o paradigma desenvolvimentista de Política Externa. Uma política externa prioritariamente a serviço do desenvolvimento industrial do país.

No imediato pós-revolução, no entanto, estes ditames grandiosos ainda não estavam claros. Em que pese a força do tenentismo e seu compromisso com a modernização do país, o movimento revolucionário de 1930 contava em suas fileiras um numeroso grupo de oligarcas dissidentes acostumados ao relativo *laissez-faire* da Primeira República, entre eles o próprio Getúlio que tinha sido o primeiro ministro da Fazenda de Washington Luiz, o presidente que restaurara o padrão-ouro. Para muitos, o que se devia fazer era aguardar o retorno da normalidade econômica que certamente viria passada a tempestade sistêmica da crise de 1929. Até lá, o governo deveria agir cautelosamente e seu intervencionismo seria reativo, não proativo.

Mas a crise de 1929 virou a Grande Depressão dos anos 1930 e o que era paliativo e temporário começou a se insinuar na perenidade, institucionalizando-se nas agências e ideias do grupo que havia tomado o poder. Assim, paulatinamente, estimulado por externalidades estruturais, o projeto desenvolvimentista brasileiro foi sendo construído, conforme observa e defende Francisco Corsi. Este autor acredita que apenas em 1937 podemos identificar

claramente o desenvolvimentismo industrialista encastelado no aparato estatal e sendo por ele fomentado. Antes disso, o debate ainda estava em curso, e, mesmo que crescentemente consensual ao compromisso industrialista, não era capaz de chegar ao mesmo grau de consenso quanto ao papel que teria o Estado nesta meta. Estado forte para os paulistas, vanguarda da industrialização nacional, evocava quase automaticamente “ditadura tenentista” e escravização militar de São Paulo. A luta por autonomia paulista era em certo nível de simplificação uma luta pela manutenção de algum liberalismo.

A maior parte dos industriais paulistas que havia angariado ou aumentado suas fortunas nas franjas da economia cafeeira ou diretamente vinculados a ela, tinham grande fé nos dogmas liberais da Primeira República e o defendiam ferrenhamente, como ficou claro nos debates da Constituinte de 1934. Industrializar sim, Estado não. A modernização seria um movimento da sociedade exclusivamente, cabendo ao Estado o papel de fornecer os meios de suporte ao empreendedorismo: estabilidade econômica, acesso aos mercados internacionais, infraestrutura de transporte e energia, estímulo à educação, sem se exceder em medidas de fomento e sem obstaculizar o espírito da livre-iniciativa.

Esta visão é perfeitamente exemplificada pela obra e vida de paulistas como Roberto Simonsen e Monteiro Lobato. O primeiro, rebelde em 1932, foi o articulador na Constituinte da bancada industrialista de São Paulo e fundador da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde lecionou história econômica, base para muitos de seus livros. O segundo, empreendedor de sucesso, bissexto no mercado editorial e na prospecção de petróleo, virou

panfletário da livre-iniciativa nos moldes norte-americanos. Anos depois do golpe do Estado Novo, tal vertente se revigoraria na releitura udenista dos anos de redemocratização ao final da 2a Guerra.

Essa contenda sobre o "como?" da industrialização brasileira teve naturalmente impacto no exercício da Política Externa do Governo Provisório. Ricardo Seitenfuss defende que os homens que tomaram o poder em 1930 davam importância limitada à inserção internacional, exceto naturalmente no caso dos temas econômicos: comércio (de café, sobretudo) e dívida externa. Justamente os temas que poderiam minimizar o estrangulamento creditício e a escassez de divisas em curso. Voltar-se para dentro foi, nos primeiros anos, menos uma opção e mais uma necessidade. Mas como se justificar isso para fins de propaganda e consumo interno? O nacionalismo era a resposta que encontrava respaldo tanto na vocação dos militares que apoiaram o golpe quanto na demonização da República "Velha" anterior retratada como submissa ao imperialismo dos fortes.

Críticos do governo Washington Luís e da sua aproximação com os Estados Unidos na chancelaria de Octavio Mangabeira – não por acaso, futuro líder udenista – viam no americanismo do último presidente da Primeira República indícios de uma submissão estrutural à Washington. Washington Luís representaria assim toda a vocação submissa da República, não por acaso, "Velha". Tratava-se de uma visão de dependência por metonímia. Tal visão, fortemente controversa, como podemos depreender da leitura das obras de Eugenio Garcia, marcaria a historiografia e ajudaria a conformar o marco de 1930 como

data de ruptura seminal tanto na política interna quanto na política externa.

O que se percebe, ao menos no campo da política externa, que o que se deu foi muito mais uma transição gradual de paradigma que uma ruptura da noite para o dia. Essa transição que durou toda a primeira metade dos anos de 1930 teve como principal motor a permanência das restrições sistêmicas que sofria a atuação externa do país com o agravar da Grande Depressão e da restrição creditícia e escassez de divisas dela advinda. Assim, com o objetivo de permitir o escoamento da superprodução de café e a diversificação de parcerias que minimizassem a dependência do mercado estadunidense, o Brasil buscou o estabelecimento de acordos de comércio bilaterais com dezenas de países. Estes acordos celebrados foram a tônica da ação externa da chancelaria de Afrânio de Melo Franco (1930-1933)[327], ele próprio um diplomata e deputado destacado da velha ordem, representante do Brasil na Liga das Nações nos anos de 1920.

Os mais de 30 acordos comerciais se comprometiam, como é óbvio supor, a desagravar tarifas alfandegárias, comungando, portanto, da matriz liberal que acreditava no retorno, cedo ou tarde, da ordem pré-1929. Não sobreviveram ao contexto de Crise dos anos de 1930, e descumpridos tanto pelo Brasil quanto por seus parceiros seriam todos, sem exceção, denunciados até 1935. Aos poucos, o liberalismo inercial ia dando lugar a uma política externa mais focada no fomento à industrialização por substituição de importações, o que nos leva ao exame dos parceiros comerciais que poderiam efetivamente viabilizar ou obstaculizar a modernização: os Estados Unidos da América e a Alemanha nazista. Foram os dois únicos

acordos comerciais assinados pelo governo brasileiro após 1934.

Ambos os países haviam passado por transição política significativa em janeiro de 1933. Em Berlim, a formação de um governo de coalizão liderado por Hitler em breve daria lugar a uma autocracia nazista que poria fim à República de Weimar e sua Constituição inaugurando o regime malévolo mais demonizado da história humana, mas admirado e emulado por muitos de seus contemporâneos, não excluído o Brasil. Em Washington, a transição menos radical de quase sete décadas de hegemonia republicana[328] para um período de sucessivas presidências democratas (duas décadas) se iniciava.

Imediatamente se fez sentir o peso de um governo bem mais intervencionista detestado pelos liberais de Wall Street. A intervenção se daria ao longo dos anos que se seguiram ao *New Deal* em quase todos os campos da vida social – das artes aos sindicatos, da produção industrial à agricultura – fortalecendo imensamente a Presidência da República, o alcance do Estado, o tamanho do funcionalismo público e criando as bases do que seria o *Wellfare State* vigente por quase cinco décadas, e ainda vivo em muitos aspectos. A política externa não foi exceção. O liberalismo aparecia abalado no reino da prosperidade capitalista norte-americana e ferido de morte na Europa central. A política externa destas duas potências não tardaria em colocar o governo brasileiro igualmente revolucionário em seu radar.

No caso dos Estados Unidos é muito bem estudada a transição das três décadas de “Big Stick” para a Política da Boa Vizinhança[329]. Basta-nos aqui lembrar que poucas eram as diferenças em termos de seus objetivos entre uma

e outra política. Nos dois casos tratava-se de garantir a supremacia comercial norte-americana na região, a segurança dos bens e direitos dos cidadãos estadunidenses e a aliança diplomática da região contra eventuais inimigos europeus, na esteira da velha Doutrina Monroe. As diferenças eram de duas ordens: o método e a ideologia.

A primeira é mais óbvia, mudava a forma de se alcançar os objetivos. A América Latina deixava, com Franklin Delano Roosevelt, de ser a “mulher de malandro” americana sujeita a constantes intervenções em nome da democracia ou da defesa contra a intervenção europeia. Passava a ser, no mínimo, amante cortejada. Empréstimos do Eximbank, cooperação técnico-cultural e militar, tolerância com governos de perfil mais nacionalista, missões financeiras e estímulos para que empresários americanos investissem em setores estratégicos dos governos da região contribuíram para a melhoria das relações no eixo vertical do hemisfério. O “grande irmão do Norte” finalmente aprendia a agir como irmão maduro, excluindo o porrete como método de negociação.

A segunda, menos notada, é ideológica. Se antes, por mais contraditório que possa parecer, era a “Democracia” o objetivo declarado das intervenções do Big Stick – por isso mesmo sempre seguidas de eleições locais que ratificavam a vitória, não raro efêmera do partido pró-Casa Branca – agora, fins mais pragmáticos não permitiriam que se insistisse na promoção da democracia continental em um hemisfério onde as únicas democracias estáveis eram os Estados Unidos e o Canadá. Convinha abandonar a ideia de promoção da democracia e aceitar a *realpolitik* do convívio com ditaduras que forçavam o Secretário americano a enunciar frases de cinismo espetacular como a que se

referia à Trujillo ou Somoza[330], ou que assim lhe atribuíram. Substituía-se assim a democracia pela neutra ideia de pan-americanismo, a solidariedade geograficamente determinada entre os povos da América, perfeitamente ilustrada pelo encontro animado do Pato Donald com Panchito e Zé Carioca no longa "The Three Caballeros" no qual Walt Disney sintetizava à Boa Vizinhança em 1945[331].

Se no caso americano o *Soft Power* da Boa Vizinhança motivava a conquista dos "corações e mentes" da região latino-americana, a estratégia de sedução nazista se restringia aos canais mais tradicionais de influência bilateral: o comércio, os intelectuais e os militares. As três coisas se inter-relacionavam, já que a parte relevante do comércio entre o Brasil e a Alemanha em meados da década de 1930 era de material bélico alemão importado pelas Forças Armadas brasileiras. Os militares brasileiros estavam frustrados desde 1932 com a ambiguidade francesa em seguir vendendo arma ao Exército no contexto da luta contra os constitucionalistas paulistas. Mas onde encontrar divisas para financiar a compra destes armamentos em um quadro de restrição sistêmica dos empréstimos e das exportações de café?

Também os alemães careciam de divisas, e sofrendo do mesmo problema surgiram com uma solução criativa, graças à perspicácia de Hjalmar Schacht[332] no tocante a questão da balança de pagamentos. Gustavo Franco, em texto sublime que não pode deixar de ser elogiado, resume assim a questão e suas implicações no sistema internacional:

> A Alemanha devia procurar equilibrar seu comércio exterior em bases bilaterais, usando controles cambiais administrados pelo Ministério da Economia de modo a que o país comprasse apenas até o equivalente ao que fosse capaz de vender. O esquema agradou em cheio, e Schacht, feito ministro, pode colocá-lo em prática quase que imediatamente. Pouca coisa gerou mais irritação aos parceiros comerciais da Alemanha, que se puseram a fazer o mesmo com redobrada hostilidade. Nada resultaria mais emblemático desse momento de desintegração da economia internacional: uma regressão a um mercantilismo primitivo que colocava diversas nações a um passo da autarquia e, ademais, parecia um prelúdio a uma economia de guerra que parecia já se desenhar. (FRANCO, Gustavo B. *Prefácio ao Setenta e Seis anos de minha vida*, de Hjalmar Schacht, p.12).

Não era o caso do Brasil. Ao contrário, ao invés de hostilidade, o que se verificou foi adesão e emulação ao ponto que, em poucos anos, a Alemanha, ocupando crescentemente o espaço britânico, rivalizaria e finalmente ultrapassaria os Estados Unidos como principal parceiro comercial brasileiro sem que fosse necessário o recurso a uma grande quantidade de divisas. Era o comércio compensado.

Concebido para justamente minimizar a necessidade de troca de moedas, o comércio compensado era uma espécie de escambo sofisticado nos quais os produtos brasileiros, comprados no Brasil por uma Câmara de comércio compensado envolvendo apenas mil-réis, na prática, trocava, usando dólares ou libras apenas como padrão, estes mesmos bens por material manufaturado alemão adquirido com o desembolso exclusivo de *reichmarks* por uma Câmara de comércio compensado similar na Alemanha. Ao final do exercício, as diferenças eram contabilizadas e quitadas ou postergadas, excluindo assim a necessidade de divisas, dado que este ajuste era forçosamente transformado em produtos.

Tratava-se de um plano perfeito para o contexto da Grande Depressão, e uma péssima notícia para os Estados Unidos que viam a Alemanha preenchendo as necessidades de fornecimento de bens manufaturados, sobretudo armas para o governo brasileiro, em muitos casos por preços nominais muito superiores aos praticados pelos fabricantes americanos. Mas os americanos não aceitavam café ou açúcar como pagamento e os alemães, graças ao esquema do comércio compensado, sim. E o café seria queimado de qualquer forma. Acordos assinados em 1934 e 1936 garantiam que o governo brasileiro poderia exportar para a Alemanha couro, laranja, carne enlatada, tabaco além do café e principalmente do algodão[333], sem depender do mercado norte-americano em retração e fugindo ao modelo de comércio liberal que os Estados Unidos tentavam impor ao Brasil desde 1933.

Finalmente, conseguiram em 1935, com a ratificação na Câmara dos Deputados, o acordo de comércio bilateral entre os dois países. Isso não foi conseguido sem a forte pressão do Presidente junto aos Deputados classistas e, principalmente, Euvaldo Lodi, líder industrial e deputado, que suspeitava do prejuízo que abrir o mercado brasileiro aos manufaturados estadunidenses provocaria na incipiente indústria nacional. A alternativa era ainda mais amarga. Se não fosse ratificado, o governo do Rio de Janeiro poderia esperar retaliação norte-americana, muito provavelmente em restrições a entrada do café Brasileiro, então responsável por mais de 2/3 da pauta de exportações do país. Era o fogo ou a frigideira. O Brasil então assina e ratifica o acordo e inicia a segunda metade da década de 1930 com um pé na América e o outro na Alemanha, num equilíbrio delicado.

Para Gerson Moura, teve início neste momento, na política comercial brasileira, o que ele chamou de Equidistância Pragmática. Trata-se de uma crítica conceitual à ideia de “política pendular” relevante na historiografia dos anos de 1970. Como o próprio nome sugere, a política externa brasileira, segundo o entendimento “pendular”, oscilou ao longo dos anos de 1930 entre Washington e Berlim em busca de melhores condições de parceria bilateral até finalmente se definir pelo lado americano. Este conceito tem o inconveniente de atribuir ao Itamaraty e a Vargas uma postura errática, como se o país não soubesse direito o que queria e de certo modo caracterizando a continuidade inserção internacional brasileira dos anos de 1920, “entre a América e a Europa” tal qual o entendimento de Eugênio Vargas Garcia.

A controvérsia historiográfica que se seguiu à crítica do pretenso ‘pêndulo’ de Vargas não é irrelevante. Trata-se, afinal, de explicar a participação brasileira na 2a Guerra Mundial, tema dos mais caros à história diplomática. Qual a razão pela qual um regime autoritário, análogo em muitos aspectos aos fascismos do Eixo optou por permanecer do lado dos Aliados após flertar por mais de meia década com o nazismo alemão? Dois caminhos hermenêuticos são possíveis.

O caminho estrutural, defendido com ênfase na economia por Marcelo Paiva Abreu e na estrutura do sistema internacional por Vágner Camilo Alves, assevera a inevitabilidade da aliança Brasil-Estados Unidos. Os vínculos de ordem cultural, histórica, comercial e, claro, geográfica reforçam este entendimento. Nesta visão, o Brasil não teve outra alternativa a não ser se unir ao aliado tradicional, potência hegemônica da região. Os frutos atribuídos por

Gerson Moura à aliança com os Estados Unidos teriam sido liberalidades de Washington ou frutos da própria dinâmica do capitalismo americano.

Gerson Moura discorda *com veemência.* Mais que simples concessões liberais ou benesses tais frutos foram conquistados pelo Estado brasileiro mediante barganha e diplomacia talentosa, aproveitando-se da situação internacional favorável de disputa entre alemães e americanos. Em seu livro *Autonomia na Dependência*, o falecido professor da PUC-Rio defende que o governo brasileiro conseguiu cavar, mesmo em face da enorme assimetria de poder existente no sistema internacional, um espaço de autonomia decisória por meio de barganhas bem negociadas entre as potências. Eis o Pragmatismo Equidistante. Em resposta aos seus críticos, defendia que a equidistância era política, não “geométrica”. Não significava ignorar a maior proximidade dos Estados Unidos em termos financeiros, culturais, e históricos, mas entender que no plano comercial onde havia maior simetria, o Brasil podia se beneficiar, em um contexto de restrição sistêmica, ao fazer comércio ao mesmo tempo – liberal e compensado – com as duas potências, sem precisar escolher. Convinha ao Brasil manter-se o máximo possível no ponto neutro, equidistante, onde teria canais de comunicação abertos com os dois lados. Isso maximizava a nossa possibilidade de ganhos. Não havia pendularidade ou oscilação. O Brasil optara conscientemente pelo meio.

Com a eclosão da guerra em 1939 a equidistância comercial começa a ruir, sobretudo por razões logísticas[334]. Aos poucos a equidistância ia dando lugar à barganha, e o equilíbrio ia se tornando crescentemente mais difícil. Não é à toa que data de 1939 a Missão de Góes

Monteiro a Washington e o início das negociações para o reaparelhamento das Forças Armadas nacionais que se consubstanciaria nos marcos do *Lend and Lease Act*. As Forças Armadas eram a instituição onde se encastelava mais fortemente as posições germanófilas (Eurico Gaspar Dutra e o próprio Góes Monteiro), embora não falte quem defenda que tal polarização no seio da burocracia brasileira dos anos 1930 e 1940 era calculadamente orquestrada por Vargas para assim extrair melhores dividendos. O lado americanista tinha como defensor prioritário o chanceler Oswaldo Aranha, embaixador em Washington que se demitira em 1937 em protesto contra o golpe de Estado, mas retornara ao Ministério como chefe em 1938.

Gerson Moura congrega as explicações da terceira imagem – o sistema internacional – incorporando em sua análise os agentes e a burocracia de Estado (primeira e, sobretudo, segunda imagem) que souberam habilmente se valer das brechas que o sistema internacional oferecia para angariar alguma autonomia mesmo em um contexto de fortes restrições estruturais. Conseguiram assim o apoio norte-americano para o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), objetivo central para o projeto desenvolvimentista em curso, e o reaparelhamento das Forças Armadas.

No caso da CSN, são bem conhecidos os meios pelos quais se deu a barganha. Seduzido pela proposta de criação privada de uma grande siderúrgica norte-americana no Brasil – proposta originalmente pela US Steel do grupo Carnegie – o Estado ainda não dava os passos mais consistentes para longe do liberalismo que consistiria em assumir ele próprio o papel de empresário. O abandono da ideia por parte da US Steel[335] incomoda o governo

brasileiro que ensaia – sincera ou calculadamente – aproximação com a Alemanha nazista, cujo marco retórico foi o discurso do presidente à bordo do navio Minas Gerais, o mesmo comprado 30 anos antes pelo Barão do Rio Branco e palco da Revolta da Chibata o que não deixa de ser uma ironia[336]. No discurso, proferido em junho, logo depois da entrada de Hitler em Paris, era um elogio explícito ao regime alemão, “as nações fortes da Europa” e foi imediatamente reportado ao Departamento de Estado norte-americano e ao Presidente Roosevelt que interveio pessoalmente para viabilizar o financiamento do Eximbank que permitiu a construção da CSN.

O episódio, que não é singular[337], fortalece a interpretação que foca na percepção de Washington. Washington percebia ser possível uma aliança entre o Brasil e a Alemanha. Essa percepção era o cerne da estratégia brasileira ainda que se reconheça a assimetria de poder favorável aos Estados Unidos. Dentro da lógica da política da Boa Vizinhança, era mais simples e fazia mais sentido cortejar o Brasil do que ter que lidar no futuro, possivelmente militarmente, com as consequências de uma aliança brasileira com Berlim. Por mais improvável que fosse essa aliança, segundo análises posteriores, é fato relevante que ela parecia provável aos olhos dos tomadores de decisão estadunidenses graças às ações e discursos dos tomadores de decisão brasileiros, e é isso que importa.

Para o sucesso da Política da Boa Vizinhança, mesmo a neutralidade brasileira era vista como perigosa, como ficaria claro nas relações hemisféricas após a Conferência de Ministros, não por acaso ocorrida no Rio de Janeiro em 1942. A Argentina e também o Chile se recusaram a acatar a decisão coletiva de ruptura de relações diplomáticas com a

Alemanha[338], criando uma dissonância perigosa na sinfonia pan-americana em contexto de Guerra. Para o maestro norte-americano era necessário que o Brasil permanecesse firmemente aliado sob pena de maiores dissidências, como a que ocorreria na Bolívia, sob o exemplo argentino no ano seguinte. O exemplo e a liderança brasileira eram fundamentais para garantir a anuência do resto da América Latina. À Argentina caberia o papel de ovelha negra. Isso criou uma percepção, não longe da realidade até 1945, de que o país era um "Aliado Especial" dos Estados Unidos, e, portanto, merecedor de um tratamento especial[339].

O reaparelhamento das Forças Armadas se deu por meio da inclusão do Brasil no esquema do *Lend and Lease Act*[340] que reservava nos Acordos de Washington US$ 200 milhões para este fim. Depois disso seriam varridas quaisquer resistências que ainda pudessem existir no seio da elite militar nacional contra os americanos. Encerrava-se o ciclo de influência europeia, sobretudo francesa pós-1919, no Exército brasileiro para se iniciar a fase de influência norte-americana. Esta seria estimulada pelo convívio dos oficiais dos dois países nas bases militares que os estadunidenses instalaram no Nordeste brasileiro e entre aqueles que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB) nos anos finais da Guerra.

O envolvimento direto do Brasil na Guerra e o envio da Força Expedicionária Brasileira é, segundo Gerson Moura, uma outra conquista certamente a última relevante, que o governo Vargas conseguiu junto aos Estados Unidos. Não fazia parte do plano aliado aceitar contribuição direta, na forma de destacamentos humanos dos países latino-americanos, mas Vargas assim insistiu. A logística era insana, o transporte custoso, a comunicação complexa – a

língua portuguesa não era falada por nenhum dos países aliados, até a tradução tinha que ser providenciada. Churchill sugeria que fossem enviados enfermeiros, médicos, suporte, mas para Vargas tratava-se de prestígio internacional, essencial às negociações do pós-guerra da qual o Brasil não poderia ser alijado como aliado combatente[341].

O elemento mais relevante, contudo, que levava o governo brasileiro a querer participar diretamente do conflito, era, sem dúvida, o reaparelhamento das Forças Armadas. Como aliado não combatente, o país era crescentemente desconsiderado pelo Departamento de Estado como destino para o envio de material bélico, apesar da nossa inclusão no *Lend and Lease.* Tal desfavorecimento era compreensível dada a necessidade, inequivocamente maior, dos chineses, britânicos, gregos ou russos. O único modo de sair do fim da fila era enviar tropas para Europa, consideração que não escapou ao alto comando.

A chave para convencer Roosevelt a apoiar o pleito brasileiro foi o golpe boliviano de 1943 que derrubou o governo que havia assinado o acordo do Rio de Janeiro no ano anterior[342]. Nada mais eficaz que uma dissidência para dar relevo aos aliados fiéis. Era necessário favorecer o Brasil como a liderança latino-americana a ser seguida, e não os argentinos. Com isso, o governo consegue o envio da Força Expedicionária Brasileira, tornando-se o único país da América do Sul a fazê-lo.

A participação brasileira no teatro de operações não fortaleceu o Estado Novo, muito pelo contrário. Evidenciou cabalmente a contradição de um regime fechado e autoritário que sacrificava a vida de muitos brasileiros em

defesa da democracia na Europa, sob a liderança da maior democracia do mundo, cujos oficiais influenciavam diretamente os oficiais brasileiros, crescentemente comprometidos com a democratização e pleiteando-a junto aos seus superiores. A mobilização da sociedade polarizaria novamente o país entre 1944 e 1945, enquanto Vargas tentava ganhar tempo para permanecer no poder, ainda que dissesse o contrário publicamente. Ao convocar eleições, não declarava apoio a nenhum dos candidatos, que durante a campanha eram assombrados com as palavras de ordem do Queremismo – "Queremos Vargas" ou "Constituinte com Getúlio" – que mostravam um Getúlio muito mais popular que os dois candidatos.

Em *Sucessos e Ilusões*, Gerson Moura destaca um aspecto até então pouco estudado na queda do Estado Novo. Que os militares foram a principal força na democratização de 1945, desfechando o golpe que depôs o Presidente, isso todos sabemos. Que este golpe foi informado e concertado com o governo dos Estados Unidos, que assim, abandonava aquele que tinha sido seu "aliado especial" dos últimos anos, é bem menos conhecido. Moura descreve detalhadamente o crescente temor por parte do departamento de Estado americano de que o Presidente desse uma virada nacionalista nos moldes peronistas, e se aliasse aos comunistas anistiados do PCB. A presença de Luís Carlos Prestes, recém-saído da cadeia, e de milhares de comunistas nos comícios do queremismo certamente não contribuíram para aplacar os temores de Adolf Berle Jr., o Embaixador americano, que tinha o mesmo nome de Hitler. Stanley Hilton descreve a complicada relação entre Vargas e o Embaixador que inicialmente era seu admirador mas vai dele se afastando ao ponto de estimular os conspiradores.

A insistência de Getúlio em nomear seu mal afamado irmão Benjamin Vargas para a chefia de polícia do Distrito Federal acelera a mobilização para o golpe militar. Perdido o apoio das Forças Armadas e do governo dos Estados Unidos, precisava de um homem de confiança na polícia da capital caso fosse necessária a mobilização popular para um novo golpe no estilo de novembro de 1937. Goés Monteiro se antecipa. Conhecia os meandros que antecediam um golpe de Estado. Coordenara militarmente os dois únicos bem-sucedidos da história republicana desde 1889 para colocar e manter Vargas no Poder. Em 29 de outubro de 1945 desfechava o terceiro, desta vez para depor Getúlio Vargas.

6.5 O Modernismo domesticado

A superação do Branqueamento. Cooptação intelectual e modernismo de Estado. O DIP. Era do Rádio no Brasil. Capanema e o Ministério da Educação. A arquitetura.
Dois projetos Universitários distintos: a USP e a Universidade do Brasil. Literatura e Regionalismo. Cinema e a Boa Vizinhança. As artes cênicas. As artes plásticas. A música erudita e popular. O Carnaval.

No século XIX, a grande pergunta sobre o Brasil que se faziam os pensadores era como seria possível superar a contradição entre ser civilizado e ser uma nação de índios, mestiços, mulatos e matutos. A resposta racista fora a teoria do branqueamento, segundo a qual o estímulo à imigração europeia lentamente – estimava-se quatro gerações – subsumiria o elemento mestiço e mulato no sangue branco mais forte. O Conde de Gobineau, intelectual francês racista que foi Embaixador no Brasil tinha visão menos otimista. Enxergava o Brasil como um país de mulatos e que por isso – a palavra mulato vem de mula, estéril – seriamos extintos em dois séculos. Contrasta com o

quadro de Modesto Brocos y Brocos, exposto no Museu Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, que é a síntese iconográfica do branqueamento. Retrata uma Santíssima Trindade Brasileira, na qual Santana é uma mulher negra, escrava, idosa que ergue as mãos para o céu em júbilo ao ver que o neto é branco, fruto de sua filha mulata alforriada com um homem branco.

A superação da ideologia racista do branqueamento começa com o Modernismo e ganha força institucional após a década de 1930. Encerram-se as subvenções do Estado para a imigração, restringindo-a. A Lei de Nacionalização do Trabalho de 1931 é uma medida antibranqueamento na medida em que exigia que médias e grandes empresas tivessem ao menos 2/3 de trabalhadores brasileiros. Inevitável que parte considerável destes fosse de negros em cidades como o Rio de Janeiro, Salvador e muitas outras. O nacionalismo modernista incorporava todas as raças e mesmo nas formulações mais conservadoras, que mais tarde redundariam no integralismo, o negro e o mestiço eram valorizados. Era sem sombra de dúvidas uma grande conquista da sociedade brasileira na incorporação, ainda que parcial, de sua própria diversidade.

Surge neste contexto a ideia de Democracia Racial que teve em Gilberto Freyre seu principal propositor com *Casa Grande e Senzala* (1933). A miscigenação como trunfo e não como ônus. Um país que incluía e aceitava todas as raças, todos os tipos. Busca-se a partir de então a identidade nacional também no negro e no mestiço, como já se tinha buscado no índio durante o romantismo. A literatura dos anos de 1930 e 1940 será pródiga em seu regionalismo ao tentar encontrar no localismo, nos tipos regionais, a identidade brasileira legada pela nova visão do Modernismo,

promovendo a competição entre vários tipos de expressões culturais regionalistas distintas, cada qual aspirando a ser considerada nacional, ou a mais nacional. A valorização paulista dos bandeirantes (*Martim Cererê* de Cassiano Ricardo), os mulatos e mestiços baianos de Jorge Amado, os tipos nordestinos de José Lins do Rego e a literatura épica gaúcha de Erico Veríssimo são evidências desta busca da identidade nacional em cada região do país, valorizada pelo governo, sobretudo após o Estado Novo. Era o regime cooptando a influência do Modernismo e incorporando a busca dos primeiros modernistas do "verdadeiro" brasileiro por meio da revalorização do folclore e dos costumes locais. No caso da música popular, no entanto, a hierarquização foi bem mais óbvia. A prevalência e escolha do samba como expressão musical "nacional" se deu em detrimento de várias outras expressividades musicais que passaram a ser classificadas como "regionais", "folclóricas" ou "sertanejas" e isso se explica devido à presença no Rio de Janeiro da *Rádio Nacional*, da *Rádio Mayrink Veiga* e das principais gravadoras do país como a *RCA Victor*, que vinculou seu nome ao próprio objeto reprodutor de bolachas no Brasil: a *Victrola*.

O Estado sob Vargas buscou deliberadamente cooptar setores inteiros da intelectualidade nacional por meio de instituições, que canalizavam a energia intelectual dos escritores, músicos, artistas, em geral, para o nacionalismo. Era um enfoque elitista, que exigia que o povo puro e ingênuo, autêntico e verdadeiro, fosse transformado pela educação cívica e perdesse a inconsciência, analfabeta e ignorante. Era fundamental um Estado forte que pudesse tutelar seu povo na luta cruenta para superar a própria ignorância. O Estado adota no campo intelectual sua vertente mais paternalista. Precisava guiar a sociedade

infantilizada. Precisava para isso do apoio dos intelectuais e isso foi feito mediante duas estratégias, típicas de qualquer instituição política, por meio de incentivos e por meio da repressão e da censura.

De um modo bem esquemático, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) era responsável pelos *sticks* enquanto o Ministério da Educação distribuía as *carrots.* Mas é claro que para além da visão epitelial encontramos numerosos exemplos de estímulo e promoção cultural no DIP e, certamente, elementos repressivos do Ministério de Capanema. O que não há como negar é que estas duas instituições estão no cerne da política cultural paternalista do Estado Novo.

A censura na Primeira República era feita pelos Municípios, o que muda após a Revolução. Centralizada sob o Ministério da Educação e Saúde em abril de 1932, passará ao controle do Ministério da Justiça em 1934 e ganhará crescente autonomia sob o DPDC (Departamento de Propaganda e Difusão Cultural) que se transforma em Departamento de Imprensa e Propaganda em 1939. Seu chefe mais importante foi o jornalista Lourival Fontes que se tornou sinônimo de censura no Regime. Concentrava-se na Atividade Editorial e Jornalística, mas atuava também no campo dos Audiovisuais. Cercou-se de figuras simpáticas ao pensamento centralista como o próprio Cassiano Ricardo que chefiaria o DIP paulista (DIESP), estimulando a criação de cartilhas e livros escolares que exaltavam a figura do Presidente e promoveram a encampação de diversas empresas de comunicação para fins de promoção da ideologia oficial. O caso mais famoso é o da *Rádio Nacional* encampada em 1941, e no jornalismo o *Estado de S. Paulo* que sofreu intervenção em 1940, além dos jornais *A Manhã*

no Rio de Janeiro (1941) e *A Noite* em São Paulo (1942). Periódicos de divulgação como a *Revista Planalto* (em São Paulo sob o comando de Orígenes Lessa) e a Revista *Cultura Política* (no Rio de Janeiro, editada por Almir Andrade). Todos esses organismos estavam subordinados ao DIP de Lourival Fontes.

O DIP a serviço do Trabalhismo censurava sambas que se manifestassem contra o trabalho ou louvando o "malandro", figura mítica nas composições da Primeira República[343]. Mas não se incomodava com a veiculação da "malandragem" de Vargas. O próprio Presidente se divertia com as piadas e charges a seu respeito. Interessava que os brasileiros pensassem que eram governados por um "malandro" trabalhador. O monopólio estatal do papel de imprensa também era um instrumento de barganha contra periódicos que insistissem em seguir a linha independente como foi o caso da revista *Diretrizes* de Samuel Wainer[344] e do *Diário de Notícias* de Orlando Dantas.

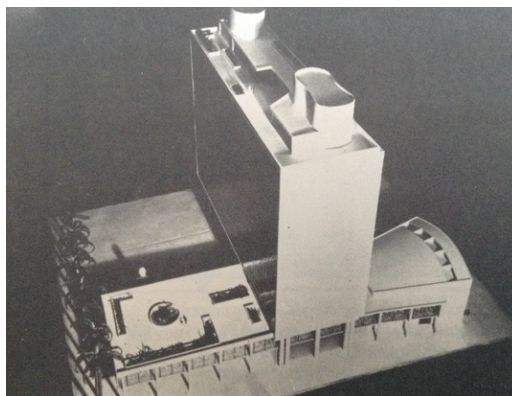
A "Hora do Brasil", programa obrigatório diário transmitido no rádio das 19h às 20h, foi estabelecida em 1934 e apelidado popularmente de "fala sozinho". Isso motivou o governo a dar atenção especial ao rádio no Estado Novo, e foi bem-sucedido em praticamente monopolizar a audiência de rádio no país com a encampação da Rádio Nacional. O governo formou um elenco de estrelas (Ari Barroso, Lamartine Babo, Almirante, Castro Barbosa, Silvino Neto, Orlando Silva), ao oferecer bons salários mensais por contrato de exclusividade. Era o *cast* fixo de cada emissora que gerava seus fãs e seguidores e seguidoras fiéis[345].

Embora já existisse no Brasil desde os anos de 1920, graças ao pioneirismo de Roquette Pinto, o rádio era uma diversão elitista, sem fins lucrativos que se organizava em *clubs*. Todas as rádios se chamavam *Rádio Sociedade* (do Rio de Janeiro em 1923, de São Paulo em 1924) ou *Rádio Club.* Esse panorama muda com a Revolução e o governo regulamenta a propaganda no rádio em 1932, tornado a emissão radiofônica um negócio lucrativo e a preocupação com a audiência e popularização da programação fundamental. Agências de publicidade americanas chegam ao Brasil nos anos de 1930 para ajudar a vender sabonetes, pasta dental ou Coca-cola com seus jingles. Em 1938, a copa da França foi transmitida pela Rádio Club do Brasil galvanizando a audiência masculina.

O governo naturalmente percebe o potencial do rádio para reunir simbolicamente todos os brasileiros. Ocupava lugar de destaque nas casas, reunia a família e os amigos, transmitia alegria e bem-estar. Durante a Guerra falava notícias do conflito e transmitia segurança por informes censurados do governo, ainda que a maior parte de sua programação fosse de entretenimento[346]. Divulgava os comícios de interesse do Estado como o Dia da Raça, o 7 de Setembro ou o 1o de Maio, e era proibida de divulgar assuntos incômodos como o desfalque da Caixa Econômica de Niterói ou a escassez de peixe no país. Não podia veicular nada sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), nem nada que fosse assinado por Oswald de Andrade. Conformava-se uma certa imagem de nação que o ouvinte vai adquirindo. O futebol e o samba foram tributários desta imagem se tornando símbolos do Brasil.

Já no Ministério da Educação a postura era menos invasiva e mais benevolente. O mineiro Gustavo Capanema,

ministro por onze anos (1934-1945), estava mais preocupado com a cultura erudita que com a cultura popular a cargo do DIP. Cercou-se de intelectuais que constituíram a vanguarda do Modernismo e tinha muito maior tolerância para com a dissidência política de seus colaboradores. Comunistas como Portinari e Niemeyer que participaram da construção e decoração do novo Ministério, chamado até hoje de Palácio Capanema. Pintores malditos como Flávio de Carvalho e escritores ideologicamente “enviesados” como Carlos Drummond de Andrade – seu chefe de gabinete – tinham sua proteção, desde que não criticassem o governo. Bastava ao Estado que promovessem o nacionalismo por meio de suas obras. Esse mecenato estatal deixou um legado expressivo neste Modernismo cooptado por diversos setores do panorama cultural brasileiro. Deixava o Modernismo de ser a vanguarda da oposição estética, que tinha sido nos anos de 1920, para se tornar a expressão cultural oficial do regime[347].

A construção do Palácio Capanema se deu a partir da sugestão do arquiteto suíço Le Corbusier e foi elaborado por uma comissão de arquitetos entre os quais os três mais famosos da história do país – Afonso Eduardo Reidy, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Foi decorado por Portinari, Pancetti, Guignard. As esculturas são de Bruno Giorgi e o paisagismo de Burle Marx. Projetado em 1936 e inaugurado no Estado Novo, trata-se do primeiro grande marco público desta nova arquitetura brasileira que já vinha projetando casas particulares “racionalistas” desde o final dos anos 1920. Esses arquitetos eram fortemente inspirados pela Escola de Bauhaus, além de pelo próprio Corbusier e Frank Lloyd Wright, e favoreceram a superação do estilo eclético, hiperluxuoso das mansões e prédios públicos da Primeira República[348].

Maquete da sede do Ministério da Educação e Saúde, o Palácio Capanema, 1936.

Capanema herdara do governo provisório a preocupação dos tenentes com a educação. A própria criação de um Ministério com essa função é exemplo disso. O ministro Francisco Campos, que deixa a pasta em 1934, implementou a mais significativa reforma do Ensino Secundário jamais feita. Amplia-se este ensino de seis para sete anos em dois ciclos, o primeiro de formação humanista[349] e o segundo para prepará-lo para o Ensino Superior. O Ensino Secundário não chega a se democratizar, mas amplia-se significativamente quadruplicando o número de alunos entre 1930 e 1936. O número de escolas tanto primárias quanto secundárias aumentou em cerca de 40% até o início do Estado Novo e em 1939 havia 3,5 milhões de alunos matriculados no Brasil, com uma população de 38 milhões.

No campo da Educação Superior o Estado de São Paulo foi o pioneiro. Ideia defendida por Júlio de Mesquita e outros expoentes da elite paulista foi levada a cabo em 1934 pelo interventor e depois governador Armando Salles de Oliveira congregando escolas tradicionais preexistentes com outras escolas recém-criadas como as de Filosofia e Ciências Humanas e a de Ciências Naturais e Química. Foram contratados 13 professores estrangeiros (França, Portugal, Alemanha e Itália) dentre os quais Claude Lévi-Strauss,

Giuseppe Ungaretti e Roger Bastide. Era uma reafirmação intelectual paulista após a derrota de 1932.

No Rio de Janeiro, foi criada por Anísio Teixeira em 1935 a Universidade do Distrito Federal que, a exemplo da USP criada no ano anterior, congregava cinco escolas (Faculdade de Filosofia e Letras, Faculdade de Ciências, Faculdade de Ciência Política e Direito, a Escola de Educação e o Instituto de Artes). Seu primeiro reitor, Afrânio Peixoto iria a Europa contratar professores como fora feito em São Paulo. Com o Estado Novo, a Universidade do Distrito Federal seria absorvida pela Universidade do Brasil.

Para além do Ministério da Educação e da Saúde, a atividade educacional e de pesquisa específica foi estimulada sob o âmbito de outros Ministérios. O Instituto Nacional de Estatística (1934), que é uma união de diversos órgãos em Ministérios distintos, por sugestão de Juarez Távora, em 1938, se torna IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). E os Ministérios do Trabalho e da Guerra passam a investir na criação de cursos técnicos. Fábricas com mais de 500 funcionários precisavam instituí-los para melhorar a formação profissional.

O surgimento de uma camada média de leitores mais educada, somada à desvalorização da moeda nacional faz explodir o mercado editorial brasileiro nos anos de 1930. Casas importadoras como a Charroux desaparecem dando lugar a empresas editoriais brasileiras modernas que traduzem os clássicos ou *Best-sellers* estrangeiros e começam a publicar autores nacionais. Destacam-se, neste panorama, a Companhia Editora Nacional de propriedade do autor que mais vendia livros no Brasil, Monteiro Lobato. Seu sucesso como escritor obnubilou sua extraordinária atuação editorial que revolucionou o mercado. Incorporou como

norma as capas coloridas, fazia vender livros em quitandas, farmácias, armarinhos, onde quer que não se pudesse achar livraria, ainda assim fazia chegar livros, oferecidos em consignação, com uma campanha de publicidade por trás. Pessoalmente vendeu mais de um milhão de exemplares entre traduções e obras suas, cujo carro chefe era o *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, sinônimo de literatura infantil para sucessivas gerações de brasileiros, inclusive este autor que só é autor graças às aulas de história da D. Benta, as primeiras de que se lembra[350].

Outras editoras importantes do período são a Editora Globo de Porto Alegre, a Francisco Alves e a Melhoramentos (que publicavam livros infantis e didáticos). A José Olympio, que se mudou nos anos de 1930 de São Paulo para o Rio de Janeiro, para ficar mais próxima do governo e dos escritores nordestinos que viviam na capital, pagou antecipado direitos autorais para José Lins do Rego e depois disso atraiu para si todos os grandes escritores nacionais, conferindo à vários notoriedade graças ao sucesso comercial da própria editora. Foi José Olympio quem chamou a obra de José Lins do Rego de “ciclo da cana-de-açúcar” e quem republicou todos os livros de Jorge Amado sob o título de “Romances da Bahia” após o sucesso de *Jubiabá*. De certo modo, ele foi o principal curador do regionalismo, publicando Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, mas não Érico Veríssimo que seguiu na Editora Globo, gaúcha. Percebe-se o maior sucesso editorial do regionalismo nordestino e seus tipos (o coronel, o jagunço, o retirante) que das outras vertentes do regionalismo (como o paulista, o mineiro e o gaúcho) que não deixaram de fazer sucesso, ainda que em menor escala.

José Olympio publicava também os intelectuais do modernismo sociológico: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de

Hollanda, Luís da Câmara Cascudo, Nelson Werneck de Sodré. Apesar de ter publicado os 11 volumes d'*A Nova Política do Brasil* de Getúlio Vargas entre 1938 e 1947 e a obra de Plínio Salgado, também sofreu com apreensão de livros e prisão, além da perseguição de autores considerados comunistas durante a repressão que se seguiu aos levantes comunistas de 1935.

Mas a grande vedete cultural da Era Vargas era o cinema e não a literatura. Num país onde a grande parte da população ainda era de analfabetos, o cinema se tornava instrumento privilegiado de divulgação de ideias e educação.

O cinema chega ao Brasil nos primórdios do século XX em casas de exibição espalhadas pelo Rio de Janeiro pouco depois de sua invenção pelos irmãos Lumière na França. Quase que somente filmes importados, as audiências sofriam com a falta de legenda cuja técnica só se dissemina nos anos 1930. As produções também, escassas, ganham ímpeto com a Lei Getúlio Vargas de 1926 que garante o pagamento de Direitos Autorais tornando o deputado Getúlio patrono da classe cinematográfica. Depois da revolução era frequente que se organizassem os trabalhadores da indústria áudio visual para manifestações em seu favor nos jardins do Palácio Guanabara. Vargas reconhecia a importância do cinema para a educação cívica do povo brasileiro e nisso ecoava o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que, em 1932, já reconheciam a superioridade e dinamismo do cinema na divulgação de informações e educação do povo.

Em 1934 é criado o INCE (Instituto Nacional do Cinema Educativo), que até 1945 produziu mais de 200 obras. Contou com a colaboração de figuras de relevo como

Humberto Mauro[351], Villa-Lobos, e Roquette Pinto na produção do longa *Descobrimento do Brasil*. A ele se seguiram obras educativas, em geral sobre os grandes escritores, os marcos da história brasileira, o sistema de esgoto carioca ou a construção das estradas de ferro de Minas Gerais. As produções brasileiras crescem e ganham em complexidade e são favorecidas legalmente no Estado Novo pela lei de reserva de mercado que exigia uma "metragem" mínima de filmes nacionais. O pacote que se definiu era um curta ou animação, seguido de um jornal curto e depois do longa metragem quase sempre estrangeiro. Com isso, o governo se tornou cliente de produtoras como a *Cinédia*, que basicamente vivia de produzir documentários curtos e jornalísticos de louvor aos atos do governo ou educativos, históricos, literários, como os filmes do INCE. O DIP encomendou mais de 500 edições do *Cinejornal Brasileiro*.

Em 1941, mesmo com a enorme dificuldade de importar matéria-prima por conta da Guerra, o Cinema Brasileiro é um dos que produz em maior quantidade no mundo. Do ponto de vista da recepção, o brasileiro via sobretudo filmes americanos, já que a Embaixada norte-americana tinha sido eficiente em estabelecer uma "lista negra" que excluía do mercado de Hollywood os exibidores que insistissem em exibir filmes alemães ou italianos. A hegemonia norte-americana no campo cinematográfico permitiu, durante os anos de guerra, o monopólio mediante ameaça de exclusão e falência. A cultura americana exposta nos cinemas contribuiu para dirimir o preconceito cultural da elite brasileira afrancesada que parou de ver os Estados Unidos como bárbaros e passou, nos anos de 1930 e 1940, a vê-los como a vanguarda do progresso.

Tal política foi orquestrada pelo multimilionário Nelson Rockefeller herdeiro das refinarias de petróleo e presidente do MoMA, que se articula com a classe jornalística e empresarial norte-americana pra promover a cultura estadunidense nas "Outras Américas". Torna-se em 1940 presidente do OCIAA (Office of Coordinator of Inter-American Affairs) e promove o intercâmbio de artistas americanos e latino-americanos. Era o braço cultural da política da Boa Vizinhança. Enquanto os alemães tentavam se insinuar no Brasil por meio da influência nos meios militares e pelo comércio, os americanos investiram também na sedução dos *hearts and minds* da população em geral. O OCIAA, estudado por Gerson Moura em *Tio Sam Chega ao Brasil*, tinha divisões de rádio, cinema, imprensa, literatura, artes, música entre outras e investiu pesado em sua política de penetração cultural.

Promoveu o *American Way of Life* convidando intelectuais brasileiros para conhecer os Estados Unidos. Embarcaram rumo ao norte, Érico Veríssimo, Adalgisa Neri – poetisa esposa do chefe do DIP –, Orígenes Lessa e até o general Góis Monteiro, simpático ao Eixo, foram conhecer Hollywood. Por sua vez, visitaram o Brasil Peter Fonda, Errol Flynn, Orson Welles, além, é claro, de Walt Disney que produziu os dois mais famosos filmes da Política da Boa Vizinhança: *Saludos Amigos (Alô Amigos*) de 1943 e *Three Caballeros* (incrivelmente traduzido por *Você já foi a Bahia*) de 1945[352], obra em que pela primeira contracenam animações com seres humanos – entre eles Aurora Miranda, que canta as músicas de Ari Barroso (*Os quindins de Iaiá* e *Aquarela do Brasil*) e guia as aves no passeio baiano.

A Política da Boa Vizinhança terá um impacto cultural duradouro na influência norte-americana no Brasil. A

disseminação da palavra “ok”, a coca-cola, substituindo os sucos de fruta nas mesas das famílias, o *thumbs up* que se torna universalmente aceito como sinal “coisa boa” – antes representado pelo gesto de apertar com o polegar e o indicador o lóbulo da orelha – usar Kolynos para os dentes e Palmolive para se limpar e ler Reader’s Digest ou “O Pato Donald” são alguns dos exemplos prosaicos (e perenes) do sucesso do OCIAA.

O teatro também passou pela revolução modernista gradualmente. O teatro da Primeira República era centrado nos atores e o texto estava em segundo plano. O público afluía para assistir os atores (Procópio Ferreira, Rodolfo Mayer e Alda Garrido) e a Escola de Arte Dramática da Prefeitura do Rio de Janeiro era dirigida pelo célebre escritor Coelho Neto. As companhias levavam o nome dos Atores, como as de Jayme Costa, de Dulcina de Morais, e Luís Iglésias-Eva Todor. O teatro era cheio de formalismos. Jamais se virava as costas para a plateia ainda que predominassem as chamadas revistas e comédias. Data do início dos anos de 1930 a revolução do chamado “Teatro que faz Pensar” na expressão do ator e dramaturgo Álvaro Moreira. Sua largada se deu em São Paulo em 1932 quando estreou de Joraci Camargo a peça *Deus lhe Pague* no qual um homem – no papel, Procópio Ferreira – levava vida dupla de mendigo e milionário e citava Karl Marx. Wilson Martins conta que acabaria proibida depois de encenada no Rio de Janeiro, no ano seguinte, com todos os espectadores presos na saída.

No entanto, o marco revolucionário de antes e depois do Teatro brasileiro é a encenação pela companhia de teatro “Os comediantes” da peça *Vestido de Noiva*, que tornou célebre o até então jornalista policial Nelson Rodrigues. Sob

a direção do polonês Zibgniew Ziembinski cada detalhe da montagem era cuidadosamente preparado, cenário, figurino criados pelo pintor Santa Rosa davam relevo aos três níveis de realidade da peça: a realidade (Alaíde morrendo após ser atropelada), o da memória (Alaíde revisita sua vida infeliz) e o da alucinação (Alaíde e Madame Clessi, prostituta da Primeira República). Vinte e oito atores, frases curtas e diretas, presença do inconsciente, discussão de moralidade e sexualidade, estética bauhausiana e os três níveis da encenação incorporam a revolução da dramaturgia brasileira que já vinha acontecendo de modo mais moderado desde o final dos anos de 1920.

São alguns exemplos o *Teatro de Brinquedo* fundado por Álvaro Moreira em 1929. A peça *O bailado do Deus Morto* (1933) de Flávio de Carvalho (Grupo *Teatro da Experiência*), não tinha roteiro definido e se inspirava no surrealismo espanhol e no expressionismo alemão. Ficou três dias em cartaz até o teatro ser fechado pela polícia. Pascoal Carlos Magno criou o Teatro do Estudante (1938) no Rio de Janeiro enquanto Alfredo de Mesquita criava o *Teatro Experimental* (1942) e Décio de Almeida Prado o *Grupo Universitário de Teatro* (1943) ambos de São Paulo. Em todos os casos, percebe-se a incorporação da temática social, a crítica política e a incorporação de novidades dramatúrgicas no cenário, no figurino e na montagem em geral. O ator não sai de cena, mas se torna coadjuvante do todo dramatúrgico.

Percebe-se íntima relação do Teatro com as Artes Plásticas no esforço do núcleo modernista de São Paulo para manter e divulgar a arte moderna. Lasar Segall, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Victor Brecheret e Mário de Andrade criam em 1932 a SPAM (Sociedade Pró-Arte Moderna), que, apesar da vida curta marcada por

desentendimentos internos, evidencia a resiliência do Modernismo uma década depois de seu *debut*. As organizações coletivas dos artistas acabavam tendo vida curta como também foi o caso do CAM (Clube dos Artistas Modernos ligado ao Teatro da Experiência) que contava com Flávio de Carvalho e Di Cavalcanti, promoveu exposições, palestras e peças de Teatro, mas também acabou em 1934, quando a polícia fechou o Teatro da Experiência. Os chamados Salões de Maio se tornam uma tradição, e, no II Salão de Maio (1938) participam quase todos os grandes nomes da Arte Moderna paulista (Brecheret, Volpi, Segall, Di Cavalcanti) legitimando-os com a chancela oficial. Incorporavam também as obras do modernismo internacional, como Picasso e Brancusi.

Contrapunha-se à elite paulista o grupo de Santa Helena, inaugurado pelo pintor de paredes Rebolo Soares. Não gostavam dos acadêmicos e defendiam uma pintura que não fosse narrativa ou anedótica. Queriam pintar por pintar. Que a pintura legitimasse a si mesma. Fizeram parte do grupo que tinha ateliês no Palacete Santa Helena Alfredo Volpi (originalmente ladrilhador), Mario Zanini (carpinteiro), Clóvis Graciano (ferroviário), Aldo Bonadei (bordador) e Fúlvio Pennachi (açougueiro). Sua origem social os tornava imunes ao modismo estético. Ignoravam a crítica e retratavam os bairros e subúrbios de São Paulo, o cotidiano dos imigrantes e operários. Eram em grande parte autodidatas. Em reação aos Salões de Maio esse grupo criou a Família Artística Paulista que buscou recuperar o conhecimento técnico, o equilíbrio plástico, porém desprezava o narrativismo ou figurativismo da pintura.

Ao contrário de São Paulo, onde o mecenato privado era a norma, no Rio de Janeiro, graças à figura de Gustavo

Capanema, o mecenato público se torna cada vez mais recorrente, e o principal beneficiário disso é justamente o paulista de Brodósqui Candido Portinari, que transforma o trabalhador em um herói mítico idealizado, dotando-o de respeito e, salvando-o da imagem caipira do Jeca Tatu[353]. Ganha notoriedade com a tela *Café,* premiada pelo Instituto Carnegie em 1935, e se torna professor de arte mural da Universidade do Distrito Federal. Trabalhou por oito anos no Palácio Capanema – com o mural *Evolução Econômica do Brasil* – criou os murais de azulejos que decoram o conjunto da Pampulha em Belo Horizonte e criou três painéis para o pavilhão brasileiro da Feira Mundial de Nova York. Era o Diego Rivera brasileiro, e sua preferência por murais grandiosos e épicos, narrativos foram objeto de crítica de modernistas como os do grupo de Santa Helena que criticavam essa arte "vendida". Na Escultura tal monumentalismo também aparece no Rio de Janeiro com Bruno Giorgi e em São Paulo com os monumentos de louvor aos bandeirantes de Victor Brecheret.

No campo da música erudita a figura mais célebre foi o maestro Heitor Villa-Lobos que se tornou o regente dos eventos oficiais do Estado Novo que reuniam milhares no Estádio de São Januário no Rio de Janeiro. Utilizando-se da técnica do canto orfeônico e se aproveitando das aulas de educação musical dadas para as crianças nas escolas cariocas, Villa-Lobos reunia coros de até quatro mil jovens e cantava músicas folclóricas e hinos patrióticos para o pasmo do público que era tocado pela beleza da apresentação. Acreditava o maestro que a música era capaz de instilar emoções mesmo nos espíritos mais embrutecidos e, portanto, tinha vantagens educacionais óbvias em face dos livros e das aulas. Suas composições, tal qual o modernismo em geral, iam buscar nos cantos folclóricos e populares

inspirações, tal qual é o caso do mais famoso *Trenzinho do Caipira*, tocatta das *Bachianas Brasileiras no.2* (1930).

Mas popular de verdade é o carnaval. Desde o século XVII, servia como válvula de escape para as angústias e sofrimentos do povo, com escassa intervenção governamental, que não a da repressão da Primeira República, cuja polícia impedia os ranchos e os cordões populares de desfilar. Em geral, as subvenções para a festa eram feitas pelos comerciantes das cidades e o primeiro a dotar de subvenção pública foi o prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Jr. em 1928. A Era Vargas institucionalizaria o patrocínio, estimulando a criação das Agremiações carnavalescas e Escolas de Samba, que se multiplicam nos anos de 1930[354]. Decreto do governo de 1937 as dota de função didática histórica e patriótica e estimula enredos nacionalistas. Em 1939, a comissão julgadora desclassificou a *Vizinha Faladeira*, porque o samba trazia um tema estrangeiro “Branca de Neve e os sete anões”.

Ganhou destaque nesta incorporação política do carnaval o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto que deu início a institucionalização da “alegria dirigida”. Seu secretário Amaral Peixoto entregou em 1934 a chave da cidade para o primeiro Rei Momo, criado pelos repórteres do jornal *A Noite*. Pedro Ernesto via nas Escolas de Samba um canal de contato entre o governo e o povo, uma intermediária das demandas populares. Sua simpatia ao carnaval lhe valeu homenagem por diversas escolas de Samba.

Além do carnaval de rua existiam também os bailes carnavalescos organizados para a em clubes para os mais abonados, inclusive o baile do Municipal. Tocavam o último sucesso que era reproduzido nas rádios e certamente seria

gravado pela Odeon. O mais bem-sucedido autor de sambas da Era Vargas foi o jovem Noel Rosa que abandonou a medicina pela boemia e morreu de tuberculose em 1937 aos 27 anos de idade. *Com que roupa?* No ritmo do hino nacional faz sucesso no carnaval de 1931 e o torna famoso. Autor de *Fita Amarela*, *Feitiço da Vila*, *Orvalho vem caindo*, *Três Apitos*, *Palpite Infeliz*, *Conversa de Botequim* e *Último Desejo* entre vários outros clássicos do samba, Noel destacou-se como homem branco, oriundo da classe média que fez sucesso em um mundo no qual até a geração anterior era quase exclusivamente de negros. É a evidência mais clara da transição social do samba e sua aceitação generalizada pela "boa sociedade" que a Rádio Nacional e os desfiles de Escolas de Samba transformariam em expressão oficial da brasilidade.

7. A Experiência Democrática (1946-1964)

7.1 A democracia brasileira (1945-1954)

Os partidos políticos. O contexto de guerra fria. Os militares e a polarização política.
As diretrizes políticas do governo Dutra e sua política Externa. O Plano Salte e a Missão Abbink.
As eleições de 1950. O Segundo governo Vargas e suas crises. Os militares. A Comissão mista
Brasil-Estados Unidos. A questão do Petróleo. O debate historiográfico e nacionalismo.
O atentado da Tonelero, a República do Galeão e o Suicídio.

O primeiro período verdadeiramente democrático da história brasileira seria marcado por profunda instabilidade. Para além da frequente participação dos militares na vida política do país, havia o quadro sistêmico de divisão de blocos de poder fortemente ideologizados. Aos contornos da Guerra Fria, que se estabeleceu desde os anos iniciais do governo Dutra, somaram-se características autóctones da polarização entre liberais “cosmopolitas” e nacionalistas sintetizados por Helio Jaguaribe em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira* – livro publicado em 1958 nos marcos do ISEB. Esta polarização estava expressa muito evidentemente nos partidos políticos do período e sua evolução conta boa parte da história.

Uma das preocupações da legislação eleitoral que Vargas implementou em maio de 1945, quando do processo de abertura política no Estado Novo era que os partidos criados tivessem caráter nacional e representação em pelo menos cinco Estados. Temia-se o retorno ao modelo pré-1930 de partidos estaduais, o que não chegou a ocorrer. Em verdade, tem-se a partir de 1945 o início do primeiro sistema realmente democrático e pluripartidário da história brasileira que vigoraria por quase duas décadas. A constituição de 1946 ainda ampliaria a cidadania incorporando definitivamente o voto feminino e reduzindo de 21 para 18 anos a idade eleitoral. O voto volta a ser obrigatório, mas segue restrito aos alfabetizados.

Criados ao final do Estado Novo, são quatro os partidos que se destacam na cena política brasileira, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Comunista dos Brasil (PCB). Fortíssimo em São Paulo graças a popularidade de Adhemar de Barros, o Partido Social Progressista (PSP) também conseguiu alguma influência política nacional e chegou a quase 10% do Congresso em 1954.

O PTB era a institucionalização partidária do trabalhismo, da CLT e da imagem de Getúlio de “Pai dos Pobres” que o Vargas foi construindo com o DIP e o Ministério do Trabalho ao final do Estado Novo. Seu grande teste de mobilização foi o Queremismo. Ainda que frustrado por uma quartelada militar, passou no teste de adesão e arregimentação do povo, que seria visto muitas outras vezes. A experiência queremista é emblemática e pedagógica. A mobilização militar a partir de 1945 seria frequente (1945, 1954, 1955, 1961 e 1964) – e, nem sempre no mesmo sentido da

mobilização popular, o que, naturalmente, enfraquecia da democracia brasileira. Estabelece-se aí uma das principais diferenças entre este período e o da democracia atual, muito mais estável, onde a influência política castrense é nula.

Rodrigo Mota lembra que existia um setor fisiológico no PTB que era tributário da estrutura sindical autoritária e vertical que se estabelecera de modo paternalista na Era Vargas, mas acredita que mesmo forte este grupo foi perdendo cada vez mais espaço para a ala ideológica, responsável pelo crescimento exponencial que o partido vai tendo ao longo do deste período – ao sair de 9% (1946) para quase 30% da Câmara dos Deputados em 1962, o PTB foi o partido que mais cresceu no Brasil da experiência democrática. É justamente o fortalecimento do grupo verdadeiramente comprometido com as transformações sociais e conquistas do trabalhador que, no controle do executivo e no momento de ápice eleitoral do PTB, desestabiliza o frágil equilíbrio da política nacional polarizada forçando o debate sobre as “Reformas de Base” que Juscelino fora capaz de congelar em seus cinco anos de governo.

O PSD sempre foi ao longo de todo o período o maior partido do Brasil. Partido criado pelos interventores que tinha em Vargas seu presidente, naturalmente contou com o amplo apoio da máquina estatal que lhe permitiu conquistar mais da metade da Câmara Constituinte de 1946, o que lhe permitiria dispensar o apoio de todos os demais partidos. Ainda que tenha reduzido gradualmente sua participação, manteve-se como o partido mais relevante do Brasil.

Ao contrário do PTB, sua ala ideológica era mínima. A maior parte de seus integrantes era de políticos

profissionais vinculados aos Municípios e Estados. Era o partido dos coronéis que persistiam tendo influência na política nacional. As cidades médias e pequenas, o campo, os latifundiários e empresários do interior constituíam a base do PSD, o que não significa que não tivesse influência grande também nas cidades e capitais. O modo de angariar apoio era a velha fórmula de cargos indicados na máquina governamental pelo executivo em troca de apoio político. Tais cargos permitiam a realização de obras e melhoramentos concretos com recursos do governo que eram usados como plataforma eleitoral no pleito seguinte. E assim a coisa se perpetuava.

Duas frases deliciosamente irônicas – ambas proferidas por pessedistas – dão conta da vocação municipalista e do fisiologismo do PSD. “Se Juscelino for eleito o Brasil terá o seu melhor prefeito”. Já sobre a ideologia de seu partido Tancredo teria dito “entre a ‘Bíblia’ e ‘O Capital’ o PSD fica com o diário oficial”. Se hay gobierno o PSD era favor. Só não apoiou Café Filho (1954-55), Jânio Quadros (1961) e João Goulart a partir de Março de 1964. Não vai aqui nenhuma causalidade automática, mas é curioso perceber que nenhum dos três terminou seu mandato, sendo dois deles derrubados por movimento militar. O apoio político do PSD parecia ser pré-condição mínima de estabilidade.

O PTB era o irmãozinho pobre do PSD. Quando o PTB chegou à adolescência contestatória e acreditou ter maturidade suficiente para escolher seus próprios caminhos, o PSD rompeu com ele. Até então a aliança era assimétrica do maior partido (PSD) com o partido minoritário (PTB), que ajudou a eleger Dutra e JK, dando, principalmente a este último condições de governabilidade que não teria sem o apoio do trabalhismo. É curioso que

ambos os presidentes do PSD governaram do início ao fim de seu mandato, enquanto ambos os presidentes do PTB tiveram seus mandatos encurtados por mobilização militar vinculada à UDN. A UDN tolerava mal ou bem presidentes do PSD, com quem congregava os valores do conservadorismo, mas não os presidentes reformistas do PTB, que procurava desestabilizar a qualquer custo.

A UDN por fim era a agremiação antigetulista. Todos os que se tornaram inimigos de Getúlio em algum momento entre 1930 e 1945 – e não foram poucos – encontraram no partido do brigadeiro pouso certo. Vinculada desde sua fundação ao grande patrono da aeronáutica, não é de se surpreender que esta fosse a arma mais virulentamente ansiosa para pegar em armas e depor o governo não udenista da vez. Tendo sido a Força Aérea Brasileira criada com os recursos do *Lend and Lease*, era também a arma mais vulnerável à influência norte-americana. Tinha sido completamente moldada pela *U.S. Air Force*. Para os inimigos, os udenistas eram simplesmente os entreguistas.

Ainda que majoritariamente liberais, que desejavam um desenvolvimentismo sem óbices ao capital estrangeiros, pouca intervenção do Estado na economia e simpatia para com a liderança norte-americana na luta contra o “comunismo ateu”, nem todos os udenistas se encaixavam no estereótipo Carlos Lacerda de ser. Houve os que propuseram o monopólio do Petróleo durante a mobilização popular pela nacionalização, os que apoiaram as medidas desenvolvimentistas do governo JK e até aqueles que integraram a Frente Parlamentar Nacionalista que era simpática às Reformas de Base. Muitos eram simplesmente políticos fisiológicos que vislumbravam benesses em apoiar o governo inexistentes para os oposicionistas, mas haviam

aqueles sinceros, e ainda assim udenistas. Nunca é demais lembrar que a Política Externa Independente foi gestada inicialmente por um udenista histórico, fundador do partido, Afonso Arinos de Melo Franco, que era tudo menos “entreguista”. Eram os udenistas afinal, também um partido majoritariamente urbano e igualmente desenvolvimentista, que contava com o apoio de muitos empresários em seus quadros. Não eram “liberais” agraristas ou fanáticos. Estas dicotomias portanto, apesar de didáticas, são empobrecedoras da complexa realidade política brasileira do período.

Tão complexa que a aliança PTB-PSD escapa a toda e qualquer modalidade de teorização mais cartesiana, que exclua a historicidade dos partidos. Se fosse pela opção ideológica a aliança óbvia teria sido PSD-UDN que congregavam o conservadorismo da sociedade brasileira contra o Trabalhismo na vanguarda social. Esta aliança chegou a ser ensaiada no governo Dutra, mas naturalmente não sobreviveu às eleições de 1950 com a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Cristiano Machado, o candidato pessedista foi abandonado por seu próprio partido – cristianizado – como passou a se dizer desde então. Se, por outro lado, a clivagem partidária se guiasse pela divisão urbano – rural, então, naturalmente a aliança teria que ser PTB-UDN contra o partidos fisiológico dos coronéis e das pequenas cidades que atravancavam o desenvolvimento brasileiro. Mas esta aliança nunca ocorreu no plano nacional – embora tenha ocorrido várias vezes no plano estadual e municipal.

A chave do aparentemente inexplicável é a história de sua formação. Cada um destes partidos nasceu ainda sob os estertores da ditadura estadonovista e guardam portanto o

espectro do getulismo em seus cromossomos. Seja a síntese do sindicalismo vinculado ao estado no PTB, seja a organização política dos interventores nos Estados do PSD, seja ainda o ferrenho antigetulismo de todos os que se opunham à Vargas da UDN. A influência de Getúlio, para o bem ou para o mal permearia toda a experiência partidária brasileira sob a democracia e não diminuiria com o seu desaparecimento.

Depois do suicídio então, aquilo que era uma aliança informal – apoio constrangido à Dutra pelo PTB em 1945, e apoio dividido, escamoteado do PSD à Vargas em 1950 – se torna aliança institucionalizada nas duas eleições seguintes. JK precisava desesperadamente do apoio do PTB para vencer Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado, apresentando-se como herdeiro de Getúlio, impossível sem Jango na chapa. Por isso impôs a coligação ao seu partido que a via com desconfianças. Já o Marechal Lott foi o candidato por aclamação da coligação PTB-PSD, enquanto o presidente Juscelino conspirava para uma aliança com a UDN que elegesse Juracy Magalhães como candidato de união nacional. Se a improvável aliança PTB-PSD existiu e persistiu, é porque tais partidos estavam unidos fraternalmente, como Esaú e Jacó. Tinham na certidão de nascimento, o mesmo sobrenome: Vargas!

Além dos partidos o exército era a outra força, não partidária, essencial para se compreender o período – e sua instabilidade. As mesmas correntes que dividiam a sociedade brasileira entre nacionalistas e liberais também eram fortes no exército, com o agravante que ambos os grupos estiveram frequentemente dispostos a pegar em armas para fazer valer seus pontos de vista sobre o governo civil que não comungasse com suas convicções. Acabara-se

o tempo do soldado-cidadão que mobilizava seu regimento ou seu quartel romanticamente pela pátria. Havia se imposto o modelo do *soldado corporação* graças a Góis Monteiro. Agora a mobilização política do exército se dava de modo institucionalizado por meio das chefias, dos generais e ministros. Era o partido da farda, que inclusive disputava eleições. Não houve eleição no período na qual um grande partido não indicasse um candidato fardado. A primeira, de 1945 tinha dois. Brigadeiro Eduardo Gomes *vs.* General Eurico Gaspar Dutra. Eduardo Gomes concorreu novamente contra Vargas em 1950, e Juarez Távora contra Juscelino em 1955. Quando a UDN desistiu dos militares e resolveu apoiar a candidatura de Jânio, foi a vez do PTB/PSD indicar o Marechal Lott.

O termômetro da "temperatura" ideológica das forças armadas era a eleição bianual do Clube Militar que tinha sido fundado por Deodoro em 1897 no final do Império. De 1944 a 1950 o clube triplicou seu número de associados. O candidato vitorioso no clube militar indicava naturalmente a tendência ideológica predominante, e o governo, claro, sempre tinha um candidato preferido. Assim, a vitória de Estillac Leal sobre Cordeiro de Farias, antes da posse de Vargas em 1950, tranquilizou o presidente eleito, que inclusive o nomeou seu ministro da Guerra em 1951. Já sua derrota para Alcides Etchegoyen da *Cruzada Democrática* quando tentou se reeleger era um indício de que graves problemas estavam por vir. A *Cruzada Democrática* ganhou novamente em 1954, desta vez com Canrobert Pereira – ex-ministro da Guerra do governo Dutra – e Juarez Távora, evidenciando que as crises políticas da República quase nunca estavam desvinculadas dos quartéis. José Murilo de Carvalho chama os militares de fiadores do governo. Se retirassem seu apoio, desestabilizava-se o regime. O único

governo sem revoltas militares contra o executivo foi justamente o único sob a presidência de um militar, Eurico Gaspar Dutra.

O governo Dutra era um governo apartado dos anseios populares, que eram vistos com desconfiança por uma cúpula militar anticomunista da qual o presidente era o chefe. Reprimiu greves e interveio agressivamente no movimento sindical, se valendo das armas autoritárias do Estado Novo para cooptar sindicalistas e fechar e proibir sindicatos não vinculados ao governo. A desculpa para o autoritarismo era que os sindicatos eram instrumentos para a manipulação e infiltração comunista no Brasil e o conservadorismo do governo justifica a Reforma Ministerial implementada em 1948 que incorporava a UDN ao governo.

Para Gerson Moura é nesta perseguição ao sindicalismo e depois ao PCB que reside a explicação para a ruptura com a URSS provocada pelo governo Brasileiro em 1945. Crítico de uma visão sistêmica determinista que vincularia a ruptura ao agravamento da Guerra Fria, Moura demonstra que os motivos estão no anticomunismo autóctone indelével da alta cúpula de um governo chefiado por um general que tinha sido expoente da facção germanófila no Brasil dos anos de 1930.

Vargas havia resistido o quanto pode às sugestões de estabelecimento de relações com a URSS que provinham dos Estados Unidos desde 1943. Sabia que desagradaria o Exército, cujo ministro era Dutra, além do DIP e da Igreja. Chegou a assinar a Carta das Nações Unidas sem ter relações com Moscou, apesar das sugestões em contrário de Oswaldo Aranha. Só estabeleceu relações quando percebeu que seria impossível ter qualquer presença política internacional nas conversações do pós-guerra, e na

futura ONU, se não reconhecesse a URSS, e por isso o fez em Abril de 1945. Logo depois foi legalizado o PCB.

Mas Dutra já assume querendo fechá-lo, e houve tentativas para fazer isso durante a Assembleia Constituinte que não prosperaram. Aprova-se um decreto que proíbe partidos que recebessem recursos estrangeiros e o artigo 141 da Constituição proibia agremiações cujas propostas violassem os princípios democráticos. Ao mesmo tempo que a polícia de Dutra inicia uma ofensiva contra os comunistas apreendendo material e os reprimido, como se ilegais fossem. Eram a 4a maior bancada do Congresso, e em São Paulo e Salvador haviam conseguido bancadas estaduais ainda maiores. O Tribunal Superior Eleitoral cassou, em maio de 1947, por três votos à dois, o registro do partido que se tornou novamente ilegal após viver sua fase mais forte no Brasil. Pesou na decisão a entrevista de Luís Carlos Prestes alegando que em uma eventual guerra entre a URSS e o Brasil, lutaria pela URSS. Tinha durado dois anos na legalidade. Seus deputados e o Senador Luís Carlos Prestes ainda resistiram na Câmara, alegando que não representavam o partido, mas o povo que os havia elegido. Não funcionou, meses depois foram cassados também, após a longa “batalha das cassações” que durou de julho à dezembro de 1947. Enquanto isso eram aprovadas leis sobre a questão da segurança do Estado e prosseguiam as intervenções nos sindicatos dos mais variados matizes ideológicos. Mais de duzentos sofreram intervenção e a Central Geral dos Trabalhadores Brasileiros foi proibida de funcionar.

Para Moura, a ruptura de relações com a URSS foi apenas o degrau seguinte da escalada anticomunista implementada pelo governo Dutra.

> instrumento de propaganda de uma ideologia e uma política inteiramente contrárias às conveniências do Brasil, à sua forma de governo e ao modo de viver dos Brasileiros (segundo formulação do nosso ministro da guerra em 1947) (MOURA, 1991, p. 90).

O estopim foram as críticas a Dutra presentes na *Gazeta Literária* periódico soviético. A Secretaria de Estado enviou uma nota de protesto exigindo desculpas e retratações que pela linguagem e forma como foi redigida tinha o claro intuito de que fosse recusada, como o foi. Alertada pelo embaixador brasileiro em Moscou, e por Oswaldo Aranha na ONU, não foram suficientes para demover Raul Fernandes para quem “o Brasil tem tudo a ganhar e nada a perder com o rompimento de relações”. Desmontando a hipótese sistêmica para o rompimento de relações, o secretário de Estado dos Estados Unidos George Marshall ainda procurou Aranha em Nova York para evitar a ruptura, argumentando que Truman era seguidamente atacado pela imprensa soviética sem que isso acarretasse maiores consequências, mas estava claro o propósito do governo brasileiro de não ser dissuadido. Para Gerson Moura:

> Enquanto o anti-sovietismo americano era parte de uma estratégia global de grande potência em busca de hegemonia, o anti-sovietismo brasileiro era expressão de uma compreensão enviesada dos conflitos sociais internos e da melhor maneira de enfrentá-los (Moura, 1991, p. 92).

O propalado alinhamento automático com os Estados Unidos sofre matizes que o complexificam. Em alguns setores não havia sequer alinhamento, como era o caso das discussões econômicas no GATT, onde o Brasil defendia teses desenvolvimentistas. Em outros, como nas relações com a URSS, o Brasil era, por considerações de ordem interna, ainda mais realista que o rei. No plano geral, no entanto, o governo Dutra aderiu entusiasticamente à

crescente securitização da agenda hemisférica norte-americana que substituíra a Política da Boa Vizinhança.

Essa visão subserviente levou a confrontos entre a chancelaria e o representante brasileiro na ONU, Oswaldo Aranha, eleito presidente do Conselho de Segurança em fevereiro de 1946 e presidente da II Assembleia Geral em 1947, o principal símbolo de prestígio internacional brasileiro no exterior. Aranha, que tinha sido o chefe da facção americanista quando ministro de Estado (1938-1944) percebia agora em sua ação na ONU as mudanças no cenário internacional com mais clareza que a chancelaria à qual estava subordinado e que exigia que se seguisse sempre o voto americano para demonstrar uma frente ocidental unida, único meio de evitar a dominação soviética na Europa. Aranha percebia que não haveria guerra global entre as duas potências, e que em muitos casos prevalecia a colaboração. Estar aliado aos Estados unidos não significava subserviência. Já o Itamaraty guiava sua ação externa pautado pelo medo dos conflitos sociais brasileiros e as reivindicações dos operários cuja legitimidade o governo Dutra recusava. Via neles presença da ação internacional soviética e, portanto, hipotecava solidariedade a outros países que vivessem conflagrações semelhantes – guerra civil na Grécia – ainda que regimes motivados por regimes autoritários como o português e seu colonialismo africano. Deu apoio político aos Estados Unidos na ONU na questão coreana e exigiu à delegação brasileira "ajustar-se aos Estados Unidos sem qualquer indecisão", e Raul Fernandes chegou a boicotar a tentativa de eleição de Aranha para a presidência da III Assembleia Geral.

A crença de que havia uma aliança especial com os Estados Unidos aos poucos vai ficando mais e mais frágil.

Os poucos investimentos americanos no projeto desenvolvimentista brasileiro tinham sido ditados pelo contexto político da guerra e perderam sua razão de ser. A ata de Chapultepec de 1945 prescrevia os princípios liberais de tratamento igualitário para o capital estrangeiro nos povos do continente, e o governo Dutra aderiu entusiasticamente a essa liberalização ao ponto de gerar uma grave crise cambial no Brasil. As reservas acumuladas pelo Brasil durante a guerra eram inconversíveis para o financiamento de déficits comerciais e a situação ficou tão fora de controle que o governo Dutra foi obrigado a recorrer novamente ao controle das importações a partir de 1948.

Durante os trabalhos da constituinte, sobretudo no capítulo das questões sociais eram mantidos alguns dos dispositivos do Estado Novo que mantinham a nacionalização do subsolo, mas não regulamentou como se dariam as concessões. Os anos seguintes seriam anos de luta sobre essa regulamentação, sobretudo em relação ao petróleo, cuja mobilização popular obrigou Dutra a recuar na intenção de abrir esse mercado para as grandes empresas estrangeiras, o que contava com a simpatia do Itamaraty. Em 1947, logo depois de promulgada a constituição, Dutra autoriza concessão de exploração do manganês para a US Steel e a Bethleem Steel, além de manter a venda das areias monazíticas iniciada no período da guerra. O governo Dutra havia lançado o Plano Salte cuja sigla simbolizava as prioridades do governo (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), mas as dificuldades de financiar tanto interna quanto externamente as inversões necessárias para dar conta destas prioridades fizeram com que pouco mais do que já havia sido iniciado no Estado Novo – a inauguração da CSN, a CHESF e a Hidrelétrica do São Francisco – fosse levado a cabo.

No plano multilateral, Petrópolis sediou a Conferência Interamericana de Defesa que criou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR. Dizia o TIAR: “Um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos”, naturalmente o alvo oculto desta previsão era a URSS. Várias delegações quiseram discutir o tema da luta continental contra o comunismo, a ameaça de “subversão”, mas foram dissuadidas pela delegação americana. Era interessante que o real objetivo da conferência – criação de um sistema de poder americano contrário ao sistema de poder soviético – permanecesse oculto, ou ao menos escamoteado pela ideia de “defesa hemisférica”. O elemento de coesão hemisférica e liderança americana, no entanto, se sobrepunha ao de “defesa” continental, como ficaria tragicamente claro para os argentinos em 1982, quando o TIAR foi-se com a breca.

Como um sucedâneo do TIAR, tem-se a criação da OEA na IX Conferência Interamericana de 1948 para suceder os antigos Bureau de Repúblicas Americanas criado em 1890 na Primeira Conferência e a UPA (União Pan-americana) criada em 1910 na IV Conferência. Institucionalizava multilateralmente as relações políticas e econômicas dos Estados americanos. O delegado brasileiro e ex-chanceler João Neves da Fontoura declarou a George Marshall que agiria em consonância com os Estados Unidos e que faria todos os esforços para que as posições das duas delegações convergissem sempre. A carta da OEA, com o apoio da delegação brasileira incorporou em seu artigo 32 uma declaração de anticomunismo, que legitimou muito mais tarde a intervenção americana na República Dominicana.

As reformas militares que resultaram na criação de um Estado-Maior das Forças Armadas, e mais tarde (1949) da Escola Superior de Guerra (ESG) fez dentro dos padrões norte americanos, seguindo a ESG, o modelo do *War College,* e inclusive, enviando seus oficiais para lá estagiarem.

As relações bilaterais e multilaterais são marcadas pelo tom subserviente. O governo americano recusou ainda empréstimo do Eximbank para a construção de uma refinaria de petróleo no Brasil solicitado por uma comitiva econômica enviada aos Estados Unidos em 1946. Recusou também empréstimo para reequipar os transportes marítimos e terrestres do Brasil. A postura brasileira é adesiva e demandante, e a dos Estados Unidos, distante. Não havia qualquer aliança especial. Quando em 1949, o governo Dutra solicitou ajuda econômica para a manutenção e modernização das bases no nordeste utilizadas pelos americanos na guerra, a recusa de Washington evidenciou explicitamente que as prioridades econômicas e de segurança do governo Truman estavam na Europa e na Ásia, e não mais na América Latina. Demorou muito tempo para que Raul Fernandes percebesse que Volta Redonda tinha sido um contexto de emergência não o marco inicial de modelo de assistência econômica continuada. Isso fica expresso no seu “Memorando da frustração”, ao final de sua gestão, quando já era patentemente óbvia a falta de reciprocidade.

Gerson Moura sintetiza:

> Os ministros das Relações Exteriores do governo Dutra, João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, aprenderam a *forma* da política de Vargas (alinhamento aos EUA), mas não foram capazes de reproduzir sua *substância* mais notável (utilizá-la como instrumento de barganha em suas negociações internacionais). (...) O alinhamento (...) constituiu-se

> praticamente em *objetivo permanente* da política exterior brasileira. Os ganhos substantivos passaram para o reino imponderável da esperança (grifos do autor; MOURA, 1991, p. 69).

Um dos legados da relação bilateral Brasil-Estados Unidos no governo Dutra foi a vinda ao Brasil da Missão Abbink que buscou estudar os pontos de "gargalos" do desenvolvimento brasileiro e estabelecer propostas para a superação destes gargalos. O governo Brasileiro insistiu na institucionalização deste mecanismo, acreditando poder transformar a comissão em um meio de conseguir o apoio americano para financiar tais projetos. Nascia aí a ideia de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que terá importância no Segundo Governo Vargas.

As eleições de 1950, embaladas pela marchinha carnavalesca que virou jingle de campanha: "*Bota o retrato do velho outra vez/bota no mesmo lugar/ o sorriso do velhinho/ faz a gente trabalhar.*" Assistiram à enorme popularidade do velho ditador junto aos grupos populares. Vargas articulou cuidadosamente a campanha. Primeiro deu uma entrevista ao jornalista Samuel Wainer que na época trabalhava nos *Diários Associados*, declarando que voltaria como líder de massas. A capa "Ele voltará!" serviu para sondar a temperatura política da recepção à sua possível volta. Foi um alvoroço. Depois, neutralizou o rival Adhemar de Barros com uma aliança que estabelecia Getúlio em 50, Adhemar em 55, e concordou em incorporar à chapa o pessepista João Café Filho, antigo inimigo político como candidato à vice-presidência. A aliança com o PSP foi fundamental. Um quarto dos votos que o elegeram vieram de São Paulo. Conseguiu ainda a garantia de Góis Monteiro da "autorização" das Forças Armadas que o haviam deposto. Góis, que apoiou Cristiano Machado, lhe garantiu que se vitorioso seria empossado.

A candidatura de Cristiano Machado começou a naufragar ainda no porto. O pragmatismo dos políticos do PSD não permitiu que diante da enorme popularidade de Getúlio e do crescimento de sua candidatura, permanecessem embarcados numa canoa furada. Mesmo com o candidato oficial, grande parte do PSD apoiou formal ou informalmente Getúlio, que lhes retribuiu com as principais pastas de seu ministério: Horacio Lafer na Fazenda, João Neves da Fontoura nas Relações Exteriores, Negrão de Lima na Justiça e Ernesto Simões na Educação. O PTB tinha apenas um ministro, o do Trabalho e o PSP ficou com a Viação e Obras Públicas, e a UDN dissidente ganhou também um ministro, João Cleofas na Agricultura que apoiou Vargas e recebeu em troca seu apoio contra Agamenon Magalhães (PSD) para o governo de Pernambuco. Cleofas perdeu, mas ganhou um ministério. Mesmo sem o apoio formal nas eleições Getúlio tinha claro que era impossível governar sem o PSD. Um militar nacionalista – Estillac Leal, presidente do Clube Militar – completava o ministério, só pra garantir.

A UDN indicara novamente o brigadeiro Eduardo Gomes (*vote no brigadeiro ele é bonito e é solteiro*, não foi um slogan lá muito eficaz) que teve menos de 30% dos votos. Derrotada, lançou a tese de que Getúlio, por não ter tido a maioria absoluta dos votos – foi eleito com 48,7% do total – não poderia tomar posse, dando início ao seu flerte com os militares e o golpismo, traço de toda sua trajetória política. A chicana não deu certo e Getúlio foi empossado com a anuência dos militares em 31 de Janeiro de 1951.

A divisão no seio das Forças Armadas marcou parte importante da instabilidade do segundo governo Vargas. De um lado nacionalistas como Horta Barbosa e Estillac Leal.

Do outro “entreguistas” como Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Canrobert Pereira. Como vimos, o clube militar era o palco desta disputa. Vargas se apoiava na primeira facção mas tentou flertar e cooptar o segundo grupo como fazia frequentemente na época do Estado Novo. Este jogo duplo do presidente se fez sentir em três momentos relevantes. Na assinatura do acordo militar Brasil-Estados Unidos de 1952, na questão da participação do Brasil na Guerra da Coreia[355] e na questão do Petróleo.

A política de Getúlio para apaziguar os militares explica os três ministros que ocuparam a pasta da Guerra (Estillac, Ciro Cardoso e Zénobio da Costa) em seu governo – na verdade o nome era Ministério do Exército. Contrastava com o único que a havia ocupado no governo anterior (Canrobert) e o único que a ocuparia no governo JK (Lott).

Estillac Leal se demitiu após assinatura do Acordo Militar com os Estados Unidos considerando que fora alijado das negociações, feitas pelo chanceler João Neves da Fontoura. Fontoura do PSD era ex-ministro de Dutra e ex-advogado da Standard Oil com claras simpatias pelos Estados Unidos, ainda que vacinado contra o perigo do alinhamento “automático” sem recompensas, que fracassara no governo Dutra. Para a Comissão militar mista Brasil-Estados Unidos Vargas indicou o brigadeiro Eduardo Gomes, seu rival na corrida presidencial. Sentindo-se desprestigiado, Estillac se exonera e é substituído por Ciro do Espírito Santo Cardoso, filho do Espírito Santo que fora ministro do governo provisório e desencadeou a crise da revolução constitucionalista. Este por sua vez não resiste ao “Manifesto dos Coronéis” que redigido por Golbery do Couto e Silva da ESG, se opõe ao reajuste de 100% do salário mínimo. Seu último ministro foi o legalista Zenóbio da Costa

que havia sido um dos que garantira sua posse. Não seria, no entanto, capaz de evitar o desfecho que levaria ao seu suicídio.

Segundo Vagner Alves Vargas procurou “embolar” a questão coreana com a questão do Acordo Militar, que ainda que tenha alijado Estillac Leal, foi negociada pelo General Góis Monteiro, que havia deposto o presidente em 1945 e dado-lhe garantia à sua posse em 1950. Quando decidiu pela recusa no envio de tropas, o fez por perceber a própria divisão interna em relação à questão na cúpula das Forças Armadas, o que apresentou como justificativa aos americanos, fazendo-os ver que apoiava os demais pontos da estratégia de segurança dos Estados Unidos. Ademais, em relação ao acordo de 1952, que substituía o de 1942, concordou com a maior parte dos pontos propostos, para insatisfação do militares “nacionalistas” que procuraram, como Estillac Leal, se eximir de responsabilidade por ele.

Em certo sentido, a posição de Vargas de ficar em cima do muro em relação a questões que envolviam os militares, ainda que compreensível politicamente, acabou lhe valendo acusações de ambos os lados. A política de cooptação não mais funcionava e a Banda de Música da UDN usava o plenário da câmara para acusar, agredir e achincalhar o presidente sempre que possível, fazendo-lhe oposição ferrenha e adotando táticas obstrucionistas a quaisquer projetos do governo. No caso do Petróleo, a situação seria ainda mais complexa, e o presidente precisou sair de cima do muro.

O governo era otimista no plano econômico. O plano Lafer previa investimentos da ordem de US$ 1 bilhão em cinco anos a serem investidos na indústria de base, sobretudo, de transporte e energia. A Assessoria Econômica

da Presidência, coordenada pelo técnico em planejamento Rômulo de Almeida foi o órgão específico criado para traçar metas e planos para alavancar o desenvolvimento da indústria no Brasil. Para Maria Antonieta Leopoldi a intenção do presidente era despolitizar ao máximo a implementação dos temas econômicos e técnicos, separando a questão do desenvolvimento das calorosas e turbulentas crises políticas frequentes então. A burocracia tinha que ser eficaz e só. Os recursos necessários ao financiamento seriam conseguidos atraindo empresas estrangeiras e viabilizando uma reforma tributária. Para tanto, a comissão Mista Brasil-Estados Unidos era parte essencial do projeto.

Criada em dezembro de 1950, por insistência brasileira e, instituída no Rio de Janeiro em julho de 1951, a comissão evidenciava um momento no qual as relações Brasil-EUA já não estavam no mesmo nível do imediato pós-guerra, devido às frustrações com os insucessos da política de Dutra, capitalizados nas eleições de 1950 no discurso nacionalista de Getúlio e na recusa do envio de tropas à Coreia que Vargas manteve em 1951. A comissão deveria formular projetos para a apreciação das instituições de fomento, mas o nacionalismo aguerrido de setores da sociedade e das forças armadas amedrontava os investidores em potencial. Ainda assim a comissão aprovou 41 projetos na área de infraestrutura que seriam financiados sobretudo pelo Banco Mundial (BIRD) e o Eximbank, mas também por capital europeu em menor grau.

A comissão foi criticada interna e externamente. De instrumento do imperialismo americano (por parte da esquerda nacionalista presente no congresso) a denúncias de corrupção (envolvendo aliança com empresários brasileiros, como a Light canadense) demonstravam a

polarização interna no congresso nacional. Com a eleição de Eisenhower, os republicanos extinguiram unilateralmente a comissão (junho de 1953). Apesar disso, o Brasil até o encerramento dos trabalhos da comissão recebeu créditos somados que ultrapassaram US$ 160 milhões do Eximbank e do Banco Mundial, menos da metade dos quase US$ 390 milhões previstos.

No médio prazo a Comissão representa os limites do modelo de desenvolvimento associado que priorizava a relação bilateral com os EUA, fortalecendo as ideias cepalinas mais nacionalistas, que seriam defendidas pelo ISEB à partir de 1955. O Governo JK seria uma síntese dos dois modelos. Atrairia financiamentos (mais privados que públicos) sem desmerecer a relação bilateral, ao mesmo tempo que usava o peso do Estado para financiar setores sobretudo de infraestrutura.

No plano macroeconômico Getúlio herdara a situação complexa do governo Dutra. A inflação era crescente e as dificuldades de conseguir recursos no exterior, como vimos, notórias. Pioram em seu mandato. O superávit comercial de 1950 se torna déficit de US$ 67 milhões em 1951 e de US$ 286 milhões em 1952. Ainda assim o governo precisará estabelecer o controle do câmbio, implementado pela Instrução de número 70 da SUMOC, que criava faixas de câmbio específicas para a compra de dólares. Esse protecionismo cambial tinha por objetivo evitar importações de supérfluos e estimular as exportações brasileiras.

Para cada uma destas medidas econômicas um enorme debate politizado entre “nacionalistas” e “liberais” vinha à tona. A politização de questões que Getúlio teria preferido dar solução “técnica” contribuía para o aumento da temperatura política. A crise no balanço de pagamentos, por

exemplo, era atribuída pelos nacionalistas aos lucros extraordinários que as empresas estrangeiras remetiam para o exterior sem qualquer controle. O relatório de uma comissão técnica chegou a valores que ultrapassavam US$ 140 milhões em 1951. O governo então decretou que a SUMOC passava a ter poder para limitar estas remessas sempre que se exercesse pressão demasiada sobre o balanço de pagamentos. Apesar disso, o decreto sobre as remessas de lucros não foi aplicado, o que evidencia a inexistência de um projeto autárquico antiamericano nas formulações do governo Vargas. O presidente mostrava-se aberto à vinda de empresas estrangeiras que investissem nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país. Mônica Hirst chama sua política externa de período da “barganha nacionalista”.

É exemplar desta cautela a escolha do “caminho do meio” no encaminhamento da questão do petróleo. Fortemente politizada por conta da Campanha “O Petróleo é nosso” ocorrida no governo anterior em oposição ao Estatuto do Petróleo que previa a regulamentação da nacionalização do subsolo sem impedimento de atuação das empresas estrangeiras. O encaminhamento do projeto pelo governo Dutra em 1947 motivou a organização dos nacionalistas em torno da CEDP (Centro de Estudos em Defesa do Petróleo) em 1948 que teve no general Horta Barbosa seu principal defensor. Contou com o apoio da UNE e de amplos setores da sociedade, tornando-se entre 1948-1949 um movimento amplamente popular, e suprapartidário que organizou passeatas, encontros, palestras e até uma eleição da rainha do petróleo, chamada curiosamente de Petronilha Pimentel, fotografada com as mãos sujas de petróleo e de braços abertos na Bahia. O tema dividiu o clube militar e tinha a maior parte da imprensa contrária ao

monopólio. Frente a oposição organizada o estatuto não andou sob o governo Dutra.

O governo Vargas buscou dar um encaminhamento técnico ao projeto, evitando sua politização ainda maior. Rômulo de Almeida preparou o texto que teve dez versões, todas analisadas e comentadas por Vargas. Passou ainda pelos militares (Horta Barbosa, Juarez Távora e Estillac Leal) e pela consultoria jurídica de San Tiago Dantas. Os industriais da FIESP e do CNI eram contrários ao monopólio, ainda que apoiassem a Petrobras. O projeto do governo previa uma empresa de economia mista, 51% de ações do governo, e a empresa seria financiada com o patrimônio do CNP que passaria a ela, e um imposto único sobre os derivados do petróleo do qual 75% iria para as rodovias e 25% para a futura Petrobras. Não se falou em monopólio jurídico, mas o presidente acreditava que este monopólio aconteceria na prática. Acreditava que teria o apoio da UDN na questão, mas se enganou.

O projeto foi recebido como entreguista e tanto a UDN quanto o PTB apresentaram substitutivos que o alteravam radicalmente e, cujo cerne da oposição era o estabelecimento do monopólio. Vargas teve que atuar ativamente nas negociações com o Congresso Nacional – por quase dois anos (desde dezembro de 1951) – que afinal transformou-se na Lei n. 2004 de 3 de outubro de 1953. Tinha o monopólio da exploração e prospecção do petróleo, obrigando-se a garantir o fornecimento para as refinarias privadas que tiveram sua produção “congelada”, novas refinarias apenas estatais. O CNP apenas supervisionaria a oferta de petróleo e a Petrobras passaria a cuidar da prospecção, extração, refino, transporte, e comercialização.

Juracy Magalhães, político e militar udenista se tornou seu primeiro presidente.

Para além da criação da Petrobras o ano de 1953 foi intenso. Iniciado sob o signo da greve dos 300 mil (março) e seguiu com uma ampla reforma ministerial (junho). A greve, iniciada nos setores têxteis e metalúrgicos, mas rapidamente se alastrou para os gráficos, ferroviários portuários motoristas, atingindo diversos setores da economia. Foram inicialmente reprimidos – muitos líderes sindicais foram presos, após a "marcha da panela vazia" – mas conseguiram vitórias importantes. A saída de Segadas Viana do Ministério do Trabalho, o aumento de 32% no salário e a libertação dos presos. Surgia um novo grupo na liderança do PTB, e João Goulart era o porta-voz deste grupo. Pouco depois João Neves da Fontoura se exonerava da chancelaria e saía acusando Getúlio de estar conspirando uma aliança com Perón contra os Estados Unidos, costurada por Batista Luzardo, embaixador em Buenos Aires. Fontoura estimulava o medo conservador de que se implantasse uma ditadura sindicalista no Brasil, nos moldes do peronismo. Para seu lugar, Getúlio nomeou o jurista Vicente Rao. Entre as principais mudanças no seu ministério na reforma de junho está a nomeação de Tancredo Neves para o Ministério da Justiça, de Oswaldo Aranha para a pasta da Fazenda – nem de longe um antiamericanista – e José Américo de Almeida para a Agricultura.

Em fevereiro de 1954 estudando a necessidade de recomposição do salário mínimo que registrava perda de cerca de 50% de seu poder de compra desde que tinha sido criado, propôs Goulart seu reajuste em 100% para viabilizar sua recomposição. As reações no meio patronal e na

Imprensa foram ferozes. E a mais perigosa de todas veio do exército. Seu “manifesto dos coronéis” alertava para o risco de impossibilidade de recrutamento de soldados caso o salário mínimo subisse tanto. Após o manifesto cai também o ministro Ciro Cardoso, substituído por Zenóbio da Costa (fevereiro de 1954). A pressão contra o aumento do salário mínimo fez com que Getúlio buscasse novamente o “difícil caminho do meio”. Concedeu o aumento em 1º de maio[356] mas permitiu a saída de Goulart, que sob pressão, renunciou à pasta.

A percepção de crise política generalizada era maximizada pela completa falta de apoio no governo dos setores da imprensa brasileira. Os principais órgãos de comunicação do país se colocaram contra a candidatura e posteriormente contra o governo Vargas. É o caso do *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo* e *o Jornal*, no Rio de Janeiro e do *Estado de S. Paulo* e da *Folha da Manhã* no Estado de São Paulo. Praticamente não deram cobertura à campanha eleitoral de Getúlio, obrigando-o a utilizar caminhões equipados com alto-falantes, percorrer todos os Estados da Federação e imprimir panfletos para divulgar seu programa de governo. Tanto na campanha quanto ao longo do seu governo, a grande imprensa tentará, sem sucesso, demolir a imagem de Pai dos Pobres construída pelo DIP[357].

Vargas tentará quebrar este monopólio após sua eleição, “sugerindo” a Samuel Wainer que abra um jornal. A história da *Última Hora*, financiado por empresários ligados a Getúlio e com um empréstimo do Banco do Brasil, Wainer em seis meses vendia mais que *O Globo*, que era o jornal de maior tiragem do país. Inovou com um caderno publicado em cores, debatia o custo de vida e os problemas do

trabalhador. Notícias policiais vinham em primeira página – o que era então considerado mau gosto. Apoiava pessoalmente Getúlio, quebrando de modo bem-sucedido a corrente de imprensa oposicionista. Em 1952 criava a *Última Hora Paulista*.

Gestou-se então uma aliança contra Getúlio e a Última Hora na Imprensa conservadora em geral. Assis Chateaubriand cedeu espaço na TV Tupi e Roberto Marinho na Rádio Globo para que Lacerda, dono do minúsculo jornal *A Tribuna da Imprensa* atacasse constantemente o governo, acusando-o de corrupto e apelando para que as Forças Armadas o retirassem do poder.

Wainer cometeu um erro. Sugeriu que o Congresso convocasse uma CPI para investigar os supostos “crimes” envolvendo a *Última Hora* – concorrência desleal, favorecimento político, dumping, falta de ética, devedora do Banco do Brasil –, mas a CPI acabou se tornando palco para a Banda de Música da UDN que a transformou em um tribunal inquisitorial de tipo Macarthista, estimulada e divulgada pela grande imprensa. Wainer chegou a ficar dez dias preso por “desacato ao congresso” por ter se recusado a dar os nomes de seus financiadores. O ponto alto da CPI foi quando Lacerda, amigo de infância de Wainer, acusou-o de não ser brasileiro nato, e portanto, não poder ser proprietário de meios de comunicação no Brasil. Wainer teria vindo ainda criança da Bessarábia, o que era verdade, mas Lacerda não conseguiu provar, apesar de colher depoimentos de antigos professores da escola no Bom Retiro onde Wainer estudou e, ainda, enviar o repórter Davi Nasser para a Bessarábia em busca de informações. Enquanto foi vivo, Wainer negou não ser brasileiro, inclusive

nas primeiras edições do seu livro biográfico, *Minha Razão de Viver*.

O debate historiográfico sobre o significado do segundo governo Vargas é intenso. Maria Antonieta Leopoldi em artigo intitulado “o difícil caminho do meio” publicado no livro sobre o segundo governo Vargas organizado por Ângela de Castro Gomes tenta desmontar as teses de oposição da burguesia industrial ao governo. Esta burguesia teria se aliado contra o “populismo” de Getúlio por conta de medidas como o salário mínimo, por exemplo. Leopoldi estuda detalhadamente a relação entre os industriais e suas associações de classes (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – então FIRJ e Confederação Nacional da Indústria – CNI). Chega a conclusão que houve mais aliança que oposição e as políticas cambial e tarifárias, pilares essenciais da política industrial foram gestadas com a participação ativa dos industriais.

Outra vertente historiográfica hoje superada é a divisão didática do governo Vargas em dois momentos distintos (Helio Jaguaribe e Thomas Skidmore, por exemplo) que veriam uma primeira fase conciliatória que iria de 1951 a meados de 1953, onde o governo tenta uma composição “pelo ministério da experiência” com os setores da burguesia e do capital estrangeiro e, um segundo momento marcado por uma virada nacionalista com o recrudescimento do movimento de massas e mobilização popular. A reforma ministerial de 1953 e a instrução 70 da SUMOC seriam exemplos disso. Sintetiza assim Maria Celina D’Araújo:

> passado o espírito de conciliação que presidira o primeiro momento a radicalização do segundo restringia as possibilidades de negociação por

> parte do governo. A crise de Agosto teria sido o resultado desta trajetória de composição de interesses, que malsucedida na conciliação, induzira a uma reformulação, por sua vez, fatal. (D'Araújo, 1982, p. 18)

Esta autora, no entanto, discorda de tal periodização. Considera que o governo Vargas buscou a conciliação ao longo de todo governo e foi nacionalista ao longo de todo governo. Para D'Araújo o que levou à crise não foi uma pretensa virada nacionalista de enfrentamento, mas:

> O fracasso de uma política conciliatória e a impossibilidade de se estabelecerem alianças estáveis provém da forma parcial como se tentou articulá-las. Esse ponto é central para a elucidação de um dos nossos principais argumentos: a nosso ver o governo não é marcado por um corte temporal que o dividia em fases distintas, mas por uma clivagem interna refletindo as tendências opostas que convivem no seu interior durante todo o período presidencial. (idem, p. 34).

Esta autora considera que o motivo estrutural para a crise de agosto de 1954 é o enfraquecimento partidário que era estimulado inclusive pelo getulismo que se colocava acima dos partidos e não buscou fortalecê-los. A política econômica nacionalista é despolitizada pelo governo e não é implementada por meio de compromissos partidários, mas por meio de assessorias técnicas como a assessoria econômica[358]. A solução de ruptura política foi inclusive delegada aos militares, já que os partidos no congresso se recusaram a votar o *impeachment* do presidente.

O estopim que levou ao colapso definitivo do governo e a solução trágica que teve como desfecho foi o atentado da Tonelero. Carlos Lacerda figura principal da articulação udenista na imprensa contrária a Getúlio havia recebido de um grupo de oficiais da aeronáutica a oferta de que estivessem sempre um deles com ele. O que previam aconteceu. Na madrugada de 5 de Agosto de 1954, quando voltava de uma palestra no Colégio São José com seu filho

Sérgio foi alvejado por dois pistoleiros que o acertaram levemente no pé, mas atingiram o aviador Major Rubens Vaz, que faleceu nos braços de Lacerda a caminho do hospital, um guarda, Sálvio Romeiro, que presenciou a cena também foi ferido mas acertou um tiro no táxi onde fugiram os criminosos.

No dia seguinte Lacerda publicava na *Tribuna da Imprensa*:

> (...) perante Deus acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões, cuja impunidade lhes dá audácia para atos como o desta noite. Este homem chama-se Getúlio Vargas.

Como a bala de calibre 45 que matou Vaz era de uso exclusivo das Forças Armadas, Lacerda conseguiu do Brigadeiro Eduardo Gomes autorização para instaurar um IPM na aeronáutica tirando da polícia as investigações. Em 24 horas já se conhecia o nome dos pistoleiros – Climério Eurides de Almeida e João Alcino do Nascimento, presos pela mobilização de forças de Terra e Ar. O motorista de táxi preso acusou Climério, que preso acusou o tenente Gregório Fortunato chefe da guarda presidencial da qual Climério era membro.

Gregório Fortunato foi pressionado de todas as formas pelos oficiais integrantes do IPM, muitos dos quais do grupo que servia Lacerda como guarda-costas[359]. Exigiam-lhe que desse nome a um mandante que fosse suficiente para derrubar o governo. Na imprensa escrita, rádio e TV, agitada por Lacerda exigia-se a renúncia de Getúlio que declarava que resistiria. Trinta brigadeiros da Aeronáutica divulgaram nota exigindo sua renúncia. “Apenas morto sairei do Palácio do Catete” foi a manchete da *Última Hora* em 23/08.

Foram dezenove dias de agonia lenta para o governo até que na reunião ministerial de 23/08, informado de que as Forças Armadas não teriam como evitar a Guerra Civil se o presidente não se retirasse, Getúlio, resistiu aos apelos de Oswaldo Aranha para resistir e declarou que se licenciaria. "O problema é meu, eu resolvo". O Gen. Zenóbio da Costa foi alcançado nas escadarias, onde se preparava para dar ordens pela resistência. O presidente não deve ter dormido esta noite. Na manhã do dia 24, fatídico dia de São Bartolomeu, depois de trocar poucas palavras com Alzira e seu irmão Bejo, que tinha acabado de ser convocado para depor no IPM do Galeão. O presidente respondeu à filha: "*se quiserem o depoimento do Bejo eles que venham buscá-lo aqui. Hoje ele não pode sair*". Pouco depois, por volta das 8h da manhã, ouve-se um tiro, e Alzira, Tancredo e outros que chegam ao quarto do presidente ainda o encontram vivo, segundo os depoimentos sorrindo[360].

Ao lado do corpo o documento mais famoso da história do Brasil desde a carta de Pero Vaz Caminha.

> Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.
>
> Sigo o destino que me é imposto. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobras e, mal começa

> esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobras foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.
>
> Não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.
>
> Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.
>
> Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão.
>
> E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.

A carta causa arrepios ainda hoje.

Se renunciasse, possivelmente teria morrido o político e enfraquecido o legado. Morto, renascia com toda uma carga dramática o getulismo. Neutralizou com o gesto e com a

carta as vantagens políticas que seus adversários haviam acumulado. Era um ato político definitivo, para um indivíduo que havia sido político a vida inteira. Seus desdobramentos ainda se fazem sentir.

7.2 Os anos JK

O governo Café Filho. As eleições de 1955 e a Novembrada. Conciliação política nos Anos JK. O plano de Metas e o desenvolvimentismo. A Construção de Brasília. A Política Externa de Juscelino Kubitschek. A OPA e o positivismo às avessas. Eleições de 1960.

Uma vez passada a comoção pelo suicídio do presidente, o "carnaval da tristeza", a situação política volta à sua aparente normalidade e o governo Café Filho, transcorre sem maiores convulsões até quase seu final. Chamado de *Interregno* Café Filho, os mais de quatorze meses que o antigo trabalhista potiguar ficou no poder representam uma guinada política relevante, possivelmente maior que os sete meses – metade – do governo Jânio Quadros, e que ninguém chama de interregno.

Sem o apoio dos dois maiores partidos, mesmo após ter prometido manter os compromissos de Getúlio, declaração ainda naturalmente sob o contexto de comoção pós-suicídio, Café Filho precisaria buscar na UDN o apoio necessário para governar. A presença de Eduardo Gomes no ministério da Aeronáutica é apenas o exemplo mais óbvio da incorporação udenista ao ministério. A presença de Eugenio Gudin[361] no ministério da Fazenda e a volta de Raul Fernandes ao ministério das Relações Exteriores fazia parecer que voltávamos ao governo Dutra tanto por seu liberalismo quanto pela política externa de alinhamento aos Estados Unidos.

O teste eleitoral do PTB três meses após o suicídio foi decepcionante[362]. Acreditava-se que nas eleições de outubro de 1954 a vitória do trabalhismo seria estrondosa, mas o partido ganhou apenas duas cadeiras em relação a legislatura anterior. O único grande partido que cresceu significativamente foi o PSP do presidente Café Filho, que ampliou em 25% sua representação, passando a deter quase 10% do total de deputados. PSD e UDN reduziram apenas ligeiramente sua participação.

Ao longo do ano que se seguiu adotou as diretrizes de Gudin que eram fortemente liberalizantes e indutoras da atração do capital estrangeiro. Sob sua batuta foi aprovada a instrução 113 da SUMOC que isentava de “cobertura cambial” uma série de procedimentos de compra de insumos e máquinas importadas como se fossem investimentos diretos. Tal medida seria essencial para o estabelecimento de muitas multinacionais no governo JK. Adotou uma política de austeridade e de corte de gastos governamentais. Fez uma minirreforma fiscal e passou a recolher na fonte o Imposto de Renda.

No plano externo retoma a aproximação com os Estados Unidos promovendo medidas como a revisão do acordo militar de 1952, aceitando-o como mero meio de fornecimento de armas e material bélico. Nisso era favorecida a Força Aérea, notoriamente a arma mais americanizada e politicamente mais vinculada à UDN. Abria mão dos anseios varguistas de transferência de tecnologia que levaram o presidente anterior inclusive a criar o CNPq para financiar a ida de estudantes brasileiros para o Exterior. O Acordo de Cooperação atômica assinado com o governo norte-americano em 1955, pelo qual o governo brasileiro compraria dos EUA reatores de urânio enriquecido

para três laboratórios nacionais, referendava a lógica do projeto de Eisenhower de Átomos para a Paz, o Brasil como mero importador de tecnologia americana.

Entretanto, o momento mais relevante do governo Café Filho foi seu fim melancólico no que ficou conhecido como a novembrada. O episódio é complexo mas pode ser resumido. Em 1955 o alto comando militar tentou impor uma candidatura única de consenso entre o PSD e a UDN, os dois principais partidos. Por não pertencer a nenhum dos dois caberia ao presidente Café Filho costurar o acordo. O PTB, naturalmente, vetou o arranjo mas isso favoreceu o acordo interno no PTB para apoiar a candidatura pessedista do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, apoiado pela vanguarda do PSD, chamada de “Ala Moça”, as lideranças mais jovens do partido, que apoiavam a exótica agenda desenvolvimentista industrializante de Juscelino que não tinha tanto eco no velho partido dos interventores que se beneficiava eleitoralmente do atraso e do voto rural. Foram dissidentes do PSD, o pernambucano Etelvino Lins, o gaúcho Parachi Barcellos e o catarinense Nereu Ramos, ex-vice-presidente de Dutra.

Com o acordo que indicou João Goulart para a vice-presidência na chapa de Juscelino, sua candidatura ganhou fôlego e decolou, apesar da má vontade de grande parte dos pessedistas, antipáticos em relação ao ex-ministro do Trabalho. A reunião dos dois partidos fundados por Vargas em 1945 permitia a JK se apresentar como seu sucessor e continuador, coisa que seria impossível sem o apoio do PTB.

Sepultada a ideia de candidato único, a UDN lançou a chapa Juarez Távora/Milton Campos mas os votos da direita acabaram divididos com a candidatura extemporânea de Plínio Salgado, ex-líder integralista que ainda contava com

muitos adeptos (teria 10% dos votos). Completava o quadro eleitoral Adhemar de Barros do PSP de Café Filho que era bastante forte em São Paulo. Juscelino terminou eleito com 36% dos votos, o menor contingente absoluto desde a redemocratização em 1945 – Dutra teve 53%, Vargas, 48% – o que levou ao questionamento udenista sobre a legitimidade de sua posse[363], por não possuir a maioria dos votos válidos reeditando a tese que tentou impedir a posse de Vargas em 1950. Carlos Lacerda naturalmente era o principal agitador golpista na imprensa[364].

A única chance, no entanto, de que tal desrespeito à constituição frutificasse era o apoio das forças armadas, sempre cortejadas pelos udenistas, para viabilizar o que o povo teimava em vetar por meio das urnas. Dado como certo o apoio da aeronáutica, começam a aparecer no seio do exército vozes entre os oficiais questionando a legitimidade do presidente eleito e colocando em dúvida sua posse. Tal posição não era endossada pelo Ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott[365], e o enfrentamento se deu quando do caso Mamede em 1º de novembro de 1955.

O Cel. Jurandir Mamede cedido à Escola Superior de Guerra, e dizendo-se representante do clube militar pede a palavra para homenagear o General Canrobert Pereira velado no cemitério São Francisco Xavier. Seu discurso de homenagem é antes um manifesto político contra o resultado das eleições[366]. Como a ESG era uma instituição do Estado-Maior das Forças Armadas, vinculado à presidência da República, Lott não pode simplesmente punir Mamede, sem comunicar o fato ao presidente o que não foi possível no dia 2, por ser feriado nas repartições públicas, nem no dia 3, porque o presidente havia sofrido um infarto.

Carlos Luz, o presidente da Câmara toma posse no dia 8, e desautoriza Lott no caso Mamede, forçando sua exoneração. Certo de que se tratava da iminência de um golpe udenista[367] Lott depõe Carlos Luz pela força das armas em 11 de novembro – data em que deveria transmitir o cargo de ministro do Exército para o general Fiúza de Castro. O presidente deposto se refugia, com Carlos Lacerda, no cruzador Tamandaré da Marinha e parte rumo a São Paulo, onde Jânio Quadros lhe garantia apoio, mas não consegue desembarcar em Santos. Toma posse, com o apoio da Câmara o presidente do Senado, Nereu Ramos.

Dez dias depois, João Café Filho, aparentemente isolado no hospital e sem maiores conhecimentos do sucedido, tem alta e retorna do hospital ao seu apartamento sob os aplausos de uma multidão que o aguardava. No momento em que entrou no edifício as tropas de Lott cercaram o prédio e dispersaram os populares com bombas de efeito moral. Permaneceria o presidente em “prisão domiciliar” até a posse de Juscelino Kubitschek em 1º de fevereiro de 1956, período sob o qual o país esteve em Estado de Sítio. Impetrou habeas corpus no supremo que só foi julgado depois da posse de JK, quando não havia mais necessidade de manter sua prisão.

Golpe ou contragolpe? Parece que neste momento, como em vários outros anteriores havia clara divisão no seio das forças armadas. A união militar em torno da descontinuidade da legalidade só se verificaria mesmo em março de 1964. A posse de JK era constitucional e seu governo, apesar da constante sombra golpista, mormente oriunda da aeronáutica, foi de conciliação. Manteve durante quase todo seu mandato Henrique Batista Duffles Teixeira Lott como ministro da Guerra, e, seu prestígio e

compromisso com a legalidade foram certamente elementos decisivos para que terminasse o mandato, único civil a consegui-lo entre 1926 e 1990. Lott era o "fiador" do regime junto aos militares.

Isso não significou a ausência de problemas. Imediatamente após a posse, Lott precisou debelar a rebelião de Jacareacanga no Pará, onde oficiais aviadores haviam sublevado a base aérea. Contra a vontade do Ministro, Juscelino anistia os amotinados envolvidos em atos revolucionários de 10 de novembro à 1º de março. Esta e outras decisões conciliatórias marcaram sua gestão e dão a medida de seu sucesso como político e negociador. Com a figura de Lott a garantir militarmente a legalidade, Juscelino procurou se aproximar das demais armas. Pleitos salariais e de modernização foram atendidos. Pode ser entendida como uma jogada política a compra do primeiro porta-aviões brasileiro – o que gerou conflito entre a Marinha e a Aeronáutica – adquirido dos ingleses, reformado, e sintomaticamente batizado de Minas Gerais. Eram frequentes as nomeações de militares para cargos prestigiosos no executivo, como a presidência da Petrobras, por exemplo.

Apesar da manutenção da oposição ferrenha dos udenistas, agora tendo Lacerda como deputado no Congresso Nacional, Juscelino procura entendimento com setores da UDN que, por exemplo, apoiaram a transferência da capital, e vários outros projetos do governo. Ao final do governo o próprio presidente tentaria inclusive viabilizar a candidatura única de Juraci Magalhães (UDN/BA) em possível aliança entre pessedistas e udenistas. Ao longo de seu governo movimentos sociais no campo – as ligas camponesas – e nas cidades, a UNE, os operários e

sindicatos e até o Partido Comunista ilegal tiveram ampla liberdade de organização e associação, inclusive promovendo greves gerais, sem que houvesse repressão.

Soube ainda se valer da coligação com o PTB costurada à duras penas, a despeito de máquina política de seu próprio partido. O PTB precisou de um presidente pessedista para ampliar o pequeno espaço que possuía no governo Vargas, passando a controlar não apenas o Ministério do Trabalho, mas também o da agricultura, conhecidos “cabides de emprego”. Esses cargos fortaleceram a estrutura partidária do trabalhismo nos Estados e ampliaram sua base de voto para além dos operários urbanos. Supervisionados de perto pelo vice-presidente João Goulart, favoreceram seu expressivo crescimento nas eleições legislativas de 1958 e 1962, fazendo do PTB o partido que mais cresceu no período democrático (1945-1964). A urbanização e a industrialização promovidas pelo governo Juscelino, contraditoriamente serviram para estimular o êxodo rural que tirava contingentes inteiros do controle eleitoral dos chefes pessedistas, ainda então o maior partido político do Brasil. Por outro lado pode contar com a figura de Goulart para mediar as crises junto aos trabalhadores, e servir de interlocutor preferencial do governo com as centrais sindicais, o que foi muito útil quando em meio a crises grevistas.

Inicialmente apoiado pela “Ala moça” do PSD que foi essencial para viabilizar a aliança com o PTB, Juscelino abandonaria esse grupo ao longo de seu mandato por várias razões. Suas expectativas de vir a concorrer de novo à presidência em 1965 só seriam possíveis se pudesse contar com a tradicional e hegemônica máquina do partido. A ala moça não chegou a eleger nem 10% dos deputados do PSD,

e suas bandeiras vanguardistas eram bloqueadas pelos setores mais conservadores do partido, como por exemplo, a Reforma Agrária tema que não interessava ao presidente debater. Assim como a Reforma Agrária, várias políticas de "adiamento estratégico" de temas complexos[368] eram deixadas para o futuro para não comprometer o frágil quadro político de polarização. Explodiriam ao longo do quinquênio seguinte.

Por último é importante destacar que o plano de metas e a construção de Brasília favoreceram a capitalização do que Maria Victoria Benevides chama de "política da esperança". Juscelino soube traduzir politicamente as expectativas desenvolvimentistas de otimismo e euforia de vários setores da sociedade para seu governo. Os gastos governamentais com Brasília e com as construções rodoviárias e, medidas de infraestrutura em geral lhe garantiram o apoio dos políticos profissionais fisiológicos cujo único compromisso é com a obtenção de cargos e vantagens que possam viabilizar sua reeleição. Nisso o governo JK foi pródigo, o que é bem mais complexo em governos que adotam postura mais ortodoxa de corte de gastos e ajuste fiscal.

A ideia de planejamento da economia não era nova no Brasil e já havia sido suscitada no Estado Novo dentro do DASP. Ganhou força com a vinda da missão Cooke (1943) e sobretudo da Missão Abbink (1948). A ideia de macroeconomia planejada nasce nas conversas tributárias desta última missão e na sua institucionalização que foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que funcionou no Segundo Governo Vargas até 1953. Interrompida pelo governo Eisenhower, as discussões sobre planejamento seguiram firmes no BNDE, e no plano internacional, na CEPAL. O elo entre as duas instituições era o economista

Celso Furtado, que não por acaso seria o primeiro Ministro do Planejamento do Brasil. A principal herança dos debates no seio destas instituições é o conceito *bottlenecks*, ou “pontos de estrangulamento”. Era necessário atacar com ênfase estes pontos para viabilizar o crescimento acelerado do país.

A proposta de planificação tinha seus detratores como Eugênio Gudin e Octávio Gouveia de Bulhões liberais que viam a intervencionismo como funesto. Ficaram notórios os debates de Gudin e de Roberto Simonsen nos Conselhos Econômicos de que fizeram parte ao final do Estado Novo[369]. Simonsen junto com Euvaldo Lodi representavam a FIESP e a CNI, sem as quais não havia como viabilizar o plano de metas. O empresariado era um aliado essencial para os cinquenta anos que Juscelino queria acelerar.

Além das inversões da burguesia nacional, a atração do capital estrangeiro era o terceiro pé do “tripé desenvolvimentista” do plano de metas. Capital estatal, capital estrangeiro e capital privado nacional para viabilizar a continuidade da substituição de importações.

O Estado teria papel central como indutor, regulador e coordenador do desenvolvimento planejado, mas também como investidor nas áreas de infraestrutura e bens de capital. Para suplantar a burocracia ministerial, notoriamente lenta, JK cria imediatamente o Conselho do Desenvolvimento, órgão interministerial que tinha a palavra final nas decisões sobre o plano de metas, que acompanhava e revia as metas a cada reunião. O secretário-geral do Conselho do Desenvolvimento, subordinado diretamente à Presidência da República era o presidente do BNDE, Lucas Lopes.

Foram criados ainda, no âmbito do Conselho, grupos executivos para metas específicas que envolviam os setores implicados, empresários, militares, técnicos. O caso mais famoso foi o GEIA (Grupo Executivo da Indústria Automobilística), mas também houve um para a construção Naval e para o Ensino e Aperfeiçoamento, entre outros. Eram essenciais para bypassar a burocracia tradicional e articular metas que dependiam de outras metas, em setores diferentes da estrutura produtiva nacional (por exemplo, tratores para viabilizar as metas agrícolas).

Dada a enorme quantidade de investimentos necessários para viabilizar suas metas, de acesso a fontes de investimento e financiamento externas, viabilizadas, sobretudo, pela instrução 113 da SUMOC, editada no governo Café Filho que favorecia a entrada de capital estrangeiro. O Estado sozinho não daria conta de todas as inversões necessárias, em primeiro lugar por conta do baixo índice de poupança interna nacional, e, em segundo lugar, por conta dos crescentes déficits nas contas externas que obrigava o governo à recorrer ou ao endividamento, de curto e médio prazo, ou ao financiamento inflacionário por meio da emissão. Esse quadro restritivo será a moldura básica na qual se insere a ação internacional do Brasil no período, que veremos em seguida.

Segue adiante um quadro-síntese dos investimentos e resultados de cada um dos cinco setores e trinta metas do plano.

A

Meta	Síntese e Investimentos	Resultado
Meta	Síntese e Investimentos	Resultado

ENERGIA (43% do total de investimentos)			
1.	*Energia Elétrica*	Potência instalada de 3 para 5 milhões de kw. Obras para elevar para 8 m. Em 1965.	Produzia-se ao fim do governo 4,770 milhões de kW. (95%)
2.	*Energia Nuclear*	Instalação de central pioneira de 10.000 kw. Investimento em metalurgia atômica.	Foi construído o reator da USP
3.	*Carvão Mineral*	Produção de carvão de 2 para 3 milhões de toneladas por ano. Ampliação da utilização termelétricas dos restos e tipos inferiores.	Produzia-se me 1960 2,199 ton/ano. (73%)
4.	*Produção de Petróleo*	De 6,8 mil barris para 100 mil barris/dia	Alcançou 75,5 mil/dia. (75,5%)
5.	*Refino de Petróleo*	130 mil barris para 330 mil/dia.	Chegou à 218 mil/dia. (67%)
TRANSPORTES (30% do total de investimentos)			
6.	*Reaparelhamento de Ferrovias*	Investimento de 239 milhões de dólares e 39,8 bilhões de cruzeiros	Cerca de 76% estimado.
7.	*Construção de Ferrovias*	2100 km de novas ferrovias. 280 variantes. 320 km alargamento de bitola.	Apenas 826 km de ferrovias foram construídas. (40%)
8.	*Pavimentação de rodovias.*	Pavimentar 5 mil km de rodovias.	Pavimentaram-se 6202 km. **(124%)**
9.	*Construção de Rodovias*	12 mil km até 1960.	14.970 km. **(125%)**
10.	*Portos e dragagem*	Ampliação, reaparelhamento e aquisição de dragas. Investimento US$ 32 milhões e Cr$ 5,9 bilhões.	Estima-se que se alcançou 56 % da meta.
11.	*Marinha Mercante*	Aumento de 330 mil toneladas para petroleiros e 300 mil para os demais navios.	300 mil para petroleiros (91%) 255 mil para os demais navios (85%)
12.	*Transporte Aéreo*	Compra de 42 aviões.	13 unidades (31%)
ALIMENTAÇÃO (3% do total de investimentos)			
13.	*Produção Agrícola*	Dobrar a produção de trigo.	Retrocesso: produziu-se menos (370 mil ton.) que no início do período.
14.	*Armazenagem*	Aumentar para 742 mil toneladas.	570 mil ton. (77%)
15.	*Frigoríficos*	Aumentar para 45 mil toneladas.	8 mil ton. (18%)
16.	*Matadouros*	Construção de matadouros para o abate de 3,5 mil bovinos/dia e 1,3 mil suínos/dia.	2,1 mil bovinos (60%) 700 suínos (54%)
17.	*Mecanização Agrícola*	Subir 45 mil para 72 mil o número de tratores.	Estima-se 77 mil em 1960 **(107%)**
18.	*Fertilizantes*	Aumento da produção de 18 mil para 120 mil toneladas.	290 mil toneladas. **(242%)**
Meta		**Síntese e Investimentos**	**Resultado**
INDÚSTRIAS DE BASE (20% do total de investimentos)			

19.	*Siderurgia*	Dobrar a produção até 1960 e + que triplicar até 1965 (3,5 milhões de ton.)	2,3 mil toneladas e 1960 **(114%)**
20.	*Alumínio*	Passar a produção de 2,6 mil para 18,8 mil toneladas até 1960 e 42 mil toneladas até 1965.	16,5 ton. (92%)
21.	*Metais não ferrosos*	Expansão da produção e refino.	Cobre **(203%),** Chumbo **(148%),** Estanho (93,7%) e Níquel **(144%)**
22.	*Cimento*	Dobrar a produção (5 milhões de ton)	4,37 milhões de toneladas (87,5%)
23.	*Álcalis*	Subir a produção de 20 mil para 152 mil toneladas/ano.	**100%**
24.	*Celulose e Papel*	Aumentar a produção de 90 mil para 260 mil ton. de celulose e de papel jornal de 40 mil para 130 mil ton.	Celulose: 200 mil ton. (77%) Papel Jornal 65,7 mil ton. (50,5%)
25.	*Borracha.*	Triplicar a produção e passar a produzir borracha sintética.	Fabricação de borracha sintética, mas a produção de borracha subiu para apenas 22,5 mil ton. (2,3%)
26.	*Exportação de Minérios*	Triplicar a exportação até 1960 e quadruplicá-la novamente até 1965 (30 milhões de toneladas/ano).	5 milhões (62,5%)
27.	*Indústria Automobilística*	Implantar indústria capaz de produzir 170 mil veículos em 1960.	200 mil unidades de capacidade total instalada **(117%)**[370]
28.	*Construção Naval*	Implantá-la!	Condições de produzir 158 mil ton/ano em 1960.
29.	*Indústria Mecânica e de material elétrico pesado.*	Implantá-la!	Aumento de 100% para máquinas. Aumento de 200% para mat. elétrico.
EDUCAÇÃO (3,5% do total de investimentos)			
30.	*Capacitação*	Orientação da educação para o desenvolvimento formando mais técnicos.	Criado em 1959 o Grupo Executivo de Ensino e Aperfeiçoamento Técnico. Aumento progressivo das verbas para o MEC

Há um debate sobre a herança maldita advinda do Plano de Metas e do governo JK em geral. Inflação altíssima para financiar internamente seu sucesso, endividamento crescente, fracasso dos planos de estabilização que José Maria Alkmin de modo *ad hoc,* e, Lucas Lopes como ministro tentaram implementar e que levaram inclusive à ruptura com o FMI, o modelo rodoviarismo com a negligência às hidrovias e ferrovias, o aumento do Custo Brasil e a dependência externa do petróleo, o abandono da questão social, principalmente do Nordeste, visto como "região-problema", apesar da criação da Sudene por ideia de Celso Furtado, o enorme êxodo rural com o consequente inchaço

urbano e os problemas daí advindos. Tudo isso é fato, mas a avaliação negativa em geral deve ser relativizada. As circunstâncias eram muito restritivas no plano internacional, sobretudo para a obtenção de créditos, como poderá se perceber no estudo da OPA. Ou se industrializava com estas características ou não se industrializava. O crescimento do parque industrial é indiscutível e nas décadas seguintes nos tornaríamos uma das maiores economias – industriais – do mundo. Com Eugênio Gudin, o Brasil seria uma grande granja cafeicultora.

Pode-se afirmar que o Plano de Metas foi um caso de sucesso. Nas avaliações acima, percebe-se um determinado enfoque em desenvolvimento na indústria pesada e de infraestrutura, ficando em segundo plano a alimentação e a Educação. Em geral, apesar do endividamento e da alta inflacionária também havia a percepção generalizada de sucesso das metas por conta dos dois elementos mais emblemáticos do plano de metas cujo sucesso era indiscutível. A indústria automobilística e, claro, a meta síntese, a construção de Brasília. Caríssima (mais de 2% do PIB), a nova capital era carregada de simbolismos, como veremos na sessão cultural.

A construção de Brasília não ganhou grande adesão nos anos iniciais do mandato de JK. Parecia mais uma promessa vazia de campanha, mas não era. O presidente fez aprovar a criação da Novacap – empresa de capital estatal incumbida de construir a nova capital – pelo Congresso ainda em 1956, concluindo um velho sonho de políticos de muitas épocas distintas[371]. Numa promessa de campanha no município de Jataí em Goiás, Juscelino foi cobrado do cumprimento pleno da Constituição que ele jurava que cumpriria. Aproveita a deixa e transforma Brasília em meta

síntese do seu plano de metas. Aparece na historiografia recorrentemente o tema da segurança interna. As rebeliões da Primeira República e os levantes na Era Vargas, mostravam o potencial explosivo da mobilização militar e/ou popular que tinha o Rio de Janeiro. Transferir a capital para o Planalto Central daria alguma tranquilidade a governantes que eram obrigados a decidir os rumos do país sob a pressão, às vezes ameaçadora, das ruas cariocas, como tinha ficado óbvio no 24 de agosto de 1954.

A integração regional favorecida por uma capital no centro geográfico do país, e a necessidade de promover o desenvolvimento do centro-oeste, tal qual a Sudene tentava viabilizar no Nordeste também foram considerações relevantes. Não deixava de ser a continuação da "Marcha para o Oeste" do Estado Novo, agora, em novas bases.

A prática diplomática de Juscelino segue, como na política interna, a tática do adiamento estratégico. Temas relevantes de política internacional eram congelados por razões de política interna. A conciliação no plano internacional, no entanto, impediu que se aproveitassem oportunidades relevantes como por exemplo o apoio efetivo e firme ao processo de descolonização em seus momentos iniciais. Prevaleceria o peso do lobby português no Brasil, de significativo peso econômico e eleitoral, que Juscelino não podia e não queria alijar. Gerson Moura caracteriza a política exterior de Juscelino como sendo de "avanços e recuos". Ela inaugura temas muito relevantes que só seriam plenamente desenvolvidos durante a política externa independente.

O contexto internacional era de mudança no panorama da Guerra Fria clássica do final dos nos 40 e início dos anos 50. A coexistência pacífica de Eisenhower escondia na verdade fissuras no interior dos blocos ideológicos que

demonstravam que suas coesões não eram monolíticas e permitiam supor que se abria maior espaço para a ação autônoma de países periféricos como o Brasil. A Crise de Suez em 1956, na qual as superpotências juntas desautorizam a ação colonialista franco-britânica contra o Egito e as experiências autonomistas polonesa (Gomulka) e húngara (Imre Nagy) são exemplares tanto da menor capacidade de controlar seus aliados por parte de Washington e Moscou quanto da disposição das superpotências de usar a força se necessário para manter sua influência internacional.

A questão mais relevante no plano internacional era naturalmente a descolonização e suas consequências. Ganhou dinamismo justamente nos *Anos JK*. Durante seu mandato 24 países africanos conquistam sua independência, sendo 17 apenas no ano de 1960, chamado de "O ano da África". O processo de descolonização foi também essencial para mudar a configuração de poder na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde desaparecem as maiorias automáticas dos Estados Unidos e surgem novos temas, de interesse do terceiro-mundismo para debate. As conferências de Bandung (1955) e de Acra (1858) reafirmavam a necessidade de descolonização, repudiavam o racismo e introduziam o tema do desenvolvimento como preocupação fundamental daquilo que viria a ser, a partir de 1961 em Belgrado o movimento dos não alinhados, muito mal recebido pelas potências, cada qual acusando o não alinhamento de ser linha adicional de atuação do outro lado. O Brasil foi enviou um observador tanto para Bandung quanto para Belgrado, mas jamais aderiu ao movimento formalmente.

No plano regional o pós-guerra evidenciava o fim da Política da Boa Vizinhança e as Conferências pan-americanas que se seguiram, com destaque para a do Rio de Janeiro em 1947 e a de Bogotá em 1948 com a criação do TIAR e da OEA, demonstram as novas diretrizes de Washington para seu hemisfério. Repúdio ao planejamento e à intervenção do Estado, críticas ao protecionismo, abertura de mercados, defesa contra o comunismo eram a tônica da ação multilateral americana, estrangulando as possibilidades de inserção autônoma dos países da região e perpetuando o modelo assimétrico de relacionamento. Se Churchill fosse brasileiro, a cortina de ferro teria sido aqui, e o tecido forjado com ferro do Kansas, onde Eisenhower tinha sido criado.

Gerson Moura analisando a troca de cartas entre Eisenhower e Kubitschek evidencia o diálogo de surdos que se estabelecia, na qual o governo brasileiro enfatizava suas prioridades desenvolvimentista enquanto o mandatário americano estava preocupado com os temas de segurança. Para Ike o “comunismo” era a *causa* de todos os males, para Juscelino, a ameaça comunista era a *consequência* da falta de desenvolvimento e investimentos no país.

Apesar disso, a cordialidade entre os dois é notória e é uma evidência da manutenção da vinculação prioritária do Brasil aos Estados Unidos que caracterizava na política externa desde o advento da República. Entre os exemplos práticos desse alinhamento estão a cessão em 1956 da Ilha de Fernando de Noronha para o estabelecimento de uma base americana de rastreamento de foguetes e a concordância do Brasil em integrar a Força de Paz da ONU para Suez (1956-1957), a primeira que o Brasil participou

após recusar enviar tropas à Coreia no início dos anos de 1950.

Como síntese temos então no quadro sistêmico mais amplo a presença de fissuras estruturais nos blocos de poder que abriam oportunidades para a inserção mais autônoma do Brasil enquanto que no plano regional uma sucessão firmes amarras, bilaterais e multilaterais para a expressão desta autonomia. Um exemplo da tentativa em conciliar estes dois quadros contraditórios foi a primeira expressão da multilateralização do problema do desenvolvimento criado pela diplomacia de JK em 1958, a Operação Pan-Americana – OPA.

Tratava-se de uma ambiciosa proposta de encaminhamento para o desenvolvimento e modernização da América Latina que contaria com o financiamento dos Estados Unidos com empréstimos a juros baixos. Um novo *Plano Marshall* para os primos pobres do hemisfério esquecidos no pós-guerra, quando os olhos do Tio Sam se preocupavam apenas com os alvos de Moscou. Até então a posição brasileira nos fóruns multilaterais econômicos era de moderação entre o crescente radicalismo latino-americano e a posição dos Estados Unidos de priorizar Europa e Ásia. O Brasil criticava, por exemplo, o BIRD, defendendo que deveria mudar a ênfase da "Reconstrução" para o desenvolvimento, mas não chegava a propor um banco regional de financiamento, como faria após a OPA, quando o pássaro perdeu o "R" e se tornou interamericano.

Provavelmente surgida direto do palácio, a OPA foi proposta por Augusto Frederico Schmidt, consultor internacional da presidência, sem maiores consultas ao Itamaraty, e mesmo aos demais países beneficiários[372], a

OPA terá dificuldades logísticas e estruturais para se viabilizar, mas era um avanço importante em relação a lógica anterior que presidirá a experiência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Não se tratava mais de uma questão bilateral, ou da implementação das sugestões verticais do governo dos Estados Unidos – Missão Abbink, 1949 – mas antes uma discussão no âmbito regional, que mesmo pouco articulada, incluía multilateralmente todo o continente.

O brilhantismo da OPA está principalmente no argumento, mas também no *timing*. Foi lançada no mesmo ano a desastrada visita do vice-presidente Richard Nixon ao Peru e à Venezuela[373] que evidenciara a fragilidade da imagem americana na região. A visita tivera impacto "pedagógico" para o *establishment* e para a opinião pública norte-americana. Não se podia relegar por uma década um continente sem que isso arranhasse seriamente a posição estadunidense. É exatamente nesse contexto que o presidente que lançara o lema "ordem e desenvolvimento" no plano interno sugere que o mesmo se aplique no plano hemisférico. Juscelino securitizava a perspectiva desenvolvimentista, defendendo que a malograda visita de Nixon e a penetração de ideologias "alienígenas" – evita calculadamente a palavra socialismo – era resultado da falta de investimentos, de empregos e de indústrias na América Latina. Neste positivismo às avessas, JK invertia com a OPA o lema da bandeira brasileira. Era o progresso o promotor da ordem social e não o contrário. A OPA incorporava o discurso americano de ordem e segurança para se fazer ouvir pelos Estados Unidos naquilo que interessava ao Brasil e seus vizinhos: o desenvolvimento.

A recepção do discurso da OPA variou conforme o destinatário. Os latino-americanos gostaram do conteúdo desenvolvimentista, o governo dos Estados Unidos aplaudiram a preocupação com a segurança, mas nenhum dos dois gostou da forma. Para os demais países da região, era incômodo que o presidente do Brasil se autopromovesse à condição de tribuno da plebe. Não era bem vista a liderança brasileira como porta-voz da pobreza alheia. Suscitava perguntas como: “Se vierem, como estes recursos serão distribuídos?”, “Qual o papel do Brasil na distribuição destes recursos?” entre outras.

Para o governo Eisenhower era “esmola com chapéu alheio”, perigosa pela adesão que suscitava e pelo potencial aglutinador que tinha na região. Temia o governo americano que a OPA fosse debatida na ONU com a participação da CEPAL nas discussões. Forçou o encaminhamento das propostas para o CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social) que fora incorporado à estrutura da OEA, onde a hegemonia americana era indiscutível[374]. Com isso esvaziava as propostas econômicas e dava ênfase nas propostas de segurança.

Tentativas posteriores, já sob a chancelaria de Horacio Lafer, de trazer de novo a OPA para a agenda esbarraram no problema cubano que agora tomava conta das preocupações de Eisenhower e dos candidatos às eleições americanas de 1960. Uma vez vencido John Kennedy, a proposta da OPA se tornaria o marco básico da “Aliança para o Progresso” (1961). Outros legados da OPA foram a criação do BID e da ALADI, demonstrando o pioneirismo brasileiro em articular internacionalmente a região para fins desenvolvimentistas. Se não foi um êxito no curto prazo, a

OPA certamente deixou um aprendizado diplomático, e um legado multilateral de médio e longo prazos.

Outro tema explosivo era o possível reatamento de relações diplomáticas com a URSS, rompidos por Dutra há quase dez anos. Não fazia sentido manter essa posição – o Brasil era o único país importante do mundo que não tinha relações com Moscou – e o insuspeito Oswaldo Aranha já há longo tempo defendia essa posição. Estava ao lado dele os ministros das áreas econômicas como José Maria Alkmin da Fazenda que por conta disso se indispôs com o Marechal Lott e acabou saindo do governo. Os comunistas também bebem café, tomam suco de frutas e consomem bens brasileiros. As razões políticas eram ideologizadas e não pragmáticas, mas galvanizavam a opinião pública conservadora, principalmente Carlos Lacerda. Até o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro escreveu coluna nos jornais denunciando o movimento, que considerava anticristão e imoral, de reatamento de relações diplomáticas com a URSS.

Afinal, o Brasil decidiu reatar apenas relações comerciais com a URSS e abriu um escritório comercial em Moscou, sem o reatamento das relações diplomáticas. A solução de meio-termo mostra o espírito conciliador da política externa, fortemente limitada em suas aspirações pelo contexto ideologizado da Guerra Fria e seu contágio no panorama político brasileiro. Sempre ousado na política interna, o governo Juscelino Kubitschek era cauteloso e tímido no plano internacional, temendo sensibilizar os setores mais conservadores do país, como os militares, fortemente contrários ao reatamento.

A atuação do governo brasileiro no tema da descolonização é o cerne do que Gerson Moura chama de

“avanços e recuos”. Declara “difícil de entender” como um tema de natureza econômica relevante como aderir a causa da descolonização africana pode ter sido encarado com tanta tibieza por um presidente desenvolvimentista que queria promover o comércio exterior do Brasil[375]. Aponta algumas causas para minimizar a incompreensão. O racismo é uma delas. A sociedade brasileira do século XX, depois de um século de antilusitanismo preferia enfatizar sua herança portuguesa que sua herança africana. Mas isso não justifica a posição brasileira, afinal enfatizar a herança portuguesa não significaria endossar seu colonialismo como muito bem argumentavam figuras expoentes da ação externa brasileira da época, como Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Bezerra de Menezes, Maria Yedda Linhares, entre outros[376]. Estas vozes acabavam neutralizadas pelo “lusotropicalismo” de Gilberto Freyre, imensamente simpático ao “mundo que o português criou”, titulo que deu a um de seus livros[377]. Juscelino lusotropicalistamente endossava o salazarismo, desautorizava seu embaixador em Lisboa[378], e pagava em 1960 a visita que o presidente português fizera ao Brasil no início de seu governo.

Não que Juscelino declarasse apoio à colonização diretamente. No plano geral e teórico, o governo brasileiro criticava o apartheid, defendia à descolonização, asseverava a igualdade jurídica dos povos. No plano prático, no entanto, contraditoriamente, aceitava a tese de províncias ultramarinas portuguesas, votava contra a Argélia na ONU e seguia vinculado ao tratado de Concertação e Amizade que tinha assinado com Portugal em 1953, criando uma situação de subordinação insólita. Os portugueses reclamavam até de gestos menores, como o apoio brasileiro à criação na ONU de uma comissão

econômica para a África, inspirada na CEPAL. Em referência à óbvia assimetria de poder, dizia-se à época que era “um camundongo balançando o elefante pelo rabo”. Salazar era um camundongo esperto e o Brasil o elefante tonto. O rabo era Gilberto Freyre.

Também tinha um peso, na esquizofrenia africana da política de JK, o chamado lobby português. Forte e poderoso em muitas cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, tratava-se de um arregimentador organizado que poderia trazer dissabores eleitorais ao presidente e seu partido. Ao reafirmar os laços fraternos que uniam Brasil e Portugal, JK falava mais para dentro do que para fora. A explicação de Gerson Moura é mais ideológico-institucional. JK era um prisioneiro dos “velhos tempos” e embora buscasse se adaptar aos “novos”, no campo da política externa isso não se verificou. Tratou-se, inegavelmente, de uma oportunidade perdida, tanto mais que seria resgatada eleitoralmente por Jânio Quadros e pela UDN na campanha presidencial de 1960, demonstrando significativa base de apoio interno para o africanismo.

Por último convém lembrar a ruptura com o FMI em junho de 1959. Exigia do governo brasileiro medidas anti-inflacionárias para viabilizar os empréstimos de que o governo necessitava. A cobertura jornalística americana quando da ida de Lucas Lopes e dos negociadores brasileiros aos EUA era humilhante. Tratava o Brasil como país falido. A intransigência do FMI já fizera outras vítimas na América Latina, sobretudo na Argentina que para conseguir um empréstimo de US$ 300 milhões teve que acatar medidas monetaristas draconianas. O presidente decide pela ruptura e apresenta o problema como sendo ou isso ou o plano de metas. Decide que seguiria o projeto

desenvolvimentista a qualquer custo, mesmo que sem recursos do Fundo. A medida foi recebida entusiasticamente pelos setores da esquerda brasileira, e o presidente celebrado no Palácio do Catete por uma multidão após o anúncio.

Entretanto, no ano seguinte, quando da visita de Eisenhower ao Brasil, JK negocia seu retorno ao fundo em condições um pouco mais favoráveis, o que nos leva a considerar se a ruptura não foi apenas jogo de cena para melhorar as condições negociais e/ou galvanizar o apoio da opinião pública nacionalista. O que se tem por certo é que não interessava a Juscelino se afastar da posição americanista tradicional da Política Externa Brasileira.

Na avaliação de Moura, apesar da consciência de uma nova fase na estrutura do sistema internacional o governo brasileiro sob a presidência de Juscelino não se dispôs a tirar todas as consequências desta consciência. Prevaleceu a manutenção do *cosmopolitismo* definido pela aliança com os Estados Unidos. Ao invés de superar as contradições vigentes em nossa política internacional, o governo preferia conciliá-las ou adiá-las. Tal postura ficou clara na proposta da OPA, quando se buscou a conciliação de um discurso de segurança e soberania, com o discurso do desenvolvimento. Ainda que a concepção de segurança proposta fosse nova para os formuladores americanos, era uma tentativa de compatibilização dos anseios modernizadores com manutenção da aliança tradicional, necessária igualmente para viabilizar os recursos essenciais ao desenvolvimento.

Para Helio Jaguaribe isso se devia à falta de articulação de uma opinião pública bem informada sobre os problemas internacionais, criando um déficit de representatividade. Nossa Política Externa não representava vastos segmentos

da sociedade brasileira. Esse déficit democrático começaria a ser sanado com a Política Externa Independente, talvez a primeira vez em que temas de política externa foram amplamente discutidos na campanha eleitoral, angariando apoios significativos entre os intelectuais africanistas para Jânio Quadros que incorporara o discurso africanista em seus pronunciamentos. Contribuiu igualmente para o fracasso da cambaleante campanha de Lott, que declarava abertamente seu anticomunismo mesmo quando sua plateia preferia ouvir que reataria relações diplomáticas com a URSS.

Percebe-se que vários dos temas inaugurados e “congelados” na política internacional do governo JK apareceriam mais bem acabados e definidos na PEI, marco relevante de autonomia e globalismo na história da Política Externa Brasileira.

Mereceria no mínimo uma tese uma explicação que parece ser óbvia para o advento da PEI. Surpreendentemente jamais apareceu na historiografia contemporânea das Relações Exteriores. Trata-se da causalidade partidária. Recorrente na ciência política norte-americana, são raríssimos no Brasil os estudos que procuram vincular os partidos políticos à ação internacional do país. Convém lembrar que fosse nos governos pessedistas de Dutra e JK, fosse no governo petebista de Vargas, o Ministério das Relações Exteriores jamais saiu do controle do PSD. Ainda que suscetível a influências externas como as de Oswaldo Aranha ou de Afonso Arinos, o Itamaraty só troca efetivamente de comando com a posse de Jânio e a nomeação de Afonso Arinos chanceler. Afonso Arinos e Santiago Dantas eram representantes de partidos urbanos, e, ainda que de espectros ideológicos bem

distintos, congregavam posições muito diferentes daquelas defendidas pelo PSD, e que se assemelhavam no plano internacional[379]. Se a mudança partidária no comando do Itamaraty não é a variável determinante para explicar a Política Externa Independente, certamente, seu impacto merece ao menos maiores estudos.

A grande questão que surge no quadro eleitoral de 1960, no qual Juscelino tenta viabilizar a candidatura única “de união nacional” de seu aliado baiano udenista, Juraci Magalhães, é por que a aliança eleitoral mais bem-sucedida do país, PTB-PSD, apesar de ter elegido mais de 50% do Congresso Nacional, foi fragorosamente derrotada na eleição majoritária para presidente. Impossível não comparar o apelo, o carisma e a força eleitoral dos candidatos escolhidos.

Ao longo do politizadíssimo governo JK, o Marechal Lott vai ganhando ares de nacionalista. Apesar de ter reprimido no início do governo manifestações da UNE, se declarado a favor do capital estrangeiro e anticomunista, contrário ao restabelecimento de relações econômicas com a União Soviética, algumas posições de Lott acabaram transformando-o em figura querida do PTB. Defendia o voto dos analfabetos – proposta do PTB que não passou na Câmara – e declarara “A Petrobras é intocável” durante a visita do Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles que havia sugerido mudança no estatuto da empresa. Sucessivas vezes colocou tropas militares contra a marcha da produção na qual cafeicultores paulistas, mineiros e paranaenses exigiam apoio do governo para a produção de café, nos moldes do que ocorria na Primeira República. Em face destas posições acabou se tornando o “Dutra” da esquerda brasileira – candidato militar de

consenso – e viabilizando a manutenção da aliança PTB-PSD nas eleições de 1960.

Lott, no entanto, se mostraria um candidato inviável. Intransigente. Não aceitava conselhos e considerava que ser inflexível era uma qualidade. Para um candidato a presidente isso era fatal. Alijou os doadores de campanha da indústria automobilística ao criticá-los pelos altos preços de seus veículos. Defendia abertamente a não retomada de relações com a URSS e a manutenção da ilegalidade do PCB, cujos eleitores naturalmente apoiavam o candidato do PTB. Preferia perder a eleição a iludir o eleitor. Dizia o que pensava, o eleitorado que decidisse com base em sua sinceridade. Naturalmente perdeu. Eleições não premiam candidatos majoritários apolíticos. Contara ainda com escasso apoio do presidente JK nas eleições. "Para Juscelino não existia 1960, apenas 1965"[380].

O candidato apoiado pela UDN, Jânio Quadros (PTN/SP), ao contrário, vinha de sucessivas vitórias eleitorais. Foi eleito vereador em 1947, deputado estadual em 1950, prefeito em 1953, governador em 1954, único mandato que concluiu e deputado federal pelo Paraná em 1958. Tinha imposto derrota fragorosa a Adhemar de Barros para o governo do Estado de São Paulo em 1954. Era político ao extremo. Representava o eleitorado conservador e moralista forte em São Paulo e isso lhe valeu o apoio da UDN, e entusiástica adesão de Lacerda. Fenômeno eleitoral em discursos empolados, que lhe davam um ar intelectual, ao mesmo tempo com a apresentação de homem simples. O discurso da moralidade tomava como símbolo a vassoura para "varrer a bandalheira", cujo jingle de campanha empolgou todo o país. Foi eleito com extraordinária votação, após renunciar duas vezes à candidatura[381], e depois

renunciar às renúncias, num prenúncio funesto do que estava por vir.

7.3 A polarização política no início dos anos sessenta

O governo Jânio Quadros. A Política Externa Independente.
O africanismo nas relações Internacionais do Brasil
durante a PEI. Renúncia, parlamentarismo
e o plebiscito. O governo
João Goulart e o plano Trienal.

Os motivos para o golpe militar de 1964.

O breve governo Jânio Quadros foi – como também seria o de Fernando Collor, três décadas depois – marcado pelas excentricidades do mandatário. Dava frequentes entrevistas falando mal de políticos. Tinha mania de bilhetes, e queria deixar cada ato documentado. Agiu na Presidência da República como se fosse um vereador ou prefeito de cidade pequena. Proibiu a briga de galo. Proibiu que se exibissem “maiôs de duas peças” em concursos de misses televisionados em defesa da família brasileira e outras medidas moralistas e conservadoras[382].

No plano econômico buscou implementar um programa de combate à inflação e redução do déficit público herdado do governo JK. Reduziu a concessão de créditos, iniciou uma reforma cambial e congelou o valor do salário mínimo. Era o tipo de medida que agradava a UDN que o apoiara. Medidas ortodoxas que evidenciavam a “responsabilidade” do governo, contrastando com a “irresponsabilidade” do governo JK. Garantiu com isso um novo empréstimo do FMI, mas seu breve governo não foi capaz de reduzir a inflação

ao mesmo tempo que sua política externa afastaria os americanistas da UDN, ainda que esta tenha sido implementada pelo ministro, udenista histórico e fundador do partido, Afonso Arinos de Melo Franco.

A Política Externa Independente inaugura uma nova fase na trajetória da ação externa brasileira. Não é uma ruptura, já que como vimos, parte significativa de seus temas e desdobramento já haviam se insinuado, ainda que com tratamento ambíguo, na agenda externa do governo JK, mas é, certamente, um marco. Pode se considerar que se encerrava o longo ciclo americanista da história da república, que se consolidara a partir do Barão do Rio Branco. Inaugurava-se, com exceção do governo Castelo Branco, um novo ciclo de maior autonomia externa e de globalismo. Os interesses internacionais brasileiros se alargavam para além do hemisfério. Para viabilizar a plena consecução do projeto desenvolvimentista nacional urgia abandonar vinculações ideológicas restritivas e alargar os limites da ação brasileira diversificando parcerias. Buscaríamos criar ou adensar parcerias com o continente africano, com os países em desenvolvimento em geral, o mundo socialista, mas sobretudo a América Latina, zona prioritária da ação brasileira, além do apoio à ALALC e do BID, herdeiros da OPA, Jânio se encontrou com o presidente argentino Frondizi em Uruguaiana em 1961 e na ocasião assinaram o convênio de Amizade e Consulta na qual se estabelecia um sistema de troca de informações. O “espírito de Uruguaiana” não sobreviveria à chegada dos militares ao poder.

Em 1961, o presidente Jânio, em ato provocativo, condecorava com a prestigiosa Ordem do Cruzeiro do Sul o guerrilheiro e ministro cubano Ernesto Che Guevara em

visita ao país. Em 1962 o Brasil reataria relações diplomáticas com a URSS, dando continuidade à política de diversificações de parcerias incluindo os países socialistas que tivera como lance mais dramático a ida do vice-presidente João Goulart à China comunista em Agosto de 1961. A dramaticidade, como sabemos, tinha sua origem na inusitada e desatinada atitude do presidente Jânio, que, com o vice na China, renunciou a presidência da República, em 25 de agosto, mergulhando o país numa crise política que poderia ter levado à guerra civil.

Os motivos que levaram a renúncia de Jânio Quadros foram muito especulados e longamente discutidos à época. Alegava evasivamente incapaz de persistir[383] contra forças terríveis não nomeadas. Para além das considerações psicológicas sobre um político que já renunciara a todos os cargos públicos para os quais tinha sido eleito[384] convém lembrar a hipótese mais sociológica da renúncia cesarista. Jânio foi o primeiro presidente democraticamente eleito que não tinha maioria parlamentar. Governava com a oposição PTB-PDS majoritária no Congresso Nacional que desprezava, sob o presidencialismo de coalizão. A UDN se afastava do presidente por conta de sua personalidade "incontrolável" e difícil de negociar. Lacerda rompera com Jânio no dia 24 de agosto e o acusava de tramar um golpe de Estado.

Sendo o vice-presidente quem era – ex-ministro do trabalho, vinculado aos sindicatos, líder do trabalhismo, herdeiro político de Vargas e acusado de simpatizante comunista – e fora do país, na China, Jânio parecia ter certeza de que sua carta de renúncia não seria entregue ao Congresso Nacional e, se entregue, não seria aceita. Seus modelos políticos internacionais, como Nasser e De Gaulle, já havia recorrido a renúncias que haviam se provado

politicamente frutíferas em curto ou em longo prazo. Acreditava que a ameaça de renúncia serviria, como serve no parlamentarismo para forçar a anuência das Forças conservadoras do Congresso Nacional a apoiá-lo. Ou que haveria ampla mobilização militar e/ou popular para mantê-lo no cargo. Jânio renunciou no dia do Soldado, como que conclamando as Forças Armadas a intervir.

Mas a renúncia foi imediatamente aceita, e empossou-se Ranieri Mazzili o presidente da Câmara dos Deputados, terceiro na linha sucessória. Ninguém cogitou a permanência ou o retorno de Jânio. As Forças Armadas bem que tentaram assumir o comando. Em comunicado conjunto das três armas, declararam a “inconveniência” do retorno de Jango ao Brasil, com ameaça da aeronáutica de abater seu avião em pleno voo. O golpe, no entanto, teve ampla resistência. A principal voz que se insurgiu em defesa da constituição e pela posse do vice-presidente foi a de Leonel Brizola, cunhado de Jango e governador do Rio Grande do Sul. O governador reuniu o povo na Praça da Matriz em frente ao Palácio Piratini em Porto Alegre e começou a discursar em defesa da Legalidade. Seus discursos começaram a ser retransmitido pelos meios de comunicação, sobretudo o rádio, formando o que ficou conhecido como “Cadeia pela Legalidade”. Depoimentos pela Legalidade foram colhidos de autoridades, juristas e figura públicas de todo país e reproduzidos pela Cadeia da Legalidade. Por manifestar-se a favor da posse de Jango, o Marechal Lott foi preso por ordem de seu antigo subordinado, o General Odílio Denys, ministro da Guerra. A aeronáutica ameaçou bombardear o Palácio do Piratini, mas recuou com a adesão à legalidade do III exército sediado no Rio Grande do Sul, que instalou baterias antiaéreas na praça

da Matriz. Era o impasse. O próximo passo seria a guerra civil.

A saída honrosa para os ministros militares veio do Congresso Nacional que propôs e aprovou com enorme rapidez, à 2 de setembro, a instauração do parlamentarismo que limitaria os poderes políticos do presidente da República. Jango, que entrara no país pela fronteira com o Uruguai concorda com a solução de compromisso e permite o recuo dos militares e a posse do vice-presidente no dia da pátria em 7 de setembro de 1961, para o lamento de Leonel Brizola, para quem o parlamentarismo era golpe. O primeiro primeiro-ministro do novo regime seria o político pessedista Tancredo Neves, que se afastou em 1962 para se candidatar a deputado federal por Minas Gerais. Durante sua gestão agravaram-se as lutas rurais e foi assassinado um líder das ligas camponesas. Deu prioridade a discussão no parlamento sobre o tema da Reforma Agrária[385]. Tais medidas seriam o antecedente da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais que seria aprovada em 1963, já sob o presidencialismo.

Com a saída de Tancredo aumentam ainda mais as críticas ao parlamentarismo, que se torna alvo de campanha popular para que se antecipe seu fim. Sucederam-lhe em gabinetes de poucos meses de duração o político gaúcho Brochado da Rocha e o jurista Hermes Lima, depois de rejeitado pelo Congresso o nome de Santiago Dantas. Foi lançado ainda o Plano Trienal elaborado pelo recém-criado Ministério do Planejamento cujo titular era Celso Furtado, o idealizador da Sudene, sob JK. O plano, entre outros projetos, buscava combater a inflação que crescia a olhos vistos. Não deu certo, e o governo precisou negociar com o FMI empréstimos externos que equilibrassem as contas

públicas. O empréstimo viria com as necessárias contrapartidas ortodoxas de corte de gastos e de investimentos.

No plano externo aprofundavam-se e institucionalizavam-se as diretrizes independentistas da Política Externa Independente (PEI). Santiago Dantas foi o principal chanceler do Período parlamentarista e do início do governo presidencialista de Jango, assumindo posteriormente o ministério da Fazenda. João Goulart visita os Estados Unidos e se encontra com Kennedy, moderando o discurso mais radicalizado da época de Jânio, notório conservador. Ficava demonstrado que em diplomacia às vezes quem fala importa mais que o que vai ser dito.

Essa segunda fase da PEI, marcada pela transição do voluntarismo presidencialista de Jânio Quadros para um maior comedimento e institucionalização das principais diretrizes da Política Externa Independente. A autodeterminação dos povos. A luta pelo desarmamento e solução pacífica de controvérsias. A defesa da soberania e da não intervenção. A valorização do multilateralismo. A desideologização da ação externa brasileira. A diversificação de parcerias. O universalismo. A prioridade dada ao Desenvolvimento e Industrialização. A luta contra o Racismo. A aproximação com a África. A centralidade da América Latina na agenda de cooperação brasileira. Eram todas diretrizes da PEI que já haviam sido defendidas em texto que o presidente Jânio havia publicado na revista *Foreign Affairs* em 1961 e que agora encontravam um lugar na estrutura institucional do Itamaraty, deixando raízes profundas para os períodos seguintes.

Os dois principais marcos da PEI durante a gestão de Santiago Dantas foram o reatamento das relações

diplomáticas com a URSS (novembro de 1961) e a abstenção na Conferência de Punta del Este (1962) em defesa da soberania cubana contra a expulsão do país da OEA, após ter aderido ao modelo comunista. Quatro ex-chanceleres haviam divulgado nota conjunta a favor da expulsão, mas o Brasil defende o princípio da autonomia e da não intervenção. Ao lado do Brasil estavam Argentina, Chile, Bolívia, Equador e México. Tais questões eram amplamente discutidas pela universidade, nos jornais, na imprensa especializada e pela opinião pública, e tinham um grande respaldo interno, embora fossem grandemente controversas e denunciadas pelos setores da direita como uma política comunista.

As diretrizes da PEI ganhariam contorno teórico mais robusto na terceira e última fase da PEI, que se inicia com a gestão de João Augusto de Araújo Castro[386], sucessor de Santiago Dantas na chancelaria de Jango. Sua atuação se dava na crítica ao "veto invisível" da Assembleia Geral aos temas sempre negligenciados da ordem econômica e da descolonização. No discurso de 1963, como chanceler, Araújo Castro alertava que ao Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização restavam a Morte, a Fome e a Escravidão. Além da rima, o tom era alarmista e inédito. Incorporava questões como a dignidade humana que apenas muito mais tarde se tornariam prioritárias no discurso externo brasileiro, ainda que com o tom mais moderado que nos discursos anteriores.

Nos anos 60, sobretudo ao discutir os temas do racismo, da não proliferação, e das relações bilaterais com os EUA, Araújo Castro introduzirá além do conceito de "*Congelamento do Poder Mundial*" vários outros, oriundos do realismo e adaptados à realidade brasileira. Seria um

vigoroso comentador de Morgenthau e Kissinger (a ideia de pentagrama) e crítico do perigo de relegar a ONU à irrelevância. Esta não estava organizada baseada na ideia de justiça redistributiva entre as nações mas da realidade de poder de fato ao fim da 2a. Guerra Mundial, que Castro não questionava, por realista que era. Entretanto suas ideias podem ser vistas como precursoras das críticas mais recentes do Itamaraty que, alteradas as realidades de poder, é mister uma alteração da composição do Conselho de Segurança. Para Castro a "*Paz não pode permanecer indefinidamente dissociada da ideia de justiça internacional*". Dizia ainda:

> As nações unidas são alvo de freqüentes críticas que denunciam sua ineficácia diante dos problemas que se complicam e se acumulam no cenário internacional. Esquecem-se esses críticos de que a organização não pode ser mais forte que a vontade conjugada dos seus 126 Estados-membros e, em certos casos, do que a vontade conjugada dos cinco membros permanentes do conselho de segurança e ainda em outros casos a vontade conjugada das duas superpotências[387].

Segundo o professor José Flávio Sombra Saraiva a PEI marcou ainda o alvorecer do africanismo na história da Política Externa Brasileira. A partir da gestão de Afonso Arinos, são muitos os exemplos disso. Trata-se do primeiro chanceler a visitar o continente, abrindo igualmente diversas embaixadas[388] e consulados (Lourenço Marques e Luanda), além de diversas legações (Nairóbi, Casablanca, Tunis). Procedeu também a Reforma do Itamaraty com a criação da divisão de África[389] sinal institucional da importância do continente nas relações internacionais brasileiras. Os intuitos comerciais desta aproximação que só renderiam frutos posteriormente podem ser exemplificados pelo grande périplo africano realizado pelo navio-escola "Custódio de Melo" pelos portos africanos, mostrando

produtos brasileiros em vários portos da África Ocidental e Oriental. Em Gana foi visitado por Nkrumah com grande *staff*.

Apesar disso, a política em relação à África portuguesa permanecia ambígua. Sombra Saraiva a caracteriza como um “zigue-zague” durante a PEI. É exemplo disso a posição brasileira na ONU. Em 1962, o Brasil vota junto com 98 países a resolução 1742 da ONU que defende a criação de instituições livres como forma de encaminhar o processo de autonomia, ao mesmo tempo que se recusa a condenar Portugal nas resoluções 1807 e 1808, baseadas na Carta da ONU, que condenavam a morte de mais de 30 mil pessoas entre 1961 e 1964 apenas em Angola. As idas e vindas do governo ficam ainda mais explícitas quando da enorme confusão ocorrida em um discurso do presidente João Goulart em 1963. A parte do discurso que defendia a *independência* das colônias africanas de Portugal foi retirada da versão escrita divulgada oficialmente e para a imprensa. A justificativa do chanceler Hermes Lima, interino que substituíra Santiago Dantas (chanceler) é de que foi um equívoco, “felizmente” percebido a tempo. Jango falou, mas o governo não assinou embaixo. A PEI ajoelhava, mas não rezava.

Essas idas e vindas se explicam também institucionalmente. Foram cinco ministros em cerca de três anos. Os óbices que discutimos no governo JK ainda se impunham – o discurso do lusotropicalismo tributário do pensamento de Gilberto Freyre, o lobby português no Brasil, o racismo, entre outras questões. Se não éramos mais o elefante puxado por um camundongo pela cauda, éramos um paquiderme indeciso, ao menos no que tange à África portuguesa em processo de independência.

Além disso, pode-se afirmar que o governo brasileiro durante a PEI intensificou as relações comerciais com a África dos Sul – recebe uma missão comercial, e negocia o envio de uma missão brasileira – apesar das críticas ao racismo. Isso se explica pragmaticamente: as exportações brasileiras para a África do Sul representavam 50% do total para todo o continente.

Após o golpe militar, como veremos, mais que uma ruptura radical, o que se percebe é a securitização da política africana, tal qual ensina Saraiva. O objetivo brasileiro passará a ser de evitar que o comunismo substitua o colonialismo.

A realização do plebiscito pelo retorno do presidencialismo era igualmente do interesse da oposição udenista. Favorecia a candidatura competitiva de um udenista, possivelmente Lacerda em 1965, ao mesmo tempo que tirava as desculpas do governo pelo mau desempenho da economia. O presidente não estaria mais de mãos atadas. A vitória do presidencialismo no plebiscito foi estrondosa. Com a vitória e o retorno do presidencialismo em janeiro de 1963, o governo João Goulart pode se concentrar em buscar o apoio popular para a aprovação das chamadas Reformas de Base, da qual a Reforma Agrária era o carro-chefe[390]. Seria necessária uma reforma constitucional, já que a constituição previa que desapropriações deveriam ser pagas em dinheiro, previamente, e o governo pretendia indenizar os proprietários em títulos da dívida pública com base na aprovação do conceito de “função social da propriedade”.

Em pesquisas realizadas nas principais capitais do país, em 1962, mais de 70% da população era a favor da Reforma

Agrária. Para Antônio Lavareda, o Congresso Nacional não refletia plenamente o vanguardismo das posições políticas da sociedade, mais claramente refletidas no executivo. Ainda assim, é perceptível nas urnas o crescimento da posição do PTB, que nas eleições de 1962 chegou a 29% das cadeiras do Congresso Nacional, ligeiramente atrás dos 30% do PSD seu tradicional aliado, cujos correligionários eram em sua maioria opositores ferrenhos da Reforma Agrária. A transformação da divisão política no Parlamento era ainda mais impactante se analisada desde 1946, como demonstrado na tabela 1.

Tabela 1: Divisão da Câmara dos Deputados por partidos nas eleições do Período democrático (1946-62)

	1946	1950	1954	1958	1962
PSD	53%	37%	35%	35%	30%
UDN	29%	24%	23%	22%	23%
PTB	8%	17%	17%	20%	30%
PCB	5%	-	-	-	-
PSP	-	8%	10%	8%	5%
Outros	5%	14%	15%	15%	16%

Fonte: MOTA, Rodrigo Patto. 1999, pp. 85-87.

O declínio do PSD contrasta justamente com a ascensão do PTB, partido que mais cresceu no período. A UDN, declinou ligeiramente no Segundo Governo Vargas, manteve-se a partir daí estabilizada no patamar ligeiramente abaixo de ¼ do total do eleitorado nacional. O PSD perdeu 23% do total do eleitorado, e mais de 40% dos seus deputados entre 1946 e 1962, quase o mesmo número que ganhou seu principal aliado no período o PTB. O que isso significa?

Significa um país em processo de modernização e desenvolvimento. A urbanização e o êxodo rural levou, principalmente no governo JK, enorme contingente de trabalhadores do campo para as cidades, onde o controle dos “coronéis” do PSD não mais os alcançavam, mas sim as campanhas, propostas e propagandas trabalhistas que iam de encontro direto aos seus anseios. Some-se a isso a crescente politização camponesa e o alargamento da influência do trabalhismo no campo, depois de ter ocupado no mandato de JK o ministério da agricultura. Uma das maiores realizações de JK foi, justamente ter favorecido o crescimento do PTB, seu principal aliado, mas em 1962-64, crescentemente seu rival na questão das reformas de base em geral, e da Reforma Agrária em particular. JK, como vimos, bloqueou o tema o quanto pode. Não podia mais. O executivo agora estava novamente nas mãos do PTB, que se valia da mobilização popular rural e urbana para forçar um congresso dividido a aceder às aspirações populares. Apoiavam abertamente este esforço os sindicatos, a UNE, as ligas camponesas, o Partido Comunista e setores populares da Igreja Católica.

Setores conservadores se articulavam em órgãos intelectuais como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro da Ação Democrática (IBAD, que fechado por ordem judicial depois que se descobriu que recebia dinheiro da CIA). Eram o que hoje se chamaria de ONGs, *think tanks* que reuniam empresários conservadores para desestabilizar o governo João Goulart. Financiavam, produziam programas de rádio e TV e material jornalístico de conteúdo anticomunista e “antipopulista”. Uma das obras clássicas sobre o golpe do cientista político René Armand Dreyfuss destaca, e mesmo exagera, o papel do IPES como principal articulador dos setores conservadores,

por meio da difusão em documentários, novelas, e material de propaganda dos valores cristãos, capitalistas e estadunidenses, e sua estreita ligação com empresários, militares de alta patente, com a Igreja Católica e com o governo dos Estados Unidos.

A divisão da sociedade se refletia no Congresso Nacional, onde se formam duas grandes frentes parlamentares, como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), com grande número de deputados do PTB, mas vários dissidentes udenistas e pessedistas (ala moça) a favor das reformas, e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) conservadora e contrária as reformas, majoritariamente formada por udenistas. Tratava-se de blocos suprapartidários que aglutinavam, às vezes incoerentemente deputados que não seguiam a linha majoritária de seus partidos. A FPN não conseguiu, no entanto, a maioria, graças ao comportamento do PSD, que tradicional aliado do PTB, não mais se sentia representado por um governo liderado pelo PTB que mobilizava a população para impor a Reforma Agrária. O PSD rompeu com o governo, sintomaticamente, em março de 1964.

A tática de mobilização popular e comícios para romper a resistência parlamentar era, no entanto, muito arriscada no contexto de Guerra Fria. A polarização do planeta se refletia na sociedade brasileira perigosamente e a presença política constante dos militares tornava o caldo ainda mais explosivo. Fora considerado provocativo o comício pelas Reformas de Base com a presença de dezenas de milhares de pessoas na Central do Brasil – praticamente em frente ao Ministério da Guerra – em 13 de março de 1964, justo numa sexta-feira prenunciando maus augúrios. Neste mesmo dia o presidente anunciava a desapropriação das terras às

margens das rodovias federais. A resposta da direita viria na semana seguinte com uma marcha da Família com Deus pela Liberdade (19/03) em São Paulo, onde se pedia que as forças armadas salvassem o Brasil do comunismo. No dia seguinte o General Castello Branco, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas emitiu circular reservadas aos oficiais alertando contra os perigos do comunismo.

Nas crises de Agosto de 1954, novembro de 1955, agosto-setembro de 1961 tinha sido por muito pouco que se evitara o golpe militar e a prevalência da facção liberal. As circunstâncias haviam mudado, e o presidente João Goulart, havia contribuído com seu apoio ao movimento dos sargentos[391] para a percepção castrense de que os trabalhistas queriam subverter a hierarquia das forças armadas para embasar uma revolução sindicalista.

A presença de Goulart – contrariando todos os conselhos contrários de seus ministros – numa reunião da Associação dos sargentos e suboficiais da Polícia Militar no Automóvel Clube em 30 de Março de 1964 foi o estopim necessário para o início da mobilização golpista. A marcha foi iniciada pelo general Olimpio Mourão Filho que decidiu marchar de Juiz de Fora para a capital após assistir na televisão a chegada de Jango ao Automóvel Clube e considerar que estava quebrada a hierarquia.

O movimento desencadeado por Mourão acabou contando com crescente adesão de diversos outros generais e comandantes, e ampla adesão civil articulada pelos governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, São Paulo, Adhemar de Barros e Minas Gerais, Magalhães Pinto. A pouca disposição do presidente em resistir apesar dos apelos de Brizola, evitaram a necessidade de intervenção

do governo dos Estados Unidos, comprovadamente articulado com os golpistas, e preparado para a eventualidade de resistência do governo com a “operação Brother Sam”. O reconhecimento do novo regime pelos Estados Unidos foi imediato.

7.4 A euforia cultural do Brasil em transformação

Do Rádio à Televisão. A música Erudita e a Bossa Nova. O Teatro. Artes plásticas e o Cinema. O Cinema Novo. Os Esportes. O jornalismo e o mercado Editorial. A arquitetura e a Construção de Brasília. O Concretismo e a cena literária.

O rádio viveu ao final dos anos 40 e início dos anos 50 seu apogeu e o início do seu declínio. Principal meio de comunicação de massas do país havia criado uma legião de fãs e seguidores e fabricava celebridades tal qual faz a TV nos dias de hoje. O exemplo desta fabricação de celebridades eram as rainhas do rádio, cujo concurso promovido pela primeira vez em 1937 – e vencido por Linda Batista, que reinou onze anos – que seria reorganizado pela Associação Brasileira de Rádio em 1948. Em 1948, venceu a irmã de Linda, Dircinha Batista. Mas o concurso mais famoso e polêmico de todos foi o de 1949 no qual disputou Emilinha Borba, a “favorita da Marinha” com Marlene, a vencedora, criando uma rivalidade estimulada pelas rádios que não existia na realidade, mas que angariou enorme publicidade para ambas. Dalva de Oliveira (1951), a própria Emilinha (1953) e Ângela Maria (1954) foram outras rainhas do rádio eleitas com votos comprados pelos ouvintes. Os votos eram vendidos, patrocinados por grandes empresas, assim como também era vendida a participação nos fã-clubes que tinham taxa de adesão e mensalidade. O rádio fabricava milionários, dentre os quais, Maysa, Cauby

Peixoto, Marlene e Emilinha. A revista do Rádio acompanhava a vida das celebridades e os boatos e escândalos em que frequentemente um ídolo estava envolvido.

Para além das marchinhas de carnaval, popularíssimas, o gênero romântico era disparado o favorito dos cantores da Era do Rádio. Muito frequentemente um romantismo trágico, abolerado, cheio de dor de cotovelo. A música *Nervos de Aço* (1947) do compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues, o rei da dor de cotovelo, chegou a se tornar trilha sonora para suicídios. Não foram poucas às vezes em que os bombeiros encontravam a vítima do amor não correspondido morto no apartamento com as janelas fechadas e o gás ligado, na vitrola, *Nervos de Aço* composta por esse Goethe musical. Nelson Gonçalves, Vicente Celestino, “o cantor das multidões” Orlando Silva, Sílvio Caldas e principalmente Francisco Alves, o “Chico Viola” se especializam em cantar os “samba-canções” que embalavam os amores e as dores de cotovelo do povo brasileiro. A morte trágica de Francisco Alves num acidente de automóvel na Via Dutra em setembro de 1952 parou o Rio de Janeiro. Foi acompanhado por mais de 500 mil pessoas na Câmara Municipal. Uma passeata correu o centro da cidade para arrecadar fundos para a construção de uma estátua para seu túmulo que até hoje é um dos mais visitados do cemitério São João Batista. Sua morte era um pouco o início da morte da hegemonia do rádio e o início do ciclo da TV, transição que se processou ao longo dos anos 50.

A televisão cuja primeira transmissão brasileira foi feita em São Paulo em setembro 1950 na sede dos Diários Associados teve impacto cultural limitado neste período.

Sua primeira década de vida foi marcada por muito improviso – não existia videoteipe – e cópias dos programas de rádio. Quem a trouxe ao Brasil quinze anos depois de inventada, foi Assis Chateaubriand que conseguiu patrocínio da Antarctica, Sul-América e Moinho Santista para adquirir da RCA Victor uma estação americana de TV e criar a TV Tupi. Quatro meses depois da primeira exibição em São Paulo, a TV Tupi chegava ao Rio de Janeiro. Os televisores eram caríssimos e comprados exclusivamente pela elite mais abastada, o que limitava o impacto da publicidade. Os anunciantes dos primeiros anos recebiam anúncios de cortesia por anunciarem também nos jornais e outros veículos dos Diários Associados. Nada era planejado, tudo era improvisado. Os cenários dos programas eram muitas vezes desenhados à mão, e não raro desabavam durante as transmissões. O primeiro programa transmitido foi *A TV na Taba*, que nada mais era do que uma colagem de atrações jornalísticas, cômicas (Mazaroppi fazendo rir) e musicais. *O Circo na TV* com os palhaços Fuzarca e Torresmo e programas como o *Céu é o Limite* (1955) de perguntas e respostas apresentado por Aurélio Campos, eram a evidência do canibalismo que a TV de então fazia de outras formas de atração. A maior parte de seus artistas vinha do Rádio (Chacrinha) ou do Teatro (Tônia Carreiro). Adaptavam-se clássicos da literatura mundial (*Dr. Jivago*) e nacional (*O Sítio do Pica-Pau-Amarelo*), e os teleteatros de alto nível agradavam ao público de elite, antes do advento da teledramaturgia mais longa, vocação máxima da TV no Brasil.

Com o crescimento do público começaram a se multiplicar os canais de TV e os investimentos dos anunciantes. A TV Itacolomi foi inaugurada em Belo Horizonte em 1952, a TV Paraná aparece em Curitiba no

mesmo ano. A TV Rio data de 1953 e a TV Rádio Clube de Pernambuco, em Recife, data de 1957. A TV Piratini em Porto Alegre é de 1959, e Brasília já nasce com a TV Alvorada (1960). Em 1956, a Tupi consegue realizar com base no improviso técnico – antenas de arame em Ilhabela e Itapeva – a primeira transmissão interestadual de um jogo no Maracanã para São Paulo (Brasil e Itália). O futebol e a dramaturgia transformariam em breve a TV no novo ópio do povo.

No campo da música erudita se processava uma tentativa de abandono da música orfeônica, fortemente marcada pela adesão política de Villa-Lobos ao Estado Novo. O movimento música viva, capitaneado por Edino Krieger, Claudio Santoro e Guerra Peixe, alunos de Hans-Joachim Koellreuter, um dos fundadores da Orquestra Sinfônica Brasileira e professor do Conservatório de Música do Rio de Janeiro, depois de abandonar a Alemanha em 1937. Ele e seus alunos que formariam o grupo “Música Viva” incorporavam a estética dodecafônica de Arnold Schoenberg também obrigado a fugir do nazismo para os Estados Unidos por sua herança judaica e seu estilo de música considerado decadente pelos nazistas.

Koellreuter acabou se mudando para São Paulo onde havia menos patrulhamento nacionalista durante o Estado Novo. Entre 1943 e 1944, o músico alemão redigiria artigos e manifestos no sentido de libertar a música da lógica nacionalista e propor um internacionalismo marcado pela gramática marxista. Discussões em torno da função social da música. Esse funcionalismo da arte é análogo na poesia ao concretismo e se insurge contra as concepções meramente estéticas e hedonistas, que são taxadas de conservadoras, pelo grupo que era, naturalmente, simpático

ao PCB. O “Música Viva” tinha uma concepção evolucionista na qual a independência da música brasileira passara por dois momentos. O momento “nacionalista” simbolizado por Villa-Lobos fizera a ruptura com o clássico europeu, e o “Música Viva” faria definitivamente a emancipação por meio do universalismo estético e engajado socialmente.

Os alunos de Koellreuter (Guerra Peixe em Pernambuco, por exemplo) depois se dispersariam para fazer pesquisas musicais regionais e folclóricas que renderiam um novo renascimento do regionalismo, evidenciando a força e o apelo da tradição anterior dos grandes mestres. Mas no meio do caminho entre o erudito e o popular nasceria a Bossa Nova.

A bossa nova é o ritmo mais famoso criado no período. Se identificou a tal ponto com o governo JK, que Juscelino passou a ser chamado de presidente bossa-nova. Foi criada por jovens em apartamentos da zona sul carioca que cantavam para seus amigos em rodinhas de bar, os de apartamentos, que misturou o samba e o jazz, que fazia sucesso no Brasil apenas para uma pequena elite que tinha acesso aos improvisos geniais de Charlie Parker, Dizzie Gillespie. Foi o caso de Roberto Menescal, Ronaldo Bôscoli, Carlos Lyra, Nara Leão e Tom Jobim jovens aos quais se juntou o diplomata e poeta consagrado Vinicius de Morais.

Reza a lenda que tudo começou quando Vinicius conheceu Tom no bar Vilarinho no centro do Rio e o convidou para musicar sua peça *Orfeu da Conceição* que havia sido premiada em São Paulo no concurso do IV centenário da cidade em 1954 e ia ser adaptada para o cinema pelo cineasta francês Marcel Camus. As canções impressionaram o poetinha e ele decidiu escrever letras que estivessem à altura, entre elas obras-primas como *Lamento*

no Morro e *Se todos fossem iguais a você*, que a Odeon gravou em 1956. Era o início da parceria musical mais famosa da história da música, mas ainda não era o marco inicial da Bossa Nova. Este viria em 1958, quando Elizeth Cardoso gravou da dupla Tom/Vinicius *Canção do Amor Demais* no qual fazia participação especial o violinista baiano João Gilberto.

A música *Chega de Saudade* é uma verdadeira revolução na cena musical. O estilo intimista, quase de apartamento que João Gilberto usava para cantar era completamente diferente dos ídolos das multidões do rádio. A música começa triste e vai ficando alegre, em certo sentido, simbolizando o abandono da fossa bolerizada, da dor de cotovelo que marcava a cena musical brasileira até então, cheia de gestos, impostações empoladas, e maneirismo dramáticos. João Gilberto seria imitado por uma infinidade de admiradores que incorporaram o "estilo de apartamento" e foram seduzidos pela Bossa Nova. Tocavam nas boates de Copacabana, no Beco das Garrafas Luís Bonfá, Dick Farney, Johnny Alf, Lúcio Alves, Garoto, e até um Roberto Carlos em início de carreira. Seduziram-se também figuras importantes do rádio como Elizeth Cardoso e Orlando Silva que gravaram composições da Bossa Nova, talvez por perceber aí um importante público cada vez mais numeroso que era a classe média, que agora podia se aproximar de uma forma "sofisticada" de samba, diferenciando-se da massa.

A Bossa Nova tinha um enorme apuro técnico, herdado da música erudita, formação original de Tom Jobim, por exemplo. Tal conhecimento musical sólido foi usado para desobedecer a harmonia, que alterava acordes e saltava inesperadamente, e o ritmo independente da melodia, incorporava o pretenso "desafinar" à forma de fazer música,

e inclusive se referindo à isso na canção *desafinado*, uma metamúsica simbólica do movimento Bossa Nova. Sua base forte no jazz, com a incorporação de elementos do samba fez com que tivesse enorme sucesso nos Estados Unidos, a partir do show de vários artistas no Carnegie Hall em 1962, onde João Gilberto lotou o Teatro.

O sucesso estrondoso e internacional da Bossa Nova guarda relação com o momento do Brasil no governo Juscelino, onde se consolidava essa classe média que ao misturar jazz com samba em seu apreço musical simbolizava o projeto de país do presidente que tentava fazer a mesma coisa no plano financeiro para industrializar o país com capital nacional e estrangeiro. Os críticos de música mais nacionalistas, dos quais sempre se destaca José Ramos Tinhorão, discordam da ideia de que Bossa Nova possa ser considerada parte da MPB. Para Tinhorão é apenas mais um capítulo da história do Jazz que por acaso foi escrito na zona sul carioca.

O que Tinhorão, marxista, não perdoa é que se tratava de uma música sem engajamento social de origem não popular, música para diversão, tal qual a “arte pela arte” do TBC ou dos filmes da Vera Cruz. O próprio Jazz ao sair dos bairros negros de Nova Orleans e outras cidades do sul dos Estados Unidos onde era visto com preconceito pela boa sociedade norte-americana e fazer sucesso no mundo inteiro, o jazz se dissociara de sua herança de luta e expressão social para tornar-se um mecanismo de diferenciação – *distinction* na acepção de Pierre Bourdieu – entre uma elite que consumia quadros, esculturas, lia literatura psicológica escrita com experimentações linguísticas incompreensíveis para a grande maioria do povo. O povo não frequentava o beco das garrafas nem

importava bolachas de jazz. O povo ouvia rádio, com suas musas e rainhas, com seus ídolos das multidões. A Bossa Nova, seu estilo, suas inovações e suas temáticas definitivamente não eram para as multidões, mas bem ao contrário. Era “música de apartamento” e de *pocket shows* que fará enorme sucesso justamente por servir como meio de distinção social para os setores da elite e da classe média que agora podiam variar a música clássica com a música popular sem se com isso precisar se popularizar. A Bossa Nova era – e segue sendo – *cool*.

No teatro, a renovação se deu com Franco Zampari que criou em 1948 o Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) associação sem fins lucrativos inicialmente financiada por duzentas personalidades da alta sociedade paulista, articuladas por ele. Congregou vários grupos de teatro amador existentes em São Paulo e reorganizou a cena teatral brasileira. Em 1954 se expandiu para o Rio de Janeiro onde se exibia no Teatro Ginástico que pegou fogo em 1957, justo na peça *Gata em Teto de Zinco Quente*, de Tennessee Williams.

O TBC marcou a profissionalização do teatro no Brasil, com elenco fixo de atores profissionais além de cenógrafos, figurinistas, marceneiros, eletricistas e contrarregras, muitos importados da Itália. Franco Zampari se importava mais com a técnica e o apuro da produção e dos atores do que com o público. Foram importantes nomes do TBC Sérgio Cardoso, Paulo Autran, Cacilda Becker, Fernanda Montenegro, Walmor Chagas, Natália Timberg e Tereza Rachel, entre muitos outros.

A qualidade literária dos textos, dos atores e da montagem criou escola, mas não tinham uma preocupação social como a que apareceria na década seguinte. O

elemento artístico-estético era prioritário e servia como sucedâneo da cena dramatúrgica nova-iorquina ou parisiense para as elites paulista e carioca, ao encenar textos estrangeiros de sucesso ou que tinham despontado na Europa e nos Estados Unidos. *O Pagador de Promessas* de Dias Gomes foi o marco do início de uma preocupação social até então inexistente. Foi também a primeira peça encenada por um diretor brasileiro, Flávio Rangel, marcando uma virada mais nacionalista do TBC, que até então prioritariamente encenava autores estrangeiros.

Esse alijamento dos temas sociais e de dramaturgos mais engajados como Brecht e Beckett, mas principalmente a incapacidade de perceber a relevância dos temas políticos em uma sociedade cada dia mais politizada fez com que o TBC ficasse preso ao teatro de Abílio Pereira de Almeida, que tinha apelo de bilheteria com a elite paulista, mas não impacto social. Ao longo dos anos 50, os principais nomes artísticos do TBC vão saindo para fundar suas próprias companhias até que o TBC encerra suas atividades em 1960. Dramaturgos engajados Dias Gomes, Augusto Boal, José Celso Martinez Correa e Gianfrancesco Guarnieri terão no Teatro Arena um novo epicentro da cena dramatúrgica brasileira, pelo menos até o fechamento do regime após o golpe militar.

Foi Francisco Mattarazzo Sobrinho o mais influente mecenas da história do Brasil. Está para o século XX, como Pedro II esteve para a Arte do século XIX. Sua mais importante contribuição foi o MAM (Museu de Arte Moderna) que ele criou em São Paulo em 1948. Em 1949 o MAM, em uma exposição intitulada *Do Figurativismo ao Abstracionismo* abriu caminho ao sintetizar perfeitamente os dilemas das artes plásticas brasileiras nas décadas que

se seguiriam. Cada vez mais as tendências do modernismo abstracionista iam suplantando os artistas figurativos e este debate apareceu frequentemente nas Bienais Internacionais de Arte promovidas por Matarazzo a partir de 1951. Ao longo dos Anos 50 a Bienal se tornou o principal evento das Artes Plásticas latino-americanas e uma dos principais do mundo, atraindo obras de artistas consagrados como Pablo Picasso, Max Bill, Henry Moore, Alexander Calder e Fernand Léger já na I Bienal e expoentes da Bauhaus como Paul Klee, e Vassily Kandisky (IV Bienal).

Premiar ao longo de suas edições figuras que até hoje são os grandes nomes da expressão artística brasileira do século XX como os escultores Victor Brecheret (1951), Bruno Giorgi (1953), os gravuristas Oswaldo Goeldi (1951) e Marcelo Grassmann (1955 e 1959) e os pintores Alfredo Volpi, Emiliano Di Cavalcanti (1953) Hector Carybé, Aldemir Martins, Milton Dacosta (1955), Frans Krajcberg, Fayga Ostrower (1957) e Manabu Mabe (1959). Só da leitura dos nomes e sobrenomes depreende-se a importância da imigração para a expressão artística brasileira. O mais brasileiro dos sobrenomes, Carybé, foi assumido por um argentino radicado em Salvador, Hector Bernabó que se abaianou completamente para pintar os orixás, os prostíbulos, o comércio, a praia, os pescadores, e as mulheres da Bahia, num figurativismo colorido e cheio de alegria.

O abstracionismo ganhou cada vez mais espaço e se tornou manifesto, como na literatura o seria o concretismo. Almir Mavigner, com suas formas geométricas repetidas, e Ligia Clark na escultura com placas de metal articuladas com dobradiças representam a corrente geométrica do abstracionismo junto com Helio Oiticica e Abraham Palatnik.

Chegaram a influenciar pintores figurativos como Alfredo Volpi, com suas bandeirinhas coloridas. Já Fayga Ostrower e Manabu Mabe, na experimentação não representativa das cores adotaram uma postura não geométrica e informal que aparece também nas gravuras de Burle Marx e Krajcberg. Mesmo os figurativistas assumem traços do abstracionismo em suas obras, como é o caso de Darel Valença Lins, um dos mais famosos gravadores, que se especializa em metais fantásticos sobre cidades, monstros, e também, gravuras eróticas que podem ter contribuído para seu relativo ostracismo a partir do regime militar. Esta influência do abstracionismo aparece também na corrente primitivista, da qual fez parte o sambista carioca e mangueirense Heitor dos Prazeres que pinta cirandas, frevos, rodas de samba e crianças achatadas e bidimensionais, muito coloridas.

Francisco Matarazzo e sua Bienal não apenas catalisaram a efervescência da vanguarda artística nacional, como colocaram o Brasil e os artistas brasileiros no mapa das artes internacional.

Menos feliz foi Matarazzo no cinema, quando em associação com o empresário de Teatro Franco Zampari (criador do TBC, Teatro brasileiro de Comédia que renovou o teatro brasileiro pós-Ziembinski) fundariam em 1949 a Cia. Cinematográfica Vera Cruz que em seis anos de funcionamento, produziu 22 filmes que a tornaram conhecida como a Hollywood Brasileira.

A Vera Cruz renegava o cinema das chanchadas, vedetes e comédias da Atlântida no Rio de Janeiro e buscou um cinema que tivesse a qualidade narrativa e dramatúrgica que Zampari exigia dos seus atores do TBC. Importou diretores, técnicos, filmadoras e máquinas caríssimas. O investimento jamais se pagaria, e embora tenha legado

obras como *Ângela* (1951), *Tico-tico no fubá* (1952), *Sinhá Moça* e *O Cangaceiro* (1953), *Floradas na Serra* (1954), com astros como Eliana Lage, Tônia Carreiro, Anselmo Duarte, Jardel Filho e Mazzaropi, que recebiam fortunas – de 25 a 35 mil cruzeiros por mês quando o salário mínimo era 300 vezes menos –, a maior parte de seus filmes deu prejuízo. O surgimento da televisão também contribuiu para a falência da Vera Cruz.

O outro grande referencial do cinema brasileiro do final dos anos de 1940 e 1950 foram as chanchadas, praticamente o único tipo de filme nacional que tinha público. Inspiradas nas comédias do rádio, aos poucos evoluíram dos *sketches* cômicos para uma história de comédia musicada com começo meio e fim, cheios de frases de duplo sentido, humor bem carioca, e uma sexualidade de tipo burlesco que era desprezada pela boa sociedade. Consideravam as chanchadas de mau gosto e ofensivas à moral e aos bons costumes[392].

A principal produtora de chanchadas foi a Atlântida que durou duas décadas de 1943 a 1962 e produziu 62 filmes de ficção e dois documentários. Os mais bem-sucedidos faziam referência ao carnaval. Oscarito e Grande Otelo, a dupla de astros principais, sendo José Lewgoy o vilão arrematado mais famoso das chanchadas e Zezé Macedo, a empregadinha cômica. Os custos de produção não eram altos, e a equipe mais ou menos fixa. O cronograma começava em novembro, filmava em dezembro e eram lançados às vésperas da grande festa. A Atlântida sofreu um grave incêndio em 1952, e a concorrência da Herbert Richers (1956) e da Cinelândia Filmes que revelaram outros atores-personagens como Dercy Gonçalves, Zé Trindade e

Ankito, que aos trejeitos de Oscarito somava sua experiência circense.

Não sobreviveram muito. A Atlântida faliu em 1962 e com ela vinha o ocaso da chanchada, incapaz de competir com a disseminação da televisão que oferecia o mesmo tipo de humor bobo na comodidade da sala de estar. Com a liberalização progressiva dos costumes, a temática marcadamente sexualizada transformaria o cinema de entretenimento brasileiro na pornochanchada dos anos 60 e 70.

O público até então acostumado com as chanchadas de Carlos Manga foi surpreendido pelo cineasta Nelson Pereira dos Santos em 1955 com o filme *Rio, 40 Graus*, em muitos sentidos um precursor*.* O Sambista Zé Kéti, depois importante personagem do Teatro Opinião nos anos 1960 contracenava com Jece Valadão e Glauce Rocha num filme social que se ambientava no morro e tinha como enfoque o povo, e não a elite. A linguagem era direta e a técnica de filmagem sem os grandes rebuscamentos e orçamentos da Vera Cruz. Era um cinema de realidade tal qual era feito pelo Neorrealismo italiano de Lucchino Visconti (Obsessão, 1942), Vittorio de Sica (*Ladrões de Bicicleta*, 1948) e Roberto Rosselini (Roma, Cidade Aberta, 1945), filmes de crítica social de uma Itália assolada no pós-guerra, influenciada politicamente pela grande força do Partido Comunista. Essa estética neorrealista já havia sido defendida por Ale Viany, crítico de cinema nos jornais que dirigiu em 1952 o filme *Agulha no Palheiro* (Nelson Pereira dos Santos era assistente de direção).

Ambos, Viany e Pereira dos Santos já haviam participado com Carlos Ortiz, Moacyr Fenelon do Congresso do Cinema Nacional que havia acontecido em 1952 e reclamava da

falta de investimento estatal e do custo da película importada. Demandavam uma agência governamental que importasse toda película virgem e se responsabilizasse pela distribuição dos filmes brasileiros. Em 1953 ocorreu o II Congresso Nacional do Cinema Brasileiro desta vez em São Paulo, num clima fortemente politizado. Polêmicas como o aumento do preço dos ingressos (cinema popular ou cinema autossustentável) e o reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas (dando o tom do nível de politização dos cineastas) dividiram o Congresso. Cada vez ficava mais claro que sem o apoio do Estado seria seguidamente mais difícil fazer cinema no Brasil, que à época importava mais de 90% do total dos filmes exibidos. A situação do cineasta individual era muito complicada, e se tornaria ainda mais complicada nos anos seguintes quando a Vera Cruz fechasse as portas.

A frase atribuída posteriormente a Glauber Rocha "Uma câmara na mão, uma ideia na cabeça" tinha não apenas uma dimensão estética revolucionária, mas principalmente de evidenciar a pauperização crescente dos meios à disposição dos cineastas. Fazer cinema barato mais que uma opção era uma necessidade. Glauber fez seu primeiro curta na Bahia em 1959 e dirigiu em 1961 *Barravento* sobre uma aldeia de pescadores que se insere num quadro mais amplo de filmes com temáticas sociais e politizados como: *O grande Momento* (Roberto Santos, 1958) que se passava no bairro operário do Brás e vários curtas-metragens, mais baratos de produzir como o *Cinco Vezes Favela* (1962) encomendado pelo CPC da UNE.

O fato de o Brasil estar duas vezes presente em três anos no prêmio principal do Festival de Cinema de Cannes serviu para estimular essa geração de cineastas. Em 1959, o filme

Orfeu Negro, produção franco-brasileira que mostrava o morro carioca mitificado, ainda longe das preocupações sociais, contrastava com *O pagador de Promessas* (1962) de Anselmo Duarte, crítica social profunda das mazelas do nordeste. A antítese do que o governo Juscelino teria desejado apresentar como imagem do Brasil. Obscurantismo e ignorância popular, violência e desigualdade, a contrapropaganda do alardeado progresso dos 50 anos em cinco que teimava em não chegar a certas regiões ou grupos sociais.

O ano de 1963 é o marco do Cinema Novo com o lançamento de *Vidas Secas* de Nelson Pereira dos Santos, *Os Fuzis* de Ruy Guerra e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* de Glauber Rocha, que se tornaria o porta-voz do movimento, com um cinema fortemente politizado, e muitas vezes incompreensível para a grande maioria dos espectadores, não acostumados com o existencialismo sartreano da *Nouvelle Vague* francesa, incapazes de compreender as referências a François Truffaut e a Roberto Rosselini. O público era mínimo, mas a mensagem era poderosa. O exato oposto da manifestação musical da Bossa Nova. Cinema engajado sem resposta do público e discutido apenas por um pequeno grupo de aficionados e acadêmicos, que enquanto desprezavam as chanchadas, pareciam não se importar com sua própria incapacidade de se comunicar com o resto da sociedade.

A sociedade se sentia plenamente representada pelos sucessos desportivos brasileiros, a partir dos anos de 1950, o país se destacava como nunca antes. Ídolos para todos os grupos sociais. O tênis elegante de Maria Ester Bueno, campeã em Wilmbledon (1959, 1960 e 1964) e número um do mundo, era tão motivo de orgulho quanto os saltos de

Adhemar Ferreira da Silva, bicampeão olímpico em Helsinque (1952) e Melbourne (1956), cuja explicação para o início da carreira era quase concretista: “Achei a palavra atleta bonita e decidi que queria ser um”.

Seus saltos lembravam o Brasil que tinha acabado de eleger um presidente que dizia pretender saltar cinquenta anos em seu mandato. Eder Jofre, pugilista invicto – 38 lutas, 35 vitórias e 3 empates, 26 nocautes – consagrar-se-ia campeão mundial peso-galo em 1960. Chico Landi no automobilismo, fazia com suas vitórias propaganda de um esporte que era ao mesmo tempo publicidade da indústria de automóveis que aqui se estabelecia.

Era um tempo de euforia e o maior símbolo desta euforia nos esportes era naturalmente o futebol campeão do mundo em 1958, vencendo a Suécia o país sede na final no estádio Rassunda por cinco a dois, sendo a seleção aplaudida de pé pelos 50 mil torcedores de Estocolmo, enquanto os brasileiros deliravam pelo rádio[393]. O presidente impaciente, os campeões do mundo no Palácio do Catete, enquanto Assis Chateaubriand que subornara a comitiva de escolta para conseguir fotos com os campeões e seus familiares – igualmente cooptados – na parada estratégica feita na sede da revista *O Cruzeiro*, marco importante da renovação editorial e jornalística do Brasil dos anos de 1950.

Desde os anos de 1940 que vinha se abandonando o modo francês de digressões filosóficas e longas narrativas de se fazer jornalismo em prol de um modelo de maior objetividade influenciado pelo jornalismo norte-americano. O editor Pompeu de Sousa introduziu pela primeira vez a *lead* (cinco perguntas da pirâmide invertida da informação

que devem vir no início de cada reportagem: Quem? Onde? Quando? Como? e Por quê?) em um jornal brasileiro, o *Diário Carioca*, cuja diagramação, o copidesque, redatores e repórteres apoiados por pesquisadores e arquivos assumiam o lugar dos intelectuais, bacharéis e eruditos, autores de longos textos com muita digressão e pouca informação. Iniciavam nas universidades os primeiros cursos de graduação em jornalismo. Era a profissionalização da Imprensa Nacional.

Do ponto de vista político, destaca-se a criação da *Última Hora* em 1951, pivô de um dos grandes escândalos do segundo governo Vargas, por se tratar praticamente do único grande veículo de comunicações que defendia o governo. Suspeitava-se que seu proprietário Samuel Wainer, havia conseguido ilegalmente financiamento do Banco do Brasil e apoio de empresários governistas para lançar este jornal que em pouco tempo se tornou um dos maiores do país e se espalhou para São Paulo, Recife e Porto Alegre. Destacam-se ainda o Jornal do Brasil, que contratou Amílcar de Castro para supervisionar a diagramação e lançou o *Caderno B*, com notícias de cultura e o suplemento dominical colorido que depois viraria a *Revista de Domingo* e artigos de Drummond e Ferreira Gullar, mantiveram colunas. Disputava mercado com *O Globo* igualmente em processo de modernização dirigido por Roberto Marinho, filho do fundador do jornal Irineu Marinho em 1925. Quarenta anos depois, os Marinho partiriam para uma outra aventura ainda mais bem-sucedida que o jornal: a TV Globo.

O principal grupo jornalístico do país, no entanto, continuava sendo o Império de Assis Chateaubriand dos Diários Associados. Seu carro-chefe era a revista *O Cruzeiro* que, lançada no final dos anos 20, inovava nos final dos

anos 40 com reportagens fotográficas feitas pela dupla Davi Nasser (repórter) e Jean Manzon (fotógrafo) sobre temas de interesse imediato dos brasileiros. Contava ainda com uma coluna social e sessões de humor como a *Pif-Paf* que contava com a contribuição de Millôr Fernandes, e personagens que marcaram época como o "Amigo da Onça" do desenhista Péricles.

Nos anos 50, no entanto, a revista *O Cruzeiro*, no entanto não estava mais isolada e hegemônica no plano do jornalismo periódico impresso. Surgiam novos concorrentes ao grupo de Chateaubriand, como os irmãos Bloch e a Editora Abril de Victor Civita, que inovou lançando no país o *Pato Donald*[394], cujos lucros mensais sustentavam dezenas de publicações que não se pagavam. Civita laçou ainda *Capricho* revista de fotonovelas completas que revolucionaram o mercado. Ultrapassaram de longe o *Pato Donald* – em 1957 vendeu mais de meio milhão de exemplares de fotonovelas – e se multiplicaram em várias outras publicações, dando início ao império editorial do Grupo Abril, que passou a investir também em distribuição das suas revistas. No final dos anos 50 e ao longo da década seguinte o Grupo Abril inovaria no lançamento de revistas como *Manequim*, no campo da moda, *Claudia*, para o público feminino, e *Quatro Rodas*, tomando carona no sucesso da indústria automobilística. Ofereceu ainda obras de clássicos da literatura em fascículos vendidos em banca de jornal, que ainda hoje resistem e lançou a revista *Realidade* buscou competir, por pouco tempo, com *O Cruzeiro*, mas que não sobreviveu por muito tempo.

Quem conseguiu enfrentar *O Cruzeiro* e vencê-lo foram os irmãos Bloch que em 1952 lançam a *Manchete*, cópia do projeto gráfico da *Paris Match* francesa e buscava o público

leitor cosmopolita das grandes cidades. Fotos imensas, de páginas inteiras ou páginas duplas e grandes reportagens sobre o cotidiano, o *Jet set* internacional, os artistas de Hollywood e as socialites cariocas e paulistanas. Inovava e ousava. Publicou uma foto de Marilyn Monroe nua em 1955 e contratava cronistas e escritores do calibre de Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga para entremearem as reportagens. Humoristas como Sérgio Porto e Leon Eliachar e o colunista Ibrahim Sued também faziam parte do sucesso da Manchete, que apoiou decisivamente o projeto de Brasília, e fez várias reportagens sobre a capital que ia sendo construída por Juscelino. A edição especial sobre Brasília esgotou em 48 horas e vendeu quase um milhão de exemplares.

A arquitetura brasileira então despontava como o futebol como um símbolo de "país do futuro", aberto para a modernidade e o progresso. Nosso modernismo arquitetônico não poderia ter ganhado ícone mais poderoso para sua difusão que uma nova capital, modernista, a ser construída no meio do Planalto Central, transformando Oscar Niemeyer no arquiteto mais famoso do mundo.

A nova capital era, e é, marcada de simbolismos em sua arquitetura e urbanismo. Símbolo máximo do modernismo no século XX, é o ícone da arquitetura brasileira, e de sua projeção internacional prestigiosa. A comissão que escolheu o projeto vencedor optou pela simplicidade dos traços de Lúcio Costa, que defende que nada mais fez que rabiscar um "X". Em suas palavras: "(...) gesto primário de quem assinala um local ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz". O arqueamento do eixo horizontal se deve a necessidade de conformação da topografia local à natureza, princípio caro

aos modernistas desde, no mínimo, Frank Lloyd Wright. Nascia daí o avião.

Se Brasília era a síntese do mais bem-sucedido modelo de planificação econômica do Brasil contemporâneo – o plano de metas – também a cidade seria planejada, escalonada e dividida, em setores, áreas para cada um dos fins urbanos, entremeando zonas residenciais e comerciais que se sucediam sem a existência de cruzamentos. Pistas centrais de velocidade e pistas laterais de circulação local. Edifícios elevados em pilotis que já tinham sido testados no belíssimo palácio Capanema dos anos de 1940 e não impedem a circulação dos transeuntes. A cidade flutua. O avião decola. Era o símbolo de um Brasil desenvolvimentista voltado para o progresso e a modernidade.

Na praça dos Três Poderes percebe-se a centralidade geográfica do Congresso Nacional em relação aos demais poderes. É o *cockpit* do avião que encabeça seu eixo monumental. Quem pilota a aeronave Brasil é o povo. O urbanismo celebra a democracia.

De cada um dos lados do Congresso Nacional, dois ministérios se destacam do monolitismo quadrado dos demais. Transparentes, com espelhos d’água, belíssimos de serem admirados, o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores simbolizam o povo que fala para dentro – com justiça – e o povo que se expressa para fora. Utopia arquitetônica. Transparentes também são o Palácio do Executivo e da Suprema Corte. O poder deve ser transparente ao povo, que o observa, vigia e fiscaliza. São tantas as associações permitidas pela curadoria de Brasília que poderíamos fazê-la durar todo o capítulo. Melhor percebê-las ao vivo. Pouparei o leitor que, se ainda não

conhece a capital, terá que se mudar pra lá assim que for aprovado no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

O concretismo despontou na poesia graças à atuação em São Paulo dos irmãos Campos – Humberto e Haroldo – e Décio Pignatari, editores a partir de 1953 da revista *Noigandres*. Era a poesia que valorizava a forma. A forma física e visual. O elemento semântico é coadjuvante. A aparência na composição das palavras se torna arquitetura, não no sentido metafórico, mas no sentido explícito, visual do termo. O poeta é um operário da construção poética e a palavra, seu tijolo. Repudiavam o expressionismo e defendiam a racionalidade. Repudiavam a vinculação abstrata entre as palavras em prol de uma associação concreta e visual entre elas. O racionalismo radical de sua poesia tinha por intuito encerrar a distinção entre forma e conteúdo. Resgata-se Maiakovski para quem a revolução na arte começava sempre na forma. Inicialmente importante na música erudita e nas artes plásticas – Max Bill, vencedor da Bienal de São Paulo em 1951 – foi no Brasil que pela primeira vez atingiu a literatura.

Ainda que estejamos cientes dos limites de uma hermenêutica que vincule de modo automático às correntes artísticas com as vicissitudes socioeconômicas de seu tempo, parece-nos impossível não encontrar no concretismo a metáfora artística adequada para as transformações socioeconômicas pelas quais passava o Brasil de JK. O manifesto concretista[395] tinha inspiração no Manifesto Comunista, e a tentativa despir o poeta da mística de “gênio inspirado” identificando-o com o povo, o trabalhador e o operário da construção civil. Isto se dava justo no momento de maior expressão que era a construção de uma Nova Capital, visualmente e geograficamente simbólica. Era

também o despontar da publicidade e do marketing, com seus logotipos e tipografias, desenhos mais que palavras, slogans, que nos anos vindouros seriam muito tributários do concretismo. Exerceriam também grande influência sobre o tropicalismo.

“Beba Coca-Cola” de Décio Pignatari (1957) e capa da Revista Noigandres Nº 5 (1958).

Uma reação carioca, e praticamente apenas carioca, contra a ortodoxia concretista dos pioneiros paulistas foi o neoconcretismo dos anos de 1960, cujo principal pioneiro foi Ferreira Gullar. Os neoconcretistas tentaram humanizar a poética cientificista radical dos concretistas, seu fetiche geométrico, sua crença de que eram operários de protótipos industriais. Procuraram resgatar a sensibilidade e o diálogo com o leitor/observador e valorizavam o simbólico sobre o racionalismo positivista dos paulistas. O debate entre as duas vertentes do concretismo foi acirrado e alcançou as artes plásticas, por meio das obras de escultores como Lygia Clark, Amílcar de Castro e Lygia Pape, adeptos do neoconcretismo, que convidam seus observadores a tocarem e interagirem com suas obras. Os irmãos Campos tiveram ainda vasta atuação no campo da crítica literária e da tradução, que consideravam também uma forma de arte e de crítica e desta forma resgataram autores esquecidos do passado como Sousândrade.

Para além do concretismo a poesia brasileira ia muito bem, obrigado, com poetas que já publicavam no período anterior que se renovavam como Carlos Drummond de Andrade, com uma poesia cada vez mais crítica e social, Vinicius de Moraes que fazia a virada popular e cotidiana abandonando o se chamou de “poeta do sublime” para uma poesia mais carnal, irônica e igualmente crítica, ao mesmo tempo que apurava a forma e compunha sonetos de tipos camonianos. Jorge de Lima publicou em 1952 *A Invenção de Orfeu* e João Cabral de Melo Neto sua obra-prima *Morte e Vida Severina* (1955) que trata da vida difícil do migrante nordestino rumo ao litoral tendo como pano de fundo o anseio pela terra. Poema de crítica atualíssimo no contexto dos anos de 1950.

Vivia-se também o pináculo da crítica literária brasileira com Wilson Martins, Sérgio Milliet, Antônio Candido (*Formação da Literatura Brasileira*, 1958) Otto Maria Carpeaux (História da Literatura Ocidental em 8 volumes, iniciada em 1947 e concluída em meados dos anos 50), com frutífero diálogo com os debates das demais Ciências Sociais enormemente polarizados pela Guerra Fria. A geração posterior a de Caio Prado Jr. (*Evolução Política do Brasil*, 1954), Sérgio Buarque (*Visões do Paraíso*, 1959) e Gilberto Freyre (*Sobrados e Mocambos*, 1951) que seguiam prolíficos publicando, foi a de Josué de Castro (*Geografia da Fome*, 1945), Victor Nunes Leal (*Coronelismo, Enxada e Voto*, 1948), Raymundo Faoro (*Os Donos do Poder*, 1958), Nelson Werneck Sodré (*Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, 1959), Celso Furtado (*Formação Econômica do Brasil*, 1959) e Florestan Fernandes (*Mudanças Sociais no Brasil*, 1960) que legaram obras importantíssimas para a historiografia, como o leitor que chegou até aqui já foi capaz de perceber. Estes novos intérpretes do Brasil eram muito

influenciados pela CEPAL e pelo Instituto Superior de Estudo Brasileiros, o ISEB (1955), que, apesar de criado no governo Café Filho, se tornou a instituição porta-voz do nacionalismo intelectual no Brasil em oposição à ESG e aos futuros IPES e IBAD.

Por fim, a literatura nacional vivia seu grande momento, como de resto, toda a cultura brasileira. Os destaques em termos de criatividade foram Guimarães Rosa, com seu *Grande Sertão Veredas* (1956) e Clarice Lispector com obra de contos com *Laços de Família* (1960) ou romances como a *Cidade Sitiada* (1949). Enquanto Lispector adota uma postura existencialista de profunda densidade psicológica em seus personagens, Rosa transforma o sertão de Minas Gerais numa gesta medieval épica, na qual a linguagem ganha ritmo musical e a prosa contornos poéticos. A inovação sem precedentes na forma e na linguagem não superam nem obscurecem o extraordinário vanguardismo também do tema de *Grande Sertão* onde a história do amor de Riobaldo e Diadorim envoltos em um cenário místico e mítico. Trata-se como sabemos de um de amor proibido, maravilhoso e terrível que chocaria a boa sociedade muito mais que as chanchadas semiexplícitas, se a boa sociedade tivesse lido Guimarães Rosa. Além de muita coragem e muito talento para escrever *Grande Sertão*, Rosa, demonstra uma sensibilidade e uma tolerância que já eram explícitas desde sua atuação como diplomata concedendo em Paris vistos não autorizados pelo governo Vargas para judeus em fuga do nazismo[396].

Rosa e Clarice representam, como Fernando Sabino (*Encontro Marcado*, 1956) e Lygia Fagundes Telles (*Ciranda de Pedra*, 1955), o romance psicológico que demonstrava o esgotamento do “ciclo” do regionalismo iniciado com a

Bagaceira (José Américo de Almeida, 1928). À exceção era Érico Veríssimo que segundo Wilson Martins fizera romance psicológico na época do romance social (*Olhai os Lírios do Campo*, 1939) e na década do existencialismo se voltava para a história do Rio Grande do Sul na trilogia *O tempo e o Vento*, um dos maiores best-sellers do período junto com *A Muralha* (Dinah Silveira de Queiroz em 1954), romance histórico que seria o *Tempo e o Vento* dos bandeirantes paulistas, e *Gabriela, Cravo e Canela* (Jorge Amado, 1958).

Santuza Cambraia Neves faz uma comparação interessante entre as três vertentes eruditas que ela aborda em seu ensaio *Os novos experimentos culturais dos anos 1940/50*. Diz a autora:

> Os três movimentos analisados – o abstracionismo nas artes plásticas, o concretismo na poesia e o dodecafonismo na música – compartilham diversas idéias e procedimentos. Suas palavras de ordem são comuns: objetividade, concretude, racionalidade, funcionalidade, universalismo e desenvolvimentismo. Suas atitudes apresentam o mesmo componente combativo, típico das performances vanguardistas. E um aspecto que chama atenção nestas experiências construtivistas é a sua tentativa singular de equacionar procedimentos historicamente incompatíveis. Assim, por exemplo, tanto os artistas plásticos de linha abstracionista quanto os poetas paulistas, transitando no terreno do erudito, defendiam a integração do artista na sociedade industrial. (Naves, 2003, p. 294).

A título de conclusão é interessante perceber como Naves relê a ironia do despolitizado movimento bossanovista cumprindo exatamente os preceitos do concretismo.

> As práticas vanguardistas caracterizadas por procedimentos radicais de ruptura com determinadas tradições, não mantiveram acesas, entretanto, as suas fagulhas no Brasil. Entraram aqui com bastante força, a partir da década de 1930, mas não resistiram às reinterpretações do modernismo que passaram a vigorar, principalmente a partir do início da década de 1960, com a estética nacionalista do CPC e com outros movimentos que surgiram ao longo desta década na

> música popular. (...) O Canto do cisne dessa tendência de viés construtivista materializou-se no Brasil no terreno da música popular com as inovações promovidas pela bossa nova. Isentos de programas e pouco afeitos a discussões intelectuais, os compositores que criaram este estilo musical, como João Gilberto e Tom Jobim, procederam, entretanto, de maneira convergente com as vanguardas construtivistas. Por um lado romperam com longa tradição implantada no Brasil, desde a década de 1930, vinculada a floreios estilísticos tanto na estrutura musical quanto na interpretação e inauguraram um estilo conciso, racional e funcional. Os músicos bossa-novistas rejeitaram o que consideravam uma diluição do operismo na música popular com o seu sentimentalismo piegas. Por outro, tentaram atualizar a música brasileira, aplicando-lhe procedimentos afinados com as linhas do cool jazz e outras criações musicais que seguiram essa linha. (Naves, 2003, pp. 297-8)

Para esta autora o desengajamento bossanovista não resistiria à tropicália nos anos sessenta e às canções de protesto da geração seguinte que incorporariam o ritmo e a harmonia da bossa nova, politizando seus temas.

8. O Regime Militar (1964-1985)

8.1 Os generais presidentes

Governo Castelo Branco e a Institucionalização do Regime Autoritário (1964-1967). O Governo Costa e Silva e o AI-5 (1967-1969). O Governo Médici e os Anos de Chumbo (1969-74). O Governo Geisel e a Abertura Lenta, Gradual e Segura. (1974-79). O Governo Figueiredo e o ocaso do Regime Militar brasileiro (1979-85).

O Governo Castelo Branco (1964-67)

A crescente radicalização política dos últimos meses do governo Goulart resultou na Ditadura Civil-Militar instituída no Brasil a partir de 1964. Saudada como uma “Revolução Democrática” por grande parcela da sociedade civil, desde sua gênese, o movimento teve como característica marcante justamente o fato de manter um alto grau de institucionalização. Ainda nos primeiros dias, é instituído o Comando Supremo da Revolução, composto pelo comandante-em-chefe do Exército Artur da Costa e Silva, o Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e o vice-almirante Augusto Rademaker. Estes, com o auxílio do autor da “Polaca” (1937), Francisco Campos, lançaram o primeiro Ato Institucional (AI-1), que concedia aos “revolucionários” o direito de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos e, entre outros pontos, convocava eleição indireta para o cargo de Presidente da República.

Nome de consenso entre os golpistas, Humberto Castelo Branco é eleito Presidente, acompanhado pelo Vice, o civil José Maria Alkmin, político do PSD mineiro, que tinha sido Ministro da Fazenda do governo JK. O paradoxo da manutenção de um discurso democrático em um regime instaurado através das armas causou uma situação inusitada que, de acordo com Alessandra Carvalho:

> A despeito da fluidez e da incerteza institucional (...) foram mantidas as atividades partidárias e as eleições diretas para os cargos de vereador, deputados estadual e federal, e senador, bem como de prefeito – excetuando-se as capitais dos estados e os municípios classificados como áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais. Esse aspecto distinguiu o regime autoritário brasileiro de seus congêneres latino-americanos e, acreditamos, conferiu a ele uma dinâmica bastante peculiar[397].

A manutenção da legalidade dos partidos que geraram o foco de descontentamento militar – com inserção inclusive nos quartéis – fazia parte do simulacro democrático da ditadura. A ideia era construir uma ampla rede de apoio social a fim de que não fosse necessário recorrer à força durante todo o período (como ocorreria na Argentina durante a chamada “Guerra Suja”[398]). Consenso com o mínimo de coerção[399].

Neste contexto, é difundido um discurso progressista e de “correção dos rumos” por parte dos gestores intelectuais do regime. Era necessário acabar com a corrupção na política e, com base na Doutrina de Segurança Nacional (difundida pela ESG), suprimir da vida política quem quer que parecesse ser comunista ou simpatizante. Herdeiros do positivismo salvacionista, os militares imaginavam que o país estava doente e somente a “Revolução de 1964” iria curá-lo[400]. Esta “utopia revolucionária”[401] balizava a

“operação limpeza”, que foi instituída logo nos primeiros dias de abril e durou três meses. Foi levada a cabo por elementos radicais e, muitas vezes, autônomos dentro do governo. Restava claro que a partir de então o Estado estava a serviço da luta contra a subversão, sendo utilizados todos os recursos disponíveis, desde prisões arbitrárias, passando por exílio, tortura e mortes.

Ao mesmo tempo que tentava controlar a “operação limpeza”, o grupo castelista impunha a centralização política. No dia 13 de junho, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação dentro do Brasil e também no exterior. Em mensagem enviada ao Congresso, o Presidente Castelo Branco mencionava a necessidade do Poder Executivo possuir um órgão que produzisse “informações seguras, oportunas e convenientemente analisadas e avaliadas, que sirvam de base às múltiplas decisões a tomar, inclusive no quadro da própria Segurança Nacional”[402]. Ainda no Congresso, Castelo Branco articula para retirar Ranieri Mazzili da presidência, organizando a criação do Bloco Parlamentar Revolucionário, uma frente parlamentar de apoio ao governo que foi fundamental para colocar Bilac Pinto na presidência do Congresso Nacional.

O diálogo fluído com o Legislativo levou à aprovação de leis autoritárias como a Lei Suplicy, criada a fim de reprimir os órgãos de representação estudantis e a Lei de Segurança Nacional. A Lei da Reforma Eleitoral adiava a eleição para o Executivo Federal para outubro de 1966 e permitia a elegibilidade dos sargentos (reivindicação dos movimentos que foi estopim para o golpe)[403]. Foi ainda aprovada a Leis das Inelegibilidades, que impediu candidatos fortes de

oposição – como o Marechal Henrique Lott (Guanabara) ou Paes de Almeida (Minas Gerais) – concorressem ao cargo de governador.

Mesmo contando com tantos mecanismos de intervenção, o resultado das eleições não agradou os setores mais radicais do governo. Dos onze Estados que escolhiam seus governadores naquele ano, foram cinco vitórias da oposição, cinco da situação[404], além da intervenção federal em Alagoas, uma vez que nenhum candidato conseguiu maioria dos votos (algo exigido pela Lei da Reforma Eleitoral, antigo anseio udenista). Para evitar a radicalização dos setores mais conservadores, Castelo lança o AI-2[405], suspendendo a Constituição de 1946, as eleições diretas para Presidente e desativando o pluripartidarismo. Após algumas semanas sem partidos no Brasil, é criado o sistema bipartidário, que vai ao encontro da ideia dos militares de criar um sistema semelhante ao das democracias anglo-saxãs. Tal medida traz como resultado a criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que aglutinaria os parlamentares que apoiavam o regime, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma frente de oposição ao governo, reunindo aqueles que discordavam dos rumos tomados pelos militares[406].

Em seguida, entram em vigor o AI-3, que determinava as eleições indiretas para governadores e a nomeação de prefeitos das capitais pelos governadores dos respectivos estados; a Lei de Imprensa, que limitava as atividades da mídia no país; e o AI-4, que procurava legitimar as medidas de exceção já elaboradas. Para isto, o Ato convoca o Congresso para votar, discutir e promulgar uma nova Constituição.

Ao logo do primeiro governo militar, a oposição tentou, ainda que com muitas dificuldades, articular algum movimento de resistência. Destacam-se a eclosão das greves estudantis e pequenas ações operárias, que a Frente Ampla tentaria articular nacionalmente. Essa iniciativa reunia alguns dos principais nomes da política nacional pré-1964 com o intuito de pressionar pelo retorno da democracia: Carlos Lacerda, Juscelino Kubistchek e João Goulart. No mesmo Uruguai em que João Goulart encontrava-se exilado estava Leonel Brizola[407], que obteve dinheiro cubano para montar o Movimento Nacionalista Revolucionário.

No plano econômico, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) tinha por objetivo sustar o "populismo financeiro" do governo anterior e promover o arrocho salarial e a intervenção política nos sindicatos que

> colocando interventores que logo foram substituídos por dirigentes anódinos, (...) começaram uma forma de peleguismo *sui generis*, pois embora os sindicatos tivessem função de organismos auxiliares do Estado, não participavam minimamente de sua gestão (...)[408].

O setor de telecomunicações tinha particular relevância política na ideologia da segurança nacional. Era impreterível defender as fronteiras – a Floresta Amazônica torna-se foco crescente de preocupação dos militares – e controlar o território nacional a fim de inibir qualquer tentativa de perturbação da ordem por comunistas, terroristas e subversivos. Para tal fim, os meios de comunicação deveriam ser cada vez mais desenvolvidos.

No intuito de instalar uma rede básica de telecomunicações, o governo havia criado o Ministério das Comuni-cações, suporte político da Eletrobras. Sete anos

depois, tem origem a Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras), cujo objetivo era coordenar a telecomunicação em todo o país. Segundo Alzira Alves Abreu e Fernando Lattman-Weltman, a Embratel “com um plano de estações repetidoras e canais de micro-ondas, permitiria a formação e a consolidação das redes de televisão no país”[409]. Desta forma, viabilizou-se a ampliação maciça das emissoras de televisão, como veremos na sessão cultural. Essas emissoras procuraram popularizar suas grades de programação, o que se tornou viável pelo crescimento significativo da venda de aparelhos no país. Entre 1967 e 1979, aumenta em quase 25% a venda de aparelhos em preto e branco. Neste momento, a classe média e a elite elegem a TV como principal meio de entretenimento, informação e comunicação e, aproveitando-se disso, é criada a TV Globo, que em pouco tempo tornou-se a principal emissora do país. Também os militares percebem a força deste meio de comunicação, utilizando-se do mesmo como um difusor da ideologia do regime[410].

Ao mesmo tempo, a modernização dos meios de comunicação passava pela necessidade de importação de equipamentos gráficos e pela construção de novos edifícios para as redações[411] Os capitais necessários eram obtidos através de empréstimos facilitados nos bancos de fomento do governo ou publicidades oficiais. A criação do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráfico (GEIPAG), que analisava as importações de equipamentos no setor e era ligado ao Ministério da Indústria e Comércio, é uma prova palpável deste esforço do governo[412].

Obviamente, se o governo garantia a expansão dos meios de telecomunicações, ele também faria com este

setor o que tentava fazer com os outros: controlá-lo. Estariam assim consolidados os chamados “pilares básicos” de uma ditadura, uma vez que a polícia política e a espionagem já existiam; instituía-se agora a formulação de um aparelho propagandístico e de censura. A mídia seria fundamental também para aferir a legitimação do regime através da divulgação de suas benfeitorias e/ou ocultação de fatos ou índices que manchariam a imagem do governo. De acordo com Anne-Marie Smith:

> O regime acreditava que uma imprensa fidedigna seria um instrumento importante para garantir o êxito de seu desempenho em legitimar-se. Alguém precisava proclamar as conquistas do regime. Os departamentos de relações públicas oficiais se esforçavam arduamente em divulgar as informações sobre construção de novas estradas, pontes e usinas hidrelétricas, e a imprensa poderia ser um forte aliado do regime para a disseminação dessa informação (embora, ao mesmo tempo, uma ameaça se ela pusesse a questionar ou criticar os custos sociais dessas realizações)[413].

A produção de uma boa imagem do governo era alvo de debates acalorados dentro dos círculos militares. Ainda no governo Castelo Branco, levantou-se a hipótese da criação de um órgão de propaganda, porém o próprio Presidente mostrou-se contra, pois associava esta iniciativa aos tempos do Estado Novo com o DIP[414]. A criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP)[415] teve como embrião um certo desgaste da imagem de Costa e Silva no momento da sucessão, dando origem a um grupo de trabalho para “favorecer uma imagem do candidato e equacionar o problema de comunicação social no Brasil, como vistas ao futuro governo”[416]. Oficialmente, foi instituído no dia 15 de janeiro de 1968, pelo decreto número 62.119, como uma assessoria, e não um “serviço nacional”

– tudo para tentar afastar-se da sombra funesta de Lourival Fontes ou Joseph Goebbels.

Governo Costa e Silva (1967-1969)

Ainda que tivesse sido apoiado pelo grupo militar mais conservador, alcunhado de “linha-dura”, o segundo Presidente militar, Artur da Costa e Silva, manteve inicialmente a linha moderada dos castelistas. Concentrava-se o governo em eliminar os pontos de “estrangulamento” da economia, através do Programa Estratégico do Desenvolvimento (1967), que dava ênfase aos investimentos na produção industrial e em infraestrutura com o intuito de estimular o mercado interno. No plano da política externa, o alinhamento do governo Castelo Branco dará lugar a uma diplomacia – chamada pelo chanceler de *Diplomacia da Prosperidade* – que resgatava muitos dos antigos ideais da Política Externa Independente. Entre outras coisas, recuava na ideia de criar uma *Força Internacional de Paz* para servir de polícia ideológica na região, como o governo Castelo tinha endossado no envio de tropas brasileiras à República Dominicana em 1965.

O contexto era de turbulência internacional. Agitações ocorriam tanto no mundo socialista (Primavera de Praga) quanto no mundo capitalista (Maio de 1968 na França), tendo um impacto imediato na sociedade brasileira, o que levaria o regime a promover simultaneamente o aumento da repressão e uma corrida para buscar crescimento acelerado que desmobilizasse a oposição.

Operários promovem greves significativas em Osasco e Contagem, sendo duramente reprimidos pelo regime que, com o objetivo de sufocar as greves, concede um abono emergencial elevando os salários. O movimento estudantil,

mesmo na ilegalidade, ganha força com o assassinato do estudante paraense Edson Luís após protesto no restaurante *Calabouço* no centro do Rio de Janeiro. Seu corpo foi levado até a Assembleia Legislativa da Guanabara como forma de denunciar os arbítrios de um regime que se dizia democrático. Intelectuais e camadas médias participam de passeatas como a Passeata dos Cem Mil[417]. As guerrilhas de esquerda já se articulavam nas cidades, objetivando a revolução comunista no país[418]. Até determinados políticos posicionavam-se de forma crítica ao governo, como demonstrado também no assertivo discurso de Márcio Moreira Alves. Encontrava-se posto um dilema para os militares: permitir os crescentes protestos e manter a fachada democrática ou "fechar" definitivamente o regime? A negativa do Congresso – de maioria arenista – em permitir abertura de processo contra Márcio Moreira Alves selou a decisão do governo naquela mesma madrugada de dezembro de 1968. Defendiam os deputados de oposição e situação a inviolabilidade do mandato parlamentar. Comemoraram a vitória cantando o hino nacional. O Congresso seria fechado no dia seguinte.

Com a decretação do AI-5, em 13 de dezembro, o governo federal passava a ter o direito de, em nome da segurança nacional, intervir nos Estados e em alguns municípios; poderia promover a suspensão de direitos políticos por dez anos e a cassação de mandatos daqueles que ameaçassem o regime; estava permitido o confisco de bens "de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública"; efetuava-se o fim do *habeas corpus* para crimes políticos; e, através do ato complementar 38, o Congresso é fechado por tempo indeterminado.

Naquele momento, tornava-se claro que a “Revolução de 1964” não seria mais apenas uma temporária “correção de rumos” a fim de “restabelecer a ordem” a devolução do poder aos civis era adiada para as calendas gregas. O autor Carlos Fico ressalta que é a partir de 1968 que a censura passa a preocupar-se “de maneira mais enfática” com questões políticas, realizando o que ele chama de uma “dupla censura” no país. Para muitos historiadores, este seria o “golpe dentro do golpe”[419].

O AI-5 foi o último ato relevante do governo Costa e Silva. O Presidente era, poucos meses depois, diagnosticado com trombose cerebral, impossibilitando sua permanência no poder. Fica ainda mais óbvia a ditadura dos militares com a solução encontrada para substituir Costa e Silva, evitando a posse do Vice-Presidente civil, Pedro Aleixo. Assume o governo, no dia 31 de agosto de 1969, uma Junta Militar (chamada de Junta Governativa Provisória), composta pelo General Aurélio de Lira Tavares (Ministro do Exército), pelo Almirante Augusto Rademaker (Ministro da Marinha) e pelo Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo (Ministro da Aeronáutica). Era um desfecho gritantemente inconstitucional, já que a linha sucessória legal passava pelo Vice-Presidente.

A passagem do poder para a Junta se deu no mesmo momento em que a oposição inaugurava criativamente uma nova maneira de enfrentar o regime, naquele que foi o ato mais espetacular dos movimentos de luta armada: o sequestro do Embaixador estadunidense Charles Elbrick, em 4 de setembro de 1969. O governo cede às exigências dos revolucionários – libertação de prisioneiros, leitura de um manifesto em rede de TV – e edita imediatamente uma série de atos institucionais que aprofundam o fechamento do

regime. Parecia o início de uma grande instabilidade política. A reabertura do Congresso para a votação da Emenda Constitucional no.1, que promovia profundas mudanças na Constituição de 1967, não conseguiu amenizar o clima de incerteza na política nacional. Ao final de outubro, os militares tentam reduzir as tensões, promovendo a antecipação das eleições para Presidente.

Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

A eleição indireta de Emílio Garrastazu Médici garantia a manutenção dos militares da "linha-dura" no poder. Se, na política externa, as bases da "Diplomacia da Prosperidade" são mantidas pelo chanceler Mario Gibson Barbosa em sua "Diplomacia do Interesse Nacional", internamente, o governo Médici é marcado pelo aprofundamento da centralização política. A escolha meticulosa de cada um dos governadores dos Estados em 1970[420] e as intervenções na ARENA são algumas das ações autoritárias do novo Presidente do país. Com o respaldo das urnas nas eleições municipais, o tricampeonato na Copa do Mundo do México e o Legislativo dominado pelo partido governista, Médici construiria um ambiente perfeito para realizar o governo considerado o mais bem-sucedido das duas décadas de Regime Militar[421].

Em termos econômicos, desde 1968, as coisas caminhavam além das expectativas. O crescimento acelerado do PIB favoreceu a criação de um mercado de trabalho marcado por situação próxima ao do pleno emprego. Brasileiros e brasileiras passam a ser consumidores vorazes dos bens produzidos pelas grandes empresas nacionais e multinacionais que seguiam entrando, de modo cada vez mais otimista, no Brasil. O "Milagre

Econômico" criava milhões de novos trabalhadores – empregadas domésticas, ambulantes, técnicos de automobilísticas, empregados da construção civil, etc. – que tinham a satisfação do consumo, o trabalho, a competitividade e o individualismo, como temas centrais de sua cultura política[422]. Isso era retratado em novelas como *Beto Rockefeller* da TV Tupi, que tinha Luiz Gustavo no inescrupuloso papel principal.

Enquanto isso, os muitos jovens que buscavam no enfrentamento revolucionário o caminho para pôr fim à Ditadura – e ao capitalismo – estavam perdendo a guerra. Movimentos da esquerda armada como ALN e MR-8, depois do sucesso inicial no sequestro de Elbrick, não resistem ao terrorismo de Estado e à eficiência dos serviços de informação. Em pleno ano de 1972, restava apenas um projeto ambicioso, organizado pelo PC do B: a guerrilha foquista na floresta Amazônica. A Guerrilha do Araguaia foi o movimento armado mais duradouro contra o regime. Os militares levaram quase dois anos para derrotar os comunistas no interior do Pará.

Ao mesmo tempo que eram mobilizados "milhares de homens" para combater o movimento de esquerda no Norte do país, o regime militar estava em festa. Contra uma oposição simplista, que opõe o chamado período de "Anos de Chumbo" ao do "Anos de Ouro", historiadores como Janaína Martins Cordeiro afirmam que o governo Médici foi

> muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foi um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais[423].

Emblemática do momento festivo foi a grande comemoração promovida em torno do sesquicentenário da independência do país. Diversos eventos foram criados pelo governo; os mais destacados seriam a reedição de livros acerca do processo de independência, ligados ao IHGB, o lançamento de novas notas de Cr$ 500,00 – trazendo a reprodução de uma série de mapas históricos do Brasil –, o já tradicional desfile do 7 de setembro, especialmente turbinado em 1972, e, é claro, um torneio de futebol protagonizado pela seleção tricampeã mundial[424].

O auge da campanha ufanista relacionando o futebol ao crescimento nacional ocorreu, de fato, com a participação e a vitória do Brasil na Copa de 1970. Slogans como "Ninguém segura este país", "Ontem, hoje, sempre, Brasil" e "Brasil, ame-o ou deixe-o", embalados pela marchinha "Pra frente Brasil"[425], acompanharam a seleção desde sua partida para o México até a volta triunfal, com os jogadores carregando a taça Jules Rimet em carro aberto nas principais capitais do país[426]. Neste contexto, elabora-se também o "pacote de notícias", no qual a imprensa recebia declarações ou notícias já prontas dos órgãos do governo. De números da economia à agenda oficial, os *press releases* eram lidos em voz alta por funcionários do governo ou reproduzidos em toca-fitas.

Sob a presidência de Médici, seria criado ainda o Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo, cujo objetivo era "formular e aplicar a política capaz de, no campo interno, predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento e, no campo externo, contribuir para o melhor conhecimento da realidade brasileira"[427]. Segundo Carlos Fico:

> De fato, prevaleceu a exaltação otimista dos comerciais da AERP, que falavam de "amor" e "participação" na fase mais truculenta da repressão – o governo do general Emílio Garrastazu Médici. A televisão foi inundada por anúncios que destacavam valores ético-morais associados à "democracia cristã" e a supostos traços característicos do Brasil e dos brasileiros, como a alegria, o otimismo, a cordialidade etc., tudo transparecendo a tradição, de razoáveis antecedentes, segundo a qual a pretensa singularidade da sociedade brasileira era garantida para que o país se transformasse em uma grande potência[428].

A temática usada pela AERP/ARP era fundamentada na construção de um novo país durante o regime militar e nas transformações realizadas pelo mesmo. A ideia de que o Brasil estava seguindo o rumo certo com os militares no poder era consubstanciada através de campanhas anuais, como "Em tempo de Construção", de 1971 ou "Você Constrói o Brasil", com filmes criados e veiculados na TV. Simultaneamente, há uma tentativa importante de regulamentação da censura com a criação do decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, por parte do ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Nele, o governo estabelece que "não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes", alegando mais uma vez que tais publicações poderiam colocar em risco a segurança nacional. Assim, o Ministério da Justiça e a Polícia Federal ficavam encarregados de realizar a censura através do Conselho Superior de Censura e do Juizado de Menores.

Vitoriosa a repressão sobre os "subversivos", não era, pensava Médici, necessário um Presidente de perfil marcial, mas um técnico, moderado. A candidatura do ex-presidente da Petrobras e Ministro do Supremo Tribunal Militar Ernesto Geisel ganhou força graças à influência do Ministro do Exército do governo Médici, Orlando Geisel, seu irmão. O General Orlando Geisel foi o principal cabo eleitoral do

Presidente que viria a dar início ao processo de abertura política no Brasil[429].

Governo Ernesto Geisel (1974-1979)

Geisel, que representava a facção moderada castelista no seio das Forças Armadas, foi eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral de maioria arenista em outubro de 1973 contra Ulysses Guimarães, candidato do MDB. Este último fizera campanha de rua nas principais capitais do país – com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa e candidato à vice, Barbosa Lima Sobrinho – apesar da inexistência de voto direto. Perdeu, mas tornou-se a si, e ao MDB, conhecido em todo o país, o que traria dividendos políticos muito em breve.

O retorno do grupo de militares moderados, conhecidos como o grupo da Sorbonne ou castelistas, ao poder ocorre no final do ano de 1973, em um momento no qual o governo ainda desfrutava de bons índices econômicos, mesmo tendo Médici afirmado que "o povo ia mal". Cai por terra a tese de que a abertura seria consequência da falência do Milagre, isso não era claro, nem mesmo provável, quando se decidiu pela sucessão com Geisel em 1973. Segundo o historiador Francisco Carlos Teixeira, "foi a eficiência econômica do governo Médici que favoreceu a sucessão Geisel – Golbery e, portanto, a abertura do regime"[430].

Os moderados divergiam daqueles conhecidos como "linha-dura" – militares próximos dos setores de informação e ligados ao aparato de repressivo – em especial no que dizia respeito aos rumos do regime. Desde o início, os castelistas desejavam a transição do poder para os civis num futuro próximo. Defendiam a tese do chamado "golpe

cirúrgico", alegando que a "presença militar no centro do poder político trazia consequências nefastas para o profissionalismo militar, já que amplia (...) a presença de valores distintos da hierarquia e da disciplina e que, portanto, debilita seus próprios fundamentos"[431]. Enquanto isso, os "duros" pregavam a longevidade do regime e a manutenção do aparelho repressor.

A partir de 1974, o grupo da Sorbonne colocaria em prática um projeto de liberalização por etapas do regime que fora interrompido na sucessão de Castelo Branco. Percebia-se a necessidade de conter a autonomia crescente dos setores ligados à "comunidade de segurança", bem como de rechaçar os riscos de quebra da disciplina e hierarquia militar[432]. Era hora do retorno aos quartéis de forma "lenta, gradual e segura", justificada da seguinte forma por Geisel:

> (...) Por que tem que ser lenta? Porque não pode ser uma abertura abrupta. (...) Ela tinha que ser gradual, progressiva. E tinha que ser segura, porque nós não podíamos admitir uma abertura que depois não funcionasse e voltasse o regime de exceção. Era preciso que ela fosse montada e organizada de maneira que representasse uma solução definitiva[433].

Matias Spektor resume assim o processo de abertura brasileiro:

> Em retrospectiva, a abertura incluiu: o progressivo fim da censura à imprensa, a redução do poder e independência da comunidade de informações, o abandono da prática das prisões políticas, fortalecimento da hierarquia militar, a anistia a exilados políticos e a imposição de uma nova lei eleitoral enviesada a favor do partido governante. Essa agenda coexistiu com o uso político da tortura e do terrorismo de Estado, a censura e a intervenção oficial em sindicatos e no Congresso Nacional. A abertura teve altos e baixos, evoluindo de forma não-linear. A liberalização era uma briga sem final definido na qual nenhum ator político sabia ao certo como e quando se chegaria a um fim. Assim, o

> regime militar brasileiro levou dez anos para consolidar-se (1964-1973) e mais quinze para instituir eleições presidenciais universais e competitivas (1974-1989)[434].

Juntamente com o novo projeto, existe uma mudança no quesito institucionalização do Estado. Se nos dois primeiros governos militares foram lançadas as bases do Estado de Segurança Nacional, e, no período imediatamente posterior, o "Milagre Econômico" serviu como argumento para legitimar o regime, a partir de 1974 gradualmente chega-se à conclusão de que o modelo de desenvolvimento associado e dependente do capital externo estava se esgotando e, também, que novos mecanismos para a busca do respaldo popular eram necessários. Segundo Maria Helena Moreira Alves, o projeto de "distensão" pretendia assegurar um afrouxamento da tensão sociopolítica, intentando "erigir mecanismos representativos elásticos que pudessem cooptar setores da oposição"[435].

Um elemento fundamental desta via seria o fortalecimento eleitoral da ARENA. Neste aspecto, o governo procurava angariar legitimidade através das urnas, eliminando as formas mais explícitas de coerção – Geisel deixa clara sua oposição aos "excessos" cometidos nos "porões" do regime – mas, ao mesmo tempo, mantendo sob o controle militar a maioria do Congresso, capaz de aprovar reformas legais e estruturais indispensáveis para colocar em prática o projeto de redemocratização controlada.

Sendo assim, as eleições estaduais de 1974 ganharam importância estratégica para os castelistas que chegaram ao poder naquele mesmo ano, uma vez que almejavam um resultado simbólico nas primeiras disputas que enfrentariam. O clima de otimismo e confiança na vitória da ARENA era tão grande que o governo temia uma votação

esmagadora, já que isto poderia passar uma impressão de fraude ao povo e aniquilar a oposição. A grande derrota sofrida pelo MDB nas eleições de 1970 seria um indicativo do que estava por vir em 1974, uma vez que neste ano o governo gozava ainda de apoio oriundo dos tempos de cinco anos seguidos com taxas de crescimento de dois dígitos, com o pico de 14% de crescimento do PIB em 1973. Além disso, a ARENA era a dona da máquina do Estado. Possuía 21 dos 22 estados, 91% das prefeituras e 86% das câmaras de vereadores. Obtendo a esperada vitória esmagadora em 1974, deixaria o país praticamente sob um regime unipartidário. Na mais longa entrevista do Presidente aos jornalistas brasileiros nos dois primeiros anos de governo, quando de sua visita ao Japão – concedida a bordo do trem expresso que o trazia de Quioto para Tóquio – Geisel deu sua opinião sobre a importância das eleições:

> O importante é que os partidos se consolidem, inclusive a oposição, porque eu não quero partido único. Tem que haver oposição. (...) Isso não nos interessa, como também não nos atrairia o exemplo mexicano de partido único. Eu acho que tem que haver oposição[436].

Mesmo procurando afirmar sua força no Congresso[437] ou proibindo a imprensa paulista de noticiar a epidemia de meningite, o governo tentava manter um clima de relativa liberdade durante a campanha eleitoral. Ainda assim, o MDB temia que o afastamento da população das questões políticas e o desinteresse das esquerdas, que denunciavam o processo eleitoral como fraude para legitimar o regime, resultassem em um novo fracasso nas urnas, como ocorrera em 1970.

Na sexta-feira, 15 de novembro de 1974, Geisel e 80% do eleitorado inscrito (cerca de 36 milhões de brasileiros)

participaram das eleições. Na seção eleitoral, o Presidente dizia aos jornalistas:

> O fundamental é este clima de liberdade vigente no país, contrariando o que muitos dizem. Vim aqui como um cidadão para cumprir um direito e um dever. Espero que haja um mínimo de abstenção e que todos votem[438].

Os institutos de pesquisa já previam que os resultados não seriam diferentes daqueles desejados pelo governo. O jornal *Folha de S. Paulo* ressaltava que dois pontos em especial chamavam a atenção dos políticos: a disputa acirrada entre os partidos pelas cadeiras do Senado nos Estados de maior importância política, e a tentativa do MDB de conseguir, ao menos, 1/3 dos deputados federais para ter o poder de requerer a formação de Comissões Parlamentares de Inquérito sem necessitar de assinaturas de políticos governistas[439].

No dia seguinte ao pleito, os principais jornais do país já destacavam a vitória de emedebistas nas urnas. Enquanto o Jornal do Brasil vinha com a manchete: “MDB vence as prévias em MG, RJ e SP”[440], a *Folha de S. Paulo* apontava como grande vitorioso das eleições o Presidente Geisel, que, segundo o diário, “presidiu as eleições como verdadeiro magistrado, com uma isenção exemplar que não se alterou mesmo diante de alguns excessos de opositores do governo”[441]. O amadurecimento cívico do eleitorado e a eficiência da Justiça Eleitoral também recebiam especial atenção na *Folha de S. Paulo*, que recebia constantemente a visita de censores em sua redação.

O impacto da vitória emedebista, confirmada após a apuração, deve ser analisada de forma cuidadosa. O partido, apesar de ter aumentado a sua representação na

Câmara dos Deputados – que crescera devido o aumento da população de 310 para 364 cadeiras – praticamente dobrou seu número de representantes (de 87 nas eleições de 1970 para 185 em 1974), enquanto a ARENA recuou de 223 para 199 deputados, garantindo mesmo assim uma maioria de 54,6% contra 45,3% do MDB. No entanto, sua força foi demonstrada ainda mais no Senado, onde o partido conseguiu 16 das 22 vagas em disputa, totalizando assim 20 deputados (antes eram apenas 7), contra a maioria arenista, reduzida de 59 para 46 senadores. Outro ponto-chave na análise do processo eleitoral de 1974 foi a redução do voto de protesto em cerca de 9% com relação às eleições de 1970[442].

Das seis cadeiras do Senado conquistadas pela ARENA, quatro foram obtidas no Nordeste: Alagoas, Bahia, Maranhão e Piauí ainda estavam com o partido governista, que assistiu à vitória do MDB em cinco Estados de uma região tradicionalmente favorável aos seus políticos. Enquanto isso, no Sul e no Sudeste a ARENA não ganhou em nenhum Estado, chamando atenção para a baixa votação em locais como a Guanabara (24,3%) e São Paulo (23,8%).

Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro *Partido e Sociedade – A trajetória do MDB*, lista alguns fatores para o resultado eleitoral de 1974. O primeiro seria a atuação de grupos renovadores como os “autênticos” dentro do partido. Estes teriam aglutinado forças – inclusive de ex-militantes da esquerda armada derrotada pelo governo – e dado novo fôlego aos oposicionistas. O segundo seria a liberdade proporcionada pelo governo na campanha e no processo eleitoral, a maior desde o início do regime. Saber utilizar canais como o rádio e principalmente a televisão teria sido o terceiro fator, de acordo com o autor. Enquanto o MDB

elaborou material de orientação para seus candidatos com a ajuda de publicitários, criando uma linguagem próxima aos populares, os candidatos arenistas “sem qualquer experiência de falar no rádio e na televisão, encontravam dificuldades em transmitir suas ideias em quatro minutos”[443]. O público não estava acostumado a entrar em contato com as mensagens oposicionistas e tal “ineditismo” – ampliado pelos meios de comunicação – e o mesmo teria conquistado os eleitores das grandes cidades. A campanha presidencial de Ulysses em 1974 fora muito útil nesse sentido, além de ter servido de aprendizado.

As mudanças populacionais no país seriam o quarto fator. Enquanto a ARENA tinha no interior sua força eleitoral[444], o MDB era um partido essencialmente urbano. Desta maneira, a urbanização crescente teria facilitado o crescimento eleitoral da oposição em detrimento da ARENA. O esgotamento do “Milagre Econômico” seria o quinto e último fator, uma vez que “indícios de que problemas econômicos estavam por vir eram claros para determinados setores empresariais”. Em sua campanha, o MDB enfatizou a crescente taxa de inflação anual – que chegava a 40% ao ano – e os salários dos trabalhadores que não aumentavam de forma proporcional à inflação, levando aqueles que pagavam prestações do Banco Nacional de Habitação (BNH) a terem suas dívidas aumentadas[445].

Para o jornalista Carlos Castello Branco, autor de *Os Militares no Poder*, a intervenção do governo nas indicações de políticos da ARENA, excluindo a necessidade das convenções partidárias, seria uma explicação também plausível para a derrota nas eleições de 1974. Houve um clima de insatisfação com os candidatos escolhidos, uma vez que estes não contemplavam as demandas das

diferentes facções internas do partido. Considerava-se, assim, que o partido tinha sido “violentado”, deixando sem vez suas principais lideranças que, na maioria dos casos, decidiram afastar-se ou limitar sua participação nas eleições. O desprestígio dos políticos pelo regime, incluídos aí aqueles que eram seus aliados, seria um fator a mais nesta “derrota da ditadura”.

Ao final da apuração, estava patente que os militares enfrentariam uma “crescente dificuldade em obter a maioria parlamentar, com as eleições livres mergulhadas em um clima econômico adverso e uma oposição disposta a pressionar sempre para que se atingisse, o mais rapidamente possível, a democracia plena”[446]. Na visão de Geisel, a partir deste momento a oposição “tornou-se mais virulenta, e essa virulência gerou uma reação e um fortalecimento da linha dura”[447]. Tal declaração é sintomática, uma vez que dali por diante o aparato repressor aumentaria o cerco ao MDB, acusando’ o partido de infiltração comunista[448].

As preocupações do governo de evitar o crescimento emedebista no Congresso resultaram, em 1976, na restrição para as eleições municipais da propaganda eleitoral no rádio e nas televisões, com a Lei Falcão. Na avaliação do governo, a habilidade do MDB no uso dos meios de comunicação para realizar sua campanha em 1974 teria sido um fator preponderante para o excelente resultado obtido pelos oposicionistas. Início de uma série de estratagemas que objetivavam favorecer o partido governista, a Lei Falcão reduziu a propaganda política na televisão às fotografias e a um breve currículo dos candidatos às eleições municipais. Acusações de importantes lideranças do MDB de que os candidatos da

ARENA usavam-se de propagandas oficiais para atingir os eleitores eram inúmeras.

Mesmo diante da intervenção governamental em favor da ARENA, nas grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Campinas o MDB foi o grande vitorioso. Percebe-se que a liberalização em curso que se propalava não correspondia à realidade.

O balanço final do processo eleitoral de 1976 seria, mais uma vez, positivo para os emedebistas. Em São Paulo, foram 56,49% dos votos contra 40,65% da ARENA, enquanto no recém-criado município do Rio de Janeiro, o MDB obteve o dobro de votos da ARENA (502.186 contra 226.255), angariando catorze das vinte e uma vagas de vereadores.

O ano de 1977 inicia-se de forma turbulenta para o governo. Cada vez mais, os reflexos da falência do “Milagre Econômico” podiam ser observados, o que obrigava o governo a anunciar medidas impopulares de arrocho na economia, consideradas essenciais para a contenção da inflação e do endividamento. Tensões entre os setores empresariais e a presidência também compunham o quadro de desgaste. No plano político, o temor era a exploração da situação por parte dos oposicionistas, principalmente porque se previa que as próximas eleições para o Executivo dos Estados seria direta. As reações dos arenistas eram marcadas por essa tensão. Os oposicionistas gaúchos Glênio Perez e Marcos Klassman tiveram seus mandatos cassados sob a acusação de serem “agentes do comunismo” e crescia a forte pressão no Congresso para a aprovação da reforma do Poder Judiciário.

É no dia 1o de abril de 1977, depois de analisar a situação política com o Conselho de Segurança Nacional e escutar de membros dos serviços de informações que o crescimento do MDB logo o transformaria no maior partido do país, que o Presidente Geisel decidiu decretar o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Em pronunciamento à nação, o Presidente justifica sua atitude:

> Venho esta noite à televisão para dar conhecimento aos brasileiros de medidas relevantes que adotei, hoje pela manhã, após ouvir o Conselho de Segurança Nacional.
>
> Elas são uma decorrência dos problemas que se suscitaram nestes últimos dias, com relação à reforma do Poder Judiciário. Esta reforma, de interesse de toda a Nação, constitui fator importante para o nosso desenvolvimento. (...)
>
> Agora, em março deste ano, verificamos que o Partido da Oposição apresentava reivindicações que nada tinham a ver com o reforma em si e nem tinham sido objeto do diagnóstico feito pelo Supremo Tribunal Federal. Assim mesmo, procurou-se negociar com a Oposição, transigindo em determinados pontos, a fim de ver se chegaríamos a um resultado conciliatório, que não privasse o nosso povo de uma melhor justiça.
>
> Infelizmente, não conseguiu resultado algum, pois a oposição resolveu fechar a questão, impedindo que os seus representantes no Senado e na Câmara votassem a favor da reforma. (...)

Como a ARENA não possuía mais os 2/3 necessários para emendar a Constituição, Geisel aproveita-se do AI-5 para fechar o Congresso por catorze dias. Neste período, um conjunto de “dispositivos acautelários para o regime”[449] foram elaborados, modificando significativamente as regras do jogo político. Era o Pacote de Abril, que tinha como principais pontos: mandato de seis anos para o Presidente da República; eleições indiretas dos governadores; eleição indireta de um dos dois senadores a serem eleitos em cada

Estado da Federação nas eleições de 1978[450]; possibilidade de alteração da Constituição por maioria simples; redução do prazo de inelegibilidade para três meses; instituição de sublegendas na eleição direta dos senadores; ampliação das bancadas que representavam os Estados menos desenvolvidos e extensão da Lei Falcão para todas as eleições diretas, reduzindo a propaganda eleitoral na televisão à apresentação do nome, número e currículos dos candidatos. A instituição de três sublegendas na eleição direta dos senadores permitiu à ARENA recompor suas bases, e também a ampliação da representação eleitoral dos Estados do Norte e do Nordeste, garantindo mais força à situação. Outra importante alteração no cenário político nacional ocorre em 24 de agosto de 1977, quando, através da mensagem número 91, Geisel envia o projeto de lei complementar de criação de um novo Estado. No dia 11 de outubro seguinte, é assinada a Lei Complementar n. 31, “criando o estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do estado de Mato Grosso”, com capital em Campo Grande.

O MDB não tardaria em responder às medidas do governo. O partido organizou um pronunciamento transmitido para cerca de vinte e um milhões de brasileiros, autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, no qual seus principais líderes (Ulysses Guimarães, André Franco Montoro, Alceu Collares e José Alencar Furtado) abordaram diversos temas como o modelo econômico (considerado concentrador e elitista por Collares), as eleições (“fechar as urnas é tapar a boca da nação”, segundo Ulysses Guimarães) e o AI-5 (que para Alencar Furtado, “afrontava os padrões de decência jurídica do povo brasileiro”). Além disso, apontava caminhos considerados indispensáveis para o desenvolvimento do país, como a inviolabilidade dos

direitos da pessoa humana, o retorno da normalidade constitucional – tendo como exemplo a Espanha – e a geração de empregos.

O impacto de tal peça propagandística nos círculos militares foi decisivo para os novos rumos traçados pelo Presidente. Chefe do Gabinete Militar, o general Hugo de Abreu iniciou conversas com membros da Alta Cúpula e o resultado foi preocupante. "Vi. Não gostei e acho que ninguém gostou (...)"[451]; assim referia-se ao episódio o chefe do SNI, João Batista Figueiredo. A vítima foi o líder do MDB na Câmara, José de Alencar Furtado, que teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Mais uma vez o AI-5 era utilizado por Geisel.

Tal qual o "Pacote de Abril", o Ato Complementar número 104 (que impedia o acesso da MDB ao rádio e à TV) e o uso da Lei de Segurança Nacional contra emedebistas configuram-se como mecanismos coercitivos que evidenciam a disposição de limitar a abertura.

Ao mesmo tempo o governo deixa claro aos setores de "linha-dura" a irreversibilidade do processo, cuja culminância se deu em outubro de 1977, com a demissão do Ministro do Exército o general Sylvio Frota, que se apresentava como o candidato da contrademocratização. Temendo uma possível reação da linha-dura, Geisel reforçou inclusive a guarda do Palácio do Planalto com soldados da Brigada de Infantaria (principal força do Distrito Federal). Desde a chegada dos militares ao poder, este foi o primeiro Ministro do Exército exonerado, evidência nítida do embate em curso nas Forças Armadas. Em nota emitida após a sua saída do governo, Frota afirma que fatos como o estabelecimento de relações com a República Popular da

China, o reconhecimento do governo do MPLA em Angola e a permissão de críticas da imprensa às Forças Armadas seriam indícios da “deformação e abandono dos objetivos da Revolução”[452].

O último ano de mandato do Presidente Ernesto Geisel foi estratégico para os rumos do regime; as eleições de outubro e a escolha do seu sucessor eram os principais temas na agenda política de 1978. A imprensa especulava que João Batista Figueiredo, chefe do SNI, e o senador Magalhães Pinto eram os nomes preferidos do Planalto. E, nas primeiras semanas de janeiro, Geisel comunicava aos dezesseis membros da comissão executiva da ARENA e aos cinco ministros que integravam o diretório nacional que Figueiredo era o escolhido: “é um nome consagrado dentro das Forças Armadas, é um revolucionário da primeira hora, um homem de sentido altamente humano e larga experiência”.

Resolvida a questão sucessória, o foco voltava-se agora para a reação das urnas. Mesmo com todas as medidas elaboradas para deter o avanço do MDB no pleito a ser realizado em outubro, era perceptível que o partido cada vez mais abandonava o papel de oposição controlada que o regime lhe reservara desde 1965 e aglutinava sob sua legenda diversos setores da sociedade que desejavam o fim da ditadura, tornando-se uma “real” ameaça ao governo[453].

Dar um caráter plebiscitário às eleições de 1978 foi a estratégia do MDB diante das dificuldades enfrentadas em sua campanha, tais como a falta de consenso sobre a plataforma a ser seguida e a impossibilidade de acesso aos meios de comunicação. As barreiras criadas pelos militares,

por outro lado, fortaleceram o partido perante os movimentos de base que lutavam pelos direitos humanos, pela liberdade política ou mesmo diante dos sindicatos que possuíam ideias antiestatistas, defendendo uma democracia direta, onde o "peleguismo" dos tempos trabalhistas não mais existiria[454]. A propaganda nas ruas, clubes e fábricas estava garantida.

Uma análise do que se viu nas urnas reflete o momento-chave que vivia a luta pela democracia no Brasil. Apesar das deformações proporcionadas pelo Pacote de Abril, que criaram um abismo entre o voto popular e o resultado das eleições[455]. Mesmo obtendo a maior parte dos votos válidos (17.530.620 contra 13.239.418) na corrida para o Senado, os "senadores biônicos", eleitos de forma indireta e a introdução das sublegendas garantiram maioria para a ARENA: quinze deputados eram situacionistas, enquanto apenas oito eram do MDB[456]. Na Câmara dos Deputados, a ARENA manteve sua maioria, apesar de ter perdido cadeiras para os emedebistas (duzentos e trinta e um contra cento e oitenta e nove).

Para Márcio Moreira Alves:

> (...) A oposição e a imprensa consideram o resultado das eleições de 1978 como uma vitória antigovernamental pelo fato de o MDB ter tido, para o Senado, mais de 4.291.202 votos que a ARENA e ter recolhido vitórias nos Estados mais populosos e economicamente poderosos da Região Centro-Sul, ou seja, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul[457].

O lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia[458], as pressões da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), assim como a

projeção obtida pelo “Novo Sindicalismo”, a partir da greve dos metalúrgicos de 1978, contribuem para acelerar a redemocratização no Brasil. O sucessor de Geisel encontrava uma difícil missão: concluir o processo de abertura. Antes de deixar o cargo, no entanto, no final de 1978, Ernesto Geisel extinguiu o AI-5. Era um recado para a “comunidade de informações”: o processo de abertura era irreversível.

Governo Figueiredo (1979-1985)

O primeiro desafio do novo General-Presidente possuía ramificações internacionais: o movimento pela anistia. Em Portugal e no Brasil, diversos grupos mobilizavam-se por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, algo considerado como temeroso pelos moderados, que afirmavam que a abertura deveria ser realizada em um ritmo compatível com a segurança do regime. A opção foi esvaziar o pleito da oposição através da aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso em agosto de 1979.

Ainda polêmica nos dias de hoje, a Lei da Anistia beneficiava todos os cidadãos punidos com atos de exceção desde 9 de abril de 1964 (data do AI-1). Servidores afastados de suas funções seriam submetidos a decisões das Comissões Especiais criadas nos Ministérios para julgar cada um dos casos. O benefício excluiu os acusados de “crimes de sangue” ao mesmo tempo que impediu que os militares envolvidos em violações dos direitos humanos fossem responsabilizados criminalmente. O retorno de exilados históricos, como Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes, transformou-se em verdadeiros atos políticos contra a Ditadura Civil-Militar imposta em 1964.

Com o objetivo de acabar com o caráter plebiscitário das eleições, Golbery do Couto e Silva, Ministro da Casa Civil de Geisel mantido por Figueiredo no novo Ministério, defendeu a ideia de terminar com o bipartidarismo estabelecido em 1965. Temia-se em especial que o voto “a favor” ou “contra” pudesse prejudicar a posição governista no Colégio Eleitoral que escolheria o primeiro Presidente civil em 1985. A medida foi criticada pela bancada do MDB, que temia a fragmentação dos seus votos. Aprovada em novembro de 1979, a Lei Orgânica dos Partidos previa a extinção das organizações existentes em 18 meses e a criação dos novos partidos dentro do mesmo prazo.

Extinta a Arena, surge um grande partido reunindo as direitas e os setores que desde 1965 apoiaram a ditadura. Liderado por José Sarney, foi criado o Partido Democrático Social (PDS). Com a extinção do MDB, surge o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Porém, ao desaprovar a incorporação de algumas facções à esquerda das lideranças partidárias, como aquelas oriundas do MR-8 e de outros movimentos guerrilheiros, emedebistas tradicionais como Tancredo Neves optam pela criação de um novo partido que contava com alguns dissidentes arenistas: o Partido Popular (PP)[459].

Leonel Brizola desejava o controle da sigla de sua antiga agremiação varguista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após anos no exílio no Uruguai, a repressão imposta pelo Plano Condor levou o político brasileiro para Portugal. Em sua breve estadia na Europa, afinal, chegou a Lisboa em 1978, Brizola “deixara de lado a vestimenta de comandante revolucionário para se apresentar como líder moderno e inconteste do trabalhismo brasileiro”[460]. Contou com o apoio (inclusive financeiro) do Primeiro-Ministro socialista

português Mário Soares para entrar em contato com a Socialdemocracia europeia, buscando modernizar seu discurso varguista de outrora.

Constituía-se em um adversário “perigoso” na visão do ministro da Casa Civil Golbery, principalmente, se conseguisse a legenda do PTB. Neste contexto, a disputa entre Brizola e a sobrinha-neta de Getúlio, Ivete Vargas, veio em bom momento para as pretensões dos militares. A questão vai para o Tribunal Superior Eleitoral, que, influenciado pela cúpula governista, decide que a legenda ficaria sob o controle da ex-deputada por São Paulo. Atraindo velhos militantes petebistas, Brizola funda um novo partido de destaque: o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Propondo uma nova forma de se fazer política no Brasil, e fruto da união entre o “Novo Sindicalismo”, intelectuais de esquerda – muitos professores da USP – católicos ligados à Teologia da Libertação e lideranças do movimento estudantil, é criado o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem na figura do líder dos metalúrgicos do ABC paulista e destaque nas greves de 1978, Luiz Inácio Lula da Silva, sua figura mais popular.

O grande teste do pluripartidarismo criado pelo grupo castelista viria nas eleições para governadores de 1982. O primeiro pleito direto desde 1965 era visto como um grande laboratório para as eleições de 1985. Mas o temor de uma “acachapante derrota” nas urnas levou a algumas alterações no “jogo democrático”. Com a justificativa de que era preciso fortalecer as novas legendas e a fidelidade partidárias, foi determinada a “vinculação de votos”, ou seja, o eleitor deveria votar no mesmo partido para todos os cargos em disputa. Apostava o governo que o PDS, por

controlar a maior parte dos municípios e Estados, seria beneficiado com a medida. Ou, na pior das hipóteses, os eleitores de baixa renda não saberiam lidar com a novidade, anulando seus votos na oposição, algo que não aconteceria com os ilustrados que estavam ao lado do PDS.

Mesmo sob protestos da oposição, a lei foi aprovada. Mas o resultado das eleições surpreendeu a todos. O PMDB saiu fortalecido diante do desafio das urnas, aumentando suas bancadas e conseguindo vitórias significativas em vários Estados importantes: Paraná (José Richa), Minas Gerais (Tancredo Neves), Rio de Janeiro, São Paulo – com a eleição para governador de André Franco Montoro. Ao contrário das previsões, o número de votos em branco e nulos diminuiu. No Rio de Janeiro, a maior derrota: Leonel Brizola vence as eleições enfrentando não somente seu principal adversário, Wellington Moreira Franco (PDS), mas vencendo inclusive o esquema de fraude eleitoral que incluía membros do SNI e a empresa responsável pela apuração dos votos, a *Proconsult*.

Além de protestos estudantis e greves, o governo Figueiredo enfrentou outros obstáculos no caminho da abertura, que seria concluída em 1985. Ciente da existência de graves problemas econômicos, como o déficit na balança de pagamentos e o retorno da inflação a níveis inéditos desde 1964, o Presidente João Batista Figueiredo advertiu a população sobre a necessidade de se adotar uma “economia de guerra”. A tendência de queda do PIB era utilizada pelos opositores nos ataques ao governo militar, exigindo o aceleramento do processo de transição.

Ao mesmo tempo, o governo batia de frente contra a radicalização das ações de grupos ligados à comunidade de informações, que não desejavam o retorno da democracia e o desmonte do aparelho repressor. Os atentados à bomba

se alastraram pelo território nacional. Das bombas em bancas de jornal que vendiam pasquins de esquerda àquela que vitimou a secretária do presidente do Conselho Federal da OAB, Lida Monteiro da Silva – o objetivo era inviabilizar o processo de redemocratização do país. Depois de diversas cartas-bombas, os militares de "linha-dura" pareciam determinados a elaborar uma ação de maior envergadura: instalar e detonar bombas em meio ao show em homenagem ao dia do trabalhador, que aconteceria no Riocentro no dia 30 de abril de 1981. Não contavam que o artefato explodiria ainda sob a posse do sargento Guilherme Pereira do Rosário, especialista em explosivos, que estava em um carro acompanhado do então capitão Wilson Dias Machado, que acabou gravemente ferido. A morte de Rosário e os protestos da sociedade civil não resultaram no esclarecimento do caso. O governo optou por arquivar o caso, por falta de evidências no Inquérito Policial Militar que se seguiu, o que levou à renúncia do insatisfeito Golbery do Couto Silva, que alegou para a imprensa "divergências irreconciliáveis".

O último grande obstáculo a ser superado era a mobilização pública diante da proposta de antecipação das eleições diretas para o Executivo nacional no ano de 1985. Embora inicialmente não tenha obtido grande repercussão no Congresso, a emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB) progressivamente mobilizou a opinião pública e as lideranças parlamentares de oposição, assim como alas governistas que, de algum modo, estavam insatisfeitas com o regime.

As "Diretas Já" mobilizaram as principais lideranças civis de oposição ao regime. Participaram também figuras públicas com muita exposição na mídia, o que facilitou a

repercussão do movimento. Lá estavam cantores como Fafá de Belém, o narrador esportivo Osmar Santos (que se tornou a "voz oficial" das Diretas) e também jogadores de futebol. Estes, vistos como alvo de manipulação dos políticos nos casos da Copa do Mundo de 1970 ou na criação/ampliação do Campeonato Nacional de Clubes ("onde a Arena vai mal, um time no nacional"), são os maiores focos de difusão das "Diretas Já", sendo o episódio da Democracia Corinthiana[461] um exemplo de resistência ao *status quo* ligado ao esporte.

Mesmo reunindo cerca de trezentas mil pessoas em Belo Horizonte, mais de quinhentas mil na Praça da Candelária no Rio de Janeiro e cerca de um milhão na Praça da Sé em São Paulo, a emenda Dante de Oliveira não foi aprovada por falta de quórum. Medidas como a decretação do estado de emergência em Brasília e seus arredores no dia da votação, dificultaram a presença de congressistas que temiam um novo fechamento do regime, ou simplesmente não conseguiram chegar ao Congresso. O envio de proposta de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para Presidente em 1988 – saída honrosa para os parlamentares contrários à emenda Dante de Oliveira, que naturalmente eram acusados de antidemocráticos, também pesaram no desfecho melancólico da maior mobilização política do povo brasileiro em sua história.

Realizadas de maneira indireta, as eleições presidenciais de janeiro de 1985 começaram a ser disputadas ainda em 1984, quando da escolha dos candidatos à sucessão de Figueiredo. No PDS, o nome do ministro do Interior e deputado Paulo Maluf desagradou diversos setores, incluindo aquele liderado pelo próprio presidente da legenda, José Sarney, que optou por se retirar do partido e

negociar o seu apoio aos opositores, quando Maluf venceu as prévias do PDS. Uma ampla coalizão formou a “Aliança Democrática”, que indicou o nome de Tancredo Neves para a Presidência da República e, para vice, escolheu José Sarney, que trouxe consigo numerosos dissidentes do PSD.

No dia 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves para a Presidência, com 480 votos, contra apenas 180 de Paulo Maluf[462]. A euforia em torno da escolha de Tancredo, contudo, durou muito pouco. Na véspera da posse, o Presidente eleito foi internado com fortes dores abdominais, num caso grave de diverticulite. Recebia a faixa de Presidente um político que estivera ao lado dos militares ao longo de quase todo o regime, sendo confirmado como o primeiro Presidente civil após a morte oficial de Tancredo, no simbólico dia 21 de abril. Iniciava-se a Nova República (1985-...) sob a presidência do arenista, ex-presidente do PDS, José Ribamar Sarney.

8.2 A economia do Regime Militar

O PAEG. As origens do “Milagre” Econômico.

O que explica o Milagre? O choque do Petróleo e o 2o PND.

O segundo choque do Petróleo e a Década Perdida.

O golpe militar encerrou o debate entre os estruturalistas cepalinos e os liberais, que haviam caracterizado a sociedade brasileira desde meados dos anos quarenta. O embasamento econômico das Reformas de Base tinha matriz cepalina estruturalista. Celso Furtado defendia a necessidade da Reforma Agrária para induzir a sofisticação

e o aumento do poder de compra do mercado interno. A superação das condições de dependência de uma matriz agrária exportadora dependia da igual superação do quadro de desigualdade por meio de significativa intervenção do Estado, só assim o Brasil retomaria suas taxas de crescimento historicamente acima de 6% que se haviam estagnado desde 1963.

Abril de 1964 significava a vitória da tese de Eugenio Gudin de que não se deveria misturar política e economia. Tal vitória se consubstanciava com a nomeação de Octávio Gouveia de Bulhões para o Ministério da Fazenda do governo Castelo Branco e de Roberto Campos para o Planejamento. Era a ascensão da tecnocracia sobre o que Gudin chamava de "populismo econômico" da República Sindical, representada por Juscelino e João Goulart. Os populistas provocavam irresponsavelmente a inflação por meio de uma política demagógica creditícia, fiscal e salarial. Tal leviandade precisava ter fim, acreditavam. Era necessário dotar a moeda de estabilidade e estancar a inflação. Urgia remover os entraves à livre-iniciativa do empresariado, diminuindo o papel do Estado.

Imediatamente foi aprovado um novo orçamento, que estabelecia o corte de gastos do governo com o objetivo de reduzir o déficit do Estado, e elaborou-se um plano para o biênio 1965-66, que recebeu o nome de PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) e que tinha característica explicitamente anti-inflacionária. Seriam liberadas as tarifas públicas subsidiadas (inflação corretiva, no câmbio, na gasolina, no trigo). Seria ainda essencial o ajuste da política creditícia, que naturalmente foi limitada, além de uma ampla Reforma tributária e salarial.

Dentre as medidas de reorganização e ajuste macroeconômico do PAEG, estão a criação da Correção Monetária (1964), a aprovação do Código Tributário Nacional (1966), a criação do Banco Central (1965), que substituía a SUMOC e, por meio do Conselho Monetário Nacional, assumia as funções macroeconômicas mais amplas. Para financiar o setor público sem o emissionismo inflacionário, foi revogada a Lei de Usura de 1933, que limitava os juros a 12% ao ano, e foram criadas as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que estimulavam o investimento privado no financiamento público, antes desestimulado, já que a inflação corroía o valor dos títulos governamentais impedidos de pagarem juros maiores que 12%. Separaram-se as funções bancárias em instituições empresariais distintas (bancos de investimento, bancos comerciais, financeira, seguradoras), e adotou-se uma fórmula que despolitizasse ao máximo as negociações salariais, estimando a inflação pela média. Como a estimativa era sempre subestimada, o resultado foram reajustes constantemente abaixo da inflação provocando um achatamento salarial que contribuiria para o acirramento da desigualdade, característica do período.

A criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) ainda encerrava a estabilidade de emprego que vinha desde a CLT, ao flexibilizar a demissão de empregados pelas empresas. Antes indenizado pelos patrões, o novo modelo criava uma poupança forçada na qual o próprio empregado financiava parcialmente sua indenização em caso de demissão. Como o Fundo só poderia ser sacado em circunstâncias específicas, como dispensa ou aposentadoria, tornou-se instrumento privilegiado de financiamento público, sobretudo para o setor habitacional por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Além disso, para

estimular ainda mais a atração do capital estrangeiro foi reformada a Lei de Remessa de Lucros já em 1964.

As medidas não foram suficientes para liquidar com a inflação que, embora se tenha reduzido, continuava acima dos 40% ao ano na média do governo Castelo.

Ano	1963	1964	1965	1966	1967
Inflação	78%	90%	58%	38%	27%

Naturalmente, essas medidas foram significativamente impopulares. Os Atos Institucionais, a Lei Suplicy (1964), o fechamento da UNE, a ampliação do mandato presidencial de Castelo, o fechamento do Congresso em 1966, entre outras medidas evidenciavam o fechamento crescente de um Regime que declarava ter a intenção de devolver o poder aos civis, mas que vivia um debate interno ferrenho, no qual a ala castelista da Sorbonne acabou derrotada pelos militares nacionalistas que desejavam a perpetuação do regime e eram representados pela candidatura do Ministro do Exército, o general Costa e Silva. Para apoiar Costa e Silva, Castelo exigiu a manutenção do cumprimento das metas do programa de ajuste.

O novo Presidente eleito pelo Congresso em outubro de 1966 assumiria a presidência em 15 de março de 1967, sob o signo do baixo crescimento, da inflação ainda não controlada e da crescente oposição ao regime, inclusive por setores que haviam apoiado o golpe (Lacerda, por exemplo) e que se articulavam pelo retorno à democracia.

Por um lado, a crescente contestação ao regime – mobilização estudantil, formação da Frente Ampla, insatisfação dos sindicatos – e por outro, a chegada de um

novo grupo de nacionalistas ao poder fez com que progressivamente se fossem abandonando as diretrizes de uma política econômica que em 1967 parecia que seria mais do mesmo. Diretrizes de redução do peso do setor público e estímulos para dotar de mais dinamismo o setor privado, considerado pelos liberais o indutor natural do crescimento.

Antônio Delfim Netto, o novo Ministro da Fazenda, secundado por Hélio Beltrão no Planejamento, tiveram que dar conta da crescente politização das diretrizes econômicas adotadas. O país precisava crescer para fazer frente às demandas internas do regime[463] e também da sociedade. Roberto Campos chamou de a “legitimação pela eficácia”, diretriz que viria a permear toda a política econômica do país ao longo da vigência do regime, e favorecer que se negligenciassem outras esferas, desde que o crescimento econômico fosse alcançado.

O anseio pelo crescimento se dava no explosivo ano de 1968, quando o regime precisou usar de força para reprimir manifestações estudantis que acabaram extravasando para diversos outros setores da sociedade – artistas, jornalistas, operários – chegando até o Congresso Nacional no caso do discurso de Márcio Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas[464]. Ainda que não haja significativa relação causal entre as duas coisas, o fato é que o AI-5 e o Milagre vieram juntos. Uma vez viabilizado o crescimento, naturalmente legitimava-se o regime e seus excessos, transformando o crescimento em retórica de propaganda, sobretudo no governo Médici, que assume após o afastamento de Costa e Silva, vítima de um derrame cerebral. Em seu governo intensifica-se a repressão.

Delorme Prado e Sá Earp sugerem que o “Milagre” pegou de surpresa a equipe econômica liderada por João Paulo dos Reis Velloso, o novo Ministro do Planejamento, e Delfim Netto que permanecia a frente da pasta da Fazenda. No Plano Estratégico de Desenvolvimento do governo Costa e Silva, em 1967, previa-se um crescimento otimista da ordem de 6%. Tanto nas “Metas e bases para a ação do governo” de setembro de 1970 quanto no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) de 1971, propunham-se taxas de crescimento ainda mais ambiciosas e arrojadas: 9% ao ano, que levariam o país ao estágio de desenvolvimento pleno. Não percebiam, argumentam estes autores, que as taxas de crescimento desde 1968 já ultrapassavam a casa dos dois dígitos.

Ano	**63**	**64**	**65**	**66**	**67**	**68**	**69**	**70**	**71**	**72**	**73**	**74**
Crescimento do PIB	1%	3%	2%	7%	4%	10%	10%	10%	11%	12%	14%	8%

A expressão “Milagre”, que já fora usada para caracterizar o inesperado crescimento alemão do pós-guerra e japonês da década de 1970, passava agora a se aplicar ao Brasil. O entusiasmo provocado por tal índice de crescimento levou ao surgimento nos Estados Unidos de cátedras para estudar o Brasil em diversas universidades e a formação de um grande número de brasilianistas em várias áreas de conhecimento. Todos queriam explicar o Brasil. Mas o que explica o milagre?

Várias coisas. A partir de 1967, o governo canaliza todo seu esforço macroeconômico para alcançar altas taxas de crescimento em um contexto sistêmico imensamente favorável à obtenção de créditos. No plano internacional, o Japão crescia a taxas próximas de 10%. A Itália e a

Alemanha mais que 6%. O mercado financeiro europeu crescera quinze vezes em uma década (de 12 para quase 200 bilhões de dólares em 1973), permitindo que governos e empresas tomassem empréstimos em dólar em praças europeias – as euromoedas – que não eram controladas ou reguladas por nenhum governo. O combate à inflação não se faria mais pela contenção ao crédito, mas pelo controle de preços dos segmentos menos competitivos da economia até que se tornassem competitivos. O aumento das vendas financiadas por créditos governamentais compensaria o menor preço.

Outros setores nos quais houve enorme investimento do governo foram o da habitação e o das grandes obras públicas ou das empresas públicas, previstas no PND. Transporte, Energia, Comunicações, Petroquímica, Mineração, Siderurgia e Construção Naval foram estimuladas por meio da redução tarifária e do subsídio à importação de máquinas e insumos. Os recursos do FGTS financiaram o maior programa de construção de habitações populares da história, via BNH, e o DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagens), que organizava a ampliação da malha rodoviária do país, estimulando todas as frentes possíveis à construção civil.

As medidas tomadas durante o mandato de Castello para separar por segmentos os bancos foram, na prática, ultrapassadas pelo imenso nível de concentração que se deu no setor bancário brasileiro durante o período do Milagre. Era necessário fortalecer as instituições financeiras privadas, dotando-as da robustez necessária para implementar o extenso programa de crédito proposto pelo governo para o setor produtivo. O número de bancos caiu para a metade em três anos (1967-70).

Crédito agrícola e subsídios para abastecimento do mercado interno e para a exportação[465]. Crédito para o consumidor final adquirir bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis e eletrodomésticos. Créditos para a exportação de manufaturados que subiram de 20% para 31% do total das exportações brasileiras entre 1966 e 1973. Desburocratização, redução de impostos, subsídios, valia tudo para melhorar o comércio exterior brasileiro que, de fato, quase quintuplicou[466].

A redução das tarifas médias de importação de cerca de 47% para menos de 20% vinha acompanhada ainda de medidas adicionais de subsídios e incentivos, sobretudo para a importação de máquinas que pudessem permitir a continuação do ritmo de crescimento acelerado, quando se esgotou, em 1970, a capacidade ociosa da indústria nacional. A partir daí o papel do Estado, por meio do Conselho do Desenvolvimento Industrial e, sobretudo, dos financiamentos do BNDE, foi no sentido de aumentar a estrutura industrial pela implantação de novas unidades produtivas. Isso se deu por meio de investimento externo – mais que dobrou no governo Médici – mas, igualmente pela ação indutora do Estado, que era facilmente financiável no contexto internacional de então, aumentando o endividamento brasileiro.

A pressão sobre o endividamento advinha ainda do déficit na balança comercial brasileira, que ocorre quando as importações ultrapassam o valor das exportações em meados do governo Médici. Naturalmente, o endividamento não era uma preocupação antes de 1973. Ninguém imaginava que uma crise econômica internacional estava na antessala do Milagre, e que, por conta dela e do aumento dos juros, a dívida brasileira triplicaria em cinco anos.

Na década de 1970, não era possível fazer um diagnóstico despolitizado da economia brasileira em meio à repressão violenta dos "anos de chumbo". Qualquer crítica à política econômica era considerada crítica ao regime e vista como um instrumento político da oposição para enfraquecer os militares. A "legitimação pela eficácia" contagiava todo o debate sobre as virtudes e malefícios do "Milagre".

E o malefício óbvio e até hoje debatido pelo conjunto da sociedade brasileira foi seu legado concentrador. Ficou como herança a enorme desigualdade que ele produziu e que foi denunciada pelo presidente do Banco Mundial e ex-secretário de Estado Robert McNamara, em 1972, na reunião da UNCTAD no Chile. Os dados eram de Albert Fishlow, economista norte-americano especializado em Brasil, mas já estavam disponíveis nas conclusões do censo de 1970. O aumento da desigualdade suscitou enorme debate entre as correntes de economistas, que naturalmente não eram neutras, assumindo posições a favor e contra o governo.

Maria da Conceição Tavares, José Serra e, pouco depois, Celso Furtado, revendo suas teses, acabaram por defender que o modelo perverso de crescimento brasileiro incorporava o aumento da desigualdade estruturalmente. Tratava-se de característica inerente do sistema financiar o consumo e ampliar a renda de apenas algumas camadas da sociedade – incluídas aí as classes médias urbanas. Era a *Belíndia*, da alegoria satírica de Edmar Bacha. A acumulação de capital em setores como construção civil e o dinamismo concentrado em setores estratégicos favorecia o crescimento sem distribuição de renda. Para Furtado, o achatamento salarial acabava tendo seu impacto minimizado pelo aumento absoluto no número de empregos

na conformação do mercado consumidor. Além disso, a exportação compensava a demanda fraca.

Carlos Langoni em estudo encomendado pelo governo responde aos críticos defendendo que a desigualdade era provisória e característica típica das economias em crescimento acelerado. Discriminados os setores da economia brasileira por meio de dados específicos do censo, Langoni percebia que nos setores de baixa renda – os trabalhadores rurais e a mão de obra com baixa escolaridade – a desigualdade também era menor. A desigualdade mais alta era característica exclusiva do setor que congregava trabalhadores urbanos e mais escolarizados. Assim, tratava-se de uma desigualdade positiva por evidenciar a transição de numerosos grupos de trabalhadores das bolhas de atraso para a economia moderna. A desigualdade seria superada paulatinamente mediante educação da força de trabalho. O aumento geral da renda também compensava a desigualdade.

O estudo de Langoni é sintetizado na magnífica e conhecidíssima frase de pâtisserie enunciada por Delfim Netto. A metáfora do “bolo” que cresce antes de ser comido, combinava perfeitamente com a *physique du rôle* do Ministro que seria substituído pelo novo Presidente, Ernesto Geisel, em 1974.

Geisel pertencia a outro grupo político – era o retorno dos castelistas ao poder – e nomeou Mario Henrique Simonsen para o Ministério da Fazenda. Foi Simonsen quem teve que lidar com a conjuntura sistêmica desfavorável após o primeiro choque do Petróleo por conta da reação da OPEP à intervenção ocidental na Guerra do Yom Kippur em outubro de 1973. O embargo durou até março de 1974, quando Geisel tomava posse na Presidência, mas a OPEP percebeu

o controle efetivo que tinha dos preços e o petróleo não fez senão subir – doze vezes até o fim da década – provocando uma diminuição nos ritmos de crescimento dos países desenvolvidos e um aumento considerável nos juros dos empréstimos internacionais por conta da conjuntura de instabilidade. Tal conjuntura, sinalizada pelo abandono unilateral no governo Nixon dos acordos de Bretton Woods desde 1971, encerrava o *boom* de estabilidade e crescimento global que existira no quarto de século desde o pós-guerra. O novo mundo era mais instável e as taxas de juros, flutuantes.

Ainda que o novo governo representasse outra facção política, a “legitimação pela eficácia” tinha um apelo político fortíssimo e, nas Forças Armadas, formadas no espectro ideológico do positivismo, ainda mais. Ao contrário do que acontecia na Argentina, onde as Forças Armadas se vincularam ao modelo liberal em oposição ao peronismo estatista, no Brasil, desde o Estado Novo, os militares sempre foram um grupo importante vinculado ao consenso que a ideia de desenvolvimentismo conseguira (ver Catherine Sikkink).

A escolha entre estabilização e crescimento não era mais possível, e coube a Simonsen acirrar o intervencionismo do Estado para viabilizar, enquanto possível, os índices de crescimento que legitimavam o regime. Tratava-se de pisar fundo no acelerador enquanto ainda restasse gasolina, e isso se deu por meio do maior programa de intervenção estatal já aplicado até então, o 2o PND (1975-1979), último grande plano do ciclo desenvolvimentista. Seus focos eram os insumos básicos da indústria, os alimentos, os bens de capital e, sobretudo, no setor de energia.

Geisel havia sido presidente da Petrobras e vivera de perto o problema da dependência brasileira do petróleo. O Brasil precisava nacionalizar a produção e o refino, e investiu pesadamente em pesquisa e prospecção neste período. É em seu governo que começam os trabalhos para a exploração do petróleo em águas profundas, tecnologia da qual o Brasil é hoje uma das lideranças. É também objetivo explícito do PND a diversificação da matriz energética por meio da incorporação da energia nuclear por meio de acordos internacionais e do Proálcool[467]. As taxas de crescimento se mantinham altas, mas agora eram oscilantes e não mais estáveis.

Ano	**1974**	**1975**	**1976**	**1977**	**1978**	**1979**
Crescimento do PIB	8%	5%	10%	5%	5%	7%

O financiamento desta enorme gama de inversões vinha do BNDE e do endividamento. O crédito continuava fácil – os petrodólares – mas as taxas de juros eram uma bomba relógio, que explodiria na década seguinte. O segundo choque do petróleo, consequência da paralisação da produção iraniana durante a revolução xiita de 1979, agravaria ainda mais a situação do governo que sucederia Ernesto Geisel[468].

O quadro externo agravar-se-ia ainda mais com o aumento dos juros do FED, o banco central americano, num movimento que Maria da Conceição Tavares chamou de “a retomada da hegemonia do dólar”. Para superar a estagflação americana dos anos 1970, Paul Volcker, o presidente do FED, aumentou em mais de 10% os juros básicos da economia americana, que chegaram a um pico de 21,5% em 1981, primeiro ano do governo de Ronald Reagan, que renovou a indicação de Volcker, um democrata

apontado originalmente por Jimmy Carter em 1979, para o FED. Com contratos de juros flutuantes, os países da América Latina se viram às voltas com uma situação de dívida impagável. No caso do Brasil, a dívida ultrapassou a casa dos 100 bilhões de dólares, o que levaria à moratória em 1982.

Além da diminuição drástica dos índices de crescimento, o governo Figueiredo viu disparar a inflação que saiu de 40% ao ano para quase 230%, caracterizando a hiperinflação. O governo americano exportara para a América Latina a estagflação.

Ano	**1980**	**1981**	**1982**	**1983**	**1984**
Crescimento do PIB	9%	(-4)	1%	(-3)	5,50%
Ano	**1985**	**1986**	**1987**	**1988**	**1989**
Crescimento do PIB	8%	7,50%	3,50%	Zero	3%

A criação do Fundo de Investimento Social era uma tentativa do governo Figueiredo de dar conta das críticas de abandono da questão social, que naturalmente surgiam em um contexto de diminuição do crescimento e da grande seca do nordeste de 1981. Saúde, educação, alimentos e financiamento ao pequeno produtor, cujo slogan era “Plante que o João garante” eram os focos do FIS que conseguiu reduzir o preço dos alimentos básicos.

A situação da economia começou a melhorar em 1984 com o retorno do crescimento, estimulado pela crescente abertura da economia americana sob Reagan, que favoreceu o superávit da balança comercial brasileira, mas a inflação ainda demoraria uma década para ser superada, o que fez o Brasil ser a única economia da história a viver um década inteira sob hiperinflação ao ponto de que isso foi

normalizado e institucionalizado no sistema financeiro brasileiro.

8.3 Da Interdependência à Diplomacia do Interesse Nacional

As concepções da Política Externa
Brasileira no Regime Militar.
Castelo Branco: o passo fora da cadência.
A Diplomacia da Prosperidade do Governo Costa e Silva.
Médici e a Diplomacia do Interesse Nacional.

O apoio dos Estados Unidos ao Golpe Civil-Militar de abril de 1964, assim como a passagem de seus principais protagonistas pela ESG (Escola Superior de Guerra), favoreceu a recuperação da lógica de engajamento e a concepção de uma ordem internacional com a hegemonia estadunidense, nos moldes do que se tinha verificado nos governos Dutra e Café Filho[469]. Trata-se de um dos poucos momentos na história de nossa política externa em que é consensual que os traços de ruptura suplantaram os elementos de continuidade. Abandonam-se as principais ideais da Política Externa Independente, que tinha sido iniciada pela UDN na gestão de Afonso Arinos como Ministro das Relações Exteriores do Governo Jânio Quadros.

A partir de Castelo, tentativas de integração com os países sul-americanos através da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) e de oposição ao liberalismo econômico, que nortearam as ações do Itamaraty no início dos anos 1960, perdem peso em nome do foco na segurança hemisférica[470]. Isso não significa que tenha havido abandono da ideia geral de que a política externa estaria a serviço do desenvolvimento. Mas a forma

como este objetivo seria alcançado difere sob os novos mandatários. A partir do golpe, o projeto é baseado no liberalismo e na entrada de capitais externos no campo econômico, com adesão à lógica mais ampla de uma doutrina de segurança hemisférica. Além do apoio aos norte-americanos na defesa do Ocidente, "consoante os parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas"[471]. A ideia era atrair desta forma:

> A marca registrada dessa reflexão era a rigidez que imputava à bipolarização do sistema internacional. Sob essa ótica maniqueísta, rejeitava a possibilidade de uma opção fora do Ocidente (ciência, democracia e cristianismo) e do mundo comunista (totalitarismo e ateísmo). O bloco afro-asiático e os não-alinhados nada mais representavam do que opções ainda hesitantes pelo comunismo[472].

Tal maniqueísmo, no entanto, terá vida curtíssima. O peso institucional do Itamaraty, bem como a chegada de um novo grupo político ao poder na sucessão de Castelo Branco em 1966-7, trouxe de volta uma boa dose de nacionalismo à nossa forma de inserção internacional. Este modelo de inserção mostrou-se equivocado até mesmo para os setores mais à direita do regime. O alinhamento com os Estados Unidos mais uma vez não viabilizaria os anseios econômicos do país, que abandonou a lógica preta e branca do tabuleiro de xadrez geopolítico global e começou, a partir do governo Costa e Silva, a perceber os tons de cinza, como veremos.

Governo Castelo Branco (1964-1967): O Passo fora da Cadência

Ainda no brevíssimo mandato do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, é indicado para assumir o Ministério das Relações Exteriores o embaixador Vasco Leitão da Cunha, que afirmou pouco depois em discurso no plenário da XIX Assembleia Geral da ONU que a Revolução

de 1964 resultara “num grande movimento de renovação nacional”. Vasco era diplomata de carreira e havia trabalhado com Octávio Mangabeira no governo Washington Luís. Seu posto anterior tinha sido Moscou, logo depois do reatamento das relações diplomáticas em 1962, um dos marcos da PEI. Sua gestão à frente do Ministério seria justamente no sentido de contribuir com o desmonte do globalismo da Política Externa Independente, ainda que tenha tido papel importante de proteger o Ministério dos expurgos de funcionários no novo regime.

Castelo Branco em discurso aos formandos do Instituto Rio Branco criticou a “política da independência” exercida pelo governo de seu antecessor, deixando suas intenções evidentes. Em seu discurso, o Presidente afirma que:

> No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. (...) O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos, com o da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições de nosso tempo bem como aos problemas de nossos dias. Será esta a política externa da revolução[473].

Com isso fica patente a prioridade dada às relações bilaterais com os Estados Unidos. A cooperação na defesa estratégica do hemisfério coordenada pelos estadunidenses fortaleceu a ideia de segurança coletiva. A frase proferida por Juracy Magalhães, então Embaixador brasileiro em Washington, que sucederia Vasco Leitão no Itamaraty em 1966 é marca desta opção[474]. Enquanto no contexto internacional as relações entre as potências caminhavam para o aprofundamento do diálogo, durante longo período

de diástole, o governo brasileiro apostava, erroneamente, no acirramento da bipolarização mundial.

De um modo geral, o novo governo, principalmente pelo apoio dos Estados Unidos ao golpe, não teve maiores problemas de legitimidade internacional e teve o reconhecimento quase que imediato de Washington e de quase todos os países americanos, à exceção da Venezuela e do México, que alegaram impedimento para reconhecer regimes não democráticos (Doutrina Bettancourt na Venezuela) ou instituídos pela força (Doutrina Estrada no México). Em ambos os casos, os representantes no Brasil foram convocados. O governo mexicano reconheceu o Brasil apenas em junho, e o venezuelano apenas no final de 1966.

Deixando de ser vidraça para se tornar pedra, o Brasil, agia do mesmo modo, e rompia relações diplomáticas com o governo de Fidel Castro em 2 de maio de 1964. Declarava o Brasil que quando assumiu a forma "marxista-leninista, o governo de Cuba se excluiu, *ipso facto*, da participação no sistema americano"[475].

O estilingue de Castelo Branco, infelizmente, não parou em Cuba. Esticou ainda mais a corda, rompendo com uma longa tradição republicana de não intervenção nos assuntos internos dos países da região, quando decidiu que em nome da "fidelidade cultural e política ao sistema democrático", o Brasil participaria da fatídica Operação *Power Pack*, com envio de tropas brasileiras à República Dominicana em suporte ao governo golpista que derrubara Juan Bosch no final de 1963[476]. Interpretações acerca dos objetivos brasileiros na participação militar vão além de uma simples demonstração de alinhamento aos EUA, mas sim dar contornos coletivos a segurança continental, restringindo

uma possível intervenção unilateral da potência hegemônica.

O Brasil parecia querer compartilhar com os americanos o papel de polícia ideológica continental, dando a nossos vizinhos a impressão de uma *gendarmerie* associada, como ficaria claro durante a X Reunião de Consulta da OEA. Neste encontro, criou-se a Força Interamericana de Paz (FIP), cujo comando foi entregue ao general brasileiro Hugo Penasco Alvim. Mil cento e cinquenta homens das Forças Armadas brasileiras compuseram a Faibras, atuando junto com tropas de Honduras, Paraguai, Nicarágua e Costa Rica. Protestos foram realizados pelo México, Chile, Venezuela, Peru e Uruguai, que criticaram ferozmente este projeto de OTAN latino-americana. A iniciativa foi bastante prejudicial à imagem brasileira, e o governo seguinte recuaria nesta decisão.

Nas relações com a Argentina, o “espírito de Uruguaiana” já havia sido fortemente abalado com o golpe militar que derrubou o Presidente Arturo Frondizi em 1962. De tranquilas e positivas, as relações vão se tornando crescentemente tensas, e o motivo para estas tensões é justamente a crescente aproximação da ditadura militar brasileira com o regime autoritário paraguaio liderado por Alfredo Stroessner. Era o retorno da hegemonia brasileira sobre o vizinho mediterrâneo que nas últimas seis décadas não passara de um satélite argentino. Simbolizam esta aproximação entre Brasília e Assunção a inauguração, em março de 1965, da Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu e a assinatura da Ata das Cataratas (1966), que acertam a questão em relação às pretensões recíprocas no Salto das Sete Quedas e o aproveitamento comum dos recursos hidroelétricos do Rio Paraná.

Os desdobramentos da Ata das Cataratas engendrariam quase uma década de tensões bilaterais entre brasileiros e argentinos na controvérsia que envolveu a construção da Usina de Itaipu, que prejudicava o projeto argentino de uma hipotética, e até hoje não construída, Usina de Corpus também em acordo com os paraguaios.

O Brasil rompera relações diplomáticas com Cuba, mas decidira não fazer o mesmo com a URSS. Muito pelo contrário. Por iniciativa do Ministro do Planejamento Roberto Campos, houve incremento das relações comerciais entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS. Em 1965, Campos visita à URSS junto a empresários brasileiros e, no ano seguinte, assina um protocolo sobre o fornecimento de maquinaria e equipamentos da União Soviética ao Brasil. Tal aproximação naturalmente não significava qualquer endosso ideológico. Rompidos como estavam soviéticos e chineses, o Brasil se aproximava dos primeiros, mas mantinha distância dos segundos. Acusados de fomentarem ações subversivas no Brasil, nove membros do escritório comercial chinês são expulsos do país após semanas de detenção, contrastando com a calorosa e efusiva recepção que o então Vice-Presidente João Goulart recebera em Pequim menos de quatro anos antes. Para a América ou para a Ásia, o anticomunismo dos novos donos do poder significava ruptura com o pragmatismo de uma Política Externa globalista, que eram as conquistas da PEI após décadas de americanismo. Era a vitória militar das ideologias sobre os interesses.

Nem todos os elementos ideológicos eram negativos à imagem internacional do Brasil. Da leitura de Antonio Carlos Lessa, percebe-se a significativa melhoria nas relações do governo brasileiro com a Europa ocidental. A visita de

Charles De Gaulle ao Brasil em 1965, a primeira de um chefe de Estado francês, é sintomática dos esforços de superação dos contenciosos herdados do regime anterior, como a “Guerra das Lagostas” (1963). No mesmo ano, o Brasil recebia a visita do Presidente da República Federal Alemã. Encerrava-se um longo período de *parceria bloqueada*.

Um exemplo das boas gestões brasileiras junto aos franceses foi o envio de missão negociadora a Paris para encaminhar – com urgência – a compra de todos os títulos da Companhia Vitória-Minas ainda em circulação no mercado de valores francês. Gesto que surpreendeu o *Quai d’Orsay* e contentou os obrigacionistas das empresas que estimulavam o contencioso com o Brasil. Lograva então o governo brasileiro desmobilizar as pressões sociais, que se abatiam sobre o governo francês, conforme ensina Lessa. Esta e outras medidas acabariam por melhorar a imagem do país no exterior em curto prazo[477].

Já em relação à África, dota-se de novo conteúdo as relações com o continente. A importância comercial e política que o continente africano tinha ganhado sob Afonso Arinos e a PEI será subordinada a uma crescente securitização da agenda bilateral com os países recém-independentes. Não é que a África tivesse perdido relevância, mas sua relevância agora era encarada sob um novo prisma. Com Castelo Branco, o temor de uma possível influência comunista no Atlântico que pudesse alcançar o Brasil levou à tese de que seria preciso promover a “imunização” das recém-independentes nações africanas contra os perigos do comunismo. Esta lógica de securitização da agenda africana tinha, naturalmente, a influência da ESG e de seus teóricos geopolíticos,

sobressaindo Golbery do Couto e Silva, diretor do SNI. Segundo José Flávio Sombra Saraiva:

> O Atlântico africano, incluído na área do "semicírculo interior", que se estendia na direção do Atlântico e da África na extensão de 10.000 km do ponto central do Brasil, deveria estar sob a permanente observação. E a melhor observação seria oferecida pela dimensão geopolítica e pela prática segura do governo de 1964. (...) Essas noções não eram exclusivas aos oficiais da Escola Superior de Guerra. O medo dos militares brasileiros que a África "caísse em mãos hostis" requeria o alerta permanente também da Marinha. Altas patentes desta arma compartilhavam aquela espécie de Doutrina Monroe africana construída de fora para dentro do Continente por elites políticas que nunca haviam pisado em solo africano [478].

Pretória e Lisboa assumiriam, neste contexto, posições relevantes no sistema de defesa do Atlântico. A "missão civilizatória" portuguesa era invocada por Castelo Branco para reconhecer que a política externa para a África tinha dois grandes campos: o da África independente e o da região cuja presença portuguesa ainda implicava a permanência de laços coloniais. Era ainda a herança do lusotropicalismo freyreano. Ao sul do Atlântico, o comércio com a África do Sul, então o principal parceiro africano do Brasil, era incrementado.

A visita já acertada nos tempos de João Goulart (1961-1964) do Presidente Léopold Senghor ao Brasil se converteu em oportunidade de ser um ponto de partida para esta imunização. Visto como um moderado, muito mais intelectual de esquerda do que político de esquerda, Senghor era o primeiro Chefe de Estado africano a visitar o Brasil[479] e poderia estimular a construção de uma linha de defesa entre Natal e Dacar. Entretanto, poucos foram os resultados práticos desta visita, limitados a acordos de cooperação comercial e cultural[480].

O grande dilema para a política brasileira em relação aos países africanos se expressava multilateralmente. Era perceptível e crescente o poder dos africanos na Assembleia Geral da ONU, o que forçou a adoção de posições contraditórias ao que professava a ideologia da ESG. São exemplos da manutenção do *zigue-zague*, agora alargado para além das possessões portuguesas, o voto brasileiro favorável à Resolução no 2202, que conclamava os membros das Nações Unidas a desencorajar o estabelecimento de relações econômicas ou financeiras com a África do Sul. Ou ainda, quando o Brasil sediou seminário sobre o *apartheid* com participação de 27 países e, naturalmente, com protesto do governo de Pretória. Era o pragmatismo encontrando brechas na valsa torta de Castelo Branco.

Amado Cervo define o governo Castelo Branco como um "passo fora da cadência". Acredita este autor que tal "correção diplomática" dos rumos não era uma política de Estado do Regime Militar, como o senso comum costuma acreditar. Tomou-se por metonímia para todo o período as diretrizes do governo Castelo cujo efeito simbólico foi potencializado pela frase de Juraci. Não é isso que se percebe. Em pouco tempo, são superados os "círculos concêntricos" da ESG e a lógica de alinhamento e interdependência, retomando os militares as tendências nacionalistas que vigorariam até o início dos anos 1990.

Governo Costa e Silva (1967-1969): Diplomacia da Prosperidade

Líder do Comando Supremo da Revolução e posteriormente Ministro do Exército durante o governo Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva assume o poder e promove uma mudança nos principais cargos

dentro do governo. Saíam os militares “moderados” ou “grupo da Sorbonne” e entravam aqueles chamados de “linha-dura”. É um momento de redefinição na política interna e, com isso, a política exterior passará igualmente por mudanças, entendidas como positivas pelos autores que se debruçaram sobre o tema[481].

O escolhido para ficar à frente do Ministério das Relações Exteriores foi o ex-governador de Minas Gerais e um dos gestores civis do golpe, o banqueiro Magalhães Pinto. Recusara Magalhães Pinto o convite de Carlos Lacerda para ingressar na Frente Ampla oposicionista por “ter assumido um compromisso” com Costa e Silva. Permanece à frente do Itamaraty mesmo após o derrame de Costa e Silva, tendo sido mantido no cargo pela Junta Provisória que governou o Brasil entre agosto e outubro de 1969.

Ao assumir o poder, Costa e Silva “reformulou as diretrizes fundamentais da política externa, procedendo à nova limpeza de posições”[482] após o que era considerado um certo fracasso nas tentativas de implementação de um modelo liberal associado aos Estados Unidos na gestão anterior. Os resultados obtidos através da “Aliança para o Progresso” apontavam para números inexpressivos. Era importante alterar os rumos da política exterior brasileira para, com isso, colocar como prioridade o desenvolvimento nacional, no que o próprio Presidente chamara de “diplomacia da prosperidade”.

Em um contexto de arrefecimento da dicotomia Leste-Oeste da Guerra Fria, o Governo brasileiro viu aumentar suas possibilidades de retomar a autonomia perdida no governo anterior. Em discurso na ESG, o chanceler Magalhães Pinto se coloca contra a criação de uma Força

Interamericana de Paz regular, deixando evidente seu princípio de nacionalização da segurança. Tentava conseguir o respaldo das Forças Armadas brasileiras para uma posição mais nacionalista. É responsabilidade de cada país o controle da defesa de seu próprio território. Observava o Ministro que na política externa os interesses nacionais se sobrepõem àqueles de motivações ideológicas. Ele aproveita-se do cenário externo de aproximação entre as superpotências para salientar que mesmo no caso dos Estados Unidos ficava óbvia a prioridade dos interesses sobre a ideologia. Abandonava assim, o Brasil, a lógica ocidentalista. A necessidade, segundo o chanceler, era retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento. Afirmando que "na cooperação para o desenvolvimento vê o Governo brasileiro um caminho para a superação dessa dramática divisão do mundo no sentido Norte-Sul, entre povos ricos e pobres"[483].

Não era de se surpreender que com Magalhães Pinto voltasse o Ministério das Relações Exteriores a ter um comando udenista. Tal qual Afonso Arinos, o novo chanceler era fundador do partido que a ditadura tinha acabado de extinguir. Se o olhar do analista se volta exclusivamente para a comparação entre a política externa do governo militar com a do governo democrático que lhe antecedeu, causa espanto que menos de três anos depois do golpe que depôs João Goulart, boa parte das diretrizes da PEI estivessem de novo no centro da agenda nacional. Se o foco for partidário, o comando do Ministério voltava às mãos da UDN, partido urbano defensor de teses análogas às do PTB em política externa. A prioridade dada ao desenvolvimentismo vinha de ainda mais longe, dos anos de 1930. Durante o Estado Novo, como vimos, Vargas lograra transformar o desenvolvimentismo em política de

Estado, com significativo grau de consenso, o que não foi possível, por exemplo, na Argentina.

Sendo assim, o que se percebe é a retomada de uma tradição mais longa de política de Estado na ação externa do Brasil. O governo Castelo Branco e a ideologia pós-golpe não passou de um hiato, que não conseguiu deixar raízes firmes no Itamaraty.

Nada expressa tão bem a posição nacionalistas do Brasil que as querelas a propósito da assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear. Logo no início do governo a questão nuclear é o tema em destaque.

Para sermos justos, o tratamento não mudara. Desde o governo Castelo, a posição brasileira não aceitava óbices ao uso pelo Brasil de energia nuclear para fins pacíficos. Em fevereiro de 1967 (último mês do governo Castelo Branco), é assinado, na Cidade do México, o Tratado de Tlatelolco para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e Caribe, em que os países signatários afirmam ser "desejosos de contribuir, na medida de suas possibilidades, para pôr termo à corrida armamentista, especialmente de armas nucleares, e para a consolidação da paz no mundo, baseada na igualdade soberana dos Estados, no respeito mútuo e na boa vizinhança[484]". Foram estabelecidos que órgãos como a Organização para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina (OPANAL) e a AIEA seriam responsáveis pela fiscalização dos dispositivos do tratado.

O governo brasileiro utilizou o Tratado de Tlateloco como um "escudo moral" para defender a sua posição diante do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Em 1968, ano em que os franceses testaram seu artefato nuclear, as cinco potências nuclearmente armadas buscaram impedir a

proliferação global de países nuclearizados, o que incomodou o governo brasileiro. Agiu, então, inteligentemente o embaixador Sette-Camara em Tlateloco. A Convenção mexicana era um balão de ensaio para o TNP, cuja iniciativa do chanceler mexicano Garcia Robles mal disfarçava o intuito de servir de procurador dos interesses estadunidenses. O Brasil colocou em Tlateloco uma série de questionamentos à proposta de desnuclearização da América Latina, ao mesmo tempo que se oferecia para assinar imediatamente o tratado, desde que este só entrasse em vigor uma vez cumpridas as "exigências adicionais", oriundas dos questionamentos suscitados pelo Brasil[485]. Tais questionamentos transformaram Tlateloco em um queijo suíço diplomático. Tinha tantas exigências e exceções que não serviu para seu objetivo inicial de desnuclearizar a América Latina, mas passou a servir perfeitamente ao governo brasileiro, desde então, para se defender contra novas exigências de compromissos com a desnuclearização. Afinal, se já éramos signatários de Tlateloco, qual a necessidade de um TNP?

O Brasil não desejava nenhum tipo de limitação a seu acesso à tecnologia nuclear, considerada naquele momento fundamental para o progresso da nação. Assim, o Brasil se recusa a assinar o TNP. A base de sua justificativa está expressa no pensamento de Araújo Castro, Chefe Missão brasileira junto às Nações Unidas, e Ex-Chanceler do governo João Goulart. Este afirmava que a ONU estava defendendo um inaceitável "*congelamento do poder mundial*"[486], ressaltando: "(...) *E quando falamos de poder, não falamos apenas do poder militar, mas também de poder político, poder econômico, poder científico e tecnológico*". Os brasileiros propunham emendas ao texto final do Tratado que não foram aceitas, sendo a principal crítica brasileira a

restrição à disseminação horizontal da tecnologia atômica, mas não o crescimento dos arsenais das potências detentoras (ou seja, o crescimento vertical não era controlado com o mesmo rigor).

Tal posição autônoma do Brasil gerou certo desconforto nas relações bilaterais com os Estados Unidos. Pressões exercidas por Washington no âmbito comercial impuseram dificuldades na comercialização de produtos brasileiros como o café solúvel, têxteis de algodão, cacau ou mesmo o açúcar[487].

No âmbito regional, segue a lógica de aproximação com os vizinhos sul-americanos. O Tratado da Bacia do Prata, assinado em 1969, é um exemplo disso. Seu principal objetivo seria "*promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável*[488]". Seriam, assim, assinados tratados de cooperação entre os signatários do acordo, no caso Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Alguns interesses particulares impulsionavam o Brasil para a assinatura deste acordo – por exemplo, aumentar o comércio bilateral com a Argentina e consolidar a aproximação com o Paraguai, o que resultaria nos estudos do potencial hidráulico do Rio Paraná desde o Salto Grande das Sete Quedas até a foz do Iguaçu.

Com a "Diplomacia da Prosperidade", o Brasil inicia sua trajetória na ampliação dos mercados e na busca por novas parcerias comerciais no continente europeu, assim como incrementar a cooperação com os chamados países em desenvolvimento. A COLESTE, criada ainda no governo João Goulart, passa a chamar-se Comissão de Comércio com a Europa Oriental. Como fruto da visita de Willy Brandt em

outubro de 1968, é assinado o Acordo Geral de Cooperação entre República Federal da Alemanha, no qual se previam o desenvolvimento tecnológico, pesquisas científicas e cooperação nuclear para fins pacíficos com aquele que era o segundo maior mercado para as exportações brasileiras. Além disso, são adensadas as relações bilaterais com a Índia, por meio de visitas diplomáticas e o estabelecimento do primeiro Acordo de Comércio entre o Brasil e a Índia.

As perspectivas pareciam ainda melhores para a África. José Flávio Sombra Saraiva afirma que o governo Costa e Silva inaugura "os anos dourados da política africana do Brasil", que durariam até o final do governo Geisel. Abandona-se a ideia de segurança coletiva e enfatizam-se os laços econômicos[489]. O continente era visto como grande mercado em potencial para produtos brasileiros já que a industrialização nacional agregava cada vez mais valor, e fonte alternativa para a aquisição de petróleo. Antes uma mera divisão, subordinada à Subsecretaria de Europa, agora, a estrutura institucional do Itamaraty evidenciava a crescente percepção da importância africana na PEB com a criação da Subsecretaria dedicada aos assuntos de África e ao Oriente Médio[490].

Contudo, mantendo o contraditório *jogo duplo* que vinha desde JK, as relações com Portugal não somente foram mantidas como aprofundadas neste governo. Rendeu frutos, como a criação do Dia da Comunidade Luso-Brasileira (22 de abril). O maior exemplo desta fraternidade foi inclusão do artigo 199 na Emenda à Constituição brasileira, que alterou o texto constitucional de 1967 e concedeu aos portugueses os mesmos direitos dados aos brasileiros em terras lusitanas.

Na Assembleia Geral da ONU, o Brasil mantinha posição de votar contra as resoluções que condenavam qualquer forma de colonialismo, o que agradava não somente aos portugueses, mas também a África do Sul[491]. Ainda em relação à ex-metrópole, a delegação brasileira votou de forma favorável a Portugal na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Teerã. Isso permitiu que se adensasse a presença comercial brasileira nas colônias portuguesas na África, simbolizada através das viagens do navio Custódio de Mello a Lourenço Marques (hoje Maputo, capital moçambicana) ou mesmo as análises sobre a possibilidade de investimentos do Banco do Brasil em Luanda.

Mesmo contra as recomendações da Comissão Especial de Políticas de Apartheid, o Brasil permite o estabelecimento de um voo semanal da *South African Airways* de Johanesburgo a Nova York com escala no Rio de Janeiro. O estreitamento dos laços econômicos com Pretória era justificado pelos brasileiros, afirmando estes que boicotar o país prejudicaria não só os gestores brancos do país, mas também agravaria a situação dos negros[492].

Governo Médici (1969-1971): Diplomacia do Interesse Nacional

Terceiro Presidente do regime instalado em 1964, Emílio Garrastazu Médici viveu o período de auge do regime. Foram momentos de intensa repressão aos opositores, em especial aqueles que escolheram a via armada. Ao mesmo tempo, vivia o governo militar seu período de maior apoio popular, impulsionado pela propaganda ufanista, pelas vitórias no esporte, mas, sobretudo, pelos índices econômicos favoráveis, proporcionados pelo "Milagre

Econômico”. O Milagre dava a Médici uma aura de legitimidade, que foi aproveitada no plano internacional.

A política internacional do Brasil seguia a serviço do projeto desenvolvimentista e adotou uma postura significativamente pragmática. Priorizou a busca de mercados, investimentos e parceiros comerciais diretos, catapultando o comércio exterior brasileiro, que no período do Milagre quase quintuplicou.

Permanecia contestando o TNP e a estratégia conjunta dos Estados Unidos e da URSS. Araújo Castro era agora o Embaixador do Brasil em Washington – o que dá a dimensão do seu prestígio – onde faria sua famosa exposição sobre o “Congelamento do Poder Mundial”, em junho de 1971, aos estagiários da ESG nos Estados Unidos. O chanceler era Mario Gibson Barboza, que fora chefe de gabinete do Ministro Afonso Arinos de Melo Franco, e participara ativamente da gestação da Política Externa Independente. Barboza criticava o aumento da pobreza na chamada “década do paradoxo” e assim descrevia em linhas gerais a sua “Diplomacia do Interesse Nacional:

> 1) O Brasil defende a mudança das regras de convivência internacional, é contra a cristalização de posições de poder e se recusa a crer que a história se desenrole necessariamente em benefício de uns e prejuízo de outros países;
>
> 2) Consideramos que, à medida que um país cresce, cabe-lhe uma parcela de decisão cada vez maior dentro da comunidade internacional, e não devemos deixar de usá-la em favor dos povos que, como o nosso, aspiram ao progresso;
>
> 3) A verdadeira paz não pode ser identificada como a simples manutenção do *status quo*, como resultado do equilíbrio de poder, nem ser instrumento de ampliação da distância que separa as nações ricas das nações pobres; implica, ao contrário, a mudança das regras do comércio internacional e a alteração do mecanismo de distribuição

> mundial do progresso científico e tecnológico, pois não há verdadeira paz sem desenvolvimento;
>
> 4) Nossa posição é, portanto, de ativa solidariedade com os países em desenvolvimento, competindo à nossa diplomacia estreitar o entendimento com os povos que travam conosco a dura batalha do progresso;
>
> 5) Nossa política externa deve ser global, de íntima cooperação com os países desenvolvidos[493].

Podemos entender um pouco mais sobre os rumos da política exterior brasileira naqueles tempos através do discurso do Presidente Médici durante a inauguração oficial do palácio do Itamaraty em Brasília. Foi em seu governo que o Ministério das Relações Exteriores se mudaria para a capital em 1971. Sobre segurança, afirmou que a diplomacia ocupava importante posto no esquema de proteção da nação e, com relação ao desenvolvimentismo, via como obrigação do diplomata "manter e ampliar o diálogo entre as nações e aprofundar-lhes as alianças, resolvendo ou reduzindo as dissensões internacionais, no interesse da própria segurança nacional"[494].

Ainda em 1969, o Presidente estadunidense Richard Nixon acenava aos países latino-americanos com medidas de facilitação da obtenção de empréstimos através da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID). Tal posição do Presidente republicano não evitou o agravamento das tensões bilaterais durante o governo Médici, como aquele gerado pela recusa brasileira em aceitar o ingresso da República Popular da China na ONU. O ápice dessas tensões ocorre em 1970, quando o Brasil declara unilateralmente, mediante decreto-lei, a ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas. Mesmo sob críticas

dos Estados Unidos, afirma a autonomia decisória do governo[495].

O tema da soberania, caro aos governos militares, aparece sob a presidência de Médici, também quando da discussão da necessidade de ocupação efetiva do território nacional para fortalecer a capacidade de defesa do país. A presença demográfica, além de favorecer a defesa territorial, permitiria o aproveitamento dos recursos naturais das bacias Amazônica e do Prata, focos do Plano de Integração Nacional, apresentado em julho de 1970. Sua implementação tem como destaques a expansão da fronteira agrícola brasileira e a criação da Transamazônica, com a previsão de assentar 100 mil famílias em cem quilômetros reservados para esse fim de cada um dos lados da rodovia.

Apesar das tensões com o governo americano, durante o governo Médici, ocorreu a assinatura do Acordo Nuclear com os Estados Unidos. Nesse, fica estabelecido que a companhia Westinghouse construiria uma usina nuclear na cidade de Angra dos Reis (futura Angra 1). Era o passo inicial no processo de nuclearização pacífica do país. O acordo foi limitado pela proibição da construção de uma fábrica de enriquecimento de urânio no Brasil. Washington vetou a fábrica, porque o governo brasileiro seguia recusando em assinar o TNP. Sem a transferência de tecnologia, a operação de venda foi realizada pelo sistema *turn-key*, ou seja, em condições plenas de funcionamento. Como veremos, isso traria novas controvérsias sob o sucessor de Médici, Ernesto Geisel.

As relações com os países latino-americanos foram marcadas por desencontros e suspeitas de envolvimento

brasileiro em questões internas dos países vizinhos. Apesar do discurso soberanista de afirmação da autonomia internacional era difícil para o Brasil escapar da suspeita de “satélite privilegiado” dos Estados Unidos. A percepção de subimperialismo foi ajudada por Richard Nixon, quando em jantar formal oferecido durante a visita do Presidente Médici à Casa Branca, o mandatário estadunidense brindou com a frase “sabemos que para onde o Brasil for, o resto da América Latina irá também”[496].

A partir daí, são frequentes as denúncias da existência de planos militares intervencionistas brasileiros, como a *Operação Trinta Horas* – uma força de auxílio brasileiro aos militares uruguaios em guerra contra os subversivos –, ou acusações de participação direta do Brasil no golpe de Estado que colocou o general Hugo Banzer na presidência da Bolívia[497].

Democraticamente eleito, o chileno Salvador Allen-de inaugurou a via chilena para o socialismo em 1970. Ao demonstrar a possibilidade da chegada dos socialistas ao poder pela via democrática, o Chile de Allende tornou-se uma espécie de polo de atração das esquerdas de todo o mundo. Não foi diferente entre as esquerdas brasileiras que, diante da impossibilidade de continuar atuando no Brasil em tempos de intensa repressão, buscaram refúgio no Chile.

A despeito da evidente oposição ideológica, as relações econômicas entre os dois países foram mantidas, mas a preocupação dos militares brasileiros era grande, principalmente, em relação à atuação dos exilados brasileiros que, do Chile, buscavam denunciar as ações repressivas do governo brasileiro. As desconfianças dos militares brasileiros crescem principalmente após a chegada

a Santiago dos 70 presos políticos trocados pelo Embaixador suíço em janeiro de 1971. Ao contrário dos demais exilados, estes receberam atenção especial do governo Allende: alojamento coletivo, alimentação, oportunidade de trabalho e possibilidade de estudos[498].

A partir de então, o governo Médici expande suas ações em território chileno. Membros do SNI se articulam com setores das Forças Armadas chilenas. Atuaram fornecendo armas, munições e contribuição financeira na articulação do golpe militar que levou a queda de Allende no dia 11 de setembro de 1973, comprovado através de documentos liberados pelo governo norte-americano[499].

Como mencionado anteriormente, as relações entre Brasil e Argentina se deterioram a partir de 1967, abreviando assim a "cordialidade oficial". Alguns fatores levaram a esta situação: o programa de multilateralização levado a cabo pelos militares a partir da "Diplomacia da Prosperidade"; o pendor do equilíbrio nas relações a favor do Brasil, sendo a preeminência no Prata favorável ao Brasil; as relações de alinhamento aos Estados Unidos implementadas pela Casa Rosada distanciavam-se da busca de um postura autônoma por parte do Brasil; e , por fim, a questão em torno do aproveitamento hídrico do Prata[500].

Um capítulo importante nesse contexto de radicalização ideológica latino-americano foi a deterioração das relações entre Brasil e Argentina, que se acirra durante a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. Aproveitando o contexto de fragilidade das posições desenvolvimentistas brasileiras diante das teses *zeristas* defendidas pelos representantes das potências, os argentinos buscam inserir nos debates "um item relativo à necessidade de consulta

prévia para a utilização de recursos naturais compartilhados”[501]. Como a proposta argentina não obteve consenso suficiente para ser aprovada naquela Conferência, o assunto foi tratado na Assembleia Geral da ONU, forçando o Brasil a se articular para conseguir uma conciliação com os interesses argentinos, sem que, no entanto, se abandonasse o projeto geopolítico brasileiro no Prata. Muito pelo contrário, aprofunda-se a Ata das Cataratas (1966) e a relação bilateral com o Paraguai. A visita do Presidente Alfredo Stroessner resulta na assinatura do Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai, que negocia a construção da usina hidrelétrica bilateral, considerada essencial para modelo de desenvolvimento brasileiro e a superação do gargalo energético. Neste encontro, foi estabelecido o Estatuto da Itaipu Binacional, empresa a ser constituída de igual participação de capitais brasileiros e paraguaios, e que teria como principal tarefa administrar a futura hidrelétrica. Era o fim do “gambito do rei”, que o Barão fizera em 1904, cedendo a influência no Paraguai aos argentinos.

Sofrem também alterações as relações com o continente africano. O principal motivo seria a necessidade não somente de obter mercado consumidor para os produtos nacionais, mas também de importar petróleo. Eram possibilidades teóricas nos anos sessenta, que, com o “Milagre”, tornavam-se ditames práticos relevantes à economia dinâmica do Brasil. Nigéria e Angola despontam como parceiras preferenciais. Os “caminhos fáceis do oceano”, distantes apenas 1.600 milhas do Brasil reduziriam o frete e serviriam de porta de entrada para o resto do continente.

Segundo Saraiva, em um primeiro momento, o governo brasileiro buscou projetar a ideia de “laços comuns” com os africanos, sendo o Brasil um país que superara a fase colonial e que alcançara um poder “tropical e industrial”. No discurso brasileiro, éramos a África do futuro e tínhamos uma história para compartilhar. Os esforços da diplomacia brasileira foram no sentido de estabelecer acordos de cooperação técnica e comercial frente ao obstáculo formidável que era justificar para os africanos nossas relações históricas e presentes com Portugal.

Marco destas novas relações com a “fronteira leste” do Brasil foi a visita do chanceler Mário Gibson Barboza a nove países da África Ocidental[502]. Nesta viagem, Gibson Barboza percebeu que a manutenção das relações com Portugal prejudicaria os interesses comerciais brasileiros na região, o que incrementou o seu debate com o Ministro da Fazenda Delfim Netto, defensor de uma visão ocidentalista que via priorizava o relacionamento com Portugal e África do Sul.

A maior autonomia do Itamaraty em relação ao Ministério da Fazenda nessa questão se deu graças ao apoio de Médici às gestões de Gibson Barboza. Esta autonomia foi decisiva, mas apenas ao final do governo. Contribuíram para isso pressões crescentes de países árabes e africanos, exemplificadas pela proposta da Nigéria de boicote ao Brasil, caso este não mudasse sua posição com relação ao colonialismo[503]. O resultado foi a proposta brasileira de mediação da guerra angolana, adotando uma posição de equidistância diante do tema. O abandono do tradicional alinhamento brasileiro a Portugal gera uma ríspida reação de Marcelo Caetano:

> (...) No mesmo dezembro de 1973, o primeiro-ministro português afirmou que também se oferecia como mediador entre o governo brasileiro e a guerrilha de esquerda que se instalara no Brasil. A troca de insultos já configurava o incidente diplomático e a inclinação brasileira para o apoio às independências da África Portuguesa[504].

No início do governo Geisel, o Brasil abandonaria definitivamente a postura cordial e adjunta em relação à ex-metrópole e implementaria, tardiamente, a efetiva aproximação com a África.

8.4 Do Pragmatismo ao Universalismo

Governo Geisel (1974-1979): Pragmatismo Ecumênico e Responsável
Governo Figueiredo (1979-19859): Universalismo
Síntese comparativa, em defesa do Institucionalismo.

Governo Geisel (1974-1979): Pragmatismo Ecumênico e Responsável

Ernesto Geisel é indicado como sucessor de Médici em meados de 1973, quando o regime vivia tempos de euforia com os frutos do "Milagre Econômico". O objetivo de Médici ao escolher um dos principais nomes do grupo castelista que saíram do poder em 1967 era iniciar um processo de "transição por cima", redemocratizando o país em um momento extremamente favorável aos militares. Os chamados *moderados* ou *castelistas* defendiam a tese do "golpe cirúrgico" desde 1964, utilizando como um dos principais argumentos a tese de que a presença militar no centro do poder político trazia consequências nefastas para o profissionalismo militar.

Em menos de um ano, a situação se modifica completamente. Os sinais de desgaste do "Milagre" ficam

cada vez mais evidentes, sobretudo após o boicote da OPEP após a guerra do Yom Kippur em outubro 1973, que levaria à 1ª Crise do Petróleo. O desgaste do discurso de "legitimação pela eficácia" e o crescimento eleitoral imprevisível do MDB nas eleições de outubro de 1974 transformaram completamente as condições em que Geisel e o Ministro da Casa Civil Golbery do Couto e Silva implementam a "abertura lenta, gradual e segura". A Revolução dos Cravos (abril de 1974), que eclodiu exatos 40 dias após a posse de Geisel, seguida do processo de democratização espanhol (1975) forneciam dois exemplos bem distintos de "abertura" política. Pareciam servir de metáforas ibéricas de caminhos possíveis para o Brasil como bem enxergou o compositor Chico Buarque que em sua canção "Tanto Mar", que pede urgentemente que os portugueses mandem um pouco do alecrim de sua festa democrática para o povo brasileiro que está "doente"[505].

Com o crescimento da oposição, cresce também o medo dos grupos de "linha-dura" ligados aos serviços de informação de que, na eventualidade de uma democratização abrupta, fossem presos e julgados. Cresce no Exército a oposição a Golbery do Couto e Silva, visto como o "cabeça" do projeto de abertura, e se fortalecem os setores ligados à perpetuação do regime, encabeçados pelo segundo ministro do Exército de Geisel, Sylvio Frota, nomeado após a morte do Ministro Dale Coutinho.

É neste contexto que a política exterior brasileira ganha importância fundamental, como talvez não tenha tido desde Getúlio Vargas. Era preciso não somente buscar novos mercados, parcerias e, principalmente, petróleo para amenizar os impactos da crise mundial no país; mas também usar a inserção internacional ecumênica e

pragmática do país como um balão de ensaio para a abertura. Esta tese, presente nos depoimentos do novo chanceler Antonio Azeredo da Silveira ao CPDOC-FGV[506], faz ainda mais sentido se lembrarmos que as acusações que Silvio Frota fez a Geisel de estar se afastando dos ideais da "Revolução de 1964" incluíam justamente os pontos da política externa, como a aproximação com a China, ecoando as críticas que a direita fazia à PEI em 1964. Desta vez, no entanto, o pragmatismo vencia a ideologia.

A partir de 1974, não estava a política externa brasileira apenas a serviço do desenvolvimento, mas igualmente a serviço da redemocratização. Ao dotar de autonomia o Itamaraty para implementar com Azeredo o "Pragmatismo Ecumênico e Responsável", Geisel ia testando até que ponto podia ir com a abertura sem esgarçar demais o conservadorismo das Forças Armadas, razão pela qual vetou qualquer tipo de reatamento diplomático com Cuba, o que naturalmente faria sentido, mas não era viável. Ao contrário de Cuba, no entanto, aproximação com a China se justificava pragmática do ponto de vista político e econômico.

E claro, com a decisão de manter o crescimento econômico a todo custo, mais relevante ainda são as exportações e a necessidade de superação da dependência do petróleo, o que implicavam em adoção de uma visão ecumênica do ponto de vista comercial. O ocidentalismo de Delfim Netto era um luxo do qual o Brasil não mais podia dispor em momento no qual os sinais de esgotamento do modelo econômico se tornavam cada dia mais evidentes. A diplomacia pragmática era uma necessidade. Em mensagem ao Congresso Nacional no início do ano de 1975, Geisel buscou elucidar as principais bases de sua política

exterior, pautada de forma “pragmática e responsável”, universal e “ecumênica”.

Antônio Francisco Azeredo da Silveira era considerado um outsider na elite diplomática nacional. Ao contrário de seus colegas Embaixadores, tivera que trabalhar antes de chegar ao Itamaraty[507]. Sua família de políticos tradicionais desde o Império caíra em desgraça sob o regime varguista. Não vinha de Washington ou de Londres, mas de Buenos Aires, onde conhecera o então presidente da Petrobras Ernesto Geisel. Tinha uma visão distinta de como deveriam ser pautadas as relações com os Estados Unidos e com a Argentina – neste momento muito prejudicadas pela controvérsia Corpus-Itaipu – e estas ideias foram aceitas pelo Presidente que o nomeou Ministro das Relações Exteriores.

Cético sobre a capacidade criativa do diplomata brasileiro, Azeredo implementou medidas que evitassem os malefícios inerciais da burocracia weberiana. Associara-se ao longo da carreira a figuras heterodoxas à disciplina da *Casa*, como Araújo Castro e Ítalo Zappa, e, uma vez Ministro, passou recorrentemente o sistema de vistos sucessivos de uma hierarquia que diluía a responsabilidade individual e favorecia o corporativismo. Nomeou jovens em que confiava – *chamados Silveira boys* – para postos de relevo, com os quais estabelecia contato frequente de troca de reflexões e não apenas a correspondência meramente informativa. Suas excentricidades organizacionais lhe angariaram numerosos desafetos entre os setores mais conservadores da burocracia, mas contou sempre com o firme apoio da Presidência da República para implementar suas ideias. Foi o Ministro que mais despachou com Geisel,

mostrando a prioridade da política externa para o Presidente.

Em seu discurso de posse no Itamaraty, Silveira afirma que a "melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se" e, posteriormente, assim apresentou as diretrizes da Política Externa Ecumênica e Responsável:

> Queremos que a nossa linguagem, no plano internacional, seja direta e simples, sem ambiguidades e subterfúgios. Queremos que o Governo brasileiro possa cumprir a vocação ecumênica de seu povo, aberto à comunicação desinibida e franca. Queremos explorar todas as vias do entendimento, por acreditarmos, fundamentalmente, que a cooperação é mais eficaz do que o antagonismo e que o respeito mútuo é mais criador do que as ambições de preponderância. Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro[508].

Não foram poucos os estudos sobre a política exterior de Geisel. Em compilação do "estado da arte", Matias Spektor faz uma síntese desta historiografia[509]. Segundo este autor, a matriz teórica do "Pragmatismo" é claramente realista. Aproveitava-se de um contexto internacional de diminuição das assimetrias de poder entre o Brasil e as potências, sobretudo os Estados Unidos, para se impor de modo mais assertivo na relação bilateral e nos foros multilaterais.

A década de 1970, a década da *détente*, começava a ser vista por muitos como uma diminuição do espaço americano na Guerra Fria. O abandono de Bretton Woods, a crise de legitimidade provocada por Watergate e a renúncia de Nixon, a derrota no Vietnã, a disseminação do socialismo

na África, a enorme desvalorização do dólar, tudo isso contrastava com o “Milagre” brasileiro[510]. Era explícito que seriamos potência muito em breve.

A política externa de Geisel era o Brasil falando internacionalmente como se potência fosse, e, assim, desejava ser reconhecido. Durante o governo Médici, o discurso de *Brasil Potência* se voltava exclusivamente para dentro e não passava de retórica. Não havia uma ideologia clara para a inserção internacional brasileira, e, apesar da crítica à ordem vigente nos foros multilaterais, o Brasil não confrontava diretamente as preferências das grandes potências. No governo Geisel, a ideia de *Brasil Potência* passava a ser levada a sério internacionalmente.

Para Monica Hirst, com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil inaugurou uma nova fase de política interna e externa; enquanto o regime militar dava seus primeiros passos rumos à distensão, procurava-se conferir novos conteúdos à política internacional do país. Os postulados fundamentais da ação internacional brasileira compreendiam: o compromisso com os princípios da independência; a igualdade soberana dos Estados, a defesa da autodeterminação e a não interferência nos assuntos internos e externos dos Estados; e o apoio à solução pacífica de controvérsias[511]. O abandono definitivo dos condicionamentos ideológicos impostos pela Guerra Fria favorecia a crescente identificação do Brasil com o Terceiro Mundo. Um dos fatores que possibilitaram esta mudança foi a criação de novos campos de coincidência entre o Ministério das Relações Exteriores e as Forças Armadas que almejavam a ampliação da autonomia do Brasil no campo de segurança.

Isso pode parecer contraditório. Como um país que propõe ser potência se identificava crescentemente com o terceiro-mundismo? Socorre-nos o *realismo dos fracos*, defendido por Amado Cervo e explicado didaticamente por Matias Spektor:

> apesar da retórica da potência emergente, o Brasil do período mantinha-se fiel aos princípios do realismo dos fracos: a política externa enfatizava o pacifismo, o não-intervencionismo, a autodeterminação e a segurança coletiva. O país de Médici, assim como o faria o de Geisel, continuava abraçando o direito internacional como escudo contra as pressões das grandes potências e desconfiando da celebração de tratados entre desiguais. Assim, a política externa não se queria estacionária nem revolucionária: sua abordagem era moderadamente revisionista. (Spektor, 2004, Op. Cit. p. 200)

O primeiro momento de tensão entre o Brasil e os Estados Unidos ocorreu quando o Chanceler Azeredo da Silveira anunciou que havia entendimentos entre Brasil e República Federal da Alemanha para a construção de reatores nucleares no Brasil, com transferência de tecnologia, o que era inexistente no acordo com a Westinghouse, feito sob o governo Médici. Há imediata reação do governo de Washington, que protesta e se mobiliza para inviabilizar o Acordo. Assinado em Bonn em 1975, o Acordo Nuclear Teuto-Brasileiro, previa, dentre outros pontos, a instalação de oito usinas nucleares e o enriquecimento de urânio através de parceria entre a Nuclebrás e uma empresa subsidiária da Siemens. Para Geisel e Azeredo, o acordo era uma grande vitória diplomática, pois garantiria autonomia energética ao país até o início do século XXI[512]. Ao romper o acordo nuclear com a Westinghouse e voltar-se para a cooperação com a Alemanha, a diplomacia brasileira demonstrava sua crítica a um inaceitável desejo de manter congelado o poder mundial pelas superpotências.

As relações entre Brasília e a Casa Branca deterioraram-se ainda mais significativamente quando das campanhas do novo Presidente Jimmy Carter pela defesa dos direitos humanos a partir de 1977. Azeredo e Geisel informam ao Embaixador norte-americano que o Brasil recusa o recebimento de um relatório elaborado pelo Departamento de Estado a pedido do congresso americano sobre a situação dos Direitos Humanos no Brasil. Em resposta ao que considerava intervenção indevida nos assuntos internos do Brasil, o governo denuncia o Acordo Militar de 1952, assinado sob Vargas, mas que década de 1970 tinha pouca importância prática. O gesto é, no entanto, carregado de simbologia.

É importante ressaltar que, a despeito do baixo perfil político das relações entre Brasil e Estados Unidos, no plano econômico existiam interesses mútuos. Bancos estadunidenses eram os principais credores do Brasil e o incremento das exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados brasileiros para o mercado estadunidense são elementos desta convergência, isso apenas não significava mais adesão aos princípios ideológicos da liderança americana no mundo capitalistas, muito menos submissão aos interesses de Washington. O Brasil tinha agora seus próprios interesses que nem sempre convergiam com os do governo dos Estados Unidos, e, em alguns casos, conflitavam.

Um caso em que não conflitava era o da China. O exemplo americano serviu a Geisel para firmar sua posição e hierarquia sobre os chefes militares. Era a estratégia de usar a política externa como balão de ensaio para a abertura. O Brasil abandona a sua oposição à entrada da República Popular da China na Organização das Nações

Unidas, reconhecendo, finalmente, o governo da China comunista em agosto de 1974 e rompendo relações com Taiwan. Favoreceu o reconhecimento da República Popular da China o discurso de Deng Xiao-Ping nas Nações Unidas, onde o dirigente comunista fez contundente defesa do Terceiro Mundo e contra a hegemonia das duas superpotências. Em depoimento ao CPDOC, Geisel conta a resistência ao reconhecimento por parte dos ministros militares:

> O Ministro Sylvio Frota veio a mim manifestar-se contrário, achando que não era conveniente. Outro que no começo também foi contrário foi o Henning da Marinha. O Araripe da Aeronáutica era mais ou menos contra e chegou a conversar ligeiramente sobre o assunto. Todos traziam opiniões e o pensamento dos escalões hierarquicamente inferiores. Reuni os três e lhes perguntei: “Por que nós não vamos reatar relações com a China?”. A resposta foi a mesma para os três: “A China era comunista.” O Presidente então pergunta. “Por que então vocês não vêm me propor romper relações com a Rússia. Se vocês querem ser coerentes, então vamos cortar relações com a Rússia também e vamos nos isolar; vamos mesmo virar uma colônia dos Estados Unidos (...) argumentei com o fato de que a China representava um grande mercado para os nossos produtos exportáveis. Estávamos liberalizando o país que já era adulto, não se justificando um complexo de inferioridade. Tínhamos o próprio exemplo dos Estados Unidos, o campeão do anticomunismo, que mantinha relações com a China (...)[513].

Na América Latina, ocorre a integração dos aparelhos repressores através do Plano Condor. Seria a transnacionalização das violações aos Direitos Humanos, promovidas pelos militares que acreditavam estar em guerra contra os comunistas. Era um exemplo do quanto tinha saído do controle da hierarquia os aparatos repressivos e do quanto era necessário implementar sua subordinação ao Executivo em curto prazo. Em termos econômicos, é assinado em Brasília o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) entre Brasil, Bolívia, Equador, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, no

qual os signatários buscavam impulsionar o desenvolvimento dos recursos econômicos da região e uma maior integração política. Era uma resposta à crescente propaganda ecológica internacional contra a gestão brasileira de seu território amazônico. Tais pressões lembravam os tempos de pressão norte-americana no século XIX pela abertura da navegação do Rio Amazonas. O Brasil se articulava multilateralmente com seus vizinhos para defender sua soberania sobre uma região considerada crescentemente relevante na lógica geopolítica dos militares brasileiros.

Por outro lado, ao Sul, as relações entre Brasil e Argentina não eram boas. Ponto específico da atuação do chanceler Azeredo, antigo embaixador em Buenos Aires, que era defensor de uma nova postura em relação aos argentinos. Criticava a postura tradicional de "Cordialidade oficial", que uma determinada facção do Itamaraty – cujo principal defensor era o embaixador Pio Corrêa – defendia como sendo necessária. Para o grupo tradicionalista, a proximidade com a Argentina, a mediação das crises desse país com os Estados Unidos, e a diminuição dos atritos bilaterais eram meios para evitar o enfrentamento militar entre os dois países. Incluir a Argentina daria legitimidade às ações brasileiras, daí ser necessário transigir com Buenos Aires. Silveira achava que não. Não mais.

> Na análise de Silveira, havia uma incongruência entre a estrutura sul-americana de poder (onde a Argentina não mais tinha meios materiais ou sociais para pressionar o Brasil como o fizera) e o comportamento das unidades (onde o Brasil dos tardios anos 60 continuava comportando-se como se a Argentina tivesse capacidade de pressioná-lo). O problema, Silveira deixava a entender em seus inúmeros despachos, era de percepções: os constrangimentos do Brasil na cena sul-americana eram auto-impostos. As amarras eram essencialmente intelectuais, acumuladas progressivamente ao longo das décadas. O Brasil precisava,

portanto, livrar-se da sombra de sua própria tradição (Spektor, Op. Cit. p. 208).

A aproximação com uruguaios, bolivianos e paraguaios[514], era emblemática da estratégia realista de Silveira de deslocar estes países do eixo Buenos Aires para Brasília, aumentando a legitimidade da liderança brasileira e aproveitando-se da fraqueza do país vizinho. O Brasil se recusa a interromper o projeto da hidrelétrica binacional Itaipu enquanto os militares que comandavam o Processo de Reorganização Nacional na Argentina mantinham a convicção de que o projeto brasileiro “não era senão a consubstanciação do velho programa geopolítico brasileiro de dominar a bacia do Prata”[515]. Isso não significava que as questões econômicas deveriam ser prejudicadas. O comércio bilateral entre Brasil e Argentina crescia, consoante ao realismo de Azeredo, que considerava os assuntos econômicos e comerciais prioritários sobre as demais considerações.

A busca por um caminho autônomo e uma maior aproximação com os países do Sul em curso resultou em uma inédita postura brasileira também na ONU. É rompida de forma definitiva a postura ambígua com relação África do Sul, votando o Brasil de forma favorável a condenação do apartheid. O Brasil chega a sugerir o boicote de matérias-primas estratégicas para este país em novembro de 1975[516]. No mesmo mês, a delegação brasileira na ONU, em gesto de aproximação com os países do Oriente Médio, mercados-alvo das empreiteiras brasileiras, da Embraer e da Imbel, recebe instruções para votar em bloco com os países árabes na condenação ao sionismo[517].

Eliminava-se, com o fim do apoio envergonhado ao colonialismo português, o último grande obstáculo para os interesses brasileiros na África. Ao assumir uma posição firme em relação à política africana o Brasil, demonstrava à aliança afro-árabe na ONU que o país não era subserviente aos Estados Unidos e agia de acordo com uma política própria.

O primeiro passo em direção à autonomia nas escolhas de parceiros ocorreu quando o Brasil reconheceu de forma unilateral a independência da Guiné-Bissau mesmo antes da conclusão das negociações entre Portugal e os líderes do PAIGC. Rompia-se, assim, o Tratado de Amizade e Consulta de 1953 que previa concertação prévia em assuntos de interesse dos dois países. Esta ruptura foi muito criticada em Portugal, inclusive por líderes progressistas como Mário Soares, mas o governo Geisel não era nada simpático às forças que haviam derrubado Marcelo Caetano, agora no poder em Portugal[518]. Lembravam-lhe a situação desagradável que os militares brasileiros poderiam se encontrar caso processo de abertura saísse do controle e o “gradualismo” fosse rompido. A abertura tinha que ser lenta para que fosse “segura” pelo menos para as Forças Armadas, tal qual se dera na Espanha.

Muito mais complexo e de maior interesse para o Brasil que os casos de Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde era a independência Angola, que apresentava três movimentos de libertação lutando pelo poder: o MPLA, a UNITA e a FLNA. O Brasil demonstrou interesse na questão, apresentando-se à Organização da Unidade Africana como possível negociador da independência angolana ainda em 1974, discutindo alguns diplomatas brasileiros com os

movimentos uma possível cooperação após a autonomia[519].

Pela primordial relevância no processo decisório brasileiro em relação à questão angolana, o relatório de Ítalo Zappa resultou no estabelecimento de relações diplomáticas com o referido país antes mesmo de sua independência formal[520]. O Brasil envia o diplomata Ovídio de Andrade Melo como Representante Especial perante o Conselho Angolano dos Presidentes (Governo de Transição formado pelos três movimentos de libertação, além de portugueses), que estabelece os primeiros acordos entre os países, proporcionando inclusive o envio de alimentos, equipamentos e roupas do Brasil para Luanda.

Ao se tornar o primeiro país ocidental a reconhecer o MPLA como o governo oficial de Angola, o Brasil torna obsoletas as acusações de que era “subimperialista”. Era impossível, depois de 1975, a acusação de que o Brasil agia na África de acordo com os interesses dos Estados Unidos. O movimento era declaradamente comunista e lutava na guerra civil ao lado de soviéticos e, principalmente, cubanos, o que deixou o Itamaraty desconfortável com a situação, uma vez que não mantinha relações diplomáticas com Cuba. Segundo Geisel, o Brasil sabia da existência de tropas cubanas no país[521],

> (...) Mas havia outros interesses. Em primeiro lugar, tratava-se de uma fronteira marítima nossa e, em segundo lugar, os angolanos falam português, a nossa língua. Já disse que éramos a favor das colônias portuguesas que se emancipavam de Portugal. Achávamos que nosso apoio a Portugal nesse terreno tinha que mudar, inclusive porque somos anticolonialistas. (...) O importante é que em Angola há petróleo![522].

Controvérsias à parte, tal posição fortaleceu a imagem do Brasil no sistema internacional, particularmente entre os países do chamado Terceiro Mundo, o que implicou grande receptividade as propostas mercantis brasileiras no Sul.

Por último, convém lembrar uma consequência interna do pragmatismo, raro na história republicana brasileira, mesmo em momentos de democracia. A política externa era debatida pela sociedade, pela opinião pública e pelos jornais cuja censura se afrouxara. Era instrumento de educação democrática e era, frequentemente, criticada, como, aliás, ocorreu nos últimos anos do governo Lula, que implementou agenda semelhante. Ao mesmo tempo que a agenda pragmática era defendida por segmentos de esquerda, oposicionistas – compensando em alguma medida o afastamento dos Estados Unidos e o discurso Terceiro Mundista – apoiavam o ritmo lento da abertura e muitas de suas medidas autoritárias e repressivas, como o fechamento do Congresso e o Pacote de Abril. Spektor explica as razões para esse fenômeno:

> A política externa foi a principal protagonista de um dos principais passos da abertura – o fim da censura à imprensa. Cedo em seu governo, Geisel decidiu que daria depoimentos durante suas viagens internacionais. Dessa forma, mantinha a mística em torno da figura do chefe de Estado e evitava ter que lidar com o impacto de suas declarações na caserna e na sociedade civil. Repentinamente, as viagens do presidente ao exterior passaram a incluir enviados especiais dos principais jornais e televisões do país. Embora o interesse dos mesmos não fosse prioritariamente por assuntos da agenda internacional, o clima das viagens e as inovações do governo na pauta externa criaram uma situação na qual a diplomacia era a política governamental mais debatida e, consequentemente, mais questionada. Assim, a partir de 1975, encontra-se um número expressivo de artigos de jornal, editoriais e comentários sobre a política externa. Poucas vezes na história um chanceler tinha sido retratado como carnavalesco, perigoso, pouco sério, inconsciente e pueril. Não surpreende, portanto, que Silveira tenha sido o primeiro chefe do Itamaraty a instituir uma

divisão para lidar exclusivamente com a imprensa (SPEKTOR, 2004, p. 211).

Spektor lembra ainda que o discurso soberanista sobre o meio ambiente e os direitos humanos, denunciando os regimes internacionais sobre estes temas, servia para garantir a proteção aos segmentos das Forças Armadas, envolvidos no desaparecimento de civis, e as empresas brasileiras ou estrangeiras instaladas no país, que lucravam com o desmatamento e com a leniência ecológica dos tempos de ditadura.

Não é possível esgotar, nem aqui, nem em qualquer outra parte as numerosas e interessantes considerações que se fazem possíveis ao analisarmos a política externa mais relevante da história republicana na segunda metade do século XX. É apenas necessário lembrar ao candidato que, esta importância é reconhecida pelo Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, que transformou o Pragmatismo Ecumênico e Responsável no tema mais cobrado dos exames discursivos de história do Brasil aplicados na última década. Fica a recomendação de que este texto seja apenas uma pequena introdução. Que este período siga sendo estudado e que o aspirante à diplomata leia tudo que caia em suas mãos sobre o *pragmatismo.*

Governo Figueiredo (1979-19859): Universalismo

Indicado por Geisel para concluir o processo de abertura "lenta, gradual e segura", o ex-chefe do SNI, João Batista de Oliveira Figueiredo nunca demonstrou apreço pelo cargo. Militar de formação, acreditava possuir uma missão e, para isso, procura manter alguns dos principais nomes do governo anterior ao seu lado, como Golbery do Couto e Silva na chefia da Casa Civil. Não foi diferente no plano externo. Ao tomar posse do cargo, Figueiredo afirma que o

país manteria a “inalterável a tradição de convivência harmoniosa” em sua política exterior, e nomeia Chanceler o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Secretário-Geral das Relações Exteriores da gestão anterior, indicando seu objetivo de continuidade.

Assim a agenda externa brasileira no período é marcada pela manutenção das linhas gerais adotadas no Pragmatismo Ecumênico e Responsável. Para o Chanceler, o Universalismo, nome que deu à sua política, deveria partir da aceitação das diversidades, respeitando o princípio da não intervenção e do diálogo, enfatizando o multilateralismo. Esta seria uma adaptação da política externa brasileira à irrefreável tendência à mundialização do sistema internacional. Sônia de Camargo acredita que “o que houve, talvez, foi uma mudança de estilo – uma diplomacia menos secreta e com um diálogo mais aberto com o Congresso Nacional”.

Com o fim da *détente* (1979) e a chegada de Reagan ao poder nos Estados Unidos (1981),

> esfumava-se a noção de que o Brasil era uma potência emergente que, para o bem ou para o mal, detinha *status* especial nas relações internacionais. Em um contexto internacional adverso, a ideia de uma parceria com o Brasil progressivamente desapareceu do menu da diplomacia estadunidense[523].

Neste ambiente, a estratégia brasileira para lidar com os Estados Unidos passou a ser o *distanciamento consciente*, marcado pela baixa sintonia política. O tema dos direitos humanos que afastava os dois países é deliberadamente evitado nas conversas entre Figueiredo e Carter. Nem mesmo a mudança no sistema de poder internacional com a eclosão da Segunda Guerra Fria e a chegada à Casa Branca

dos Republicanos alterou as relações entre os países, prevalecendo o desencontro.

Na visão de mundo de Reagan, não havia espaço para acordos com grandes países periféricos. Eles eram, afinal de contas, tangenciais à grande narrativa das Relações Internacionais da Guerra Fria. A era das parcerias da Casa Branca com emergentes – exemplificada pela Doutrina Nixon, e o compartilhamento de responsabilidades – estava definitivamente encerrada.

Os desencontros já vinham do período de Geisel e permaneceram sob Figueiredo. Brasil negou-se a aderir às sanções propostas por Carter contra a União Soviética em 1979, em decorrência da invasão do Afeganistão. As expectativas geradas pela visita do Presidente Reagan (1981-1989) ao Brasil em 1982 não foram correspondidas e o distanciamento foi mantido. Numerosas contendas sobre tecnologia, comércio e investimento esgarçaram as relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos. O exemplo mais visível dizia respeito às críticas que o Presidente Figueiredo e o Itamaraty faziam à política intervencionista dos Estados Unidos na América Central. O Brasil denunciou publicamente a intervenção em Granada (1983) e, demonstrou solidariedade ao Grupo de Contadora que pregava a solução negociada dos conflitos na América Central.

Certo nível de cooperação militar[524] não foi suficiente para restabelecer convergência bilateral no campo da segurança e o Brasil reafirmava sua autonomia frente a Washington, recusando, por exemplo, a proposta estadunidense de segurança no Atlântico Sul – “Organização

dos Tratados do Atlântico Sul" – que contaria com a participação da Argentina e da África do Sul.

No plano econômico, o neoliberalismo defendido pela administração Reagan era uma afronta aos valores mais caros das elites militares brasileiras. No pensamento diplomático, existia a percepção implícita de que os Estados Unidos utilizariam o neoliberalismo para produzir novas formas de colonialismo. Acreditava-se que, através do endividamento externo brasileiro, os Estados Unidos poderiam exercer pressões sobre a política exterior, alfandegária e fiscal. Estas pressões podem ser exemplificadas na proposta estadunidense aceita pelo Banco Mundial da excluir o Brasil dos empréstimos do BIRD, cujos juros eram mais baixos e os prazos mais longos, alegando que o Brasil já se situava em um nível alto de renda *per capita*, citada por Monica Hirst (Op. Cit.).

Como consequência da política econômica de Washington, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda ficaram mais propensos a ceder aos EUA, enquanto o Itamaraty assumia atitudes cada vez mais críticas. As Forças Armadas brasileiras começaram a defrontar-se com a enérgica oposição dos Estados Unidos às demandas brasileiras de desenvolvimento tecnológico em projetos, como o Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, a fabricação e exportação de material bélico e, por fim, da implementação da indústria informática, que contavam com a especial participação dos militares[525]. É nesse contexto que o Presidente Figueiredo discursará de modo contundente na abertura da Assembleia Geral da ONU em 1983:

> (...) a interdependência entre as nações parece, por vezes, degenerar em tentativas de reconstrução de quadros hegemônicos ou sistemas de

> subordinação, que em nada contribuem para a prosperidade, seja no mundo industrializado, seja do mundo em desenvolvimento. Como em muitos casos praticada, a interdependência parece reduzir-se a um novo nome para a desigualdade.

Se o *distanciamento consciente* marcou as relações entre Brasil e os Estados Unidos, a América Latina, como um todo, e a Argentina, em particular, constituíram a primeira prioridade da política universalista brasileira. Realizando intenso programa de viagens e encontros com os representantes governamentais da região, o governo brasileiro garantiu a continuidade da aplicação das diretrizes anteriormente estabelecidas. Com a Argentina, as relações melhoram sensivelmente[526].

O ponto de partida para a aproximação com a Argentina foi a assinatura do Acordo Tripartite sobre a coordenação técnico-cooperativa para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus, instrumento no qual se estabelece que Itaipu pode operar com a flexibilidade necessária a sua melhor utilização até a totalidade de sua potência, mantendo, a jusante, caudais de água em parâmetros pré-determinados para que não prejudicasse o potencial hídrico necessário para o funcionamento da futura – e hipotética – usina de Corpus. Ademais, o Acordo coordena operativamente os projetos Itaipu e Corpus, sem prejuízo ao regime dos rios e à operação dos portos.

Logo depois ocorre a visita oficial de Figueiredo à Argentina, realizada entre 14 e 17 de maio de 1979. Nas palavras de Saraiva Guerreiro, esta pode ser considerada "um acontecimento excepcional", mesmo porque, constituiria apenas a terceira de um Presidente brasileiro à Argentina em todo o período republicano[527]. Como resultados concretos desta, podemos destacar os acordos

de cooperação na área econômica, na área militar para a fabricação conjunta de aviões e mísseis, e também na área de energia atômica. O Brasil comprometia-se a fornecer à Argentina tório e outros combustíveis nucleares, além de participar no fornecimento de equipamento para o reator nuclear argentino[528].

Saraiva Guerreiro foi surpreendido com a operação Rosário nas Malvinas em 1982, mas nem por isso deixou de agir. O Brasil declarava sua preferência pela solução pacífica de controvérsias ao mesmo tempo que reafirmava sua posição desde os tempos da Regência de que considerava as Malvinas território argentino. Moniz Bandeira afirma que o Brasil decide por uma *neutralidade imperfeita*[529] na Guerra das Malvinas (abril-junho de 1982), o que na prática favorecia a Argentina. O Brasil assumia a representação dos interesses argentinos na Grã-Bretanha e concedia ajuda material, inclusive militar – peças de reposição de material bélico e alguns aviões, apesar de oficialmente neutro no conflito. Este apoio foi discreto e bem executado. Voos de reconhecimento foram operados por pilotos da FAB e dado auxílio diplomático e econômico para amenizar o impacto das sanções internacionais impostas ao país vizinho, inclusive com venda preferencial de aviões. Paulo Fagundes Vizentini analisa as consequências do conflito para os envolvidos:

> (...) segundo um balanço do Chanceler Saraiva Guerreiro, a Guerra das Malvinas resultou num desastre para a Argentina, custou tempo e dinheiro à Inglaterra e infelicitou os EUA, pelo que significou o desgaste de suas relações com a América. Para o Brasil, a Guerra das Malvinas mostrou que a política de Figueiredo para com seus vizinhos estava certa, apesar de trazer dificuldades, na medida em que tanto a Argentina quanto a Inglaterra eram amigos do Brasil[530].

Na avaliação dos círculos militares brasileiros, existia a percepção que não seria interessante alimentar confronto com a Argentina[531]. A inserção internacional brasileira era análoga a do vizinho do Sul. Ambos estávamos submetidos às mesmas restrições financeiras e tecnológicas internacionais e alijados das mais importantes decisões políticas mundiais. As alterações no sistema internacional, com o advento da crise da dívida na região sepultara o sonho de *Brasil Potência* e, ao caírem da cama, os militares brasileiros encontravam os colegas argentinos no mesmo chão duro e frio da insolvência. O elemento sistêmico não foi suficiente para que o Brasil abandonasse a postura assertiva e autônoma em relação aos Estados Unidos, mas favorecer o reencontro da amizade com os *hermanos*.

Estes são tempos de relações mais cautelosas com o continente africano. Passada a euforia dos anos dourados, as relações sofrem refluxo e são limitadas devido aos novos contextos sistêmicos, nos quais, a África e o Brasil tinham, naturalmente, posição periférica. As externalidades hostis que o modelo desenvolvimentista sofreu nos anos 1980 impactaram gravemente no plano econômico interno. A inflação decolou e o PIB caiu. Era um duro reposicionamento, inesperado, do Brasil na hierarquia de poder global. O endurecimento das condições de relação com os Estados Unidos, principal credor da dívida externa brasileira se refletiu nas relações com a África. Apesar da maior cautela, ainda há reflexos dos anos dourados. O comércio Brasil-África atingiu seu nível mais alto na história, chegando a 7% do total do comércio exterior brasileiro no período. A ampliação da representação diplomática no continente seguiu o mesmo ritmo. Em 1974, o Brasil possuía 12 Embaixadas residentes no continente. Ao final do último

governo militar, eram 21, que representavam o Brasil em 45 países africanos.

Ainda em 1983, Figueiredo realiza a primeira viagem de um Presidente brasileiro ao continente africano, realizando um périplo por cinco países – Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Argélia. Se o primeiro Presidente sul-americano a visitar o continente reservou sua agenda apenas para a África Ocidental, seu chanceler visitou muitos outros países, com destaque para Angola. Em meio a Guerra Civil que assolava o país desde 1975, Guerreiro demonstra o apoio brasileiro ao governo de José Eduardo dos Santos (MPLA), emitindo comunicado em que afirmava ser contrário aos atos "inadmissíveis de agressão" realizados pela "Operação Savannah", liderada pela África do Sul, que violava a soberania de Angola ao auxiliar as tropas da UNITA na região sul do país[532]. O Brasil chegou até mesmo a discutir uma intervenção militar no conflito angolano, mas a presença cubana abreviou a ideia.

O governo Figueiredo, é em política externa, tanto quanto em política interna e no plano econômico, a tentativa de levar a cabo a mesma política do governo anterior em contextos radicalmente distintos. Essa é a marca que ficou do general João Batista. Um homem fora do lugar, que reconheceu isso ao pedir que o povo o esquecesse. No entanto, no plano externo, tal perenidade inercial do *Pragmatismo* no *Universalismo* longe de ser negativa representava a institucionalização de uma política altiva e autônoma sob fortes restrições sistêmicas, o que é louvável. A leitura do soporífero *Memórias de um funcionário do Itamaraty*, escrita por Guerreiro para legitimar sua gestão contrasta vivamente com a recusa de Azeredo em se submeter a tal *tour de force*, talvez consciente de que a

história o absolveria. A personalidade carismática e instigante de Azeredo contrasta com a gestão burocrática de Guerreiro, e é evidência de que não devemos buscar na *primeira imagem*, isto é, no indivíduo, os desideratos históricos. O sucesso de Geisel e Azeredo – e se formos mais longe de Vargas, Oswaldo Aranha e Araújo Castro; entre outros – foi justamente, e mais ainda, de garantir a institucionalização da postura pragmática, defensora do desenvolvimentismo, capaz de resistir, mesmo sob tempos de turbulência, e mesmo sob a liderança de comandantes menos inspirados. A política externa do Brasil década de 1980 viveria ambos os desafios.

8.5 A Cultura no Regime Militar

Panorama Cultural sob baionetas.
O teatro nos anos de 1960. Poesia e literatura e imprensa.
O tropicalismo e as canções de Protesto.
O Cinema Novo e a Embrafilme.
Televisão e dramaturgia. O Rock Nacional e a Abertura.

Marcelo Ridenti em seu artigo sobre a cultura no tempo da ditadura afirma que a década de 1960 foi a época com maior inter-relação entre cultura e política do período republicano. Sua postura é visivelmente crítica à incorporação dos artistas e intelectuais ao mercado cultural, e mesmo à formação de uma indústria cultural no país, que ele identifica, a partir dos anos 1970, com cooptação. Ainda que reconheça ser impossível voltar ao passado, permeia seu texto um saudosismo do intelectual e do artista engajado, independente, crítico e rebelde. Este arquétipo, reconhece, é cada vez mais raro, e parece que a década de 1960 teria sido o último suspiro deste modelo de intervenção cultural.

Esta visão transparece na entrevista que Cacá Diegues teria dado a Ridenti afirmando:

> a minha geração foi a última safra de uma série de redescobridores do Brasil. O Brasil começa a se conhecer, sobretudo com o romantismo, aquele desejo de uma identidade. Minha geração, do Cinema Novo, do Tropicalismo, é a última representação desse esforço secular.

Perpassa a essa geração um elemento nostálgico, romântico e idealizado, que, tal qual no Modernismo, acreditava que poderia descobrir ou redescobrir o "Brasil" no homem do povo, do campo no mundo rural, na favela na vida urbanizada. Ao mesmo tempo, existe um anseio de modernidade que pudesse fugir do modelo imperialista, importado, culturalmente pasteurizado sob a hegemonia norte-americana que se desenha no contexto de Guerra Fria e de fechamento do regime no Brasil. A valorização de índios, negros, camponeses e operários demonstra uma vinculação claramente de esquerda e contestatória ao regime, que se instituía.

Era a cultura o único campo no qual a esquerda era hegemônica após o golpe. O único campo no qual o regime não se fazia totalizante por desinteresse, incapacidade ou porque ainda se esforçava para ter uma aparência fajuta de "democracia" até dezembro de 1968. As esquerdas herdaram da ampla mobilização cultural e intelectual, dos anos 1950 e início da década de 1960, instrumentos que radicalizados se tornariam a contestação aos governos militares após 1964.

A influência Teórica de Stanislavski e sua ênfase no ator e no método crítico de Berthold Brecht viria através da participação de Augusto Boal nestes seminários do *Arena*, e também no *Teatro Oficina*, cujo o objetivo era popularizar o teatro no final dos anos 1950. Após temporada de quase

dois anos no Rio de Janeiro, Oduvaldo Vianna decidiu ficar na capital fluminense, e começar a se articular com os demais movimentos sociais engajados durante o governo João Goulart. Em São Paulo, o *Arena* seguia sua cruzada nacionalista, encenando peças brasileiras ou abrasileirando antropofagicamente os clássicos internacionais, readaptados a realidade brasileira.

A partir do *Teatro de Arena* houve uma significativa integração com outras correntes artísticas como havia ocorrido durante o Estado Novo. A cenografia, a poesia, a música e as artes plásticas se tornam parte de um movimento maior de contestação. Destaca-se ainda a aproximação com a UNE e a criação do chamado CPC (Centro Popular de Cultura), que se espalhou por todo o Brasil com a experiência da "UNE Volante" em 1962, criando CPCs nos centros universitários mais importantes do país, engajados culturalmente na luta pelas Reformas de Base.

Um pouco antes do golpe, os CPCs em parceria com a Editora Civilização Brasileira fizeram ainda a experiência poética do *Violão de Rua,* três volumes de poesia revolucionária engajada, que, no bojo das mobilizações das *Ligas Camponesas*, criticava o latifúndio e idealizava o camponês, e, em menor escala, o povo, incluindo aí também os operários. Marcelo Ridenti vê nos poetas da classe média, autores como Ferreira Gullar e Vinicius de Morais, indícios fortes de um "romantismo revolucionário" de idealização nostálgica pré-capitalista, em contraponto ao concretismo, que também era estética e formalmente revolucionário, mas renegava qualquer retorno "às origens" vinculados que estavam ao "progresso". Ressalta, no entanto, que mesmo a poesia, mais fortemente vinculada à

forma – e menos ao conteúdo – ainda assim, se mobilizou politicamente no contexto do governo Goulart.

Na literatura, além de autores já consagrados que seguiam fazendo sucesso como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Jorge Amado e Érico Veríssimo, uma geração inconformista fará uma literatura de novo tipo, tratando dos dilemas da classe média ou a realidade sertaneja, numa literatura que retratasse o tempo presente. São exemplos destes autores Autran Dourado, assessor de imprensa de JK, que publicou a *Ópera dos Mortos* em 1967, incorporando a metaliteratura na qual a própria crítica literária faz parte de sua obra; e Antônio Callado, que, em *Quarup de* 1967, retrata personagens intelectuais urbanos que vão viver na selva e se deparam com a realidade da repressão pós-golpe. Outra vertente surgida na década de 1960, que Alfredo Bosi chama de "brutalista", é a que não escamoteia a agressividade e a violência da vida cotidiana nas grandes cidades. São exemplos as obras de Dalton Trevisan (O *Vampiro de Curitiba*, 1965), em Curitiba, e o antigo policial de gabinete José Rubem Fonseca, no Rio de Janeiro (*A coleira do cão*, 1965; *Lúcia McCartney*, 1969; *Feliz Ano Novo*, 1975 e *O Cobrador*, 1979). Era a versão literária do cinema marginal, mas que teve muito mais sucesso e perenidade que seu antecessor nas artes visuais, como veremos.

Assim como o mercado editorial, também o mercado jornalístico sofreu grande avanço técnico nos anos de 1960. O principal veículo inovador na imprensa da década anterior tinha sido a *Última Hora* de Samuel Wainer, talvez o único veículo da grande imprensa identificado com o governo e que não fizera oposição a Getúlio em 1954 e a Jango dez anos depois. Entraria em lento declínio sem a simpatia dos

governos de 1951 a 1964, até ser vendido em 1971 para o grupo da *Folha de S. Paulo*. Caso distinto viveu o *Correio da Manhã*, que tinha sido simpático ao golpe, mas se tornaria crítico ao governo Castelo Branco pelas medidas restritivas e antidemocráticas que estavam em curso. Em um misto de jornalismo extenso – grandes reportagens investigativas – e fotografias ilustradas, e desbancando as anteriores *Manchete* e *Cruzeiro*, a Editora Abril lançou em 1966 a revista *Realidade* e em 1968 a revista *Veja*, ambas editadas pelo italiano Mino Carta, nos moldes dos semanários norte-americanos como a *Time*, abordando assuntos gerais. Tratava-se da modernização das editoras jornalísticas brasileiras, ainda que sob crescente censura.

Também o Cinema Novo viveria seu grande momento nos anos de 1960, perpassando o golpe. Buscava uma identidade nacional por meio de produções independentes de baixo custo destacando-se diretores como Leon Hizman, Joaquim Pedro de Andrada, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Glauber Rocha, Zelito Viana, entre outros. Muito forte em Salvador e no Rio de Janeiro. Patrocinado pelo CPC, foi lançado em 1963, *Cinco Vezes Favela* com cinco curtas dirigidos por diretores diferentes, sempre destacando a vida, o cotidiano e os problemas da vida urbana nas comunidades pauperizadas, marcado por forte crítica social. *Deus e o Diabo na Terra do Sol* de Glauber Rocha incorpora e simboliza a temática da terra na forma do conceito de “romantismo revolucionário” de Marcelo Ridenti.

Com o golpe, cada uma destas vertentes, teatro, poesia, cinema e literatura radicalizaram sua opção política contrária à ditadura, até serem fortemente reprimidas após o AI-5. Em muitas manifestações artísticas, às vezes se

uniam expressões distintas, como no teatro *Opinião* e suas reedições, *Opinião 65*, *Opinião 66*, que reunia o teatro de vanguarda com a MPB. No show, eram reunidos os representantes da Bossa Nova (Nara Leão) de classe média, com os sambistas do morro (Zé Kéti) e do regional nordestino (João do Vale). Enquanto isso, em São Paulo, se consolidava o *Teatro Oficina* que, na esteira do *Arena*, encenava cada vez menos peças existenciais e cada vez mais textos de crítica social, apelando para a ironia e o sarcasmo da realidade social do país. Destacam-se as montagens de Gorki, *Pequenos Burgueses*, e de Oswald de Andrade, *O Rei da Vela.* Pouco depois José Celso Martinez Correa iria encenar *Roda Viva* de Chico Buarque, na mesma época em que Glauber Rocha filmava *Terra em Transe* (1967).

Foi parte integrante do movimento mais amplo na música, teatro, poesia, artes plásticas e cinema conhecido como Tropicalismo. Trata-se de um movimento muito difícil de definir, já que nem seus próprios participantes conseguem defini-lo claramente. São impressionismos conceituais semelhantes a um texto pós-moderno ou uma curadoria de arte contemporânea, com pouca ou nenhuma preocupação didática ou de síntese. São incrivelmente tropicalistas as definições de Tropicalismo.

De um modo geral, tratou-se da atualização da antropofagia oswaldiana entre 1967 e 1968, cujo marco, segundo Carlos Nelson Coutinho, foi o filme *Terra em Transe.* Coutinho, aliás, concorda que a incorporação do caótico, a aceitação das contradições, a valorização do irracional, que estão presentes em *Terra em transe*, influenciariam todo o movimento do Tropicalismo. Foi mais forte e reconhecido na música, tendo como expoentes Caetano Veloso, Gilberto Gil,

Tom Zé, Capinam e Gal Costa. Mas envolveu artistas como Helio Oiticica, Lygia Clark e Rubens Gerchman; e cineastas como Rogério Duarte e José Celso Martinez Correa. Tratava-se da incorporação crítica, mas não sem uma dose de admiração do movimento da contracultura antropofagicamente deglutida pelos artistas nacionais. Uma reedição da absorção da herança cultural europeia e americana na matriz negra e indígena brasileira. Um sincretismo cultural.

A enorme visibilidade do Tropicalismo se deu nos festivais da canção que começaram a ser organizados por grupos de TV como a Record, a Excelsior, e o mais famoso, Festival Internacional da Canção que começou na TV Rio e depois passou para a TV Globo. Canções da Tropicália começam a disputar espaço com a música mais explicitamente politizada que agradava mais ao público universitário, que era o público preferencial dos Festivais, criando situações constrangedoras e memoráveis de enfrentamento entre o artista e o público como o caso de Sérgio Ricardo, que vaiado insistentemente pelo público, quebra o violão e o atira na plateia no 3o Festival da Música Popular Brasileira em outubro de 1967, enquanto tentava cantar *Beto bom de bola*.

Episódio ainda mais sintomático da incompreensão provocada pela Tropicália se deu nas eliminatórias paulistas do 3o Festival Internacional da Canção, realizada no TUCA (teatro da Universidade Católica de São Paulo) em setembro de 1968, no auge da politização da sociedade brasileira que redundaria no AI-5. Trata-se de um exemplo que merece uma citação longa, por explicitar os dilemas da expressão cultural da Tropicália, incompreensível para boa parte do público que buscava mensagens políticas mais explícitas e

não necessariamente o questionamento comportamental ou estético. A contestação se restringia à Costa e Silva. Se era americano era imperialista. A Tropicália não tinha o intuito de ser a vanguarda da revolução ou do marxismo. O debate em torno da introdução da guitarra na MPB dá bem o tom do nível de politização a que se chegara.

Caetano, já famoso por *Alegria, Alegria* (1967), abandona definitivamente o comportamento convencional e mergulha de vez na Tropicália, na performance vanguardista de *É Proibido Proibir*. Vestido com roupas exóticas, de plástico verde e dourado brilhante, levando um artista americano John Dandurand, que espalhafatoso gritava frases sem sentido, logo depois de Caetano e Gil cantarem “Me dê um beijo meu amor/ Eles estão nos esperando/ Os automóveis ardem em chamas/ Derrubar as prateleiras/ As estantes, as estátuas/ As vidraças, louças/ Livros, sim.../ E eu digo sim/ E eu digo não ao não/ E eu digo: É! / Proibido proibir”. Inspirada nas pichações de Paris de maio de 1968. Tudo isso contrastava com a simplicidade da forma e a explicitude do conteúdo de *Pra não dizer que não falei das flores*, que Geraldo Vandré cantava em um banquinho com apenas voz e violão, e que rapidamente virou a favorita da plateia.

Naturalmente, a hiperpolitização do público não reagiu bem à antropofagia tropicalista. A vanguarda política não era igualmente estética. Vaias crescentes parte do público de costas. Muitos gritando “bicha! bicha!” não se sabe se para Caetano ou Dandurand, mas evidenciando o lado conservador da juventude de 1960, que queria tomar o poder. Em um discurso pra lá de tropicalista, Caetano interrompe a performance e grita:

> Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? Vocês tem coragem de aplaudir este ano uma música que vocês não teriam coragem de aplaudir no ano passado; são a mesma juventude que vai sempre, sempre, matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem! Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada. Hoje não tem Fernando Pessoa! Eu hoje vim dizer aqui que quem teve coragem de assumir a estrutura do festival, não com o medo que Sr. Chico de Assis pediu, mas com a coragem, quem teve essa coragem de assumir essa estrutura e fazê-la explodir foi Gilberto Gil e fui eu. Vocês estão por fora! Vocês não dão pra entender. Mas que juventude é essa, que juventude é essa? Vocês jamais conterão ninguém! Vocês são iguais sabe a quem? São iguais sabe a quem? – tem som no microfone? – Àqueles que foram ao Roda Viva e espancaram os atores. Vocês não diferem em nada deles, vocês não diferem em nada! E por falar nisso, viva Cacilda Becker! Viva Cacilda Becker! Eu tinha me comprometido em dar esse? viva? aqui, não tem nada a ver com vocês. O problema é o seguinte: vocês estão querendo policiar a música brasileira! O Maranhão apresentou esse ano uma música com arranjo de charleston, sabem o que foi? Foi a Gabriela do ano passado que ele não teve coragem de, no ano passado, apresentar, por ser americana. Mas eu e Gil abrimos o caminho, o que é que vocês querem? Eu vim aqui pra acabar com isso. Eu quero dizer ao júri: me desclassifique! Eu não tenho nada a ver com isso! Nada a ver com isso! Gilberto Gil! Gilberto Gil está comigo pra acabarmos com o festival e com toda a imbecilidade que reina no Brasil. Acabar com isso tudo de uma vez! Nós só entramos em festival pra isso, não é Gil? Não fingimos, não fingimos que desconhecemos o que seja festival, não. Ninguém nunca me ouviu falar assim. Sabe como é? Nós, eu e ele, tivemos a coragem de entrar em todas as estruturas e sair de todas, e vocês? E vocês? Se vocês em política forem como são em estética, estamos feitos! Me desclassifiquem junto com Gil! Junto com ele, tá entendendo. O júri é muito simpático, mas é incompetente. Deus está solto! (nesse ponto Caetano tenta cantar novamente um trecho de *É Proibido Proibir* e é novamente interrompido por vaias) Fora do tom, sem melodia. Como é júri? Não aceitaram? Desqualificaram a melodia de Gilberto Gil e ficaram por fora! Juro que o Gil fundiu a cuca de vocês. Chega!?

Gil logo depois afirmaria: “Não tenho raiva deles, não, eles estão embotados pela burrice que uma coisa chamada Partido Comunista resolveu pôr nas cabeças deles”.

Ganhou naturalmente a música que dizia “Soldados perdidos de armas na mão/ No quartel lhes ensinam antigas

lições/ De morrer pela pátria e viver sem razão/ Vem vamos embora que esperar não é saber/ Quem sabe faz a hora/ Não espera acontecer", que perderia na final do 3o FIC para *Sabiá* de Chico Buarque, igualmente vaiada[533]. Se não fosse "canção de protesto" não servia.

John Dandurand urrando frases desconexas e Caetano atrás fazendo gestos de cópula (1967).

No livro *Verdade Tropical*, escrito quase trinta anos depois deste episódio, Caetano retoma as críticas às correntes nacionalistas da expressão artística de então, que estariam subordinadas direta ou indiretamente ao Partido Comunista, e sua mentalidade preto ou branco. Para ele, o nacionalismo não era expressão da brasilidade, mas, principalmente, um modelo reativo de crítica ao imperialismo norte-americano. A Tropicália era propositiva, não reativa, o que não desqualifica a contestação política, dentre as várias formas de contestação em curso. Outras canções de Caetano da mesma época evidenciam a simpatia às guerrilhas e à luta armada. *Podres Poderes*, *Soy Loco por Ti América* (1966) e *Divino, Maravilhoso* (1968), que cantado por Gal Costa de modo agressivo, cabelo Black Power, sem a postura comportada que a caracterizara como cantora de Bossa Nova, são exemplos disso.

O mesmo Chico Buarque, vaiado por *Sabiá*, se tornaria, depois de 1968, alvo constante da censura, principalmente por escrever com Ruy Guerra a peça *Calabar: O elogio da Traição* de 1973 em que relativizava o papel de Calabar na guerra contra os holandeses para relativizar, igualmente, o nacionalismo dos que apoiavam o Regime Militar. Precisou, a partir de então, passar a compor músicas sob o pseudônimo de Julinho de Adelaide para evitar a proibição de suas canções. A música *Apesar de Você* (1970) é o principal exemplo, juntamente com *Acorda Amor* (1974), também composta por Julinho. Julinho foi morto pelo *Jornal do Brasil* em 1975[534], mas várias outras canções seguiram a linha da contestação política. Este é o caso de *Cálice* (1973), *Angélica* (1977) – que faz referência à luta da estilista Zuzu Angel para saber o paradeiro de seu filho Stuart Angel Jones morto pela repressão do regime militar – e *Mulheres de Atenas* (1976) – composta para a peça de Augusto Boal, que é delicadamente um diálogo feito com base no discurso de Márcio Moreira Alves.

O contexto da expressão artística dos anos 1970 mudara significativamente. O pós-AI-5 foi o tempo do Milagre Econômico e da potencial desmobilização social que ele encerrava em sua prosperidade. Estabelecida a censura prévia por uma década, houve também um esforço do regime em cooptar os setores artísticos e intelectuais por meio da criação de agências culturais, como a *Embrafilme* (1969)[535] e a *Funarte* (1975), e também do uso de agências que existiam desde o Estado Novo como o Instituto Nacional do Livro ou o Serviço Nacional de Teatro.

Muitos dos expoentes do Cinema Novo buscariam financiamento na *Embrafilme*, que chegou a ser inclusive dirigida pelo diretor de Cinema Roberto Farias no governo

Geisel. Isso não evitava que muitas vezes a censura impedisse a veiculação de filmes que a própria *Embrafilme* financiava. Ao lado de sucessos estrondosos de bilheteria como *Dona Flor e seus dois maridos* (1976) e os filmes dos Trapalhões, havia uma enorme gama de produções – a maioria – que era financiada pela empresa e dava prejuízo, sem que houvesse cobrança posterior, já que a relação da *Embrafilme* e, portanto, do governo, com os cineastas, outrora críticos do regime, passara a ser de paternalismo e cooptação. Enquadram-se neste modelo *Bye, bye, Brasil* (1979) de Cacá Diegues, *Pixote* (1980) de Hector Babenco e *Idade da Terra* (1980) de Glauber Rocha, todos fracassos de bilheteria.

Ao contrário do que se pensa, os filmes da chamada pornochanchada não foram financiados pela *Embrafilme.* Eram financiados por produtoras independentes – Cinema da Boca do Lixo – e ao contrário de grande parte dos filmes da *Embrafilme* tinham intenção comercial e davam lucro. Apesar de não mostrarem sexo explícito e muitas vezes serem retalhados por cortes da censura de costumes, tiveram a participação de atores e atrizes[536] de renome – muitos revelados pela pornochanchada – e, também, de cineastas importantes, como Braz Chediak e Neville de Almeida, que praticamente se especializaram em adaptar a dramaturgia picante de Nelson Rodrigues.

Uma terceira vertente do cinema brasileiro deste período foi o cinema marginal. Rogério Sganzerla, Júlio Bressane e João Silvério Trevisan radicalizaram pela ruptura com o Cinema Novo, cooptado pela *Embrafilme* e produziram filmes cuja estética quase niilista, crua, era de um desencantamento absoluto e desesperançado. Tortura, sangue, desespero prolongado, imagens agônicas e

disformes, silêncios prolongados são características de filmes como *Matou a família e foi ao Cinema* (Bressane, 1969), *O Bandido da Luz Vermelha* (Sganzerla, 1968), *A Mulher de Todos* (Sganzerla, 1969), *Orgia ou o homem que deu cria* (João Silvério Trevisan, 1970). Tinham em comum com as origens do Cinema Novo o fato de serem filmes de baixíssimo orçamento, explicitamente confrontacionistas e que ignoravam a censura. Apesar de politicamente engajados, não tinham a pretensão revolucionária. Seus personagens eram muito mais individualistas do que aqueles do Cinema Novo, representantes explícitos das classes sociais.

Esse individualismo parecia contagiar os artistas e intelectuais na década de 1970, com o estabelecimento definitivo de uma indústria cultural rica e autossustentável. O Ministério das Comunicações, criado em 1967, viabilizaria, através de concessões, a disseminação por todo país de uma estrutura televisiva, que seria acompanhada pelo crescimento vigoroso da indústria fonográfica, editorial, jornalística e radiofônica com a enorme demanda por publicidade, o que absorvia quadros profissionais de desenhistas, gravuristas, redatores, músicos e poetas. O pagamento das contas e a realização profissional individual se colocavam progressivamente acima dos compromissos com a sociedade em abstrato, que podiam ser defendidos verbalmente sem que necessariamente se colocasse em risco o emprego ou o financiamento público, que garantia o pão de cada dia. Alguns exemplos da desmobilização, fruto da crescente e quase completa mercantilização do setor cultural – ou “indústria” cultural – foram a Jovem Guarda, no plano musical, e o grosso da programação televisiva, sobretudo a teledramaturgia e os enlatados norte-americanos.

Roberto e Erasmo Carlos, Wanderley Cardoso e Martinha, Wanderléa e Jerry Adriani traduziram o pop internacional, abandonando o engajamento de uma MPB que se voltava para o pobre, o rural, o miserável e dialogando diretamente com a classe média brasileira em época de crescimento econômico. As gírias inventadas ou popularizadas pelo grupo “de arromba”, “brasa mora”, “gata”, “barra limpa” e “papo firme” eram divulgada nacionalmente pelo programa Jovem Guarda da TV Record em São Paulo e retransmitido em videoteipe para outras capitais, alcançando, segundo o IBOPE, mais de 3 milhões de telespectadores que afluíam fanaticamente para os shows de seus ídolos, como se fazia com os Beatles na mesma época. O *Calhambeque*, maior sucesso da Jovem Guarda virou marca de roupas, chapéus, e sapatos e teve fama internacional, chegando às paradas de sucesso, sempre entre os primeiros lugares, na França, Portugal, Angola, Argentina e México. O individualismo consumista aparecia em letras como *Quero que tudo vá pro Inferno*, no qual o que era importante para o indivíduo jovem era sua namorada da vez e seu “carango” novo, não necessariamente nesta ordem. Não importava o problema político ou social.

Não tardaria, no entanto, para que o fenômeno se esgotasse, e o Rei, em carreira solo, demonstrasse mais uma vez sua capacidade de reinvenção[537] para se tornar o ídolo da música romântica, que segue sendo até os dias de hoje, com anuais *hits* de e com dezenas de músicas que todos os brasileiros de qualquer idade sabem cantar. Universalmente famoso por cantar o amor, o maior cantor romântico da história nos permite afirmar que nem todas as criações da ditadura foram maléficas[538].

Há autores que identificam o próprio surgimento do conceito “MPB” enquanto gênero no final dos anos de 1960 como tendo sido um meio para dividir a música brasileira. De um lado os herdeiros da bossa nova e do samba e do outro os herdeiros do “rock”, representados por músicos como Roberto Carlos e a “jovem guarda”, que não eram considerados MPB. Foi nesse contexto que se deu a marcha contra o uso da guitarra elétrica de 1967[539]. Esta divisão inexistia antes. Música popular brasileira era toda música não erudita produzida no Brasil, por qualquer artista que fosse.

Roberto Carlos não foi um fenômeno isolado de vítima de patrulhamento ideológico. Dezenas de artistas considerados “cafonas”, quase sempre de origem social humilde, eram ouvidos por milhões de brasileiros mas são ignorados pela memória oficial da música brasileira contemporânea[540]. Cantores como Paulo Sérgio, Waldick Soriano, Nelson Ned, Agnaldo Timóteo, Odair José, entre outros vendiam dezenas de vezes mais discos que os celebrados Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Elis Regina. Segundo Paulo Cesar Araújo estes “clássicos” para agradar a juventude universitária de então só podiam ser lançados no mercado por que as gravadoras poderiam se dar ao luxo de amargar lucros pequenos ou prejuízos com seus discos de elite por serem sustentadas financeiramente pelos ídolos populares “cafonas” que, mesmo tendo vendido milhões de discos, foram apagados da história. Os “cafonas” bancavam a elite da MPB.

Em sua perturbadora e eloquente tese “Eu não sou cachorro não” sobre a musica “cafona”, Araújo estuda os motivos para esse silêncio na memória coletiva brasileira e resgata o fenômeno popular. Este autor desmonta a

dicotomia música engajada e de contestação *versus* música alienante e “chapa branca”. Descobre dezenas de exemplos adesistas entre os músicos clássicos da MPB (Elis Regina, os irmãos Valle, Caetano e até Chico Buarque) e um grande número de canções de crítica social e política entre os “cafonas” que foram censuradas e proibidas pelo regime[541]. Estes artistas alcançaram o ápice do seu sucesso justo durante a vigência do AI-5 (1968-1978), período em que a venda de LPs triplicou, o faturamento da indústria de discos subiu mais de 1.300% e o consumo de toca-discos cerca de 800%.

Fenômeno de massas ainda mais impactante e extraordinário é a televisão. Chegara ao Brasil em 1950 mas, na década de 1960, já não estava restrita aos grupos de elite. Com a chegada do videoteipe no início dos anos de 1950 melhorava incrivelmente a qualidade[542] de uma TV que até então era feita de improviso, por atores oriundos do rádio, que gravavam seus programas sem poderem errar. Favoreceu ainda a rentabilização das emissoras graças ao alcance nacional que permitia. Programas gravados, que se tornavam nacionais e despertavam muito mais interesse dos anunciantes, favoreciam o lucro e o reinvestimento em maior qualidade.

A Tupi era a líder de mercado no início da década. A pequena TV Paulista começou a disputar mercado com a Tupi, revelando nomes como Hebe Camargo e Silvio Santos. Junto com a TV Record as três disputavam a audiência nacional até o aparecimento da TV Excelsior, que inovou no mercado com o capital do grupo Simonsen, a partir do início da década de 1960 (1960 em SP, 1963 no Rio de Janeiro). O grupo tentou inclusive transmitir a cores em 1962, sem sucesso comercial por conta do preço dos aparelhos

receptores NTSC. Ainda demoraria uma década até que se obtivesse sucesso na transmissão a cores da Festa da Uva de Caxias do Sul em 1972.

Até o golpe militar, a Excelsior era a líder incontestável no horário nobre e na captação de recursos com anunciantes. Shows e programas de auditório com artistas renomados (Elis Regina, Gilberto Gil, Jorge Ben), programas humorísticos como o *Times Square*, *Gira o mundo gira* (com Chico Anysio), lutas encenadas como o *Telecatch*, jogos de futebol transmitidos em videoteipe do Maracanã – era proibida a transmissão ao vivo – e as séries enlatadas compradas das emissoras americanas como *Jornada nas Estrelas*, *Dr. Kildare* e *Missão Impossível* faziam enorme sucesso. Não era uma programação muito “engajada” socialmente, ainda que a Excelsior não fosse a TV favorita do regime[543].

Mas nada fazia tanto sucesso quanto as novelas, graças à Excelsior, que inaugurou uma nova forma de fazer dramaturgia, contratando um elenco milionário com o *slogan* “Eu também estou na Excelsior”. Em 1963, Glória Menezes e Tarcisio Meira protagonizaram a primeira novela da Excelsior – “2-5499, Ocupado” –, no qual Glória fazia uma presidiária que, trabalhando como telefonista, se apaixonava por um homem livre que não a conhecia pessoalmente. Criava-se no Brasil o hábito folhetinesco de acompanhar uma trama diariamente no horário em que as pessoas terminavam seu jantar, após chegarem em casa, cansadas do trabalho. Se o leitor é brasileiro, não há qualquer necessidade de argumentar o impacto de tal inovação na cultura nacional. Para não ferir os brios mais sofisticados dos futuros diplomatas, o autor se abstém de fazer juízos de valor deste fenômeno cultural, mas não

deixa de sublinhar seu alcance, certamente dos maiores, se não o maior, da história cultural brasileira em qualquer época.

A dramaturgia evoluiu tal qual a própria TV. A mais famosa novela da época era uma adaptação de um sucesso do rádio *O Direito de Nascer*, originalmente cubana, que devolveu a liderança do horário nobre à TV Tupi. Um dramalhão com Paulo Gracindo, que era filho ilegítimo de uma freira e apaixonado pela própria prima sem o saber. A polícia e o exército precisaram conter a multidão que se aglomerava para assistir o último episódio gravado ao vivo numa festa comemorativa de encerramento.

As novelas eram patrocinadas pelas indústrias de cosméticos que compravam o espaço publicitário dos reclames nos intervalos. A Colgate-Palmolive aproveitando-se da situação de Cuba pós-revolucionária patrocina a vinda da escritora de novelas cubana, Glória Magadan, que fez *A outra* e *A cor de sua pele*, em 1965, na TV Tupi, mas neste mesmo ano foi contratada pela nova emissora que surgira logo depois do golpe militar.

A TV Globo (1965) aos poucos, graças à enorme qualidade técnica, equipamentos de última geração – já nascia com videoteipe – e grandes investimentos, se consolidaria ao longo dos anos como líder incontestável do mercado televisivo brasileiro. Nos anos sessenta, ainda disputava com a Excelsior e a Tupi. Em 1966, Roberto Marinho compra a TV Paulista e se consolida nos dois principais Estados do país. As novelas escritas, supervisionadas e produzidas por Glória Magadan, ditaram as regras iniciais do gênero, muito fortemente influenciadas pelos dramas lacrimosos cubanos e mexicanos. *Eu compro essa mulher* (1966), *O Sheik de Agadir* (1966), *A sombra de*

Rebecca (1967). Neste mesmo ano Glória Magadan contrata Janete Clair para auxiliá-la nas novelas da Rede Globo, que substituiria a antiga chefe na Globo em 1969, quando Magadan foi dispensada.

Com *Irmãos Coragem* (1970), *Selva de Pedra* (1972) e *Pecado Capital* (1975), Janete Clair se tornava a "maga das oito" e o Brasil deixaria de ser importador para se tornar o maior exportador de novelas do mundo[544]. Em *O Astro* (1978), a pergunta "Quem matou Salomão Hayalla?" garantiu audiência absoluta para a Rede Globo, a esta altura já hegemônica. *Pai Herói* (1979), *Jogo da Vida* (1981) e *Sétimo Sentido* (1983) foram alguns dos últimos sucessos de Janete Clair antes de morrer precocemente de um câncer no intestino.

Isso não significa que a teledramaturgia tenha sido espaço exclusivo da alienação. Casado com Janete Clair, o dramaturgo oriundo do teatro, Dias Gomes, se tornou especialista em satirizar a ditadura em horário nobre[545]. Em 1973, sua novela *O Bem Amado* era uma comédia política muito sofisticada, que mostrava a pequena cidade de Sucupira como microcosmo do Brasil. Seu prefeito conservador caricato Odorico Paraguaçu[546] era popular graças às obras públicas eleitoreiras que inaugurava. No caso, tratava-se de um Cemitério, "ininaugurável", porque ninguém morria em Sucupira. Odorico, então, contrata Zeca Diabo, pistoleiro para resolver o problema e calar a oposição. Não deve ter agradado os militares já que, em 1975, o governo proibiu, na semana de estreia, sua novela *Roque Santeiro*, como já havia proibido a peça na qual ela se baseava, também no dia de sua estreia, em 1965. Roque Santeiro, um dos maiores sucessos da teledramaturgia nacional, só foi ao ar em 1985, já sob o signo da

redemocratização que permitia maior liberdade crítica ao impactante horário nobre. No ano seguinte seria *Vale Tudo* e a crítica à corrupção e à impunidade. Em 1989, *Que Rei sou eu?*, uma versão pastelão de Sucupira no reino imaginário de Avilan no século XVIII pré-revolucionária, que nada mais era que o Brasil. Em 1992, estimulando os cara-pintadas que saíam às ruas para pedir o *impeachment* de Fernando Collor, a minissérie *Anos Rebeldes* contava a história da juventude nos anos sessenta, na qual o personagem principal, João Alfredo, entra para a luta armada. Gêneros como a novela rural – cujo maior expoente é Benedito Ruy Barbosa – também evidenciam o crescimento das cidades médias e do Brasil interiorano, o que ficou explícito com o sucesso de *Pantanal* exibida pela TV Manchete em 1990.

As novelas acompanham a trajetória política e social do país com alcance que nenhuma outra modalidade narrativa possui. Recentemente, o maior sucesso do horário nobre, *Avenida Brasil* (2012) de João Emanuel Carneiro, focou pela primeira vez no subúrbio da emergente classe “C”, empreendedora e progressiva, com o núcleo rico da zona sul carioca em segundo plano. O povo via a si mesmo nas telas, não mais uma versão inalcançável dos seus patrões.

No contexto da abertura, já no governo João Figueiredo, surgiu na cena musical outro movimento de considerável impacto e igualmente relevante até os dias atuais. O Rock Nacional, ou BRock. Sincrético, incorporou influências do *New Wave*, do *Punk* e do *Pop* internacional do final dos anos 1970, não apenas nos ritmos, mas também na estética. O show de Rock virava um espetáculo. *Kiss*, *The Cure*, *David Bowie*, com suas roupas extravagantes, *Morrisey*, com seu jeito esquisito de dançar, tanto quanto o *Pink Floyd* teriam

impacto nas bandas brasileiras, como a *Blitz*, os *Paralamas do Sucesso*, o *Biquíni Cavadão*, ou o *Kid Abelha.*

Em Brasília (*Legião Urbana* e *Capital Inicial*), Porto Alegre (*Engenheiros do Hawaii* e *Nenhum de Nós*), São Paulo (*Ultraje a Rigor*, *RPM*, *Titãs*, *Ira!*) e no Rio de Janeiro (*Barão Vermelho*, *Blitz*), cujo *point* era o Circo Voador, bandas saíam das garagens para aproveitar o contexto de abertura política e mostrar a que vieram. Sem a obrigatoriedade de necessariamente se posicionarem politicamente, como nos anos de 1960, faziam crítica social, comportamental e sexual, cumprindo plenamente a profecia de insatisfação de Caetano Veloso, duas décadas depois. Cantavam músicas irreverentes como "Betty Frígida" (Blitz, 1983) e críticas sociais profundas como "Faroeste Caboclo" (Legião Urbana, 1981), "Que país é esse?" (Legião Urbana, 1987) e "Brasil" (Cazuza, 1988). Cada um destes grupos demonstra uma vocação distinta: Barão Vermelho, Capital Inicial e Ultraje a Rigor eram puro Rock'n Roll. Ira! e Titãs, um rock mais pesado, quase punk. A Blitz, um rock irreverente com performances de palco e piadas. O Kid Abelha totalmente pop e as bandas gaúchas um elemento mais folk. Em alguma medida, todos eram herdeiros das performances de Raul Seixas e Rita Lee nas décadas anteriores, precursores do rock nacional.

Cabe ainda mencionar o movimento Punk, que surge no Brasil no final dos anos 1970, e tem seu ápice em São Paulo nos anos 1980. São expoentes do punk brasileiro o *Ratos de Porão* e o *Viper*, cujo vocalista André Matos sairia para fundar o *Angra* nos anos 1990. Na cena mineira, destaca-se o *Sepultura.* Tanto o *Angra* quanto o *Sepultura* tiveram uma carreira internacional bem mais relevante que a trajetória

nacional de suas bandas, ao ponto de André Matos ter sido sondado para substituir Bruce Dickinson no *Iron Maiden*.

Os dois maiores sucessos de vendas de discos e de shows foram o paulista RPM (mais de 2 milhões de cópias vendidas com o álbum *Revoluções por Minuto* em 1986, cujo grande sucesso era o *remake* da música de exílio de Caetano Veloso, *London London*). Mas esse sucesso teve vida curta e a carreira solo de Paulo Ricardo não satisfez as expectativas criadas com o que foi o RPM. O outro é o Legião Urbana, que teve sucesso menos estrondoso, mas muito mais perene, e ainda hoje a banda que mais vende discos no Brasil. Seu vocalista Renato Russo, assumidamente homossexual, tal qual Cazuza, morreria de AIDS, dando uma conotação de dramaticidade romântica típica do mal do século dezenovesco a essa geração, e contribuindo ainda mais para o sucesso das músicas da banda, que seguem sendo ouvidas por jovens de hoje, que sequer conheceram o Legião, já que Renato Russo morreu em 1996, há quase 20 anos.

Em que pese a censura e a repressão, o que se percebe neste ensaio incompleto das vertentes artístico-culturais do período do Regime Militar é a riqueza de manifestações que a sociedade brasileira, por meio de seus artistas, foi capaz de produzir. Tanto nas manifestações artísticas explicitamente politizadas e de contestação ao Regime, quanto naquelas mais abertamente comerciais temos em comum o amadurecimento das estruturas de produção e divulgação dos produtos culturais, no que se convencionou chamar – não raro com viés de crítica – de indústria cultural. Isso é evidente na televisão, no jornalismo, no mercado editorial e fonográfico.

Saltam aos olhos outras duas considerações breves. Em primeiro lugar, o Regime Militar deu muito menos atenção à expressão cultural que a ditadura estadonovista, ou mesmo o regime monárquico no século XIX. Ambos tiveram a explícita intenção de criar uma identidade nacional, pretensão essa que passava longe da intervenção sob os generais dos anos sessenta e setenta. Quando intervinham, era, quase sempre, para reprimir. Suas instituições de cooptação como a *Embrafilme*, mais tarde extinta no governo Collor, deixaram um legado efêmero[547]. Em segundo lugar, nas áreas nas quais se estruturou uma indústria coesa, lucrativa e com capacidade de reinvestimento autossustentável, a obra cultural se fez perene. Expoentes que iniciaram suas carreiras nos anos 1960 e 1970, ao demonstrarem talento, conseguiram se perenizar mantendo sua capacidade de influência cultural até os dias atuais. Cantores como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, Paulinho da Viola, Gal Costa, Maria Bethânia, Roberto Carlos, escritores como Rubem Fonseca e Dalton Trevisan, editores como Mino Carta, jornalistas como Mário Prata, roqueiros como Lobão, Fernanda Abreu, bandas como Barão Vermelho, Titãs e mesmo algumas extintas como a Blitz e a Legião Urbana ainda hoje fazem sucesso, tanto quanto a novela das oito, seja ela qual for, a poesia de Vinicius de Morais e a controversa e hoje desmoralizada Revista Veja.

Essa permanência cultural dos anos da ditadura, passados quase 50 anos, tem seu maior exemplo na TV. Se no passado era o IHGB, a ABL, o DIP ou o Ministério da Educação as instituições culturais relevantes na conformação cultural do povo brasileiro, da década de 1970 em diante, é possível afirmar sem medo de errar que a instituição de maior alcance e impacto na conformação

cultural, e mesmo na identidade do povo brasileiro, é, para o bem e para o mal, a Rede Globo de Televisão.

9. A Nova República (1985-)

9.1 Apontamentos introdutórios para a história da Nova República

Governo Sarney – inflação e Constituinte.
Política Externa do governo Sarney. Fernando Collor, a abertura e o "Impeachment".
A Era FHC – desdobramentos e críticas. Petismo ou lulismo? Resumo da ação externa do governo Lula. Esforço de síntese: os três ciclos hegemônicos da Nova República.

No plano político o Brasil viveu três grandes ciclos na Nova República. O primeiro (1985-1994) foi marcado pela hegemonia confusa do PMDB, herdada principalmente da vitória eleitoral de 1986, logo após o plano Cruzado. O grande desafio foi superar a hiperinflação. Fracassou. Sua preeminência partidária em declínio com a eleição de Fernando Collor e seu marco conclusivo é naturalmente o Plano Real (1994).

Catapultado pelo sucesso do plano, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, ultrapassa em visibilidade em seu próprio partido o Governador de São Paulo, Mário Covas, que tinha sido o candidato anterior do PSDB à presidência e quase havia chegado ao 2o turno. Eleito no primeiro turno, Fernando Henrique marca o segundo momento da Nova República, na qual a hegemonia

do PSDB é compartilhada com o PFL (1995-2003), e divide o PMDB em uma ala governista e uma oposicionista. A aliança de centro-direita altera a Constituição e reelege Fernando Henrique em 1998, novamente em primeiro turno, apesar de patinar na economia. A prioridade do governo era manter a qualquer custo a estabilidade da moeda, mesmo à custa do crescimento. O Plano Cruzado sustentou o PMDB – ao menos nos Estados e hegemônico no Congresso Nacional, se não na Presidência – por oito anos, o Plano Real sustenta o PSDB. A história recente brasileira parecia fazer crer que o assessor de Bill Clinton – no contexto do *sexgate* – tinha razão em dizer que a chave do sucesso eleitoral “*It’s the economy, stupid!”.*

Mas não tinha razão. O Plano Cruzado foi um fracasso, mas ao eleger quase todos os governadores do país permitiu a este partido institucionalizar-se nos chamados “grotões” que nas décadas de 1940 e 1950 eram os redutos do PSD e nas décadas de 1960 e 1970, redutos da ARENA. Muitos antigos militantes da ARENA acabaram incorporados aderindo ao PMDB, motivo pelo qual ocorreu o racha de 1988 que criou o PSDB. O mesmo PSDB que ao chegar ao poder, precisou do apoio do PMDB e do PFL para governar. O Plano Real não sustentava sozinho a governabilidade de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, não foi nenhum plano econômico milagroso que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, em sua 4a tentativa para chegar à Presidência, mas a longa trajetória institucional do Partido dos Trabalhadores, que crescia gradualmente a cada eleição, desde sua criação em 1980, conquistando espaços importantes de visibilidade – o primeiro foi a prefeitura de São Paulo, com Luiza Erundina em 1988 – até chegar a Presidência da República.

O governo Lula elegeu a luta contra a desigualdade, elemento prioritário de atenção, e por meio de programas como o Bolsa Família conseguiu reduzi-la significativamente, viabilizando a eleição de sua sucessora, a primeira mulher a presidir a República em mais de 110 anos. É o terceiro ciclo (2003-2013). Novamente para garantir a governabilidade e a eleição de Dilma Rousseff foi necessária a formação de uma ampla coligação político-partidária na qual o PMDB é essencial. Garantiu-lhe a vice-presidência da República (Michel Temer), tal qual o PSDB garantia a vice-presidência para o PFL (Marco Maciel), e o PSD dos anos 1950/60 garantia a vice-presidência ao PTB (João Goulart). Não se faz política sem alianças, e no presidencialismo de coalizão não é possível governar sem o Congresso Nacional, como comprovam os exemplos de Jânio Quadros (1961) e Fernando Collor de Melo (1990-1992).

O Governo Sarney (1985-1990)

Forçado, pelas circunstâncias, a concluir o processo de redemocratização, que sua própria trajetória política negava, o político maranhense se viu diante de desafios formidáveis. Não tinha credibilidade popular nem mesmo legitimidade com seu próprio Ministério, pois se tratava de Ministério com forte presença de políticos peemedebistas nomeados por Tancredo que ele buscou manter no cargo. Seu principal desafio era a hiperinflação, que, ao final de seu governo, passou à casa dos 80% ao mês.

Inicialmente, o governo prometia a remoção do entulho autoritário. O “Emendão” de maio de 1985 foi um pacote de alterações constitucionais que foram embutidas na Emenda Constitucional n. 25 à Carta de 1967. Estabelecia eleições diretas em dois turnos para todos os cargos executivos de prefeitos ao Presidente da República; restabelecia a

legalidade dos partidos comunistas; permitia a representação política do Distrito Federal e autorizava o voto dos analfabetos. Foram ainda desmontados os serviços de informações, o aparato repressivo, a intervenção nos sindicatos e outras medidas consideradas autoritárias.

Já a luta contra a inflação se deu por meio de quatro "pacotes" – nomes pelos quais o povo brasileiro passou a chamar o conjunto de medidas macroeconômicas, que anunciadas em bloco pelo Ministro da Fazenda da vez, carregavam a pesada carga de expectativa de que encerrariam o ciclo inflacionário. Inspirado pelo Plano Austral argentino (1985) do governo Alfonsín, o Ministro Dílson Funaro preparou o heterodoxo plano Cruzado[548], que previa congelamento de preços e salários para combater a "inflação inercial". Era um conceito econômico desenvolvido por Mário Henrique Simonsen, que defendia haver uma grande dose de inflação "psicológica" na sociedade brasileira após quase uma década de convívio inflacionário. Pouco antes da criação da nova moeda, o cruzado, os salários foram reajustados por uma média superior a inflação o que gerou aumento real do poder de compra da população. O congelamento de preços favoreceu o consumo que catapultou a popularidade de Sarney e de Funaro. Milhares de donas de casa se transformaram em "fiscais do Sarney", levando para a economia a mobilização que dois anos antes tinha sido feita em prol das "Diretas Já". É possível que o resultado frustrante de ambas as mobilizações tenha contribuído para a desmobilização política da sociedade brasileira que se veria a partir de então.

Outra consequência do Plano foi que, com a permanência indefinida do congelamento, ocorreu uma crise de

desabastecimento no país. Não era do interesse de muitos empresários vender seus estoques com lucros reduzidos ou zerados. Tabelinhas sucessivas de reajustes permitidos, enunciados pelo governo, transformaram por alguns meses o Brasil num país com mercado controlado, tal qual um regime socialista. Prateleiras vazias, mercado negro com ágio, filas noturnas e secretas, limite da quantidade de produtos que podiam ser comprados por cada cliente foram as consequências de um regime de congelamento que, originalmente provisório, ia se perpetuando ao longo dos meses para que rendesse dividendos eleitorais.

Deu certo. Nas eleições de 1986 – extinguiu-se o voto vinculado, mas manteve-se a sublegenda – que elegeram os governadores e os deputados constituintes, a vitória do PMDB foi tão estrondosa[549] que chegou a se comparar o PMDB ao PRI que controlava há seis décadas a política no México. Pouco tempo depois das eleições, o congelamento foi suspenso e a inflação não apenas voltara, como ultrapassara seus índices anteriores. O três pacotes que se seguiram Plano Cruzado II (Ministro Dílson Funaro)[550], Plano Bresser (Ministro Bresser Pereira)[551], e Plano Verão (Ministro Mailson da Nóbrega)[552] não conseguiram evitar a espiral inflacionária, que marcou todo o governo.

A formação da Frente Liberal que elegera Tancredo em 1985 se tornara aliança governamental que daria ampla base ao governo Sarney na Constituinte, mas não sem crises, barganhas e concessões por parte do governo para conseguir aprovar medidas do seu interesse, como o mandato presidencial de cinco anos. O chamado “Centrão”, uma agremiação de centro-direita que na prática fez a Constituição brasileira de 1988, seria o análogo brasileiro ao

Pacto de Moncloa espanhol. O projeto Geisel-Golbery, apesar das vicissitudes, havia sido bem-sucedido. A transição tinha sido lenta, gradual e certamente fora segura para os militares protegidos pela anistia ampla, geral e irrestrita que proibia abertura de processo contra os torturadores.

Apesar dos pesares, a Constituinte, que ficou pronta em 1988. Chamada "Cidadã", incorporou direitos significativos para os cidadãos brasileiros e proteção às minorias. Entre as inovações da Carta estão a ampliação da licença-maternidade para 120 dias, o racismo, considerado crime inafiançável, a proteção ao meio ambiente, o *habeas data*, projeto de lei por iniciativa popular, o salário-mínimo nacionalmente unificado que seja suficiente para garantir alimentação, transporte, moradia e lazer, a proteção ao idoso, à criança e ao adolescente, a garantia de direito de demarcação das terras indígenas e quilombolas, entre outras previsões[553]. Cada grupo de pressão conseguia um artigo que defendesse seus interesses em uma Constituinte[554] que teve o defeito de ser Congressual, ou seja, os congressistas mantinham seus mandatos parlamentares uma vez concluída a Constituição, estando, portanto, sujeito às pressões comuns necessárias à reeleição. A Assembleia não era exclusivamente Constituinte. Dentre as críticas à Constituição está justamente o seu gigantismo. Como ela buscou incluir diversos aspectos da vida social brasileira em seu escopo, acabaram se fazendo necessárias uma infinidade de leis complementares que regulamentassem as previsões constitucionais, muitas das quais ainda não concluídas, transformando vários dispositivos constitucionais em *wishfull thinking* ou ficção utópica. O número de emendas constitucionais à Carta de 1988 já ultrapassou setenta, em

25 anos. A comparação com a constituição americana de apenas sete artigos e 27 emendas em 226 anos não é justa, mas dá um pouco a dimensão da diferença de uma ordem constitucional que se pretendeu totalizante, para o bem ou para o mal.

Com a Constituição completa-se definitivamente o processo de redemocratização, garantindo a implementação da democracia, que o novo governo prometera em sua posse. Para conseguir viabilizar a manutenção do presidencialismo e garantir cinco anos de mandato, Sarney fez várias reformas ministeriais. Usou e abusou da prerrogativa governamental de concessão de redes de rádio e TV, muitas das quais já decididas pelo governo Figueiredo e que o novo Presidente suspendera logo que tomou posse. O “Centrão” garantiu a vitória de Sarney em ambas as questões de seu interesse. O mandato presidencial passou a ser de cinco anos, sem direito a reeleição e o regime presidencialista era mantido, ao menos até que se procedesse o plebiscito sobre o regime e o sistema de governo, que ocorreu em 1993, confirmando a República presidencialista. Com o apoio da maior parte dos governadores do PMDB, a Constituição promulgada em outubro de 1988 adiava para o ano seguinte a eleição presidencial. Contrário a tais medidas o bloco independente do PMDB, formado por 93 congressistas liderados por Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa saíram do partido para formar o PSDB em 1988.

No plano da política externa, o governo Sarney foi marcado pela intensificação das relações bilaterais e multilaterais com os países latino-americanos, conforme previsto na própria Constituição Brasileira. Visitou todos os vizinhos da América do Sul, institucionalizou em 1986 o

Grupo do Rio[555], oriundo dos grupos de Contadora e Apoio à Contadora e críticos ao intervencionismo da Era Reagan, que resgatava o Big Stick. Além disso, reatou relações diplomáticas com Cuba, em um dos primeiros atos do governo. Era o início do resgate das hipotecas do Regime Militar. O Brasil adere aos regimes de direitos humanos e meio ambiente, temas bloqueados pelo “soberanismo” dos militares, nos quais o Brasil era alvo negativo da opinião pública internacional, por conta do desmatamento e das torturas aos presos políticos durante o regime anterior.

A redemocratização marcou também o início da maior permeabilidade do Itamaraty às demandas da sociedade civil, organizada em temas como os direitos humanos, defendidos pela CNBB e pelo grupo “Tortura Nunca Mais”, ligado à Arquidiocese de São Paulo; além de o tema do meio ambiente, que daria origem ao Partido Verde e atrairia a atenção do mundo para a questão amazônica com o assassinato em 1985 do sindicalista e ativista ambiental Chico Mendes. Recorde-se também a adesão às sanções da ONU contra o apartheid sul-africano, fruto das pressões internas do movimento negro brasileiro que datam igualmente de 1985.

No plano das relações bilaterais com os Estados Unidos, fica patente a continuidade das tensões que marcaram o Pragmatismo e o Universalismo. O governo Sarney pode ser considerado o último do ciclo desenvolvimentista, paradigma que entrará em colapso no governo de seu sucessor a partir de 1990. A abertura unilateral do governo norte-americano neoliberal sob Reagan havia favorecido imensamente as exportações brasileira, alavancadas ainda mais pela desvalorização da moeda nacional, corroída por uma década de hiperinflação. A pressão estadunidense

sobre a América Latina e, em especial, sobre o Brasil para que abrisse sua economia torna-se intensa. O foco dos governos Reagan e Bush se voltará justamente os setores sensíveis que cresciam aceleradamente nos Estados Unidos, os fármacos e o setor de informática, ambos protegidos por uma legislação defensiva no Brasil[556]. O governo Reagan forçou o governo a rever a questão das patentes dos softwares, ameaçando retaliar com medidas protecionistas em relação ao Brasil. Mesmo facilitando a entrada de softwares em 1986, o governo americano insatisfeito encerrou o sistema preferencial de tarifas em 1987, prejudicando vários produtos nacionais.

Era ainda mais difícil resistir à pressão norte-americana sob a espada da dívida externa pendurada por um fio sobre a cabeça do governo brasileiro. Incapaz de honrar os juros impagáveis e os compromissos assumidos, o Brasil acreditou que poderia negociar em bloco o problema da dívida externa se articulando multilateralmente com os demais países da América Latina[557]. Chegou a emitir um comunicado conjunto ressaltando os compromissos internacionais, mas “não ao custo do sacrifício do desenvolvimento e do nível de vida de suas populações”. O tema da dívida foi denunciado em três dos pronunciamentos do presidente Sarney no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU. O Brasil alegava que havia chegado ao limite do suportável. Depois de diversas tentativas de renegociação, decretou a moratória dos juros em fevereiro de 1987 na expectativa de que criaria um efeito dominó na região. Mas, apesar das propostas do G-3[558], o Brasil não foi capaz de irradiar sua influência para os vizinhos igualmente endividados, ficando na difícil

situação de ter que cancelar a moratória no mesmo ano e retomar o pagamento dos juros.

O ponto alto da política externa do governo Sarney, entretanto, foi o adensamento das relações bilaterais com a Argentina, outro traço de continuidade política em relação ao governo Figueiredo. Em 30 de julho de 1986, Sarney assinou com Raúl Alfonsín a Ata para a Integração argentino-brasileira. Era a primeira vez que se vislumbrava o propósito de uma integração e cooperação econômica. Alfonsín retribuiu a visita em dezembro do mesmo ano. Além dos anseios econômicos de formação de um futuro mercado comum, as propostas e encontros evidenciavam uma questão política de fundo muito mais amplo, que era a superação definitiva da rivalidade histórica por meio da institucionalização da amizade bilateral. A aproximação iniciada no governo Sarney, resultaria, em 1991, na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que reuniria ainda Uruguai e Paraguai.

Com a criação do Mercosul, percebe-se a crescente dessecuritização da fronteira meridional brasileira, e a transferência das preocupações geopolíticas e de segurança para a Amazônia. É evidência disso a presença das tropas e quartéis brasileiros, historicamente concentrados no Prata desde antes da independência, que hoje deixa de ser realidade.

Fernando Collor de Melo (1990-1992)

As primeiras eleições diretas para Presidente desde 1960 contaram com a candidatura de 22 chapas. Praticamente todos os partidos existentes lançaram-se para concorrer a Presidência da República. Foram apenas três coligações. A formada pelos micropartidos (PRN, PSC, PST e PTR) elegeu

Fernando Collor de Melo; a coligação de esquerda (PT, PSB e PC do B) levou Lula ao segundo turno; e a coligação ruralista (PSD e PDN) conquistou 0,68% dos votos e deixou Ronaldo Caiado em décimo lugar.

Políticos tradicionais como Ulysses Guimarães, Mário Covas, Paulo Maluf e Aureliano Chaves, não foram capazes de chegar ao segundo turno. Quem mais se aproximou disso foi Leonel Brizola que teve 500 mil votos a menos que Lula e dividiu os votos da esquerda. Juntos, tinham pouco mais que os 22 milhões dados a Fernando Collor. Era um sinal do esgotamento da política tradicional, que favorecia os candidatos que se apresentavam como alternativas novas. Collor, que vinha da tradicional oligarquia alagoana (seu pai fora governador de Alagoas nos anos 1950, e sua mãe era filha do gaúcho que fora o primeiro Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor) com o discurso de caçador de marajás, retomava a tecla da moralização pública que tinha sido o mote para eleger Jânio Quadros em 1960, e a base do discurso udenista. Funcionou. Aglutinou o apoio generalizado do empresariado e dos meios de comunicação, quando sua candidatura decolou e as dos demais políticos patinava. Os candidatos do governo Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL) ficaram respectivamente em sétimo e nono lugar, e evitavam na campanha qualquer vinculação ao governo Sarney.

O segundo turno viveu uma radical polarização entre a esquerda e a direita justamente no momento em que caía o muro de Berlim. Collor, dono de um império de comunicações em Alagoas, bem formado, bem falante, contrastava com o candidato do PT, a quem Brizola apelidou de “sapo barbudo”, que tinha toda a má vontade da mídia hegemônica e que, em troca, lhe devolvia desprezo e medo,

perceptível em suas entrevistas e debates. Episódios como a vinculação midiática ao PT dos sequestradores de Abílio Diniz (ficou seis dias em cativeiro em 1989, planejado por um grupo guerrilheiro chileno); a denúncia de Collor de que Lula possuía uma filha fora do casamento; e as edições favoráveis a Collor feitas nas inserções dos debates presidenciais que foram ao ar no Jornal Nacional são contadas por Mário Sérgio Conti em *Notícias do Planalto*, e contribuíram para definir completamente a vitória de Collor no segundo turno com mais de 4 milhões de votos de diferença.

Numa dessas contradições comuns à história do Brasil, no dia seguinte à sua posse, o país que elegeu o candidato da direita, assistiria ao maior ataque à propriedade privada da história republicana[559]. Era o Plano Collor. Previa o bloqueio inusitado de todas as aplicações financeiras, inclusive a caderneta de poupança, salvo o limite de 50 mil cruzados novos por dezoito meses, ao fim dos quais seriam devolvidos corrigidos. Previa ainda congelamento de preços e salários e revisão da indexação. Paralelamente seria implementado um grande esforço para viabilizar o enxugamento da máquina estatal. Fundações, empresas públicas e autarquias foram extintas – a *Embrafilme*, por exemplo – e muitos funcionários públicos foram demitidos ao arrepio da legislação vigente. Era o Estado mínimo neoliberal.

Encerrando sessenta anos do ciclo desenvolvimentista, implementou-se a abertura unilateral e não negociada da economia brasileira para produtos estrangeiros. O Presidente declarava que nossos carros eram “carroças” e que a indústria nacional precisava de um choque de competitividade. Tratava-se do Presidente ideal para o

consenso de Washington que pregava a abertura das economias latino-americanas.

Iniciavam-se igualmente as privatizações das empresas estatais. Instituiu imediatamente o PND, Programa Nacional de Desestatização (1990), e deu início às privatizações que se iniciaram no setor siderúrgico. A primeira foi a lucrativa Usiminas, privatizada em 1991.

O momento mais importante da política externa de Fernando Collor de Melo foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92), conhecida como Eco-92, que recebeu centenas de Chefes de Estado e de Governo no Rio de Janeiro e contribuiu para a reabilitação do Brasil como país responsável no campo do meio ambiente. Antes vidraça, hoje o Brasil é uma das vozes mais firmes no plano internacional em defesa de metas mais rigorosas de proteção ao Meio Ambiente e está caminhando para tornar crescentemente sua matriz energética mais limpa e menos dependente do petróleo.

O Plano Collor não foi capaz de acabar com a inflação e aumentou a recessão brasileira. A economia brasileira diminuía e a inflação crescia – chegou a 1.200% ao ano – enquanto o Presidente midiático que pilotava caças e carros de Fórmula 1 e fazia corridas matinais pelo Palácio começou a ser bombardeado por escândalos de corrupção que arranharam sua imagem de campanha de “caçador dos marajás”. Denunciado por seu próprio irmão, descobriu-se o soturno tráfico de influência feito pelo tesoureiro de sua campanha, Paulo Cesar Farias em diversos escalões do governo com a conivência do Presidente. Esquema de dólares no Uruguai, obras na Casa da Dinda, desvio de verbas na LBA (Legião Brasileira de Assistência), presidida

pela primeira-dama Rosane Collor, "laranjas" com contas no exterior, entre as quais o motorista Eriberto França que veio a público denunciar o caso, são alguns dos episódios investigados pela CPI que motivou em 1992 o *Impeachment* do primeiro presidente brasileiro. No dia em que seria definitivamente afastado, Collor renunciou pensando com isso evitar o julgamento do Plenário, mas o Senado manteve a sessão e cassou-lhe os direitos políticos por oito anos. Mais tarde o STF absolveu o ex-Presidente do crime de responsabilidade e, na década seguinte, depois de perder as eleições para Prefeito de São Paulo e Governador de Alagoas foi eleito Senador, (PTB/AL) cargo que exerce atualmente.

Pode-se novamente tecer uma comparação entre o governo Jânio Quadros e o governo Fernando Collor de Melo três décadas depois. Ambos encerrados prematuramente, ambos eleitos por partidos pequenos, sem base parlamentar. Jânio demonstrava seu desprezo pelos políticos em geral e pelo Parlamento e perdeu o apoio da UDN, que fora o principal sustentáculo de sua candidatura, em parte, por conta da Política Externa Independente. Collor tentou buscar o apoio do PSDB, sem sucesso – Franco Montoro e Mário Covas recusaram – e demonstrava desprezo pelo funcionalismo público e pela máquina do Estado que queria enxugar. Seus governos abreviados são uma lembrança das dificuldades invencíveis que é governar no presidencialismo de coalizão sem base parlamentar sólida. As instituições democráticas eram ainda frágeis, mas o Estado e sua capacidade de resistência inercial sempre foram, desde a Independência, muito fortes.

O governo Itamar Franco (1992-1995)

Assim que assumiu o governo, o Vice-Presidente Itamar Franco conseguiu construir um governo de consenso com o apoio de boa parte dos maiores partidos do país, excluído o Partido dos Trabalhadores. Com isso, a governabilidade estava assegurada. A inflação seguia altíssima e foi o principal desafio de sua gestão.

Deu continuidade ao programa de privatização iniciado com Collor, vendendo empresas com caráter simbólico na construção do desenvolvimentismo brasileiro como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Embraer. Foi ainda durante sua gestão que estourou um dos maiores escândalos de corrupção no Congresso Nacional, investigada pela CPI do Orçamento, que envolveu deputados, autoridades e Ministros no desvio de verbas públicas. Apesar disso, Itamar ao final de seu mandato tinha uma das mais altas popularidades já gozadas por um presidente até então.

A razão disso foi o sucesso do Plano Real, que em julho de 1994, com um esquema relativamente simples de indexação da moeda (a URV) conseguiu, sem grandes pacotes econômicos traumáticos, aumentar as reservas em dólar do Brasil e reduzir drasticamente a inflação, que já assolava a economia brasileira há mais de uma década.

O Plano Real viabilizou, com o apoio do presidente Itamar Franco, a candidatura do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e sua eleição em primeiro turno.

A década tucana (1995-2003)

O governo Fernando Henrique Cardoso parece ter sido um governo JK às avessas. Pouco preocupado com o crescimento econômico, o sociólogo da Teoria da

Dependência, precisava a qualquer custo manter a estabilidade da moeda, grande conquista do Plano Real, que viabilizara sua candidatura presidencial. Serão oito anos nos quais o equilíbrio orçamentário se elevará acima de qualquer outra consideração macroeconômica. Marcado por uma conjuntura externa restritiva – crise mexicana em 2005, crise asiática em 2007, crise russa em 2008 e, finalmente, a crise cambial brasileira de 1999 – o governo deu prosseguimento às privatizações, em setores como o de telecomunicações, e vários outros. A Vale do Rio Doce foi privatizada em 1997. As privatizações eram um meio de entrada de capitais estrangeiros que garantiam o equilíbrio das contas do governo e evitavam a desvalorização do Real.

A entrada do *hot-money,* capital especulativo de curto prazo era outra medida para favorecer o equilíbrio das contas e a principal razão pela qual os juros básicos da economia foram, durante a maior parte de seu mandato, os maiores do mundo, sob a justificativa de também defender a economia de turbulências externas frequentes e garantir a estabilidade da moeda. A taxa média de crescimento em seus oito anos de governo foi de 2,3% e a dívida pública saltou de 30% do PIB para 52% em 2002, forçando o governo a recorrer três vezes ao FMI, inclusive nas vésperas da reeleição em 1998, garantindo o adiamento por algumas semanas da crise cambial, muito inconveniente durante a campanha.

Sustaram-se os investimentos nas Forças Armadas, na ciência e tecnologia, nas universidades públicas, e nos salários do funcionalismo, que ficaram anos sem reajustes. Por conta disso, eclodiu em 1995 uma imensa greve dos petroleiros e, no segundo mandato – entre julho de 2001 e fevereiro de 2002 – o apagão, crise energética generalizada,

por falta de chuvas e de investimentos no setor, que forçaram uma enorme campanha de racionamento de energia, para que se evitassem cortes compulsórios de fornecimento. O prejuízo calculado é da ordem de US$ 45 bilhões.

No plano político, Fernando Henrique contou com o apoio do PFL em seus dois mandatos e viveu relação conturbada com o PMDB, dividido depois do fracasso da candidatura de Orestes Quércia que tinha conseguido apenas o 4o lugar nas eleições de 1994, atrás inclusive do singular candidato nacionalista histriônico Enéas Carneiro, do PRONA, que chegou em 3o com mais de quatro milhões de votos. A situação era tão singular que por conta das divisões partidárias o maior partido do Brasil, grande agremiação por trás da redemocratização, não lançou candidato e não apoiou oficialmente ninguém nas eleições de 1998, que reelegeram Fernando Henrique Cardoso.

Apesar de não ter tido o apoio do PMDB, FHC reservou nos dois mandatos pastas importantes no seu Ministério, como a dos Transportes e a da Justiça para peemedebistas governistas como Nelson Jobim, Renan Calheiros e Eliseu Padilha. Para governar, como a história ensina, precisava de apoio parlamentar. Quando o PMDB finalmente decidiu apoiar o PSDB e indicando a vice (Rita Camata) para a chapa de José Serra, este perdeu as eleições para o PT em 2002.

Medidas relevantes foram a aprovação da reeleição para os cargos executivos em 1997, com diminuição do mandato presidencial para quatro anos e concomitância das eleições gerais com a eleição presidencial e dos governadores. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual o governo federal assumiu as dívidas de Estados e municípios

e se tornou credor, estabeleceu o controle da dívida pública brasileira. Algumas das suas prerrogativas exigem um mínimo de "responsabilidade" administrativa, como a que limita a um teto o gasto dos Estados e municípios com funcionalismo. A Lei favoreceu ainda a transparência nos gastos públicos.

No plano da saúde, a quebra de patentes para casos de emergência em saúde pública, o sucesso do programa de combate à AIDS, considerado o melhor do mundo graças à ativa participação da sociedade civil, a criação da ANS e da ANVISA, e a popularidade do programa de medicamentos populares, os "genéricos", deram enorme visibilidade ao Ministro José Serra, que foi lançado candidato à presidência para sucessão de Fernando Henrique Cardoso em 2002. Esgotava-se, no entanto, o fôlego tucano, e a militância social de esquerda, articulada pelo Partido dos Trabalhadores lança novamente Lula, que vence Serra no segundo turno das eleições. Depois de três tentativas, chegava à presidência, pela primeira vez um operário.

A década petista (2003-2013)

Simbolicamente, a eleição de um operário galvanizou preconceitos sociais de toda ordem, contra um Presidente sem diploma, considerado ignorante, que falava errado. Setores da classe média conservadora por todo país evidenciavam indiretamente seu desprezo à democraciafalando mal das características pessoais do Presidente eleito pela maioria do povo brasileiro, esquecendo que este representava um amplo grupo de interesses, que ao longo de seu mandato foi enormemente ampliado, para além do que seria necessário para a governabilidade. Praticamente todos os setores relevantes da sociedade foram incorporados ao governo. Mesmo se

brigassem internamente, o Presidente sem diploma parecia gostar das disputas que enfraqueciam os partidos e fortaleciam sua imagem política de conciliador e negociador moderado, talento esse inegável. Assim, os empresários tinham um representante no Ministério da Indústria (Luiz Fernando Furlan) e outro na Vice-Presidência, que falava mal dos juros altos sempre que podia, mas os banqueiros controlavam a Fazenda – Henrique Meireles, presidente do Banco Central era filiado ao PSDB. Incorporavam-se no mesmo governo desenvolvimentistas e monetaristas. O discurso era desenvolvimentista, a prática monetarista. O mesmo se dava no campo do meio ambiente, com a ministra Marina Silva, herdeira do ativismo ambiental de Chico Mendes, que convivia com desenvolvimentistas, os quais faziam pressão para que se agilizassem as licenças ambientais, e com ruralistas, fortes no Ministério da Agricultura. Reinold Stephanes, Ministro da Agricultura, tinha militado na ARENA e no PFL, e possuía enorme bancada no Congresso, parte integrante da base governista lenientes com o desmatamento.

São apenas dois exemplos de talento político do Presidente-operário em incorporar a oposição ao governo. Esvaziando progressivamente a oposição fora do governo. O PFL viu mirrar seu espaço político nos últimos dez anos, e nem mudar de nome para DEM pareceu garantir-lhe sobrevida política. O PSDB, após perder três eleições seguidas para o PT na presidência, perdeu novamente a prefeitura de São Paulo (2012) para o antigo Ministro da Educação de Lula, Fernando Haddad.

O Partido dos Trabalhadores também sangrou. Suas principais lideranças políticas – José Dirceu, Antônio Palocci, Ricardo Berzoini, José Genoíno – foram sendo abatidas por

escândalos sucessivos dos quais o mais famoso foi o “Mensalão”. Ou foram abandonando o PT para não se vincularem mais a imagem de um partido que ao chegar ao poder parecia sacrificar os elementos éticos que havia pregado na oposição, como foi o caso de Heloísa Helena, Chico Alencar e Marina Silva, os dois primeiros para fundar o PSOL e a segunda para lançar sua candidatura à presidência pelo PV, com a qual alcançou a terceira colocação nas eleições de 2010. Réus criminais em processos políticos, parte da cúpula velha do PT foi sendo substituída por novas caras pelo Presidente cujos escândalos não abalaram a liderança. Estava imune. Dilma Rousseff, ex-pedetista, de perfil técnico sem o gosto pela negociação política, foi elevada do Ministério das Minas e Energia para a Casa Civil e da Casa Civil para a candidatura bem-sucedida à Presidência da República. Seu principal eleitor foi o Presidente Lula, no auge de sua popularidade, que transformou um rosto desconhecido do grande público em vantagem eleitoral. O cientista político André Singer chama de “lulismo”, o fenômeno político que enfraqueceu o petismo.

São inegáveis os méritos do governo petista. Seu foco na questão social não teve paralelo em qualquer outro momento da história republicana. A desigualdade foi substancialmente reduzida. Não parece coincidência que isso tenha se dado justo no governo do Presidente cuja origem social era a mais modesta desde Nilo Peçanha, mas ainda mais humilde. Lula fazia questão de enfatizar essa origem e se aproveitou politicamente dela quando aprendeu a falar com a imprensa. Ignorava os repórteres e falava diretamente para o povo, numa linguagem frequentemente ridicularizada nos meios de comunicação, mas que atingia em cheio os pobres, traduzindo realidades político-

econômicas complexas em metáforas futebolísticas ou expressões coloridas e cômicas como “marolinha” para se referir a crise econômica global de 2009.

O aparecimento da “nova classe média” era resultado da saída de dezenas de milhões de brasileiros da condição de pobreza. Entre os miseráveis mais pauperizados, a ampliação do Programa Bolsa Família garantiu uma renda mínima com a contrapartida de que os filhos dessas famílias frequentassem a escola, num dos maiores programas de assistência social do mundo, criticado inicialmente pela oposição como “paternalismo populista”, discurso que se provou fatídico nos momentos de teste eleitoral. Falar mal de Lula para grande parcela do eleitorado pobre do Brasil tinha se tornado blasfêmia.

O desemprego geral da economia caiu de 10% para 5%, e as taxas de juros caíram de 25% para 8% em média. Os bancos, como já haviam começado a fazer no governo FHC, continuaram com lucros extraordinários, promovendo uma enorme concentração no setor. As centenas de bancos reduzidas à metade no governo Castelo Branco se tornaram dezenas no início de Nova República para apenas cinco grandes bancos competitivos, quer pela compra ou por meio de fusões, absorveram todos os outros[560]. Eis um traço de continuidade entre os dois governos, a consolidação e a concentração do setor bancário financeiro, que lucrou como nunca antes na história deste país.

A ampliação interna do mercado consumidor permitiu que o Brasil conseguisse sustentar índices de crescimento mesmo durante a recessão global. A média de crescimento sob o governo Lula é mais de 4%, com teto de 7,5% em 2010. Houve igualmente o aumento do tamanho do

funcionalismo e o reajuste recorrente de seus salários, achatados sob FHC. Os salários do funcionalismo hoje concorrem tão favoravelmente com a iniciativa privada que se criou uma enorme expectativa social para os concursos públicos em todas as áreas. A vocação da classe média brasileira sempre foi, desde Pombal, servir à Coroa. Com o crescimento desta classe média, o Estado buscou dar conta deste anseio ampliando vagas e salários e somando ao sonho da casa própria, o sonho de passar em um concurso. Se o leitor chegou até aqui na leitura deste Manual, vai compreender esta afirmação bem pessoalmente. E também o autor que se sustenta bastante dignamente preparando candidatos para o mais prestigioso de todos os concursos. Leitor e autor exemplificam a tendência.

No plano geral, da política externa o governo Lula inovou radicalmente, trazendo figuras ostracizadas no governo anterior como Samuel Pinheiro Guimarães para a Secretaria Geral do Itamaraty, e nomeando o Chanceler Celso Amorim, que havia sido Chefe da delegação brasileira na ONU e na OMC e exercido por breve período o cargo de chefe do Ministério das Relações Exteriores no governo Itamar Franco. Amorim e Pinheiro Guimarães entraram na carreira diplomática durante a gestação da Política Externa Independente e imprimiram o tom desenvolvimentista e autonomista dos seus anos de formação, recuperando grande parte das temáticas internacionais presentes nos governo Geisel.

Não chega a ser exatamente um retorno ao *Brasil Potência*, mas não vai muito longe disso. A articulação bilateral e multilateral com os países emergentes como a China, a Índia, a África do Sul, e também a Rússia, em fóruns como o IBAS e os BRICS, se fortaleceu a partir da

reunião da OMC em Cancun em 2003, que objetivou a conclusão da Rodada Doha. O Brasil, a Índia e a China lideraram a ofensiva principalmente contra os subsídios agrícolas, entre outras questões, sustentados pelos países desenvolvidos, sobretudo Estados Unidos e União Europeia, provocando um impasse na região e mostrando que a articulação emergente não se submeteria aos ditames dos países até então hegemônicos no comércio mundial. A institucionalização destas alianças no segundo mandato de Lula; a liderança da Missão de Paz no Haiti; a proposta de mediação com a Turquia da crise nuclear iraniana; e as sugestões sobre a crise no Oriente Médio são evidências de um discurso de alargamento dos interesses brasileiros, e um renascer do globalismo mais proativo, apenas sonhado nos tempos da PEI e do Pragmatismo. A síntese deste movimento foi a campanha, fracassada, para uma Reforma do Conselho de Segurança da ONU que incluísse o Brasil como membro permanente ainda que sem direito ao veto por um período. A insistência na questão, quando as chances políticas reais de obtê-la já haviam cessado, fez com que a política externa se tornasse alvo de muitas críticas na imprensa e dos grupos de Embaixadores aposentados que se especializou em criticar a ação externa de Lula, Amorim e Guimarães, taxando-a de ideologizada e esquerdizante na imprensa e em seminários públicos.

O alvo mais frequente – e vulnerável – destas críticas foi a relação estabelecida com a América Latina. A ação internacional brasileira frente a países governados por expoentes da esquerda – Bolívia de Evo Morales, Equador de Rafael Correa, Venezuela de Hugo Chávez, Paraguai de Fernando Lugo e a Argentina dos Kirchner – era taxada como simpática, fraca, subserviente ou ideológica. Em controvérsias como a que envolveu ativos da Petrobras na

Bolívia e na Venezuela, ou o reajuste da negociação em Itaipu, o governo brasileiro procurou desdramatizar a questão, entendendo que algumas das ações mais espetaculares como a ocupação militar das instalações da Petrobras na Bolívia eram exclusivamente para consumo interno. Em muitos casos, cedeu aos pleitos e demandas dos vizinhos.

A imprensa, em geral, falou de “humilhação” do Brasil sem perceber o realismo da decisão de focar na prioridade de Estado, que é a integração regional, constitucionalmente estabelecida. Os custos da estabilidade são sempre pagos majoritariamente pelo país mais forte. A teoria da estabilidade hegemônica tem como exemplo bem-sucedido às cinco décadas de paz no continente europeu financiadas com o capital alemão. A autocontenção alemã permitiu que o crescimento econômico “milagroso” do país fosse acompanhando também do crescimento e prosperidade por décadas das economias menores da Comunidade Europeia, como Portugal e Grécia. Ao Brasil, restava o mesmo caminho, financiar parcialmente o crescimento conjunto da região, a fim de evitar acusações de imperialismo que motivassem uma aliança contra-hegemônica, desfecho frequente e quase automático em casos de assimetrias de poder tão evidentes como a que vemos em nossa região. O Brasil optou pela paz ao lidar com Estados, a despeito de seus líderes. Como a história ensinou pouco tempo depois, os “Hugo Chávez” passarão, mas a Venezuela será sempre nossa vizinha, e o melhor é tê-la como amiga.

Devem-se destacar a prioridade dada à África que assistiu um proliferar de novas Embaixadas e representações, tal qual sob Afonso Arinos e sob Azeredo. O presidente Lula visitou mais de 20 países no continente

africano, em diversas ocasiões, reiterando a cooperação econômica, comercial e tecnológica com o continente. Dezenas de empresas brasileiras se estabeleceram nestes países na esteira dos acordos bilaterais, assinados na esteira das visitas presidenciais. Ações como as da Embrapa em auxílio da agricultura africana e do Ministério da Saúde para melhoria do combate a AIDS no continente mostram que esta cooperação não se restringe ao campo econômico. Tal postura contrasta com a relativa frieza com que o continente era tratado no governo Fernando Henrique Cardoso, que, no máximo, aderiu a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

África, Oriente Médio e América Latina dão o tom da administração que declarava ter superado o “complexo de vira-lata” rodrigueano. Diz o Chanceler:

> quando fomos à Síria a primeira vez, fui perguntado: “Mas vocês perguntaram a Washington se podia?”. É achar que o Brasil tem que ser pequeno, caudatário... Eles querem o Brasil pequenininho. No máximo cuidando um pouco aqui na região, sempre com uma postura agressiva em relação aos fracos e submissa em relação aos fortes.

Inspirado na frase de Chico Buarque tantas vezes repetida, o Brasil parecia defender a postura contrária. Falava forte com os fortes e suavemente com os fracos, angariando respeito internacional no ponto da revista *Foreign Policy* ter publicado que Amorim foi o melhor chanceler do mundo em 2009. O Brasil era respeitado mundialmente e foi capa de dezenas de publicações como a inglesa *The Economist* e as políticas *Le Point* e *Monocle* francesas. Melhor síntese da diferença entre a política externa dos dois governos foi feita por Maria Regina Soares de Lima.

> Talvez a principal diferença seja que no governo Fernando Henrique Cardoso a expectativa desse reconhecimento vinha da identificação do país como o “último entre os primeiros”, ao passo que no governo de Luiz Inácio Lula da Silva o Brasil seria o “primeiro entre os últimos[561].

É ocioso, no entanto, no manual de História do Brasil este autor querer se arrogar discutir assuntos que são naturalmente questões relevantes da prova de outra disciplina e, portanto, muito melhor tratados no Manual de Política Internacional. Esta intervenção indevida nas últimas páginas, naturalmente expressa exclusivamente a opinião do autor que quase lamenta a conclusão deste texto. Vão aqui então algumas últimas reflexões, ensaísticas, sobre a história da Nova República, a título de despedida.

O melancólico início da Nova República parece servir ainda de lembrança aos brasileiros de que democracia é um processo e não um dado, simplesmente. Pratica-se ou perde-se. Conquista-se diariamente por meio da ação política coletiva e, sobretudo, do fortalecimento das instituições e da cidadania. Não tão somente é uma realidade estanque, pois segue sob constante ameaça. A crítica ao Estado laico com a crescente vinculação entre política e religião. A nostalgia dos anos do Regime Militar e de seu crescimento econômico, perceptível nos comentários dos leitores anônimos nos grandes jornais online. A homofobia. O machismo e a violência contra mulher. O desrespeito aos direitos humanos no sistema prisional e nas delegacias de política. A persistente desigualdade social. O racismo escamoteado. Os partidos fisiológicos. A corrupção. Estes são apenas alguns exemplos presentes ainda com muita força como desafios a democracia brasileira que ensinam que o “preço da liberdade é a eterna vigilância”.

A tendência do brasileiro a reclamar – em geral dos governos e dos políticos – ao invés de agir é um retrato de um processo histórico demofóbico e desmobilizante e de quase quatro séculos de escravidão. Exclusão do povo em regimes como o da Primeira República ou nas ditaduras de 1937 e 1964 permitiram ao brasileiro poucas oportunidades de treinar cidadania e praticar democracia. O Período atual é o mais longo e duradouro teste para estas práticas, vigorando por quase três décadas sem interrupção. Uma das razões para isso é o afastamento completo dos militares da política.

Desde o 15 de novembro, nunca a instituição das Forças Armadas esteve tão desprestigiada. Sua influência no cenário político de hoje é quase nula. Jovens das camadas médias ou ricas sequer cogitam seguir carreira de oficial, mesmo na marinha ou aeronáutica. A exceção é o IME e o ITA, mas mesmo nestes institutos de excelência, é bem alta a taxa de evasão. Não é mais considerada uma carreira de prestígio. No governo Fernando Henrique criou-se o Ministério da Defesa, unindo as três armas sob um só comando. Foram nomeados ministros civis o que não ocorria desde a controversa gestão de Pandiá Calógeras no ministério da Guerra (1919-22). O alto comando militar foi então capaz de desestabilizar vários destes civis, como foi o caso de José Viegas no governo Fernando Henrique. Mas não é mais. O atual ministro da Defesa é Celso Amorim, o Chanceler acusado de esquerdista radical. A Comissão da Verdade foi instituída apesar dos seus protestos, e a presidenta se declara favorável à abertura dos arquivos da ditadura da qual foi vítima.

Esquecidos salarialmente. Abandonados do ponto de vista dos equipamentos, armas e material bélico. O caso

mais recente é a novela da compra dos caças que já se arrasta há anos, na qual considerações políticas parecem se superpor às considerações técnicas e preferências da Aeronáutica. Ridicularizados em suas posições políticas anacrônicas. O clube militar que motivou a República, o tenentismo e debateu a questão do petróleo nos anos 50 é retratado hoje como uma máquina do tempo, nostálgica e excêntrica. O principal defensor dos interesses castrenses no Congresso é um zelota do porte de Jair Bolsonaro, que se orgulha de sua homofobia. Não poderiam estar em pior situação desde o período regencial. Por terem se descolado do resto da sociedade desde o final do Regime Militar foram relegados à irrelevância, posição profundamente perigosa em um país com pretensões internacionais de potência.

Caberia às Forças Armadas brasileiras rejuvenescer seu comando e sua mentalidade. Assumirem-se modernas e democráticas, repudiando a herança da "Revolução Gloriosa" que insistem em celebrar como se o passado fosse a última glória que lhes resta. Trata-se de miopia política, pois é um passado que amarra seu futuro e mantém a dificuldade de diálogo com os demais setores da elite nacional com a qual precisam urgentemente resgatar seu prestígio para o bem da própria segurança do país.

A universalização do Ensino Básico. A facilitação democratizante do acesso à universidade (Pro-Uni). A preocupação, ainda que ineficiente, com a Reforma Agrária. A redução dos índices de desigualdade na ultima década. A criação de instituições no seio do Estado para a defesa dos direitos humanos. A crescente valorização dos temas ambientais e a consequente melhoria da imagem internacional do país. A persistência institucional dos partidos políticos. A integração completa do território

brasileiro por meio da vinculação aéreo-rodoviária e do avanço da tecnologia de comunicações. A completa liberdade de imprensa inclusive para criticar – frequentemente – o governo no poder. Eis algumas das características novas desta etapa histórica brasileira que podem nos deixar otimistas. No plano internacional, a crescente visibilidade e projeção brasileira para além do futebol faz lembrar os anos de euforia do governo JK. O futebol, aliás, vai mal. Muito mal. Mas não deixa de ser um bom indício, já que podemos nos orgulhar de outras coisas que não o futebol. E mesmo no futebol há um reflexo dos avanços. Os grandes craques brasileiros não vão mais inescapavelmente jogar fora do Brasil, e há clubes brasileiros importando craques estrangeiros ou disputando-os com os clubes europeus, árabes e chineses. Perdendo ou ganhando a segunda Copa a ser realizada no Brasil, parece que estamos ganhando o mundo.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7a. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ABREU, Marcelo Paiva. "O Brasil e a economia mundial (1929 – 1945)". In: FAUSTO, B. (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1986, v. 11.

ABREU, Marcelo Paiva. *A Ordem do Progresso.* Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.

ALBUQUERQUE, José G. (org.). *Crescimento, modernização e política externa. Sessenta anos de política brasileira: 1930-1990*. São Paulo: Cultura, 1996.

ALENCAR, Mauro. *A Hollywood Brasileira: A história da telenovela no Brasil.* 2a Edição, Rio de Janeiro: Ed. SENAC-Rio, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. Brasília: Funag/Senac, 2001.

ALONSO, Ângela. *As relações econômicas internacionais no Império*. São Paulo: Senac, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Joaquim Nabuco. Os salões e as ruas*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Apropriação de Idéias no 2o Reinado". In.: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. III (1870-1889).* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

ALVES, Vagner Camilo. *Da Itália à Coréia*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ, 2007.

AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

ARAUJO, Paulo Cesar. *Eu não sou cachorro não. Musica Popular Cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. São Paulo, Ática, 1990.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *Relações Brasil-Estados Unidos no contexto da globalização: a rivalidade emergente*. São Paulo: Senac, 1999.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de história).* 2a Edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

BANDEIRA, Moniz Luiz Alberto. *O expansionismo brasileiro.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O governo JK: Desenvolvimento e Estabilidade Política*. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BETHELL, Leslie. "O Brasil no Mundo". In.: CARVALHO, José Murilo de (Coord.) *História do Brasil Nação – Vol. II: A Construção Nacional (1830-1889)*, parte 5. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. (Direção da Coleção Lilia Moritz Schwarcz).

BETHELL, Leslie. *The Abolition of Brazilian slave trade. Britain, Brazil and the slave trade question. (1807-1869)*. Cambridge University Press, 1972.

BETHELL, Leslie. A independência do Brasil. In: ___ (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000. v. III.

BOSI, Alfredo. "Vida Cultural". In.: CARVALHO, José Murilo de (Coord.) *História do Brasil Nação – Vol. II: A Construção Nacional (1830-1889)*, parte 5. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. (Direção da Coleção Lilia Moritz Schwarcz).

BOXER, Christian R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política exterior (1889-1902)*. São Paulo: IPRI/UNESP, 1995.

CACCIAGLIA, Mário. *Pequena história do teatro brasileiro*. São Paulo: Edusp, 1986.

CAFEZEIRO, Edwaldo & GADELHA, Carmem. *História do Teatro no Brasil*. Ed. UFRJ/FUNARTE, 1996.

CALDEIRA, Jorge. "O processo econômico". In: COSTA E SILVA, Alberto da (org.). *História do Brasil nação*: 1808-2010. Vol. I: *Crise colonial e independência*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, pp. 161-203.

CALMON, Pedro. *História do Brasil*. 2a. Edição. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1963, V.5.

CALÓGERAS. João Pandiá. *Da regência à queda de Rozas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CAMARGO, Sonia & OCAMPO, José. *Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior*. São Paulo: Convívio, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. "O trabalho na Colônia". In: LINHARES, Maria Yedda Linhares. *História geral do Brasil*, pp. 69-88.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e O Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. "A vida política". In.: CARVALHO, José Murilo de (Coord.) *História do Brasil Nação – Vol. II: A Construção Nacional (1830-1889)*, parte 4. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. (Direção da Coleção Lilia Moritz Schwarcz).

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. A Elite política Imperial*. Brasília: Editora UnB, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. “As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, em FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano.* São Paulo: Difel, vol.2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9). 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas. o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Ruy. *Chega de Saudade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista*: *a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. “Administrando o imobilismo”. In: ___. *História da política exterior do Brasil*. 4a. ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 2012, pp. 57-71.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *A História da Política Exterior do Brasil.* Brasília: Ed. UnB, 2002.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Ed. UnB, 1981. Caps. I e II, pp. 20-49.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1080-2000*; Brasília: IPRI/Ed. UnB, 2000.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *A História da Política Exterior do Brasil.* 4a Edição. Brasília: Ed. UnB, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CONSELHO DE ESTADO e a Política Externa do Império. *Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros (1858-1862)*. Rio de Janeiro/Brasilia: CHDD/Funag, 2005.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. “A Política externa de José Sarney”. In.: ALBUQUERQUE, José G. (org.). *Crescimento, modernização e política externa. Sessenta anos de política brasileira: 1930-1990*. São Paulo: Cultura, 1996.

CORSI. Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo, Ed. UNESP, 2000.

CORTESÃO, Jayme. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. São Paulo: Funag/Imprensa Oficial, 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos decisivos*. 6a. Ed. São Paulo: Fundação da Editora UNESP, 1999.

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles. O Exército, A Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 2008.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar*. 2. Edição, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Brasília: Funag, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954): Democracia, Partidos e Crise Política.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DANTAS, Santiago. *Política Externa Independente*. Brasília: FUNAG, 2011.

DAPIEVE, Artur. *BRock – A Historia do Rock Nacional*. 5a. Edição. São Paulo: Ed. 34, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DIAS, Maria Odila Leite. "A interiorização da metrópole". In: ___. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DINIZ, Eli. *Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Paz & Terra, 1978.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2005.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. *Nova História da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. *O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889). Textos de História*, vol. 16, n. 2, 2008, pp. 217-47.

DORATIOTO, Francisco. *General Osório*: *a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

DORATIOTO, Francisco. "O Brasil no Mundo". In.: SCHWACZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação, vol.II: A abertura para o Mundo (1889-1930)*.

DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1987.

FALCON, Francisco. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.

FAUSTO, Boris. "O Brasil Colonial". In: ___. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. *Brasil Republicano – vol. II Do Início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. *O Brasil Republicano – vol. III: O tempo da experiência democrática:*

Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. *Brasil Republicano vol. IV. O Tempo da Ditadura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia A. N. *O Brasil Republicano: O tempo do Liberalismo Excludente*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA Jr., Gelson. *A Legitimidade e outras questões internacionais*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2004.

FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*: *mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro c. 1790-c.1840*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.

GARCIA, Eugenio Vargas. *Entre América e Europa: A política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília / Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

GARCIA, Eugenio Vargas. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926): vencer ou não perder*. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2000.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas*: um ensaio sobre a formação das fronteiras do

Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOLDFEDER, Miriam. *Por Trás das Ondas da Rádio Nacional*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro. Ed. Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *O Brasil de JK.* 2a Edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

GONÇALVES Williams da S. & MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984*. Estudos Históricos, 6, 12, 1993, pp. 211-246.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. "Histórias de gênios e heróis: individuo e nação no Romantismo brasileiro". GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II (1831-1870).* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6a. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Vol. I Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*. Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. “Fronteiras e conflitos no espaço platino: da Guerra dos Farrapos à Guerra Grande”. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto. *O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

GUERREIRO, Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

HILTON, Stanley. *A Guerra Civil Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1982.

HILTON, Stanley. *A Rebelião Vermelha*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1986.

HILTON, Stanley. Osvaldo Aranha – Uma Biografia. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.

HILTON, Stanley. O Ditador e o embaixador. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1987.

HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul”. In: ___ (org.). *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial* (vol. 1). 16a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. pp. 351-95.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomos I e II (O Período Colonial). 16a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORSCHILD, Adam. *Enterrem as Correntes. Profetas e Rebeldes na luta pela libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

KORNIS, Monica Almeida. *Cinema, Televisão e História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

LAMONIER, Bolívar. *A Era FHC: Um balanço.* São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1999.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1975.

LEOPOLDI, Maria Antonieta. “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): A Política econômica em tempos de turbulência.” In.: FERREIRA, Jorge & Delgado, Lucilia. *O Brasil Republicano vol. II. O tempo do Nacional Estatismo. Do início de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República.* 2a. Edição. Rio

de Janeiro: Ed. Topbooks, 1989.
LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Maria Regina Soares. "Aspiração Internacional e Política Externa". Revista Brasileira de Comércio Exterior. N. 82. ano XIX, Janeiro/ Março de 2005.

MALERBA, Jurandir. "Esboço crítico da historiografia sobre a independência do Brasil". In:___. *A independência brasileira; Novas dimensões.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. "As relações bilaterais Brasil-Chile durante o governo de Salvador Allende". In: Anais do III Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2012, Pelotas – RS.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência brasileira.* Vol. II. Rio de Janeiro: Ed. Cultrix, 1979.

MATTOS, Hebe. "A vida Política" in.: *História do Brasil Nação – Vol III : A Abertura para o Mundo (1889-1930).* Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff. "A moeda colonial; A região de agricultura mercantil e escravista". In: ___. *O tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1994, pp. 18-76.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal, o paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

McCANN, Frank D. *Os Soldados da Pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937).* São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos*. 2a. ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2003.

MELO, Ovídio. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*. Brasília: Funag, 2009.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Difel, 1988.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. “Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado”, in FAUSTO Boris, *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, vol. 2 (História Geral da Civilização Brasileira, 9), 1977.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, Rodrigo Patto de Sá, *Introdução à História dos Partidos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1984.

MOURA, Gerson. *Sucessos e Ilusões – Relações Internacionais do Brasil durante e após a 2a Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.

MOURA, Gerson. *O Tio Sam Chega ao Brasil: A penetração cultural americana.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NAVES, Santuza Cambraia. "Os novos experimentos culturais dos anos 1940/50: propostas de democratização da arte no Brasil." FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. (Orgs.) *O Brasil Republicano – vol. III: O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

NEDDELL, Jeffrey D. "The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship". Journal of Latin American Studies. Vol. 33, No. 4 (Nov., 2001), Cambrigde University Press. pp. 681-711.

NICOLAU, Jairo. *Historia do Voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. "Ditadura Militar e Crescimento Econômico: A Redundância Autoritária". In.: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTA, Rodrigo Patto de Sá*. O*

golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 - 2004). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. “Sinais da Modernidade na Era Vargas: vida Literária, cinema e rádio”. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano vol.2: O tempo do Nacional Estatismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

PAIM, Antônio (org.). *Pombal e a cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1982. Cap. I, p. 11-15.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio*. Angola e Brasil – nas rotas do Atlântico.* Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1997.

PARRON, Tâmis. *A política da Escravidão no Império do Brasil 1826-1865*. Rio Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

PAULA, João Antônio de. “O Processo Econômico”. In.: CARVALHO, José Murilo de (Coord.) *História do Brasil Nação – Vol. II: A Construção Nacional (1830-1889),* parte 4. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012. (Direção da Coleção Lilia Moritz Schwarcz).

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Realidade como Vocação: Literatura e experiência nas ultimas décadas do Império”. In.: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. III (1870-1889)* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2009.

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. “O Milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e

concentração de renda”. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida. *Brasil Republicano vol. IV. O Tempo da Ditadura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. “Os tratados de limites”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: do descobrimento à expansão territorial* (vol. 1). 16a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, pp. 396-412.

REIS. Arthur Cezar Ferreira. “O Grão-Pará e o Maranhão”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 8a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 4.

RICUPERO, Rubens. “O Brasil no mundo”. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil nação*: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

RIDENTI, Marcelo. “Cultura Política nos anos de 1960-1970 e sua herança” in.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida. *Brasil Republicano vol. IV. O Tempo da Ditadura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, José Honório. *O continente do Rio Grande*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.

SALIBA, Elias Thomé. “Cultura. As apostas na República”. In.: *História do Brasil Nação – Vol III : A Abertura para o Mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2012.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *O Império e as Repúblicas do Pacífico. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.* Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa.* São Paulo: UNESP, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África – A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias).* Brasília: Ed. UnB, 1996.

SCHIAVINATTO, Iara. "Entre histórias e historiografias: algumas tramas do governo joanino". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial*: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Cap. II. v. 1.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *História do Brasil nação*: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *O Sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João (1816-1821)* São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. (org.). *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos.* Capítulo 7. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SEITENFUS. Ricardo. "Quatro teses sobre a política externa do Brasil nos anos 30." In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (Org). Sessenta anos de política externa brasileira. (1930 – 1990). Crescimento, Modernização e Política exterior. São Paulo: NUPRI/USP/Cultura Editores Associados, 1997.

SIKKINK, Catherine. *Ideas and Institutions. Developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca e London: Cornell University Press, 1991.

SILVA, Alberto da Costa. *Castro Alves. Um poeta sempre jovem.* São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

SILVA, Eduardo. *As Camélias do Leblon*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SIMONSEN Roberto*. História Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo – Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SOARES, Álvaro Teixeira. *Organização e administração do Ministério dos Estrangeiros*. Brasília: Funcep, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SPEKTOR, Matias. *Ruptura e Legado: O Colapso da Cordialidade Oficial e a construção da parceria entre Brasil e Argentina (1967-1979).* Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2002.

SPEKTOR, Matias. "*Origens do Pragmatismo Ecumênico e Responsável*". In: Revista Brasileira de política Internacional. n. 47 (2)(2004).

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States A.D. 990 – 1992*. Oxford: Blackwell,1992.

TOPIK, Steven. *Comércio e Canhoneiras: O Brasil e Os Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-1897).* São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

URICOCHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial. A burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Difel, 1978.

VELLOSO, Monica Pimenta. “Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo”. In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano vol.2: O tempo do Nacional Estatismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

VELLOSO, Monica Pimenta. “O Modernismo e a Questão Nacional” In.: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano : O tempo do Liberalismo Excludente*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

VILLELA, André. *Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos (1850-1889).* Nova Economia, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 35-68, 2005.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

WAINER, Samuel. *Minha razão de Viver*. São Paulo: Ed. Record, 1987.

WERNECK, Humberto. *Chico Buarque Letra e Música.* São Paulo: Cia. da Letras, 1989.

WRIGHT, Antônia de Almeida. *O desafio Americano à preponderância britânica no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1978.

XAVIER, Nilson. *Almanaque da telenovela brasileira*. São Paulo: Panda Books, 2007.

1 Em War e Risk, para cada dois territórios, mais um exército. Em jogos eletrônicos, como Civilization e afins, mais matérias-primas e mais poder militar afluem dos territórios conquistados. São jogos que em algum momento viciaram toda uma geração nerd. Esquecem os *designers* de jogos que, não raro, controlar esses territórios é mais custoso que os lucros que eles poderiam produzir. A lógica deles é a mesma do mercantilismo.

2 Isso dito a brasileiros do início do século XXI pode parecer curioso. Afinal passamos boa parte do século XX buscando a autonomia da “substituição de importações” e ocupando fatia do comércio internacional, mínima, desproporcional ao tamanho de nossa economia. Após quase seis décadas voltados “para dentro” foi apenas recentemente que o setor primário exportador da economia voltou a ter impacto político determinante, como se percebe em nossa influente bancada parlamentar ruralista. Na República Velha, todo o Congresso, e não apenas uma bancada, era ruralista. Na Colônia, quando não existia bancada, o país era governado de fora, de Portugal, os intermediários monopolistas de nosso modelo mercantil de produção.

3 Na Guerra dos Mascates (1684) os grandes comerciantes que buscavam em Portugal a elevação do “bairro” de Recife à condição de Vila viram seu pelourinho derrubado pelos grandes senhores de Olinda. Estes, estavam endividados e eram ciumentos da nova Vila controlada pelos comerciantes, chamados pejorativamente de “mascates”. O episódio, tratado pelo embaixador Evaldo Cabral de Mello em “A fronda dos mazombos”, inverte no título do livro a zombaria aos comerciantes ao usar a expressão que caracterizou a rebelião da nobreza francesa contra Luís XIV, associada à “mazombice” mestiça desses pretensos aristocratas.

4 Também não o era para os espanhóis que batizaram o Rio por conta das mulheres indígenas guerreiras com as quais Francisco Orellana se deparou ainda no século XVI.

5 Por entorno os espanhóis consideravam a distância de um tiro de canhão.

6 Nome de significado controverso. Era provavelmente a alcunha indígena de um pássaro amarelo, de penugens escuras nas patas, talvez em referência ao hábito inusitado dos recém-chegados de usarem calçados, incomum entre os paulistas.

7 Falcon também ressalta que o maior sucesso da obra pombalina, questionada com sua queda, mas não revogada, foi o direcionamento crescente para a secularização da sociedade, que minou seriamente as bases do poder do clero em geral e dos jesuítas em particular. Como o clero era parte essencial da sociedade portuguesa, ainda mais sob D. João V, que nada fazia sem a religião e tinha até amantes freiras, isso significou o questionamento e a limitação da atuação clerical nos sentidos ideológico, jurídico, econômico e político. Novas escolas, reforma universitária, limitação do poder de censura e da inquisição, confisco de bens, limitação das rendas, questionamento ao ultramontanismo, limitação da presença no governo, reforma nas indicações doutrinárias e no ensino do direito, tudo isso são elementos elencados por Falcon como medidas modernizadoras do que se pressupunha uma visão atrasada e obscura. A mudança no tratamento jurídico dado aos índios, aos cristãos-novos e aos negros é exemplarmente influenciada pelas ideias ilustradas, ainda que persistam o preconceito e as atitudes discriminatórias, não de todo contraditórias com o pensamento iluminista eivado da ideia de progresso e de meritocracia baseada na razão ocidental. Ver Falcon (1993, pp. 487-8).

8 D. José se torna claustrofóbico após o terremoto – do qual escapou por pouco – e passaria a dormir em tendas.

9 Outros autores enfatizam que o motivo teria sido a oposição da Companhia de Jesus ao Tratado de Madri, evidenciada pelas Guerras Guaraníticas, mas essa posição é controversa, dado que o próprio marquês não era exatamente um fã do trabalho de Gusmão, seu antecessor, e o revogou em tratativas com a Coroa espanhola em 1761, pouco mais de um ano depois de efetivar a expulsão dos jesuítas do território colonial.

10 A concepção taxonômica, quase evolucionista de Paim, bem ao estilo das obras estruturalistas comuns à época em que esse texto foi escrito, crê ainda em um segundo ciclo, positivista, do pensamento cientificista herdeiro do pombalismo no Brasil e em um terceiro ciclo, marxista, que, segundo ele, ainda não se havia esgotado quando escrevia, em fevereiro de 1981. Ainda que datada, é uma análise interessante. Ver Paim (1982, pp. 11-15).

11 Chegaram a conspirar em entregar a capitania aos franceses para garantir a manutenção da escravidão.

12 O termo não é privilégio dos livros didáticos. Também pode ser encontrado em clássicos, como em muitos artigos de *História geral da civilização brasileira*, coleção seminal organizada por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colonial e imperial).

13 Em *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9, por exemplo, João Pinto Furtado (2002) alega que não se tratava de um projeto nacional de independência do Brasil e que a apropriação revolucionária é construção de uma memória posterior, não presente na época.

14 Este que estava no Rio de Janeiro e ao chegar às Minas tomou o partido paulista e nada conseguiu dos emboabas. Acabou fugindo.

15 A execução de Filipe dos Santos é objeto de controvérsia. Teria sido ele esquartejado antes ou depois de morto? Não é algo que faça muita diferença para nós, mas certamente fez para ele. O objetivo da Coroa, é claro, era usar sua execução exemplar como modelo para aqueles que cogitassem se levantar contra a autoridade real. Nesse sentido, é a culminância sangrenta do processo de hegemonia metropolitana que se estabelecera com o fim da Guerra dos Emboabas.

16 Este com toda certeza foi esquartejado apenas depois de enforcado, como mostra o quadro laudatório de Pedro Américo que transforma num Cristo republicano: Tiradentes Esquartejado (1893). Seus restos foram espalhados no caminho entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, e no lugar onde sua cabeça foi exposta (até ser roubada, reza a lenda por uma antiga amante) a República ergueria 100 anos depois (1892) o imenso monumento que ainda hoje se vê na praça central de Ouro Preto.

17 Pesquisas recentes de Patrícia Valim na USP modificam a visão tradicional de que esta teria sido um levante popular e sugerem que um grupo de oito fazendeiros poderosos da elite baiana estimularam o movimento e vinham conspirando desde a chegada de um navio Frances em 1796 que circulou boatos de planos de uma invasão napoleônica à Bahia. Por suas conexões com o poder teriam ficado impunes.

18 Rodrigues era professor do Instituto Rio Branco na década de 1970, em pleno regime militar. O contexto de sua obra é justamente o rescaldo das comemorações do sesquicentenário da independência, em que convinha uma interpretação nacionalista do movimento. Não se quer com isso necessariamente sugerir que se tratava de um historiador do *establishment*, já que o Estado é, em qualquer época – autoritária ou não –, sempre o maior empregador de historiadores, quando não o único.

19 A escravidão desaparece muito rapidamente na América espanhola pós-independência. Nos anos de 1810 na Argentina, de 1820 na maior parte de nossos vizinhos, e embora tenha subsistido um pouco mais no Peru, por exemplo, em lugar nenhum o foi tanto quanto aqui.

20 É claro que é possível encontrar famílias quatrocentonas em São Paulo, no Rio de Janeiro e nos núcleos mais antigos de colonização, como Bahia e Pernambuco, mas o fato é que a vinculação familiar e emocional dos brasileiros ainda era muito forte em relação a Portugal.

21 Ainda que houvesse certo preconceito contra os brasileiros, eles se tornavam parte de uma mesma “turma”, o que facilitaria, no nível das relações pessoais, os mecanismos de administração, que, no Antigo Regime, eram praticamente os mesmos. Essa relação personalista que se estabelecia favorecia então os traços de continuidade jurídica e social entre a metrópole e a Colônia, ainda que houvesse descontinuidade geográfica.

22 Historiografia mais recente, como os trabalhos de Gladys Sabino, por exemplo, argumenta que os próprios escravos participaram da independência a seu modo, incorporando símbolos da ideia de liberdade. Identificavam-se com parte daquela liberdade acreditando que a liberdade do Brasil poderia de algum modo transformar-se em liberdade dos escravos. Claro

que o projeto conservador, com algumas exceções, como Hipólito José da Costa ou o próprio José Bonifácio, tinha como objetivo negar essa liberdade. Ver. RIBEIRO, Gladys S. *A Liberdade em Construção*. FAPERJ/Ed. Relume Dumará.

23 As capitanias estavam basicamente desvinculadas entre si, situação que só começou a ser superada em meados do século XVII, quando se estabeleceram alguns laços de continuidade entre os tropeiros de Goiás, que se vinculavam a Sorocaba e que, por sua vez, se vinculavam ao Sul ou entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

24 Não eram apenas os portugueses. Com a abertura do Brasil aos estrangeiros, figuras proeminentes, não portuguesas, vão investir seu dinheiro e se estabelecer no país durante o período joanino. Alguns se casam com figuras importantes da elite comercial fluminense, paulista ou mineira e se interiorizam no Centro-Sul. O Barão de Langsdorff vai ter fazenda no Rio de Janeiro; Jean-Baptiste Debret constrói um solar na Gávea, hoje administrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); o Barão de Von Eschwege investe seu dinheiro na zona de mineração e lucra até a liquidação de seus bens e retorno à Alemanha; a família Taunay se estabelece definitivamente, criando um ramo brasileiro até hoje proeminente na diplomacia e no Exército.

25 Oliveira Lima gasta dezenas de páginas fazendo o balanço das sugestões prévias de transmigração da Corte, da qual a mais famosa é da década anterior, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da rainha D. Maria.

26 Dentre as manufaturas estabelecidas por D. João, destacam-se a Fábrica de Pólvora, a Casa da Moeda, a própria Imprensa Régia e as medidas de pesquisa, comandadas pelo Barão de von Eschwege na região de Minas Gerais, que levariam ao estabelecimento de manufaturas e ao desenvolvimento da mineração de metais não preciosos.

27 Vestimentas de inverno, esquis de gelo, *corsets* de metal para mulher etc. acabaram provocando prejuízo para os ingleses em uma primeira leva. Demoraria ainda alguns anos para que ambos os lados – fornecedores e consumidores – se acostumassem uns aos outros, a um comércio bilateral que agora dispensava os intermediários portugueses.

28 Havia um imposto particularmente revoltante, que era o imposto sobre a iluminação pública, quase inexistente em Recife, mas pago pelos recifenses para iluminar o Rio de Janeiro. Tal exemplo é ilustrativo do quadro pré-revolucionário que se desenhava.

29 Com a Revolução Pernambucana, serão desmembradas de Pernambuco, ainda em 1817, também a capitania de Alagoas e a do Rio Grande (hoje, Rio Grande do Norte).

30 Com a morte de D. Maria em 1816, o príncipe regente é coroado no Brasil D. João VI após governar como regente por duas décadas.

31 O projeto das cortes portuguesas para o príncipe era formá-lo na recentíssima escola de monarcas constitucionais. Para tanto, ele deveria ser educado em várias cortes europeias, empreendendo uma grande viagem, em uma espécie de intercâmbio dinástico. Optou o príncipe por ficar. Gostava mais do projeto de se tornar o imperador do Brasil e construir uma nova pátria partindo de uma economia muito mais dinâmica e promissora em um país onde ele tinha vivido os últimos treze anos.

32 José Honório Rodrigues tem entendimento distinto. Para ele, com a ruptura dos deputados brasileiros com as cortes, tem-se momento análogo ao da separação do terceiro Estado na Paris de 1789. É a revolução brasileira um movimento contrário aos intuitos recolonizadores da Corte, portanto, do interesse efetivamente dos brasileiros. A contrarrevolução “absolutista” só teria início com a demissão de Bonifácio e o fechamento da Assembleia Constituinte brasileira dois anos mais tarde.

33 Certa memória, estimulada por parcela significativa da historiografia, entende que o desfecho da independência teria sido planejado por D. João desde 1821. O rei teria, antes de partir, instruído seu filho, o príncipe Pedro, a permanecer no Rio de Janeiro como forma de

preservação de vínculos dinásticos entre Brasil e Portugal. Não importa muito se D. João disse mesmo a frase “Faça você a independência antes que algum aventureiro a faça”, mas é incontornável que a presença do príncipe demonstrava uma desobediência parcial às ordens da Corte portuguesa, que exigia o retorno de toda a família real. Assim, os conflitos dos liberais que até então eram com o rei, tornam-se conflitos ainda mais sérios com o príncipe rebelde que recusava o retorno. Nisso, D. Pedro teria todo o apoio da elite “interiorizada” do Centro-Sul, manifesto no documento entregue a ele em janeiro de 1822 e que motivou o Dia do Fico.

34 Se, de um lado, José Bonifácio pensava que a independência poderia se tornar inevitável, de outro sua preferência era por um modelo mais conservador, que evitasse os excessos tanto do absolutismo quanto do que via como anarquia jacobina.

35 Os construtores da mitologia nacional posterior terão grande dificuldade com os símbolos e as datas. Por muitos anos, discutia-se se seria realmente o sete de setembro a data nacional. Muitos liberais contrários ao partido português defendiam o sete de abril, data da abdicação do imperador em 1831.

36 Cochrane ficou durante muito tempo discutindo o preço de seus serviços para, no final, não ser pago. Apenas seus descendentes receberiam do Império a soma combinada na década de 1840. Ele, que já havia servido a várias nações em processo de emancipação na América espanhola – inclusive Bolívar –, ignorava as leis inglesas que proibiam o alistamento de oficiais da Marinha inglesa como mercenários. Embora em geral estivesse a serviço das independências, não se tratava propriamente de um ideólogo.

37 O início das hostilidades com uruguaios e argentinos no que viria a ser a Guerra da Cisplatina também é uma decisão relevante tomada pelo imperador e por seus chefes militares sem que houvesse Parlamento constituído, mas, talvez por termos sido “derrotados”, suas consequências políticas não foram tão perversivas quanto as outras duas.

38 Talvez por isso o historiador Boris Fausto considere que a Carta de 1824 foi promulgada, e não outorgada. Ou talvez tenha sido apenas um erro de digitação, já que a leitura de seu *História do Brasil*, manual didático clássico publicado pela Edusp e traduzido para muitas línguas, permite aduzir o oposto.

39 O imperador não abria mão da escolha dos senadores em lista tríplice. Em alguns casos, a escolha de um senador que não era o preferido por seus ministros provocou crises de gabinete que se tornaram crises políticas. O mais famoso deles é o pretexto para a demissão coletiva do gabinete progressista de 1868, quando, em julho desse ano, Zacarias de Góis e Vasconcelos se demite sem indicar sucessor. Embora o pano de fundo fosse a Guerra do Paraguai e os confrontos com Caxias, o ministro da Guerra, o pretexto foi a escolha de um senador que não era da preferência do chefe de gabinete.

40 Atas completas disponíveis em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp>. Acesso em: 6/1/2013.

41 Foram seis as pastas que perduraram ao longo de todo o Império brasileiro: Guerra, Marinha, Justiça, Império, Negócios Estrangeiros e Fazenda.

42 Estes só precisavam ser ratificados pelo Legislativo se houvesse cessão e/ou permuta de território nacional.

43 Inaugurador de todo um ramo dissidente da historiografia brasileira, o embaixador Evaldo Cabral de Mello é crítico aos historiadores do Sudeste que consideram Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais os construtores da nacionalidade brasileira. Mello defende que o contexto do Nordeste era muito distinto do Centro-Sul. Se, no Rio de Janeiro, a questão era o lugar do país no contexto político de um Estado constitucionalizado, em Recife a questão que se punha era a luta da Colônia contra a metrópole. Ele acredita que é mais justo falar em autonomismo nordestino do que ceder à tentação “saquarema” de legar aos pernambucanos a pecha de separatistas. Para esse autor, 1824 é a simples continuidade da luta da Colônia

contra a metrópole no Nordeste, mas a metrópole, desde muito, agora estava no Rio de Janeiro.

44 Com a Confederação, Pernambuco perderia ainda mais territórios, dessa vez para a Bahia, que levou a margem esquerda do rio São Francisco.

45 Convém recordar que D. João secara as reservas do Banco do Brasil antes de partir para o reino em 1821.

46 Um exemplo da prevalência dos interesses dinásticos foi a missão Marialva à Corte de Viena, cujo objetivo era conseguir a mão da arquiduquesa Carlota Josefa Leopoldina para se casar com o príncipe herdeiro, D. Pedro. Marialva teve gastos exorbitantes autorizados pela Coroa portuguesa para impressionar a Corte de Viena, chegando a proporcionar festa para mais de quatrocentos convidados nos jardins da embaixada alugada em Viena. Ali distribuiu ouro e diamantes para todos os presentes. Uma joia especial em que aparecia a figura do mancebo real, D. Pedro I, foi entregue à princesa, causando furor junto à Corte. Estima-se que Marialva tenha gastado em sua missão cerca de 1,5 milhão de francos, o que na época era uma fortuna extraordinária. Observadores contemporâneos comparavam a festa às extravagâncias orientais dos potentados árabes. O objetivo desses gastos era legitimar o interesse da dinastia na aliança entre a casa de Bragança e a casa de Habsburgo.

47 George Canning, homenageado com nome de rua no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro, foi figura fundamental na chefia do *Foreign Office* nos dois momentos seminais da inserção internacional do Brasil, em 1808 e em 1822, quando havia voltado ao poder em virtude do suicídio de Castlereagh.

48 Para a Inglaterra, o Brasil de fato é um alívio, um bálsamo comercial para as consequências funestas que o bloqueio continental provocou no comércio inglês. O Brasil representava 50% de praticamente todas as exportações da Inglaterra para a América Latina e era uma fração bastante significativa do total do comércio das Américas, perdendo apenas para os Estados Unidos. Uma parte significativa dos produtos ingleses, a partir de 1808, parava no Brasil para ser reexportado para a região do Prata. Essa situação fazia que só o Brasil representasse, por volta da primeira década do século XIX, mais do que toda a exportação britânica para a Ásia.

49 Essa decisão contrasta com a maneira como a historiografia retrata D. João, com o espírito indeciso, tímido, fraco, ignorante, absolutamente caricaturado, imagem essa que prevaleceu por todo o século XIX e foi resgatada no livro de Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, publicado cem anos depois da transmigração. Voz dissonante na historiografia de sua época, Oliveira Lima (chamado, por isso, de D. Quixote gordo por Gilberto Freyre) tenta reabilitar a figura joanina ao mostrar que D. João tomou a decisão correta ao optar por um caminho que garantiu a continuidade institucional e evitou o colapso do Império em meio à convulsão napoleônica que varria o Velho Continente. Ressalte-se ainda a inteligência do príncipe regente ao desembarcar primeiro em Salvador – segunda cidade mais importante da Colônia depois do Rio de Janeiro –, honrando seus súditos baianos e contribuindo para a unidade.

50 Ressalte-se ainda a velocidade da decisão sobre a abertura dos portos. D. João chegou ao Brasil em 22 de janeiro, em 24 de janeiro desembarca em Salvador e em 28 de janeiro assina a carta régia. Tal celeridade contrasta com a indecisão notória do príncipe regente.

51 Surpreende que a avaliação do Visconde de Cairu sobre os tratados tenha sido positiva para com os tratados de 1810. Argumentava Cairu que seria realizada a verdadeira vocação agrícola do Brasil. Jorge Caldeira nos lembra que o visconde, como bom súdito, estava dentro da lógica do Antigo Regime e obedecia à Coroa e aos trâmites do Antigo Regime usando seu poder hermenêutico para justificar o injustificável – o tratado e seus efeitos são consensualmente considerados funestos pela historiografia de ontem e de hoje. O liberalismo de Cairu restringia-se aos temas econômicos, e não aos políticos, e seu entendimento dos tratados de 1810 era político. O tratado era necessário para a manutenção da dinastia de Bragança, ainda que o acordo fosse negativo para o restante do povo ou para a elite do reino.

52 É certo que esses artistas eram bonapartistas caídos em desgraça, mas é igualmente certo que tal acordo mediado pelo Conde da Barca não teria sido possível no quadro de guerra

anterior a 1814.

53 Os espanhóis, por sua vez, buscavam uma aproximação com os russos. Chegou a haver o boato de que proporiam a cessão da ilha de Minorca como base mediterrânea para a eventual aliança com a Marinha russa, o que provocou temores na Corte portuguesa do Rio de Janeiro. E se soldados russos ou navios espanhóis e russos se pusessem a praticar aventuras sul-americanas na Banda Oriental? O casamento de Pedro com Leopoldina era fundamental para estabelecer uma blindagem austríaca à potencial aliança russo-espanhola.

54 A presença de Leopoldina seria também, argumentavam os ingleses, um modo de acalmar os súditos do reino, insatisfeitos com a demora de D. João em voltar para Portugal. A Áustria, contudo, manteve-se fiel à aliança com a Coroa portuguesa e deu ordens para que Leopoldina atravessasse o Atlântico.

55 Os espanhóis não aceitam a abdicação, juntando-se no partido de D. Fernando VII, filho do rei, que era prisioneiro dos franceses, gerando uma situação de vácuo de poder. Esse vácuo de poder faz que D. Rodrigo de Sousa Coutinho decrete a proteção da Coroa portuguesa.

56 Concorriam também para acelerar a intervenção as conspirações de D. Carlota, que já havia tentado interditar seu marido alegando que o príncipe era louco como sua mãe. Sob a influência de Sir Sidney Smith, comandante britânico no Atlântico Sul, D. Carlota consegue o apoio de cabildos na Banda Oriental, que a aclamam “A rainha do Prata”. Strangford é testemunha das “relações impróprias” entre a princesa e Sir Sidney Smith, e recomenda ao Foreign Office sua retirada.

57 Os regentes teriam de se haver com uma série de pleitos, de diversos países, de compensação financeira por esse bloqueio. Pagariam várias indenizações até que, no Segundo Reinado, por decisão do Conselho de Estado, decidiu-se não mais acatá-las.

58 A guerra, na visão inglesa, poderia levar ao colapso do já controverso governo de Pedro I. A intervenção inglesa é salvar a imagem do imperador e garantir que seja feito um acordo aceitável para ambos os lados. Lord Ponsonby, negociador britânico, usa a famosa expressão “Um algodão entre dois cristais” para caracterizar o Uruguai como um “Estado tampão”, nos moldes dos pequenos estados criados na Europa pelo Congresso de Viena para garantir o equilíbrio de poder. Se o objetivo era evitar conflitos, não foi bem-sucedido. Não tardaria para que o algodão se encharcasse de sangue nas guerras civis uruguaias entre blancos e colorados, que de algum modo seguiam refletindo os partidos brasileiro e argentino.

59 José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da independência”, tem um perfil bastante distinto dos demais “heróis” da independência na América. Em geral, eram juristas – John Adams e José Hidalgo – ou militares, como Simón Bolívar e George Washington. O patriarca era um homem das ciências, objetivo e pragmático. Mineralogista, tinha vivido na Europa por mais de trinta anos, tendo participado até da Revolução Francesa. Foi figura importantíssima para a independência como articulador do consenso nas províncias do Centro-Sul, que permitiram a aclamação do imperador e o enfrentamento às cortes. Guardava distância do jacobinismo liberal radical ao mesmo tempo que não concordava com o absolutismo. Inicialmente adepto da ideia de uma monarquia dual, com dois parlamentos, é forçado pela conjuntura das cortes a abandonar a esperança de manutenção de qualquer vínculo com Portugal. Tornou-se, durante breve período, uma espécie de primeiro-ministro, eminência parda e o primeiro ministro das relações exteriores do Brasil no processo de independência. Fez circular, em julho de 1822, o Manifesto às Nações Amigas, no qual legitimava a autonomia brasileira com base no decreto de elevação do Brasil a Reino Unido, oriundo da vontade legítima do príncipe D. João e, que, portanto, tornava ilegal a ação reacionária das cortes. Seu afastamento, alguns meses depois do sete de setembro, foi essencial para que o reconhecimento se processasse como se processou; no exílio, criticou duramente o documento de reconhecimento português, chamando, em correspondência privada, os protagonistas de João “Burro” e “Pedro Malasartes”.

60 George Canning herda o cargo de chanceler quase junto com o sete de setembro, após o suicídio do Marquês de Castlereagh. Reassume o Ministério defendendo o reconhecimento imediato da independência do Brasil, mas foi contido pelos *tories* do gabinete. O ministro acreditava que os ingleses tinham de aproveitar a oportunidade de ascendência sobre o

imperador para garantir, sobretudo, a abolição do tráfico de escravos. O Brasil, a essa altura, era o terceiro maior parceiro comercial da Inglaterra no mundo, mas havia tratados com Portugal que deveriam ser respeitados. Além disso, para a Santa Aliança, monarquia ou não, o governo brasileiro era um governo revolucionário. A aclamação popular do imperador não ajudara a mitigar essa percepção. O título do imperador evocava Napoleão e seu modelo de soberania popular.

61 Em apreciação muito posterior, o historiador Barão do Rio Branco defende essa cláusula considerando normal que, em divórcios de estados, cada parte assuma seu quinhão da dívida pública conjunta.

62 O autor de uma proposição de abolição para a Assembleia dissolvida se indispôs com o amplo setor escravista da elite nacional e fica amaldiçoado até o fim da vida como o abolicionista que era, afinal, havia vivido mais de trinta anos afastado do Brasil e, portanto, não tinha as vinculações das elites coloniais brasileiras.

63 Lord Strangford, desde o período joanino, em sua correspondência com Canning, dá conta do sentimento antibritânico e do ódio crescente que os brasileiros passam a ter contra os ingleses no Brasil, sobretudo em virtude da pressão pela abolição do tráfico. Uma das razões para isso é que o Brasil se torna praticamente zona colonial dos ingleses e o comércio inglês monopoliza intensamente o comércio do Rio de Janeiro e de Salvador. Outra razão é a captura dos navios baianos quando estão fazendo comércio com o Golfo do Benin. Havia uma interpretação de que o Congresso proibira o tráfico de escravos ao norte do Equador – segundo Ricupero, geograficamente errônea –, fazendo que a captura dos navios baianos tenha sido muito mais intensa do que a captura de navios saídos do porto fluminense. Com base nisso, o sentimento antibritânico cresce e, nas décadas posteriores à independência, muitos dos traficantes de escravos são alçados, pela opinião pública, à condição de heróis contra o imperialismo da Inglaterra.

64 Ratificado em 1827, fica então, em 1830, legalmente proibido no Brasil o tráfico de escravos. Ao tratar do período regencial veremos como, em 1831, será feita uma lei (Lei Feijó) ainda mais rigorosa que a definida pelo tratado, punindo também os compradores e garantindo a liberdade dos cativos desembarcados ilegalmente.

65 Alguns ministros do gabinete de Monroe se puseram contra o reconhecimento, sobretudo por causa da forma monárquica de governo, mas acabaram pesando os interesses comerciais norte-americanos no Rio de Janeiro.

66 Conceito criado por Kenneth Waltz, em seu livro *Man, the State and the War*, para identificar a primeira – o indivíduo – das três grandes causalidades explicativas para o fenômeno das guerras no plano internacional. A segunda seria a conformação do Estado e a terceira imagem, o Sistema Internacional.

67 Sobre o casamento ver. TRABUCO, Igor. “Pedro e Leopoldina: a política externa sobe ao altar”, in: *Revista Candelária*, Rio de Janeiro, ano 05, volume 08, 2008.

68 Ver ainda FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: *acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; e FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*: *uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

69 O Marquês de Pombal tentou mudar essa concepção medieval de nobreza ao editar um decreto que estabelecia que a atividade comercial era tão nobre quanto todas as outras. Percebe-se, contudo, que a mentalidade de um povo não se transforma por decreto do governo, e na Colônia as coisas demorariam a mudar.

70 Lisboa era apenas um exemplo de muitos da contradição entre liberalismo econômico desacompanhado de liberalismo político. O liberalismo no século XIX foi uma das “ideias (mais) fora do lugar” no Brasil, que as readaptou a uma sociedade, para ficarmos só no óbvio, escravista. O contrário também existiu. Não eram raras as figuras defensoras de um

liberalismo político (Constituição, Parlamento, limites ao poder real e liberdades individuais) que ainda assim pregavam a manutenção de um sistema mercantil, como no caso dos liberais da Revolução do Porto.

71 Conforme nos ensina Pierre Verger, a captura de navios baianos na costa da África remonta ao período joanino e encontra, quando protestada, resposta arrogante das autoridades inglesas, contribuindo para a crescente má vontade generalizada dos brasileiros contra os ingleses, reconhecida nos despachos de Lord Strangford para o Foreign Office. In: VERGER, Pierre*. Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Corrupio, 1987.

72 Em treze anos de governo absolutista no Brasil, em um contexto de levantes liberais por toda a Europa e por toda a América, o fato de que apenas uma rebelião relevante, em Pernambuco, eclodiu na América portuguesa não deixa de ser surpreendente.

73 O fracasso dos liberais pernambucanos evidencia a falta de condições na América portuguesa para a organização de um governo alternativo, já que a Coroa conseguira efetivamente impor sua autoridade no território, gozando, inclusive, de significativa popularidade. O mesmo não aconteceu na América espanhola, onde houve um vazio de poder após as invasões napoleônicas na Espanha, favorecendo a movimentação política dos cabildos e a implementação das ideias liberais pelas elites *criollas*. O único movimento capaz de enfraquecer o regime joanino não por acaso ocorreu em Portugal, onde havia um vácuo de autoridade.

74 Não foram poucos os conflitos armados em que Pedro I se envolveu. À Guerra de Independência (1822-3) somou-se imediatamente a repressão à Confederação do Equador (1824), ambas com recurso significativo a mercenários, sobretudo na formação de uma armada de guerra, inexistente quando da independência. Com o término da Guerra da Cisplatina (1825-8), um novo esforço, no apoio financeiro aos “liberais” partidários de D. Maria I, sua filha na guerra civil portuguesa, acirrou os ânimos liberais, que viam nisso manobra de reunificação dos tronos e acusavam o imperador de ser português, mesmo tendo ele renunciado ao trono de Lisboa.

75 Com a criação do Real Horto (futuro Jardim Botânico), há uma tentativa de sistematizar a fauna e a flora de todo o Império português nos quatro continentes do globo. Para plantar chá e cultivar as plantações asiáticas, os chineses foram trazidos ao Brasil e formaram uma curiosa Colônia asiática no Rio de Janeiro.

76 A Escola de Música demonstrava o grande interesse dos Bragança na arte de Euterpe. O Banco do Brasil tinha o claro intuito de financiar os gastos do governo, enquanto o Jardim Botânico o de estimular a pesquisa científica. Já o Museu Real foi, por muito tempo, simplesmente o ajuntamento das quinquilharias e curiosidades do acervo da família real portuguesa, tão ao gosto dos colecionismos do Antigo Regime.

77 Essas instituições se somam à tentativa de cooptação da elite local, que já se dava, em alguma medida, desde o período colonial. Era possível, em muitos casos, significativa ascensão – social e política –, na qual indivíduos nascidos na Colônia tinham acesso a cargos políticos e chegavam a receber títulos de nobreza, ordens, comendas, sinecuras e mercês, podendo, por meio da formação universitária comum em Coimbra, chegar a altos cargos na administração do reino em Lisboa ou nas colônias, como foi o caso de Alexandre de Gusmão, nascido em Santos.

78 Essa visão não impede que o índio real seja tratado como parte integrante da fauna, como um animal humano que é integrante do mundo natural. A etnografia é irmã dos estudos da fauna e da flora e pode bem ser ilustrada pelo caso do príncipe Maximiliano, que, apesar do pouco tempo no Brasil, levou para a Europa uma enorme quantidade de espécimes (6,5 mil plantas; 2,7 mil insetos; 80 aracnídeos; 116 peixes; 85 espécimes animais), entre os quais incluiu um índio. Levado à Europa, o botocudo “felizardo” foi apresentado à Corte austríaca.

79 O segundo volume da coleção financiada pela MAPFRE, organizada por Lilia Moritz Schwarcz (2009), e o primeiro volume da coleção organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles são

exemplos disso.

80 Muitos historiadores até tentaram. Em São Paulo, Alfredo Ellis Jr, por exemplo, buscou resgatar a memória do padre Feijó e do período regencial.

81 É sintomático que demoraria ainda algum tempo para que se consolidasse o sete de setembro como a data nacional da independência, mais um marco que evidencia a vitória de uma determinada visão, conservadora, da história brasileira.

82 Sempre lembrando que não se trata de um grupo coeso e/ou organizado, embora tratá-los em conjunto sob a alcunha de exaltados, como, aliás, é sempre feito pela historiografia, contribua para a perpetuação desse entendimento.

83 Embora a solução de ruptura (golpe contra a Constituição) tenha sido tentada, houve, em 1832, uma demissão coletiva dos regentes, que serviria de preparatório para um golpe da Câmara – que se autoconverteria em Assembleia Nacional Constituinte – contra o Senado. O estopim da querela entre as casas se deu quando o Senado – notoriamente conservador – se colocou em oposição a Feijó quanto à demissão de José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor do jovem imperador. Tratava de mais uma resistência aos ataques constantes que lhe eram feitos pela Câmara, entre eles o fim da vitaliciedade. O golpe de Estado acabou sendo abortado na Câmara, sobretudo graças à atuação de Honório Hermeto Carneiro Leão, que fez discurso desmobilizador defendendo a Constituição. Representava ele, além da cautela mineira, os grupos recalcitrantes em dar o passo de ilegalidade que, muito provavelmente, levaria à República.

84 A fuga do revolucionário Bento Gonçalves da prisão baiana, onde fora encarcerado, precipitaria a crise que levaria à renúncia do regente. O governo foi acusado de colaborar ou de ser leniente. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Gê Acayaba de Montezuma, em episódio que beira o cômico, leu, em defesa do governo, no plenário da Câmara, carta de Bento Gonçalves que eximia o governo de culpa em sua fuga recente. Tal inépcia política teve o efeito inverso ao desejado por Montezuma e foi suficiente para convencer os que ainda tinham dúvidas de que o governo tinha contato com os farrapos ou, no mínimo, que se empenhava pouco para debelá-los.

85 Setembrizada e Novembrada em 1831, Abrilada em 1832, Cabanos, que durou de 1832 a 1835, embrenhando-se pelo interior da província, e a Carneirada em 1834, liderada pela tropa sublevada de Recife que só seria debelada no ano seguinte.

86 A Crise Federalista de 1832-33 e a dramática rebelião de escravos em Salvador, 1835, conhecida como Revolta dos Malês, que veremos a seguir.

87 Revolta de Pinto Madeira, 1831-2.

88 Revolta da Fumaça, 1833.

89 Esta visão de pânico e de que o haitianismo era um medo generalizado entre a população branca, antes e depois das rebeliões de escravos do Período regencial é fortemente contestada por Jeffrey D. Neddell que percebe quase nenhum debate sobre o assunto de rebeliões de escravos nas fontes parlamentares e mesmo nos jornais. Este autor argumenta que ao contrário do que ocorria no Caribe ou no sul do Estados Unidos, onde o absenteísmo dos proprietários era a norma e as rebeliões muito mais freqüentes, no Brasil. os senhores de escravos, bem mais presentes, eram especialistas em dosar repressão e negociação com seus escravos. Tal *expertise* deixava-os bastante seguros de que saberiam controlar seus escravos, mesmo em momentos de crise, e que teriam amplo e imediato apoio das autoridades no caso de rebelião. Este autor contesta a própria existência do haitianismo enquanto fenômeno no século XVIII e na maior parte do século XIX. Ver NEDDELL, Jeffrey D. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade in 1850: Historiography, Slave Agency and Statesmanship*. Journal of Latin American Studies. Vol. 33, No. 4 (Nov., 2001), Cambrigde University Press. pp. 681-711.

90 Ver PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*: 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

91 O cemitério pertencia a uma empresa privada, e, por força da lei, detentora do monopólio de enterramentos por trinta anos. Ver REIS, João José. *A morte é uma festa*: *ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

92 Esse episódio, bem como toda a conspiração anterior para a Revolta dos Malês, é descrito de modo colorido por Ana Maria Gonçalves no romance *Um defeito de cor* (Rio de Janeiro: Record, 2009) onde a vida de Luísa Mahin, participante desses episódios e futuramente mãe do abolicionista Luís Gama, é ficcionada de modo livre, porém embasada em ampla e rigorosa pesquisa histórica.

93 Para a Cabanagem e a Balaiada, ver Reis (2004).

94 O então tenente Osório – até o fim da Farroupilha seria promovido duas vezes, a capitão e a major – alegava que bastava olhar o “espelho” republicano dos vizinhos para que se visse “a feia cara da anarquia”. Para ele, o Brasil ainda não estava preparado para a República. Embora constantemente seduzido pelos farroupilhas, aos quais diversas vezes recusou adesão, mas com os quais manteve laços de amizade. Ver Doratioto, 2008.

95 Do total de estudantes brasileiros em Coimbra matriculados entre 1772-1872, 1,53% era gaúcho. Bem pouco se comparado com os 26% da Bahia, os 11,5% de Pernambuco, os 13,6% de Minas Gerais, os 8,8% do Maranhão e os 26,8% do Rio de Janeiro. Diz Carvalho: “No que se refere ao Rio Grande do Sul, a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central” (1996, p. 62). São Paulo também é outra unidade relevante com poucos alunos em Coimbra, mas, mesmo assim, com o dobro de alunos em relação aos gaúchos. O autor mitiga a pequena presença de paulistas em Coimbra pela proximidade com o Rio de Janeiro e a proeminência da figura de José Bonifácio no processo de independência.

96 Conta Paulo Pereira de Castro que Limpo de Abreu, Costa Ferreira, Aureliano Coutinho, Alves Branco e Paula Sousa recusaram a nomeação do regente demissionário para a pasta do Império, o que constitucionalmente os tornaria sucessores legais da regência após a renúncia de Feijó. Ver: CASTRO, Paulo Pereira. A experiência republicana – 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 4.

97 Araújo Lima assumiu a regência em 19 de setembro, exatamente duas semanas depois de ter sido nomeado senador pernambucano por Feijó na lista tríplice. O futuro Marques de Olinda tinha ficado apenas em terceiro lugar nas eleições. Essa escolha “pouco democrática” é evidência das intenções do padre.

98 TESCHKE, Benno. *The Myth of 1648*: Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations. New York: Verso, 2003. Nesse texto, o autor tenta desconstruir o mito de Vestfália como sendo o nascedouro da soberania e propõe uma análise processual que discute a gradualidade do surgimento do conceito ao longo dos dois séculos anteriores.

99 Pesquisas recentes comprovam que Justiniano recebia pagamentos de altas figuras do partido conservador para publicar panfletos na imprensa da época que fossem favoráveis ao governo, em uma relação algo promíscua entre poder e imprensa que nunca se tornaria exceção no Brasil. Ver BARBOSA, Silvana Mota. Panfletos vendidos como canela. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império*: *novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

100 São frequentes as análises que transformaram conciliação em símbolo de certa característica tipicamente brasileira, que, desde a independência, optava por acordos intraelites que excluíssem a “choldra”, símbolo do caos e da desordem. Entre tantos marcos políticos demofóbicos em nossa história, a conciliação de 1853 pode ser vista, entre outras formas, como a “mãe” de uma República proclamada sem apoio popular por um marechal

monarquista que se uniu às oligarquias cafeeiras republicanas que com os militares antipatizavam. A mesma conciliação poderia ainda ser vista como a “avó” de uma revolução modernizante feita por um caudilho gaúcho apoiado por grandes latifundiários de Minas Gerais e da Paraíba, e talvez como a “ancestral” de uma redemocratização feita pelo partido de oposição do regime militar, mas que coroou como presidente um ex-arenista, José Sarney, depois disso três vezes presidente do Senado Federal. No Brasil, a partir de então, entre os grandes vitoriosos da política, não haveria senão os “radicais de centro”. Para os fisiológicos não importam as correntes políticas. A ideologia está no método: a conciliação.

101 Pouco antes, em 16 de maio de 1835, o deputado Antônio Ferreira França propôs um projeto de lei que encerrava o governo dinástico no Brasil e sugeria o estabelecimento de um governo eletivo. O projeto não foi acolhido pelo presidente da Câmara, Araújo Lima, que dois anos mais tarde assumiria como o regente que comandaria o “regresso”.

102 Ver Thomson (1994), Spruyt (1994), Tilly (1996), Giddens (2001), apenas para citar alguns exemplos de autores que colocam a violência como elemento central da construção e da própria existência do Estado Moderno.

103 Sérgio Buarque de Holanda, no primeiro capítulo do volume III da *História geral*, sugere que, além da questão do celibato, Moura, que era também filho ilegítimo, sofria de epilepsia e era alcoólatra.

104 É absolutamente simbólico do fim de uma era o famoso Ministério das Nove Horas, o último convocado pelo regente Araújo Lima no dia da maioridade, 23 de julho de 1840. Bernardo Pereira de Vasconcelos o recordaria depois como as “nove horas mais gloriosas de sua vida”.

105 Como no caso de Manoel Alves Branco, o segundo Marquês de Caravelas, que foi ministro interino dos Negócios Estrangeiros de janeiro a outubro de 1835, bem mais tempo que muitos dos ministros titulares que lhe foram contemporâneos.

106 Entre os cinco decretos citados pelo autor, estão: o da necessidade de juramento de fidelidade ao imperador por portugueses que viessem a residir no país (janeiro de 1823); o decreto que declarou guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata (dezembro de 1825); o de reconhecimento da independência por parte de Portugal (abril de 1825); e o de aprovação do tratado entre Brasil e Bélgica (junho de 1835). Entre as cartas de lei aprovadas no período e selecionadas pelo autor, temos: a ratificação da convenção com a Inglaterra para a abolição do tráfico (novembro de 1826) e uma série de ratificações de tratados sobre o reconhecimento da independência (com as cidades Hanseáticas e com a Áustria em novembro de 1827; com a Prússia, a Dinamarca e os Países Baixos em 1828, um artigo adicional do tratado com a França em 1829), além da ratificação do tratado das segundas núpcias do imperador com D. Amélia de Leuchtemberg em julho de 1828. (Soares, 1984, pp. 81-2).

107 Sobre o tratado que regulou o estabelecimento de uma lancha de paquetes para transporte de correspondência oficial e passageiros entre o Brasil e a França.

108 Discurso sobre o decreto de 12 de junho de 1834 em Códice – Portarias ao oficial-maior da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1821 a 1848 – Arquivo Histórico do Itamaraty.

109 A própria razão pela qual Maciel Monteiro pode se dar o trabalho de fazer uma proposição de reforma talvez tenha sido o fato de ele ter sido o ministro que, de 1834 até a posse de Aureliano em 1840, ficou mais tempo no cargo. Seu um ano e sete meses de gestão (de setembro de 1837 a abril de 1839) contribuem para fazer subir a média de maior estabilização no período do regresso. Parece, e o relatório de 1838 do futuro Barão de Itamaracá indica ainda para o entendimento, que reconhecer a existência do problema já era, no início da regência de Araújo Lima, o início de sua solução.

110 Relatório de Antônio Peregrino Maciel Monteiro de 1838.

111 Nestor Duarte, Caio Prado Jr., Nelson Werneck Sodré, entre outros, sustentam a indistinção entre os dois partidos.

112 Bernardo Pereira de Vasconcelos e Paulino José Soares de Sousa – magistrados – eram os principais ideólogos a favor do fortalecimento do Poder Moderador e do controle centralizado do Judiciário e da polícia, enquanto os latifundiários e comerciantes de São Paulo e Minas Gerais – representados por Teófilo Ottoni, Nicolau Vergueiro e Francisco de Paula Sousa – defendiam o contrário.

113 Miriam defende que foram mantidas as estruturas federativas do Ato Adicional e que o Império era uma grande negociação com os interesses regionais (Dolhnikoff, 2005).

114 Assim como se haviam indisposto com o gabinete da maioridade, quatro anos depois a indisposição seria com Honório Hermeto Carneiro Leão, líder dos conservadores no gabinete que tentou demitir o irmão de Aureliano, Saturnino de Sousa, inspetor da alfândega que havia hostilizado publicamente o governo. O imperador se recusou e Honório se demitiu.

115 Apesar disso, todo esse período ainda foi marcado por forte influência dos áulicos, ainda que cada vez menor. Paulo Barbosa, depois de ser vítima de tentativa de assassinato, solicita ao imperador nomeação para cargo diplomático na Rússia, para onde segue em 1846. Aureliano seguiria como presidente da província do Rio de Janeiro até 1848, quando seria afastado pelo retorno dos conservadores ao poder.

116 Curioso que dois deles nasceram fora do Brasil, embora tenham vindo morar no Rio de Janeiro. Eusébio nasceu em Angola, e Paulino em Paris.

117 A conciliação era defendida na imprensa por Torres Homem, o Timandro de 1849, e no Parlamento por Nabuco de Araújo. O imperador gostou da ideia e acreditou que o ministro brasileiro em Montevidéu, Honório Hermeto Carneiro Leão, que não se havia curvado aos áulicos em 1844, era a pessoa certa para implementá-la.

118 Visconde em 1852 e marquês em 1854.

119 VASCONCELOS, Zacarias de Góis. *Da natureza e limites do Poder Moderador* (1860). Símbolo desse debate acirrado entre liberais e conservadores foi a inauguração da estátua equestre de D. Pedro I na praça da Constituição, hoje praça Tiradentes, que foi objeto de protestos e de oposição liberal na imprensa em março de 1862. Teófilo Ottoni a chamou de "mentira em bronze". Para os liberais, era o símbolo do regresso.

120 Pedro Calmon conta que o imperador viajou para a Europa em maio e disse que, se não se aprovasse a lei que libertava os filhos das escravas, preferia não voltar.

121 O herói da guerra do Paraguai foi nomeado ministro da Guerra pelo novo gabinete, mas faleceu em 1879.

122 Criou uma comissão mista bipartidária para a regulamentação da lei, substituiu vários presidentes de província e se recusou a indicar candidatos do governo. Chegou a apresentar sua demissão ao imperador para que a eleição fosse feita por outro governo, mas o imperador recusou. Pela primeira vez, dois ministros – Homem de Melo e Pedro Luís – foram derrotados em suas províncias.

123 As eleições eram um espetáculo tragicômico. Nas freguesias distantes a eleição ocorria dentro das igrejas e era necessário esvaziar a nave de ornamentos e objetos religiosos para evitar que santos e cruzes ganhassem os ares como projéteis nos conflitos partidários frequentes. A mesa era formada literalmente "no grito" e a comprovação de renda e de identidade era feita por meio da arregimentação de testemunhas ou simplesmente pelo convencimento. Gaiatos apelidados de "fósforos" faziam se passar por quem não eram e votavam no lugar de mortos ou até de vivos que descobriam, ao chegar na mesa eleitoral que já tinham votado! Ficavam célebres os fósforos mais ousados ou talentosos que conseguiam, na presença da vítima, provar à mesa que eram quem não eram.

124 Mesmo os escravos tinham, em grande parte dos engenhos, direito a uma lavoura própria, a chamada “brecha camponesa”, onde cuidavam de gêneros para sua subsistência ou para o pequeno comércio. Esse dia “livre” de trabalho, usado para cuidar de sua roça, trazia também vantagens para os senhores, que diminuíam os custos de manutenção de seu plantel de escravos.

125 O auge simbólico da briga entre a velha elite da mineração decadente e a nova elite do café foi a longa disputa pela transferência da capital com a criação de Belo Horizonte. A solução de compromisso foi estabelecer a nova capital em terreno neutro.

126 Os outros são o fumo em primeiro lugar (entre 2% e 3% da pauta), erva-mate, cacau e farinha de mandioca (variando entre 1% e 2% da pauta). Todos demonstram presença perene nas exportações do Império.

127 A justificativa de Silva Ferraz no Relatório do Ministério da Fazenda de 1845, no entanto, deixa clara a prioridade arrecadatória: “Sendo o primeiro objetivo da Tarifa preencher o déficit, em que há annos labora o paiz, era meu dever fazer que a nova taxa de direitos, que compreendesse a maior somma de valores, fosse tal, que provavelmente o preenchesse; e porque a renda dos 20 por cento, que em geral pagavão as mercadorias estrangeiras trazidas ao paiz, importava de 12 a 13 mil contos, era evidente que para conseguir aquelle fim, cumpria elevá-la em mais 10 por cento; e tal he a razão por que em geral ficou a importação estrangeira tributada em 30 por cento” (Relatório do Ministério da Fazenda, 1845, p. 34). A referência aos 20% é a taxa corrente de 15% mais 10% de desembaraço, taxa de expediente sempre paga, mesmo em caso de produtos isentos.

128 No total, foram dez as alterações tarifárias no Império: Tarifa Alves Branco (1844); Tarifa Wanderley (1857); Tarifa Sousa Franco (1857-58); Tarifa Silva Ferraz (1860); Tarifa Itaboraí (1869); Tarifa Rio Branco (1874); Tarifa Ouro Preto (1879); Tarifa Saraiva (1881); Tarifa Belisário (1887); e Tarifa João Alfredo (1889). Na República, o encilhamento (1890) faz nova revisão tarifária. O nome é sempre o do ministro da Fazenda no momento da publicação do decreto.

129 Presidente de uma comissão para esse fim que elaborou as mudanças efetivadas por João Maurício Wanderley (1857), Bernardo Sousa Franco (1858), Francisco Sales Torres Homem (1859) e depois ele próprio ministro da Fazenda.

130 Foram 10 milhões de libras gastos com a guerra e 4,5 milhões com a seca cearense de 1877-80, que motivou a imigração de quase meio milhão de nordestinos para a Amazônia da borracha.

131 Paulo Roberto de Almeida ensina que o prazo médio era de trinta anos, sem nenhum tipo de carência, e os juros variavam entre 4,5% e 5%, e o título nominal tinha um desconto em relação a seu valor de face, dependendo do contexto da negociação. Tipo 95, tipo 85, tipo 75, que era o quanto efetivamente o país receberia. O deságio variava entre 5% e 15%, mas, em 1829, houve até um empréstimo ruinoso de 52%. Apenas dois empréstimos tiveram o valor de face de 100%: o que incorporou, em 1825, parte da dívida portuguesa negociada pelo reconhecimento e o que resgatou, em 1859, o empréstimo ruinoso de 1829.

132 O Império fez vários empréstimos para o Uruguai e para a província de Entre Rios e Corrientes. Segundo Paulo Roberto de Almeida, enredado em uma política de poder da qual não poderia sair sem prejuízo de sua imagem externa, o Império foi levado a fazer, sem garantias reais de que receberia de volta, sucessivos empréstimos durante cerca de três décadas. Figura protagonista de grande parte desses empréstimos foi o Barão de Mauá, que chegou a assinar acordos com os uruguaios com o mesmo *status* dos estados do Império do Brasil e da República Oriental. Arriscou seu dinheiro e, algumas vezes, sua vida para viabilizar a política brasileira na região. Teve filiais em várias cidades uruguaias e abriu duas agências na Argentina, em Rosário e em Gualeguaychú.

133 Apenas para cair de novo à metade na última década do Império, com certeza por causa da percepção da iminência da abolição, dado o crescente movimento abolicionista: 550$000 réis na década de 1840, 1.200$000 nadécada de 1850, 1.800$000 na década de 1860 e mais de

dois contos na década de 1870, para afinal cair novamente para menos de um conto na década de 1880 (valores aproximados).

134 Nas décadas seguintes, com o uso exclusivo de mão de obra escrava, após o fracasso da experiência com os imigrantes, Ibicaba chegou a ser a maior fazenda de café do Brasil, com mais de um milhão de pés de café plantados.

135 Exceto em casos de faixas de fronteira.

136 Domingos José Gonçalves de Magalhães é o pioneiro do romantismo no Brasil com "Suspiros poéticos e saudades" publicado na Europa em 1836, onde junto com Pereira da Silva e Torres Homem publicava a efêmera revista literária *Niterói*. É também o pioneiro na prosa romântica com "Antonio José ou o poeta da Inquisição" (1838). Foi considerado um poeta formalista e pouco inspirado tanto por contemporâneos quanto por críticos posteriores. Sua obra mais polêmica, no entanto, foi *A confederação dos Tamoios* (1857), fortemente inspirada no *Uraguai* de Basílio da Gama que lhe valeu polêmica com José de Alencar. Magalhães foi defendido pelo próprio imperador que escreveu nos jornais sob pseudônimo.

137 A questão da sobrevivência não é trivial. Leiamos o que escreve a esse respeito Ricupero, ao nos lembrar que o Barão do Rio Branco tinha já perdido seus oito irmãos quando chegou aos 55 anos. "Em país de expectativa de vida média de trinta e poucos anos, onde os muito ricos como Eduardo Prado morriam de febre amarela aos 41 anos, políticos promissores como Tavares Bastos desapareciam aos 36 e poetas como Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Junqueira Freire e Castro Alves mal passavam dos 20, sobreviver, simplesmente durar, era já sinal de boa fortuna e condição para fazer alguma coisa." (RICUPERO, Rubens. Rio Branco. *O Brasil no Mundo*, Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2000. p. 11)

138 Canção inglesa composta por pastor, ex-capitão de navio negreiro, John Newton que virou hino contra o tráfico de escravos na campanha dos Quakers, Wilberforce, e demais abolicionistas na Inglaterra do final do século XVIII.

139 Inclusive assim considerados juridicamente. Um escravo alforriado, se fosse africano, não teria direito à cidadania brasileira e teria que voltar para a África, podendo inclusive ser "deportado".

140 O exemplo desse individualismo esta na difusão do retratismo, desestimulado no período colonial por regras oficiais com poucas exceções, no Império se tornou a moda maior das famílias ricas até o advento da fotografia.

141 CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações internacionais (1826-1889).* Brasília: Ed. UnB, 1981.

142 Mais uma vez o melhor texto para tratar em detalhes do assunto fronteiras em qualquer época é *Navegantes, bandeirantes, diplomatas* de Synésio Sampaio Goes Filho. Este autor nos ensina que depois de ter negociado em vão Tratado Lindeiro em missão no final dos anos de 1830 à confederação peruviano-boliviana (separados em virtude da guerra com o Chile) Duarte da Ponte Ribeiro veria seus esforços serem lançados por terra com a recusa do parlamento imperial em ratificar tratado baseado no *uti possidetis*.

143 Venezuelanos e colombianos que firmaram tratados com o plenipotenciário Miguel Maria Lisboa, futuro barão de Japurá em 1852 e 1853 respectivamente não ratificaram os tratados por não aceitarem o principio do *uti possidetis de jure*, que retomava os tratados coloniais e não a ocupação efetiva do território.

144 Como veremos a oferta de direitos de navegação como moeda de troca não era inocente, pois servia para ampliar o número de aliados do Brasil na defesa contra a abertura internacional da bacia Amazônica demanda dos Estados Unidos e de governos europeus que tinham intenções imperialistas. Tendo os vizinhos ao nosso lado, ficava menos incoerente a tese dos "ribeirinhos superiores" que o Brasil usava para justificar sua posição, distinta da que exercia na mesma época na bacia platina.

145 Não mencionava explicitamente o *uti possidetis*, mas reafirmava as fronteiras estabelecidas no tratado de 1852. Sua demarcação durou mais de um século.

146 Ingleses e franceses descartavam uma intervenção por terra depois de anos usando a tática do bloqueio naval sem conseguir vencer Rosas. Para a Inglaterra ainda pesava negativamente a postura de recusa do Império em renovar os tratados de comércio e amizade que venciam em 1844, bem como a recalcitrância em relação à questão do tráfico.

147 Roubo de gado brasileiro estimulado ou não reprimido pelas autoridades uruguaias – quase duzentas fazendas foram invadidas e foram roubados mais de 800 mil cabeças de gado e 16 mil cavalos – o que motivou invasões privadas ao Uruguai lideradas por estancieiros e chefes militares como Francisco Pedro Buarque de Abreu, futuro barão de Jacuí que decidiu fazer justiça com as próprias mãos entre 1849 e 1850: "As Califórnias de Chico Pedro" como ficaram conhecidas em referencia a corrida do Ouro que acontecia na costa oeste norte americana na mesma época.

148 A atuação de Joaquim Nabuco na Inglaterra, nos Estados Unidos e em Roma, junto ao papa para mobilizar a opinião pública internacional do tipo '"efeito bumerangue" foi eficaz para pressionar internacionalmente o governo e acelerar as medidas abolicionistas.

149 O censo de 1872 apontava para menos de 4% de imigrantes, mas esse número aumentava muito nas zonas urbanas, sobretudo na Corte.

150 No plano da importação de bens americanos a participação deste país era tímida. Comprávamos farinhas e laticínios mas tal parcela caiu à metade ao longo do império (menos de 10%), enquanto que a venda de café seguia crescente gerando superávit.

151 Havia participação de cidadãos americanos e mesmo alguns cônsules no tráfico africano feito a partir da Bahia. Chegou a haver em 1844 sondagens do governo brasileiro sob a chancelaria de Ernesto Ferreira França ao ministro norte-americano no Brasil Henry Wise, invocando a doutrina Monroe para proteção contra intervenções europeias no continente americano.

152 No influente livro *The Amazon and the atlantic slopes of south America* de 1853, Maury defendia a abertura do Amazonas "pacificamente" ou "à força se precisarmos".

153 O tratado negociava com a Inglaterra a possibilidade de construção conjunta de um canal transoceânico para ligar o Atlântico ao Pacífico na América Central (o projeto original era que fosse construído na Nicarágua).

154 Também contribuiu para o início desta decisão o interesse incipiente do comércio internacional na extração da borracha amazônica escoada por Belém e Manaus.

155 Com o fim da Guerra civil americana a linha foi afinal estabelecida em 1865 por outra firma concorrente da do filho do general.

156 Ainda assim, a postura do Brasil era de desconfiança. Fazer parte da aliança ao lado dos argentinos era um meio de contrabalancear sua influência apesar da abertura amigável de Mitre para com o Brasil.

157 O jornalista e historiador diletante José Julio Chiavenato divulgador desta versão chamou sua principal obra sobre o conflito de "O genocídio Americano" (São Paulo: Editora Brasiliense, 1979).

158 O contexto em que Doratioto, professor do Instituto Rio Branco, desenvolveu sua pesquisa, é bem outro. Já estávamos sob a égide do Mercosul e da aproximação multilateral dos países que participaram do conflito. Doratioto consultou os arquivos oficiais do Itamaraty, e também os arquivos do Paraguai e da Argentina. Sua interpretação mais estruturalista minimiza as responsabilidades nacionais e ajusta-se perfeitamente ao contexto da montagem do Mercosul.

Não há culpados. Há apenas estruturas históricas impessoais. Ainda que seja discutível afirmar que o Império e o Paraguai viviam nos anos de 1860 sua formação e consolidação enquanto estados nacionais, para este autor as engrenagens desta consolidação no subsistema platino em meados do século XIX servem de lembrança amarga que nos permite celebrar tempos mais pacíficos onde as engrenagens da formação de blocos econômicos e aduaneiros estimula a aproximação e não o conflito. A visão de Doratioto é também uma testemunha positiva e, ainda hoje, rara, dos frutos historiográficos que rendem a aproximação entre história e Relações Internacionais. Nesta confluência prolífica, o trabalho dos professores do departamento de Relações Internacionais, herdeiro do departamento de História, na Universidade de Brasília é de destacado pioneirismo.

159 Na medida em que o desenrolar da guerra ia tornando obsoleta a bravata de Bartolomeu Mitre de que em três meses estariam em Assunção, o entusiasmo diminuia e os voluntários desapareceram. Nas tentativas que o império fez durante a guerra para conseguir alistados a resistência passou a ser grave e contava com o apoio dos "coronéis" que em tese ofereciam "proteção" aos seus agregados e diante da necessidade de alistamento que ninguém queria cumprir, perdiam prestígio. Houve rebeliões em diversas províncias motivadas pela resistência ao alistamento.

160 As cláusulas territoriais secretas foram reveladas pelos ingleses em 1866 e motivaram repúdio generalizado na América Latina, simpáticas a Solano Lopez. A abertura da navegação amazônica e o tratado de Ayacucho celebrado com a Bolívia são exemplos de tentativas de contenção da diplomacia brasileira do mal-estar causado pela revelação da clausula secreta.

161 Rebeliões de *motoneros* sufocadas na Argentina, resistências ao alistamento e cisão interna entre liberais e conservadores sobre a condução do conflito que levaram a queda do gabinete no Brasil em julho de 1868 e oposição da opinião pública uruguaia que motivou o assassinato de Venâncio Flores nas ruas de Montevidéu dois meses depois de deixar o poder em 1868.

162 A tentativa do coronel Camisão de dar combate aos paraguaios invasores pela via terrestre do Mato Grosso do Sul foi uma tragédia épica que se tornou o tema do clássico romance de Taunay, *A retirada da laguna.*

163 Em 1870 os Estados Unidos compravam 75% do café brasileiro acumulando o Brasil saldos exponencialmente crescentes no comércio bilateral superavitário que representava mais que o comércio americano com todo o resto da América Latina.

164 Se o visconde fosse JK, a prisão dos bispos foi sua ruptura com o FMI. Setores políticos muito a esquerda do governo – os republicanos da década de 1870, os comunistas do final dos anos 1950 – comemoraram a medida. Quando a república, afinal, proclamada, decreta-se, sob inspiração positivista, o estado laico, e propõem-se medidas rigorosas contra a Igreja, discutindo-se na Assembleia o fechamento da legação brasileira junto à Santa Sé.

165 Leão XIII chegou a premiar a princesa com uma Rosa de Ouro – condecoração tradicional, e rara, oferecida pelo Papa aos monarcas como símbolo de sua afeição – pela decretação da Lei Áurea. Foi homenageada inclusive por D. Vital.

166 Um argumento sociológico cínico sobre a ação contestatória da geração de 1870 é explicá-la por meio da exclusão política dos bacharéis liberais. Esta exclusão gerava a impossibilidade de sustentação material para muitos liberais. Se formar em Direito no Brasil do século XIX não deixava quase alternativas de subsistência material fora do Estado. Numa sociedade protocapitalista estabelecer banca de advogado era projeto muito arriscado – Joaquim Nabuco, por exemplo, deputado famoso, tenta fazê-lo após a proclamação da República e não consegue se sustentar. Mais seguro era a magistratura, a política, a docência, o funcionalismo em geral, para os qual, na inexistência de concursos públicos, o indivíduo precisava ser indicado pelo governo. Ora uma década conservadora era mais que suficiente para desestabilizar toda uma geração de jovens bacharéis liberais que excluídos do poder encontravam poucas alternativas de carreiras. Tal exclusão não existia desde os anos de 1840, pois tanto na década de 1850 quanto na de 1860 houve experiências de conciliação partidária que abriam caminhos na burocracia tanto para os conservadores quanto para os liberais progressistas, o que desaparece depois de da queda do gabinete Zacarias. Disto deriva a

grande criatividade presente nas novas formas de atividade política da Geração de 1870, quase sempre de contestação.

167 São exemplos disso Bernardo de Guimarães com *Escrava Isaura*, as obras de Machado de Assis, e o precursor do abolicionismo literário brasileiro, Castro Alves, que morreu muito jovem antes mesmo que a década de 1870 se conformasse em "geração", mas chocava suas plateias escravocratas com a declamação poderosa e épica da tragédia do *Navio Negreiro*.

168 Esta autora tece na verdade uma crítica ao determinismo social de uma tradição historiográfica que os considera expressão do pensamento de uma classe média ou burguesia incipiente.

169 Em *Memórias Póstumas*, Brás Cubas surpreende seu ex-escravo Prudêncio açoitando seu novo escravo acusando-o de bêbado e intervêm. Recebe por resposta: "nhônhô manda, não pede." Denotando a obediência ao antigo senhor.

170 Outras teses mais materialistas foram sucessivamente propostas. Karl Marx no *Capital* defende que ao combater a escravidão o parlamento inglês tinha por objetivo diminuir o preço dos itens coloniais da cesta básica do trabalhador inglês, no intuito de aumentar a mais-valia ao diminuir o valor de subsistência. Pierre Verger, em "Fluxo e Refluxo" defende que o interesse comercial anglo-francês na costa africana na primeira metade do século XIX era prejudicado pelos subprodutos comerciais do tráfico de escravos com o Brasil, que de tão lucrativo acabava excluindo a presença dos comerciantes do óleo de palma – *palm olive* –, por exemplo. No Brasil, chamado óleo de dendê, o óleo de palma era matéria-prima essencial para a gordura do chamado *savon de marseille* produto de luxo cujo consumo não fazia senão aumentar numa época em que se retomava o hábito do banho diário na Europa. Para Verger, o banho europeu foi uma das razões para a crescente pressão inglesa para a abolição do tráfico. O que não faltam são teses sobre o assunto.

171 HORSCHILD, Adam. *Enterrem as Correntes. Profetas e Rebeldes na luta pela libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

172 Os abolicionistas das décadas de 1870 e 1880, como Luiz Gama, irão se aproveitar desta lei, que nunca foi revogada, para entrar com ações de libertação em larga escala, sobretudo em São Paulo, exigindo comprovação dos senhores, impossível de ser feita, de que seus escravos africanos tinham entrado antes de 1831.

173 José Murilo de Carvalho atribui essa diminuição a uma variável puramente econômica: entraram tantos escravos no Brasil durante o período joanino e o 1º Reinado, que já não havia mais necessidade de novos escravos na década de 1830. A verdade, no entanto, é que, ao menos no curto prazo após sua aprovação, a lei valeu. Os traficantes acreditaram em sua validade, muitos ao ponto de deixar completamente os negócios e mudar de ramo. E também os latifundiários, sobretudo os cafeicultores fluminenses que se lançaram em uma vigorosa e coordenada campanha política para revogar a lei.

174 Segundo Marco Morel o período regencial viveu um momento de incipiente abolicionismo nos panfletos e jornais da época, graças a crescente liberdade de imprensa que inexistia no período colonial e, apenas nominalmente no Primeiro Reinado. Ele ensina que foram publicados na década de 1830 diversos jornais e panfletos a respeito da situação do homem negro no Brasil. Estima que 1/3 da população de negros do país já era de libertos o que não só eram público-alvo destes debates como, alguns inclusive se tornaram panfletários e jornalistas. Foi o caso de Paula Brito, que se tornou patrono da carreira de outro mulato ainda mais famoso, Machado de Assis. Panfletos como *O mulatinho, O homem de cor, O liberto*, começam a discutir abertamente a questão racial no Brasil dos anos de 1830. Trata-se naturalmente de uma "história vista de baixo", já que nas fontes tradicionais, atas do parlamento, e jornais *mainstream* o que se percebe é o repúdio ao abolicionismo e à herança negra. Sobressai o interesse econômico do escravismo, o haitianismo e o início das teses de branqueamento que estimularão a política imigratória.

175 Com a chegada de Palmerston ao poder os ingleses passaram a abordar qualquer navio com a bandeira nacional. O Conselho de Estado reconhece que não é possível enfrentar Palmerston

e Rosas ao mesmo tempo, se é que seria possível enfrentar a Inglaterra. Sugere a abolição soberana, feita pelo Brasil.

176 Substituiu vários juízes, inclusive desembargadores em tribunais de segunda instância, que não referendaram sentenças condenatórias contra indivíduos que julgados por tráfico. Substituindo presidentes de províncias e delegados de polícia lenientes nesta repressão nomeando figuras notoriamente engajadas na perseguição ao tráfico, para fazê-lo cessar.

177 O deputado Silva Guimarães propôs duas vezes, em 1851 e 1852, um projeto de abolição do ventre no Brasil. A questão não foi sequer debatida. Silva Guimarães insiste em defender o tema na tribuna e é censurado! A mesa usa o regimento interno declarar a não conveniência deste debate. O deputado recorre e perde tendo tido o apoio de apenas mais um deputado.

178 Ver SILVA, Alberto da Costa e Castro Alves. *Um poeta sempre jovem.* Rio de janeiro: Ed. Cia. das Letras, 2006.

179 Este mesmo autor, no entanto destaca que havia restrições significativas ao exercício pleno desta liberdade. Desde restrições jurídicas, como a perseguição pela polícia, a alforria condicional, a reescravização, e captura de homens livres para escravizá-los, dentre outras dificuldades que sofriam os ex-escravos.

180 Para um exemplo ver Eduardo Silva “As camélias do Leblon”.

181 Esse número contrasta com os apenas 11% da população negra nos Estados Unidos, inclusive contabilizados aí os Estados do Norte onde não havia mais escravidão.

182 Ironizando a proposta o republicano e abolicionista Antônio da Silva Jardim escreveu um artigo pela indenização... aos escravos!

183 Em “A Força da Tradição” este autor defende que mesmo com o aburguesamento progressivo das sociedades europeias no século XIX, as chamadas estruturas de aço (Schumpeter) do Estado – diplomacia e exército – seguiam firmes nas mãos dos aristocratas o que relativiza a ideia marxista de sociedades burguesas. Arno Mayer alega que o colapso do Antigo Regime só será completo após a Primeira Guerra Mundial.

184 Na história republicana quando há a nomeação de um ministro civil para uma pasta tradicionalmente militar isso é visto em geral sob o signo da polêmica. Na primeira República o único caso foi João Pandiá Calógeras, um diplomata. Redundou nos levantes tenentistas. De 1922 a 1995 nunca mais. Os diplomatas José Viegas no governo Fernando Henrique Cardoso e mais recentemente Celso Amorim no governo Dilma Roussef também amargaram a má vontade militar com suas nomeações. No império, o ministro da guerra ser civil era a norma não a exceção.

185 Conhecido como Chico da Matilde, o jangadeiro deu origem a um amplo movimento abolicionista em Fortaleza que conseguiu que a escravidão fosse abolida na província em 25 de Março de 1884. A primeira província a abolir a escravidão no Brasil.

186 Os positivistas como Júlio de Castilhos defendiam o voto aberto como virtude cívica. Para ser cidadão é preciso ter coragem de assumir uma posição.

187 Personagem imoral, português acumulador, protagonista e proprietário do comércio e de “O cortiço imortalizado na obra de Aluísio Azevedo.

188 Segundo Leôncio Basbaum eram 128 bacharéis e apenas 55 militares em uma constituinte de pouco mais de 200 membros.

189 Foi inicialmente uma guerra civil de coronéis gaúchos que acabou ganhando relevância nacional na oposição à “ditadura” de Floriano ao ganhar o apoio dos rebeldes da Armada. De

um lado Gaspar de Silveira Martins (liberal na época da monarquia) liderando os maragatos, do outro Julio de Castilhos e Pinheiro Machado que defendiam uma ditadura positivista e tiveram apoio do governo federal (os pica-paus) para implementá-la na constituição gaúcha autoritária de 1891, que, entre outras coisas, permitia a reeleição sucessiva do governador do Estado. O partido Federalista do Rio Grande do Sul fundado por Silveira Martins em 1892 se opunha a esta constituição positivista e a ditadura de Julio de Castilhos.

190 Que a partir de então passou a ser denominada Florianópolis.

191 No que, aliás, Floriano estava coberto de razão, dado que o navio português que concedeu asilo aos rebeldes da revolta da Armada, por inépcia ou falta de zelo, permitiu que dezenas deles desembarcassem e fugissem em Buenos Aires, de onde reentraram no território brasileiro para apoiar os federalistas do Sul do Brasil.

192 Gentil de Castro, proprietário de jornais considerados monarquistas, foi assassinado por um grupo de majores e tenentes que empastelaram sua *gazeta.* Joaquim Nabuco confessa que tinha medo de sair de casa e que, como colaborador de seus periódicos, por pouco não escapa do ataque que matou Gentil de Castro.

193 Na tentativa, o anspeçada Marcelino Bispo de Melo fracassou em disparar uma garrucha contra o chefe de Estado, mas feriu de morte com um punhal o Ministro da Guerra Carlos Bittencourt que havia saído em defesa de Prudente. No inquérito policial que se seguiu, notórios jacobinos no seio do exército e até da política foram implicados e a repressão ao movimento seria bem-sucedida. Marcelino foi encontrado enforcado na cadeia com um lençol.

194 Muitos outros fracassaram no posto de herói da república. Benjamin Constant, Deodoro, Patrocínio nenhum emplacou. A morte prematura de Floriano fez com que a república tivesse que encontrar um herói asséptico, histórico, recriado: Tiradentes. Ensina José Murilo de Carvalho em *A formação das Almas* a figura de Tiradentes imortalizado por Pedro Américo com o rosto de Cristo, esquartejado e martirizado, se tornaria o símbolo heroico de uma república com dificuldades de angariar apoio popular, sobretudo entre os antigos escravos, simpáticos e saudosos do imperador e da princesa.

195 A partir daí Minas Gerais conseguiria um certo grau de estabilidade nos conflitos intraoligárquicos. A instância partidária se tornava uma espécie de fórum de concertação institucional onde os grandes coronéis do Estado deliberavam politicamente, indicavam seus apaniguados e dirimiam querelas sem precisar recorrer a meios menos civilizados.

196 A Bahia, ao contrário de Minas não conseguiu evitar que as disputas ferrenhas entre facções rivais de coronéis dividissem o Estado, frequentemente de modo armado. Talvez por isso assistiria o sucesso do Rio Grande do Sul, que muito graças à habilidade de articulação junto às bancadas menores do Senador Pinheiro Machado (PRR) rapidamente ultrapassaria a Bahia em importância.

197 Renato Lessa enfatiza o papel da Comissão Verificadora dos Poderes, responsável pela diplomação dos deputados eleitos, já que não havia intervenção da justiça no processo político. Essa comissão tinha papel fundamental numa conjuntura na qual eram frequentes as duplicidades de bancadas. Até Campos Sales era o deputado mais idoso da legislatura que assumia sua presidência. A partir de então, passou a ser o presidente da legislatura anterior, o que na prática favorecia a perpetuação da câmera que se diplomava a si mesma, e “degolava” – termo da época para caracterizar deputados não diplomados – os oposicionistas ao governo.

198 A mais conhecida foi o Partido Democrático (PD) de São Paulo, onde juristas do Largo São Francisco em articulação com os setores médios urbanos da burguesia paulista firmaram posição contra os desmandos das oligarquias que compunham o velho e poderoso PRP.

199 Uma foi o PRC de Pinheiro Machado durante o governo Hermes da Fonseca, de vida curta. Outra, bem-sucedida em longo prazo foi o Partido Comunista do Brasil (PCB) que, criado em 1922, se nacionalizaria na década seguinte.

200 Trata-se na verdade de uma meia verdade, já que parcela poderosa e relevante do PRM era na verdade proveniente da região cafeicultora de Minas Gerais. O nome correto seria Política do Café com Café, o que faria perder parte do apelo semântico da combinação.

201 Foram eleitos Wenceslau Braz em 1914 como candidato único, Rodrigues Alves em 1918, que morreu de gripe espanhola antes de tomar posse novamente como presidente, e Epitácio Pessoa, o primeiro nordestino, eleito em 1919, em eleições especiais para suceder Delfim Moreira, vice de Rodrigues Alves. Nesta última, Ruy Barbosa foi novamente candidato oposicionista, e mesmo sem o apoio de nenhum Estado teve um terço dos votos e venceu no Distrito Federal.

202 Seu Filho, o capitão Euclides Hermes era o comandante do Forte de Copacabana.

203 A Reação Republicana não aceita a derrota eleitoral e não reconhece a presidência de Bernardes. Exige um arbitramento que não foi aceito por Minas e São Paulo. Ameaça com a revolução e acena para as forças armadas. Muitas análises identificam o início do tenentismo com o clima de animosidade patrocinado pela imprensa oposicionista e pela intransigência dos eleitos que não aceitam qualquer tipo de conciliação marginalizando completamente a oposição e excluindo seus deputados da legislatura eleita.

204 Sátira literária gaúcha de Borges de Medeiros que de tão popular acabou dando nome a seus partidários, a situação, em oposição aos maragatos, que se consideravam herdeiros da farroupilha.

205 O texto de Rui Facó, *Cangaceiros e Fanáticos*, é um marco desta virada positiva. Foi escrito pela Ed. Civilização Brasileira em 1ª. Edição em 1963, tendo antes sido escrito ao final dos anos 50 pela editora Vitória ligada ao PCB. Sua abordagem é claramente favorável aos sertanejos de Canudos e do Juazeiro objetos de seu estudo, mas praticamente desconsidera a variável religiosa, criando uma escola antieuclidiana. Obviamente não temos como deixar de mencionar que toda uma geração de estudantes foi estimulada a ler o Facó após assistir "Deus e o Diabo na Terra do Sol" (1964) de Glauber Rocha.

206 São bem menos recorrentes de movimentos populares insurretos no regime democrático de 1946 em diante, e mesmo no Regime Militar, com seu arremedo de representatividade e na nova República, onde o fenômeno praticamente desaparece.

207 O autor marxista falecido em 2012, inseriu o cangaço brasileiro no fenômeno mais amplo de banditismo social, algo "robinhoodiano", que ele analisa detalhadamente, no controverso "Bandidos", no qual defende que o fenômeno é universal. "O banditismo é a liberdade, mas numa sociedade camponesa poucos podem ser livres".

208 Jesuíno Brilhante famoso no sertão dos anos de 1870 e Lucas Evangelista morto em 1848 na Bahia.

209 Mario Vargas Llosa, prêmio Nobel de literatura que escreveu *A guerra do Fim do Mundo* inspirado em Canudos.

210 Houve, por longo tempo, um certo preconceito anti-intelectualista em boa parte das forças armadas brasileiras, que evidencia o enorme divórcio existente entre os militares e a *intelligentsia* nacional. Esta cisão foi causada, sobretudo, pelo regime militar e seu ataque à liberdade universitária. Contribui também o declínio espetacular no nível de formação humanista que passou a ser oferecido ao oficial médio brasileiro. Com raras exceções, trata-se de ensino exclusivamente técnico ou então doutrinador, fortemente ideologizado, marcadamente datado da lógica da Guerra Fria, e, produtor de anacrônicos caçadores de comunistas, ou paranoicos anti-imperialistas. Tais feridas, passadas já quase três décadas de democracia, ainda não fomos capazes de curar.

211 Já havia sido fechada brevemente por conta de um levante no governo Prudente de Moraes.

212 Esse debate muito complexo é bem analisado por Jaime Benchimol, no extraordinário texto "Reforma Urbana e a Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro" no primeiro volume de *O Brasil Republicano* organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado.

213 O prefeito anterior a Pereira Passos, Barata Ribeiro ficara célebre pelo bota-abaixo do mais famoso cortiço da cidade, o "Cabeça de Porco" que diziam ser propriedade do Conde D'Eu. A charge famosa da "Revista Ilustrada" eternizou a destruição ao colocar na capa uma realista barata desenhada sobre uma cabeça de porco servida numa bandeja, com maçã na boca, para o deleite discutível da opinião pública das elites.

214 Nicolau Sevcenko, entre outros.

215 O Ministro da Guerra Hermes da Fonseca foi ele próprio à Alemanha em 1909, em missão militar enviada durante o governo Nilo Peçanha e articulada pelo Barão, entusiasta durante toda a vida das coisas marciais, e conhecedor *in loco* da excelência das forças armadas prussianas por conta da sua estada em Berlim entre 1900 e 1902.

216 Mais ainda temeram os argentinos que viam nestes Leviatãs, conforme eram chamados a época uma ameaça ao equilíbrio naval da região. "Bastaria um só dos encouraçados encomendados pelo Brasil para destruir toda a esquadra argentina e chilena" escreveu Montes Oca, chanceler argentino antes de sugerir ao Brasil que ficasse com apenas um deles, cedendo os outros dois ao Chile e a Argentina, sugestão que o Barão considerou "absurda". Zeballos que sucedeu Montes Oca no governo Alcorta cairia em 1909 quando um plano seu para bloqueio do Rio de Janeiro veio à público. A intenção "tresloucada" era forçar o Brasil a desistir dos navios. Afinal chegou-se a um acordo e o Brasil desistiu do maior, o Rio de Janeiro, ainda em construção, que cedeu para a Turquia, mas foi confiscado pelos ingleses em 1914, quando da eclosão da guerra.

217 Esta interpretação é baseada na frase de Gilberto Freyre, que no livro *Ordem e Progresso* descreve a Revolta da Chibata como uma "versão em menor escala do grande drama brasileiro", o desenvolvimento tecnológico à custa do desenvolvimento humano.

218 Tratava-se de vingança o marinheiro Marcelino de Menezes contra o colega que o havia surpreendido quando subia a bordo com cachaça.

219 Tinha ido antes aos EUA escoltar o navio americano que trazia o corpo do Primeiro embaixador brasileiro, Joaquim Nabuco.

220 Esse grupo fundaria em 1913 a Revista "Defesa Nacional" sobre temas militares, onde se discutia questões como o tiro de guerra, o alistamento obrigatório – houve mesmo uma campanha nacional cujo garoto-propaganda foi Olavo Bilac – entre outras. Contou com a contribuição de intelectuais do porte de um Alberto Torres e ajudou a espalhar a influência de lideranças como Betholdo Klinger e Euclides Figueiredo, pai do futuro presidente João Batista Figueiredo.

221 Os franceses já haviam enviado uma missão para formação e reaparelhamento da força pública do Estado de São Paulo em 1906, o que explica sua predileção pelos setores civis paulistas. A pressão francófila por uma missão militar francesa para o Exército Federal começou ainda no governo Hermes, a partir de 1913 quando o Marechal buscou se aproximar do PRP. O Governo Federal sob Hermes interveio em muitos Estados oposicionistas, mas deixou São Paulo – que apoiara Ruy Barbosa – em paz. Isso se deveu em parte por conta do prestígio de seu presidente Rodrigues Alves, mas também devido ao tamanho e ao preparo da força pública paulista treinada então pelos franceses.

222 Calógeras tinha sido deputado por Minas Gerais e ministro da Agricultura e Fazenda no governo anterior. Atuara como diplomata subordinado a Epitácio Pessoa na delegação brasileira na Conferência de Paz de Paris. Era também historiador, com estudos tão diversos quanto a presença dos jesuítas no Brasil e a história da política exterior do Império.

223 Esse debate é travado na década de 1980 entre Maria Cecília Spina Forjaz e José Augusto Drummond. A primeira autora, ainda que reconhecendo a centralidade do elemento corporativo, chama atenção para os vínculos que os jovens tenentes estabeleceram com setores da sociedade civil e que inclusive dificultaram a adesão das patentes mais altas. Já Drummond diz que a adesão ao tenentismo por parte da sociedade não foi nem "tão grande, nem tão sistemática" tratando-se o tenentismo de movimento político dentro do Exército que fala para o próprio exército, reivindicando falar em nome do povo. Ao contrário do jacobinismo florianista, o tenentismo não conseguiu grande adesão popular nem do alto oficialato que lhe moveu intensa repressão.

224 A base da coluna Prestes que percorreu o Brasil era de soldados oriundos dos estratos populares, e não das camadas médias. O levante de São Paulo foi o que melhor parece ter sido capaz de galvanizar apoio civil, justamente na cidade com a classe média mais dinâmica do país.

225 Publicado no volume republicano, organizado por Boris Fausto, da *História Geral da Civilização Brasileira*, "Os militares na Primeira República: o poder desestabilizador".

226 Este autor enfatiza o recrutamento do oficialato por sorteio universal, modelo instituído em 1916 que minimizou o caráter de hereditariedade militar e ventilou o exército para presença de outros setores sociais, o fim da guarda nacional, a atuação dos jovens turcos (1906-12) e o caráter tecnicista da formação do oficialato marcadamente presente na escola militar a partir da vinda da Missão Francesa em 1919.

227 Peçanha teria, segundo Boris Fausto, inaugurado um pré-populismo, saído com sua "Reação Republicana" em campanhas e comícios pelas grandes cidades do país e buscado mobilizar as camadas médias urbanas numa estratégia que funcionou na argentina seis anos antes na eleição de Hipólito Yrigojen pondo fim ao regime das oligarquias. Mas na Argentina, Yrigojen tinha três poderosas vantagens que Nilo Peçanha não possuía. Em primeiro lugar a classe média de Buenos Aires, e das demais cidades argentinas era já demograficamente muito mais representativa que a brasileira. A Argentina era o único país das Américas, excluído os Estados Unidos que poderia ser considerado um país de classe média. Em segundo lugar essa classe média havia conseguido uma reforma política essencial que havia alterado a legislação eleitoral favorável às oligarquias, a Lei Sanz Peña de 1912, marco na história do país. Em terceiro e último lugar, e talvez o mais importante, essa classe média era, e se sentia representada por um partido nacional atuante, a UCR (União Cívica Radical) antigo e revolucionário, cujas origens históricas remontavam ao século XIX, a Bartolomeu Mitre e a Revolução do Parque de 1890, contra o governo de Miguel Celman.

228 O mil-réis tinha atingido a paridade do decreto de 1846 que estabelecia seu valor pelo padrão-ouro, ocorrência singular, e, claramente efêmera.

229 Assim como o romance de Heitor Malheiros, a literatura inglesa frequentemente romantiza o episódio do Barings de 1891. É o caso dos excelentes romances *Uma fortuna Perigosa* de Ken Follett e *Stone's Fall* de Ian Pears, este último um *must read*.

230 Uma espécie de ajuste pré-Funding Loan foi conseguida neste governo. Um empréstimo de "tomada de fôlego" da ordem de 7,5 milhões de Libras e a conclusão da obra de saneamento e encampação dos principais bancos que poderiam provocar o colapso de todo o sistema. Foram cassados seus direitos de emissão e resgate levando para dentro do governo os ativos "sujos" das empresas inviáveis das quais estes bancos eram sócios ou credores. Uma espécie de "socialização das perdas" necessárias para garantir a credibilidade de um sistema as vias do colapso.

231 Joaquim Murtinho, médico e darwinista, acreditava que o processo econômico deveria selecionar os mais aptos que a superabundância de crédito favorecia a sobrevivência de empresas ineptas além de estimular a superprodução de café. Uma Lei de liquidações bancárias e a falência de várias destas casas bancárias "inviáveis" é evidência do "darwinismo econômico" de Murtinho.

232 Os demais setores representativos eram a indústria de alimentos processados (19%), calçados e bebidas (8% cada). Produzia-se também papel, vidro, couros, sabão, fumo e fósforos com uso, sobretudo da energia a vapor (74%). A eletricidade era muito rara na indústria de 1907 (5%) atrás inclusive da energia hidráulica (22%).

233 Que criou a caixa de estabilização, sucessora da antiga caixa de conversão. Um de seus principais objetivos era evitar que a moeda ficasse por muito tempo abaixo da nova paridade de 1926 – que substituía a paridade de 1846 – de pouco menos de seis pence por mil-réis.

234 É o único personagem que tem duas biografias na bibliografia obrigatória do Guia de Estudos do CACD. A clássica de Álvaro Lins, e uma mais moderna, bem contextualizada e menos hagiográfica de Rubens Ricupero, *Rio Branco: O Brasil no Mundo*.

235 "*Quem construiu a Tebas das Sete Portas? Nos livros constam os nomes dos reis*." Pergunta de Berthold Brecht em seu poema clássico *Perguntas de um operário que lê*.

236 Sua mitificação, contudo, é obra posterior, e sobretudo na Era Vargas percebem-se motivos outros para sua transformação em modelo de diplomacia, como ensina Cristina Patriota de Moura em seu estudo sobre a sociologia dos diplomatas e da diplomacia.

237 A correspondência entre Pedro II e o barão não era antiga, e praticamente se restringia a trocar impressões e recomendações bibliográficas, mas persistiu até a morte do monarca deposto que continuou se interessado por livros sobre o Brasil que o barão lhe recomendava no exílio.

238 Trecho final do Manifesto de 1870, assim defendia: "Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam. Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, aonde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano. Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo. O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte".

239 Euclides da Cunha ecoou o "perigo" da solidariedade latino-americana, saudoso do "isolamento esplendido" do império.

240 Eduardo Prado escreveu *A Ilusão americana* para se opor à esta visão alertando para o histórico imperialista e expansionista dos EUA. O livro foi proibido e retirado de circulação durante a ditadura florianista.

241 Para dar um exemplo da paranoia do governo após a Revolução do Parque, um jogo de rugby que o governo suspeitava ser uma reunião política velada foi interrompido e foram detidos os dois times e os 2500 espectadores.

242 A bibliografia em geral é escassa sobre este tema. Livros específicos tratam da conferência em apenas uma ou duas páginas. O melhor texto é o último capítulo do livro de Luiz Cláudio Villafañe Santos, *O Brasil entre a América e a Europa – O Império e o Interamericanismo*, que trata especificamente da I Conferência Interamericana de Washington, seus antecedentes e decisões, do ponto de vista da política externa brasileira. Para uma perspectiva chilena ver BURR. Robert. N. *By reason or force: Chile and the Balancing of Power in South America, 1830-1905.* University of CaliforniaPress, 1965. pp. 188-190.

243 O bureau era voltado principalmente para temas comerciais e evoluiria para União Pan-Americana em 1910 (IV Conferência de Buenos Aires) e para OEA em 1948 (Bogotá). A prevalência dos EUA é patente, dado que o escritório era vinculado ao departamento de Estado dos EUA, e seus funcionários escolhidos pelo secretário de Estado.

244 As instruções originais do império oporiam o Brasil aos objetivos do encontro e o deixariam isolado junto com o Chile, que tinha razões próprias para se opor ao arbitramento, por exemplo, e buscou inclusive se articular formalmente com o Brasil para obstar esta proposta, antes da realização da conferência. Essa articulação chileno-brasileira, no entanto, não sobreviveu ao 15 de Novembro, dando lugar uma crescente articulação entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires.

245 Villafañe (em outra obra) critica a posição de Robert Burr de que teria existido ao fim do império uma entente informal entre o Brasil e o Chile. Lega que isso não se baseia em fatos, e que as homenagens simbólicas oferecidas às duas armadas um pouco antes da queda do império não é suficiente para acreditar que o Império Brasileiro endossava a posição chilena quanto aos conflitos lindeiros contra a Argentina, Peru e Bolívia. De todo modo é importante destacar que o redirecionamento da PEB feito por Bocayuva para adensar as relações com Buenos Aires – dos quais a posição conjunta na Conferência é um exemplo – prejudicou a relação bilateral com o Chile.

246 Esta maior proximidade não faria senão se adensar com o tempo. Clodoaldo Bueno considera Salvador de Mendonça um precursor do Barão, já que a partir de sua relação com Blaine resultariam direta ou indiretamente o apoio americano ao presidente Floriano no episódio da Revolta da Armada e o arbitramento favorável ao Brasil contra a Argentina proferido por Cleveland em 1895. Já Francisco Doratioto lembra o bem documentado enriquecimento de Mendonça logo após a assinatura do convênio de 1891, que ele se empenhou tanto em fazer aprovar pelo governo brasileiro.

247 Favoreceu a concordância do governo a presença do Barão de Lucena, como “primeiro-ministro” informal do governo Deodoro favorecia a valorização dos interesses nordestinos, e, paradoxalmente, sub-representação dos interesses paulistas, maiores interessados na Proclamação da República mas que vinham se afastando rapidamente das posições de Deodoro.

248 Em menos de três anos, com alguma vantagem bilateral para o Brasil, o tratado seria denunciado por ambos os governos em 1894. O retorno dos democratas à Casa Branca e a alteração das prioridades do governo Floriano acabou levando ao abandono do tratado sem que isso prejudicasse as relações bilaterais.

249 Impossibilitado de cruzar o Atlântico com tantos asilados rebeldes, o comandante português optou por seguir à Buenos Aires para fretar novo navio que procedesse ao transporte transatlântico. Lá chegando, evadiram-se os asilados, muitos dos quais reentraram no Brasil para apoiar o levante federalista no Rio Grande do Sul. Tal omissão portuguesa contribuiu para o antilusitanismo radical verificado no governo Floriano e estimulado pela imprensa jacobina que aplaudiu vivamente a ruptura e criticou o governo civil sucessor que reatou as relações com Lisboa.

250 A guerra hispano-americana de 1898 é o maior exemplo, mas a intervenção na Colômbia para a criação do Panamá, a política de Portas Abertas na China e vários outros episódios concorrem para colocar o governo McKinley no topo da escala do imperialismo. Essa prática seria mantida e legitimada pelo corolário Roosevelt de 1904, após o assassinato do presidente McKinley em 1901. Passou à História como Política do Big Stick.

251 Incluía todos os rios formadores do Rio Branco, e até então reconhecidos pela Inglaterra como de soberania brasileira.

252 Nabuco que vivera na penúria por dez anos, sendo perseguido por ser monarquista, faz um *mea culpa* admitindo a inviabilidade da restauração e é nomeado por Campos Sales para assumir a questão, sendo muito criticado pelas festas e recepções que oferece na Itália, acreditando com isso influenciar o rei. Ver a biografia de Nabuco escrita por Ângela Alonso.

253 Rio Branco teve um papel bem menor no caso do Pirara, mas suas memórias sobre a questão (1897) foram elogiadas tanto por biógrafos posteriores (Emb. Araújo Jorge) quanto por contemporâneos (Joaquim Nabuco) não somente pela imensa erudição, mas pelo estilo conciso, elegante e objetivo, de que se valeu Nabuco para preparar seus dezoito tomos.

254 Esta foi a principal razão pela qual ele abandonaria o recurso às arbitragens uma vez nomeado chanceler. A partir de então, a preferência por soluções bilaterais que se embasavam na assimetria favorável ao Brasil com os demais países.

255 Já ministro, famoso, contam seus auxiliares e contemporâneos que às vezes decidia sair à rua “para ver o povo”, e o povo o cercava, o cumprimentava, encostava nele. Era uma celebridade. Uma vez tentou ir a Niterói “para ver o povo”, mas não conseguiu saltar da barca tal o arrulho popular a sua volta. Teve que retornar, mas retornou satisfeito.

256 Ministro em Berlim, casou sua filha com um aristocrata alemão que o julgava rico e veio lhe pedir dinheiro emprestado logo após o matrimônio. Era possível que o Barão pensasse o mesmo do futuro genro. Decepção mútua.

257 “Valiosas ponderações cartas não me convenceram. Nome V. Excia será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido” (Ricupero, 2000, p. 26).

258 O Brasil recebeu 191 mil km^2, dos quais cerca de ¼ não eram litigiosos, mas inequivocamente bolivianos, habitados por brasileiros e que naturalmente não entrariam em nenhuma eventual arbitragem.

259 E por isso mesmo foi indicado em 1911 para o prêmio Nobel da paz, por um diplomata cubano e dois deputados brasileiros, mas solicitou por motivos pessoais que seu nome fosse retirado do concurso, ato sem precedentes. Ver. MOURÃO, Gonçalo. “Fins de semana em Copenhague: o Barão do Rio Branco e o Prêmio Nobel da Paz – política externa ou política interna?”. In. PEREIRA, Manoel Gomes*. Barão do Rio Branco: 100 anos de Memória.* Brasília: Funag, 2012, pp. 77-119.

260 Ricupero, op. cit. p. 7.

261 Contribuiu para essa imagem a visita de um mês do chanceler Lauro Müller aos Estados Unidos, viagem que tinha sido sugestão de Joaquim Nabuco para retribuir a vinda do secretário de Estado Elihu Root ao Brasil. O barão a recusara por motivos de saúde, mas que em correspondência privada considerava subserviente, já que a vinda de Root se dera no contexto de uma conferência multilateral Interamericana e não como uma denotação especial de prestígio aos brasileiros.

262 Sucedeu-se a invasão após o que ficou conhecido como Tampico Affair. Marinheiros americanos foram presos em Tampico o que motivou a intervenção. Na verdade Wilson temia o desembarque de armas alemãs para o governo de Huerta que havia derrubado o presidente Madero e o assassinado.

263 O nome oficial era Tratado para facilitar a solução pacífica de controvérsias internacionais.

264 Aviadores para a Royal Air Force, seis navios para o patrulhamento dos mares (Divisão Naval de Operações de Guerra, o DNOG), um hospital constituído por médicos e enfermeiras brasileiros em Paris. Foi uma participação limitada, porém não irrelevante. Prejudicou a ação da DNOG a epidemia de gripe espanhola que imobilizou a frota no Marrocos e matou dezenas de marinheiros. Atribui-se ao retorno dos navios a disseminação da gripe Espanhola no Brasil que matou centenas de milhares de pessoas inclusive o presidente eleito Rodrigues Alves em janeiro de 1919.

265 Epitácio Pessoa chefiava a delegação composta ainda por João Pandiá Calogeras e Raul Fernandes.

266 Considerava que o tratado era redundante à Constituição Brasileira de 1891 e se ressentia de não ter sido o Brasil convidado a participar desde o início das deliberações entre franceses e americanos.

267 O principal motivo para que os acordos fossem secretos era provavelmente evitar que os oficiais brasileiros descobrissem o valor pago pelo governo brasileiro aos oficiais estrangeiros bem como seus privilégios (de transporte, licença, moradia e férias) frente aos seus colegas nacionais.

268 Permaneceu, no entanto, pagando sua contribuição anual e em diálogo com os organismos técnicos da Liga.

269 ALONSO, Ângela. *Idéias em Movimento. A Geração de 1870 na crise do Brasil Império.* Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

270 Com a presença do Barão do Rio Branco em sua década de chancelaria intensifica-se a presença de intelectuais no MRE. Era uma espécie de mecenato público em face da inexistência de concurso de admissão. À função de diplomata servia também para garantir meios de vida aos bem pensantes, amigos do Barão, para que pesquisassem e publicassem sem se preocupar com as necessidades comezinhas e mesquinhas da sobrevivência.

271 A carreira de Alberto Torres é reveladora da desilusão de um intelectual com a atuação política. Bacharel, neto do Visconde de Itaboraí famoso chefe da Trindade Saquarema e um dos homens mais poderosos do império brasileiro, Alberto Torres foi Ministro da Justiça do governo Prudente de Moraes, mas se demitiu no interregno de Manuel Vitorino por conta da intervenção deste presidente no sua região, o norte fluminense. Nomeado Ministro do Supremo, pede licença por motivo de saúde, mas após viagem à Europa solicita aposentadoria, com apenas 43 anos de idade. Passou o resto da vida escrevendo sobre os problemas nacionais, que sua atuação política não conseguiu resolver. Frustrado, transformou suas frustrações em sociologia e das palestras e comunicações no IHGB surgiam livros amargos sobre o Brasil em que vivia.

272 O liberalismo, o positivismo, a maçonaria, o cientificismo, o socialismo, entre muitos outros.

273 O Visconde já havia proposto também o fim da interdição do voto aos não católicos, atraindo para si a ira dos políticos ultramontanos, muitos dos quais eram padres e bispos.

274 MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica no Brasil*. São Paulo: Difel, 1988.

275 Inclusive criticando os "políticos de batina" e os anseios para o estabelecimento de um partido católico nos moldes chilenos, arduamente defendidos por parcela da intelectualidade, como por exemplo, Carlos de Laet.

276 Na década de 1920 ganham força os métodos da chamada "Escola Nova" cujo projeto modernizador e laicizante embasa as reformas educacionais de São Paulo (Sampaio Dória, 1920), Ceará (Lourenço Filho, 1925), Minas Gerais (Francisco Campos) e Distrito Federal (Fernando de Azevedo, 1928). Se nacionalizaria na Era Vargas a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, cujo principal nome foi o de Anísio Teixeira fundador da Universidade do Brasil.

277 Em revistas como *O Malho* (1902), *Careta* (1907), *Fon-Fon* (1907) e, sobretudo *D. Quixote* (1917) que este grupo de cartunistas, articulado ao grupo dos cronistas ditos boêmios faria historia. Cada qual com seu traço particular (caricaturas de autor, facilmente reconhecidas) em publicações que primavam pelo esmero estético, edições com páginas coloridas, diagramação moderna e novas técnicas de impressão e que ainda hoje chamam atenção por sua beleza e são disputadas valiosamente por colecionadores.

278 Isabel Lustosa chama de herança cordial da nossa caricatura, reconhecendo a polêmica que o conceito criado por Sérgio Buarque suscita. Aproveita-se de sua ambiguidade propositalmente para reconhecer na caricatura o veículo perfeito para ilustrar ambas as acepções de "cordialidade": a Buarquiana – pessoalidade, mediação improvisada e familiar, emoção sobre a razão – e a que lhe foi atribuída erroneamente – hospitalidade, simpatia, moderação, gentileza.

279 É conhecidíssima a polêmica que Ruy Barbosa levou ao Congresso quando a jovem esposa do presidente Hermes, Nair de Teffé inseriu em programação da recepção oficial no Palácio do Catete o já famoso “corta-jaca”, maxixe de Catulo da Paixão Cearense, que ela fez questão de tocar como representante da música verdadeiramente brasileira. Nada melhor que as palavras preconceituosas do baiano para se ter uma ideia da reação das “elites bem pensantes” da época sobre a cultura popular. “Uma das folhas de ontem estampou em fac-símile o programa da recepção presidencial em que diante do corpo diplomático, da mais fina sociedade do Rio de Janeiro, aqueles que deviam dar ao país o exemplo das maneiras mais distintas e dos costumes mais reservados elevaram o Corta-Jaca à altura de uma instituição social. Mas o Corta-Jaca de que eu ouvira falar há muito tempo, que vem a ser ele, Sr. Presidente? A mais baixa, a mais chula, a mais grosseira de todas as danças selvagens, a irmã gêmea do batuque, do cateretê e do samba. Mas nas recepções presidenciais o Corta-Jaca é executado com todas as honras da música de Wagner, e não se quer que a consciência deste país se revolte, que as nossas faces se enrubesçam e que a mocidade se ria?”.

280 Os logradouros e o estatuário da capital paulista ainda hoje ostentam agigantados os símbolos da “Epopeia bandeirante” como é o caso da estátua de Borba Gato ou do *Monumento às Bandeiras* de Victor Brecheret.

281 “Abominavam a Europa mas não conseguiam viver sem o modelo de sua poesia. Queriam estar por dentro, a prova é que me convidaram...” CENDRARS, Blaise. Apud. VELLOSO, Monica Pimenta, p. 373.

282 Stanley Hilton demonstra em *Guerra Civil Brasileira* momentos de simpatia internacional à causa constitucionalista, por parte de países como a França e o Paraguai, por exemplo.

283 O fato de não possuírem uma agenda clara permitiu, em longo prazo, que muitos de seus líderes se tornassem figuras políticas relevantes de facções muito distintas entre si. Luiz Carlos Prestes, presidente do PCB, e Eduardo Gomes, da UDN, são apenas os dois principais exemplos.

284 Foi na nomeação de interventores estaduais que residiu a expressão máxima do poder do tenentismo nos anos iniciais pós-revolução. Revogada a Constituição e desmontada a máquina federalista herdada de Campos Sales com a Política dos Governadores, ficava muito mais fácil enfraquecer os coronéis. O salvacionismo hermista buscara o mesmo objetivo vinte anos antes. Agora parecia que o tenentismo conseguiria o que seu herói, o ex-presidente Hermes da Fonseca, não fora capaz de lograr. Articulados no Ministério da Justiça sob o comando de Oswaldo Aranha, e na Delegacia Militar do Norte, sob o comando de Juarez Távora, os estados, todos, com exceção de Minas, tiveram interventores, a maior parte dos quais ligados ao tenentismo, nomeados para substituir os governadores anteriores. Com o passar do tempo, a extinção da Delegacia do Norte (dezembro de 1931) e a criação do Código das Interventorias (agosto de 1931), bem como a substituição de Aranha por Mauricio Cardoso na pasta da Justiça (dezembro de 1931), Vargas vai demonstrando crescente capacidade em aplacar o tenentismo e, aos poucos, assumir o controle de seu próprio governo, centralizando-o.

285 O Professor Francisco Morato, líder do PD, por pouco não assumiu o governo no dia seguinte à revolução. Nomeou secretariado, mas esperou, por cortesia, a confirmação do Governo Provisório, que por pressão dos tenentes nunca veio.

286 Lindolfo Collor ministro do Trabalho, Mauricio Cardoso da Justiça, Batista Luzardo chefe da polícia do DF e João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil se demitiram em protesto contra o empastelamento do jornal oposicionista *Diário Carioca* por tenentes que Vargas relutou em punir. Viajaram todos imediatamente para o Rio Grande do Sul, onde passaram a conspirar com o interventor Flores da Cunha, com os militares insatisfeitos como Klinger, e com os paulistas para derrubar Getúlio e reconstitucionalizar o país.

287 Tratava-se de uma perigosa herança federalista da Constituição de 1891 que permitia a formação de exércitos estaduais. O Código dos Interventores de agosto de 1931 limitaria radicalmente os gastos militares dos Estados e proibia o empréstimo internacional, anulando, enfim, o federalismo excessivo da Constituição do regime anterior.

288 Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa, Antônio Américo Camargo de Andrade morreram em por conta dos tiros recebidos na praça da república em 23 de maio de 1932. Em homenagem a eles foi fundada no dia 24/05 a sociedade secreta do MMDC pela reconstitucionalização do Brasil. Orlando de Oliveira Alvarenga, que também havia sido alvejado, morreu dias depois da formação do MMDC, também em consequência dos ferimentos recebidos.

289 Flores, de temperamento passional, foi convencido na última hora da sinceridade do governo com a convocação das eleições. Segundo depoimentos posteriores, teria ficado consternado ante a ameaça de suicídio de Getúlio em conversa pessoal.

290 A VI Conferência Interamericana de Havana em 1928 foi marcada pelo contexto final da política do *Big Stick*, grandemente criticada pelos países da região. A aprovação de uma resolução contrária à intervenção acontecia no mesmo ano em que o Presidente norte-americano eleito Herbert Hoover criticaria o intervencionismo dizendo que “democracia não era compatível com o imperialismo” e daria início ao desmonte do *Big Stick*, que seria substituído com a chegada dos democratas ao poder em 1933 pela política da Boa Vizinhança.

291 Em janeiro de 1935, o ministro da Guerra proibiu a participação uniformizada para os militares. O alvo eram, naturalmente, os oficiais integralistas: “Não é facultado a oficiais e praças tomarem parte em manifestações pública de caráter político, mesmo à paisana ou com uniforme característico do partido”. Em junho, praças e sargentos que participaram do comício da ANL em Madureira foram expulsos do Exército. No mesmo mês, decreto oficial decide proibir a presença de integralistas na Marinha. Em novembro, a justiça eleitoral proíbe o uso de camisas verdes.

292 Em maio de 1935, o prefeito de Vassouras Mauricio de Lacerda da ANL dissolveu à bala um comício integralista. Em junho, Petrópolis, local onde Marco se reunira em Congresso com os integralistas, é palco de confronto durante um comício da ANL, no qual morreu um operário, Leonardo Candu. Essa morte desencadeou greve de têxteis, padeiros e ferroviários contra os integralistas que levou a polícia a fechar a sede da AIB na cidade. Em setembro, reunião integralista foi dissolvida a tiros em Bonsucesso, subúrbio carioca.

293 Chegou o Prestes a fazer a autocrítica do tenentismo “instrumento da luta burguesa” e do *prestismo* “ingenuidade conservadora”.

294 Miguel Costa, Trifino Correia, João Cabanas, Hercolino Cascardo (dirigente da revolta do Encouraçado São Paulo em 1924 e presidente da ANL) e Agildo Barata são alguns dos nomes militares mais expoentes. João Alberto, no entanto, convidado por Prestes, declinou educadamente dizendo-se “sem ânimo” para a luta.

295 Tinha por pomo da discórdia dois elementos. O primeiro era a aprovação da Lei de Segurança Nacional, controversa e vista por muitos como um instrumento de opressão e limitação às liberdades políticas. Sancionada em 4 de abril e imediatamente aplicada para fechar o jornal *A Pátria*, é uma semana depois desautorizada pelo Juiz Ribas Carneiro que julga a apreensão ilegal e condena o chefe de polícia Filinto Müller. O outro elemento era a dúvida sobre a aprovação ou não do aumento dos vencimentos militares. O quadro era de restrição orçamentária e pairava a suspeita de que se não fosse aprovado Vargas seria derrubado. Em março há suspeita de subversão na Primeira Região Militar e ameaça de greve na Marinha mercante. Em 22 de abril são exonerados os comandantes da 1ª Brigada e do 2º Regimento de Infantaria. Em 1º de maio, Góis Monteiro pede exoneração do cargo de Ministro da Guerra. Vargas concede a exoneração e uma semana depois veta parcialmente o reajuste dos militares.

296 Somente um ano depois de novembro de 1937 é que o Procurador do Tribunal de Segurança Nacional apresentou a denúncia. Líderes como Hercolino Cascardo, Roberto Sisson, não tiveram sua participação nos levantes comprovadas, mas foram presos assim mesmo. Desarticulavam-se, assim, todos os setores remotamente ligados à ANL.

297 O deputado Francisco Negrão de Lima foi enviado em 1937 em missão para sondar e convencer os governadores a dar apoio ao golpe de Estado.

298 Os oficiais não comunistas seriam "justiçados" preferencialmente nas portas de suas residências em frente às suas famílias. Este e outros absurdos constavam no Plano Cohen que o "Exército" teria capturado e que os jornais divulgaram. Era o pretexto para o golpe de Estado.

299 Autor de "Populações Meridionais do Brasil", tornar-se-ia consultor jurídico do Ministério do Trabalho até 1940. Escreveu uma obra fortemente determinista e com um viés racial da história brasileira. Valorizava os "mulatos", mas diferenciava os "mulatos superiores" dos "mulatos inferiores". A visão era racista, mas fortemente embasada nos princípios sociológicos da época, seduzindo muitos leitores. Em 1930, antecipando o Estado Novo, escreveu *Problemas de Política Objetiva*, no qual defendia uma solução autoritária e corporativa pra o Brasil.

300 Autor de *Ensaios Brasileiros* (1930) e *Estado Autoritário e Realidade Nacional* (1938). Neste último louvava o Estado Novo como a primeira revolução construtiva do Brasil.

301 Muitas manifestações se seguiram à organização da UNE de repúdio ao nazismo em 4 de Julho de 1942.

302 O principal grupo organizador destas manifestações é a Sociedade dos Amigos da América, fundada em janeiro de 1943. Fechada pelo governo em agosto de 1944. Oswaldo Aranha se demite do Ministério das Relações Exteriores em protesto.

303 Dentre os signatários estavam Magalhães Pinto, Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Artur Bernardes, Pedro Aleixo e Afonso Pena Jr. Foram imediatamente perseguidos pelo regime que os exonerou de funções pública inclusive encampando o Banco Hipotecário de cuja diretoria fazia parte os dois últimos.

304 O presidente Vargas respondeu aos mineiros na efeméride seguinte em 10 de novembro. Para ele, o maior risco à segurança nacional era a "divergência interna" em plena guerra, acusando os mineiros de "impatriotismo". Promete que com o fim da guerra fará "*d*e forma ampla e segura as necessárias consultas ao Povo Brasileiro". Em dezembro de 1943, fazendo eco ao Manifesto, a polícia reprime manifestação de estudantes contra a prisão do diretório XI de Agosto da Faculdade de Direito na Praça do Patriarca em São Paulo. O saldo são dois mortos e 25 feridos.

305 O Brigadeiro foi lançado candidato a presidência logo após a famosa entrevista dada por José Américo de Almeida (22/02) a Carlos Lacerda no *Correio da Manhã* que rompia com a censura e exigia eleições livres. Pressionado, Vargas convoca eleições na semana seguinte pelo Ato adicional de n. 9 (28/02/1945).

306 Participaram, entre outros, Carlos Drummond de Andrade, Monteiro Lobato, Graciliano Ramos, Mario de Andrade e Caio Prado Jr.

307 Na mesma época em aceno aos comunistas Vargas faz aprovar a Lei Malaya, uma lei antitruste fortemente nacionalista.

308 Segundo Gerson Moura e Stanley Hilton a embaixada americana estava em contato frequente com os militares e temia a permanência de um Getúlio em tintas nacionalistas cada vez mais próximo dos trabalhadores.

309 Na verdade, de 1929 a 1987, segundo Marcelo Paiva Abreu, o Brasil perdeu apenas para Taiwan/Formosa.

310 Além disso, o governo tomou ainda uma série de outras medidas para evitar a saída de recursos, centralizado o setor de seguros (IRB), limitando a remessa de lucros, contingenciando o pagamento de juros da dívida e renegociando-a até eventualmente decretar a moratória em 1937.

311 A SUMOC só seria criada em 1945.

312 Melhor negociada ela se reduziria a partir de 1937, chegando à cerca de metade do valor devedor em 1935. Os diplomatas brasileiros começam a receber treinamento econômico institucional e os melhores classificados passam a fazer estágios nos escritórios de Londres e Nova York para esse fim. Não existia uma escola de formação de diplomatas – o Instituto Rio Branco só seria criado em 1945 – e o concurso público era incerto, embora já existisse na República Velha, ao contrário das demais carreiras públicas, exceto a militar.

313 A sugestão de criação de um Banco Central é um exemplo. Tal medida só seria implementada mais de 30 anos depois.

314 Representavam 40% do total no governo Washington Luís e pouco mais de 11% em 1945.

315 Horta Barbosa no CNP para a promoção da extração do Petróleo e Juarez Távora como ministro da Agricultura que deu o pontapé inicial para a elaboração do Código de Águas são apenas dois exemplos. Os gaúchos Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho e Oswaldo Aranha na Fazenda também se vinculam a tradição castilhista de fortalecimento do Estado.

316 Que criou em 1937 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAE).

317 A desvalorização cambial teve impacto no extraordinário crescimento das indústrias gráficas e do setor editorial brasileiro – no qual se destacou Monteiro Lobato – com muitas traduções e extraordinário *boom* de lançamentos de autores brasileiros.

318 Dentre as principais instituições criadas podemos citar o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) em 1934 diretamente subordinado à Presidência da República, órgão consultivo para as questões econômicas, imensamente relevante em suas proposições e sugestões para o desenvolvimento; o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) em 1937, vinculado ao Ministério da Fazenda, que pesquisava propunha medidas referentes ao sistema monetário-financeiro; a Coordenação da Mobilização Econômica (CME) em 1942, subordinada à presidência da República como intuito de regular o esforço de Guerra, centralizando o controle da produção e sua logística; o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), em 1944, subordinado ao Ministério do Trabalho, tinha por objetivo sugerir uma política econômica para o período pós-guerra; a Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1944, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional para estudo das atividades econômicas. Além destes órgãos gerais, havia inúmeros órgãos setoriais que regulavam a produção e o consumo de bens considerados estratégicos. São alguns exemplos: DNC (Departamento Nacional do Café, 1933); IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool, 1933); INM (Instituto Nacional do Mate, 1938), INS (Instituto Nacional do Sal, 1941), DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral, 1934); CNP (Conselho Nacional do Petróleo, 1938); CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, 1939).

319 O sistema corporativo da Carta de 1934 facilita esta representação do empresariado, inclusive mediante o voto classista que reserva 17 vagas na Câmara dos Deputados para as categorias patronais.

320 Catherine Sikkink em um livro interessante sobre a institucionalização das ideias, em particular das ideias desenvolvimentistas no Brasil e na Argentina, atribuiu o relativo sucesso do desenvolvimentismo no Brasil à sua capacidade de institucionalizar as ideias com algum grau de consenso entre os grupos sociais – empresários, burocratas, militares, opinião pública – ao contrário do que ocorreu na Argentina. Ainda que seu estudo de caso seja os governo Kubitschek e Frondizi, o que ela defende vale perfeitamente para a Era Vargas.

321 São exemplos de empresas públicas criadas durante o Estado Novo a CSN (Cia. Siderúrgica Nacional, 1940), CRVD (Cia. Vale do Rio Doce, 1942), CNA (Cia. Nacional de Álcalis, 1943), a FNM (Fábrica Nacional de Motores, 1943) e a CHESF (Cia. Hidrelétrica do São Francisco, 1945).

322 Não por acaso se chama Horta Barbosa um dos principais prédios da Petrobras no Rio de Janeiro. Tanto a Argentina (anos 1920) quanto o México (1938) haviam adotado políticas

nacionalistas para o setor de petróleo e influenciaram a posição brasileira crescentemente nacionalista e que tanto incomodou Monteiro Lobato, tão adepto da livre-iniciativa ao ponto de tentar educar as crianças brasileiras no empreendedorismo, o que levou o Visconde de Sabugosa a prospectar e encontrar petróleo no Sítio do Pica-Pau Amarelo, enriquecendo a D. Benta.

323 É bom lembrar que a CSN não foi a primeira siderúrgica brasileira. Já existiam mais de uma dezena delas em Minas e São Paulo – a Belgo Mineira, com duas unidades em Minas Gerais, já era a maior da América Latina em 1940.

324 Caso emblemático da necessidade de apoio do Estado no setor foi o projeto da Acesita, sonho siderúrgico de Percival Farqhuar – o megaempresário das ferrovias da Primeira República que investiu tudo que possuía na Aços Especiais de Itabira. Ultrapassou tanto o custo inicial previsto que não teria sido concluída não fosse o financiamento generoso do Banco do Brasil, que assumiu seu controle quando finalmente foi inaugurada.

325 *Vagalume* de Fernando Martins e Vitor Simon assim dizia nos anos 50: "Rio de Janeiro/ Cidade que nos seduz/ De dia falta água/De noite falta luz/ Abro o chuveiro/ Não cai nem um pingo/Desde segunda até domingo./ Eu vou pro mato/ Ai! pro mato eu vou/ Vou buscar um vagalume/ Pra dar luz ao meu chatô". De 1954, o samba de Braguinha, o João de Barro lançado por Emilinha Borba, mesmo sem ter feito tanto sucesso assim dizia: "Acenda a vela, Iaiá/ Acende a vela/ Que a Light cortou a luz/ No escuro eu não vejo aquela/ Carinha que me seduz./ Ó seu inglês da Light/ A coisa não vai all right/ Se com uísque não vai não/ Bota cachaça no ribeirão".

326 O embaixador Adolf Berle Jr. em articulação com os militares contribuiu para a derrubada de Getúlio.

327 Também é relevante destacar que no plano regional esta chancelaria manteve a estrita neutralidade na escalada de conflitos que levou à Guerra do Chaco (1833-35) e além do início da solução negociada da controvérsia de Letícia (resolvida em maio de 1934) envolvendo o Peru e a Colômbia, mas na qual o Brasil tinha interesse relevante (linha Apapóris-Tabatinga marcava a fronteira originalmente negociada com os peruanos). Até a solução definitiva e a aceitação do Tratado Salomon-Lozano de 1922 e da linha Apapóris-Tabatinga como fronteira com o Brasil a região foi administrada por uma comissão com mandato da Liga das Nações. O Brasil fazia parte da comissão junto com os Estados Unidos e a Espanha.

328 Apoia a Guerra Civil a hegemonia do partido republicano só foi arranhada pelos breves períodos dos democratas Groover Cleveland (dois mandatos não consecutivos ao final do século XIX) e Woodrow Wilson (1913-1921).

329 Lars Shoultz, Antônio Pedro Tota, Gerson Moura, são alguns dos muitos autores que se dedicaram ao estudo da política da Boa Vizinhança. Em síntese do que dizem esses autores, podemos afirmar que já na presidência de Herbert Hoover se percebiam sinais de descompressão para com os vizinhos do Sul evidenciados pela sua "Goodwill Trip" pela América Latina, logo depois de eleito e antes da posse. Mas reconhecer que "democracia e imperialismo" não combinavam não foi suficiente para dar início a iniciativas mais eficazes em um mandato tragado pelos problemas da Crise de 1929. Apenas com Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) que os contornos do que viria a ser a Política da Boa Vizinhança começaram a ser percebidas. Seu marco relevante foi a revogação da Emenda Platt à Constituição cubana em 1934 que demonstrava a sinceridade das declarações do Secretário de Estado Cordell Hull na Conferência de Montevidéu de 1933, repelindo intervenções estrangeiras que ferissem a soberania dos países americanos.

330 A frase "He may be a son of a bitch but He's our son of a bitch" é apócrifa e apareceu no Washington Post em 1934, com diferentes variações. Em geral é associada a Anastácio Somoza, ditador nicaraguense que só chegou ao poder em 1937. Trujillo sim. Embora o candidato menos óbvio de protagonista de uma frase que não sabemos se foi dita, governava a República Dominicana desde 1930. Além de Cordell Hull a frase também é atribuída ao próprio presidente Roosevelt.

331 Disney foi apenas um dos muitos artistas engajados na Política da Boa Vizinhança pelo OCIAA (Office of Coordinator of Interamerican Affairs) chefiado por Nelson Rockefeller e que respondia diretamente ao Presidente. Orson Wells, Carmem Miranda, Diego Rivera e muitos outros em algum momento de suas vidas serviram ao propósito da amizade pan-americana estimulada culturalmente pelo OCIAA, como bem documentado por Gerson Moura no livro “Tio Sam chega ao Brasil”.

332 Schacht foi a principal figura do sistema financeiro de Weimar e do Reich. O banqueiro de Hitler.

333 A produção brasileira de algodão foi catapultada de menos de 2% da pauta para cerca de 17% graças ao comércio compensado.

334 Houve séria controvérsia política em 1938 por conta do endurecimento nacionalista do Estado Novo que proibiu a atuação política de estrangeiros no Brasil – fechando o partido nazista atuante em São Paulo – e a Lei de Educação que proibia o ensino em língua estrangeira. O embaixador alemão Karl Ritter protestou de modo bem pouco cordial o que, ao invés de alterar a política brasileira, transformou-o em *persona non grata* levando a sua retirada. Entretanto, o Brasil era o maior parceiro comercial latino-americano dos alemães e as considerações políticas estavam em segundo plano frente a prioridades econômicas. As relações voltaram a normalidade pouco tempo depois e esta controvérsia não teve maior impacto, tanto que logo depois a Alemanha se tornava o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os norte-americanos.

335 Provavelmente a decisão dos investidores norte-americanos guarda alguma relação com a recente nacionalização das refinarias de petróleo americanas pelo presidente do México, Lázaro Cárdenas. Temia-se que o Brasil seguisse o mesmo rumo e o governo Roosevelt, em sua política de aproximação com a América Latina, fizesse como fez no México, ao adotar discurso de moderação e concórdia.

336 Na verdade o navio sofrera extensa modernização em 1935 e 1939.

337 Houve outros momentos em que o Presidente ou seus ministros próximos evidenciaram publicamente admiração pelo regime alemão.

338 A ruptura de relações diplomáticas com o Japão ocorreu apenas em 1945.

339 Esta percepção infelizmente permaneceu no Ministério das Relações Exteriores ao longo do governo Dutra quando a realidade internacional já era muito distinta. Levaria a decisões controversas de alinhamento sem quaisquer contrapartidas, baseadas na ilusão de uma Aliança Especial que não mais existia e levando a sérias frustrações por parte do governo brasileiro.

340 Por meio do *Lend and Lease act,* de março de 1941, o presidente americano poderia vender, transferir, emprestar ou arrendar qualquer tipo de material bélico – armas, transporte, comida – aos seus aliados. Inicialmente voltado para auxílio da China contra o Japão e da Inglaterra contra os nazistas, acabou sendo estendido para todos os aliados. Era a vitória final de FDR contra os Republicanos após quase uma década de constrangimentos na condução da política internacional amarrada por um Congresso isolacionista que temia o envolvimento dos Estados Unidos em uma nova guerra europeia e para tanto amarrara o executivo com uma série de legislações restritivas conhecidas como *Neutrality Acts* (1934-39), que impediam o governo de auxiliar militarmente aliados ou financiar armamento para zonas em conflito.

341 O Presidente tinha também considerações de ordem interna, para garantir a unidade do regime, apelo que um inimigo externo angariava. Este objetivo como sabemos fracassou completamente, já que é justamente a partir da participação brasileira na 2ª Guerra Mundial que começam a surgir as vozes críticas ao regime em defesa da democratização.

342 O Major Gualberto Villaroel com vínculos antigos com grupos simpatizantes do fascismo derrubou o governo do presidente Enrique Peñaranda. Washington se recusa a reconhecer o

novo governo, enxergando no golpe de Estado a influência dos militares argentinos.

343 O Bonde de São Januário de Wilson Batista e Ataulfo Alves é o caso mais famoso. Teve sua letra alterada e se tornou uma ode ao trabalho: "Quem trabalha é quem tem razão/ Eu digo e não tenho medo de errar/ O bonde de S. Januário/ Leva mais um operário/ Sou eu que vou trabalhar". Na versão original o trabalhador que rimava com S. Januário era otário.

344 Mais tarde Wainer seria cooptado como dono do maior fenômeno jornalístico dos anos 1950, a *Última Hora*, defenderia o governo e Getúlio, tal qual conta com notável grau de sinceridade em sua autobiografia *Minha Razão de Viver*.

345 A música Fanzoca do Rádio de Miguel Gustavo, gravada por Carequinha nos anos 1950 satirizava o público feminino das Rádios. "Ela é fã da Emilinha/ Não sai do Cesar de Alencar/ Grita o nome do Cauby! E depois de desmaiar/ Pega a Revista do Rádio/ E começa a se abanar/ É um abano aqui/ É um abano ali/É o dia inteiro/ Ela não faz nada/ E enquanto isso/ Na minha casa/ Ninguém arranja uma empregada!".

346 Futebol, Programas de Auditório – que criavam uma ilusão de intimidade entre os anônimos e seus ídolos –, Novelas, Programas Musicais e Jornalismo eram os mais frequentes na demonstrando a resiliência de certo modelo de programação que foi legado a partir dos anos de 1950 à televisão e que ainda hoje é hegemônico.

347 Manuel Bandeira foi escolhido presidente do primeiro Salão Nacional de Belas Artes e Mário de Andrade foi presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O escritor regionalista José Américo de Almeida foi ministro da Agricultura e depois escolhido candidato situacionista nas eleições de 1937. Os intelectuais do modernismo conservador como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Mota Filho estiveram a serviço do DIP.

348 Essa arquitetura velha e pesadona era ainda ensinada aos alunos na Escola Nacional de Belas Artes, cujos alunos se rebelaram em 1930 exigindo o afastamento de seu Diretor para poderem superar um ensino que ensinava os alunos a copiar portais e abóbodas em livros clássicos. O governo nomeou Lucio Costa, revolucionando o ensino arquitetônico a partir de então.

349 A prioridade dada aos estudos ditos "clássicos" em detrimento da minoria do chamado Ensino "cientifico" denota ainda mais significativamente a crescente influência católica na Educação Superior. Gustavo Capanema sucessor de Francisco Campos, também mineiro, era católico e muito próximo de Alceu de Amoroso Lima, intelectual católico ligado ao cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme líder espiritual dos grupos políticos católicos, organizados no Centro D. Vital (Criado por Jackson de Figueiredo em 1928), da Ação Católica Brasileira e da Liga Eleitoral Católica. Inicialmente distante, a Igreja vai sendo cooptada pelo governo a partir da inauguração do Cristo Redentor em 1931. Vargas dá sinais de abandono público do positivismo de feição ateísta e se casa em cerimônia privada religiosa com sua esposa, D. Darcy em 1934. Durante a Constituinte, a Igreja consegue ser reconhecida como a religião do povo brasileiro. O casamento religioso é reconhecido como civil, por sua vez considerado indissolúvel, e a presença da Igreja nas Escolas, asilos, penitenciária e nas Forças Armadas é reconhecida.

350 Lobato, apesar da inegável contribuição a cultura e literatura brasileira era racista e promotor engajado da eugenia racial nos moldes da Ku Klux Klan. Em seus livros é frequente as associações racistas que passam despercebidas pelo leitor infantil, sobretudo se ele for branco, mas que não devem ser nada saudáveis para a autoestima de pequenos leitores negros.

351 Principal cineasta do Ciclo de Cataguases nos anos de 1920 é autor do clássico de Ganga Bruta (1933), filme que ressalta os valores interioranos recorrentes na literatura regionalista.

352 No Primeiro Zé Carioca, personagem criado especialmente para agradar os brasileiros, todo verde-amarelo, conhece o Pato Donald e o apresenta ao Rio de Janeiro. Donald toma cachaça e fica doido. No seguinte, se reencontram no aniversário de Donald para conhecer a Bahia e várias outras regiões da América, com destaque para o México onde são recebidos por

Panchito, o Zé Carioca mexicano vestido de bandoleiro. Declaram amizade eterna na música tema do filme. Vale a pena procurar no YouTube e rever estas cenas que são a síntese da Boa Vizinhança em versão com penas. O imperialismo se insinuava por meio de um marinheiro, Donald, desastrado e carismático que não usa calças. Destaque especial para as cores das penas do rabo do Zé Carioca.

353 Aliás, o próprio Jeca Tatu criado por Monteiro Lobato nos anos de 1910 é resgatado por seu autor que reescreve sua história depois que descobriu que sua preguiça e falta de disposição eram frutos de doenças. Vira garoto propaganda das campanhas de saúde pública e saneamento, enriquece, descobre petróleo, se torna político. Lobato transforma o Jeca em um *Self made Jeca*.

354 A primeira escola é a Deixa Falar do Estácio (1928), seguida pela Mangueira (1929). A Portela é de 1935. Data de 1932 o primeiro desfile-concurso.

355 Um exemplo da polarização no exército que vinham antes da posse de Vargas. Em Agosto de 1950, um artigo da revista do clube militar repudiando o envio de tropas à Coreia, com base na tradição brasileira de não intervenção nos assuntos dos outros povos, provocou um abaixo-assinado de mais de 600 oficiais, acusando os editores de subversivos, simpatizantes do comunismo. O ministro ainda era Canrobert, e puniu a diretoria do clube militar transferindo-os para regiões distantes do Rio de Janeiro.

356 Declarava o presidente ao povo que o saudava pelo aumento. “Hoje vocês estão com o governo, amanhã vocês serão o governo”.

357 Ver ABREU, Alzira & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o Cerco: A Imprensa e a crise de Agosto de 1954” in.: GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Vargas e a Crise dos Anos 50*. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

358 Para Leopoldi, agravou ainda o fato de que se desarticulava o sistema corporativista de cooptação sindical dos empresários que se montara desde 1930. Euvaldo Lodi, figura central da CNI e da Firj foi implicado no escândalo da Última Hora e, novamente implicado no atentado da Tonelero. Fugiu do Rio de Janeiro deixando a CNI acéfala.

359 A cada dia a chamada “República do Galeão” convocava uma figura expoente do getulismo para depor: Euvaudo Lodi, Danton Coelho, Alzira Vargas, Bejo Vargas, e o deputado Lutero Vargas, filho do presidente. O IPM se encerrou em 19 de Setembro de 1954 quando o Cel. João Adil que o comandava transferiu as investigações ao ministro da Aeronáutica, depois que Gregório acusou um general, de patente superior a sua. Gregório só foi condenado pela justiça em 1957.

360 A *Útima hora* repetiu a manchete do dia anterior e publicou a carta testamento que era lida no rádio ininterruptamente. Circularam quase 800 mil exemplares nesse dia. Um sincero sentimento de dor tomou conta de grande parte do povo, sobretudo os mais humildes, que haviam se acostumado com o pai do povo, sua voz, sua figura, e seus pronunciamentos para os “trabalhadores do Brasil” nos últimos 24 anos. Era como se falecesse alguém da família. Milhares de pessoas saíram às ruas para chorar por Getúlio. Depredaram *O Globo*, *O diário de Notícias*, a *Tribuna da Imprensa* e os jornais oposicionistas. Foi necessário abrir fogo contra a multidão para evitar que invadissem a embaixada dos Estados Unidos. Mobilizações semelhantes ocorreram em São Paulo, Belo Horizonte e várias outras cidades do país. Centenas de milhares de pessoas seguiram pela praia o transporte que levou o caixão do Catete para o Santos Dumont, onde seguiria para São Borja. Foi o “Carnaval da Tristeza”, cuja ressaca foi o governo Café Filho.

361 Contrário a quase todo tipo de intervenção estatal, Eugênio Gudin acreditava no crescimento oriundo do setor agrícola. Defendia o crédito agrícola para viabilizar o aumento da produção rural que para Gudin era o diferencial do país. Acreditava que o investimento em infraestrutura (principalmente infraestrutura a transporte) poderia ser viabilizado pelo capital estrangeiro, para ele principal agente do desenvolvimento. Acreditava que a reforma agrária era o caminho para o atraso. Não concordava com o planejamento econômico que identificava com o socialismo antidemocrático. Achava que o protecionismo era uma forma de

transferência de renda do conjunto da sociedade para um empresariado que se acostumaria a ser preguiçoso. Via na concorrência estrangeira um meio de baratear os produtos. Aceitava incentivos apenas à indústria nascente e por tempo determinado para desestimular a ineficiência. Considerava o Estado um mau gestor e sua excessiva intervenção aumentava os impostos e favorecia a inflação.

362 Os exemplos mais notórios da decepção em capitalizar eleitoralmente o suicídio foram a derrota de João Goulart para o Senado no Rio Grande do Sul e a eleição de Lacerda para a câmara dos deputados. Em São Paulo Adhemar de Barros perdeu a eleição para o governo de São Paulo para o prefeito da capital Jânio Quadros.

363 Adhemar e Plínio Salgado reconhecem a vitória de Juscelino, apenas a UDN reclama que o STF declare a necessidade de um segundo turno.

364 Lacerda já havia se valido de uma carta falsa, a carta Brandi, para acusar o candidato a vice de conspirar com peronistas argentinos para dar um golpe sindicalistas no Brasil. A carta foi publicada em vários jornais e lida na TV por Lacerda, favorecendo eleitoralmente à UDN.

365 O general Lott era considerado profissional e apolítico e visto como contraponto à posição do general nacionalista Estillac Leal, razão pela qual foi nomeado por Café Filho.

366 Em certo trecho de seu discurso profere: “Não será por acaso indiscutível mentira democrática um regime presidencial que, dada a enorme soma de poder que concentra em mãos do Executivo, possa vir a consagrar, para a investidura do mais alto mandatário da nação, uma vitória da minoria?”.

367 Este entendimento não é desprovido de juízo. Vários ministros udenistas se declararam contrário a posse de JK. Prado Kelly das Relações Exteriores, Eduardo Gomes da Aeronáutica e Edmundo Jordão do Vale da Marinha posicionaram-se publicamente a favor da realização de um segundo turno. Não fosse a intervenção de Lott, JK seria o novo Júlio Prestes da República.

368 Por exemplo, a defesa do PTB de extensão dos direitos trabalhistas para o campo que surgem no final do governo JK e incomodam os setores reacionários do partido do presidente.

369 Simonsen atuara no Conselho Nacional de Política Industrial e Gudin na Comissão de Planejamento Econômico.

370 A meta de nacionalização dos automóveis, no entanto, não foi alcançada.

371 O Marques de Pombal, Hipólito José da Costa, José Bonifácio sugeriram e as constituintes desde 1891 previam a mudança da capital para o interior. Em Minas Gerais ou nas Margens do Rio São Francisco, o lugar variou conforme o personagem por motivos de integração regional ou segurança interna, Juscelino é o primeiro a dar o passo concreto de cumprir o que previa a constituição de 1946.

372 Mário Gibson Barboza conta que o único chefe de Estado consultado previamente foi o presidente argentino Arturo Frondizi que aderiu entusiasticamente quando a proposta foi apresentada. Seu lançamento em discurso presidencial causou surpresa em boa parte dos funcionários do Itamaraty.

373 Nixon foi hostilizado em ambos os países e Eisenhower cogitou mobilizar tropas para resgatá-lo em Caracas, o que provocou protestos generalizados na região.

374 Foram três reuniões do “Comitê dos 21” em Washington (1958), Buenos Aires (1959) e Bogotá (1960), que estabeleceram as diretrizes para a criação do BID, banco interamericano de Desenvolvimento com o sinal verde dos Estados Unidos. A reunião de Bogotá é considerada a mais relevante, naturalmente, devido ao contexto cubano que favorecia o pleito da OPA.

375 No GATT, o Brasil defendia compensações para os países produtores de bens primários que enfrentavam concorrência desigual com os países africanos beneficiados pelo Mercado Comum Europeu na exportação de seus produtos, muitos isentos de tarifas.

376 Propostas incorporadas no Africanismo de Afonso Arinos na montagem da Política Externa Independente.

377 Chegou a visitar as colônias portuguesas na África a convite de Salazar e escreveu o interessante, porém controverso *Aventura e Rotina*.

378 O embaixador Álvaro Lins, amigo de JK, romperia publicamente com ele por não ter lhe dado apoio no caso de asilo político dado ao general Humberto Delgado, opositor de Salazar.

379 Tanto é que se intercambiaram no comando do MRE e da principal embaixada brasileira, a de Washington, sem maiores alterações nas diretrizes da PEB. Arinos chanceler indica Dantas para Washington, mas a medida não efetiva por conta da renúncia de Jânio. Uma vez chanceler, Dantas, indica Arinos para Washington num diálogo raro e respeitoso entre o PTB e a UDN mais tradicional.

380 A frase é de Ernani do Amaral Peixoto, ex-interventor do Rio de Janeiro que Juscelino afastara deliberadamente as esferas de poder para evitar sua candidatura a presidente, fortalecendo a tese de "união nacional" com a UDN de Juraci Magalhães.

381 O motivo, trivial, é que Jânio se recusava a subir em palanque com dois vices. O PDC indicara Fernando Ferrari, a UDN, Leandro Maciel governador do Sergipe. Ferrari se abstém de fazer campanha com Jânio e Maciel acaba cedendo o lugar para Milton Campos que perderia a eleição de vice para João Goulart.

382 Proibiu o uso do lança-perfume, limitou as corridas de cavalo aos finais de semana, por exemplo.

383 "Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. (...) Sinto-me, porém, esmagado. *Forças terríveis* levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que não manteria a própria paz pública. Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta página da minha vida e da vida nacional. *A mim não falta a coragem da renúncia*. (...) O agradecimento é aos companheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo e, *de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos os instantes* (...) Retorno agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há muitas formas de servir nossa pátria". Os grifos são meus. Nem parecia tão valente assim "a coragem da renúncia", quando recordamos que a última carta neste mesmo estilo fora escrita por um presidente ao qual, exatos oito anos antes, não faltara a coragem do suicídio.

384 Renunciara o mandato de vereador para ser candidato a deputado estadual e renunciou ao mandato de deputado estadual para ser candidato a prefeito de São Paulo. Renunciou à prefeitura para concorrer ao governo do Estado, único cargo em que cumpriu o mandato até o fim. Concorreu a deputado federal mas renunciou ao cargo de deputado para concorrer a presidência da república, tendo renunciado à candidatura em duas ocasiões, mas depois renunciado à renuncia. Os brasileiros pareciam cansados de saber que não lhe faltava "a coragem da renúncia". A renúncia parecia ser sua única coerência. Seus assessores já sabiam dessa mania renuncista e guardavam no bolso os numerosos bilhetes de renúncia que o prefeito, governador e depois presidente escrevia "sem ser pra valer". Jânio renunciou também ao que disse na carta, pois no ano seguinte se candidatava novamente ao governo do Estado. Estava, no entanto, desmoralizado politicamente e perdeu as eleições de 1962 para Adhemar de Barros, seu adversário político.

385 Criou o Conselho nacional de Reforma Agrária e o Plano de Sindicalização Rural.

386 Araújo Castro é um dos poucos diplomatas de sua geração que tem em seus textos a preocupação constante de complementar a atuação política com a reflexão intelectual/acadêmica. Desde a época em que era conselheiro, sobressai de suas palestras na ESG (1958) algumas concepções interessantes sobre a ordem internacional que reencontraríamos em seus discursos como chanceler (1963-4), embaixador na ONU (1968-71) e embaixador nos EUA (1971-6). A mais importante delas é que a ordem internacional é dinâmica é mutável, e que o equilíbrio de poder realista (que ele não negava) afora as realidades mais estanques de tamanho do território, estavam sujeitas à transitoriedade. As potências se sucediam umas as outras. Isso está presente claramente em seus textos de 1958 como no discurso do Congelamento do Poder Mundial proferido em Washington em 1971.

387 AMADO, Rodrigo (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

388 A de Accra, em Gana, era simbólica dado o pioneirismo da independência ganense e o protagonismo de seu presidente Kwame Nkrumah na construção do pan-africanismo. Para o cargo nomeou o jornalista negro Raimundo de Sousa Dantas, que escreveu um livro sobre sua experiência.

389 Esta divisão estava ainda subordinada à subsecretaria de Europa Ocidental ganharia uma subsecretaria apenas no governo Costa e Silva.

390 Previa ainda a Reforma Urbana (amplo programa de ampliação das moradias populares), a Reforma Educacional (erradicação do analfabetismo, autonomia e democratização universitária), Reforma Fiscal (aumento da arrecadação e Lei de Remessa de Lucros), Reforma Bancária (ampliar o acesso ao crédito rural), Reforma Eleitoral (legalização do PCB, extensão do direito a voto para os sargentos e praças e aos analfabetos).

391 Os sargentos defendiam a elegibilidade legislativa que foi negada pelo Supremo com base na constituição em setembro 1963. Os suboficiais se revoltaram, mas foram contidos com facilidade. A postura do presidente era percebida como simpática a causa dos sargentos e suboficiais.

392 Chanchada em espanhol significa porcada ou porcaria.

393 Apenas alguns poucos privilegiados, menos de 2 milhões viram a final pela TV quando as gravações chegaram uma semana depois da final.

394 Esta foi também a difusão dos *Gibis*, nome infantilizado que pegou e nunca mais largou as histórias em quadrinho no Brasil. Proliferaram os personagens americanos como o Batman, Superman, Zorro e Popeye, lançados inicialmente pela Rio Gráfica (1939) e mais tarde pela Ebal (1947) que se tornou hegemônica no mercado lançando títulos como Flash Gordon, Fantasma, Mandrake, Dick Tracy e o Príncipe Valente.

395 Alguns pressupostos do concretismo (1956): "*A poesia concreta começa por assumir uma responsabilidade total perante a linguagem: aceitando o pressuposto do idioma histórico como núcleo indispensável de comunicação, recusa-se a absorver as palavras com meros veículos indiferentes, sem vida sem personalidade sem história - túmulos-tabu com que a convenção insiste em sepultar a ideia. * O poeta concreto não volta a face às palavras, não lhes lança olhares oblíquos: vai direto ao seu centro, para viver e vivificar a sua facticidade.* O poeta concreto vê a palavra em si mesma - campo magnético de possibilidades - como um objeto dinâmico, uma célula viva, um organismo completo, com propriedades psicofisicoquímicas tacto antenas circulação coração: viva. (...) * Contra a organização sintática perspectivista, onde as palavras vêm sentar-se como 'cadáveres em banquete', a poesia concreta opõe um novo sentido de estrutura, capaz de, no momento histórico, captar, sem desgaste ou regressão, o cerne da experiência humana poetizável. (...) * O poema concreto ou ideograma passa a ser um campo relacional de funções. * O núcleo poético é posto em evidência não mais pelo encadeamento sucessivo e linear de versos, mas por um sistema de relações e equilíbrios entre quaisquer parses do poema. * Funções-relações gráfico-fonéticas ('fatores de proximidade e semelhança') e o uso substantivo do espaço como elemento de composição

entretêm uma dialética simultânea de olho e fôlego, que, aliada à síntese ideogrâmica do significado, cria uma totalidade sensível 'verbivocovisual', de modo a justapor palavras e experiência num estreito colamento fenomenológico, antes impossível."

396 Rosa faleceu aos 59 anos três dias depois de tomar posse na cadeira de número 2 da Academia Brasileira de Letras, para a qual havia sido eleito 4 anos antes. Adiou o quanto pode a posse com medo de morrer depois.

397 CARVALHO, Alessandra. "Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB". Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

398 PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010. Pp. 35.

399 SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974 – 1999).* São Paulo: Editora Unesp, 2006.

400 CASTELO BRANCO, Carlos. *Introdução à revolução de 1964; a queda de João Goulart*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

401 D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, G. A. Dillon; CASTRO, Celso (Org.) *Visões do golpe: a memória sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

402 FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927-2005*. Rio de Janeiro, Record, 2005. P. 125.

403 Apesar destas medidas, grupos que estavam "à direita" do Presidente, pressionaram Castelo Branco para que este não permitisse as eleições de 1965, e criaram a Liga Democrática Revolucionária, propondo o fechamento do Congresso a fim de impedir um possível retorno de políticos ligados ao varguismo.

404 A oposição vence nos Estados da Guanabara, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Norte, enquanto os governistas ganham na Paraíba, Pará, Goiás, Paraná e Maranhão.

405 Dentre outros pontos, o AI-2 determina: aumento do número de Ministros do STF de 11 para 16; reabertura do processo de punições dos adversários do regime; impossibilidade de reeleição do Presidente da República; direito ao Presidente de decretar estado de sítio por 180 dias sem consulta prévia ao Congresso, de ordenar intervenção federal nos Estados, de decretar o recesso do Congresso e demitir funcionários civis e militares "incompatíveis com a revolução", além de emitir atos complementares e baixar decretos-leis.

406 SCHMIT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

407 Brizola estava afastado de seu cunhado desde o golpe, pois acreditava que Jango deveria ter resistido com armas ao movimento.

408 OLIVEIRA, Francisco de. "Ditadura Militar e Crescimento Econômico: A Redundância Autoritária". In. REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo & MOTA, Rodrigo Patto de Sá. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004*). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

409 ABREU, Alzira e LATTMAN-WELMAN, Fernando. "Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira" In: *A Democratização no Brasil – atores e contextos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

410 Propagandas oficiais nos intervalos das suas telenovelas com dizeres como “Até 1964, o Brasil era o país do futuro. E então o futuro chegou.” foram indispensáveis para o regime. A expansão da Rede Globo, por exemplo, coincidiu com o início das transmissões ao vivo das partidas e a consolidação do Campeonato Brasileiro.

411 O prédio do Jornal do Brasil, considerada uma das “obras faraônicas” do período. Localizado próximo à ponte Rio-Niterói, que hoje abriga o INTO (Instituto Nacional de Trauma-ortopedia), é um exemplo claro desta simbiose.

412 Idem, Ibidem.

413 SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado – O consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

414 FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.p 91 – 99.

415 No início do governo Geisel a AERP foi desativada, porém após a derrota eleitoral em 1974, acaba sendo retomada como Assessoria de Relações Públicas (ARP). Idem, ibidem.

416 Idem, Ibidem.

417 Os slogans eram “*mataram um estudante, podia ser seu filho*!”, “*os velhos no poder, os jovens no caixão!*” e “*bala mata fome?*”.

418 FERREIRA, Jorge e AARÃO, Daniel (orgs). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

419 Outros autores, no entanto, contestam esta denominação, ressaltando que o regime já era bastante autoritário antes mesmo de 1968 e que o AI-5 seria apenas um reforço deste autoritarismo, não uma inovação.

420 Apenas o Estado da Guanabara tem um governador do MDB, Chagas Freitas.

421 Nas eleições municipais de 1972, a Arena conseguiu 80% dos Executivos e 85% das Câmaras Municipais, ainda que seja importante destacar que houve quase 30% de abstenção. Nem mesmo a tentativa malograda de Pedro Aleixo - que deixara a ARENA após ser preterido na sucessão de Costa e Silva - de criar um Partido Democrático Republicano, fiel aos princípios da “Revolução de 1964”, abalaria a confortável situação política na Praça dos Três Poderes.

422 FURTADO, João Pinto. “Engajamento Político e Resistência Cultural em Múltiplos Registros: Sobre ‘Transe, Trânsito’, Política e Marginalidade Urbana nas décadas de 1960 a 1980”. In:. AARÃO, Daniel Reis, MOTTA, Rodrigo Patto Sá e RIDENTI, Marcelo. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*”. Edusc, São Paulo, 2004.

423 CORDEIRO, Janaína Martins. “*Anos de chumbo ou anos de ouro? A Memória social sobre o governo Médici.*” Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 22, nº. 43, janeiro-junho de 2009, pp. 85-104.

424 Aqui podemos notar outra semelhança entre as comemorações de 1822 e 1972; em 1822, ainda nos primórdios do futebol no Brasil, também foi realizado um campeonato de seleções para o evento. Este reuniu Paraguai, Argentina, Chile, Uruguai e Brasil, que foi o campeão. O esporte “paixão nacional” do brasileiro foi novamente usado para a teatralização da imagem de uma nação “feliz e longeva” e, dois anos após o carnaval fora de época derivado da conquista da Copa do México em 1970, serve como justificativa para promover um novo evento nacional, onde a sociedade reafirmaria seus sentimentos e ideais coletivos, base da formação de sua identidade.

425 A música tema da seleção é cantada por todos, e em seus versos, a união entre povo e time tão desejada pelos militares fica explícita ("Noventa milhões em ação/Pra frente Brasil, no meu coração/Todos juntos, vamos pra frente Brasil/Salve a seleção!!!/De repente é aquela corrente pra frente, parece que todo o Brasil deu a mão!/Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração!/Todos juntos vamos pra frente Brasil!/Salve a seleção!/Todos juntos vamos pra frente Brasil!/Salve a seleção!").

426 JÚNIOR, Hilário Franco. *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

427 ABREU, Alzira e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Op.cit.

428 FICO, Carlos. "A Pluralidade das Censuras e das Propagandas da Ditadura". In. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

429 Uma das primeiras medidas do novo Presidente foi comunicar ao seu irmão que ele não continuaria Ministro. Alegava o Geisel Presidente que não pegava bem para a imagem do Brasil ter dois irmãos generais: um na Presidência e um no Ministério. Romperam o contato e praticamente não mais se falaram depois disso.

430 TEIXEIRA, Francisco Carlos. "Crise da Ditadura Militar e a Abertura Política" In. Delgado, Lucila de Almeida Neves e Ferreira, Jorge (org). *O Brasil Republicano – O tempo da ditadura (o regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX).* Rio de Janeiro: Civilização Brazileira, 2003.

431 SOARES, Samuel Alves. Opt. Cit.

432 Idem, Ibidem.

433 General Ernesto Geisel, entrevista, in COSTA COUTO, Ronaldo (1999, p.209).

434 SPEKTOR, Matias. "*Origens do* Pragmatismo Ecumênico e Responsável" In Revista Brasileira de política Internacional. n. 47 (2), (2004). p. 211.

435 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e a oposição no Brasil (1964-1984).* Bauru:EDUSC, 2005.

436 *Jornal do Brasil*, 2º de setembro de 1976. Entrevista concedida ao jornalista Alexandre Garcia. "Presidente não deseja governo de partido único".

437 O governo denunciara, por exemplo, o deputado Chico Pinto ao STF, pois este bradou contra o General chileno Pinochet no plenário, chamando-o de "assassino", "mentiroso" e "fascista". Chico Pinto era um dos líderes do "autêntico" MDB que enfrentava o governo e, às vezes, a própria direção do MDB. Condenado a seis meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal, o deputado saiu do Congresso em direção ao cárcere. Idem, Ibidem.

438 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/11/1974.

439 *Folha de S. Paulo*, 15/11/1974.

440 *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/11/1974.

441 *Folha de S. Paulo*, 16/11/1974.

442 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Partido e Sociedade – A trajetória do MDB*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1997.

443 GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório – um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA (1965 – 1979).* Rio de Janeiro: Mauad editora, 2009. P. 187.

444 Muitos políticos criticaram a Lei Etelvino Lins, que procurava impedir abusos de candidatos ou partidos que trocavam votos por transporte nas cidades do interior, além de estabelecer que a propaganda eleitoral no rádio e na televisão seria restrita ao tempo designado pela Justiça Eleitoral, o que permitiu, tanto aos candidatos da oposição quanto aos candidatos oficiais, acesso ao horário eleitoral gratuito. "Lei Etelvino é elogiada, mas causa confusão". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16/11/1974.

445 REGO, Antonio Carlos Pojo do. Opt. Cit. P. 138.

446 REGO, Antonio Carlos Pojo do. *O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964 – 1985)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

447 CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). Ernesto Geisel. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. P. 383.

448 De fato, existiam quadros emedebistas ligados ao "Partidão", algo assumido pelo próprio Luís Carlos Prestes em entrevista concedida na Europa naquele período. Assim, a repressão justificava-se como uma forma de desarticular a estrutura política do velho PCB e "mandar um recado" ao MDB, que agora se mostrava como uma real ameaça ao regime. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "O MDB e as esquerdas". Ver AARÃO, Daniel Reis e FERREIRA, Jorge. *Revolução e democracia (1964-...) – as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

449 SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia – As Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999).*

450 O MDB adotou como estratégia a divulgação das contradições existentes entre as medidas de controle elaboradas e o discurso de abertura de Geisel. Por exemplo, a publicidade negativa atrelada aos senadores escolhidos por eleição indireta pelas Assembleias Estaduais que, em sua maioria, eram dominadas pela ARENA. Estes ficaram conhecidos pelo irônico nome de "senadores biônicos".

451 *Revista Veja*, 6 de julho de 1977. "E o MDB ficou sem líder".

452 *Revista Veja*, 19 de outubro de 1977. "A voz da hierarquia".

453 ALVES, Maria Helena Moreira. Opt. Cit. P. 237.

454 REGO, Antonio Carlos Pojo do. Opt. Cit. P. 210.

455 É importante ressaltar o crescimento do número de eleitores que comparecem às seções eleitorais. Foram 37.601.641 contra 28.925.792, nas eleições de 1974.

456 ALVES, Márcio Moreira. "As Eleições no Brasil em 1978". In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Lisboa, 1979.

457 Idem. Ibidem.

458 A palavra "Anistia" aparece em faixa sobre o corpo do ex-presidente João Goulart, que havia morrido no Uruguai e, por autorização de Geisel, fora enterrado no Rio Grande do Sul.

459 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "O MDB e as esquerdas". In: Aarão, Daniel Reis e Ferreira, Jorge. *Revolução e democracia (1964-...) – as esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

460 FREIRE, Américo. “Ecos da Estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. In. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 64, 2010, pp. 37-57.

461 Lideraram a Democracia Corinthiana atletas politizados como Sócrates, Casagrande e Vladimir. Neste momento, o futebol era foco de resistência e ia contra as crenças e o ideal autoritário do regime instalado em 1964. Sócrates afirmava em manifestações públicas que, uma vez aprovada a emenda Dante de Oliveira, ele não iria para a Europa, exemplo de relação entre o futebol e a política.

462 Diante do resultado indesejado, o Presidente João Figueiredo declarou em entrevista a TV Manchete: “Bom, o povo, o povão que poderá me escutar será talvez os 70% dos brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. E que eles tenham consigo o doutor Tancredo, e que ele dê a eles o que não consegui. E desejo felicidades a eles. E que me esqueçam. Aliás, pedi isso desde o começo, se lembra?” In.: ABREU, Alzira e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Op.cit.

463 Eram principalmente militares nacionalistas, fortemente incomodados com o “imperialismo norte-americano” e preocupados com vaticínios lazarentos de futurólogos como Hermann Khan, que em *O Ano 2000* previa que o crescimento do Brasil seria um dos menores do mundo. Tal qual ocorreu na política externa que gradativamente reincorporava os ideais da PEI, também na política econômica o liberalismo puro fazia água.

464 Jornalista do *Correio da Manhã* que fora eleito deputado pelo MDB da Guanabara e influenciado pela peça de *Lisístrata* sugeriu que as mulheres brasileiras repudiassem os militares a quem Moreira Alves culpava pela falta de democracia. Sugeria de modo amenizado que as moças não mais dançassem com os cadetes, inspirado na greve de sexo das mulheres da Atenas retratada na comédia de Aristófanes.

465 A exportação de soja saltou de 2% para 15% do total da pauta, enquanto o café caiu de 42% para 23% entre 1966 e 1973.

466 De US$ 3 bilhões em 1966 (1,7 de exportação e 1,3 de importação) para mais de US$ 12 bilhões (cerca de 6,2 de exportação e importação) em 1973.

467 Testadas outras possibilidades, como a mandioca, acabou-se decidindo pela cana-de-açúcar que vivia um momento de baixa de preços. O etanol produzido por via fermentativa com base nas pesquisas do físico José Walter Bautista Vidal começou a substituir, a partir de 1975, a gasolina, quando foram produzidos 600 milhões de litros de álcool. Esse volume quintuplicou até 1980 e chegou a 12 bilhões de litros em 1986 quando já tinham sido produzidos cerca de 10 milhões de veículos movidos a álcool. Em meados da década de 1980, o preço do petróleo voltou a cair no mesmo momento em que o preço do açúcar começava a subir, tornando o álcool desinteressante tanto para os produtores quanto para os consumidores. O desabastecimento generalizado provocou descrença entre os consumidores e montadoras levando um declínio do carro a álcool até o advento da tecnologia americana de bicombustíveis, que chegou ao Brasil nos anos de 1990.

468 Sintomaticamente, Figueiredo foi eleito no colégio eleitoral com pouco mais de 60% dos votos. O candidato do MDB, o general Euler Bentes teve 39%.

469 Golbery do Couto e Silva, articulador e teórico do regime, expôs suas principais teses geopolíticas em *Geopolítica do Brasil*. Neste, defendia abertamente “uma geopolítica processada nos Estados Unidos, que se destacava pela forte influência realista de Morgenthau, a qual ele adicionou a teoria cíclico-elitista da história de Arnold Toynbee”.

470 SARAIVA, Flávio Sombra. Relações Internacionais. *Dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias).* v. 2. Brasília: IBRI, 2001.

471 VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilaterização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).* Porto Alegre: Editora da Universidade: UFRGS, 1998.

472 GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. *Os Militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 12, 1993, pp. 211-246.

473 GONÇALVES, Williams e SHIGUENOLI, Miyamoto, Op. Cit.

474 O Embaixador mais tarde alegou que a frase, “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” foi retirada do contexto mais amplo, na qual o chanceler justificava uma certa autonomia brasileira para proceder tal qual os Estados Unidos na questão nuclear, e na relação com os países socialistas. CUNHA, Vasco Leitão. *Diplomacia em Alto-Mar*.

475 Ministério das Relações Exteriores, Textos e Declarações sobre Política Externa, 1965, pp. 47-49.

476 Parte dos militares do país, no entanto, desejava o retorno de Bosch e se insurgiram contra o governo golpista lançando o país numa guerra civil, na qual o governo americano decidiu intervir – com apoio brasileiro – para evitar e reinstalação de Bosch. Esta intervenção é a primeira ação norte-americana embasada na *Doutrina Johnson*, formulada pelo subsecretário estadunidense Thomas Mann. Tratava-se de doutrina claramente intervencionista que praticamente resgatava os tempos do *Big Stick*.

477 LESSA, Antonio Carlos. *Os vértices marginais de vocações universais: as relações entre a França e o Brasil de 1945 a nossos dias.* Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.

478 SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão geopolítica do Atlântico e a política africana*. Pp.106-107.

479 Idem, ibidem

480 Ainda no governo Castelo Branco (1964-1967) outro chefe de Estado africano visitou o Brasil: Maurice Yaméogo, Presidente do Alto Volta (atual Burquina Fasso).

481 VIZENTINI (1998), CERVO & BUENO (2003), MIYAMOTO & GONÇALVES (1993).

482 CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo, Op. Cit.

483 PINTO, Magalhães, “Fundamentos da política exterior do Brasil; Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra”, em 28 de junho de 1967, 10(37-38), pp. 11-17, mar.-jun. 1967.

484 <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/tratado_tlatelolco_armasnucleares.pdf>.

485 Por exemplo, se os países nuclearizados com colônias na América se comprometiam a jamais colocar ogivas nucleares em seus territórios americanos, se estes mesmos países se comprometiam a jamais usar ou ameaçar usar armas nucleares na América Latina, se abstinham de fazer voos nucleares sobre o território da América Latina, se, na eventualidade de surgimento de novas nações nuclearizadas, estas igualmente se submeteriam aos protocolos de Tlateloco. Enquanto cada uma destas pré-condições não fosse cumprida, o Brasil se reservava o direito de não aceitar a entrada em vigor do tratado.

486 Esta posição seria refinada teoricamente quando Araújo Castro, já Embaixador em Washington, faria exposição detalhada do conceito e do realismo de suas bases em exposição dos estagiários do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra, realizada em 15 de junho de 1971. O texto está disponível na biblioteca virtual do Senado e é um dos documentos mais relevantes da história contemporânea das relações internacionais do Brasil. Este autor sugere fortemente sua leitura aos futuros diplomatas brasileiros. <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/180480/1/000341583.pdf>, acessado em 25 de março de 2013.

487 GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. Op. Cit. pp. 215.

488 Ver <https://www.dpc.mar.mil.br/sta/depto_traquav/hidrovia/TratBcPrata.pdf>, acessado em 19 de março de 2013.

489 SARAIVA, José Flávio Sombra. Op. Cit, p. 128.

490 Idem Ibidem.

491 No caso da África do Sul, o Brasil mantinha sua política contraditória, uma vez que assinou em abril de 1967 um projeto de resolução que estabelecia o direito à independência da Namíbia.

492 BARRETO Filho, Fernando P. de Mello. Op. Cit. p. 125.

493 Brasil, Ministério das Relações Exteriores, relatório 1972/ MRE (Brasília, MRE/CDO, 1972).

494 BARRETO Fº, Fernando P. de Mello. Op. Cit, p. 163.

495 Pouco tempo depois foram resolvidas as disputas em torno dos navios pesqueiros estadunidenses aprisionados no litoral brasileiro por desrespeitarem os novos limites do mar territorial. Em 1972, os Estados Unidos concordavam em pagar uma taxa anual de US$ 200 mil pela autorização brasileira da entrada de 325 barcos camaroeiros em águas nacionais. Ver ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs.) *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

496 Tradução livre de "we know that as Brazil goes, so will go the rest of that Latin American continent".

497 Sobre o plano de intervenção no Uruguai, de fato crescia a concentração de tropas brasileiras na região sul do país. Com relação à Bolívia, o golpe trará a Bolívia para a área de influência brasileira, dando sequência a uma série de acordos de cooperação econômica, como aquele para a construção de um gasoduto ligando Santa Cruz de la Sierra à refinaria de Paulínia (São Paulo). Ver em GONÇALVES, Williams e Miyamoto, Shiguenoli. Op. Cit. pp. 226-227.

498 ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. Página 108.

499 MARQUES, Teresa Cristina Schneider. "As relações bilaterais Brasil-Chile durante o governo de Salvador Allende." In: Anais do III Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2012, Pelotas - RS. Existem ainda informações sobre a participação de militares brasileiros em um dos episódios mais emblemáticos da repressão pós-golpe: os interrogatórios no Estádio Nacional. Ver Documentário *Memórias de Chumbo – O futebol nos Tempos do Condor – Chile.* <http://www.youtube.com/watch?v=jsoL-tQQuX4>.

500 SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979).*

501 BARRETO Filho, Fernando P. de Mello. Op. Cit. p. 163.

502 Gibson visitou a Nigéria, Zaire, Camarões, Togo, Costa do Marfim, Benin, Gana, Gabão e Senegal entre outubro e novembro de 1972. A viagem de Gibson Barboza foi seguida da Missão Comercial brasileira enviada ao continente em 1973 e outras de igual importância para o fortalecimento dos laços comerciais entre Brasil e África.

503 O Brasil seria incluído em uma lista de seis países que sofreriam algum tipo de embargo econômico devido ao apoio ao apartheid sul-africano e ao colonialismo português na África Austral. Temia-se no Brasil a obstrução das crescentes importações do petróleo nigeriano.

504 SARAIVA, José Flávio Sombra. “Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais. “In. PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1997.

505 A leitura política de “Tanto Mar” demonstra a inteligência do compositor na comparação entre a realidade portuguesa após a Revolução dos Cravos e a situação brasileira em 1974-5. Naturalmente, a música foi censurada e só seria gravada novamente sob nova versão no final da década de 1970, com os tempos verbais mudados para o passado. Ei-la no original: “*Sei que está em festa, pá/Fico contente/E enquanto estou ausente/Guarda um cravo para mim/Eu queria estar na festa, pá/Com a tua gente/E colher pessoalmente/Uma flor no teu jardim/Sei que há léguas a nos separar/Tanto mar, tanto mar/Sei, também, que é preciso, pá/Navegar, navegar/Lá faz primavera, pá/Cá estou doente/Manda urgentemente/Algum cheirinho de alecrim*”.

506 SPEKTOR, Matias (Org.). *Azeredo da Silveira. Um depoimento*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

507 Descreve-o assim Matias Spektor: “Corajoso, audacioso, persistente, tenaz, vivaz, cordial, charmoso, gênio criativo e respeitoso são alguns dos adjetivos recorrentes com os que ele é identificado. Excêntrico, louco, estridente, combativo, vingativo, mordaz e impetuoso também. O homem era adicto ao trabalho, expansivo na conversa, orgulhoso de seu próprio conhecimento em política externa e tinha obsessão por detalhe. Tinha ojeriza à falta de densidade analítica de muitos de seus colegas porque, por ele, tal superficialidade permitia ao burocrata justificar a sua inação perante os fatos. Não surpreende, portanto, que os critérios utilizados por Silveira para julgar um interlocutor fossem essencialmente intangíveis – estilo, perspicácia, caráter e vocação para a ironia.” Ver SPEKTOR, Matias. “Origens do Pragmatismo Ecumênico e Responsável” In: Revista Brasileira de política Internacional. n. 47 (2)(2004). p. 205.

508 Discurso do chanceler brasileiro, Antônio F. Azeredo da Silveira, na abertura da XXIX Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 23 de setembro de 1974.

509 SPEKTOR, 2004. Op. Cit.

510 A eleição dos democratas em 1976 é um sinal claro da insatisfação da população com suas lideranças republicanas, mas o novo Presidente Jimmy Carter não terá sucesso em sua ação internacional. Os eventos de 1979 na Nicarágua, no Irã e no Afeganistão eram a evidência mais cabal de que a hegemonia americana vivia seu fim, tal qual teorizaria anos depois o internacionalista Robert Keohane em seu livro *After Hegemony.* Ele não estava sozinho. A decadência dos Estados Unidos havia se tornado percepção generalizada entre os observadores teóricos e leigos.

511 HIRST, Monica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2009.

512 ABREU, Alzira Alves de, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando & LAMARÃO, Sérgio Niemeyer (orgs). Op. Cit.

513 D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

514 Cooperação tecnológica com a Bolívia, revisão dos acordos de administração das águas compartilhadas na fronteira com o Uruguai, devolução simbólica dos troféus tomados ao Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança, são exemplos desta estratégia, na qual o TCA de 1978 é o marco principal.

515 GONÇALVES, Williams e MIYAMOTO, Shiguenoli. Op. Cit. p. 236

516 Em 1976 o Brasil adere às recomendações do Conselho de Segurança da ONU, que exigia medidas de bloqueio econômico ao governo branco e discriminatório que estava no poder na Rodésia.

517 Tal atitude foi condenada pelos Estados Unidos. Segundo o *Jornal do Brasil* do dia 14 de março de 1976, Azeredo da Silveira teria respondido a Kissinger da seguinte forma sobre o assunto: "se vocês tivessem um milhão de barris de petróleo para nos fornecer diariamente, talvez essa mudança não fosse tão brusca". A importância do petróleo não pode ser subestimada. Somente com o continente africano o produto representou cerca de 70% de todas as importações brasileiras entre 1975 e 1979.

518 Forçou a nomeação em 1974 do General Carlos Alberto da Fontoura, ex-chefe do SNI, Embaixador em Lisboa, o que desagradava o novo governo português. Geisel afirma que lhes fez saber que: ou era o General ou Portugal ficaria sem Embaixador brasileiro.

519 SARAIVA, José Flávio Sombra. "Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais". In. PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio. *Angola e Brasil – nas rotas do Atlântico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1997.

520 Idem, Ibidem.

521 Ovídio de Mello nega as suspeitas de que não havia informado ao Itamaraty da existência de tropas cubanas em Angola. Para mais informações ver o depoimento do embaixador em MELO, Ovídio. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*. Brasília: Funag, 2009.

522 CASTRO, Celso e D' ARAUJO, Maria Celina (org). *Ernesto Geisel*. Editora FGV, 1997, Rio de Janeiro.

523 SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2009.

524 Por ocasião da visita do Secretário de Estado George Shultz ao Brasil foi assinado o Memorando de Entendimento Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA, reatando a cooperação militar bilateral abandonada desde 1977, mas, para Spektor, o Memorando de Entendimento Industrial-Militar entre o Brasil e os EUA é uma exceção nas relações entre os dois países. Idem, Ibidem.

525 Neste sentido, Figueiredo criara a Secretaria Especial de Informática (SEI), subordinada à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

526 Matias Spektor ressalta um episódio durante a visita do Secretário estadunidense Vance a Geisel, no qual o secretário esquece, no salão em que se encontrava com as autoridades brasileiras, uma cópia das instruções que havia recebido do Departamento de Estado. O Presidente notou o lapso e enviou o material a Silveira, que fez cópia e mandou entregar os originais. Este episódio teve grande impacto sobre o pensamento estratégico brasileiro, pois a elite governante percebeu que a rivalidade e o distanciamento da Argentina eram fontes de debilidade diante dos Estados Unidos. Graças a uma gafe de Vance, estava plantada a semente conceitual para os acordos nucleares que poriam fim à competição argentino-brasileira e que, poucos anos mais tarde, redesenhariam o ambiente estratégico da América do Sul. SPEKTOR, Matias. Op. Cit.

527 A partir daí as visitas passam a ser regulares. Em agosto de 1980, Videla visita Brasília; em 1981, Figueiredo e Viola se encontram em Paso de los Libres, quando se cria grupo de trabalho sobre integração econômica; em 1983, Figueiredo se encontra com Bignone. Durante estas visitas presidenciais, eram sempre firmados acordos bilaterais.

528 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente - 1955-1980*. São Paulo: SENAC, 1999.

529 Segundo Hélio Jaguaribe, a neutralidade seria “não equidistante” do Brasil na Guerra das Malvinas.

530 VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

531 Ver MOREIRA, Artur Luiz Santana. “A Guerra das Malvinas como intensificadora de tendências: As medidas de confiança mútua entre as marinhas de Brasil e Argentina”. In.: *Argentina e Brasil. Vencendo preconceitos: as várias arestas de uma concepção estratégica.* Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2009.

532 SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África: a dimensão geopolítica do Atlântico e a política africana*. P. 190.

533 A tropicália não tinha o intuito de ser a vanguarda da revolução ou do marxismo. O debate em torno da introdução da guitarra na MPB dá bem o tom do nível de politização a que se chegara.

534 O subterfúgio acabou transformando numa grande blague para desmoralizar a censura. “Julinho” deu uma entrevista ao jornalista Mário Prata em setembro de 1974 do jornal *Última Hora* paulista. Criou toda uma biografia de si mesmo – meio alienado, meio apolítico – e da mãe, Adelaide, paralítica e autora de palavras cruzadas, ilustrada por foto de uma mulher negra anônima e lindíssima que teria feito uma ponta em *Orfeu da Conceição.* Desmascarado pelo Jornal do Brasil, em 1975, fez com que a censura passasse a exigir documentos de identidade dos compositores que submetiam canções.

535 Inicialmente, uma empresa de economia mista, que contava, até 1973, com sócios cineastas, tendo a união como acionista majoritária. Isso é evidência da estratégia de cooptação, já que em seu início os poucos filmes financiados eram de cineastas que dela eram acionistas.

536 Hugo Carvana, Nuno Leal Maia, Reginaldo Farias, Sônia Braga, Lucélia Santos, Vera Fischer, Sandra Bréa e Nicole Puzzi entre muitos outros.

537 Roberto Carlos começou sua carreira fazendo shows imitando o ídolo da Bossa Nova, João Gilberto em boates de Copacabana. Chegou a ser julgado por isso no programa *Quem tem medo da verdade?* da TV Record em 1968, onde foi defendido memoravelmente por Silvio Santos. Trata-se de episódio pitoresco pela pretensa seriedade do advogado. Ver <http://youtu.be/JGqCgVI4sPk>, acessado em 20 de março de 2013.

538 Recentemente, Roberto voltou aos tempos da ditadura e censurou a elogiosa biografia que Paulo Cesar Araújo escreveu sobre ele. ARAUJO, Paulo César. *Roberto Carlos, em detalhes*. São Paulo. Ed. Planeta, 2006, livro extraordinário e infelizmente indisponível.

539 Com slogans “Defender O Que É Nosso” e “Passeata da MPB”, ou “Passeata Contra A Guitarra Elétrica”, aconteceu em julho de 1967, em São Paulo e culminaria com o programa Frente Ampla da MPB. Liderada por Elis Regina, contou com a participação de Zé Kéti, Edu Lobo, Jair Rodrigues e Gilberto Gil e parecia retomar o nacionalismo integralista. Seu alvo óbvio era a Jovem Guarda que crescia em popularidade com o programa apresentado por Roberto Carlos na Rede Record, desbancando “O Fino da Bossa” apresentado por Elis Regina.

540 Os cafonas não constam das obras de divulgação da MPB, nos acervos do MIS – Museu da Imagem e do Som e nas coletâneas de clássicos da MPB lançadas pelas gravadoras ou vendidas em bancas de jornais. À exceção da tese de Araújo, não são debatidos nas universidades, nem se escrevem teses sobre eles. Foram praticamente apagados da memória da história da música brasileira escrita pela elite.

541 Ver Araújo. Paulo César. *Eu não sou cachorro não. Musica Popular Cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

542 Exemplos do uso inteligente do videoteipe, em seus primórdios, são os esquetes do programa de Chico Anysio, nas quais o ator contracenava consigo em seus diversos personagens numa edição que devia ser bem trabalhosa. Além disso, a novela da TV Tupi, *Mulheres de Areia* na qual Eva Wilma fazia o papel de gêmeas: a ingênua Ruth e a malvada Raquel.

543 Depois do golpe, a Excelsior entraria em lenta e espiral decadência até o colapso definitivo em 1970. Isso explicitava a truculência do regime, colocando no ar cenas cortadas pela censura com seus mascotes tendo a boca ouvidos tapados escrito: "CENSURADO!". O que irritava o governo. O principal executivo do grupo Simonsen havia apoiado a legalidade e a presidência de Goulart e se tornara *persona non grata* pelos militares no poder. O grupo, que também possuía a PanAir foi obrigado a fechá-la após ter perdido concessões importante de voo, cassadas pelo regime. Na mesma semana em 1969, houve dois incêndios suspeitos na Excelsior destruindo seu acervo.

544 Janete Clair é o caso mais emblemático de um novo modelo de teledramaturgia urbana que começava a emergir desde Beto Rockefeller. Abandonava-se o drama puro e simples para mesclá-lo com um núcleo cômico e personagens mais realistas, como o anti-herói interpretado por Luís Gustavo na novela que devolveu a Tupi a liderança no horário nobre. A novela foi esticada várias vezes e inovou ao comentar os fatos do cotidiano e as notícias dos jornais, aumentando o realismo da trama. O diretor Lima Duarte fazia pontas *tarantinescas* como o mecânico que só aparecia de costas ou o mordomo do qual só se viam as mãos e se ouvia a voz. Beto era um pobretão que tentava se inserir no *grand monde* da sociedade, enganando os grã-finos com seu enorme talento para artimanhas. Tomava tanto uísque que a *Engov* começou a patrocinar o personagem. Queria dar o golpe do baú, mas teve seus objetivos frustrados numa época em que o moralismo ainda exigia um final feliz. Em 1986, *Vale Tudo* chocou os telespectadores com a impunidade explícita, crítica da corrupção brasileira em um final no qual o vilão corrupto Marco Aurélio (Reginaldo Faria) foge do país com o dinheiro desviado da empresa TCA e, ao decolar, dá uma banana para o Brasil ao som de Cazuza que cantava: "Brasil, mostra tua cara".

545 A Globo já havia sido obrigada a inaugurar um novo horário de novelas às 22h, por conta dos textos políticos que Dias Gomes passou a inserir em suas novelas, após a saída de Glória Magadan.

546 Odorico era o típico coronel do interior com veleidades intelectuais, que falava frases hilárias permeadas por neologismos pseudointelectuais e ridículos. Era claramente inspirado em Ponciano de Azeredo Furtado, personagem de José Candido de Carvalho no romance *O coronel e o Lobisomem* (1964).

547 O cinema brasileiro parece ter morrido durante a década de 1980. O mercado diminuiu: de 3.200 cinemas em 1975 para 1.400 em 1985; de 270 milhões de espectadores em 1975 para 90 milhões em 1985. Mas o Brasil produziu mais filmes: chegou a 100 em 1978 e a 103 em 1980. E a participação dos filmes brasileiros no mercado cresceu muito: de 14% dos ingressos vendidos em 1971 para 35% em 1982. O renascimento só viria na década seguinte com *Carlota Joaquina* (Carla Camuratti, 1995), já sob os auspícios da Lei do Audiovisual (1993) e da Lei Rouanet (1994) na gestão de Antonio Houaiss no Ministério da Cultura, no que ficou conhecido como *A Retomada*. Sem Estado não tem cinema, no máximo, tinha a pornochanchada.

548 Extinguia a correção monetária, criava o gatilho salarial se a inflação passasse de 20%, trocava a moeda cortando 3 zeros do antigo cruzeiro entre outras medidas.

549 Foram eleitos pelo PMDB 22 dos 23 governadores (exceto o de Sergipe), 40 dos 49 Senadores e mais da metade (260) dos 487 deputados constituintes eleitos. O PFL, aliado do PMDB, elegeu o governador do Sergipe, sete senadores e a segunda maior bancada no Congresso com 118 deputados.

550 Novembro de 1986, liberação de preços e aluguéis, ajuste fiscal e corte de gastos, aumento de impostos e de tarifas públicas.

551 Junho de 1987, no contexto da decretação da moratória da dívida externa. Busca de superação do déficit público. Desativou o gatilho salarial, suspendeu subsídios, aumentou tributos, cortou gastos e adiou a execução de obras já planejadas.

552 Janeiro de 1989, novo congelamento de preços e salários. Alteração do regime da caderneta de poupança, criação de uma nova moeda, o Cruzado Novo, atrelado ao dólar, e extinção da OTN, elemento de indexação da economia. As perdas relativas aos investimentos financeiros e cadernetas de poupanças, atingidas pelo plano Bresser e pelo plano Verão, são até os dias de hoje motivo de controvérsias judiciais.

553 A constituição de 1988 também foi a primeira na história do constitucionalismo brasileiro a prever expressamente princípios que regem as relações internacionais (art. 4º), o que denota sensível abertura do Estado brasileiro ao exterior.

554 Por exemplo, o Colégio Pedro II, criado no Período Regencial, mas restrito ao Rio de Janeiro, formou uma comissão de professores, funcionários, alunos e pais para pressionar a Constituinte a garantir a manutenção do seu *status* federal. Como resultado, o Colégio Pedro II é o único colégio do país referido na Constituição Brasileira, junto às universidades federais e Escolas técnicas federais.

555 O Grupo do Rio se torna o único grupo de concertação política das Américas que não conta com a participação dos Estados Unidos. O governo norte-americano sequer o menciona em seus documentos oficiais, encaminhando as questões políticas de seu interesse para a OEA. Não tem sede fixa, nem aparato institucional regular. Sua principal vantagem é justamente seu formato de baixa institucionalidade que permite a ele a flexibilidade. Trata-se do encontro anual dos Chefes de Estado da região, no qual a presidência cabe sempre ao país sede e o Secretariado ao país que sediou no ano anterior e o que sediará no ano seguinte. Chegou a ser importante instrumento de interlocução da região com a União Europeia na década de 1990.

556 No caso do PNI (Programa Nacional de Informática) de 1984, o Brasil estabelecia 8 anos de reserva de mercado para as empresas nacionais, protegidas contra a concorrência estrangeira. Foi justamente um dos setores que mais cresceu em um período de estagnação da economia durante a década perdida, gerando milhares de empregos. Todo o setor bancário foi informatizado na década que se seguiu se tornando um dos mais modernos e ágeis setores da economia brasileira, além de exportador de tecnologia para o resto do planeta. Os softwares bancários que rodassem na caótica economia brasileira dos anos 80, com sua inflação galopante, seus indexadores de vida incerta e seus “gatilhos”, certamente seriam capazes de funcionar em qualquer outra economia do mundo. Do ponto de vista negativo, ficou o atraso da indústria de microeletrônicos e a falta de conexão com as universidades e empresas produtoras de softwares em geral. O ritmo de inovação da indústria de informática se revelou muito mais dinâmico do que se supunha e dependente da troca de informações livres, o que um sistema de reserva de mercado impedia.

557 O tema era o mais relevante na agenda da região. O Presidente peruano Alan García havia em 1986 restringido a 10% das exportações o total que o Peru despenderia com o pagamento da dívida externa. O governo americano retaliou, cortando a ajuda econômica ao país.

558 No ano de 1987, Brasil, Argentina e México fizeram uma proposta de negociação que não foi aceita, pois tentava desvincular o FMI e negociar diretamente com os bancos credores, propondo corte de juros e substituição de parte da dívida por títulos de longo prazo. Mais tarde se juntaram ao G-3, Panamá, Colômbia, Venezuela e Uruguai, se tornando grupo dos oito com o intuito de multilateralizar o debate com o governo americano e o FMI.

559 Não era nada se comparada à independência feita pelo herdeiro do trono da metrópole, a República feita por um amigo do imperador, a industrialização feita por um caudilho latifundiário, ou a redemocratização feita pelos generais da ditadura e pelo ex-presidente da ARENA. Era apenas o Brasil assistindo ao Plano Collor pela TV, sendo anunciado pela ministra

Zélia Cardoso de Melo, futura amante do Ministro da Justiça Bernardo Cabral, futura personagem do grande escritor Fernando Sabino e futura esposa do humorista Chico Anysio.

560 Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, públicos, e Bradesco, Santander e Itaú, privados, juntos representam mais de 85% das agências, e mais de 65% dos ativos e patrimônio total dos bancos do Brasil, que hoje não passam de 30. Sendo 1/3 deles bancos públicos. Mais de sessenta bancos deixaram de existir nas duas ultimas décadas. Ou foram adquiridos, ou liquidados ou se fundiram aos cinco maiores que controlam hoje o mercado bancário brasileiro.

561 LIMA, Maria Regina Soares de. *Aspiração Internacional e Política Externa*. Revista Brasileira de Comércio Exterior. N. 82. ano XIX, Janeiro/ Março de 2005.